2000 anos depois

O renascimento de Israel

Alexandre Lissovsky

BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

2000 ANOS DEPOIS

Alexandre Lissovsky

Alexandre Lissovsky

2000 Anos Depois
O Renascimento de Israel

Rio de Janeiro
2009

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org

Ano da última edição: 1967

ISBN 978-85-7982-003-8

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
www.centroedelstein.org.br
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205
Ipanema – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22410-000. Brasil
Contato: bvce@centroedelstein.org.br

Sumário:

À memória de meus pais

PREFÁCIO

Prefaciar um livro significa, a meu ver, associar-se a um empreendimento intelectual a que se reconhecem méritos, mas não implica a concordância automática e global com todas as suas teses.

Os problemas versados na pesquisa, a um tempo minuciosa e ampla, do professor Alexandre Lissovsky estão longe de ter sido definitivamente resolvidos pelos historiadores e, de certo modo, principalmente os acontecimentos que levaram ao nascimento do Estado de Israel, demasiado próximos para serem julgados com inteira objetividade. Contudo, dentro da perspectiva do autor é realizado um esforço considerável, para mostrar as raízes e o bem fundado das medidas e lutas, das razões e legitimidade da criação do Estado judeu.

O grande número de documentos que apresenta – muitos inéditos em português, o que só por si torna este trabalho de consulta obrigatória – e a longa transcrição de debates, por exemplo na Comissão Especial para a Palestina (UNSCOP), onde tem a probidade de apresentar opiniões de correntes políticas muito diferentes da sua, indicam uma intenção de abrir num sentido vasto o problema, embora cingindo-o ao propósito fundamental da linha cêntrica que é a justificação e defesa do Estado de Israel.

É dentro desta ótica que o livro deve ser lido e neste sentido, que pelo momento estou apenas determinando, constitui uma obra de interesse inegável, dispensando a consulta de muitos documentos e pondo à disposição dos interessados, de uma forma lógica e clara, argumentos básicos e importantes para se entender o nascimento do Estado de Israel. Em certo sentido, nestas páginas, o Estado nasce uma segunda vez, pelas suas mãos e pelo que os gregos chamariam de *maiêutica.*

O seu valor é não ser uma apologia cega mas submetida a um critério de demonstração que, embora subordinada a um objetivo inalterável, indica os caminhos do raciocínio. Ortodoxa quanto aos propósitos, é problemática quanto aos meios, o que equivale a dizer inteligente, mesmo quando

algumas teses imponham, a meu ver, prudentes reservas, e algumas omissões exijam referência.

Defendo, e sempre defendi, o Estado de Israel contra todas as tentativas ou intenções de o destruir pelas armas, assim como estou certo de que haverá uma solução para o litígio judeu árabe, mas tendo como premissa a transformação socialista dos países árabes, não ditaduras bonapartistas representando apenas a revolução burguesa por meios militares, e visando a defesa de uma nova classe, internamente mais progressista em relação aos feudais, externamente mantendo categorias de comportamento oportunistas e procurando consolidar pelo ódio a Israel a coesão de forças e manter o domínio sobre as massas populares. O exemplo típico deste fenômeno é o nasserismo.

Não estou certo – e esta opinião é também a de Nahum Goldmann – que a decisão de fundar o Estado de Israel, na data em que o fato se deu, tivesse sido a melhor decisão, nem que um Estado binacional a solução exata, tivesse sido impossível, mas como a História *vivida* não trabalha sobre hipóteses de trabalho, mas sobre realidades, e a criação do Estado judeu tem justificação – isso a distingue do simples fato consumado – é sobre essa realidade que temos de pensar[1].

Não há portanto, da minha parte, uma discordância quanto à necessidade de preservar Israel de um ataque ou a urgência de se encontrar um entendimento, pois o considero indispensável.

Estou inteiramente de acordo quanto às responsabilidades terríveis do imperialismo britânico em não ter sido encontrada a verdadeira solução para o problema, bem como aos erros dos feudais árabes em não permitir, sempre apoiados por Londres, um acordo pela base entre a grande massa dos trabalhadores, árabes e judeus, na antiga Palestina.

Tudo isso já tratei em aulas, conferências e livros, e seria enfadonho repetir-me.

---

[1] A essência filosófica do trabalho do professor Alexandre Lissovsky, se não estou em erro, é precisamente distinguir uma realidade justificável de um fato consumado. Sempre dentro deste critério, sendo justificável, é, além de internacionalmente consagrado pela ONU, moralmente irreversível, enquanto um ato de força – sendo apenas isso – está submetido à lei da impugnação perpétua.

Creio apenas que o trabalho do professor Alexandre Lissovsky ficaria enriquecido se aceitasse, como fez Ben-Gurion, em 1949, que violências injustificáveis foram praticadas contra populações árabes e seus bens. “Nós ficaríamos profundamente indignados se nos tivessem dito há dois anos que os judeus seriam capazes de semelhantes atos”[2].

E fica-nos devendo o professor Lissovsky um segundo volume, indispensável, em que trate dos problemas de Israel, entre os quais o dos refugiados. Este é fundamental, exigindo perfeita objetividade pois é entre todos se não o mais complexo pelo menos o mais delicado.

Não podem esses refugiados ficar à mercê das manobras de certos líderes árabes nem da indiferença, ou imobilismo, de outros líderes israelenses. Contribuir para a solução deste problema, dentro do racionalmente possível para Israel, e das obrigações inalienáveis dos países árabes e dos organismos internacionais, é ajudar ao entendimento judeu-árabe.

Este entendimento, nas suas linhas globais e finais, implica, a meu ver, uma transformação fundamental nos países árabes, mas cumpre trabalhar por soluções parciais num processo que se tornaria irreversível. Em vez de se partir do entendimento judeu-árabe para a solução do problema dos refugiados, tudo indica que tenhamos de partir da solução do problema dos refugiados para o entendimento. As duas grandes potências que primeiro reconheceram o Estado de Israel, os Estados Unidos e a União Soviética, têm sobre este ponto obrigações de ordem moral irrecusáveis, assim como a ONU e todos os homens, pois todos nos devemos sentir humilhados com a existência subumana dessa massa de famintos e desesperados, sujeitos a todas as manobras políticas e a uma desolação apenas alimentada por quimeras. O povo judeu que historicamente representou, inalteravelmente, um princípio de justiça tem de fazer em Israel e na Diáspora um esforço sobre-humano para resolver este problema. Sei que não o pode fazer unilateralmente nem pondo Israel em grave risco a

---

[2] André Falk, *Israel terre deux fois promise.* A descrição de Falk é longa e os fatos são graves. Ao citar Ben-Gurion, Falk procura evidentemente defender-se de uma acusação de parcialidade ou incompreensão. Devo dizer que aponta, também, uma série de documentos árabes, que tornam responsáveis, alguns dos seus líderes, pelo êxodo precipitado da população.

sua segurança, mas é indispensável e urgente tentar, por seu lado, o que seja possível.

Quem teve a grandeza de criar um Estado, pode ter a heroica humildade de reparar um erro, e mesmo quando o erro tenha sido de todos, cabe ao governo de Israel demonstrar por atos, e de uma forma categórica, que está disposto a ir à raiz, retomando agora, já em fase de estabilidade e de consagração internacional, os momentos da sua criação. Os gregos julgavam que o destino é superior aos próprios deuses, mas a criação de Israel demonstra que a vontade do homem é superior ao destino. Que esta mesma vontade seja posta ao serviço da solução do problema dos refugiados, é o que desejam os seus amigos, que o sejam, como eu, menos por realizar o milagre da transformação do deserto em jardim – outros povos realizaram façanhas maiores sem por isso merecerem particular afeto – mas porque nasceu como encarnação de uma ideia e por confessada oposição a uma injustiça, e representa uma parcela do povo judeu. E ao dizer isto exprimo da forma mais elevada e mais discreta as razões essenciais da minha convicção de que o problema dos refugiados será resolvido ou tentará ser resolvido, por Israel. Ter por antepassado um Spinoza – e aqui poderia abrir-se um friso com dezenas de citações de humanistas incluindo Chaim Weizmann – tem os seus inconvenientes. O que de grande um povo ofereceu ao mundo – e por isso teve apoio na formação do Estado de Israel – não pode esgotar-se, exaurir-se, negar-se nos labirintos do poder.

Nasser é apenas um coronel do Oriente Médio que nada tem a ver com a cultura árabe de grande riqueza e finura como sabem todos os que se interessam pelo patrimônio humano, para além das fronteiras, das nações e das vicissitudes atuais.

Mas Eshkol, esse é um intelectual e sabe o que representa; atrás de si, glorificados, caluniados ou mesmo queimados, estão alguns dos símbolos da própria humanidade superior. Isto impõe obrigações de consciência, e até onde a segurança de Israel o permita, impõe iniciativas, imediatas e construtivas. Quando surgirem espero que os árabes do Oriente Médio – pois a estes apenas me dirijo – não suponham que se trata de um ato de fraqueza. Porque é forte, o Estado de Israel pode ser generoso, e porque se trata de uma parcela do povo judeu deve saber a importância de não ver às suas portas legiões de refugiados. A responsabilidade é de muitos mas a

consciência aflita está em Israel. Por isso a Israel nos dirigimos, certos de que a nossa obstinação é uma homenagem.

Eis o problema nodular que esperamos seja tratado pelo professor Alexandre Lissovsky, com seu pendor para a busca correta das fontes, e sua análise em muitos pontos sutil, num outro trabalho que nos fica devendo e mais ainda depois da repercussão justa do atual ensaio, que precisamente estabelece as premissas da grande problemática criada pelo Estado de Israel.

Tem todos os elementos para nos oferecer um estudo à altura deste que agora publica e a que anteponho algumas reflexões sobretudo como estímulo a que prossiga numa obra de inegáveis méritos em que me permito interpolar algumas notas e até sugestões de trabalho num espírito de fraterna colaboração.

Porque a contextura do livro é sólida, e o nervo vibrátil, e estes problemas dizem respeito à sorte de comunidades inteiras, é que não resisto à tentação de intervir um pouco além do que aconselha uma certa deontologia, ou norma, dos prefaciadores, que se limitam ao elogio da obra e do autor, pensando cumprir assim um dever de amizade, quando apenas incorrem num ato de estéril cortesia.

Elogiar o autor, neste caso, seria fácil e não demandaria mais que algumas linhas, mas colaborar com o autor numa crítica amplificante, isso impõe mais espaço e tempo. Sem economizar louvores ao trabalho do professor Alexandre Lissovsky, pois os merece, o mais importante é trabalhar um pouco em conjunto para clarificação dos problemas.

Pois não se trata de um livro episódico, mas dos que ficam como ponto inevitável de referência e de obrigatório estudo para todos os que se interessam pelo sionismo, suas origens e filosofia, pelo nascimento do Estado de Israel.

As referências neste ensaio, por tantos títulos valiosos, ao "*affaire* Dreyfus", dão, em meu entender, uma visão limitada, podem fazer crer, a um leitor menos informado, que o antissemitismo encarnado nesse episódio representou o pensamento do povo francês.

A descrição das humilhações sofridas por Dreyfus é dada em todos os pormenores, enquanto a reação, que partiu dos intelectuais não judeus, como Emílio Zola e das próprias organizações operárias, fica sem uma necessária e justa invocação.

Não creio que para se defender o sionismo seja indispensável esquecer a grandiosa reação que se observou na França e afinal triunfou da minoria de antissemitas incrustados no Estado-Maior do exército, com apoio de algumas castas residuais que em Dreyfus combatiam, afinal de contas, a própria Revolução francesa por ter dado aos judeus, como disse Julien Benda, a "plena cidadania e dignidade".

Qualquer ideia de que as perseguições aos judeus, mesmo quando não explícita, nem mesmo subjacente, neste trabalho, mas podendo deduzir-se por inferência subjetiva; qualquer sinal, mesmo longínquo, de que a perseguição aos judeus, nos países onde vivem, e aos quais pertencem, é inevitável, constitui um elemento nocivo para a necessária compreensão convivente no seio de qualquer nação.

Assim o "*affaire* Dreyfus", podendo ser apontado e devendo mesmo ser apontado para execração histórica dos seus responsáveis, impõe, ao mesmo tempo, o reconhecimento da grande luta empreendida contra os antissemitas que provocaram precisamente um dos maiores movimentos de opinião pública já desencadeado em qualquer época, e do qual participaram judeus e não judeus irmanados pelo mesmo espírito de justiça.

Se falamos no "*affaire* Dreyfus" devemos descrever não apenas a maneira como foi vilipendiado, mas a batalha que suscitou e o comportamento nobre da elite intelectual francesa e o apoio dado pelas organizações operárias, a sua massa e seus líderes, que terminou por uma vitória grandiosa que foi da própria democracia e dos ideais republicanos.

Não creio, por outro lado, que seja justa a alusão ao antissemitismo de Renan, fenômeno muito complexo e que diz respeito mais à preferência de que prevalecessem no cristianismo as influências gregas, por as julgar mais propícias a uma visão racionalista e tolerante do que as judaicas.

E naturalmente se apontamos intelectuais antissemitas, forçoso é incluirmos o judeu Gumplowicz[3]. Nem por isso se deduz que Gumplowicz seria partidário das câmaras de gás.

Sobre este problema do antissemitismo cumpre usar da maior prudência, para não assistirmos a espetáculos como o oferecido por David Rousset, que publicamente chamou antissemita a Steiner, o autor de *Treblinka,* porque apresentou certos fatos de uma maneira pouco exaltante para os judeus desse campo, quando não houve da parte desse autor, tão judeu, pelo menos, como Rousset, o intuito de denegrir, mas demonstrar a degradação a que pode chegar um grupo humano – *de qualquer nacionalidade* – quando, sem meios de defesa e numa engrenagem monstruosa, procura sobreviver.

E Hannah Arendt, escritora judia norte-americana, a autora do já famoso testemunho *Eichmann in Jerusalem – A Report on the Banality of Evil,* que foi ainda recentemente acusada de antissemitismo, por causa das suas teses sobre esse processo e em geral sobre o problema da culpabilidade? Por mim não aceito as suas teses, e considero-as mesmo perigosas, mas jamais poderia ocorrer-me a ideia de a considerar antissemita.

Quando um André Spire[4] se viu obrigado a defender Romain Rolland da acusação de um irresponsável, que o considerava antissemita,

---

[3] Lukács em *Sozialer Darwinismus, Rassentheorie und Faschismus* demonstra que as teorias de L. Gumplowicz, com antecipação de meio século, contêm todas as bases racistas da aventura hitleriana. E Joseph Gabei, em *La fausse conscience,* diz: "Não deixa de ser humorístico notar que o autor de *Der Rassenkampf,* L. Gumplowicz, era judeu. Isso impediu os doutrinários do nazismo de o citar, mas nada retira ao título, pouco invejável, de ser um precursor do hitlerismo". E já que nos permitimos fazer uma advertência sobre certos aspectos deste problema complexo, lembremos que, ao contrário da crença de alguns sionistas, há quem defenda a existência do Estado de Israel sendo contudo antissemita. Este é o caso de Xavier Vallat em *Souvenirs d'un homme de droite* – prefácio de Charles Maurras.

[4] André Spire, *Souvenirs a bâtons rompus.* Também foi explorado o litígio, que terminou aliás por uma reconciliação, entre Romain Rolland e Léon Blum. Spire transcreve uma carta de Romain Rolland que é um documento histórico sobre as possibilidades de opção do povo judeu. Farei adiante uma referência a este documento.

A altitude e fraternidade do pensamento judeu revolucionário – para além de um sentido estrito de partidos – em relação aos não judeus, pode encontrar-se de uma forma exemplar em George Altman (ver o colóquio dos intelectuais judeus franceses de 1963 publicado sob o título *La Conscience Juive* – Prefácio de André Néher).

verificamos como é duvidosamente certo transcrever uma passagem de um autor, e por algumas linhas situá-lo no friso dos inimigos do povo judeu.

Uma outra ideia a que julgo dever uma referência é a de centripetar o mundo no povo judeu, principalmente quando se trata de ofensas aos judeus que parece deixam indiferentes os que não têm o privilégio de o ser.

Ora isto se verifica na citação, quando das medidas contra os judeus na Palestina por parte dos ingleses, de Léon Blum, isolado do conjunto dos protestos do partido socialista, principalmente da ala esquerda de Marceau Pivert, o primeiro, e muito antes de Blum, que levantou seu protesto na França.

Talvez porque não sou judeu e tenho passado a vida inteira a protestar, junto com judeus e não judeus, tenho particular sensibilidade para estes fatos, e conheço bem a minha raça espiritual, a dos que não se curvaram ante o pretexto das ditaduras e as demonstrações do ódio racista, neste século, a partir do momento em que reconheci com espanto e horror as chagas que ainda marcam o viver do homem.

Numa carta a André Spire, datada de 1913, Romain Rolland, em resposta ao envio da obra *Quelques juifs* (trata-se no caso de Zangwill, James Darmesteter e Weininger), traçou o que no seu entender representam as opções do povo judeu. Segundo o autor de *Jean-Christophe,* compreendem três:

1º– "A generosa união do judeu com a pátria de adoção";

2º – "A grande ideia de que os judeus dispersos no mundo são e devem ser os representantes da Lei";

3º – "O sonho de fundar um Estado judeu".

Para Romain Rolland são *três posições legítimas,* embora a primeira seja a melhor, a que mais promete em fecundidade para todos no domínio intelectual e moral.

Admitindo as três, adverte, contudo, que não podem as três aceitar-se ao mesmo tempo. Aí é que reside a opção, sem desdouro para as outras. "*Il faut choisir*", diz Romain Rolland, "*et le choix ne saurait être le même pour tous les Juifs.*"

Este é um problema básico.

E um problema que não pode ser ignorado quando se trata de um livro sobre Israel. Num país que é uma democracia racial como o Brasil, as crianças de origem judaica que aqui nascem, brasileiros como todos os outros e com direitos iguais a todos os outros, não têm qualquer motivo para emigrar para Israel, mesmo podendo ter por Israel afetuoso interesse, o mesmo que possam dedicar a qualquer comunidade judaica. Não é necessário desinteressar-se de Israel, é apenas necessário que esse interesse não prevaleça sobre o que dedicam ao seu próprio país.

E, agora, voltemos ao livro do professor Alexandre Lissovsky.

A documentação que nos apresenta sobre a luta dos judeus por um *Lar* e a criação do Estado de Israel constitui um esforço de pesquisa único no Brasil.

Dentro da perspectiva do autor, a sua visão dos acontecimentos é ampla e não pode dizer-se que tenha exagerado aspectos negativos da orientação dos líderes árabes.

Pelo contrário, foi brando, talvez porque sendo judeu teve o nobre propósito de não ferir o outro povo que por força das circunstâncias é um tema central do livro. Mas eu que não sou judeu e me considero amigo dos árabes, do felá egípcio, cuja miséria conheci de perto, dos sírios apesar da sua turbulência, dos argelinos porque constituem hoje a maior esperança da África e do socialismo no terceiro mundo, posso dizer o quanto o professor Alexandre Lissovsky, sendo exato, usou, contudo, ao mesmo tempo, apenas da crítica o indispensável para a clarificação dos problemas.

Da personalidade do mufti de Jerusalém, diz o necessário para se conhecer a sua atuação funesta. Como historiador, cingiu-se, e muito bem, neste caso, aos acontecimentos da Palestina. Mas poderia apontar, se quisesse, e ninguém o poderia acusar de parcialidade, a ligação desse lúgubre personagem com os nazis.

Quando visitou Goebbels e Himmler, este teve a cortesia de lhe mostrar Auschwitz para o informar e o formar na nova técnica da exterminação em massa de judeus.

Este mufti de Jerusalém era um dos líderes árabes e a maior desventura das massas árabes foi terem tido como líderes homens deste tipo.

Esta opinião que é minha, mas hoje, também, de muitos árabes, está discretamente apresentada ou subentendida nas páginas, sem dúvida valiosas, do professor Alexandre Lissovsky sobre a luta de judeus e árabes até a criação do Estado de Israel.

Toda a documentação sobre a Comissão Especial para a Palestina (UNSCOP), a que já fizemos referência, é, no sentido da informação histórica, um dos pontos altos do livro. E honra o autor a maneira ampla como apresenta os depoimentos, incluindo o dos comunistas Samuel Mikunis, secretário-geral do partido, Dr. Walter Ehrlich e Meir Vilner, sabendo-se perfeitamente que a orientação política do professor Alexandre Lissovsky é inteiramente diferente, para não dizermos contrária.

Mas num trabalho histórico todos os documentos devem ser consignados e o autor cumpriu fielmente esta norma mostrando a sua perfeita probidade. Importantes e menos conhecidos são os testemunhos de dois representantes da Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe, Dr. Ernst Simon e Aharon Cohen.

O leitor encontrará, de uma forma mais ampla, no livro estes depoimentos, mas quero apenas transcrever as primeiras palavras do Dr. Ernst Simon: "O nosso objetivo é alcançar neste país uma união das duas nações. Acreditamos que um tal esforço poderá constituir a nossa maior contribuição ao bem-estar e unidade do mundo, especialmente por vivermos num dos seus lugares perigosos.

A Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe não é um partido político. Compõe-se de várias organizações e personalidades da colônia judaica. Todos nós vemos na questão das relações judeu-árabes o ponto crucial da situação política neste país".

Este foi um grande movimento judeu de boa vontade, submerso como tantos outros pela política de intrigas da Inglaterra e seus aliados, das classes privilegiadas árabes e a imaturidade das massas da Palestina que não permitiu uma aliança, pela base, com sentido político e revolucionário, dos trabalhadores judeus e árabes. Ao conseguir impor a dialética do ódio e da interdestruição de duas comunidades, o Império Britânico é o responsável

pelos problemas que até hoje existem, e constantes conflitos onde judeus e árabes ainda hoje pagam as consequências da política realizada durante o Mandato.

O episódio do *Exodus* nada fica a dever às atrocidades nazistas, e marca com um estigma uma certa política imperial em que a democracia e o respeito aos direitos do homem apenas existem nas Metrópoles.

A tragédia do *Exodus* mereceu algumas páginas de relevo ao professor Alexandre Lissovsky, como parte da grande tragédia do povo judeu na Palestina, em busca da salvação.

Creio firmemente que este trabalho, que tenho a honra de prefaciar, ajudará muitos a entender as raízes históricas de um combate e suscitará reflexões úteis. O mais importante não é a concordância, mas o debate sobre documentos e fatos apresentados pelo professor Alexandre Lissovsky.

Quero pela minha parte, antes de terminar, fazer um apelo aos meus amigos árabes do Oriente Médio, sobretudo aos que hoje estão muito próximos do poder na Síria, no sentido de um reexame de posições.

Esse reexame é indispensável e não devemos deixar nas mãos de Burguiba o que deve ser feito pela esquerda nos países árabes, mas com a certeza de que é urgente e será tentado, pelos elementos conservadores mais lúcidos, como o presidente da Tunísia, no caso dos mais lúcidos da esquerda hesitarem em fazê-lo.

Até hoje apenas um líder comunista árabe viu com clareza o problema das relações com Israel, o egípcio Fathi ar-Rãmla que no jornal *Al Mu'ãrada* (Oposição) preconizou a paz com Israel como meio de combate ao imperialismo, considerando um erro a política dos árabes contra o Estado judeu e a abertura de uma "segunda frente contra uma comunidade onde se podem entre os trabalhadores encontrar aliados na luta comum"[5].

É inconcebível que um líder comunista da categoria de Khaled Baghdache não tenha compreendido a importância da formulação teórica de

[5] Uma referência a esta posição encontra-se no livro *Communism and Nationalism in the Middle East* de Walter Z. Laqueur. Algumas ideias de Fathi ar-Rãmla foram desenvolvidas pelo marxista A. R. Abdel Kader no seu livro *Le conflit judéo-arabe*. É um fio tênue, mas o único límpido que existe entre os marxistas árabes em relação ao problema de Israel.

Fathi ar-Rãmla e mantenha sobre o conflito judeu-árabe ideias muito próximas do coronel Nasser ou dos coronéis que governam a Síria.

Mais grave ainda é a capitulação do partido comunista egípcio, ao considerar Nasser, na sua conferência de 24 de março de 1965, o "único líder da revolução egípcia". Que revolução? A isto leva o oportunismo segregado em Moscou, o qual faz do conflito judeu-árabe, tal como os Estados Unidos, um elemento da sua política. (Isto não exclui, contudo, a exigência perante a União Soviética e Estados Unidos de uma solução do problema no qual têm responsabilidades, mas sabendo que se trata de uma exigência tática, visando menos uma solução por Washington ou Moscou do que uma demonstração da total ausência de intenções por parte dos dois grandes de procurar a paz no Oriente Médio.)

Os marxistas árabes têm de reformular toda a sua posição em face de Israel, começando por aplicar com segurança e sem atenção aos interesses de nenhum modelo (seja o de Moscou ou Pequim) o método de interpretação histórica que proclamam científico, mas reduzem à categoria de uma ordem de serviço das casernas nasseristas.

Pode o comunista Samith Attyé, no governo da Síria, manter sem abandono do marxismo o princípio da guerra contra Israel?

Pode um Khaled Baghdache descer ao nível das piruetas islâmico-socialistas de um Michel Aflak, que por sinal considerava o sionismo e o comunismo como "inimigos mortais da Síria"?

Enquanto os marxistas árabes não fizerem uma revisão corajosa e doutrinalmente séria das suas posições em face do Estado de Israel serão inevitavelmente caudatários de generais ou coronéis, mais ou menos ao serviço de um grupo das classes privilegiadas, colorindo essa missão essencial com uma amizade à União Soviética – o que hoje por sinal está longe de representar qualquer índice de uma política interna progressista.

E sem essa revisão também não podem aspirar a uma política externa de frente anti-imperialista no Oriente Médio. Pois não há, como anteviu, num rasgo de genialidade, Fathi ar-Rãmla, uma política anti-imperialista no Oriente Médio sem um prévio entendimento com Israel.

No interesse geral e humano de dois povos, além de outras minorias do Oriente Médio, e ainda sob este ângulo específico da luta anti-imperialista,

o entendimento judeu-árabe deve ser um ponto de honra assim como um ponto de coerência de todos os marxistas que não estão subordinados aos "aparelhos" deformantes e aviltantes de certos Estados que pela inércia mental e um abuso de terminologia são ainda considerados socialistas.

Paulo de Castro

Introdução

Israel é ao mesmo tempo um assunto fácil e difícil para o escritor, porque é uma lenda em existência.

Meyer Levin

Neste nosso atribulado e turbulento século XX a criação do Estado de Israel é sem dúvida um acontecimento marcante. Com isso concretizou-se um sonho, um ideal, uma aspiração quase bimilenar. Foi precedido, porém, por um período – poderíamos chamá-lo de preparatório – longo e difícil, repleto de obstáculos, desilusões e sacrifícios.

O ressurgimento do Estado Judaico decorreu do êxito (para muitos surpreendente, quiçá inacreditável) de um movimento político fundado modestamente em fins do século passado: o sionismo. O que é, em essência, o sionismo? Responde Ben-Gurion: Sionismo significa o retorno a Sião. (Segundo Ben-Gurion o termo "sionismo" foi cunhado por um judeu galiciano, de nome Bember, por volta da última década do século XIX; esse Bember, ironicamente, se tornaria mais tarde ferrenho antissionista.) Mas esse desejo de retorno, de restauração nacional, precede de muito o aparecimento do sionismo político, manifestando-se já logo após a destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70. Desde então tem sido constante o apego que os judeus demonstraram pela Palestina, tornando-se a crença de um retorno a Sião um dos princípios fundamentais da religião judaica. Deve-se destacar, contudo, que no próprio território palestinense a existência de comunidades judaicas – embora, muitas vezes, reduzidas a proporções extremamente pequenas – não sofreu, praticamente, solução de continuidade, assim como se mantiveram quase que ininterruptas as comunicações entre os judeus da Palestina e a Diáspora.

Os judeus que da Dispersão se dirigiam à Terra Santa faziam-no, de início, movidos por sentimentos religiosos. Conhecem-se exemplos vários de rabinos, poetas, pessoas devotas em geral, que principalmente durante a época medieval, iam em peregrinação à terra de seus antepassados a fim de dedicarem seus últimos anos de vida ao estudo religioso e ali serem enterrados. Ainda em plena Idade Moderna, no início do século XVIII, descrevia um desses peregrinos as atividades da comunidade judaica de Jerusalém da seguinte maneira: "Aqui não temos outra ocupação senão estudar e rezar dia e noite". Havia exceções, é claro, mas era bem reduzido o número dos que se dedicavam ao comércio, ao artesanato ou à lavoura.

Somente na segunda metade do século passado surgiriam atitudes e medidas mais práticas e objetivas visando transformar o ideal em realidade. Mas já antes disso apareceram sugestões, planos e projetos relativos à entrega da Palestina aos judeus, alguns mesmo propostos por figuras eminentes. A esses advogados da restauração da autonomia judaica, verdadeiros pioneiros espirituais, daremos a designação de precursores do sionismo.

E agora, lançando mão da linguagem teatral (tão apropriada à maioria dos acontecimentos históricos), é tempo de levantar o pano para o que pode ser considerado, sem exagero, o prólogo de um grande e impressionante drama.

CAPÍTULO 1

PRECURSORES DO SIONISMO

O judeu é conforme o fizemos.

Macaulay

O veterano sionista inglês Harry Sacher começa seu livro sobre o estabelecimento do Estado de Israel afirmando que os primeiros sionistas foram aqueles cativos que sentados às margens dos rios da Babilônia choravam ao se lembrarem de Sião. Não querendo remontar tão longe, e restringindo-nos aos tempos modernos, podemos dizer que o primeiro plano para a restauração, por meios práticos e não sobrenaturais, de um Estado Judeu na Palestina data do século XVI. Devemo-lo a Joseph Nasi, judeu de origem ibérica radicado no Império Otomano. Ali gozava ele de grande prestígio (o sultão Selim II chegou a agraciá-lo com o título de duque de Naxos); valendo-se de sua influência junto ao governo, obteve, em 1561, a concessão da cidade de Tiberíade e arredores, onde se propunha estabelecer o núcleo de um Estado Judeu semiautônomo que serviria de refúgio para judeus perseguidos da Europa. Homem prático, empreendeu a restauração da cidade, cercou-a de muralhas, tentou criar indústrias: e isso não obstante os protestos do delegado apostólico na Palestina, Bonifácio de Ragusa, que clamava contra "a vinda dessas víboras, piores que aquelas que se encontram nas ruínas da cidade". Entretanto, à semelhança do que ocorrera com a maior parte dos precursores, as ideias de Nasi estavam por demais adiantadas à sua época, e foram poucos os judeus que vieram se instalar em Tiberíade[1].

[1] Comenta o historiador Cecil Roth: "Escasso encorajamento poderia vir dos rabinos, mergulhados em sua casuística; ou dos místicos, convencidos de que a Redenção só podia

Em fins do século seguinte um mercador dinamarquês, Oliger Paulli, formulou planos bastante detalhados para um Estado Judeu apresentando-os a vários monarcas europeus, entre eles Luís XIV da França e Guilherme III da Inglaterra; não lhe deram, porém, como aliás era de se esperar, maior atenção. Propostas semelhantes seriam feitas, uns vinte anos mais tarde, por um aventureiro francês, o marquês de Langallerie; chegou ele a entrar em negociações – que se revelariam infrutíferas – com o embaixador turco em Haia (a Palestina, convém lembrar, era então uma possessão turca).

Passar-se-ia mais de meio século antes do assunto voltar à tona, trazido, entre outros, pelo príncipe Charles Joseph de Ligne (militar e homem de letras belga, que se celebrizou com o famoso dito sobre o Congresso de Viena: *"Le Congrès danse très bien, mais ne marche pas."*). Fora ele amigo íntimo e conselheiro do imperador José II da Áustria, falecido em 1790. Alguns anos depois, achando-se no trono austríaco o imperador Francisco II (com quem de Ligne já não gozava do mesmo prestígio), redigiu e fez publicar um longo memorando, em que argumentava que o restabelecimento de um Estado Judeu na Palestina traria benefícios não só àquele país e aos judeus que lá se encontrassem, como também melhoraria a situação dos judeus no resto do mundo. A repercussão alcançada foi extremamente reduzida.

Ainda no século XVIII personagens de relevo bem maior no cenário internacional demonstraram interesse pelo assunto. Um deles foi o príncipe Grigory Alexandrovitch Potemkin, célebre estadista, chefe militar, amante e consorte da imperatriz Catarina, a Grande. Odiando os turcos, desejava ardentemente – e esperava-o, mesmo, para futuro não muito remoto – a destruição do Império Otomano e, consequentemente, Constantinopla e os Estreitos em poder da Rússia. Alcançado isso, era sua opinião que Jerusalém não deveria mais permanecer em mãos dos infiéis. Então ser-lhe-ia possível remover da Rússia todos os judeus (por ele considerados como constituindo uma fonte de perturbações), encaminhando-os à Terra Santa, à qual, a seu ver, tinham pleno direito. Tinha Potemkin a certeza de que, uma vez de volta a seu próprio país, os judeus se tornariam completamente regenerados; previa, porém, que, antes que pudessem estabelecer-se firmemente e prosperar, teriam de guerrear bastante contra os infiéis. Daí

ser apressada por meio de permutações e combinações do Nome Divino; ou mesmo dos marranos fugitivos, por demais felizes se apenas chegavam a salvar a própria pele".

sua decisão de criar um batalhão e posteriormente um regimento inteiramente judaicos. O esquadrão inicial desse exército judeu, posto sob o comando honorário do duque Ferdinando de Brunswick, recebeu a denominação de Israelovsky, chegando a ser submetido a um treinamento militar intensivo. Mas o Império Otomano subsistiria muito além da expectativa otimista de Potemkin – como é sabido, mostrou-se ainda mais renitente que o império czarista – e nada de prático adviria de suas providencias pré-sionistas.

Subamos ainda mais na escala hierárquica dos personagens históricos, para alcançar aquele que foi, indiscutivelmente, a figura dominante de seu tempo: Napoleão Bonaparte. Em fins do século XVIII achava-se ele empenhado em sua campanha do Egito e Oriente Médio. A 20 de abril de 1799, durante o fracassado sítio de Acre, lançou uma proclamação convidando todos os judeus, "legítimos herdeiros da Palestina", a se unirem às suas hostes "a fim de restabelecer a antiga Jerusalém". Antes, porém, que seu apelo pudesse alcançar repercussão sensível em qualquer comunidade judaica de importância, viu-se Napoleão obrigado a se retirar do Oriente, desaparecendo assim de seu programa a ideia de reconstruir uma Palestina judaica.

Essa proclamação de Napoleão, não obstante seu nenhum efeito prático, constitui o primeiro documento importante dessa fase precursora do sionismo. Como encará-la? Para o professor Salo W. Baron, ela, "embora de pouca consequencia imediata, simbolizava o reconhecimento pela Europa dos direitos judeus à Palestina". Para Ben Halpern, os judeus foram considerados por Napoleão "como uma fonte que, devido à sua perene esperança de retornar à Terra Santa e reviver seu antigo Estado, poderia tornar-se um importante aliado político e financeiro das forças francesas"[2].

Temos sérias razões para duvidar da sinceridade de Napoleão e considerar sua proclamação como ato de puro oportunismo (o que, evidentemente, não diminui a importância intrínseca do documento). Anos depois, já imperador, impôs uma série de restrições, principalmente econômicas, aos judeus que lhe estavam sujeitos. Qualificava-os então

[2] Opinião idêntica foi manifestada em 1904 pelo rei Vítor Manuel III por ocasião de uma entrevista que concedeu ao líder sionista Theodor Herzl. Disse então o monarca italiano que Napoleão "queria apenas usar os judeus, que estão espalhados pelo mundo, como seu instrumento".

como "gafanhotos que devastam a França" ou de "raça mais desprezível do mundo".

Em 1806, querendo pôr à prova os judeus franceses, convocou Napoleão uma Assembleia de Notáveis, de 95 judeus, à qual submeteu, por escrito, uma série de 12 perguntas. E no ano seguinte convocou um Grande Sanedrim (que – com 71 membros, sendo 45 rabinos e 26 leigos – se reuniu em Paris sob a presidência do grão-rabino David Sintzheim, de Estrasburgo) para endossar as respostas dadas aos quesitos imperiais. Bastam algumas das perguntas para revelar claramente as intenções de Napoleão:

> –Aos olhos dos judeus são os franceses considerados como seus irmãos?
>
> –Os judeus nascidos na França, e tratados pelas leis como cidadãos franceses, consideram a França como seu país? Têm eles a obrigação de defendê-la?

Ao que foi respondido:

> Os judeus não mais constituem uma nação separada e consideram sua incorporação à Grande Nação como um privilégio e uma redenção política. A França é nossa pátria, os franceses são nossos irmãos. Estamos prontos a defender a França até a morte.

Na Inglaterra foram numerosos os partidários de uma restauração judaica, encontrando-se adeptos desse ideal tanto em círculos literários e políticos quanto na esfera teológica. Os teólogos cristãos ingleses baseavam sua atitude em promessas contidas na Bíblia; entretanto, imbuídos também de intenso ardor missionário, tinham sobretudo a esperança de que os judeus, de volta à Palestina, se converteriam ao cristianismo. Entre esses teólogos podemos citar inicialmente James Bicheno, pastor e mestre-escola em Newbury, autor de uma obra sugestivamente intitulada *Restauração dos Judeus – A Crise de Todas as Nações* (1800). Pouco depois, Thomas Witherby publica sua *Tentativa para Remover Preconceitos Referentes à Nação Judaica,* defendendo a restauração do Estado Judeu na Palestina e a igualdade civil dos judeus nos outros países. E em meados do século XIX surgiram, de autoria de Arthur G. H. Hollingsworth, dois panfletos – um tratando da "evidencia profética" sobre a restituição da Palestina aos judeus, em que se afirma poder o judeu na Palestina "sentir as energias imortais de sua raça e os altos destinos de seu futuro"; e o outro defendendo o ponto de

vista de que o estabelecimento de um Estado Judeu sob a proteção da Grã-Bretanha seria de grande utilidade para esta quanto à defesa da rota terrestre para a Índia.

No terreno literário os nomes são expressivos, a começar por uma figura-símbolo do romantismo: Lord Byron. Suas *Melodias Hebraicas,* inspiradas na Bíblia, contêm, segundo um crítico moderno, "os versos mais doces que ele jamais escreveu". A seguir, em ordem cronológica, Benjamin Disraeli, cujo talento literário foi grandemente ofuscado pelo seu extraordinário talento político; apesar de convertido na infância ao anglicanismo, nunca negou ou escondeu sua ascendência judaica. (Certa vez, no Parlamento, respondeu com as seguintes palavras a uma observação insultuosa a ele dirigida: "Sim, sou judeu; quando os antepassados do nobre cavalheiro ainda eram brutos selvagens numa ilha desconhecida, os meus já eram sacerdotes no templo de Salomão".) Desejoso de conhecer a terra de seu povo, fez em 1830 uma viagem à Palestina, deixando-lhe essa visita uma impressão profunda. De suas obras podemos destacar especialmente *David Alroy,* novela histórica inspirada na figura de um herói do Kurdistão, que viveu no século XII e era encarado por muitos judeus daquela época como um messias. Tratou também do assunto, e de maneira mais ampla, a conhecida romancista George Eliot (pseudônimo de Mary Ana Evans). Admiradora dos princípios morais do judaísmo, fez de uma das suas últimas obras, *Daniel Deronda,* uma apologia do povo judeu e um apelo contra o preconceito antijudaico. Desse romance extraímos o seguinte trecho, verdadeira profissão de fé sionista:

> Então nossa raça terá um centro orgânico, um coração e um cérebro para guiar, cuidar e executar; o judeu ultrajado terá uma defesa na corte das nações, assim como o inglês ou o americano. E o mundo ganhará junto com Israel, pois haverá na vanguarda do Oriente uma comunidade carregando em seu seio a cultura e a simpatia de todas as grandes nações... A Visão aí está – ela será realizada.

Esse romance, segundo sua própria autora, foi recebido pela opinião pública inglesa com "muita repugnância, ou então indiferença".

No terreno político a primazia na Inglaterra coube a Sir Moses Haim Montefiore, filantropo judeu e incansável defensor de seus correligionários perseguidos. Seu primeiro passo foi dado em 1838, junto ao vice-rei do

Egito, Mehemet Ali[3], sob cujo controle se achava então a Palestina; a ele submeteu Montefiore – aliás sem maiores consequencias – um projeto para a colonização judaica daquele país. Cerca de dois anos depois teve, em Constantinopla, uma entrevista com o sultão Abdul Mejid, do qual obteve um firmã[4] que colocava – pelo menos teoricamente – os judeus do Império Otomano em pé de igualdade com os demais súditos; no mesmo documento era expressa formal desaprovação à acusação, recentemente lançada contra judeus sírios, de haverem cometido um assassinato ritual.

Esse caso de "assassinato ritual" merece ser sucintamente lembrado[5]. Em fevereiro de 1840 o superior de um convento de Capuchinhos em Damasco e seu criado desapareceram em circunstâncias misteriosas. O governador local, Sherif Pasha, instigado pelo cônsul francês Ratti Menton – que encontrou por esse meio oportunidade de extravasar seus sentimentos antijudaicos – acusou os judeus damasquinos de haverem assassinado o frade e seu criado com propósitos rituais. Vários judeus de destaque foram presos e submetidos a um brutal "interrogatório", em consequência do qual dois deles sucumbiram. Uma delegação de judeus europeus, entre eles Sir Moses Montefiore e o advogado francês Adolphe Crémieux, dirigiram-se a Alexandria (a Síria achava-se ainda sob dominação egípcia) e ali obtiveram, em setembro de 1840, a libertação e reabilitação tácita dos prisioneiros.

Outro filantropo – este cristão – que se interessou por uma colonização judaica na Palestina foi Lord Shaftesbury. Sua simpatia pelos judeus era bastante relativa, limitando-se à Terra Santa. Assim, ao mesmo tempo que propugnava o retorno dos judeus àquele país, mostrava-se, do ponto de vista da política interna inglesa, fortemente hostil aos mesmos: opunha -se a que fossem elegíveis ao Parlamento, considerando isso "um insulto à cristandade"... E era membro destacado de uma Sociedade Londrina para Promover o Cristianismo entre os Judeus. Em 1839 o *Quarterly Review* publicou um ensaio de sua autoria intitulado "Situação e Perspectiva dos Judeus" em que afirmava achar-se o destino da nação

---

[3] Na qualidade de vice-rei do Egito, Mehemet Ali era vassalo do sultão, o que não impedia uma forte e belicosa rivalidade entre ambos.

[4] Firmã: ordem emanada de um soberano muçulmano.

[5] Acusação idêntica – relacionada dessa vez ao assassinato, com requintes de selvageria, de um menino de 12 anos em Kiev – seria formulada, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, por autoridades czaristas, com a agravante de que tinham, desde o início, pleno conhecimento da sua falsidade.

judaica irrevogavelmente ligado à Terra Santa. No ano seguinte dirigiu ao Secretário do Exterior, Lord Palmerston (com quem era aparentado, pois sua esposa era enteada do ministro), um memorial sobre o mesmo assunto. Palmerston enviou então instruções ao vice-cônsul britânico em Jerusalém para que fosse concedida proteção oficial aos judeus na Palestina[6].

Em 1841 foi endereçada a Palmerston uma petição assinada por 320 protestantes e católicos, na qual se lia que a Palestina "foi concedida pelo Soberano do Universo aos descendentes de Abraão como possessão permanente e inalienável há quase 4.000 anos, e nem conquistas nem tratados entre os homens podem atingir seus direitos à mesma"; nesse sentido pedia-se a intervenção do governo britânico. Em sua resposta declarou Palmerston que o governo britânico limitar-se-ia "a conseguir, para aqueles judeus que desejassem estabelecer-se na Palestina, completa segurança para suas pessoas e propriedades". Mas para que ninguém se iludisse quanto à amplitude dessa "proteção", o cônsul inglês James Finn, que esteve em Jerusalém de 1845 a 1862, chegou a ser várias vezes repreendido por seus superiores por se estar excedendo nos serviços prestados aos judeus residentes naquela cidade.

Procurou, contudo, Lord Palmerston, por iniciativa própria, persuadir o governo turco de que a colonização da Palestina pelos judeus seria vantajosa à própria Turquia. Assim, em despacho datado de 11 de agosto de 1840 e dirigido ao embaixador britânico em Constantinopla, Lord Ponsonby sugeriu o retorno dos judeus à Palestina sob a proteção do sultão, e explicava: "Mesmo que o encorajamento oferecido aos judeus pelo sultão não conduza na prática ao estabelecimento de grande número deles dentro dos limites do Império Otomano, ainda assim a promulgação de alguma lei em seu favor propagaria entre os judeus da Europa uma disposição amistosa para com o sultão, e o governo turco deve compreender de imediato como seria vantajoso à causa do sultão criar assim, por um único edito, amigos úteis em muitos países". Palmerston voltaria a insistir no assunto mais três vezes, sem obter êxito.

Lord Palmerston foi, em seu tempo, uma figura de proa da política europeia. Qual o motivo do seu interesse pelos judeus? Simplesmente

[6] Um vice-consulado britânico fora estabelecido em Jerusalém em 1838. O primeiro vice-cônsul, de nome Young, foi escolhido para o cargo por estar muito interessado na conversão dos judeus.

humanitário? Sobretudo filantrópico, como em Montefiore? Predominantemente religioso, como em Shaftesbury? Cremos que não. Afirma o historiador inglês H. W. V. Temperley que sua motivação era exclusivamente política: encorajar os judeus da Palestina, e ulteriormente, talvez, de todo o Império Otomano, a encarar a Grã-Bretanha como protetora, de maneira semelhante à que os ortodoxos eram encorajados a olhar para a Rússia.

Convenhamos, porém, que seria preciso uma dose forte de idealismo ou misticismo (ou qualquer outro interesse motivador) para levar alguém do Ocidente a se fixar, naquele tempo, na Palestina. A devastação que sofrera na Idade Média (inclusive na época das Cruzadas) foi intensa, e os administradores otomanos, que se instalaram no século XVI, também nada fizeram para melhorar as condições do país. Foi ele descrito, por volta de 1830, por dois autores ingleses, John Carnet e M. Russell. O primeiro, em seu livro *Recordações de Viagens no Oriente,* informa ser a Palestina, de um modo geral, um país abandonado e semibárbaro[7]; o segundo, em obra intitulada *Palestina, a Terra Santa,* atribui as nada invejáveis condições do país ao estado de barbárie em que se achava submersa a maior parte da população (observou, contudo, que a Galileia poderia transformar-se num paraíso se lá vivesse um povo trabalhador).

Não obstante esses informes pouco animadores, continuariam a aparecer na Inglaterra adeptos de uma Palestina Judaica. Figura das mais interessantes foi o coronel Charles Henry Churchill, aparentado com a famosa família dos duques de Marlborough (antepassados de Sir Winston Churchill). É ele merecedor de uma referência um pouco mais extensa.

Nascido em 1807, revelou-se C. H. Churchill cm sua mocidade, como Byron, um entusiasta da independência da Grécia. Ingressando na carreira militar participou, como integrante de uma Legião Anglo-Espanhola, da chamada Guerra Carlista (lutas pelo trono espanhol). Alguns anos mais tarde é designado para fazer parte da oficialidade da força

[7] É curioso assinalar que o Dr. Walter Clay Lowdermilk, autoridade de renome mundial em conservação de solos, ao ver em 1939 os povoados da Transjordânia notou que eram "pouco diferentes" de uma aldeia árabe próxima a Jerusalém descrita por Carnet mais de cem anos atrás. Atribui o Dr. Lowdermilk a decadência em que se encontrava a Palestina a um retrocesso da agricultura ocasionado por frequentes invasões e exploração de administradores ignorantes.

expedicionária britânica que, aliada aos turcos, expulsou as tropas egípcias de Mehemet Ali da Síria. A caminho daquele país, fazendo escala na ilha de Malta (dezembro de 1840), teve Churchill oportunidade de conhecer Sir Moses Montefiore, oferecendo-se para levar qualquer encomenda sua a Damasco. Valendo-se dessa gentileza, confiou-lhe Montefiore um estojo contendo cópias do recente firmã do sultão, cartas e jornais, para serem entregues à comunidade judaica de Damasco. Lá chegando foi Churchill solenemente recepcionado por Raphael Farhi, líder da comunidade judaica local e um dos acusados de assassinato ritual. Após o banquete (que contou com a presença de elevado número de convidados) Churchill pediu a palavra para um discurso. Falando em francês, louvou a conduta exemplar e patriótica de Sir Moses Montefiore, expressou sua firme convicção de que a comunidade judaica da Síria cresceria em importância, e, referindo-se à nascente amizade anglo-judaica, disse em conclusão:

> Possa este feliz encontro ser encarado como penhor dessa amizade e previsão de uma conexão e aliança entre os povos inglês e judeu que seja honrosa e vantajosa para ambos. Sim, meus amigos, havia em tempos passados um povo judeu afamado na arte e renomado na guerra. Esses belos vales e planícies, agora ocupados pelo árabe errante e selvagem, nos quais a desolação imprimiu sua marca férrea, já se regalaram outrora na fertilidade e abundância das colheitas, e neles ressoaram os cânticos das filhas de Sião. Possa estar próxima a hora da libertação de Israel. Possa a aproximação da civilização ocidental a essa terra interessante ser a aurora de sua regeneração e existência política; possa a nação judaica reivindicar outra vez o seu lugar entre as potências do mundo! Os descendentes dos Macabeus ainda se mostrarão dignos de seus ilustres ancestrais!

O auditório, emocionado, prorrompeu em gritos de... "Inshallah! Inshallah!" (Que Alá o conceda! Que Alá o conceda!)

De Damasco escreveu C. H. Churchill uma carta a Montefiore; nela recomendava aos judeus dirigir seus esforços "para a regeneração da Síria e Palestina", e afirmava não haver dúvidas de que "acabariam obtendo a soberania de pelo menos a Palestina", mas para isso aconselhava o início imediato de um movimento *pelos próprios judeus.* Montefiore encaminhou a carta – com cujas propostas, aliás, estava em desacordo – à Junta de Deputados dos Judeus Britânicos (da qual era presidente), e lá foi arquivada. A falta de receptividade que suas ideias (indubitavelmente

ousadas) encontraram entre os "judeus poderosos" da Inglaterra causou-lhe profunda decepção. Fixou então residência no Líbano, adotou o nome de Sharshar Bey, e passou durante algum tempo a se interessar grandemente pelos drusos...

Outro militar britânico que se preocupou com a mesma questão foi o coronel George Gawler, ex-governador da Austrália. Divulgou suas ideias num livro intitulado *Tranquilização da Síria e do Oriente,* e que tinha por subtítulo "Observações e Sugestões Práticas para o Estabelecimento de Colônias Judaicas na Palestina: o Remédio mais Sóbrio e Razoável para os Males da Turquia Asiática". Sugeria Gawler ao governo britânico promover a recolonização judaica da Palestina como meio de salvaguardar as linhas de comunicação e o comércio britânicos. E, deixando transparecer o entusiasmo que o animava, escrevia: "Eu ficaria verdadeiramente exultante em ver na Palestina uma poderosa força de judeus estabelecidos em florescentes colônias agrícolas e prontos a se manterem firmes nos montes de Israel contra todos os agressores".

No mesmo ano em que surgia na Inglaterra o livro de Gawler (1845), um funcionário do serviço colonial britânico escrevia em Colombo (Ceilão) *Um Apelo em Favor da Nação Judaica Relacionado com a Política Britânica no Levante;* tratava-se de Edward L. Mitford. Após descrever a situação trágica dos judeus que viviam sob dominação muçulmana no Marrocos, propunha o restabelecimento dos judeus na Palestina sob uma espécie de protetorado britânico, tendo em vista posteriormente a formação de um Estado autônomo.

O Apelo de Mitford (também publicado em 1845) era escrito em linguagem simples mas não destituída de sentimento e ardor. Dele gostaríamos de salientar dois trechos. No primeiro o autor apela aos sentimentos humanitários da Grã-Bretanha para que esta se interesse também pela sorte dos judeus:

> ...pedindo para eles a caridade daquela nação cujo solo dá liberdade ao escravo[8], e ao mesmo tempo proporciona um asilo aos reis em seu infortúnio[9] –...onde sua proteção é mais reclamada, ali não há ajuda –

[8] A 21 de agosto de 1833 o Parlamento inglês aprovou uma lei abolindo a escravidão em todas as possessões inglesas de além-mar.

[9] Carlos X, rei de França, derrubado pela revolução de julho de 1830, refugiara-se na Inglaterra.

> aos pés do trono britânico, onde todas as nações encontram esperanças e auxílio, deve somente o Israelita encontrar desamparo e desespero?

O segundo se nos afigura quase profético:

> A Palestina, embora presentemente estéril e desolada, para restaurar sua fertilidade original precisa apenas de uma população ativa e trabalhadora, tão abundantes são suas vantagens naturais de solo e clima.

Pouco depois de se iniciar a segunda metade do século XIX vamos deparar novamente com nossos já conhecidos Lord Shaftesbury e Sir Moses Montefiore. De Shaftesbury partiu a sugestão, feita em 1854 a Lord Clarendon, Secretário do Exterior, para que fosse concedida a judeus a possibilidade de comprar terras na Palestina. Clarendon encaminhou-a ao embaixador britânico em Constantinopla. Daí resultou, no ano seguinte, obter Montefiore do sultão um novo firmã permitindo a compra de terras em determinadas áreas da Palestina. Adquiriu então Montefiore, com seus próprios recursos, terras nas áreas autorizadas (Jerusalém e Jaffa). Igualmente por iniciativa sua foram fundados um hospital e uma escola feminina em Jerusalém e estabelecidas colônias agrícolas em Safed e Tiberíade.

Mais três nomes podem ainda ser incluídos na relação dos precursores ingleses: 1º) o industrial Sir Edward Cazalet – assegurando que os judeus, embora dispersos e espezinhados, possuíam em si os elementos constitutivos de uma nação – propôs uma colonização judaica em larga escala sob proteção britânica, bem como o estabelecimento de uma universidade hebraica em Jerusalém (1878); 2º) o general Sir Charles Warren, que se dedicara a pesquisas arqueológicas na Palestina, sugeriu a formação de uma companhia destinada a obter do sultão uma concessão para o estabelecimento de judeus, com autonomia, naquele país (1879); 3º) o parlamentar Sir Laurence Oliphant – alegando contar com o apoio, entre outros, do primeiro-ministro Disraeli e do secretário do Exterior Lord Salisbury – planejou a colonização da Palestina por judeus, tentando obter para isso autorização do governo turco (1882)[10].

[10] A autorização não foi concedida, mas o próprio Oliphant transferiu-se para a Palestina, passando a residir numa pequena localidade próxima a Haifa.

Passemos aos Estados Unidos. Na primeira metade do século XIX o único nome a assinalar é o de Mordecai Manuel Noah, o “Dom Quixote judeu”. Homem de grande vitalidade e energia (mas “fanfarrão”, segundo Cecil Roth), de atividade multiforme – foi político, advogado, teatrólogo, diplomata (cônsul dos Estados Unidos em Túnis) e jornalista – procurou de início obter o apoio e simpatia de figuras influentes da política americana. Em resposta a uma solicitação sua, recebeu de John Adams (que fora o segundo presidente dos Estados Unidos) uma carta expressando grande interesse pela restauração judaica da Palestina, e em que se lia: “Gostaria realmente de ver os judeus de novo na Judeia, como uma nação independente”. Anos depois comprou Noah uma ilha no rio Niágara, perto da cidade de Buffalo, e convidou os judeus perseguidos de todo o mundo a lá se estabelecerem, formando uma comunidade autônoma. Por ocasião de uma imponente cerimônia inaugural, proferiu um discurso em que dizia: “Ao convocar os judeus para se reunirem sob a proteção da Constituição e das leis americanas,... quero declarar que este asilo é temporário e provisório. Os judeus nunca abandonarão a justa esperança de recuperar a posse de sua antiga herança”. Desse projeto (que não foi além da cerimônia de inauguração) resta um único vestígio – uma laje cinzenta de pedra, atualmente no porão da Sociedade Histórica de Buffalo, com a seguinte inscrição:

> ARARAT
> UMA CIDADE DE REFÚGIO PARA OS JUDEUS
> FUNDADA POR MORDECAI MANUEL NOAH
> NO MÊS DE TIZRI
> SETEMBRO 1825 & NO 50.º ANO DA
> INDEPENDÊNCIA AMERICANA

Em outubro de 1844 voltou Noah a se manifestar, proferindo em Filadélfia um discurso em que afirmava ser dever dos cristãos auxiliar os judeus a recuperar a terra de seus antepassados. Esse discurso, impresso sob o título *Discurso sobre a Restauração dos Judeus*, alcançou alguma repercussão, inclusive na Inglaterra, onde em virtude do mesmo o *Spectator* empreendeu uma campanha em prol da colonização judaica da Palestina.

Cabe aqui intercalar uma tentativa de colonização não judaica efetuada na Palestina, a nosso ver bastante ilustrativa das dificuldades existentes. George J. Adams, um pastor itinerante, predizendo a próxima segunda vinda de Cristo, conseguiu induzir mais de uma centena de pessoas a aguardar o magno acontecimento na Terra Santa. Criou assim em Jaffa, no ano de 1866, uma pequena colônia agrícola de cristãos americanos. A atitude do pastor Adams para com os judeus era cordial, chegando ele a convidá-los a se associarem à sua colônia, augurando-lhes um brilhante futuro. Vários judeus que também se encontravam em Jaffa viram em Adams e seus colonos um belo exemplo, e Meyer Hamburger, correspondente local de um semanário judaico da Prússia Oriental, redigiu para esse periódico um *Apelo aos Nossos Irmãos, os Filhos de Israel* em que perguntava: "Por quanto tempo ainda retrocederemos, permanecendo à margem, sem aprender dos não judeus?" E prosseguia:

> Por que continuarmos a ser motivo de desprezo e chicota para os colonos americanos que sempre nos perguntam: "Por que vocês não compram algumas terras?" E quando respondemos que nossos irmãos, os Filhos de Israel, vivem no estrangeiro passando necessidades eles nos dizem: "Se cada pessoa desse somente 10 francos por ano, quantia que é despendida mensalmente em cigarros, seria possível comprar terra suficiente para sustentar no mínimo 60 famílias". Que podemos responder?

E, no entanto, essa colônia fracassou. Os colonos, desapontados e deprimidos, foram gradativamente deixando Jaffa. O último a se retirar, no verão de 1868, foi o próprio Adams, que não mais retornou à Palestina devido às grandes dívidas que ali contraíra. Segundo Moshe Zachs (um judeu residente em Jerusalém) a principal causa do fracasso foi a falta de experiência e de recursos.

Surge agora o segundo vulto feminino desta história, significativamente também pertencente ao mundo literário: a poetisa judia Emma Lazarus. Foi ela em seu tempo figura destacada da vida intelectual americana, tendo sido também a primeira pessoa na América a advogar o aprendizado industrial para os judeus. Nos dias de hoje, porém, é lembrada quase que exclusivamente por um soneto – *The New Colossus,* dedicado aos refugiados sem pátria – que se encontra gravado na famosa Estátua da Liberdade à entrada do porto de New York. Em 1882 foram publicados seus *Cantos de um Semita,* obra dedicada a George Eliot e, cujos versos,

impregnados de emoção e esperança, apresentam acentuado cunho nacionalista judaico. No mesmo ano deu início a uma série de artigos, intitulados coletivamente *Epístolas aos Hebreus,* com os quais procurava levantar a consciência religiosa e nacional dos judeus americanos. E em 1883 escreveu para a revista *The Century* um artigo pedindo uma nacionalidade restaurada e independente para os judeus, bem como a sua repatriação para a Palestina.

Pouco depois da morte de Emma Lazarus (ocorrida em 1708), William E. Blackstone, de Oak Park, Illinois, visitou a Palestina. Estudando as condições do país concluiu que a ideia de se restaurar ali a autonomia e o governo judaicos era "exequível e sagaz". Em março de 1891, na qualidade de presidente de uma conferência de cristãos e judeus realizada em Chicago, apresentou Blackstone a Benjamin Harrison, presidente dos Estados Unidos, e James G. Blaine, secretário de Estado, um memorial entre cujos signatários figuravam – além de prefeitos de grandes cidades, diretores de importantes jornais, congressistas, juristas, educadores e outras personalidades – os famosos magnatas J. Pierpont Morgan e John D. Rockefeller. Nesse memorial, fazendo referência à gravidade do problema constituído pela onda de refugiados judeus oriundos da Rússia, indagava-se: "Por que não restituir-lhes a Palestina?... Quando a cultivavam era um país notavelmente fértil, sustentando milhões de israelitas que lavravam laboriosamente suas encostas e vales... Um milhão de exilados apelam através de seus terríveis sofrimentos para nossa simpatia, justiça e humanidade". Concluía fazendo um apelo ao presidente e ao secretário de Estado para que usassem "seus bons ofícios e influência" junto aos governos da Europa "a fim de assegurar a realização, em data próxima, de uma conferência internacional para estudar a situação dos israelitas e suas reivindicações sobre a Palestina como seu antigo lar". O memorial foi arquivado.

Deixemos por ora os países de língua inglesa, ainda um tanto longe de desempenharem os papéis destacados que lhes caberiam na crônica do sionismo. Voltemos à França. O primeiro nome que surge na segunda metade do século XIX é o de Joseph Salvador, intelectual judeu cujas atividades literárias foram dedicadas quase que exclusivamente à história judaica e à defesa da religião israelita. Numa de suas obras, que tem por título *Paris-Roma-Jerusalém ou A Questão Religiosa no Século XIX,* pedia

a reunião de um congresso internacional com o objetivo de reintegrar o povo judeu em seu país de origem.

O secretário particular do imperador Napoleão III, Ernest Laharanne, também interessado no assunto, escreveu em 1860 um panfleto intitulado *A Nova Questão do Oriente.* Nele, após lembrar os serviços já prestados pela França aos judeus, libertando-os de seus guetos e conferindo-lhes igualdade política, dirige-se a eles com palavras vibrantes:

> Chegou a hora de recuperardes vossa pátria até agora espezinhada na poeira pela Turquia, quer pelo processo pacífico da indenização, quer por outro meio. Contribuístes bastante para civilizar as nações, para impulsionar a Europa no caminho do progresso, para fazer e encorajar revoluções. Do agora em diante deveis pensar em vós mesmos, nos vales do Líbano, nas grandes planícies de Genesaré. Avante! Em vossa obra de regeneração nossos corações vos acompanharão, nossos exércitos vos auxiliarão. Avante, judeus de todos os países! A velha pátria vos chama, e nós nos orgulharemos de abrir suas portas a vós.

É bem possível que o próprio Napoleão III não estivesse alheio à questão, pois em princípios de 1866 o *Illustrated Christian Times* de Londres publicava a seguinte notícia:

> Asseguram-nos de boa fonte que o imperador Napoleão convidou recentemente os principais judeus da França para uma conferência a respeito do retorno dos judeus à Terra Santa, havendo no decorrer da mesma se aprofundado no assunto e mostrado sua disposição de usar para esse fim seu poder e influência. Qualquer que seja o motivo, o simples fato de uma tal conferência constitui um significativo sinal dos tempos. O que não será ainda capaz de realizar esse homem misterioso?

Também o suíço Henri Dunant, o grande idealista fundador da Cruz Vermelha, cogitou de uma restauração judaica, e chegou a criar, em 1876, uma sociedade para promover a colonização judaica da Palestina; tal sociedade, contudo, não alcançou nada de prático, e isso principalmente devido à total indiferença das organizações judaicas de Paris, Berlim e Londres.

Mas já é tempo de dedicarmos um pouco de nossa atenção à Europa Central e Oriental. Lá um movimento para o retorno dos judeus à Palestina tomou vulto em meados do século XIX. Os principais expoentes desse

movimento, entretanto, achavam-se bem mais intensamente motivados do que os que advogavam a mesma medida na França, Inglaterra ou Estados Unidos. Eram eles impelidos não só por convicção religiosa ou por um sentimento de consciência nacional, mas, sobretudo, pela experiência pessoal que possuíam da intolerância, das dificuldades e dos perigos a que seu povo se achava exposto devido à sua situação de minoria indefesa onde quer que se encontrasse[11].

O primeiro dos precursores do sionismo nessa parte do mundo foi Zevi Hirsch Kalischer, rabino da cidade de Thorn (Pomerânia) e discípulo de famosa autoridade em assuntos talmúdicos, o rabino Akiba Eger. Já em 1830 dirigira-se Kalischer ao seu mestre expondo-lhe em carta a necessidade de um retorno à Palestina, e alguns anos depois iniciou correspondência sobre o mesmo assunto, com dois dos judeus mais ricos e influentes de seu tempo, o barão Amschel Meyer Rothschild e Sir Moses Montefiore. Em 1862 publicou *Em Busca de Sião,* expondo o ponto de vista – extraordinário e audacioso para um rabino daquele tempo – de que a salvação dos judeus, tal como predita pelos profetas, só poderia vir de um modo natural, por meio de esforço próprio, não necessitando de antemão o advento do Messias; tornava-se portanto mister empreender sem demora a colonização da Palestina. Achava ele que essa colonização deveria ficar a cargo de uma sociedade de judeus abastados, à qual competiria igualmente auxiliar na transferência de grande número de judeus da Rússia, Polônia e Alemanha para a Palestina. Propunha também a fundação de uma escola agrícola na Terra Santa para instruir rapazes e moças na lavoura e outros assuntos leigos, e, ainda, que os jovens judeus recebessem instrução militar, visando à proteção dos colonos contra ataques dos beduínos que, desde os tempos antigos, infestavam o território palestinense[12]. (Contudo, Kalischer

---

[11] Tem toda razão o professor Joseph Dunner quando afirma: "Através da História e em toda parte as minorias têm sido bodes expiatórios para os grupos majoritários – especialmente em épocas de crise econômica, política ou psicológica. A posição dos judeus no mundo cristão pode ser melhor compreendida quando se dá atenção a esta simples verdade. O judeu, banido de seu lar nacional, um estranho sem pátria, tem sofrido em todas as épocas porque ele representa a mais conspícua e a mais ubíqua das minorias".

[12] Pouco antes de Kalischer – e cremos que sem conhecimento deste – outra figura interessante de rabino, Judah Bibas, de Corfu, declarara ser tempo dos judeus aprenderem a usar armas para conquistar sua liberdade na Palestina. E ia além, afirmando ser necessário acrescentar aos estudos sacros os estudos leigos, ou até mesmo desprezar os primeiros em

acreditava que a colonização da Palestina e o cultivo de seu solo de acordo com os preceitos bíblicos seriam uma etapa preparatória para o advento dos tempos messiânicos).

Apoiado por outros rabinos, entre eles alguns ocupando posição de relevo na comunidade judaica alemã, convocou Kalischer na mesma cidade onde exercia suas funções religiosas (atualmente Torun, na Polônia) uma conferência laico-rabínica, submetendo-lhe o seu plano. Inspirado nele foi estabelecida pelo Dr. Hayim Lourie uma sociedade colonizadora em Francfort-sôbre-o-Oder, mas devido a dificuldades de natureza local foi a mesma depois transferida para Berlim, tomando então a denominação de Sociedade para a Colonização da Terra de Israel (1864).

Foi ainda em atendimento a insistentes pedidos do rabino Kalischer que a Alliance Israélite Universelle[13] deu seu primeiro passo de natureza prática na Palestina, estabelecendo em 1870, nas proximidades de Jaffa, a primeira escola agrícola da Palestina: Mikveh Israel. Com relação a essa escola não deve ser esquecido o nome de Charles Netter, um dos fundadores da Alliance e membro de seu Comitê Central. Para instalar o educandário, obteve ele a indispensável permissão do sultão e, ainda mais, a doação pelo governo turco do terreno necessário ao empreendimento. Não satisfeito com isso, permaneceu vários anos em Mikveh Israel, supervisionando pessoalmente a instalação e o funcionamento dessa importante instituição.

Na Alemanha merece especial destaque a figura do socialista Moses Hess. Ainda jovem ingressara na política, como orador e jornalista. Colaborou com Marx e Engels, rompendo com eles após a publicação do *Manifesto Comunista* (1848)[14]; transferiu-se então para Paris, onde passou a se dedicar a um estudo acurado da questão judaica. Foi contudo na

favor dos segundos, pois se a Bíblia era a dieta normal dos judeus quando sãos, as ciências profanas constituíam um remédio a ser tomado quando doentes.

[13] Essa sociedade, surgida na França em 1860, havia sido criada com o objetivo de ajudar judeus perseguidos a readquirir sua liberdade. Achavam seus fundadores que a melhor maneira de emancipar era por meio da educação. Sua primeira escola foi fundada em 1862 em Tetuã, no Marrocos (então espanhol). Paralelamente à sua notável obra cultural dedicou-se também a Alliance a uma ação política em defesa dos direitos das minorias judaicas.

[14] Cerca de 15 anos depois tornar-se-ia Hess amigo íntimo de Ferdinand Lassalle, o fundador do movimento social-democrata alemão, com quem cooperaria ativamente durante algum tempo.

Alemanha que apareceu, em 1862, sua obra mais importante: *Roma e Jerusalém* (o título provém de uma comparação que o autor faz entre o *Risorgimento* italiano, que Hess apoiara com entusiasmo, e as aspirações nacionais judaicas). Afirmava Hess, logo no prefácio do livro (que pretendera inicialmente denominar *O Renascimento de Israel*) que “nenhum povo moderno, lutando por sua pátria, pode negar ao povo judeu o direito à sua própria terra sem envolver-se na mais fatal incoerência”. O problema judeu, dizia ele, não podia ser dissociado dos movimentos nacionalistas surgidos após a Revolução Francesa. Com o progresso do liberalismo e da ciência dar-se-ia uma regeneração das nações historicamente civilizadas, elevando-se as pequenas nacionalidades oprimidas ao nível das poderosas e dominantes – para os judeus, porém, essa regeneração só poderia ocorrer em sua antiga pátria[15]. Mantinha Hess que o povo judeu preservara sua nacionalidade em sua religião, ambas inseparavelmente unidas na inalienável terra ancestral; os judeus não constituíam apenas um agrupamento religioso (conforme apregoado pela imensa maioria dos rabinos, que sacrificavam assim o ideal nacionalista) e sim uma nação em separado (“destinada a ser ressuscitada”) e o judeu que negasse isso seria não só um traidor de seu povo como também um apóstata, um renegado religioso. Eis algumas de suas afirmativas, textualmente transcritas:

> Um solo comum é uma condição primordial para a criação, entre os judeus, de relações mais sadias de trabalho. O homem social, assim como as plantas e os animais sociais, necessita para seu crescimento de um solo amplo e livre; sem isso ele se rebaixa, até atingir o estado de parasita que se alimenta à custa de outros.
>
> ...A aquisição de um solo ancestral comum, o empenho em conquistar condições legais sob as quais o trabalho possa progredir, a fundação – de acordo com os princípios mosaicos, isto é, socialistas – de empresas judaicas de agricultura, indústria e comércio, estes são os alicerces sobre os quais se reerguerá o judaísmo no Oriente, dos quais surgirá outra vez o fogo do antigo patriotismo judaico, e pelos quais todo o judaísmo se reanimará.

[15] Um dos fatores que levaram Hess a propugnar tal solução para o problema judaico foi o Caso Mortara, ocorrido em Bolonha em 1858: Edgardo Mortara, então com 7 anos, tendo sido batizado durante uma enfermidade por uma enfermeira católica, foi violentamente retirado do convívio de sua família por gendarmes papais e instruído na religião católica, de nada valendo protestos vindos do mundo inteiro. (Adulto, Edgardo Mortara tornou-se padre; veio a falecer, na Bélgica, em 1940).

Alcançou essa obra, entre o judaísmo ocidental, uma considerável repercussão, quase toda ela desfavorável. Só mais tarde seria reconhecida a importância de Hess (um dos primeiros a lhe dar o devido valor foi Herzl, o fundador do sionismo político, que a seu respeito escreveria: "Desde Spinoza não produziu o judaísmo maior gênio do que o esquecido Moses Hess"); hoje em dia é qualificado, com justiça, como o "pai do sionismo socialista"[16]. Seus restos mortais foram transferidos, em outubro de 1961, para solo israelense e ali enterrados no cemitério do Kibbutz Kinneret, às margens do lago de mesmo nome e um dos mais antigos do país (sua fundação data de 1908).

À medida que nos deslocamos do centro para o leste da Europa, mais opressivas vão-se tornando as condições de vida dos judeus. Uma das formas de reação encontrada foi a adesão, pelos intelectuais, a um movimento chamado Haskalah (palavra hebraica significando "esclarecimento"), por meio do qual esperavam conseguir a emancipação do povo judeu.

Esse movimento fora iniciado na Alemanha, na segunda metade do século XVIII, pelo filósofo Moses Mendelssohn (com sua tradução, para o alemão, do Pentateuco); tinha por objetivo "modernizar" a vida judaica, principalmente através da educação, fazendo com que os judeus adotassem a língua, a cultura, os costumes e a maneira de vestir dos países onde se encontrassem – ficariam assim aptos a receber completa igualdade civil. Preconizava ainda a Haskalah o ingresso de judeus em todos os ramos de atividade e seu consequente desligamento do comércio e das finanças. Achavam seus adeptos na Rússia, talvez com excessiva ingenuidade, que se naquele país fossem aplicados tais métodos a situação dos milhões de judeus russos teria inevitavelmente de melhorar. (Não se pode negar que uma "modernização" era realmente necessária aos judeus da Europa Central e Oriental, habituados a viver em guetos materiais e espirituais, sob o controle de um clero em geral retrógrado e obscurantista[17].)

[16] Não deixa de ser oportuno salientar, como o fez Hayim Greenberg, que nem Moses Hess nem Lassalle (também judeu) viam qualquer contradição entre seu credo socialista e suas convicções religiosas, pois "foi Marx o primeiro a tentar estabelecer uma conexão filosófica entre socialismo e materialismo ateu".

[17] No dizer de Barnet Litvinoff: "Seus bastiões contra o progresso eram seus próprios livros sagrados, transformados após longos anos de estudo mecânico em objetos tanto de reverência quanto de superstição".

Paradoxalmente, porém, os intelectuais partidários da Haskalah propagavam sua doutrina em hebraico, inaugurando assim o ressurgimento desse idioma nos tempos modernos[18]. Entre os expoentes desse movimento na Rússia podem ser lembrados Abraham Mapu (considerado um dos fundadores da novela hebraica, autor do romance histórico *Amor de Sião,* que lida com aspectos do Israel bíblico) e Jehudah Leib Gordon (poeta, autor do poema épico *Entre os Dentes do Leão,* descrevendo a resistência heroica de Jerusalém diante dos romanos), além de outros escritores, poetas e grande número de professores. Exerceram eles considerável influência nos meios intelectuais, e especialmente entre estudantes secundários e superiores; suas ideias podiam ser resumidas na seguinte sentença de J. L. Gordon: "Seja em casa um judeu e fora dela um homem".

A propagação do "esclarecimento" na Rússia era intensa (e as reformas "liberais" de Alexandre II haviam dado maior impulso ao movimento), mas em março de 1881 ocorreu um fato que causou o seu rápido declínio e extinção: o assassinato de Alexandre II, estraçalhado por uma bomba numa rua de São Petersburgo. Sucedeu-o no trono seu filho Alexandre III, inepto e inerte, "imensa criança barbuda", "idiota coroado" ou "augusto imbecil" de força descomunal (era capaz de vergar uma ferradura com a mão), completamente dominado pela figura sinistra e maligna do seu ex-tutor, o ultrarreacionário Constantin Pobiedonostsev. Não tardou o novo czar a deixar transparecer seu ódio aos judeus, sobre os quais se desencadeou violenta onda de terror, não raro com participação ativa da polícia. As populações judaicas de Kiev, Odessa, Varsóvia e numerosas outras cidades foram vítimas de pavorosos pogromes, cuja instigação oficial parece estar fora de dúvida. Os soldados incumbidos da "pacificação" faziam-na de má vontade, e quando um general se queixou disso ao czar obteve como resposta: "Eu próprio fico satisfeito quando se bate nos judeus". Várias carreiras lhes foram interditadas (não lhes permitam, por exemplo, ser funcionários públicos nem oficiais do exército), a instrução dificultada[19], e estavam proibidos de adquirir ou alugar

[18] Todavia, um movimento de objetivos praticamente idênticos, a Sociedade para a Difusão do Esclarecimento entre os Judeus da Rússia (organizada em 1863) visava fazer do russo o idioma das massas judaicas.

[19] Lembrava Itzhak Ben-Zvi (segundo presidente de Israel) em reminiscências de sua juventude na Rússia: "Sob o regime czarista não era fácil um judeu ser aceito como aluno de ginásio".

propriedades fora das zonas urbanas bem como de dedicar-se a trabalhos agrícolas. A consequência foi um empobrecimento nas regiões onde os judeus se achavam compulsoriamente confinados, enchendo-se as cidades de indigentes e ficando não raro sujeitas a epidemias. A desilusão entre os seguidores do "esclarecimento" foi total e muitos se converteram ao ideal nacionalista; alguns, porém, encontraram uma solução mais simples: emigraram para os Estados Unidos.

Mas já antes dos massacres de 1881 (só no outono desse ano haviam sido mortos na Polônia e Ucrânia cerca de 15 000 judeus) alguns partidários da Haskalah haviam mudado de orientação. Assim, em 1860, um jornalista, David Gordon, escreveu diversos ensaios sobre o nacionalismo judaico em relação ao renascimento da Palestina. Atuação bem mais destacada, porém, teria o escritor Peretz Smolenskin que num artigo de revista revelou seu programa de combater "não apenas os fanáticos da velha escola que se escondem sob o manto do dogma religioso, mas igualmente aqueles hipócritas esclarecidos que procuram com palavras melífluas alienar os filhos de Israel de sua herança ancestral". Em 1873 apareceu sua novela *O Povo Eterno,* contendo, num esboço de movimento nacionalista judaico, uma nobre mensagem – a de que esse nacionalismo era inteiramente compatível com a realização do ideal de fraternidade universal entre os homens. Não se limitou, contudo, Smolenskin a trabalhos teóricos e, entre suas realizações práticas, avulta sua ativa colaboração para a fundação, em Viena, em 1882, da primeira organização estudantil judaica de caráter nacionalista: a Kadimah.

Outro intelectual, o escritor, jornalista e filósofo Eliézer Perelmann – mais conhecido como Eliezer Ben-Yehuda – expôs em 1879 o ponto de vista de que qualquer renascimento espiritual judaico seria vão se a Palestina não viesse a se tornar um centro nacional. No ano seguinte redigiu ele, para um mensário vienense, uma série de artigos defendendo, além do retorno dos judeus à Palestina, também a restauração do hebraico como língua viva, própria para uso cotidiano. À tarefa do renascimento do idioma hebreu dedicaria Ben-Yehuda o resto de sua vida[20]; em 1881 fixou residência na Palestina e lá produziu seu monumental *Dicionário de Hebraico Antigo e Moderno* que, sendo um completo repositório do tesouro

[20] Ben-Yehuda faleceu em 1922.

linguístico acumulado pelos séculos, continha também inúmeras palavras novas, cunhadas pelo autor, hoje em dia de uso corrente.

E já após os pogromes de 1881, o escritor Moses Leib Lilienblum (autor de uma dramática descrição autobiográfica da vida no gueto, intitulada *Erros da Mocidade*), observando a fuga de judeus russos para a América, chamou atenção para o fato de não ser essa uma solução adequada para a questão judaica e iniciou uma campanha a favor do ideal nacionalista, para o qual contribuiu com um pequeno livro intitulado *O Renascimento do Povo Judeu na Terra de Seus Antepassados.*

Chegamos assim a setembro de 1882, data a nosso ver marcante na história do pré-sionismo. Assinala o aparecimento na Rússia de um panfleto, publicado em Berlim e escrito em alemão (isso porque seu autor encontrava mais facilidade de expressão nessa língua do que em russo). Título: *Autoemancipação.* Subtítulo: "Uma Advertência a Seus Irmãos, por um Judeu Russo". Autor: Leon Pinsker, um médico altamente conceituado e popular de Odessa. Escrito em linguagem fácil, objetiva, por vezes dramática, constituía uma análise penetrante e repassada de amargura da situação judaica. Dizia Pinsker: "Não somos considerados uma nação entre outras nações, e não temos voz alguma no conselho das nações, nem mesmo em assuntos que nos dizem respeito. Nossa pátria é um país estranho, nossa unidade a dispersão, nossa solidariedade a hostilidade geral contra nós, nossa arma a submissão, nossa defesa a fuga". E adiante: "Os judeus são o povo eleito do ódio universal... Eles em toda parte estão em evidência e em lugar nenhum estão em casa". Por isso, por serem estranhos onde quer que se encontrassem, por não possuírem nem território nem governo próprios, não constituindo uma nação independente, é que os judeus eram desprezados. A emancipação política não bastaria para elevá-los na estima dos outros povos ("ser espoliado por ser judeu ou precisar de proteção por ser judeu é igualmente vergonhoso"). "Não é Emancipação que o povo judeu precisa e sim Autoemancipação, deixar de ser um povo morto e ter vontade própria de ser uma nação". Havia um só remédio: criar (ou melhor, recriar) uma nacionalidade judaica, de um povo vivendo em seu próprio solo – isto constituiria a autoemancipação dos judeus, sua emancipação como nação entre as nações pela aquisição de um lar próprio. Todavia, para alcançar tal objetivo, teriam os judeus de contar apenas com suas próprias forças, não devendo esperar qualquer auxílio de governos ou confiar no progresso da civilização. Que não se contentassem em

permanecer sempre como a cinderela das nações; era preciso que abandonassem, de uma vez por todas, a ideia ilusória de que com sua dispersão estavam cumprindo uma missão da Providência.

É interessante notar que Pinsker a esse tempo não visava especificamente a Palestina (embora mais tarde viesse a mudar de opinião). Escrevia ele então:

> O alvo de nossos esforços deve ser não a Terra Santa mas sim "uma terra própria". Precisamos para nossos irmãos apenas de um pedaço de terra que ficará como propriedade nossa e da qual nenhum dominador estrangeiro nos poderá expulsar. Para lá levaremos nossas mais sagradas posses, salvas do naufrágio de nossa antiga pátria – a ideia de Deus e a Bíblia. Foram essas somente que fizeram de nossa velha pátria a Terra Santa, e não Jerusalém e o Jordão. Talvez a Terra Santa volte a ser nossa. Se assim for, tanto melhor, mas antes de tudo deve-se determinar – e é este o ponto fundamental – qual o território que nos é acessível e ao mesmo tempo capaz de proporcionar aos judeus que sejam obrigados a abandonar seus lares um refúgio incontestável e seguro, e que possa tornar-se produtivo... Em vez de muitos lugares de refúgio, como sempre tivemos a tendência para procurar, visaríamos um único refúgio, cuja existência, contudo, teria de ser politicamente assegurada.

Como foram aceitas as ideias expostas nesse panfleto? Alguns – poucos – se entusiasmaram, mas predominaram as reações de crítica ou ceticismo. Vamos encontrar uma reação tipicamente ilustrativa no diálogo a seguir transcrito entre o Dr. Pinsker e o Dr. Adolf Jellinek, conforme relatado por este a um semanário vienense (o Dr. Jellinek, líder espiritual da comunidade judaica de Viena e autor de diversas obras eruditas, fora amigo do pai de Leon Pinsker).

> Jellinek – Pensei que fosse uma espécie de brincadeira, mas não é. Chega a ser ridículo para um homem altamente educado, para um filho de Simhah Pinsker.
>
> Pinsker – Não vejo qualquer outra solução.
>
> J. – Mas o progresso, a civilização! A Rússia não poderá permanecer sempre tão reacionária como agora.
>
> P. – Isso não adiantaria.

> J. – O senhor está febril. O senhor precisa de um remédio, e se eu fosse médico receitar-lhe-ia um imediatamente.
>
> P. – Mas não sou eu mesmo médico? Sofro, realmente, mas não de qualquer distúrbio mental. Estive pensando durante anos sobre esse problema. Não há outra solução.
>
> J. – Deus Todo-poderoso, Dr. Pinsker! Se o senhor está doente assim é melhor consultar um de seus colegas em Viena.

Não obstante tais reações, a situação se modificava. Em lugar do "esclarecimento", afogado em sangue, surgiram na Rússia outros movimentos, de caráter nacionalista. Tornaram-se conhecidos pelos nomes de Amigos de Sião e Bilu (letras iniciais de palavras de um versículo de Isaías: "Vinde, ó casa de Jacó, e caminhemos na luz do Senhor"). Seus adeptos reuniam-se secretamente – caso descobertos pela polícia estariam sujeitos a prisão – para estudar o hebraico e discutir a colonização da Palestina. Integravam esses novos movimentos escritores, médicos, professores, rabinos e, talvez os mais fervorosos, estudantes universitários.

No mesmo ano do aparecimento de *Autoemancipação* divulgavam os membros do Bilu um manifesto que concluía da seguinte maneira:

> O que desejamos:
>
> 1. Um Lar em nosso país. Este nos foi dado por Deus, e encontra-se registrado como nosso nos arquivos da História.
>
> 2. Pedi-lo ao próprio Sultão; sendo impossível consegui-lo, pedir que ao menos possamos tê-lo como um Estado dentro de outro Estado, e que a administração interna seja nossa, que tenhamos nossos direitos civis e políticos, agindo em conjunto com o Império Turco somente em política externa.
>
> Esperamos que os interesses de nossa gloriosa nação despertarão o espírito nacional nos ricos e poderosos, e que todos, ricos ou pobres, darão o melhor de seus esforços à causa sagrada.
>
> ...Ouve Israel, o Senhor nosso Deus, o Senhor é Único, e nossa Terra, Sião, é nossa única esperança. Que Deus esteja conosco!

Os Amigos de Sião propagaram-se, de modo bastante rápido, por outras partes da Europa, atingindo inclusive a América do Norte. Um dos primeiros países onde o movimento se enraizou foi a Romênia; ali os termos do Tratado de Berlim, de 1878, que garantiam a liberdade civil e

religiosa eram cinicamente ignorados[21], sendo a situação dos judeus em nada melhor que a de seus correligionários russos.

Não foram poucos os adeptos desses movimentos que se transferiram para a Palestina. Assim, já em julho de 1882, dez jovens russos filiados ao Bilu fundaram ao sul de Jaffa uma colônia à qual deram o sugestivo nome de Rishon-le-Zion (Primeira em Sião)[22]. Em dezembro do mesmo ano foram estabelecidas mais duas colônias agrícolas, Rosh Pina (a nordeste de Safed), Zikhron Yaakov (esta, ao sul de Haifa, fundada por judeus romenos em terreno acidentado e pedregoso). E no ano seguinte surgiram mais três núcleos – um deles formado por judeus poloneses – todos subsistentes. Mas as dificuldades que esses pioneiros tinham de enfrentar superavam as expectativas mais pessimistas: desacostumados com o clima e trabalhos físicos pesados, ignorando as técnicas agrícolas, expostos aos ataques dos beduínos, sem moradia adequada e muitas vezes até mesmo sem água potável, sofriam ainda da falta de fundos. Teriam inevitavelmente de abandonar o empreendimento não fora o auxílio, amplo e oportuno, que lhes veio prontamente de uma conhecida figura do judaísmo francês – de nome quase lendário no mundo moderno – e que ocupa lugar de inegável relevo dentre os que construíram os alicerces do Estado Judeu: o barão Edmond de Rothschild[23]. Sua contribuição inicial, feita logo no ano de 1882, consistiu numa doação de... 30 000 francos (verdadeira fortuna para a época), que serviu como salva-vidas lançado às colônias ameaçadas de iminente submersão, e foi seguida pelo envio de especialistas franceses em vinicultura, professores e médicos. Não se limitou, contudo, a prestar ajuda às colônias já estabelecidas – adquiriu terras (cerca de 125 000 acres), drenou pântanos, fundou colônias, criou e financiou escolas, hospitais e sinagogas.

O que levou Rothschild a se interessar pela Palestina? Algumas versões atribuem a causa à intervenção de outras pessoas junto ao famoso banqueiro. Ele próprio, porém, explicou:

[21] O artigo 44 desse tratado estipulava especificamente a emancipação dos judeus.
[22] Do pequeno núcleo de apenas 10 moradores a localidade cresceria até tornar-se, em 1948 (ano da independência), uma pequena cidade com mais de 10 000 habitantes. Em 1961 sua população atingia a 28 500 habitantes.
[23] Afirma o professor Norman Bentwich: "... o barão Edmond... será lembrado, juntamente com Herzl, Weizmann e outros construtores, entre os fundadores do Estado".

> Todos cometem o erro de presumir que eu me associei aos esforços em prol da Palestina porque alguns judeus da Rússia se encontraram comigo. A verdade é que cheguei àquela ideia muito antes, ao observar o rápido crescimento da assimilação entre os judeus da França, especialmente os casamentos mistos. Vi grandes famílias, outrora bastiões do judaísmo, se afastarem de nós. Seus filhos e os filhos de seus filhos abandonam o rebanho, e o judaísmo, pelo qual lutamos milhares de anos em nossa história, está-se desintegrando. Cheguei à conclusão de que devemos achar um país onde o judaísmo possa continuar desenvolvendo-se de acordo com o espírito dos nossos grandes profetas. E vi que o único lugar era a Palestina, onde todo pedaço de terra, toda faixa de solo, na cidade e no campo, estão repletos de recordações dos grandes e eternos feitos dos nossos profetas. Quis encontrar uma síntese entre os sofrimentos dos judeus e a preservação do judaísmo. E compreendi que o velho método de estabelecer na Palestina yeshivot[24] dedicadas apenas ao estudo da Lei não poderia continuar, pois qualquer coisa que não esteja intimamente relacionada com as atualidades da vida social não pode durar muito. É por isso que procurei ligar a conservação e o desenvolvimento do judaísmo com a consolidação do trabalho agrícola produtivo na Palestina.

Também os Amigos de Sião, com os modestos recursos de que dispunham, faziam o que lhes era possível para dar alguma ajuda financeira às colônias estabelecidas na Palestina. Mas dentro dos próprios círculos dirigentes do movimento não faltavam críticos e restrições. Assim é que o escritor russo Asher Zvi Ginzberg – mais conhecido como Ahad Ha-Am (o que significa Um do Povo) – negava ser a Palestina, nas condições em que se achava, adequada a uma imigração em massa, chegando até a pôr em dúvida a capacidade dos judeus de se tornarem bons agricultores. Para ele o problema fundamental não era melhorar a existência física dos judeus e sim preservar e desenvolver o espírito judaico de modo a tornar a Palestina um centro espiritual dedicado ao ressurgimento da língua e da cultura hebraicas[25]. O objetivo básico, segundo Ahad Ha-Am, tinha de ser moral: a emancipação dos judeus da degradação espiritual produzida pela assimilação.

[24] Escolas religiosas destinadas ao estudo da Lei judaica.
[25] Não há dúvida, porém, que Ahad Ha-Am considerava o seu "centro espiritual" como uma etapa intermediária que deveria necessariamente preceder o estabelecimento do Estado. Sua doutrina veio a constituir o chamado sionismo espiritual ou cultural.

Para levar avante suas ideias, fundou Ahad Ha-Am, em 1889, a Ordem dos Filhos de Moisés; era uma sociedade secreta, organizada em moldes maçônicos, visando à constituição de um grupo de homens devotados, além de à causa nacional, à cultura hebraica. Na Palestina um grupo de Filhos de Moisés oriundo da cidade russa de Bialistok e sob a chefia de um rabino fundou, em março de 1890, o povoado de Rehovoth; deve-se ainda a essa Ordem (que em 1896 seria dissolvida devido a uma crise interna provocada pelo choque de opiniões e personalidades) a criação em Jaffa da primeira escola hebraica feminina e várias outras escolas hebraicas junto a colônias agrícolas.

Ao se aproximar o fim do século XIX observa-se uma certa aceleração no ritmo da colonização da Palestina. Novas colônias iam surgindo, duas em 1890 destinadas a um grande desenvolvimento: em setembro Mishmar Hayarden (na parte norte da Galileia, bem próximo à atual fronteira com a Síria), fundada por judeus russos com auxílio financeiro do barão Rothschild; e em dezembro Hadera, em zona pantanosa da Samaria, onde muitos dos primeiros colonos morreram vitimados pela malária até que, graças a mais uma providencial intervenção do barão Rothschild, a região foi saneada através de uma extensa plantação de eucaliptos.

Ainda com relação ao barão Rothschild é interessante assinalar que, de início, procurou ele manter-se no anonimato, pois era de opinião que se os judeus soubessem que um Rothschild se achava interessado na colonização da Palestina, provavelmente não mais se esforçariam, deixando tudo por conta dele. Mas o incógnito durou pouco. Diria ele próprio:

> Os colonos descobriram minha identidade e criaram-me inúmeras dificuldades; chegaram até a me processar. Temia eu também que os governos antijudaicos começassem a expulsar os judeus sob a alegação de que havia um Rothschild para cuidar deles e levá-los à Palestina... Não consegui manter meu nome em segredo, mas sempre acreditei, e ainda acredito, que a publicidade é algo muito perigoso e que as grandes tarefas podem ser melhor realizadas em sossego. À frente dos grandes empreendimentos devem ficar realmente grandes homens, mas permanecendo no anonimato.

Cabe aqui intercalar uma curiosa tentativa de fundação de um Estado Judeu realizada por um alemão protestante, Paul Friedmann. De ascendência judaica, interessou-se grandemente pela sorte dos refugiados

judeus da Rússia. Conhecendo os obstáculos opostos pelo governo do sultão aos imigrantes judeus na Palestina, julgou que iniciando a colonização em lugar próximo evitaria as dificuldades relacionadas com aquele país. Escolheu então a terra bíblica de Midiã, na península do Sinai. Obtida a aquiescência das autoridades egípcias e de Lord Cromer, cônsul-geral britânico no Egito, adquiriu Friedmann na Inglaterra um iate a vapor ao qual deu o nome de *Israel.* Em novembro de 1891 – arvorando pavilhão austríaco e com 46 pessoas a bordo – zarpou de Southampton e no mês seguinte aportava em Suez. Esse empreendimento, entretanto, fracassou quase que de imediato, não só devido a sérios incidentes ocorridos com alguns “pioneiros” que não se deram bem com a disciplina prussiana imposta por Friedmann no acampamento, como também por causa de uma intervenção militar e diplomática turca[26].

Em 1892 foi oficialmente proibida a imigração judaica na Palestina. Havia, contudo, a possibilidade de burlar essa proibição, por meio do clássico, tradicional – e na administração otomana praticamente infalível – processo do suborno. E a população judaica da Palestina ia crescendo: de aproximadamente 25 000 em 1880, já 15 anos depois atingia o dobro. Mas as condições de vida continuavam bem difíceis e em 1894 um médico russo escrevia a um amigo em Genebra:

> Faz agora três anos que estou na Terra Santa e Abençoada, a qual, estritamente entre nós, não é em nada santa mas sim profana e afligida por toda sorte de moléstias, e não é abençoada mas sim amaldiçoada.
>
> ...Cuido de quatro colônias e há bastante serviço. No verão os pacientes são muito numerosos, chegando a cem ou mais por dia... Os tempos são tão ruins que tudo me desgosta.
>
> Ocasionalmente, porém, há alguma satisfação. Por vezes veem-se raios de esperança que se extinguem e reaparecem. Eles cativam o coração e enganam os olhos como fogos-fátuos. Mas, apesar disso, que resta senão essa esperança? Não sinto mais saudade da Rússia, e a Europa me parece tão fria, tão estranha. Aqui se está, de certo modo, em casa. Se houvesse apenas um pouco mais de ordem e menos febre,

[26] Essa “expedição judaica” de Friedmann foi considerada na época suficientemente significativa para figurar na correspondência diplomática dos Impérios Austro-Húngaro e Alemão (o representante austríaco no Cairo qualificou-a como tendo “o sabor de uma opereta”). Seu fracasso teve repercussões posteriores, contribuindo sensivelmente para um outro fracasso, mais de dez anos depois: o do plano de El-Arish, em 1903.

> e não fora a vileza da administração local, as coisas melhorariam gradativamente. Existem aqui verdadeiros trabalhadores judeus, existem beduínos judeus, existem mesmo ladrões judeus e existem judeus que não temem os beduínos. Pode-se encontrar um judeu que é camponês e um judeu que é taberneiro. Mas tudo se acha por enquanto em estado caótico, e teremos ainda que lutar muito.

Por volta de 1895 os dias dos Amigos de Sião achavam-se praticamente contados. Não obstante a grande utilidade que tivera o movimento, familiarizando os judeus com a ideia do retorno a Sião e recrutando os primeiros grupos de pioneiros, seus métodos eram muito morosos e quase improvisados, sua organização pequena e pouco representativa, e seus recursos por demais escassos[27]. Em seu lugar surgira um movimento muito mais amplo, muito mais representativo, muito mais eficiente: o sionismo político ou, simplesmente, o movimento sionista.

[27] O Comitê de Odessa, principal órgão dirigente do movimento continuaria, porém, em atividade até 1919, quando foi dissolvido por ordem das autoridades soviéticas.

CAPÍTULO 2

HERZL E O SIONISMO POLÍTICO

> *Nem mesmo uma voz do Céu é capaz de se sobrepor à lógica.*
>
> Talmud

Enquanto os pioneiros na Palestina tinham de enfrentar principalmente dificuldades de natureza material, os judeus da Europa estavam sujeitos a outra espécie de ameaças e perigos. Já tivemos oportunidade, no capítulo precedente, de fazer referência à situação na Rússia após o assassinato de Alexandre II. Os países ocidentais do continente europeu, entretanto, também não se achavam imunizados contra essa perturbação psíquica vulgarmente conhecida por antissemitismo. Seu foco principal, nessa parte então a mais "civilizada" do mundo, encontrava-se na Alemanha, onde especialmente depois de 1870 a participação dos judeus na vida pública era mais ampla e profunda que em qualquer outro país. Foi intensa a reação, secretamente estimulada pelo próprio Bismarck (encontrou ele no antissemitismo excelente arma para combater os nacional-liberais e os social-democratas, ambos com forte contingente judaico, inclusive entre os dirigentes). Cremos não ser ocioso assinalar algumas dessas manifestações.

Em 1879 um renomado historiador alemão, professor da Universidade de Berlim, Heinrich von Treitschke, publicou um artigo cujo título já revelava todo seu conteúdo: "Os Judeus São Nossa Desgraça". Mesmo, porém, em suas obras de vulto, como *A Política* ou *A História Alemã no Século XIX,* extravasava Treitschke o seu ódio aos judeus em trechos como este: "O judeu internacional, escondido pela máscara de

diferentes nacionalidades, é uma influência desagregadora. Ele não tem mais utilidade para o mundo"[1]. Em abril de 1881 uma Liga Antissemita apresentou ao governo alemão uma petição com 255 000 assinaturas pedindo, entre outras coisas, que fosse retirada aos judeus a sua emancipação política. Nesse mesmo ano aparecia o livro *A Questão Judaica como Problema Racial, Moral e Cultural* do filósofo Eugen Karl Dühring; apresentando um quase completo programa nazista, inaugurava essa obra na Alemanha aquele tipo de literatura antijudaica, pseudocientífica, que classifica os judeus como constituindo uma "raça inferior" procurando corromper a "raça ariana superior".

Também na França o antissemitismo encontrou terreno fértil. Ali, ao antissemitismo econômico pregado por Proudhon e Fourier viria juntar-se um muito mais violento antissemitismo político. A primeira explosão ocorreu no reinado de Luís-Filipe com a publicação, em 1845, do livro *Os Judeus, Reis da Época* de Alphonse Toussenel. Apresenta o autor a seguinte tese: "O judeu reina e governa em França"[2] e sua vítima é "o trabalhador, o povo"; para salvar o país, e o regime, era preciso que a monarquia retomasse aos judeus o controle do povo. E espalhadas pelas páginas do livro injúrias grosseiras, como "horda de usurários e leprosos" ou "povo de Satanás ... que crucifica o Redentor dos homens e o insulta sobre sua cruz". Ao tempo do Segundo Império (Napoleão III), Ernest Renan, em sua *História das Línguas Semíticas* (1855), sai do assunto para afirmar, prenunciando Dühring, que "a raça semítica, comparada à raça indo-europeia, representa realmente uma combinação inferior da natureza humana".

O ápice do antijudaísmo francês seria atingido sob a Terceira República. O ano de 1886 marca o aparecimento de *La France Juive* (A França Judaica) do jornalista Edouard Adolph Drumont. Esse livro ("o mais

[1] Treitschke (falecido em 1896) exerceria uma influência nefasta para o futuro da Alemanha, e isso apesar – ou talvez justamente por causa – de rematadas tolices como as seguintes, extraídas de sua *Política:* "Não importa o que se pense, desde que se obedeça", ou: "A grandeza da guerra está no completo aniquilamento do mesquinho homem pela grande concepção do Estado", ou ainda: "A guerra é justificável e moral, e o ideal de paz perpétua é não só impossível mas também imoral". Suas obras seriam avidamente lidas e relidas por Hitler ao tempo de sua vagabundagem em Viena e quando esteve "preso" – com todo luxo e conforto – em Landsberg.

[2] O barão James de Rothschild gozava então de grande influência junto ao rei.

virulento ataque antissemita do século XIX", segundo uma historiadora norte-americana) alcançou um sucesso estrondoso – 114 edições num só ano! Baseado em parte nas teorias raciais de Gobineau, pretendia ser uma história da conspiração judaica para minar a civilização europeia desde o advento do cristianismo até a época contemporânea. Nele o papel desempenhado pelos judeus na França era deliberadamente exagerado, chegando o autor a afirmar que eles agiam intencionalmente contra os interesses da nação e que a tendência para a traição era uma característica natural judaica. Prosseguiu Drumont sua bem-sucedida campanha difamatória escrevendo três obras semelhantes[3] e fundando, em abril de 1892, um jornal antissemita, *La Libre Parole,* que já no mês de maio iniciava, sob o título "Os Judeus no Exército", uma série de odientos artigos contra os oficiais israelitas[4].

Foi, pois, num ambiente carregado de ódio e preconceitos que eclodiu, em outubro de 1894, o Caso Dreyfus. Os detalhes do processo, condenação e acontecimentos subsequentes, até a absolvição completa e reabilitação de Alfred Dreyfus em 1916, são, em suas linhas gerais, bem conhecidos – desnecessário será portanto nos determos neles[5]. Queremos, contudo, chamar atenção para dois fatos bastante significativos. O primeiro – um artigo de *La Libre Parole* (3 de novembro de 1894) que, não será demais lembrá-lo, refletia um modo de pensar típico de parcela ponderável da sociedade francesa, e do qual destacamos o seguinte trecho:

> Que lição terrível é esta traição cometida pelo judeu Dreyfus. Um indivíduo abastado, filho de rico negociante, ocupando uma das posições mais cobiçadas de nosso exército, vende a outro país nossos planos de mobilização e os nomes dos seus camaradas incumbidos de missões secretas no exterior. O caso do capitão Dreyfus é apenas um capítulo na história judaica. Judas vendeu o Deus do amor e da

[3] São elas: *A França Judaica diante da Opinião* (1887), *O Fim de um Mundo* (1889) e *Testamento de um Antissemita* (1891). Pode-se afirmar que, de um modo geral, as ideias de Drumont refletiam as dos que desejavam a derrocada da Terceira República – monarquistas, clericais e parte dos altos círculos militares.

[4] Esses artigos, segundo confessou o próprio Drumont, eram de autoria "de um oficial da ativa desejoso de conservar o anonimato"; deram origem a alguns duelos, num dos quais um oficial judeu, o capitão Mayer, perdeu a vida.

[5] Sobre o Caso Dreyfus a obra mais completa e atualizada que conhecemos – e que a nosso ver praticamente esgota o assunto – é *L'Affaire Sans Dreyfus* de Marcel Thomas (Fayard).

misericórdia. O capitão Dreyfus vendeu nossos planos e os nomes daqueles oficiais que servem nosso país em outras terras.

O segundo é o episódio da degradação pública de Dreyfus no pátio da École Militaire em Paris (5 de janeiro de 1895). Enquanto Dreyfus, já com as insígnias, os botões e os galões arrancados de sua farda, gritando pateticamente "Eu sou inocente!" desfilava pelo pátio – "verdadeiro calvário", comentou o diplomata e escritor Maurice Paléologue – seus colegas, oficiais do Exército Francês, berravam: "Judeu! Judas! Traidor!". E a multidão, que se comprimia do lado de fora, histérica: "Abaixo os judeus! Morram! Morram os judeus!". O chocante espetáculo foi presenciado por representantes da imprensa internacional, entre os quais se encontrava o correspondente do jornal mais importante e de maior tiragem do Império Austro-Húngaro – o *Neue Freie Presse* de Viena. Esse correspondente era Theodor Herzl.

Nasceu Theodor Herzl a 2 de maio de 1860 na cidade húngara de Pest, à margem do Danúbio (somente doze anos depois dar-se-ia a união de Pest com Buda, cidade da margem oposta, constituindo-se assim a atual capital da Hungria). Filho de um abastado comerciante, Jakob Herzl, esteve Theodor durante a infância sujeito à influência predominante de sua mãe, Johanna Nanette Herzl, mulher de grande energia e cultura; educada na Alemanha, procurou ela incutir no filho a herança cultural germânica, demonstrando mesmo uma certa tendência à assimilação (não implicava isso, porém, numa total ausência de religião no lar dos Herzl – certas festas eram observadas, e o pequeno Theodor acompanhava regularmente seu pai à sinagoga)[6]. Durante seus anos escolares demonstrou o jovem Herzl excepcional interesse pela literatura e por temas científicos e de tecnologia (um de seus primeiros heróis foi Ferdinand de Lesseps, o construtor do canal de Suez), mantendo-se porém relativamente afastado de assuntos judaicos. Concluídos seus estudos secundários, ingressou na Universidade de Viena (cidade para onde sua família se transferira em 1878) matriculando-se no curso de Direito. Lia muito, e em 1882 a leitura de um livro há pouco aparecido causou-lhe um forte impacto: *A Questão Judaica*

[6] Além disso sofreu Herzl alguma influência de seu avô paterno. Simon Loeb Herzl, de Semlin (atualmente Zemun, na Iugoslávia); mantendo uma vida judaica estritamente ortodoxa, vinha ele visitar a família de seu filho uma vez por ano.

como Problema Racial, Moral e Cultural, de Dühring[7]. A respeito anotou Herzl em seu Diário: "Um livro infame ... Se Dühring, em quem encontramos reunidas tanta inegável inteligência e tanta universalidade de conhecimentos, é capaz de escrever dessa maneira, o que poderemos esperar das massas ignorantes?" Diplomou-se em maio de 1884 e dois meses depois iniciava sua prática da advocacia a serviço do Estado. Todavia, não tardou a descobrir que, por ser judeu, os postos mais elevados do funcionalismo público lhe estariam sempre vedados, e por isso, em agosto de 1885, demitiu-se, decidido a fazer carreira como literato, já que não lhe faltava facilidade para escrever. Viajou pela Europa, colaborando para vários jornais e fazendo observações ou estabelecendo contatos que lhe seriam mais tarde úteis e valiosos. Ficou impressionado com o gueto de Roma – esse deprimente fragmento do judaísmo que o historiador alemão Ferdinand Gregorovius qualificou como as "únicas ruínas vivas de Roma", e do qual Bernard Lazare, alguns anos após Herzl, diria, entre admirado e perplexo: "Esta minúscula colônia judaica assistiu à queda da República e do Império Romano; chorou com a morte de César; testemunhou a chegada dos bárbaros; viu tudo mudando e a Igreja se construindo. E no início do século ainda aí está, tendo apenas, no decorrer de dois mil anos, cruzado o Tibre". Mas a reação de Herzl não foi de admiração e sim de amargor:

> Que exalação no ar, que rua! Inúmeras portas e janelas abertas, apinhadas de incontáveis rostos pálidos e gastos. O gueto! Com que ódio vil e persistente têm sido esses infelizes perseguidos pelo único crime de fidelidade à sua religião. Mas já percorremos um longo caminho e hoje em dia o judeu é desprezado apenas por possuir um nariz torto ou por ser um plutocrata, mesmo quando acontece ser um indigente.

Em 1891, dois anos após seu casamento, e já havendo Herzl alcançado alguma notoriedade como jornalista, crítico e autor de peças de teatro[8], foi-lhe oferecido o posto de correspondente em Paris do *Neue Freie*

[7] Nesse livro o autor sugere, de passagem, a fundação de um Estado Judeu para servir como uma espécie de campo de concentração. (E ainda há quem queira encontrar originalidade no nazismo...)

[8] Escreveu Herzl ao todo dezesseis peças, apresentadas em teatros austríacos, alemães e até nova-iorquinos; nenhuma delas permaneceu longo tempo em cartaz . Seus folhetins, porém, eram amplamente lidos e admirados (Stefan Zweig, por exemplo, recordava-se deles "tão claramente como dos primeiros poemas de Rilke e Hofmannstahl").

Presse, na época um dos jornais mais influentes de toda a Europa. Herzl aceitou sem hesitar, seguindo logo para a capital francesa. Ali conheceu os escritos de Drumont que, à semelhança do que ocorrera com o supracitado livro de Dühring, deixaram-no profundamente abalado. Mas ainda em 1893 mantinha a opinião de que a questão judaica não era nem nacional nem religiosa e sim apenas social. No ano seguinte escreveu *Novo Gueto,* sua primeira tentativa de pronunciamento sobre essa questão. Tinha essa peça por tema a vida social dos judeus vienenses, podendo-se considerá-la como uma obra de autocrítica judaica. O título refere-se a um gueto moral, de muros invisíveis, em que os judeus viviam encerrados. Diz Herzl pela boca do herói da peça: "Estes novos muros precisam ser rompidos de maneira diferente dos antigos. Os muros externos tiveram de ser destruídos de fora; os internos nós mesmos precisamos removê-los. Nós mesmos!" No mesmo ano foi a peça submetida a vários produtores, e rejeitada por todos (só em 1898 seria ela encenada, com relativo êxito, em Viena).

Em janeiro de 1895, conforme vimos, deu-se a degradação pública do capitão Alfred Dreyfus. Sobre isso, assim se expressou Herzl:

> O Caso Dreyfus é mais do que um erro judiciário; ele engloba o desejo da grande maioria dos franceses de condenar um judeu, e através desse judeu todos os judeus. "Morte aos judeus!" urrava a multidão enquanto os galões eram arrancados da túnica do capitão... Onde? Na França. Na França republicana, moderna, civilizada... O povo francês, ou pelo menos a maior parte do povo francês, não quer estender os direitos do homem aos judeus... Até então quase todos nós acreditávamos que a solução da questão judaica deveria ser pacientemente aguardada como parte do progresso geral da humanidade. Mas quando um povo que sob todos os outros aspectos é tão progressista e tão altamente civilizado pode ter tal procedimento, o que devemos esperar de outros povos que ainda nem mesmo atingiram o nível que a França atingiu cem anos atrás?

Foi ouvindo os rugidos da multidão, clamando diante dos portões da École Militaire pela morte aos judeus, que Herzl se convenceu, de maneira definitiva, de que o antissemitismo se achava profundamente enraizado nas massas (tão profundo, achava ele, que seria impossível esperar seu desaparecimento em futuro próximo[9]), e como reação decidiu firmar-se em

[9] Relata Paléologue que, assistindo à cena de degradação do capitão Dreyfus, dissera ao coronel Sandherr, chefe do Bureau de Informações do Ministério da Guerra (francês):

seu judaísmo, até então bastante superficial[10]. Pensou em escrever um livro contendo relatórios sobre a situação dos judeus nas diversas partes do mundo, mas Alphonse Daudet aconselhou-o a escrever uma novela, lembrando-lhe o sucesso obtido por *A Cabana do Pai Tomás* de Harriet Beecher Stowe, nos Estados Unidos, onde contribuiu de modo apreciável para a eleição de Lincoln em 1860[11].

Em maio de 1895 deu Herzl seu primeiro passo na rota do sionismo. Consistiu numa carta dirigida a um então muito conhecido filantropo judeu bávaro, o barão Maurice de Hirsch. Era este fundador da Jewish Colonization Association, organização que teve inicialmente por objetivo principal estabelecer judeus russos na Argentina e outras partes da América (isso porque o barão Hirsch queria afastá-los o mais possível da Rússia czarista) para que ali se dedicassem a trabalhos agrícolas[12]. Nessa carta pedia Herzl uma entrevista a fim de discutir "um plano político judaico cujos efeitos talvez se prolonguem a dias em que nem o senhor nem eu estaremos mais aqui".

A entrevista de Herzl com o barão Hirsch realizou-se a 2 de junho de 1895, mas os pontos de vista de ambos revelaram-se inteiramente divergentes e sem perspectivas de conciliação. Herzl desejava uma solução política que possibilitasse a migração em massa de judeus para uma "Terra Prometida", ao passo que o barão (que tinha horror às soluções políticas) só acreditava em métodos filantrópicos. Herzl, porém, era contrário à filantropia como solução para o problema judeu. Disse ele ao barão: "É sintomático que nenhum outro povo mostre uma incidência tão grande de

"Como pode um homem aquiescer com tal humilhação? Parece-me que se eu estivesse em sua pele e fosse inocente, eu me revoltaria, debateria, gritaria!" Ao que Sandherr, ferinamente, retrucou: "Vê-se bem que o senhor não conhece os judeus! Essa raça não tem nem patriotismo, nem honra, nem orgulho. Há séculos que fazem somente traições. Lembre-se que eles entregaram o Cristo!"

[10] Muitos outros tiveram sua consciência judaica reavivada pelo caso Dreyfus. Um deles foi o escritor e poeta francês Edmond Fleg. Disse ele: "Foi o Caso Dreyfus que despertou meu judaísmo. Era eu então um amaldiçoado por causa de minha 'raça'? Deveria ficar calado por ser judeu?"

[11] Herzl viria realmente a escrever uma novela, mas alguns anos mais tarde.

[12] Na última década do século XIX estabeleceram-se diversas colônias na Argentina, mas não obstante as grandes esperanças nelas depositadas por seus fundadores foram aos poucos decaindo (principalmente devido à falta de um planejamento inicial adequado), transferindo-se a maioria dos colonos para as cidades de Buenos Aires e Rosário.

filantropia e mendicância como o judeu. Deve existir uma correlação entre esses dois fenômenos, levando a crer que a filantropia avilta nosso caráter nacional". Um dia após a entrevista, escreveu Herzl nova carta ao barão Hirsch em que de certa forma punha em dúvida uma observação que este lhe fizera na véspera ("os judeus ricos são tacanhos; os ricos são maus – não lhes interessam os sofrimentos dos pobres"). Em sua carta indagava Herzl: "Podem-se conseguir somas enormes de dinheiro judeu para um empréstimo à China, para ferrocarris de negros na África, para as empresas mais arriscadas – não o conseguiríamos para as necessidades íntimas, mais imediatas e mais atormentadoras dos próprios judeus?"

Herzl escreveu também a Bismarck (já então afastado do cargo de chanceler) solicitando-lhe igualmente uma entrevista para expor seu plano – não obteve resposta. Da mesma forma sem resposta ficou uma carta a Albert Rothschild (dos Rothschild de Viena). Isso, contudo, não o desanimara, e em sua mente iam-se formando ideias básicas de um livro destinado a revolucionar a história judaica. Ficou algum tempo indeciso quanto ao título – num primeiro esboço pensou em "Discurso Dirigido aos Rothschild", pois tencionava lê-lo diante do conselho de família dos Rothschild, mas desistindo disso retirou inclusive do texto todas as referências a essa família de banqueiros; cogitou depois de "A Terra Prometida", decidindo-se afinal por *O Estado Judeu* (e como subtítulo: "Tentativa para uma Solução Moderna do Problema Judaico"). Estando o livro ainda em elaboração, anotou Herzl em seu Diário:

> Já há algum tempo tenho andado ocupado com uma obra de incomensurável grandeza. Ignoro se chegarei a terminá-la. Possui a aparência de um espantoso sonho, mas durante dias e semanas tem-me absorvido até quase um estado de inconsciência. Acompanha-me por toda parte, paira sobre minhas conversas, olha-me por sobre o ombro durante o meu ridiculamente mesquinho trabalho jornalístico, persegue-me e me intoxica.

E algum tempo depois, com a obra já concluída: "Não recordo jamais haver escrito algo em estado de tão grande exaltação como esse livro".

Elaborado durante o verão de 1895, não foi o livro logo publicado. Antes mostrou Herzl o manuscrito a um amigo jornalista, de nome Emil Schiff. A reação deste foi exatamente igual à de Jellinek diante de Pinsker mais de dez anos atrás: insinuando achar-se Herzl mentalmente

desequilibrado, deu-lhe Schiff o conselho de visitar um psiquiatra. Procurou então Herzl outro amigo, o Dr Max Nordau, escritor e médico renomado (autor, entre outras, de uma discutida obra intitulada *As Mentiras Convencionais de Nossa Civilização*), igualmente natural de Pest mas já há muitos anos residente em Paris. O encontro entre ambos acha-se relatado numa biografia de Nordau escrita por suas filhas Anna e Maxa:

> Em novembro de 1895 veio Herzl ver Nordau e leu-lhe seu livro. Suas primeiras palavras foram: "Schiff diz que estou louco". Por três dias sucessivos ele voltou – lendo, explicando, argumentando. Max Nordau ouvia, respondia, discutia... Em torno dos dois o ar vibrava. Herzl, o mais moço, com sua formosa cabeça assíria, estava angustiado, febril, exaltado por sua fé e seu ardor. O mais velho observava-o com os olhos cinzentos brilhando no seu rosto de barbas brancas. Procurava refrear-se, mas estava superado e impressionado. Finalmente ergueu-se, abrindo os braços ao seu agitado amigo: "Se você está louco, então estamos loucos juntos. Conte comigo!"

Nordau, entusiasmado, prontificou-se logo a auxiliar Herzl dando-lhe uma carta de apresentação para o escritor Israel Zangwill, figura influente da comunidade judaica londrina.

Partiu pois Herzl para Londres, encontrando-se pela primeira vez com Zangwill a 21 de novembro. Este mostrou-se bastante interessado nas ideias de Herzl, mas não se convenceu da possibilidade de sua realização prática: mesmo assim pôs Herzl em contato com outros membros preeminentes da comunidade – o grão-rabino Dr. Hermann Adler, o parlamentar Sir Samuel Montagu (presidente da Federação das Sinagogas) e o jornalista Asher Myers (diretor do *Jewish Chronicle*) cujas reações, embora pessoalmente amistosas, foram de ceticismo[13]. Igualmente cético mostrou-se o auditório do Maccabean Club (sociedade cultural israelita), onde Herzl proferiu uma conferência a 24 de novembro.

Diante da acolhida pouco encorajadora na capital britânica resolveu Herzl não retardar mais a publicação de seu livro, possibilitando-lhe dessa forma dirigir-se aos judeus em geral – assim, no dia 14 de fevereiro de

[13] O grão-rabino Dr. Adler não ficou apenas no ceticismo – denunciou publicamente o sionismo qualificando-o de "egrégio disparate".

1896, surgia em Viena *O Estado Judeu*[14]. Merece essa obra, por sua importância, uma consideração minuciosa.

Já no Prefácio expunha Herzl seus objetivos, demonstrando ao mesmo tempo sua fé inabalável na consecução do ideal de que se fizera porta-voz:

> A ideia que desenvolvi nesse panfleto é uma ideia muito antiga: a da restauração do Estado Judeu.
>
> O mundo ressoa com gritos contra os judeus, e esses gritos despertaram a ideia adormecida.
>
> ... Esta tentativa de resolver a Questão Judaica... é o resultado de uma conclusão inevitável e não de uma imaginação caprichosa.
>
> ... Tudo depende de nossa força propulsora. E que força é essa? O infortúnio dos judeus. Quem se atreveria a negar sua existência?
>
> ... Estou plenamente convicto de ter razão, embora duvidando se viverei até que isso se confirme. Aqueles que são os primeiros a inaugurar esse movimento dificilmente estarão vivos para assistir ao seu término glorioso. Mas a inauguração do mesmo é suficiente para dar-lhes um sentimento de orgulho e a alegria da liberdade espiritual.
>
> ... De modo claro e enfático afirmo acreditar no resultado prático do meu plano, embora sem pretender haver descoberto a forma que ele possa tomar posteriormente.
>
> ... O plano pareceria naturalmente absurdo se um único indivíduo tentasse executá-lo...
>
> Caberá aos próprios judeus decidir se este panfleto político permanecerá por ora um romance político. Se a presente geração é apática demais para compreendê-lo corretamente, uma geração futura, melhor e mais sagaz, o fará. Os judeus que desejarem um Estado tê-lo-ão, e eles merecerão tê-lo.

[14] Ao escrever *O Estado Judeu* ignorava Herzl a existência dos livros de Pinsker e Moses Hess; posteriormente, ao tomar conhecimento deles, declarou que se os houvesse lido antes, nunca teria escrito uma obra sobre o mesmo assunto. Tem razão Israel Cohen quando diz: "Raramente um movimento deveu mais que o sionismo ao fato de seu fundador desconhecer totalmente seus predecessores".

Afirmava Herzl que o antissemitismo era generalizado, e por mais úteis que se mostrassem nos países em que residiam, os judeus nunca seriam deixados em paz:

> A questão judaica existe onde quer que se encontrem judeus em número perceptível. Onde não existe é levada pelos judeus em suas migrações. Nós evidentemente nos dirigimos àqueles lugares onde não somos perseguidos, e ali nossa presença origina perseguições. Assim é em todos os países, e assim continuará sendo, até mesmo nos altamente civilizados – França, por exemplo – até que se encontre para a questão judaica uma solução política.

Quanto à natureza do antissemitismo e à maneira de solucionar o problema judeu, assim se expressava Herzl:

> Creio que compreendo o antissemitismo, que é na realidade um movimento altamente complexo. Encaro-o sob um ponto de vista judaico, e no entanto faço-o sem temor ou ódio. Acredito poder distinguir nele os elementos que contém de brutal diversão, de inveja ordinária, de preconceito herdado, de intolerância religiosa, e também de pretensa autodefesa. Penso que a questão judaica não é nem social nem religiosa, não obstante assumir às vezes estas ou outras formas. É uma questão nacional e que só poderá ser solucionada se a tornarmos uma questão política mundial a ser discutida e resolvida pelas nações civilizadas do mundo reunidas[15].

Sabia Herzl que suas ideias encontrariam forte oposição por parte dos judeus que se achassem em situação cômoda, mas acreditava que um dia acabariam, em circunstâncias trágicas, aprendendo "a verdade – pois quanto mais tempo o antissemitismo se mantiver em expectativa tanto mais ferozmente explodirá". Considerava indubitável a sobrevivência da nacionalidade judaica, não só porque inimigos externos a consolidariam como também por causa dos dois milênios de espantosos sofrimentos já suportados: "Galhos inteiros do judaísmo podem secar e cair, mas o tronco permanecerá".

Sobre as tentativas de colonização já realizadas:

> ...Foram interessantes, pois representam, em pequena escala, precursores práticos da ideia de um Estado Judeu. Foram até mesmo

[15] Extraordinária antevisão da ONU e da decisão de 29 de novembro de 1947! E não é um exemplo único.

> úteis, porque dos seus erros pode-se adquirir experiência para levar a cabo com êxito essa ideia em maior escala.

A absoluta indispensabilidade de um movimento coletivo era mais uma vez salientada:

> Nenhum ser humano é suficientemente rico ou poderoso para transplantar uma nação de um local a outro. Só uma ideia pode alcançar tal objetivo, e essa ideia de um Estado pode ter o vigor necessário para fazê-lo.

Termina o primeiro capítulo com palavras de esperança na geração nova.

> Embora eu mencione a razão, tenho plena consciência de que apenas a razão não bastará. Velhos prisioneiros não deixam de boa vontade suas celas. Veremos se a juventude de que precisamos está às nossas ordens – a juventude, que irresistivelmente impulsiona os velhos, com braços fortes os leva à frente, e transforma motivos racionais em entusiasmo.

O capítulo seguinte inicia-se com uma análise da situação dos judeus na época. Dirigindo-se a eles próprios, indaga Herzl:

> Não é verdade que nos países onde vivemos em número perceptível a posição dos advogados, médicos, técnicos, professores e empregados de toda espécie que são judeus se torna cada dia mais intolerável? Não é verdade que as classes médias judaicas se acham seriamente ameaçadas? Não é verdade que a fúria das multidões é instigada contra nossa gente rica? Não é verdade que os nossos pobres estão sujeitos a sacrifícios maiores que os de qualquer outro proletariado? Penso que essa pressão externa se faz sentir por toda parte. Em nossas classes economicamente superiores causa incômodo, em nossas classes médias graves e contínuos receios, e em nossas classes baixas completo desespero.
>
> Tudo tende, de fato, à mesma conclusão, nitidamente enunciada nessa clássica frase berlinense: "Juden raus!" (Judeus fora!)
>
> Apresentarei agora o problema da maneira mais resumida possível: Devemos sair já? Para onde? Ou podemos ficar? E por quanto tempo?

A resposta de Herzl: é inútil esperar por melhores dias (isso principalmente devido à falta de compreensão por parte das massas). E o que se consegue transportando alguns milhares de judeus de um país a

outro? "Ou eles ficam arruinados de uma vez ou prosperam, e neste caso essa prosperidade gera o antissemitismo". A assimilação é também rejeitada por Herzl como inteiramente inadequada.

Quer os judeus queiram ou não, continua Herzl, eles são e serão sempre um grupo histórico, com características inconfundíveis comuns a todos seus membros:

> Somos um só povo – nossos inimigos o fizeram sem nosso consentimento, como com frequência ocorre na história. A aflição nos liga uns aos outros, e assim unidos subitamente descobrimos nossa força. Sim, somos suficientemente fortes para formar um Estado, e mesmo um Estado-modelo. Possuímos para isso todos os recursos humanos e materiais necessários.

A seguir apresentava Herzl o seu plano, em sua opinião muito simples ("como deve necessariamente ser a fim de que possa ficar ao alcance da compreensão de todos"):

> Concedam-nos a soberania sobre uma porção do globo suficientemente extensa para atender às justas necessidades de uma nação; do resto nós mesmos nos encarregaremos.

Mas o leitor era advertido de que esse plano, não obstante simples na forma, seria complexo quanto à execução. Propunha Herzl que fossem fundadas duas organizações: a Society of Jews e a Jewish Company[16], a primeira incumbida de trabalhos preparatórios, científicos e políticos (tais como negociações com diversos governos), cabendo à segunda as atividades práticas, de natureza econômica e financeira.

Fazia Herzl questão absoluta de que o novo Estado fosse um Estado moderno, sob todos os pontos de vista:

> Se desejarmos criar hoje um Estado, não o faremos da maneira que teria sido a única possível há mil anos atrás. É tolice voltar aos antigos estágios da civilização, como muitos sionistas gostariam de fazer.

Nesse Estado imaginado por Herzl o trabalho seria não só um direito mas também uma obrigação. E qualquer espécie de teocracia era

---

[16] Esses termos ingleses foram usados por Herzl no texto original alemão da obra.

enfaticamente rejeitada, devendo o clero se limitar exclusivamente ao exercício de funções religiosas.

Quanto à localização do Estado, não se definiu Herzl por nenhum território em particular: "Devemos escolher a Palestina ou a Argentina? Ficaremos com o que nos for dado, e o que for escolhido pela opinião pública judaica". (Todavia não deixou Herzl de se referir à Palestina como o lar histórico dos judeus, afirmando que o simples nome dessa terra já constituía por si só uma força atrativa).

O restante do livro é quase todo dedicado a descrições detalhadas das duas organizações propostas e do futuro Estado Judeu. Os parágrafos conclusivos revelam otimismo:

> Permitam-me repetir uma vez mais minhas palavras do início: os judeus que desejarem um Estado o terão.
>
> Viveremos finalmente como homens livres em nosso próprio solo, e morreremos em paz em nossos próprios lares.
>
> O mundo se libertará com nossa liberdade, enriquecerá com nossa riqueza, se engrandecerá com nossa grandeza.
>
> E tudo aquilo que empreendermos para o nosso próprio bem se espalhará, poderosa e beneficamente, sobre toda a humanidade.

Com isso damos por finda a apresentação do conteúdo do livro. Mas não será demais destacar – e destacar com toda ênfase – a atitude corajosa, viril, mas ao mesmo tempo realista, desse intelectual judeu, atitude essa tão contrastante com a até então seguida pela maioria dos judeus, quase todos possuídos de um nítido complexo de inferioridade – alguns procurando esconder, disfarçar ou renegar seu judaísmo (vários a pretexto de estarem assim contribuindo para que seus filhos tivessem um futuro melhor – triste ilusão que Hitler se encarregaria eficazmente de destruir), outros que, abatidos e desanimados, se limitavam a rezar nas sinagogas, repetindo em determinadas ocasiões quase que inconscientemente a tradicional expressão "o ano vindouro em Jerusalém"; e no meio, constituindo a maior parte, a grande massa dos apáticos, dos indiferentes, dos totalmente desinteressados, preocupados apenas com os seus problemas pessoais e imediatos, sem se importarem com o futuro nem com as manifestações antissemitas que não os atingissem diretamente.

A primeira edição de *O Estado Judeu* foi de 3 000 exemplares, sendo vários deles enviados a personalidades da imprensa e da política. Pouco depois do seu lançamento apareceram traduções, das quais as primeiras em inglês e francês (uma tradução hebraica foi publicada por uma editora de Varsóvia em agosto de 1896). O livro provocou logo violentas controvérsias. A imprensa de língua alemã, especialmente a controlada por judeus, assumiu uma atitude inteiramente negativa. Herzl foi chamado de aventureiro louco e ambicioso, de "Júlio Verne dos judeus", acusado de querer tornar-se primeiro-ministro ou rei dos judeus; seu plano não passava de "uma miniatura moderna de messianismo medieval" (Bismarck considerava-o "uma melancólica ilusão"). Para a *Allgemeine Zeitung* de Viena o sionismo era uma loucura nascida do desespero, enquanto para a *Münchener Allgemeine Zeitung* tratava-se apenas de um sonho fantástico de um folhetinista cujo cérebro se havia obscurecido com o entusiasmo judaico. Neste mesmo jornal de Munique o crítico e historiador literário Anton Bettelheim, após qualificar o livro como sendo "pobre em ideias e rico em imbecilidades", afirmava:

> Nós que somos judeus alemães de nascimento, venerando profundamente nossas recordações de família e amando de corpo e alma nossa pátria e os mestres de nossa infância e juventude, confessamos que a leitura de *O Estado Judeu* nos causou maior desgosto que a de qualquer libelo antissemita, por pior que este fosse.

Na Inglaterra o *Anuário Judaico* relativo ao ano de 1896 trazia a seguinte referência ao livro de Herzl:

> A habilidade de sua apresentação não consegue, todavia, esconder aos leitores inteligentes o caráter impraticável de suas ideias e das soluções que oferece para a batida questão judaica[17].

Na França o livro foi elogiado, por Drumont![18] Mas os líderes das comunidades judaicas ocidentais, de ambos os lados do Atlântico, temiam que as propostas de Herzl produzissem dúvidas sobre seus sentimentos patrióticos locais. E muitos rabinos denunciaram os planos de Herzl como

---

[17] Aliás parece que na Inglaterra não foram muitos os que se deram ao trabalho de ler o livro, pois da tradução inglesa (feita por Sylvie d'Avigdor e cuja publicação foi custeada pelo autor), embora de preço acessível – um xelim – não foram vendidos nem 200 exemplares.

[18] Talvez prenúncio da atitude da direita francesa, tradicionalmente antissemita, apoiando, até com entusiasmo, o Estado de Israel.

constituindo uma violação da "missão de Israel"[19] e uma contradição da doutrina messiânica.

Alegou-se ainda que a criação de uma nova nação serviria somente para perturbar ainda mais um mundo já tão conturbado, e que, além disso, eram os judeus incapazes para a agricultura. E assegurava-se ser o esquema de Herzl absolutamente impraticável.

Cabe assinalar aqui (embora para isso tenhamos de deixar momentaneamente de lado a ordem cronológica que estamos procurando seguir) que ainda em nossos dias – contudo dificilmente entre judeus – se encontram pessoas tentando ridicularizar ou deturpar as ideias e ações de Herzl. Assim é que, para citar apenas um exemplo, Pierre Keller, general do Exército Francês – aquele mesmo exército a que pertenceram os generais Gonse, Mercier, Billot e Boisdeffre, responsáveis (ao lado de vários outros oficiais de menor patente) pela trágica farsa de que foi vítima Dreyfus[20] – qualifica, num livro intitulado *A Questão Árabe,* o autor de *O Estado Judeu* como um simples "agitador austro-húngaro".

Não se pense, porém, que tardariam entre os judeus as manifestações favoráveis (menos numerosas, entretanto, do que as contrárias). Já em maio de 1896 os estudantes sionistas da Kadimah de Viena pediam a Herzl que assumisse a chefia do movimento pela restauração do Estado Judeu; em julho do mesmo ano, um grupo de judeus londrinos aclamava-o seu líder. De várias partes do mundo chegaram mensagens de solidariedade e apoio. Um poeta judeu austríaco, Richard Beer-Hofmann, dirigiu-lhe por carta as seguintes palavras: "Até que enfim aparece novamente um homem que não carrega seu judaísmo com resignação, como se fosse um fardo ou uma infelicidade, mas que se orgulha de ser o legítimo herdeiro de uma cultura imemorial".

---

[19] Os adeptos da "missão de Israel" rejeitavam a crença de que a dispersão do povo judeu era uma punição por suas transgressões, afirmando que, pelo contrário, Deus espalhara o Seu povo entre as nações para ensinar-lhes a fé monoteísta e oferecer-lhes um exemplo de vida reta – assim qualquer tentativa de reagrupar o povo judeu era contrária aos desígnios divinos.
[20] Permitam-nos somente mais um pequeno exemplo do caráter dessa gente. Em setembro de 1896 o então chefe do Serviço Secreto francês, tenente-coronel Picquart teve uma entrevista com o general Gonse, subchefe do Estado-Maior, procurando convencê-lo da inocência de Dreyfus. A cínica reação de Gonse dispensa qualquer comentário adicional – disse ele a Picquart: "Que é que lhe importa que esse judeu fique na Ilha do Diabo?"

Onde, contudo, a obra de Herzl causou um impacto mais forte foi entre as massas judaicas da Europa Oriental, e isso não obstante conhecerem do livro praticamente apenas o título, já que a divulgação do mesmo fora proibida pela censura russa. Mas o que ouviam falar de Herzl bastava para inflamar-lhes a imaginação, transformando-o numa figura mística, quase messiânica, surgida para libertar seu povo oprimido. A respeito, o testemunho de Chaim Weizmann – então com pouco mais de 20 anos e estudando em Berlim – é valioso:

> O efeito produzido por *O Estado Judeu* foi profundo. O que nos atraía não eram as ideias, mas a personalidade que se achava por detrás delas. Aqui havia arrojo, clareza, energia. O fato desse ocidental vir a nós sem os nossos próprios preconceitos tinha sua atração.

Achava-se Herzl ansioso por conseguir apoio político para o seu plano. Para isso contou de início com um personagem encantadoramente excêntrico: o reverendo William Henry Hechler, clérigo britânico (Igreja Anglicana) exercendo as funções de capelão da Embaixada Britânica em Viena. O reverendo Hechler vinha há mais de 20 anos se dedicando com afinco ao estudo das profecias, e esse estudo dera-lhe a convicção de que o retorno dos judeus a Sião fora previsto pelos profetas hebreus. A leitura de *O Estado Judeu* despertara seu interesse, levando-o a procurar conhecer o autor da obra (definida por Hechler como "a primeira tentativa séria, tranquila e prática para mostrar aos judeus como eles podem reagrupar-se e formar uma nação própria na Terra da Promissão que lhes foi dada por Deus"). Graças a ele pôde Herzl entrar em contato com o grão-duque de Baden (Frederico I), monarca magnânimo e cristão fervoroso, de considerável influência nos círculos políticos germânicos, por intermédio do qual esperava Herzl poder chegar ao imperador Guilherme II (sobrinho do grão-duque). Uma primeira entrevista realizou-se em abril de 1896. Logo após a mesma escreveu Herzl uma carta ao grão-duque solicitando-lhe, caso lhe aprouvesse, salientar junto ao Kaiser dois efeitos que uma emigração judaica para a Palestina produziriam: enfraquecimento dos partidos revolucionários e quebra do poder financeiro internacional. O grão-duque, porém, não intercedeu logo por Herzl junto a Guilherme II porque julgava a matéria ainda insuficientemente amadurecida (só viria a fazê-lo cerca de dois anos depois, mas sem tocar nos pontos acima referidos).

Em junho de 1896 foi Herzl a Constantinopla. Ali falou com o grão-vizir, obteve uma condecoração, mas não conseguiu aquilo que mais lhe

interessava: uma audiência com o sultão Abdul Hamid II – negada sob a alegação de que o monarca se recusava a discutir qualquer assunto relacionado com a soberania da Palestina[21]. O camareiro do sultão, Izzat Bey, todavia aconselhou Herzl a adquirir algum outro território para colonização judaica e depois oferecê-lo à Turquia, com pagamentos adicionais, em troca da Palestina. Herzl, registrando essa conversa em seu Diário, acrescentou: "Pensei imediatamente em Chipre"[22].

De regresso da capital do Império Otomano passou Herzl por Sofia. Sua permanência nessa cidade búlgara foi breve, mas mesmo assim suficiente para provocar entre a população judaica local uma manifestação espontânea beirando a histeria coletiva, sendo Herzl aclamado como "libertador de Israel".

Concomitantemente com seus empreendimentos no terreno político, procurou Herzl aproximar-se dos filantropos judeus. Com esse intuito foi a Londres, mas Claude Montefiore e Frederick Mocatte, representando a Associação Anglo-Judaica, recusaram-se categoricamente a cooperar, e Sir Samuel Montagu impôs condições absurdas – provavelmente achavam-se todos eles receosos de tomar uma atitude que lhes parecia comprometedora. (Contrastando, porém, com essa hostilidade da elite judaica de Londres, seria Herzl delirantemente ovacionado ao discursar no Clube dos Trabalhadores Judeus.)

A 18 de julho, já em Paris, avistou-se com o barão Edmond de Rothschild. Este igualmente recusou seu apoio – Herzl chegou mesmo a oferecer-lhe a chefia do movimento, desde que ele o conduzisse segundo as diretrizes propostas em *O Estado Judeu* – mantendo-se obstinado em sua ideia de colonização lenta e gradual, que não atraísse muita atenção nem provocasse hostilidade. Esse encontro, não obstante seu resultado negativo, foi de certo modo decisivo para o futuro do sionismo. O próprio Rothschild teria mais tarde oportunidade de se referir ao mesmo em conversa com um amigo:

[21] Por intermédio de um nobre polonês, P. M. Nevlinski, pessoa bem relacionada nos bastidores políticos, soube Herzl que a Turquia, embora não consentindo de modo algum em renunciar à soberania sobre a Palestina, achava-se no entanto disposta a reconhecer esse território como um Estado vassalo e a permitir uma imigração judaica em larga escala, desde que os judeus conseguissem fornecer um "substancial" auxílio financeiro ao governo turco.

[22] A ilha de Chipre achava-se desde 1878 sob administração britânica.

> Devo dizer-lhe a verdade sobre aquele primeiro encontro com Herzl. Quando ele me explicou sua ideia de convocar um Congresso e iniciar agitação pública entre judeus e não judeus para a criação de um Estado Judeu fiquei assustado. Pensei que seria um caminho perigoso a seguir. Pensei que, em primeiro lugar, seria difícil devido às possíveis repercussões na atitude do governo turco em relação aos nossos esforços. Além disso, pensei que seria prejudicial ao bem-estar dos judeus em todo o mundo, pois os antissemitas começariam a gritar que os judeus deviam ser forçados a ir para seu próprio país. Mas a história demonstrou que era Herzl quem tinha razão, e não eu. Um trabalho discreto não nos teria levado muito longe na Palestina.

Viu Herzl claramente que não poderia contar, pelo menos desde logo, com a filantropia judaica, temerosa de se envolver em questões políticas, e concluiu que teria de mudar de rumo. Em carta a Jacob de Haas (mais tarde secretário de Herzl e um de seus biógrafos), escrita três dias após a entrevista com Rothschild, afirmava: "Só há uma única resposta a essa situação. Organizemos imediatamente as massas judaicas". Deixando de confiar nos ricos e voltando-se para as massas, dava Herzl não só um passo verdadeiramente decisivo para o futuro do movimento como também uma demonstração de agudo senso político. Compreendeu ele que se massas inertes constituem um peso morto, organizadas podiam tornar-se uma força irresistível. Decidiu então convocar, o mais breve possível, um congresso de representantes do povo judeu – ideia ousada e arriscada pois nada de semelhante fora tentado durante os séculos da Dispersão. O local escolhido foi Munique, mas isso provocou uma avalancha de protestos. Os líderes da comunidade judaica dessa cidade bávara e a União dos Rabinos Alemães consideraram tal escolha como uma mancha em seu patriotismo[23], sendo que esses rabinos opunham-se mesmo à realização do congresso onde quer que fosse. Fizeram eles publicar em vários jornais alemães um comunicado protestando contra "as tentativas dos assim chamados sionistas de fundar um Estado nacional judaico na Palestina" e em cujo parágrafo conclusivo encontrava-se o seguinte:

> Religião e patriotismo impõem nos o dever de pedir a todos aqueles que se preocupam com o bem-estar do judaísmo que se mantenham afastados dos esforços sionistas e muito especialmente do Congresso que ainda está sendo planejado.

[23] Os dirigentes da comunidade judaica de Berlim declararam que não compareceriam.

O grão-rabino de Londres, Dr Hermann Adler, e o grão-rabino de Viena, Dr. Moritz Güdemann também tornaram públicos seus protestos. Mas este último não se limitou a protestar; escreveu um panfleto (intitulado *Judaísmo Nacional)* expondo a tese de que a ideia nacionalista era irreconciliável com a religião judaica e explicando que as esperanças messiânicas e as tradicionais orações de retorno a Sião não podiam ter aplicação prática pois deviam ser compreendidas simbolicamente.

A reação de Herzl foi imediata e enérgica: declarou que o rabino Güdemann era porta-voz dos ricaços membros de sua congregação que pagavam seu salário e consequentemente determinavam seus pontos de vista. Da mesma forma descreveu todos os rabinos que protestavam contra o congresso (e aos quais chamaria de *Protestrabbiner)* como "homens que vivem da comunidade judaica, e não para ela".

Diante da hostilidade de quase toda a imprensa judaica – o jornal *Neue Freie Presse,* para o qual Herzl trabalhava (era já então seu crítico literário), pertencia também a judeus mas era tão hostil ao sionismo que qualquer menção desse movimento em suas colunas era terminantemente proibida – sentiu Herzl a necessidade de ter um órgão de propaganda para o planejado congresso. Fundou assim, com seus recursos particulares, o semanário *Die Welt* (O Mundo), e a 4 de junho de 1897 aparecia o primeiro número do periódico que se tornaria, a partir desse ano e até 1914, o órgão oficial da Organização Sionista. Nesse número inicial, referindo-se à palavra "judeu" dizia Herzl: "Aceitamos essa palavra, supostamente em termo injurioso, e a converteremos num título de honra"[24].

Esse mesmo ano de 1897 marca a fundação, em Vilna (Rússia), de uma agremiação concorrente dos sionistas: a Der Algemeiner Yidiche Arbeiterbund in Rusland und Poiln (Organização Geral dos Trabalhadores Judeus na Rússia e Polônia), mais conhecida como Bund. Era uma organização proletária, de acentuadas tendências marxistas, e que tinha por

[24] Não se limitaria, contudo, *Die Welt* a publicar exclusivamente matéria relacionada com o sionismo. Assim, por exemplo, publicou dois poemas e um conto de Stefan Zweig, obras, é verdade, de conteúdo judaico mas não sionista. (É interessante assinalar ainda que foi Herzl quem possibilitou a Stefan Zweig, então no início de sua carreira, colaborar no *Neue Freie Presse;* não conseguiu Herzl, porém, fazer do jovem escritor um trabalhador ativo pela causa sionista – embora não se recusando a prestar assistência a Herzl em suas atividades sionistas, Stefan Zweig não ingressou no movimento).

objetivo representar a contribuição judaica ao movimento revolucionário russo e, dentro desse movimento, defender os interesses das classes trabalhadoras judaicas. Radicalmente antissionistas, eram igualmente contrários ao hebraico, favorecendo uma cultura nacional autônoma, baseada no iídiche, para os judeus russos. Consideravam o sionismo como altamente prejudicial, pois desviava a atenção dos judeus do combate revolucionário e da luta de classes. Não obstante, mereceram de Lênin os epítetos de "reacionários" e de "estorvo à luta de classes"...

Voltemos, porém, a Herzl. A 20 de julho escrevia ele a Max Nordau: "Como pode ver pelas páginas de *Die Welt* a batalha começou. Conquistaremos nossos inimigos judeus; não há dúvida sobre isso. O Congresso será um acontecimento impressionante". Contudo, grandes obstáculos tiveram ainda de ser superados antes que o 1° Congresso Sionista pudesse ser inaugurado, numa manhã de domingo, a 29 de agosto de 1897, não mais em Munique e sim na velha e pitoresca cidade suíça de Basileia, às margens do Reno.

Compareceram a esse Congresso 204 delegados, oriundos de diversas partes do mundo e representando os mais variados modos de pensar, posições sociais e tipos físicos. Havia rabinos e leigos, religiosos e livres-pensadores, veteranos Amigos de Sião e nacionalistas recém-convertidos, burgueses e socialistas, negociantes e intelectuais, professores e estudantes; muitos dos presentes, todavia, não escondiam seu ceticismo. Entre os espectadores, nosso já conhecido pastor William Hechler[25].

O discurso de abertura foi proferido por Herzl, inegavelmente a figura dominante do Congresso. Começou dizendo: "Aqui estamos para lançar a pedra fundamental do edifício que abrigará a nação judaica". E um pouco adiante: "Nada temos a ver com conspirações, intervenções secretas ou métodos indiretos. Desejamos colocar a questão sob o controle da opinião pública livre". Numa nítida demonstração de que não o moviam ambições pessoais, propôs a criação duma organização especial: "Nossa causa é grande demais para ser deixada à discrição ou ambição de indivíduos; para ser bem sucedida ela deve elevar-se ao plano do impessoal". Conceituou magistralmente o sionismo, eletrizando a

[25] Faria ele questão de assistir, sempre como simples espectador, também aos congressos seguintes, enviando todas as vezes relatos entusiásticos ao grão-duque de Baden (de cujo filho, aliás, fora preceptor).

assembleia: "O sionismo antes mesmo do retorno à terra judaica é o retorno ao judaísmo". Concluiu com as seguintes palavras: "Que o Congresso seja uma fonte de bem-estar para os infelizes, de desafio a ninguém, de honra para todos os judeus. Que seja digno do nosso passado, cuja glória, embora distante, é eterna!"

Ao discurso de Herzl seguiu-se o de Max Nordau. Orador brilhante, falou de improviso (ao contrário dos demais), abordando o tema "A Situação dos Judeus em Fins do Século XIX". De sua fala, bastante longa, queremos destacar os trechos abaixo:

> ...Em toda parte onde os judeus se estabeleceram em número relativamente grande prevalece a miséria judaica. Não é a miséria comum, que representa provavelmente a face inalterável da humanidade. É uma miséria peculiar, que os judeus sofrem não como seres humanos mas como judeus e da qual estariam livres caso não fossem judeus.
>
> ...Vícios de toda espécie são atribuídos aos judeus porque os outros desejam convencer-se de que têm o direito de detestá-los. Mas o sentimento preexistente é o do ódio aos judeus.
>
> ...A emancipação dos judeus, para produzir um efeito integral, deveria ser completada no sentimento antes de ser declarada em lei. Mas este não foi o caso... A emancipação dos judeus não decorreu da convicção de que grave injustiça havia sido feita a uma raça, de que esta fora maltratada da maneira mais terrível, e de que já era tempo de reparar a injustiça milenar – foi apenas o resultado do modo geométrico de pensar do racionalismo francês do século XVIII...
>
> Os judeus são em sua maioria uma raça de mendigos amaldiçoados... Essa pobreza esfacela seu caráter e destrói seu corpo. Atormentado pela sede de uma educação superior vê-se repelido dos lugares onde os conhecimentos podem ser obtidos – um verdadeiro Tântalo intelectual dos nossos tempos não lendários... Ele é excluído da sociedade dos seus concidadãos e é condenado a um isolamento trágico. Queixam-se dos judeus se intrometerem em toda parte, mas eles só procuram a superioridade porque se lhes nega a igualdade.
>
> ...Ninguém, seja ele cristão ou judeu, pode permanecer indiferente à desgraça judaica. É um grande pecado deixar degenerar em miséria física e intelectual uma raça à qual nem mesmo seus piores inimigos

> negam capacidade. É um pecado contra eles e contra a obra de civilização da qual os judeus não foram colaboradores inúteis.
>
> Essa miséria judaica clama por auxílio. Encontrar esse auxílio será a grande tarefa deste Congresso.

Ouviram-se depois relatórios sobre a situação das coletividades judaicas de vários países. Os membros da numerosa delegação da Rússia, porém, permaneceram calados, num silêncio sem dúvida bem mais expressivo que qualquer relatório. Proferiram-se discursos sobre diversos aspectos do sionismo: suas bases históricas, colonização da Palestina, problemas econômicos, necessidades culturais, etc. O professor Hermann Schapira, eminente matemático da Universidade de Heidelberg, propôs a criação de uma Universidade Judaica e de um Fundo Nacional para a compra de terras na Palestina[26].

Durante os debates – os trabalhos do Congresso eram conduzidos no idioma alemão – teve Herzl oportunidade de garantir que o sionismo não empreenderia "qualquer ação que pudesse ferir as convicções religiosas de qualquer grupo do judaísmo". Com isso queria ele deixar bem claro seu desejo de, em matéria religiosa, seguir uma política de estrita neutralidade[27].

No encerramento do Congresso, a 31 de agosto, por sugestão (unanimemente aprovada) de David Wolffsohn – abastado comerciante (madeiras) de origem russa estabelecido em Colônia e que se tornara adepto fervoroso de Herzl desde o momento em que lera *O Estado Judeu* – foi cantada a canção hebraica Hatikva (A Esperança), então adotada como hino nacional judaico e que se tornaria, com pequenas modificações na letra, o hino nacional de Israel. Foi inegavelmente uma escolha feliz, tanto no que se refere à música quanto à letra. Esta era de autoria do poeta polonês Naphtali Herz Imber[28] e bastante expressiva:

Enquanto no fundo do coração

---

[26] A ideia do Fundo Nacional seria adotada em 1901 (ver adiante), três anos após a morte do professor Schapira.

[27] Quanto às ideias pessoais de Herzl a respeito da religião, podia ser ele classificado como um racionalista.

[28] Imber (1858 – 1902) foi também secretário particular de Sir Laurence Oliphant. O restante da sua obra poética está hoje esquecida.

Palpitar uma alma judaica,
E em direção ao Oriente,
A Sião o olhar se dirigir –

Ainda não está perdida a nossa esperança,
A milenar esperança
De retornar à terra de nossos antepassados,
À cidade de Davi.

(A música, de origem controversa, parece ter suas raízes no folclore tcheco)[29]

Duas foram as realizações principais do Congresso[30]: a adoção de um Programa Sionista e o estabelecimento da Organização Sionista.

O Programa Sionista – também conhecido por Programa de Basileia – formulado em suas linhas gerais pelo Dr. Max Nordau, fora após tempestuosos debates aprovado por unanimidade; serviria durante mais de meio século (ou seja, até a proclamação do Estado de Israel) como um elo unindo os sionistas de todo o mundo. Expressava ele, de modo claro e sintético, as aspirações e a orientação a ser seguida pelos sionistas:

> O objetivo do Sionismo é criar para o povo judeu na Palestina um lar legalmente assegurado[31].
>
> Para atingir essa meta o Congresso adota os seguintes meios:
>
> 1. Promoção sistemática da colonização da Palestina por agricultores e trabalhadores industriais judeus.

[29] Adotou também o Congresso, como bandeira nacional judaica (e desde 1948 é a bandeira de Israel), uma bandeira idealizada por David Wolffsohn: fundo branco, duas faixas azuis, e no centro, entre as faixas, a estrela de Davi. (Segundo alguns autores, Wolffsohn se teria inspirado no tradicional xale de orações judaico).

[30] Somente a título de curiosidade: atribuiu-se também a esse Congresso a elaboração dos *Protocolos dos Sábios de Sion,* grosseira mistificação antissemita forjada por um funcionário do Santo Sínodo Russo. Mas como tem tido vida longa!

[31] A expressão "legalmente assegurado" (ou mais exatamente, em tradução literal do original alemão, "publicamente reconhecido e legalmente assegurado") foi incluída por insistência de Herzl, que fazia disso questão absoluta. Quanto a "lar", palavra tão vaga (e que tanta confusão viria a causar), foi usada em vez de "Estado", termo que parecia então demasiado ousado e provocador...

> 2. Organização e federação de todos os judeus através de instituições apropriadas, locais e internacionais, e de conformidade com as leis de cada país.
>
> 3. Fortalecimento da consciência nacional e do sentimento judaicos.
>
> 4. Medidas preparatórias para obtenção das aquiescências governamentais que forem necessárias para alcançar o objetivo do Sionismo.

A Organização Sionista (que Herzl certa vez qualificou de "Estado Judeu em marcha") era de âmbito mundial, assemelhando-se à Society of Jews preconizada por Herzl em seu livro. Não será supérfluo examinar sucintamente sua estrutura. Poderiam ser membros todos os judeus (homens ou mulheres) com mais de 18 anos e que, além de aceitar o Programa Sionista, pagassem uma contribuição nominal de um shekel (palavra bíblica que designava antiga moeda hebraica), com o valor aproximado de um marco alemão[32]. Para fins de representação eram os judeus divididos territorialmente, correspondendo de um modo geral a cada país uma unidade territorial. 1.500 membros elegiam um delegado ao Congresso (fez-se contudo uma exceção em favor da comunidade judaica da Palestina, onde 750 seriam suficientes para eleger um delegado). Nos intervalos entre um e outro Congresso seria a Organização administrada por um Conselho Geral ou Comitê Executivo (conhecido também pelo seu nome inglês de Actions Committee). Era esse Comitê encabeçado por um grupo menor, o Executivo Mundial Sionista ou Executivo Central, com sede inicialmente em Viena,[33] e do qual Herzl foi eleito presidente. O órgão supremo de todo o movimento era o Congresso Sionista, cabendo-lhe decidir sobre programa e orçamento da administração seguinte.

Regressando a Viena, fez Herzl a seguinte anotação em seu diário:

> Se eu quisesse resumir o Congresso de Basileia numa só frase – o que jamais farei publicamente – diria: em Basileia fundei o Estado Judeu. Se eu disser isso serei alvo de risos. Mas talvez daqui a 5 anos, certamente daqui a 50 anos, todos o perceberão. O Estado, em sua essência, já está fundado através da vontade de um povo.

[32] A ideia do shekel partiu também de Wolffsohn; como vemos, era ele pródigo em sugestões.

[33] A sede seria depois transferida sucessivamente para Colônia, Berlim, Londres, e por último Jerusalém.

Numa comemoração, realizada em Jerusalém, do 50º aniversário do 1º Congresso, foram essas palavras de Herzl relembradas por Ben-Gurion, que comentou: “Isso não era uma explosão de entusiasmo por parte de um sonhador, mas a expressão de uma profunda intuição histórica. Naquele dia foi realmente fundado o Estado Judeu, pois um Estado funda-se primeiro no coração do povo”.

A responsabilidade de Herzl era já então bem maior, e ele tinha plena consciência disso. Antes do Congresso agira apenas como autor de um panfleto político, mas agora era o chefe de um movimento mundial. E a esse movimento ele se entregaria de corpo e alma, sem medir sacrifícios de espécie alguma, nos poucos anos de vida que lhe restavam.

O Congresso dera um grande impulso à propaganda sionista, registrando-se logo após numerosas adesões (em sua grande maioria de elementos economicamente menos favorecidos). Um grande número de sociedades, que se filiaram à Organização Sionista, foram fundadas na Europa, na América (Norte e Sul), na África do Sul, na Austrália e Nova Zelândia, e até no Extremo Oriente[34].

A oposição, porém, mantinha-se intensa, e variada também, pois faziam-na a imprensa, a burguesia assimilacionista, os religiosos, e os socialistas do Bund. Em abril de 1898 anotava Herzl em seu Diário: “Somos ainda como os soldados da Revolução Francesa. Temos de seguir descalços para a batalha”.

No fim de agosto de 1898 realizou-se, novamente em Basileia, o 2° Congresso Sionista; compareceram dessa vez cerca de 400 delegados. Herzl expressou sua esperança no rápido triunfo da causa, e Max Nordau referiu-se outra vez, com eloquência, à situação dos judeus no mundo, salientando especialmente as violentas perseguições antissemitas que vinham ocorrendo na Argélia e o Caso Dreyfus. (Aproveitou Nordau o ensejo para render sincera homenagem aos defensores de Dreyfus: Bernard Lazare, Zola, Scheurer-Kestner, Clemenceau, Jaurès, Labori, Picquart, e outros).

Apresentou o 2° Congresso como resultado prático mais importante a decisão de estabelecer um banco, que se destinava a servir como instrumento financeiro da Organização Sionista. Decorria tal decisão do

[34] Para quem gosta de estatísticas: em apenas um ano – o que se seguiu ao da realização do 1º Congresso – o número de sociedades sionistas cresceu de 117 para 913.

desejo de Herzl de eliminar do movimento sionista, o mais rapidamente possível, a necessidade de se recorrer à filantropia.

Antes mesmo da realização desse Congresso já se fizera um planejamento preliminar relativo ao banco, mas como de costume houve forte oposição, tendo os grandes financistas judeus feito tudo para impedir a concretização do projeto (anotação de Herzl: “Passou o tempo em que me chamavam apenas de louco. A partir de agora chamar-me-ão também de negociante”.). A ideia foi levada avante principalmente devido, aos esforços de David Wolffsohn e Jacobus Kann (este um jovem banqueiro de Haia e também, como Wolffsohn, amigo e admirador de Herzl). Recebeu a novel instituição o nome de Jewish Colonial Trust, e a primeira etapa de sua existência foi bastante irregular e precária – um ano após sua fundação achava-se ainda em estado preparatório, com diretores espalhados por vários países da Europa[35]. Para sede foi escolhida a cidade de Londres. Deveu-se tal escolha ao fato de Herzl dar a maior importância à criação de instituições sionistas com base firme em território metropolitano inglês. Numa mensagem pessoal que enviou a uma conferência sionista em Londres nesse mesmo ano de 1898 dizia Herzl: “Desde o primeiro instante em que participei do movimento meus olhos se dirigiram para a Inglaterra, porque vi que devido ao estado geral de coisas ali, era ela o ponto de apoio onde a alavanca poderia ser aplicada” (isto porque, explica Herzl, “a ainda existente situação feliz dos judeus ingleses, seu elevado nível de cultura, seu orgulhoso apego à velha raça, faziam com que me parecessem os homens indicados para realizar a ideia sionista”).

Apesar dos seus abertamente confessados sentimentos anglófilos, não hesitou Herzl em procurar mais uma vez obter o apoio do imperador alemão, pois achava que este poderia exercer maior influencia sobre Abdul Hamid II do que o governo britânico. A intenção de Herzl era utilizar a influência alemã para tornar o sultão mais favoravelmente disposto em relação às propostas sionistas. Novamente pôs-se Herzl em contato com o grão-duque de Baden, concedendo-lhe este uma audiência a 2 de setembro de 1898. No decurso da mesma declarou Herzl que gostaria de ver o

[35] Pode-se considerar que seu funcionamento regular data de 1902. Mais tarde o Jewish Colonial Trust tranformar-se-ia na Anglo-Palestine Bank Company, e é atualmente o Banco Leumi Le-Israel, principal instituição bancária de Israel, com mais de uma centena de sucursais espalhadas pelo país e filial em New York.

sionismo incluído na esfera cultural dos interesses germânicos, acrescentando que o sionismo precisava de um protetor, e nenhuma proteção seria tão bem-vinda quanto a alemã. Respondeu o grão-duque que Guilherme II parecia inclinado a tomar a imigração judaica na Palestina sob sua proteção, mas recomendou a Herzl, reiteradas vezes, extrema cautela. (É óbvio que o Kaiser não possuía nenhuma simpatia especial pelos judeus – por outro lado altos funcionários imperiais garantiram a Herzl que ele também não era um antissemita – sendo seu maior interesse no caso estender a jurisdição alemã dentro do Império Otomano). Após algumas conversações preliminares com os condes Eulenburg e von Bülow (este ministro das Relações Exteriores, aquele amigo e confidente do Kaiser) foi Herzl informado de que Guilherme II estaria disposto a recebê-lo por ocasião de sua visita à Palestina, a realizar-se ainda em 1898.

Mas Herzl teria oportunidade de avistar-se ainda antes com Guilherme II. A 18 de outubro, em Constantinopla, foi ele recebido em audiência privada informal pelo imperador alemão. Explicou-lhe este, entrando direto no assunto, por que o movimento sionista exercia sobre ele certa atração: "Há entre vocês alguns elementos que seria bom remover para a Palestina...". Ao perguntar a Herzl o que os sionistas desejavam conseguir do sultão, obteve a resposta de que era uma companhia territorial operando na Palestina sob proteção germânica. Prometeu o Kaiser fazer essa solicitação ao sultão.

Da capital otomana seguiu Herzl para a Palestina, e a 26 de outubro, acompanhado de pequena comitiva, desembarcava em Jaffa. Alguns dias depois, na colônia agrícola de Mikveh Israel, encontrou-se inesperadamente com o Kaiser, que na ocasião dava um passeio a cavalo. Guilherme II reconheceu-o, dirigindo-lhe algumas palavras sem maior significação – referiu-se ao tempo, à falta d'água, e disse que a Palestina era um país de futuro.

A audiência oficial realizou-se a 2 de novembro, nas proximidades de Jerusalém. Na petição que Herzl apresentou ao Kaiser, submetida antes aos seus secretários, haviam estes mandado retirar todos os trechos referentes aos objetivos do sionismo, à situação desesperadora dos judeus em diversas partes do mundo, e o pedido de um protetorado germânico (pelo visto, não deve ter sobrado muita coisa). Guilherme II mostrou-se frio e até mesmo um tanto hostil; todavia agradeceu a Herzl pelo discurso e declarou que o

mesmo fora para ele muito interessante, mas que a matéria exigia "estudo mais detalhado" e novas discussões, acrescentando ainda que em sua opinião o solo era cultivável, faltando entretanto água e sombra. "Isso poderemos fornecer", observou Herzl, ao que Kaiser retrucou: "Bem, vocês certamente têm dinheiro suficiente, mais do que todos nós". Tudo muito breve e vago. Posteriormente foi distribuído um comunicado oficial alemão; nele o encontro com Herzl vinha no último parágrafo, como assunto de pouca importância:

> Mais tarde o Kaiser recebeu o cônsul francês, e também uma delegação de judeus que o presentearam com um álbum de fotografias de colônias judaicas na Palestina. Em resposta a um discurso do chefe da delegação, observou Sua Majestade que encarava com interesse benévolo todos os esforços em prol da melhoria da agricultura na Palestina, desde que não prejudicassem o bem-estar do Império Turco e fossem conduzidos num espírito de completo respeito pela soberania do sultão.

A que atribuir essa mudança de atitude de Guilherme II? É provável que não fosse apenas devido à oposição do sultão (ao que parece, sondado pelo Kaiser a respeito do sionismo, manifestou sobre o mesmo completa desaprovação), mas também por influência de alguns de seus conselheiros – principalmente o chanceler imperial Hohenlohe e von Bülow – que receavam que um protetorado germânico sobre a colonização judaica na Palestina pudesse acarretar complicações com a França, Inglaterra e Rússia, pois essas potências considerariam tal protetorado como uma tentativa para estender a influência alemã no território turco.

Em Jerusalém Herzl e sua comitiva foram até o Muro das Lamentações. Não puderam conter as lágrimas, com exceção do próprio Herzl, que indagado a respeito respondeu sorrindo: "Estou pensando na beleza que pode ser criada aqui". Sentiu-se, no entanto, deprimido com a miséria, a aglomeração e a sujeira das ruelas de Jerusalém, escrevendo em seu Diário: "No dia em que a cidade for nossa, e se eu ainda estiver vivo e capaz, meu primeiro ato será limpá-la, ó Jerusalém". Poucos dias depois todos tinham que deixar apressadamente a Palestina – seus passos vinham sendo constantemente seguidos por espiões do sultão, e suas vidas corriam sério perigo.

A desilusão de Herzl fora total. O grão-duque de Baden, não obstante toda sua simpatia pela causa (e por Herzl pessoalmente – chegou até a enviar-lhe retrato autografado...), nada mais podia fazer, e Herzl não veria outra vez o Kaiser[36]. Em carta ao grão-duque, datada de 17 de março de 1899, escreveu Herzl: "Extinguiu-se uma esperança que me era particularmente cara, e presumo que não atingiremos nosso alvo sob um protetorado alemão. Lamento-o mais do que lhe poderia dizer".

Quanto ao governo alemão, não demonstraria mais qualquer interesse sério pelo sionismo até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. E isso não obstante conservar a Organização Sionista, no dizer do historiador inglês Leonard Stein, "um forte sabor alemão".

Basileia, agosto de 1899: 3º Congresso Sionista. Herzl anunciou que o objetivo imediato da política sionista era conseguir o direito à colonização autônoma da Palestina. David Wolffsohn, na qualidade de presidente do Jewish Colonial Trust, apresentou um relatório otimista sobre essa instituição.

Um pequeno tumulto foi causado por um delegado dos Estados Unidos, Davis Trietsch. Propôs ele uma colonização judaica em Chipre, mas foi ruidosamente interrompido e não pôde concluir seu discurso. Queria Trietsch que o Programa de Basileia fosse alterado para inclusão das palavras "Grande Palestina" ou "Palestina e territórios vizinhos" – dessa forma estaria implícita a ilha de Chipre. Em carta a Herzl afirmava Trietsch que sem as expressões acima o Programa de Basileia "é tolice. Não se põem 10 milhões de judeus numa terra de 25 000 km²". (Em outra carta explicou Trietsch que seu objetivo era "manter aberta a saída de emergência")[37].

O 3º Congresso foi objeto de um relatório enviado pelo embaixador alemão na Suíça ao seu governo. Nesse relatório era citada uma frase referente aos judeus proferida por Max Nordau: "Se nós nos levarmos a sério, o mundo nos levará a sério". É sabido que o Kaiser tinha o hábito de expressar suas opiniões sobre os assuntos tratados nos documentos que lia, anotando-os à margem. Junto à passagem citada escreveu ele uma só

[36] Um novo pedido de audiência feito por Herzl foi recusado por Guilherme II.

[37] Trietsch faria por conta própria – e contra os desejos da Organização Sionista (Herzl certa vez se referiu a ele como "um barão Hirsch sem dinheiro") – algumas tentativas para instalar judeus em Chipre; todas, porém, malograram, e ele acabaria desistindo em 1903. (Em 1932 Trietsch fixou residência na Palestina, falecendo três anos depois).

palavra (mas, segundo um autor americano, reveladora dos seus verdadeiros sentimentos em relação aos judeus): "Certo!"

Em fins de 1899 o czar e a czarina visitaram Baden. Era uma oportunidade imprevista que se oferecia a Herzl para tornar oficialmente conhecidos seus projetos nos círculos dirigentes do Império Czarista, e ele pediu logo ao grão-duque que lhe conseguisse uma audiência com Nicolau II. O grão-duque, porém, sugeriu a Herzl que redigisse um memorando em francês prometendo encaminhá-lo ao imperador russo[38]. Algum tempo depois Nicolau escreveu ao grão-duque dizendo que tomara conhecimento "do memorando do Snr. Herzl com vivo interesse"; e adiante: "A teoria do 'Sionismo' poderia certamente ser um fator importante em relação ao favorecimento da paz interna na Europa, mas eu próprio duvido que qualquer aplicação prática dessa teoria seja possível, mesmo em futuro distante".

Também dentro do próprio movimento sionista nem tudo corria tranquilamente. O problema mais grave – não obstante o otimismo manifestado por Wolffsohn – era constituído justamente pelo banco. Encontrava-se o mesmo em situação bastante crítica, em grande parte devido ao próprio Herzl – desconhecendo quase inteiramente questões financeiras, queria mesmo assim controlar pessoalmente tudo que dizia respeito ao banco e impacientava-se com os obstáculos. A crise tornou-se inevitável. Em meados de 1900 Jacobus Kann, indivíduo disposto a fazer somente aquilo que considerasse certo, ofendido com as constantes críticas de Herzl, apresentou a este sua demissão da vice-presidência do Banco, escrevendo-lhe uma carta que terminava com as seguintes palavras: "Voltarei a cooperar ativamente se de algum modo forem dadas garantias de que aquilo que é conseguido por meio de trabalho árduo e sério será protegido contra interferências irresponsáveis por parte de leigos". Tendo Herzl se recusado a publicar essa carta em seu jornal por considerá-la um insulto pessoal, divulgou-a Kann na imprensa judaica de Londres e Amsterdão, provocando verdadeiro escândalo.

Pouco tempo depois da demissão de Kann tentou Wolffshon convencer Herzl a mudar de atitude em relação ao Banco, escrevendo-lhe:

[38] Explicou o grão-duque, em carta a Nicolau II, que assim agira para evitar que o imperador da Rússia se visse na contingência "de se pôr em contato com um plebeu"...

"Para mim, presentemente, você é o sionismo, com tudo que isso representa. Mas justamente por se tratar da sua pessoa não gostaria de vê-lo demasiado envolvido nos assuntos muito delicados e muito profanos do Banco. Você é correto e digno demais para compreender realmente os negócios". Herzl, porém, manteve-se obstinado, e por fim o próprio Wolffsohn também quis demitir-se, recebendo então de Herzl uma carta em que se destaca o seguinte trecho: "Dar-lhe-ei uma chave para todas as situações em que possa encontrar-se – pergunte a si mesmo se ainda acredita no Sionismo. Se a resposta for afirmativa, não hesitará em continuar ao meu lado". Wolffsohn, acedendo ao apelo do amigo, permaneceu na presidência do Banco, salvando-o provavelmente de ruína completa[39].

Juntamente com essas dificuldades financeiras continuava o conflito com a grande maioria dos rabinos – ferrenhamente apegados ao seu misticismo fanático – que com devastadora fúria atacavam não só as ideias mas até as próprias pessoas dos líderes sionistas. E o horror dos filantropos à política não arrefecia.

Para Herzl havia problemas também no âmbito doméstico. Sua esposa, por motivos pessoais aliás perfeitamente compreensíveis, não via com bons olhos suas atividades sionistas, pois temia pela saúde do marido e pelo futuro dos filhos (temores que, infelizmente, viriam a se confirmar)[40].

Tudo isso se refletia inevitavelmente no estado de Herzl, em quem já se podiam notar sinais de fadiga e esgotamento.

A reunião do 4º Congresso Sionista (13 a 16 de agosto de 1900) ocorreu em Londres, no Queen's Hall, sob a presidência de Sir Francis Montefiore[41]. Essa transferência de local visava objetivos bem determinados: tornar o movimento sionista melhor conhecido nos países de

[39] Herzl e Kann se reconciliariam um ano e meio depois. Kann, entretanto, não abandonou inteiramente o Banco, continuando a prestar sua colaboração sem que Herzl disso tivesse conhecimento.

[40] Certa vez Julie Herzl queixou-se amargamente do marido ao rabino Feuchtwang, de Viena, tendo este retrucado – sem entretanto convencê-la – que as grandes ideias exigiam grandes sacrifícios. ("Ela não podia compreender que seu marido pertencia primeiramente aos milhões que constituíam o povo judeu e só depois à sua família").

[41] Sir Francis Montefiore presidira no ano anterior a reunião em que foi fundada a Federação Sionista Inglesa. Era ele sobrinho-neto de Sir Moses Montefiore.

língua inglesa, conseguir a simpatia do povo britânico, e estimular o interesse dos seus círculos dirigentes. Disse Herzl no discurso de abertura: "A Inglaterra, a grande e livre Inglaterra, com seu olhar percorrendo todos os mares, compreender-nos-á e aos nossos objetivos. Deste lugar, podemos estar certos disso, a ideia sionista alcançará voo para ainda maiores distâncias e alturas".

Quanto aos debates, foi esse talvez o mais calmo dos congressos até então realizados. O próprio Herzl considerou-o principalmente como uma simples demonstração, um gesto de cortesia para com a Grã-Bretanha. Sua realização, contudo, possibilitou a Herzl entrar em contato pessoal com Lord Lansdowne, secretário do Exterior (embora nada de positivo resultasse desse primeiro encontro).

Em maio de 1901 vamos encontrar Herzl novamente na Turquia. Teve ele então sua primeira entrevista com o sultão Abdul Hamid II. (Este ficou bem impressionado com Herzl, descrevendo-o a Arminius Vámbéry – um aventureiro húngaro que era uma espécie de conselheiro não oficial do sultão – nos seguintes termos: "Aquele homem Herzl tem a aparência de um profeta, de um líder de seu povo; tem olhos muito sagazes, e fala com prudência e clareza".) Nessa entrevista de aproximadamente duas horas de duração, propôs Herzl ao sultão, cujas finanças se achavam em estado lastimável, um tributo anual em troca de uma redução das restrições que pesavam sobre a imigração judaica na Palestina. As negociações arrastaram-se por mais de um ano. Herzl fez novas propostas, empreendeu sondagens nos círculos financeiros de Paris e Londres, mas tudo em vão. Na entrevista final com o sultão, Herzl ofereceu-lhe 1 600 000 libras – todavia a única concessão que Abdul Hamid se dispunha a fazer era facilitar a colonização judaica na Mesopotâmia, Síria ou Arábia, mas não na Palestina. (Anotação de Herzl em seu Diário: "... sem a Palestina! Recusei imediatamente").

É bastante provável que se Herzl pudesse dispor de mais 400 000 libras (ou seja, um total de 2 000 000 de libras) ter-lhe-ia sido possível alcançar seu objetivo. Entretanto, como vimos, não conseguiu reunir tal soma, apesar de ter batido em muitas portas, por trás das quais quantias muito maiores achavam-se disponíveis para fins bem menos meritórios. Escreveu Herzl ao seu amigo Prof. Max Mandelstamm (eminente

oftalmologista russo): “Será preciso uma torrente de fogo e enxofre antes que essas pedras amoleçam”.

O Congresso seguinte – o 5º (26 a 31 de dezembro de 1901) – voltou a reunir-se em Basileia. Ocorreu nele séria divergência, provocada por um grupo de sionistas russos (cerca de 20, constituindo a chamada Fração Democrático-Sionista), liderados por Chaim Weizmann e pelo matemático Leon Motzkin. Talvez sob influência das ideias de Ahad Ha-Am, exigiam que se devotasse maior atenção à cultura nacional judaica, criticando com veemência os processos quase que exclusivamente políticos até então seguidos por Herzl na direção do movimento. Tais exigências e críticas não foram bem recebidas pelos sionistas ocidentais; estes acusaram seus correligionários do Leste europeu de possuir ainda uma “mentalidade de gueto” (e por isso afastados da realidade), querendo conseguir a Palestina por meio duma infiltração gradual, sem chamar atenção, quase às escondidas. E Max Nordau, que em seu discurso descreveu os judeus como “um povo de proletários empobrecidos mas com necessidades culturais de aristocratas”, declarou peremptoriamente que qualquer discussão sobre cultura judaica era prematura.

Mas vejamos os argumentos dos delegados russos. Os motivos de sua oposição aos métodos de Herzl encontram-se expostos na autobiografia de Weizmann:

> Éramos um grupo esforçado de jovens acadêmicos, sem força e sem apoio externo, mas possuíamos um ponto de vista definido. Não gostávamos da nota de elegância e pseudomundanismo que caracterizava o sionismo oficial, dos trajes a rigor, casacas e roupas da moda. O formalismo dos Congressos Sionistas causava-me uma impressão penosa, especialmente após minhas visitas periódicas às oprimidas e miseráveis massas judaicas da Rússia.
>
> Na realidade era tudo muito modesto, mas para nós tinha um sabor de artificialidade, extravagância e *haut monde*...
>
> Havia outras razões para nossa oposição. A corrida de Herzl atrás de personalidades importantes, de príncipes e governantes que nos iriam “dar” a Palestina, era a perseguição de uma miragem. E era acompanhada – de maneira muito infeliz mas talvez inevitável – por um desvio da liderança para a direita. Herzl procurava os ricos e poderosos, os banqueiros e financistas judeus, o grão-duque de Baden, o Kaiser Guilherme II, o sultão da Turquia, o secretário do

> Exterior britânico. Nós, por outro lado, tínhamos pouca confiança na benevolência dos poderosos... O sionismo oficial, representado por seus líderes inteiramente respeitáveis, poderia conseguir a tolerância das autoridades russas. O mesmo não ocorria com os jovens, com suas inclinações nitidamente esquerdistas. Nós começávamos a constituir um “perigo” para o movimento. Nós éramos os “subversivos”.
>
> ...Herzl acreditava que lhe seria possível obter a Palestina para os judeus por meio de atividade diplomática. Nos primeiros Congressos as declarações políticas de Herzl, embora vagas, produziam um certo efeito que animava e alegrava... Herzl falava em termos amplos – de reconhecimento internacional, de imigração em larga escala. Mas com o passar dos anos o efeito se desgastava, e nada restava senão as frases. Herzl havia visto o sultão. Ele havia visto o Kaiser. Havia visto o secretário do Exterior britânico. Iria ver este ou aquele homem importante. E o resultado prático era nulo. Era assim inevitável que nos tornássemos céticos sobre essas negociações nebulosas.

Palavras duras, sem dúvida, mas não totalmente injustas. Todavia, é preciso não esquecer – conforme fez questão de salientar o Dr. Oskar Rabinowicz numa minuciosa análise crítica da autobiografia de Weizmann – que foi Herzl quem lançou as bases que possibilitaram a Declaração Balfour e quem preparou o caminho que o próprio Weizmann iria trilhar alguns anos depois.

Foi nesse 5° Congresso que ficou resolvido estabelecer o importantíssimo Jewish National Fund (Fundo Nacional Judaico), um fundo público destinado à compra de terras na Palestina, terras essas que pertenceriam ao povo judeu em seu conjunto[42]. Outra decisão tomada foi a de que os congressos futuros reunir-se-iam não mais anualmente e sim a cada dois anos.

Em abril de 1902 completou Herzl uma novela (“novela de tese” classifica-a Alex Bein, seu biógrafo); iniciara-a logo após sua visita à Palestina, dando-lhe o título de *Altneuland* (Velha Nova Pátria). Representava o livro uma descrição da Palestina, tal como Herzl a imaginava (ou melhor, desejava) num futuro não muito remoto. Quase todos os personagens se baseavam em figuras reais, conhecidas do autor (o

---

[42] Não se limitavam as atividades do Fundo Nacional Judaico à aquisição de terras; abrangiam também o reflorestamento, igualmente essencial ao desenvolvimento do país.

Prof. Mandelstamm, por exemplo, é retratado como "Professor Eichenstamm"). Tratava se, não resta dúvida, de uma obra de propaganda, e como tal deve ser encarada (nem era intenção de Herzl fazer literatura). No Prefácio a uma edição norte-americana escreveu o rabino Stephen Wise: "Se o *Judenstaat* de Theodor Herzl foi uma promessa, seu livro posterior, em verdade o último, tornou-se profecia". De fato, foram extraordinárias as muitas previsões corretas de Herzl, dentre as quais podemos destacar: Haifa como porto mais importante do país, uma juventude sadia e robusta (em contraste com a velha geração pálida, fraca e tímida), as numerosas cooperativas, o grande desenvolvimento do cultivo de frutas cítricas, a drenagem de pântanos, o extenso plantio de bosques em regiões outrora desérticas, uma estação balneária em Tiberíade, uma ferrovia na região costeira, o aparecimento de uma Cidade Nova em Jerusalém ao lado da Cidade Velha, o aproveitamento do Jordão para produção de energia elétrica, a extração de riquezas minerais do mar Morto[43]. Por toda obra perpassa um sopro de esperança e otimismo que o futuro não desmentiria. A ideia fundamental encontra-se expressa num lema que aparece no frontispício, juntamente com o título, "Se o quiseres, não será um sonho". E no Epílogo essa ideia surge ainda uma vez: "Mas, se não o desejardes, tudo que vos relatei é e continuará sendo ficção". Nos parágrafos conclusivos Herzl despede-se do livro tratando-o como filho:

> Agora, caro Livro, após três anos de trabalho, devemos nos separar. E teus sofrimentos começarão. Terás de abrir caminho, como numa floresta escura, através de inimizades e falsidades.
>
> Quando, entretanto, chegares entre gente amiga, transmite-lhes saudações de teu pai. Dize-lhes que ele acredita que os Sonhos também são uma realização dos dias que passamos na Terra. Sonhos não são tão diferentes de Ações como alguns imaginam. Todas as Ações dos homens foram a princípio apenas Sonhos. E, no fim, suas Ações dissolvem-se em Sonhos.

O modo como o livro foi recebido por certos setores do judaísmo constituiu para Herzl mais uma dolorosa decepção. Violentas críticas foram-lhe feitas por não ter dado a devida importância ao "espírito judaico" (compreendendo-se por essa expressão provavelmente uma cultura baseada

[43] É forçoso reconhecer, contudo, que ao lado das previsões que se viram confirmadas há também muita coisa que hoje nos parece demasiado ingênua.

em tradições religiosas), bem como por haver desprezado a língua hebraica. Isso não impediu, porém, que o livro alcançasse momentânea popularidade e fosse traduzido para diversos idiomas. Mas não produziu, de forma alguma, o efeito que Herzl esperava.

Em outubro de 1902 esteve Herzl novamente na Inglaterra, onde, a 22, entrevistou-se com o secretário das Colônias, Joseph Chamberlain[44]. Serviu de intermediário um sionista inglês, membro do Actions Committee, Leopold Jacob Greenberg[45]. A esse tempo estava Herzl já quase sem esperança de obter qualquer concessão de Abdul Hamid II, e com o agravamento da situação dos judeus na Europa Oriental andava à busca de outras soluções (ainda que provisórias) para o angustioso problema.

Submeteu ao secretário das Colônias um plano de colonização judaica da península do Sinai – à qual Herzl às vezes se referia como "Palestina Egípcia" – e da ilha de Chipre. Informou-lhe Chamberlain que só poderia tomar em consideração o caso de Chipre, uma vez que a península do Sinai se achava sob a jurisdição do Foreign Office; quanto a Chipre, porém, não acreditava fosse viável por causa da oposição da população local (incluindo gregos e muçulmanos), cujos interesses tinha obrigação de defender. Já o Sinai, em sua opinião, oferecia maiores possibilidades, mas para isso seria necessário falar com o titular do Foreign Office, Lord Lansdowne. Este recebeu Herzl no dia seguinte. Declarou-se favorável a uma colonização judaica da região do Wadi El Arish (na península do Sinai), mas acrescentou que antes seria preciso conseguir a audiência de Lord Cromer, cônsul-geral britânico no Egito (na prática exercendo verdadeira ditadura naquele país). A pedido de Herzl, deu Lord Lansdowne a Leopold Greenberg uma carta de apresentação para Lord Cromer.

Pouco depois seguia Greenberg para o Egito, e no Cairo encontrou-se com Lord Cromer, que não demonstrou o menor entusiasmo pelas propostas sionistas, fazendo logo uma série de objeções. E em carta a Lord Lansdowne sugeriu, como condição prévia, o envio de uma expedição de

[44] Sobre os sentimentos reais de Joseph Chamberlain em relação aos judeus não há uniformidade de opiniões: segundo um autor (inglês) tinha ele, por motivos humanitários, interesse sincero em fazer algo em benefício dos judeus; segundo outro (também inglês) seu sentimento mais caracterizado para com eles era de desprezo.

[45] Greenberg era natural de Birmingham e nessa cidade conhecera Joseph Chamberlain, com quem mantinha relações das mais amistosas.

técnicos ao Sinai a fim de investigar *in loco* as possibilidades da região; advertiu, porém, que não se deveria depositar nisso muitas esperanças.

Aceita a sugestão de Lord Cromer, foi organizada em janeiro de 1903 uma comissão técnica. Resultado da investigação: só seria possível uma colonização da região se esta fosse convenientemente irrigada. Herzl propôs pagar todas as despesas com os trabalhos de irrigação e foi ao Cairo conferenciar especialmente sobre isso com Lord Cromer. Mas o governo egípcio recusou-se categoricamente a aceitar o plano sob a alegação de que não havia água suficiente para esse fim no rio Nilo. Lord Cromer também interferiu pessoalmente no sentido do projeto não ir adiante – aconselhou o seu abandono expondo três razões principais: 1) a oposição do governo egípcio; 2) a opinião desfavorável dos técnicos; 3) o fato da administração egípcia já apresentar problemas suficientes para que lhe fossem acrescentados outros. De nada valeu, pois, a boa vontade de um ministro do Império Britânico diante da má vontade de um simples preposto.

Em abril de 1903 Herzl avistou-se novamente com Joseph Chamberlain, recém-chegado de uma viagem oficial à África. Imagine-se a surpresa do líder sionista ao ouvir do secretário das Colônias: "Durante minha viagem vi um território que lhe serve – Uganda... Pensei comigo mesmo – este é justamente o país para o Dr. Herzl". Declarou ainda Chamberlain que o governador poderia ser judeu e que o território teria autonomia administrativa. Mas Herzl hesitava (embora Greenberg insistisse que uma oferta do governo britânico não podia ser rejeitada assim sem mais nem menos); ainda não perdera inteiramente a esperança de demover o governo egípcio (ou Lord Cromer) de sua atitude negativa em relação ao Sinai, ou talvez – quem sabe? – o sultão poderia subitamente tornar-se mais acessível. O próprio Chamberlain, porém, duvidava que Herzl viesse a aceitar sua ideia, e em anotação feita em seu Diário afirmava presumir que "esse país esteja longe demais da Palestina para ter qualquer atração para ele".

Uma nova onda de terror antissemita que eclodiu na Rússia nesse mesmo mês de abril viria precipitar os acontecimentos, convencendo Herzl a não postergar uma solução, por mais precária que fosse[46].

[46] Pelo seu Diário sabemos que chegou a cogitar até de Moçambique.

No princípio do mês, em Kichinev (capital da Bessarábia), apareceram espalhados pela cidade boletins anunciando que o czar Nicolau II havia dado pessoalmente consentimento para a realização de um pogrome, e que o sinal para o início do massacre seria o badalar dos sinos das igrejas. Na data marcada (16 de abril – era a semana da Páscoa), ao nascer do dia, enquanto repicavam os sinos, começou a matança. Os atacantes eram abertamente instigados pela polícia, e jovens judeus que tentaram improvisar alguma defesa foram imediatamente desarmados por soldados. (Aliás, parece que espancar judeus constituía passatempo tradicional e corriqueiro dos militares czaristas; Kichkin, em uma de suas obras mais conhecidas – *A Filha do Capitão* – põe na boca de um dos personagens, oficial do exército, as seguintes palavras; em louvor do bilhar: "Este jogo e indispensável ao soldado. Na campanha, por exemplo, se chegas a um vilarejo, com que te vais ocupar? Nem sempre podemos bater nos judeus". Durante mais de 24 horas estiveram os judeus à mercê de uma multidão enfurecida, em sua maior parte formada pelo rebotalho da cidade e arredores, especialmente arregimentado para esse fim. Só no dia seguinte, quando o número de vítimas já atingia algumas centenas, foi posto fim à carnificina por elementos militares obedecendo a ordens deliberadamente retardadas.

Esse pogrome foi seguido por outros, em diversas localidades da Ucrânia; comunidades inteiras foram dizimadas, inúmeros judeus mutilados, roubados e assassinados, suas casas saqueadas e destruídas. Os massacres eram cuidadosamente planejados, realizando-se sempre sob as vistas complacentes das autoridades civis e militares[47]. Era proibido à imprensa russa relatar com veracidade os acontecimentos.

Mas a lição de Kichinev não se perderia. Os pogromes levaram à organização, pelos judeus russos, de associações (evidentemente clandestinas) de defesa, que acreditamos possam ser consideradas precursoras remotas da Haganah (a organização militar clandestina judaica na Palestina). Relata Ben-Zvi, a cujo cargo esteve a formação de uma

[47] A. T. Wassiliew, último diretor da Ochrana (polícia secreta czarista), procura em suas *Memórias* isentar o governo imperial russo de qualquer responsabilidade concernente aos pogromes, mas confessa que "os arquivos do Departamento de Polícia continham mais de um documento interessante de que se concluía que o governo nem sempre simpatizava com os judeus". E duas páginas adiante: "... houve, sim, certa 'opressão' dos judeus na Rússia, mas, desgraçadamente, não foi esta, nem de longe, bastante eficaz".

dessas associações no distrito de Poltava (Ucrânia), que o treinamento se fazia numa floresta e que as armas disponíveis eram "facas, cacetes e armas de fogo, em sua maioria pequenas pistolas de valor duvidoso". Um grupo de literatos judeus russos – entre os quais Ahad Ha-Am, o historiador Simon Dubnov e o poeta Chaim Nachman Bialik – assinaram um apelo à autodefesa cujo texto, redigido por Bialik, era o seguinte:

> Irmãos, o sangue dos nossos, em Kichinev, clama a nós: erguei-vos do pó, cessai de chorar e implorar, cessai de estender vossos braços ao inimigo esperando auxílio; vosso próprio braço será vossa ajuda e vossa salvação.

E com o intuito de divulgar entre as grandes comunidades judaicas da Europa Ocidental o que ocorria na Rússia, foi criado em Odessa um escritório de difusão de notícias dirigido por Meir Dizengov (futuro prefeito de Tel Aviv).

Foram as trágicas ocorrências na Rússia que decidiram Herzl a encarar favoravelmente a oferta inglesa. Assim pediu ele uma comunicação oficial sobre a mesma. Esta foi recebida por Leopold Greenberg, e veio sob a forma de uma carta (datada de 14 de agosto de 1903) assinada por Sir Clement Hill, alto funcionário do Foreign Office. Afirmava-se nesse documento que Lord Lansdowne havia estudado a questão com o interesse que o governo de Sua Majestade sempre dedicava aos planos destinados a melhorar a situação dos judeus, e oferecia-se uma região próxima a Nairobi (África Oriental Inglesa) com promessa de autonomia; a oferta, porém, ficava condicionada ao relatório de uma comissão que iria ao local investigar as possibilidades de colonização.

Não teve Herzl oportunidade de tomar conhecimento imediato da carta de Sir Clement Hill por se encontrar então na Rússia. Sua viagem àquele país visava dois objetivos: 1º) obter a revogação de uma ordem confidencial do ultrarreacionário ministro do Interior, Vyacheslav Von Plehve, distribuída a todos os governadores de província e chefes de polícia, que proibia quaisquer reuniões ou coletas sionistas; 2º) conseguir a intercessão do governo russo junto ao sultão num sentido favorável aos desígnios sionistas.

A entrevista entre Herzl e Von Plehve realizou-se em São Petersburgo. No decorrer da mesma disse o ministro do Interior que em sua opinião os judeus russos eram, todos eles, revolucionários (mas teve a

honestidade de admitir: "Se eu fosse judeu, provavelmente seria também contrário ao governo".). Prometeu, contudo, não só permitir as atividades sionistas – desde que se limitassem apenas à criação de um centro judaico na Palestina e à emigração da Rússia – como também apoiar em Constantinopla as pretensões de Herzl relativas à colonização da Palestina, mas advertiu que qualquer tentativa de propaganda nacionalista seria energicamente reprimida.

Herzl esteve também em contato com outro membro do governo russo: o conde Sergei Yulievich Witte, ministro das Finanças. Este mostrou-se cínico e grosseiro. Lembrou que, a respeito dos judeus, costumava dizer ao falecido czar Alexandre III: "...se for possível afogar os seis ou sete milhões de judeus no mar Negro, estou de completo acordo. Mas não sendo possível, devemos deixá-los viver". Declarando-se "amigo dos judeus" perguntou a Herzl o que desejava do governo russo.

> Herzl – Certos encorajamentos.
>
> Witte – Mas damos aos judeus encorajamentos à emigração. Pontapés, por exemplo.
>
> Herzl – Não é dessa espécie de encorajamentos que desejo falar. Esses já são conhecidos.

Concordou entretanto o ministro das Finanças em autorizar a abertura de filiais do Jewish Colonial Trust em território russo[48].

De São Petersburgo rumou Herzl para Vilna, a fim de conhecer de perto a grande comunidade judaica daquela cidade russa. A impressionante recepção que ali lhe foi feita ultrapassou de muito a de Sofia, sete anos antes; as manifestações de entusiasmo foram verdadeiramente indescritíveis[49]. A pedido da polícia, Herzl deixou a cidade de madrugada; mesmo assim grande multidão compareceu à estação ferroviária e foi, sob as vistas de Herzl, dispersa a chicote por cavalarianos.

Foi em Vilna que Herzl recebeu a carta de Sir Clement Hill. Possuía enfim algo de concreto para apresentar ao próximo Congresso.

---

[48] Tanto as promessas de Von Plehve quanto as de Witte seriam, durante algum tempo, cumpridas. Contudo a intervenção diplomática russa em Constantinopla tornar-se-ia ineficaz devido ao falecimento de Herzl.

[49] Segundo Weizmann o que houve foi uma demonstração de "esperança cega, infundada, primitiva, instintiva e histérica".

Novamente em Basileia reuniu-se, na última semana de agosto de 1903, o 6º Congresso Sionista. Seria o último a contar com a presença de Herzl, e foi de todos o mais agitado e dramático. As conversações de Herzl com Von Plehve, considerado por muitos o responsável direto pelos recentes pogromes, foram severamente criticadas. Muito maior, porém, foi a celeuma provocada pelo que se convencionou chamar "projeto de Uganda". Até mesmo alguns dos mais íntimos colaboradores de Herzl opunham-se à aceitação; da oferta britânica. Max Nordau, por exemplo, via nisso não um passo à frente mas sim um recuo do movimento; compreendendo que o impulso emocional constituía uma das motivações mais intensas do esforço humano, achava que tal plano dificilmente encontraria eco no coração das massas judaicas, dispostas a dar o máximo pela Palestina mas não por qualquer outro território. E, no entanto, acabou Nordau acedendo a um apelo de Herzl para mostrar-se, pelo menos publicamente, a favor do projeto como solução provisória. Herzl, em seu discurso, afirmou tratar-se apenas de um empreendimento de emergência, e que o povo judeu não poderia ter outro objetivo senão a Palestina; insistiu que seus pontos de vista sobre a terra de seus antepassados continuavam inalterados, mas que o Congresso poderia perfeitamente aceitar a oferta britânica – era somente uma questão de melhorar as condições de vida do povo judeu sem que de maneira alguma isso implicasse em abrir mão dos grandes princípios sobre os quais o movimento fora fundado. Nordau apoiou Herzl, explicando que o território da África Oriental seria apenas um refúgio temporário, um abrigo, no qual os judeus se preparariam para sua futura missão na Palestina[50].

Todos os argumentos, porém, falharam no intuito de convencer a oposição, formada principalmente por delegados russos. Isso dava à situação um aspecto tristemente irônico, já que o plano fora concebido visando sobretudo os judeus russos. A massa destes, todavia, não apoiaria a hostilidade demonstrada ao plano pelos seus delegados. Pelo contrário – em despacho de São Petersburgo informava o correspondente do *Jewish Chronicle* de Londres: "Em conjunto, a opinião é francamente a favor do projeto, e as pessoas acham difícil compreender a atitude da minoria no Congresso". E em despacho posterior dizia o mesmo correspondente: "O

[50] Herzl usara o termo alemão *Nachtasyl* (asilo ou abrigo noturno).

projeto da África Oriental tem, sem dúvida, muito mais adeptos entre os judeus russos do que o próprio sionismo".

Proposta estabelecendo uma comissão para investigar as possibilidades de colonização do território oferecido foi posta em votação. Proclamado o resultado (295 a favor, 178 contra, 132 abstenções), os delegados oposicionistas retiraram-se ostensivamente do recinto[51]. Os ânimos estavam exaltadíssimos. Quando, pouco depois dessa votação, Herzl comentava num pequeno grupo a atitude dos russos, declarando não compreender como eles, estando praticamente com a corda no pescoço, continuavam recusando a salvação, aproximou-se dele uma jovem russa (que ouvira a observação) exclamando: *"Monsieur le Président, vous êtes un traitre!"*

Já depois do Congresso encerrado, por ocasião de um baile que se realizava em Paris, um estudante russo, Chaim Selig Louban, tentou assassinar Nordau por julgá-lo responsável pelo plano de Uganda. Ao puxar o gatilho Louban bradou: "Morra Nordau Africanus!". Mas a pontaria era ruim, e Nordau escapou ileso. Herzl escreveu-lhe: "... E se atiram em você, então sem dúvida a bala que se destina a mim já se acha preparada. Está bastante claro que corremos todos os riscos de membros de um governo sem os seus meios e facilidades de defesa". Comentou *Die Welt:* "Nordau recebeu duas balas como pagamento do débito que o povo judeu tinha com ele pelo seu trabalho altruísta. Quão miserável é nosso povo para que tais crimes possam ser cometidos". O próprio Nordau, porém, limitou-se a observar: "Considero esse ato como de uma pessoa mentalmente desequilibrada". Diagnóstico perfeito – Louban acabaria internado num sanatório de doentes mentais.

Não obstante tudo isso o 6° Congresso pode ser considerado o ápice da carreira de Herzl. Pela primeira vez na longa história da Dispersão judaica uma grande potência encetara negociações com representantes do povo judeu, cuja identidade e personalidade legal ficavam assim restabelecidas. Mesmo os opositores mais radicais de Herzl não puderam deixar de reconhecer nele o grande líder que se revelara capaz de negociar

[51] Voltariam no dia seguinte, depois de Herzl lhes ter assegurado mais uma vez que não tinha a mínima intenção de abandonar a Palestina.

não só com um potentado oriental decadente e moribundo mas também com a que era então a maior potência do mundo – o Império Britânico.

Em fins de 1903 reuniu-se em Kharkov (Rússia), por iniciativa do engenheiro russo Menahem Mendel Ussishkin, uma conferência de sionistas russos contrários ao projeto de Uganda. Acusaram Herzl de ter violado o Programa de Basileia e negaram-se a participar de qualquer ação relacionada com a África Oriental. Enviaram a Herzl um ultimato exigindo uma declaração escrita sobre o abandono do plano de Uganda. Herzl recusou-se a aceitá-lo.

Aos poucos, porém, ia recrudescendo a oposição. Também por parte do governo britânico notava-se já um certo desinteresse pela questão; isto talvez devido à má receptividade demonstrada pelos colonos ingleses da África Oriental, que enviaram um telegrama ao Foreign Office (publicado pelo *Times*) protestando contra "a introdução de judeus estrangeiros". E o comissário britânico para o Protetorado da África Oriental, Sir Charles Eliot, que a princípio se mostrara indiferente em relação à proposta de Chamberlain, acabou por emitir opinião desfavorável, desaconselhando-a.

Em janeiro de 1904 Herzl esteve na Itália. Em Roma foi recebido pelo rei Vítor Manuel III e pelo papa Pio X. O rei, expressando simpatia pelo sionismo, declarou que entre italianos não se fazia distinção entre cristãos e judeus, acrescentando ser a Itália a única dentre as monarquias europeias que admitia judeus na diplomacia[52]. Quanto ao papa, sua reação foi francamente negativa. Disse Pio X a Herzl: "Os judeus não reconheceram Nosso Senhor. por isso não podemos reconhecer o povo judeu... Se fordes à Palestina ali estabelecendo vosso povo, estaremos preparados com igrejas e padres para batizar-vos". Ainda em Roma avistou-se Herzl com outras figuras de relevo. Teve uma entrevista, muito cordial, com o ministro do Exterior, Tommaso Tittoni, que prometeu escrever ao embaixador italiano em Constantinopla. Visitou um senador judeu, Giacomo Malvano, que exercia as funções de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores e gozava de grande prestígio no governo. Malvano, porém, mandara previamente avisá-lo de que estaria disposto a falar somente sobre ciência e arte, pois era antissionista. Não conseguiu Herzl,

[52] Isso, evidentemente, não impediria Vítor Manuel III de mais tarde concordar, pelo menos passivamente, com as medidas antissemitas impostas por Mussolini.

entretanto, ser recebido pelo primeiro-ministro Giolitti. Já no trem, perto de Pistoia, fez a seguinte anotação no Diário: "Resultado para Roma – bom, não obstante".

Em abril, após várias reuniões tempestuosas do Comitê Executivo (em Viena), Herzl conseguiu uma reconciliação com os oposicionistas. Mas no mês seguinte seu estado de saúde – sofria de moléstia cardíaca – agravou-se seriamente. A 3 de junho, acompanhado pela esposa e um amigo, seguiu para Edlach (localidade do norte da Áustria), para fins de tratamento e repouso. No princípio de julho recebeu sua última visita: o reverendo William Hechler (cujo conhecimento com Herzl se transformara numa amizade sincera e profunda). Confiou-lhe Herzl o que seria sua última mensagem: "Transmita a todos minhas saudações, e diga-lhes que dei meu sangue pelo meu povo". Sobreveio um ataque de pneumonia, e na tarde de 3 de julho de 1904, logo após a chegada de sua mãe e dos filhos, falecia, aos 44 anos, aquele que foi – e o dizemos sem a mínima hesitação – o maior judeu dos tempos modernos.

No testamento pediu Herzl que seu corpo fosse sepultado, ao lado do seu pai, no cemitério judeu de Viena, "a fim de que ali permaneça até que o povo judeu leve meus restos para a Palestina". (Este desejo seria satisfeito 45 anos mais tarde, quando, a 16 de agosto de 1949, seus restos foram transportados, por via aérea, para Israel; lá repousam, diante de Jerusalém, numa elevação que recebeu o nome de monte Herz1[53].

O cortejo fúnebre foi acompanhado por mais de 6.000 pessoas. À beira do túmulo, David Wolffsohn, erguendo a mão direita sobre a sepultura, proferiu as seguintes palavras:

> Não desejavas discursos junto a teu túmulo, mas queremos jurar-te que continuaremos, com todas as nossas forças, o trabalho que começaste; queremos jurar-te que manteremos teu nome sempre sagrado, e nunca te esqueceremos enquanto houver um único judeu vivo neste mundo.

[53] Quando em 1945 as tropas soviéticas entraram em Viena constatou-se, com surpresa, que o túmulo de Herzl não fora profanado pelos nazistas. Mas então já não havia mais nenhum descendente seu vivo – sua filha mais moça, Margarethe, falecera em 1943 no campo de concentração de Theresienstadt.

A morte de Herzl causou tremendo impacto emocional no mundo judaico sionista. Rahel Yanait (depois Rahel Yanait Ben-Zvi, esposa do segundo presidente de Israel, mas na época ainda residindo na Rússia, onde nascera) faz, em livro de reminiscências há pouco publicado, a seguinte referência ao recebimento da triste notícia: “No dia seguinte pus um vestido preto e durante aquele ano usei luto”.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO SIONISTA APÓS HERZL (1904-1914)

Se o judeu tem razão, é espancado ainda mais.

Provérbio Iídiche

Com a morte de Herzl ficou a Organização Sionista, durante algum tempo, praticamente acéfala. Era uma perda quase irreparável, não só por ter sido Herzl o fundador e líder inconteste do movimento, mas também porque quase todas as esperanças de uma rápida consecução dos objetivos do sionismo se achavam concentradas em sua pessoa. Contudo, o fato do movimento sionista ter podido sobreviver a tão grave crise veio demonstrar cabalmente – e ao mesmo tempo dar razão a Herzl, que o mantinha como uma de suas convicções mais firmes – o seu valor intrínseco, independente e acima de qualquer indivíduo.

Não era fácil encontrar um sucessor à altura de Herzl. Pensou-se no Dr. Max Nordau, figura prestigiosa e respeitada, dentro e fora do movimento. Nordau, porém, recusou, alegando motivos de saúde (particularmente, em conversa com Wolffsohn, confessaria que um dos principais motivos que o levaram a não aceitar a chefia era o fato de sua esposa não ser judia).

Enquanto isso andou pela África Oriental, estudando as condições e possibilidades do território sugerido pelo governo britânico, uma comissão científica cujas despesas – cerca de duas mil libras – foram pagas pela Sra. E. A. Gordon, uma amiga cristã do movimento sionista (isso porque os delegados oposicionistas haviam conseguido incluir, na resolução aprovada pelo 6º Congresso, uma cláusula estabelecendo que nenhuma parcela dos fundos da Organização Sionista poderia ser desviada para a África). Os

membros da Comissão divergiram em suas conclusões: o chefe, major Gibbons (perito colonial inglês), era de opinião que, com paciência e perseverança, seria possível acomodar até 20 000 agricultores; os dois membros judeus, entretanto, consideraram a região inadequada à colonização judaica.

Chaim Weizmann, por sua vez, empreendeu uma investigação por conta própria, mas em Londres. Quis ele verificar pessoalmente o que havia, do lado britânico, por detrás do projeto. Conversando com Sir Harry Johnston (famoso explorador que conhecia bem aquela parte da África), foi por este informado de que uma colonização em larga escala seria absolutamente impossível, e que além disso os colonos ingleses que lá se encontravam resistiriam a qualquer tentativa de imigração judaica; donde, em sua opinião, ser praticamente nulo o valor da oferta britânica.

Esteve Weizmann também com Lord Percy, subsecretário de Estado para Assuntos Estrangeiros. Disse-lhe este não compreender como os judeus poderiam até mesmo pensar, para seu ressurgimento como nação, em qualquer país que não fosse a Palestina acrescentando que, se fosse judeu, "não daria nem um vintém por essa proposta!"

Foi ainda sob um ambiente de tensão e expectativa quanto ao "projeto de Uganda" que se reuniu em Basileia, de 27 de julho a 2 de agosto de 1905, o 7° Congresso Sionista. Mas além desse problema havia outro, importantíssimo, a ser resolvido: o da chefia do movimento.

Ocupava a presidência o Dr. Max Nordau, que em dramático discurso rendeu tributo à memória do líder desaparecido:

> Senhoras e senhores. – O Congresso Sionista reúne-se pela primeira vez sem aquele que o criou... A mim, seu colega devotado desde as primeiras horas, coube a melancólica tarefa de dedicar, desta plataforma, por ele erguida e que constituiu um de seus eternos serviços, algumas palavras à memória de nosso chefe falecido.
>
> ...A 3 de julho do ano passado Theodor Herzl fechou seus olhos para sempre. No dia de sua morte excedera seu 44° ano de apenas dois meses. A tremenda explosão de desânimo, o prolongado paroxismo de dor, que constituíram os milhares de ecos da notícia do seu passamento, mostraram a extensão do que ele significava para seu povo. Aos 35 anos, quase desconhecido pelo povo judeu, tornara-se nove anos depois seu orgulho e sua esperança.

E após relembrar com emoção passagens da vida de Herzl e comentar demoradamente sua extraordinária personalidade, Nordau concluiu:

> Herzl era um gênio de força de vontade. A força de vontade era o elemento principal de sua grande personalidade... As concepções políticas e projetos diplomáticos que desenvolveu durante os nove anos de sua liderança bastariam para assegurar a imortalidade de dez ministros de um Estado comum. "Sim", ridicularizam seus oponentes, "admitimos que foi um fantasista prolífico". No entanto, eu respondo com Herzl: "Se o quiseres, não será um sonho".
>
> Nosso povo teve um Herzl, mas Herzl nunca teve um povo. Isso não o desvaloriza, mas lança uma mancha sobre nós... Herzl foi um modelo e um educador. Ele endireitou as costas de um povo alquebrado. Deu-lhe esperança, mostrou-lhe os meios. A semente germinará, e seu povo colherá os frutos.

A homenagem a Herzl foi a calmaria que precedeu a tempestade. Esta se desencadeou, conforme previsto, logo que entrou em pauta o projeto de Uganda. Durante os prolongados debates foi grande a exaltação, e não poucas vezes viu-se o Congresso na iminência de ser suspenso. Dois grupos (ambos relativamente pequenos) batiam-se pela aceitação da oferta britânica: um liderado pelo escritor inglês Israel Zangwill, e outro que se denominava sionista-socialista – chefiado pelo russo Nachman Syrkin.

Na resolução finalmente aprovada declarava-se que a Organização Sionista aderia ao princípio básico do Programa de Basileia e rejeitava quaisquer atividades colonizadoras fora da Palestina e regiões adjacentes; os mais sinceros agradecimentos eram expressos ao governo britânico por sua generosa oferta de um território autônomo, manifestando-se a esperança de poder contar novamente com os bons ofícios desse governo para algum projeto futuro que estivesse de acordo com o Programa Sionista.

Ao ser proclamado o resultado da votação, os delegados favoráveis à oferta britânica retiraram-se do Congresso. Syrkin, antes de sair, pediu a palavra (que lhe foi concedida por Nordau em meio a grande tumulto), qualificando a resolução aprovada como "infeliz" e "contrária aos melhores interesses do povo judeu"; e aduziu:

> Os sionistas-socialistas veem na fixação do programa sionista na Palestina uma limitação de fato e de princípio do sionismo, pois a Palestina não pode oferecer as condições mínimas para realização do

nosso objetivo, e resultará numa colonização em pequena escala e consequências indesejáveis semelhantes. Isso estreita o âmbito do nosso movimento de libertação e está em profundo conflito com os interesses do proletariado judeu e das massas judaicas. A fixação na Palestina expressa o tradicionalismo moribundo de setores retrógrados e destituídos de objetivos dentre as massas judaicas, bem como da seção nacionalista reacionária da *intelligentsia* judaica.

(Esta última afirmação foi recebida com exclamações de *"Pfui!"* – interjeição alemã habitualmente usada em relação a coisas sujas – o que levou Nordau a observar: *"Pfui* não é uma expressão parlamentar".)

Os que então se retiraram do Congresso cindiram-se igualmente da Organização Sionista, e, sob a chefia de Zangwill, fundaram a Jewish Territorial Organization, com sede em Londres, tendo por programa o estabelecimento de um território judaico autônomo em qualquer parte do mundo[1].

Em relação ao problema da liderança ficou resolvida a eleição de um novo Executivo Central, de sete membros, ao qual caberia escolher o presidente da Organização.

Nesse 7° Congresso já se podia notar, dentro da Organização Sionista, uma ascendência dos chamados "sionistas práticos"; davam eles primazia ao trabalho prático de colonização, considerando secundárias as negociações políticas. Assim foi decidido que embora uma colonização não sistemática ou puramente filantrópica devesse ser evitada, deveriam ser tomadas medidas adequadas para o desenvolvimento da agricultura e da indústria palestinenses e para o progresso intelectual dos judeus ali residentes. Quanto à compra de terras pelo Fundo Nacional Judaico, ficou estabelecido que só seria admitida em bases estritamente legais.

Tendo sido Nordau obrigado a retornar urgentemente a Paris antes do término do Congresso, este foi encerrado pelo seu vice-presidente, David Wolffsohn, o qual declarou que, havendo o Congresso reiterado o Programa de Basileia, considerava superada a crise no Sionismo. E concluiu com as seguintes palavras:

[1] A ITO (como era vulgarmente designada a organização de Zangwill) negociou com vários governos (entre os quais Canadá e Austrália), e realizou expedições em Cirenaica e Angola, sempre com resultados negativos. Foi dissolvida em 1925.

Meu lema é: Paz, paz a todos, longe e perto. Somos todos filhos do mesmo povo. Sofremos todos juntos, e é somente pela união que, com a ajuda de Deus, conseguiremos vencer.

No último Congresso fez Herzl o juramento: "Se eu te esquecer, ó Jerusalém, que minha mão direita perca sua destreza!" Eu o jurei, em nome dos sionistas de todo o mundo, em nossa hora mais grave, junto ao túmulo de Herzl. Nós agora o repetiremos e jamais esqueceremos Sião, nem jamais esqueceremos Herzl.

Para o Executivo Central haviam sido eleitos: David Wolffsohn (de Colônia), Leopold Greenberg (Londres), Alexandre Marmorek (Paris), Jacobus Kann (Haia), Menahem Ussishkin (Yekaterinoslav, hoje Dnepropetrovsk), J. Kohan-Bernstein (Kichinev) e Otto Warburg (Berlim)[2].

Para a presidência da Organização Sionista o Executivo Central escolheu um de seus membros: David Wolffsohn[3]. Consequentemente, a sede do Executivo Central foi transferida de Viena para Colônia. Embora longe de possuir o brilho e a personalidade magnética de Herzl, revelar-se-ia Wolffsohn um líder consciencioso e enérgico, devotando-se com um zelo verdadeiramente excepcional ao desenvolvimento e consolidação do sionismo[4].

Pouco depois de ter Wolffsohn assumido a presidência repetiram-se em diversas localidades da Rússia (outubro de 1905 a julho de 1906) as matanças indiscriminadas de judeus, sobre os quais, procuravam elementos reacionários lançar a culpa pelas derrotas russas na guerra russo-japonesa[5].

[2] Destes, os três últimos eram "práticos"; Marmorek, Greenberg e Kann eram "políticos", enquanto Wolffsohn ocupava uma posição intermediária.

[3] É provável que se coubesse ao próprio Herzl escolher um sucessor, sua escolha teria sido a mesma. Em carta a Wolffsohn, que Herzl recomendou fosse aberta apenas após sua morte, escreveu: "Conto com você para que me permaneça leal além do túmulo. Sempre o considerei como aquele que me é mais leal". E em seu testamento expressou o desejo de que sua filha mais moça fosse adotada por Wolffsohn.

[4] Relatam seus contemporâneos que, quanto ao aspecto exterior (e principalmente na gesticulação e modo de falar), passou Wolffsohn após a morte de Herzl a apresentar notável semelhança com seu antecessor, e isso de maneira tal que chegou certa vez a assustar a viúva de Herzl. Atribuiu-se isso a um processo talvez inconsciente, causado pela intensa admiração que Wolffsohn nutria por aquele que era seu ídolo.

[5] Os pogromes na Rússia podiam de certo modo ser considerados endêmicos, e as autoridades não hesitavam em recorrer aos mesmos sempre que lhes conviesse. Assim em Odessa, em julho de 1905, por ocasião do famoso motim dos marinheiros do *Potemkin,* o

Numerosos atos de vandalismo foram cometidos por membros de sociedades terroristas vulgarmente conhecidas como "Centenas Negras" (formadas por desordeiros e elementos da polícia, e utilizadas pelo regime czarista como arma contra radicais, liberais e principalmente judeus). Esses pogromes deram novo impulso à emigração judaica na Rússia. A Organização Sionista procurou auxiliar os refugiados e regular e emigração, mas seus esforços esbarraram na hostilidade da Alliance Israélite Universelle e outras instituições filantrópicas cujo auxílio os dirigentes sionistas haviam solicitado.

O movimento sionista, entretanto, mantinha-se em franco crescimento, continuando sua propagação pelas várias partes do mundo; tornava-se mesmo respeitado e até importante. Quando Wolffsohn, a conselho médico, realizou em fins de 1906 uma viagem de repouso ao continente africano, foi recebido, como presidente da Organização Sionista, com honras extraordinárias na África do Sul, levando um jornal a comentar que "nem Joe Chamberlain teve aqui uma recepção como a de David Wolffsohn". Em Joanesburgo, o dia de sua chegada foi feriado escolar, sendo ele aguardado, na estação ferroviária completamente encoberta por bandeiras sionistas, por milhares de pessoas e uma banda militar; e depois de uma guarda de honra lhe ter apresentado armas foi saudado pelo prefeito da cidade. Recepções oficiais foram também realizadas em Pretória e na Cidade do Cabo. (É claro que não era apenas o homem que estava sendo homenageado, mas principalmente a ideia que ele simbolizava).

As cenas mais comoventes – e comoventes até por sua ingenuidade – ocorreram em pequenas localidades. Um exemplo será suficiente. Numa minúscula estação – apenas um pedaço de plataforma sem cobertura – um judeu com seus três filhos vestidos de azul e branco aguardavam a passagem do trem que conduzia Wolffsohn. O trem parou, e Wolffsohn ouviu daquele homem modesto as seguintes palavras: "Sr. presidente, a comunidade judaica inteira veio saudá-lo. Sou o único judeu aqui. Estas são as minhas crianças. Sr. presidente. Olhem, crianças; este é o seu rei. Nunca

governador militar da cidade, general Kokhanov, num momento crítico em que turbas enfurecidas caçavam nas ruas grupos isolados de cossacos e policiais e começavam a ser saqueados os armazéns da zona portuária, ordenou a imediata realização de um pogrome. Narra Richard Hough: "Poucos minutos depois de terem recebido suas ordens, os agentes de Kokhanov já estavam trabalhando, cada qual em seu respectivo perímetro, instigando todos aqueles que se encontravam nas ruas a atacar os judeus e pilhar seus bens".

se esqueçam de que o viram". (Não se pense, e porém, que esse tratamento de "rei" era apenas excesso de entusiasmo de um correligionário arrebatado, pois um grande jornal de Joanesburgo publicou na primeira página, com letras garrafais, o cabeçalho "O Rei Judeu sem Coroa no Transvaal".)[6].

No ano de 1907 o fato marcante na história do sionismo foi a realização (de 14 a 21 de agosto) do 8° Congresso, em Haia. Escolheu-se, em vez de Basileia, essa cidade holandesa por estar-se realizando ali, na mesma época, uma conferência internacional de paz e desarmamento: a 2ª Conferência de Haia (na qual participou, como delegado do Brasil, Rui Barbosa).

Wolffsohn abriu o Congresso com um relato sobre o que já havia sido possível realizar na Palestina – criação de indústrias novas, assistência a instituições educacionais, etc. Em seguida falou Nordau, fazendo um apelo aos representantes das 44 nações reunidas na Conferência da Paz:

> ...A solução da questão judaica põe à prova toda a civilização humana. Baseia-se a civilização num certo número de princípios fundamentais que não podem ser abalados ou derrubados sem que isso provoque a queda de toda a estrutura. Esses princípios são: respeito pela vida humana, punição dos crimes contra a propriedade e as pessoas, igualdade de todos os cidadãos perante a lei – ou, numa palavra, justiça.
>
> Enquanto existir uma questão judaica, a civilização será uma mentira, e qualquer conferência diplomática para codificação de leis de civilidade e humanidade será uma farsa.

(O apelo de Nordau foi ignorado pelos delegados à Conferência.).

Grande parte das discussões foi tomada por um debate – lamentável e estéril – entre sionistas "políticos" e sionistas "práticos". Embora os primeiros se declarassem todos a favor do trabalho prático na Palestina, e os segundos assegurassem não querer de modo algum negar o caráter político do movimento, cada grupo desconfiava das intenções do outro, criticando suas ideias. Entre os "práticos" figurava então já com bastante destaque o Dr. Chaim Weizmann; nesse Congresso defendeu ele, entretanto, uma síntese das duas escolas (chamando a isso de "sionismo sintético"). E para complicar ainda mais a questão havia os que não eram nem "práticos" nem

[6] Joanesburgo é a capital do Transvaal.

"políticos", e sim "culturais", como o Dr. Marcus Ehrenpreis, grão-rabino da Bulgária, que pediu ao Congresso uma definição clara sobre se o sionismo oficial era um movimento que visava "introduzir na Palestina o programa marxista, ou se o renascimento de uma nação é um fato especificamente espiritual e cultural". (Não foi atendido.).

Principais decisões do 8° Congresso: a) estabelecer, na Organização Sionista, um Departamento Palestinense, e criar em Jaffa um Palestine Office (Escritório Palestinense), cujas atividades abrangeriam o fornecimento de informações relativas à Palestina, orientação a colonos e imigrantes, e auxílio para compra de terras e colonização[7]; b) considerar, para o futuro, o hebraico idioma oficial do movimento sionista. Por proposta de Wolffsohn – que alegou ser um executivo de sete pessoas espalhadas pela Europa pouco prático e eficiente – o número de membros do Executivo Central foi reduzido a três: Wolffsohn, Kann e Warburg. Para a presidência foi reeleito Wolffsohn, não obstante violenta e ruidosa oposição dos "práticos", que o consideravam filiado à corrente dos "políticos."

Confirmado na chefia do movimento, procurou Wolffsohn, na medida do possível, prosseguir na rota traçada por Herzl, e que podia ser resumida em três pontos essenciais: 1°) negociações políticas; 2º) conseguir para o sionismo a compreensão e simpatia das grandes potências; 3º) dar prioridade, mesmo em relação ao próprio sionismo, às questões que diziam respeito ao povo judeu em seu conjunto.

Pouco depois do Congresso de Haia dirigiu-se Wolffsohn, em companhia de um amigo – o médico e banqueiro russo Dr. Nissan Katzenelson, seu sucessor na presidência do Jewish Colonial Trust – a Constantinopla. Ali, contando com os bons ofícios de Bechor Effendi (membro judeu do Conselho de Estado turco), tentou negociar com o sultão. Este não o recebeu, mas mandou-lhe um recado: "Não posso dar a Palestina aos judeus sem mais nem menos. Mas se me acharem os 26 000 000 de libras turcas de que necessito para liquidar a dívida pública, em retribuição lhes demonstrarei minha amizade". Mas nem Wolffsohn conseguiria

[7] No ano seguinte a direção desse escritório seria entregue ao economista e sociólogo alemão Dr. Arthur Ruppin, cujas primeiras medidas foram a fundação da Palestine Land Development Company e a obtenção de um empréstimo, através do Fundo Nacional Judaico, para a construção de um moderno bairro residencial nas proximidades de Jaffa.

encontrar logo aquela quantia, nem o sultão teria oportunidade de demonstrar sua "amizade" pois seria deposto cerca de ano e meio depois. Todavia essa visita à capital otomana não foi de todo inútil – serviu para preparar o caminho à instalação naquela cidade, no ano seguinte, de uma filial do Jewish Colonial Trust (ver adiante).

Em meados de 1908, na Rússia tornaram-se tão sérias as restrições às atividades sionistas que estas ficaram praticamente paralisadas. Solicitada a intervenção pessoal do presidente da Organização, escreveu Wolffsohn uma carta ao primeiro-ministro Peter Stolypin, que respondeu pedindo um memorando sobre o sionismo. Remetido este, foi Wolffsohn oficialmente convidado para visitar São Petersburgo em julho. No decorrer das conversações então mantidas reafirmou Stolypin o que Von Plehve havia assegurado a Herzl: o governo russo não interferiria nas atividades dos sionistas desde que estes se limitassem ao programa referente à Palestina. (Não obstante tais garantias, a política de repressão seria mantida, de modo mais ou menos constante, pelas autoridades czaristas).

Nesse mesmo mês de julho ocorreu em Constantinopla (no dia 24) um golpe de Estado, pelo qual foi responsável um partido de tendências reformadoras, conhecido pela denominação de Jovens Turcos. Em consequência foi restabelecida a Constituição de 1876 (suspensa há mais de trinta anos) e convocado o Parlamento. Instaurava-se assim na Turquia um regime constitucional. Alguns líderes sionistas (Nordau entre eles) depositavam grandes esperanças nos Jovens Turcos, mas essas esperanças duraram pouco: o novo regime, favorecendo a centralização mais completa, opunha-se incondicionalmente ao fomento de movimentos nacionalistas dentro das fronteiras do Império Otomano, criando ainda maiores obstáculos à imigração judaica na Palestina[8]. Ao lado disso, um pequeno mas influente grupo de judeus assimilacionistas não perdia ocasião de fazer propaganda antissionista.

Com o intuito de esclarecer a opinião pública turca e, se possível, procurar influenciar os círculos políticos de Constantinopla, foi aberta nessa capital, em outubro de 1908 e sob o nome de Anglo-Levantine Banking

[8] Não foram apenas os sionistas que se decepcionaram. Decepcionados também ficaram os nacionalistas árabes. E igualmente na política externa muitas expectativas foram contrariadas, pois os Jovens Turcos continuaram a manter o país estreitamente ligado à Alemanha.

Company, uma filial do Jewish Colonial Trust. Sua direção foi entregue a um sionista russo, o Dr. Victor Jacobson[9], a quem caberia igualmente agir como uma espécie de emissário diplomático da Organização Sionista.

Dedicou o Dr. Jacobson atenção especial à imprensa. Com recursos fornecidos pela Organização Sionista, fundou dois jornais de língua francesa: *Le Jeune Turc* (diário, advogando, além de um programa reformista para a Turquia, autonomia para as nações que integravam o Império Otomano e uma atitude favorável ao sionismo) e *L' Aurore* (semanário sionista). Esforçou-se também por conseguir a adesão da comunidade judaica local à causa sionista, mas nisso seria frustrado pela tenaz resistência que opôs o grão-rabino de Constantinopla. Em nada se alteraria a situação quando, em abril de 1909, Abdul Hamid II foi deposto e substituído por seu irmão Mohammed V.

O ano de 1909 transcorreu sem maiores novidades até fins de dezembro, quando se reuniu – dessa vez em Hamburgo – o 9° Congresso Sionista. Wolffsohn, em seu discurso – indiretamente endereçado ao governo turco – proclamou a total compatibilidade do sionismo com a lealdade ao Império Otomano, declarando que os objetivos do movimento poderiam ser atingidos em completa harmonia com o espírito da Constituição Otomana e com o máximo respeito pelas leis e instituições do Império.

Apesar de todas as explicações e manifestações de lealdade, o governo turco não mudaria de atitude, conservando a Palestina quase inteiramente fechada à imigração judaica. Os poucos que entravam conseguiam fazê-lo principalmente devido à venalidade das autoridades turcas (e havia também as intervenções dos cônsules russos, evitando a expulsão de judeus daquela nacionalidade).

Alguns delegados ao Congresso eram, entretanto, favoráveis a uma imigração em outras partes do Império Otomano, o que os turcos estavam dispostos a permitir. Isso levou Nordau a dizer, exaltado: "Espera ansiosa é aflição, mas não é vergonha. Vergonhoso é vacilar. Num movimento que mudasse não só seus métodos mas também seus objetivos de acordo com qualquer modificação no governo turco, eu não mais reconheceria o

[9] O Dr. Jacobson foi um dos 12 judeus eleitos para a Duma (Parlamento) de 1906 na Rússia. (Do mesmo grupo fez parte o Dr. Katzenelson).

Sionismo, e sim assimilação turca. Esse sionismo não seria mais o meu Sionismo!" E assim foi encerrado o assunto.

O Congresso concluiu seus trabalhos a 31 de dezembro, com os "práticos" lançando mão de todos os recursos (inclusive injúrias pessoais) para derrubar Wolffsohn da presidência[10]. Não o conseguiram, e o Executivo formado por Wolffsohn, Kann e Warburg foi reeleito.

Em julho de 1910 sofreu Wolffsohn um distúrbio cardíaco que quase lhe custou a vida. Como Herzl, entregava-se ele de corpo e alma ao movimento, com sérios prejuízos para seus interesses particulares, sua vida familiar e principalmente sua saúde[11].

Com o 10° Congresso (agosto de 1911) o local de reunião voltou a ser Basileia. O Congresso foi aberto por Wolffsohn, chegado diretamente de um sanatório. Disse ele:

> Vossa tarefa mais importante é a nomeação de uma nova chefia. Afasto-me porque sou a isso obrigado. Tenho de fazê-lo, tanto no interesse do movimento quanto no de minha saúde debilitada, que exige repouso e não me permite continuar como primeiro servidor de nossa Organização.

Em outro discurso Wolffsohn reiterou sua decisão irrevogável de se afastar: "Eu vos peço – tratai vosso novo líder com mais consideração do que o antigo". Quando a oposição viu que a decisão de Wolffsohn era definitiva, teve um gesto nobre e digno: todos que a compunham foram, sem exceção, abraçar o chefe que se afastava.

O número de membros do Executivo Central foi mais uma vez alterado, passando de três para cinco. Todos os então eleitos (2 alemães e 3 russos) eram adeptos do sionismo "prático": Prof. Otto Warburg, Dr. Arthur

[10] Um dos recursos favoritos da oposição era comparar Wolffsohn com Herzl. ("Se Herzl estivesse vivo"... – e lá vinham violentas críticas a Wolffsohn, acusado de inepto, despótico, irresponsável, etc.) Respondendo aos ataques, lembrou Wolffsohn a um dos delegados russos, Dr. Klausner, que houve tempo em que este chamava Herzl de mentiroso e caluniador.

[11] Trecho duma carta escrita por Wolffsohn pouco tempo depois: "Não fumar; não beber álcool, nem café, nem chá ou qualquer outro estimulante. Nenhum alimento picante, carne muito pouca; não falar, não trabalhar, e sobretudo nada de aborrecimentos. Por outro lado posso me distrair quanto e como queira. Conheço um lugar onde isso seria fácil – o túmulo. Mas enquanto estiver entre os vivos será bem difícil seguir os conselhos médicos".

Hantke, Dr. Victor Jacobson, Dr. Schmarya Levin[12] e Nahum Sokolow. A chefia do Executivo (e portanto de toda a Organização) coube ao agrônomo Prof. Otto Warburg (membro de destacada família de banqueiros alemães), transferindo-se em consequência a sede do Executivo de Colônia para Berlim.

Dedicou-se o novo Executivo à continuação de vários empreendimentos iniciados na Palestina por administrações anteriores e à expansão e propagação do movimento, tendo para isso um de seus membros (o jornalista Nahum Sokolow) ido como emissário aos Estados Unidos.

Foi justamente nos Estados Unidos que ocorreu, em fevereiro de 1912, a fundação de uma instituição que viria a realizar na Palestina uma obra magnífica de benemerência, principalmente no campo da assistência médica: a Hadassah (Organização Sionista Feminina Americana), criada com a finalidade de elevar o nível das condições de saúde na Palestina e de encorajar o desenvolvimento de uma vida judaica na América, fomentando ao mesmo tempo os ideais do judaísmo. Logo na primeira reunião uma das fundadoras, Srta. Eva Leon, chamou atenção para o problema a que a Hadassah dedicaria seus melhores e mais bem sucedidos esforços – a falta de hospitais na Palestina; informou ela nessa ocasião que lá havia uma única maternidade, que, em troca de seus cuidados, exigia o batismo das crianças.

Foi em Viena que se reuniu, de 2 a 9 de setembro de 1913, o 11° Congresso Sionista. Pela primeira vez não se ouviu, no dia de abertura, o tradicional discurso de Nordau, cujas brilhantes peças oratórias já se haviam tornado uma atração das sessões inaugurais. Nordau não comparecera, e sua ausência era intencional – como "político" queria deixar bem clara sua oposição aos "práticos", desde o Congresso anterior na chefia do movimento.

O Dr. Moses Gaster (delegado inglês) rebateu as acusações – disseminadas com certa frequência e insistência nos meios diplomáticos e jornalísticos britânicos – de que os sionistas serviam à política do Império Alemão:

> O sionismo não é um movimento alemão. Quero que o compreendam, porque ele foi assim descrito pela imprensa inglesa a começar pelo

[12] Schmarya Levin foi outro dos judeus eleitos para a Duma de 1906.

> *Times.* Tem-se dito que seu centro é a Alemanha, e que os sionistas servem aos interesses políticos alemães... Lutamos por toda parte para tornar bem claro que não nos sentimos nem alemães, nem ingleses, nem franceses, nem russos, mas que nossos sentimentos e pensamentos são só e exclusivamente judaicos.

Chaim Weizmann manifestou seu ceticismo em relação às grandes potências:

> A maior dentre as Grandes Potências com que temos de lidar é o povo judeu. Dessa Potência esperamos tudo; das outras Potências muito pouco.

O diretor do Departamento Palestinense, Dr. Ruppin, fez séria advertência sobre um problema gravíssimo que até então merecera escassa atenção dos líderes sionistas: o das relações entre judeus e árabes[13].

Como decisão prática houve a aprovação de uma proposta de Weizmann e Ussishkin no sentido de se criar uma Universidade Hebraica em Jerusalém.

Wolffsohn (presidindo o Congresso) foi o último a fazer uso da palavra, dando por findos os trabalhos: "Encontrar-nos-emos novamente no 12° Congresso. O 11° Congresso está encerrado". Naquele momento certamente nenhum dos presentes poderia imaginar que transcorreriam oito anos antes que o Congresso Sionista pudesse reunir-se outra vez, e que ao próprio Wolffsohn, que pronunciara aquelas palavras com tanta convicção, restava apenas um ano de vida. (Wolffsohn faleceu a 15 de setembro de 1914 – tinha então 57 anos incompletos – sendo, de acordo com seu desejo, sepultado ao lado de Herzl; em testamento pediu que de sua lápide constassem apenas o nome, datas de nascimento e morte, e as palavras "Sucessor de Herzl, Presidente da Organização Sionista."[14])

Menos de um ano após o encerramento do 11° Congresso eclodia a Primeira Guerra Mundial. Ao lado das grandes transformações políticas, econômicas e sociais que acarretou, o conflito não deixaria também de

[13] Alguns meses depois Sokolow visitaria o Egito e a Síria, propondo aos nacionalistas árabes – aliás sem qualquer êxito – um esforço conjunto árabe-judaico para desenvolver os recursos da Palestina em benefício mútuo.

[14] Em 1952 os restos mortais de Wolffsohn foram transportados para Israel, e ali sepultados no Monte Herzl, perto do jazigo de Herzl. (Junto, também, o túmulo de Nahum Sokolow).

influenciar profundamente o movimento sionista, cujos rumos se tornariam então bem mais definidos. Mas antes de concluirmos o capítulo julgamos útil uma vista rápida sobre o que já havia sido realizado, por essa época, pelos imigrantes judeus na Palestina.

Nos anos que precederam a grande conflagração, a colonização judaica na Palestina – à qual o fracasso da revolução de 1905 na Rússia deu forte impulso, pois muitos jovens proletários judeus, que haviam perdido a esperança de liberdade sob o czarismo, decidiram dedicar suas energias à reconstrução da terra dos seus antepassados – fizera considerável progresso, principalmente em relação à agricultura. Em 1900 o barão Rothschild transferiu a direção e o controle de todas as suas colônias palestinenses à Jewish Colonization Association, que introduziu nas mesmas um sistema administrativo simplificado e métodos agrícolas mais racionais (Rothschild, entretanto, continuaria prestando a essas colônias uma ajuda a que se achava indubitavelmente melhor capacitado: ajuda financeira). E em 1906 Aaron Aaronsohn (a maior autoridade em assuntos agrícolas na Palestina e regiões vizinhas, já com renome internacional nos meios científicos) estabeleceu em Atlit, localidade litorânea ao sul de Haifa, o primeiro centro agrícola experimental de todo o Oriente Médio[15].

Concepções ocidentais de crédito foram introduzidas na Palestina pela Anglo-Palestine Company (mais tarde Anglo-Palestine Bank), que concedia empréstimos a longo prazo e juros baixos; com sede em Jaffa, em poucos anos possuía filiais em Jerusalém, Haifa, Hebron, Safed, Tiberíade e até Beirute.

No campo da educação temos a destacar, de início, um empreendimento do sionista inglês Jacob Moser. Fez ele construir, em terreno adquirido pelo Fundo Nacional Judaico perto de Jaffa, uma escola secundária – o Ginásio Herzl – a primeira escola moderna em que todas as matérias eram lecionadas em hebraico; entre seus primeiros alunos figurava Moshe Shertok (depois Sharett). Cumpre assinalar aqui não ter sido fácil a introdução da língua hebraica na Palestina; foi preciso, a princípio, enfrentar forte oposição dos elementos ortodoxos, que consideravam

[15] Esse centro agrícola seria destruído pelos turcos durante a Primeira Guerra Mundial. Aaron Aaronsohn viria a falecer prematuramente, aos 43 anos, quando o avião militar britânico que o conduzia de Londres a Paris para ali assistir à Conferência da Paz caiu no canal da Mancha.

sacrilégio a utilização desse idioma para fins não religiosos. (Oito anos depois, entretanto, o número de estabelecimentos de ensino que usavam como língua básica de instrução o hebraico já atingia a 60, com um total de 2.600 alunos).

Em 1906 o escultor lituano Bóris Schatz fundou em Jerusalém a Escola de Artes e Ofícios Bezalel (dedicada ao ensino de tecelagem, marcenaria, ourivesaria e trabalhos em metal e marfim). E já em vésperas da Primeira Guerra, graças principalmente a uma substancial doação do milionário russo David Wissotzky, fundou-se em Haifa uma das mais importantes instituições educacionais do país: o Technion (Escola Técnica)[16].

A Palestine Land Development Company (fundada, como vimos, em 1908) criou em Kinneret e Tiberíade colônias especiais para treinamento agrícola. Também em Kinneret foi estabelecida uma colônia experimental feminina destinada à horticultura e criação de aves domésticas. (Tão grande era já o contraste entre as colônias judaicas e o restante do país que T. E. Lawrence – que viria a se tornar famoso como autor de *Os Sete Pilares da Sabedoria* – não se conteve diante do estado de abandono a que se achava relegada a maior parte da Palestina, escrevendo: “Quanto antes os judeus cultivarem-na toda, tanto melhor – suas colônias são óasis num deserto”).

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano merece destaque um episódio ocorrido em 1909. Um grupo de 60 famílias judaicas de Jaffa, cansadas da dominação cultural turco-árabe e desejosas de conseguir condições de vida (principalmente sanitárias) mais satisfatórias do que as proporcionadas pela cidade em que residiam, adquiriu, com auxílio do Fundo Nacional Judaico, um pedaço de terra entre as dunas situadas ao norte de Jaffa. Ali estabeleceram um subúrbio, construindo algumas centenas de casas e, no centro, uma escola. Foi assim que nasceu a cidade que se tornaria a mais progressista da Palestina e um dos mais importantes centros culturais do Oriente Médio: Tel Aviv[17].

[16] Com relação ao Technion é interessante lembrar que em 1913 uma proposta para tornar o alemão idioma de instrução para assuntos científicos provocou no país uma greve de professores, o que constituiu um dos episódios mais significativos do movimento para reviver o hebraico como língua de uso cotidiano.
[17] Tel Aviv, em hebraico, quer dizer Monte da Primavera.

Aos poucos ia-se criando uma forma nova de colonização, baseada em sistema cooperativista. As colônias desse novo tipo – das quais Degânia, fundada em dezembro de 1909, foi a primeira – receberam a denominação de *kvutzah* (isto é, grupo). Todos os membros de uma kvutzah eram conjuntamente proprietários da terra que cultivavam, sendo os lucros, pertencentes a todos em comum, aplicados no melhoramento e desenvolvimento da colônia em benefício de todos; qualquer trabalho assalariado era completamente excluído. Esse sistema de colonização recebia entusiástico encorajamento da Organização Sionista. (Teremos oportunidade de voltar ao assunto – vide capítulo VI).

Um sério perigo para as colônias judaicas eram os ataques dos beduínos. A princípio a maioria das colônias recorria à prática desmoralizante do *backchich,* que consistia em comprar ao xeque mais forte das aldeias vizinhas proteção contra outras aldeias árabes. Mas em 1907 um pequeno grupo de judeus russos – entre eles David Ben-Gurion e Itzhak Ben-Zvi – fundou uma associação de vigilantes montados (destinados principalmente a patrulhamentos noturnos) que tomou o nome de Hashomer (Sentinela). Constituída inicialmente de apenas dez membros – e tendo como únicas armas um fuzil, um revólver e um punhal – essa organização secreta foi crescendo, conseguindo seus integrantes aos poucos fazerem-se respeitar pelos beduínos (chegando mesmo a rivalizar com eles em habilidade equestre).

A população judaica da Palestina, em 1914, era de aproximadamente cem mil (cerca de 15% da população total do país), dos quais uns doze mil se dedicavam à agricultura, espalhados por mais de 40 colônias. Já se podia notar a esse tempo, entre os judeus, os primórdios de associações trabalhistas e de uma comunidade organizada.

E os árabes da Palestina? Possuíam eles naquela época qualquer sentimento nacionalista? Com exceção de um número reduzidíssimo de indivíduos privilegiados, com educação ocidental, essa espécie de preocupação estava neles completamente ausente. Afirma o reverendo James Parkes, profundo conhecedor da história da Palestina: "Tratando do período anterior a 1914, temos de reconhecer que a massa da população não possuía um verdadeiro sentimento de pertencer a qualquer unidade mais ampla que sua aldeia, clã ou possivelmente confederação de clãs". E outra autoridade, o americano Oscar Gass, declara:

O felá era demasiado pobre, ignorante e estreito em sua visão para ser um nacionalista consciente... Muitas aldeias árabes consistiam inteiramente de camponeses desesperadamente endividados a um efêndi urbano, que poderia residir em Beirute, Cairo ou até mesmo Paris; essa gente, na realidade, não passava de escravos, qualquer que fosse sua situação legal ou nominal. Um nacionalismo árabe sem conteúdo social e econômico estava além de sua compreensão e interesse.

CAPÍTULO 4

A PRIMEIRA GRANDE GUERRA E A DECLARAÇÃO BALFOUR

A Palestina tem as dimensões de um condado e os problemas de um continente.

Koestler

Em contraste com o que acontecia durante a Segunda Guerra Mundial, quando encontramos todo o povo judeu unido em sua oposição ao totalitarismo nazi-fascista, não houve ao tempo da guerra de 1914-1918 uma atitude uniforme entre os judeus. De um modo geral pode-se dizer que contribuíram lealmente para o esforço de guerra dos países de que eram súditos ou onde residiam[1] – na Alemanha muitos sionistas ali radicados se apresentaram como voluntários, e também na França, em 1914, uns dez mil judeus integraram um regimento de voluntários estrangeiros. Havia, porém, uma exceção: os sionistas russos, que por motivos perfeitamente compreensíveis desejavam a derrocada do czarismo (sem que isso os tornasse, de modo algum, pró-alemães). É, contudo, interessante destacar que a parcela do povo judeu que se achava do lado dos aliados era bem mais numerosa e significativa do que a outra.

Uma situação particularmente difícil foi a da coletividade judaica da Palestina, que viu, de um momento para outro, todas as suas realizações – conseguidas à custa de tanto sacrifício – ameaçadas de completa destruição.

[1] Moshe Shertok (Sharett), por exemplo, foi um dos que serviram no Exército Otomano.

Tão logo a Turquia entrou no conflito (o que se deu em fins de outubro de 1914), as minorias existentes na Palestina começaram a ser violentamente oprimidas. A comunidade judaica havia proclamado sua lealdade à Turquia, oferecendo o Hashomer e seus serviços ao exército; as autoridades, porém, permaneceram surdas aos protestos de lealdade, e o oferecimento do Hashomer foi recusado.

O comandante em chefe das tropas turcas na Síria e Palestina, Jemal Pachá, alegou, como pretexto para perseguir os judeus, sua suspeita de que todos eles praticavam a espionagem a favor dos aliados. A generalização era obviamente absurda, mas conhece-se caso de Sarah Aaronsohn (irmã de Aaron) que, tendo juntamente com outros membros de sua família e alguns amigos a convicção de que não haveria futuro para o sionismo sob uma Turquia vitoriosa, fornecia informações aos ingleses, que vinham buscá-las, por mar, em Atlit, dali levando-as ao Cairo (havia também um serviço de pombos-correio). Presa, foi Sarah Aaronsohn durante três dias submetida a pavorosas torturas, acabando por recorrer ao suicídio para não divulgar o que sabia. Fazia ela parte de uma rede de espionagem pró-britânica, dirigida por Aaron Aaronsohn e Avshalom Feinberg (jovem poeta que morreria assassinado por salteadores beduínos no deserto do Sinai) e conhecida por Nili (iniciais hebraicas para a expressão bíblica "a Eternidade de Israel não se desvanecerá"). Não tinham, contudo, qualquer apoio, nem simpatia, dos líderes de então da comunidade judaica palestinense (o Hashomer chegou mesmo a prender um dos chefes da Nili)[2].

No início de 1915, ao mesmo tempo em que divulgava um manifesto contra "os elementos subversivos que visam à criação de um governo judeu na parte palestinense do Império Otomano" (referência clara e inequívoca aos sionistas), ordenou Jemal Pachá fechamento do Anglo-Palestine Bank, a dissolução do Hashomer o confisco das armas que as colônias agrícolas possuíam para sua proteção (nessas colônias, porém, o confisco não se limitou às armas – foram também levados os animais e a colheita, e as árvores frutíferas foram cortadas para servir de lenha nas locomotivas).

[2] Terminada a guerra, demonstrariam os britânicos uma completa falta de gratidão para com os elementos da Nili. Não foram mencionados em nenhum relato oficial ou oficioso da campanha da Palestina, e os integrantes do Bureau Árabe do Cairo (justamente os que mais se aproveitaram dos seus serviços) revelar-se-iam após a guerra inimigos implacáveis do sionismo.

Possuir selos do Fundo Nacional Judaico tornou-se crime passível de morte. O Dr. Ruppin, não obstante sua cidadania alemã, foi expulso de Jaffa, e o Dr. Jacobson teve de deixar Constantinopla. Numerosos judeus foram presos e torturados, outros (entre eles Ben-Gurion e Ben-Zvi) expulsos, e alguns até executados[3]. (Deve-se, contudo, reconhecer que, de certo modo, Jemal Pachá mostrou-se imparcial, pois mandou também executar vários árabes, acusados de planejar uma rebelião.)

O Escritório Palestinense da Organização Sionista continuou, entretanto, a funcionar, mas não mais em Jaffa e sim em Jerusalém, onde mantinha contato com autoridades turcas e representantes de outros governos. Criou esse Escritório um serviço de assistência à comunidade judaica do país, assolada pela fome e por doenças, e na primavera de 1915 também por uma terrível praga de gafanhotos que destruiu quase todos os vinhedos e laranjais[4]. Para chefiar a campanha contra os gafanhotos nomeou Jemal Pachá o cientista Aaron Aaronsohn; foi em decorrência disso que ele pôde ter livre acesso a qualquer parte do país, colhendo assim informações vitais à Inglaterra[5].

Com muitos dos seus membros integrando individualmente as forças armadas dos seus respectivos países, manteve-se a Organização Sionista oficialmente neutra. Não obstante fortes divergências de opinião, sua sede continuou em Berlim, ficando sob a direção dos dois membros alemães do Executivo (Warburg e Hantke). Prevaleceu assim o ponto de vista de que a permanência na capital alemã poderia ser útil no sentido de conseguir da Alemanha uma intervenção junto aos seus aliados turcos em favor dos judeus da Palestina. (De fato, os alemães – é verdade que por interesse próprio – procuraram refrear os turcos em sua hostilidade aos judeus). Já a sede do Fundo Nacional Judaico foi transferida de Colônia para Haia, onde ficou sob a direção de Jacobus Kann. E para que se pudesse manter o

[3] Só não foram maiores as vicissitudes impostas aos judeus palestinenses devido à intercessão de diplomatas alemães e do embaixador americano na Turquia, Henry Morgenthau.

[4] Importantes contribuições – em dinheiro, alimentos e suprimentos médicos – vieram do exterior, principalmente da coletividade judaica norte-americana, então liderada por um ilustre jurista, o juiz Louis D. Brandeis.

[5] Em 1916 Aaronsohn foi à Inglaterra e em 1917 ao Cairo, ali trabalhando para o serviço secreto britânico. Segundo o general Allenby, foi ele o principal responsável pela organização do serviço secreto por detrás das linhas turcas.

contato com os diversos órgãos que constituíam a Organização Sionista, criou-se, em outra capital neutra, Copenhague, um escritório especial, inicialmente sob a direção do Dr. Yechiel Tschlenow[6] e depois do Dr. Jacobson e Leort Motzkin.

Alguns sionistas, porém, desejavam uma participação mais saliente na guerra, com unidades militares formadas inteiramente por judeus. Nesse sentido distinguiram-se dois sionistas russos: Joseph Trumpeldor (militar) e Vladimir Jabotinsky (jornalista). Detenhamo-nos um pouco no primeiro, cuja carreira pode ser classificada, sem exagero, como ímpar.

Como membro das forças armadas do Império Russo participou Trumpeldor da guerra russo-japonesa, não tardando a se destacar por vários atos de excepcional bravura que lhe valeram diversas condecorações importantes (fato já em si extraordinário, dado o notório antissemitismo das autoridades militares russas). Gravemente ferido por estilhaços de granada em Porto-Artur, teve seu braço esquerdo amputado. Mesmo assim, solicitou permissão para retornar ao *front*, e combatendo a sabre e pistola impôs-se à admiração dos seus superiores[7]. Em 1907 – acontecimento absolutamente inédito no exército czarista – foi promovido ao oficialato, sendo-lhe sua carta-patente entregue pessoalmente por Nicolau II. Único oficial judeu no exército russo, poderia atingir posições a que nenhum de seus correligionários ousaria aspirar; abandonou, porém, todas as oportunidades que lhe eram oferecidas em troca do ideal sionista, transferindo-se em 1912 para a Palestina.

Ao estourar a guerra de 1914 dirigiu-se Trumpeldor para Alexandria. Nessa cidade encontrou-se com Jabotinsky, que ali exercia suas atividades profissionais como correspondente de um jornal moscovita. Chegaram ambos à conclusão de que os judeus só poderiam conseguir a Palestina se por ela derramassem seu sangue.

[6] O Dr. Tschlenow fora eleito em 1913 para o Executivo. Gozando de excelente reputação profissional como médico (era um dos poucos judeus com permissão para residir em Moscou), sacrificou uma carreira brilhante para se dedicar inteiramente à causa sionista. Faleceu em princípios de 1918.

[7] Curioso contraste: enquanto Trumpeldor combatia pelo czar, outro judeu de mérito, o filantropo americano Jacob Schiff, influenciado pelos pogromes, colaborava na prestação de auxílio financeiro ao Japão.

Aproveitando-se do fato de se encontrarem no Egito várias centenas de refugiados palestinenses, decidiram Trumpeldor e Jabotinsky tentar organizar uma legião judaica, cujos serviços seriam oferecidos à Inglaterra. A 5 de março de 1915 teve Trumpeldor, à frente de uma delegação de judeus, uma entrevista com um alto oficial do estado-maior britânico. Este fez objeções à pretensão de Trumpeldor, declarando que o governo inglês se opunha a que uma legião judaica combatesse na Palestina logo no início do conflito, e além disso nem se cogitava duma ofensiva naquela frente. Alguns dias depois chegava a Alexandria o general Maxwell, vindo do Cairo com ordens expressas para concluir as negociações. Perante ele foi renovado o apelo para que se autorizasse a formação de uma legião judaica, a fim de combater ao lado das forças britânicas pela libertação da Palestina. Respondeu Maxwell: "De acordo com a lei não tenho, infelizmente, o direito de acolher soldados estranhos no exército inglês. Posso propor-lhes somente uma coisa – aproveitar seus jovens para a formação de um destacamento de transporte, utilizando-os numa outra frente turca. Mais não posso fazer". Mas, para suavizar o efeito dessas palavras sem dúvida decepcionantes, acrescentou: "O povo inglês dirige-se por minha boca ao povo judeu com um sentimento de amizade. Essa amizade, com certeza, continuará também futuramente na Palestina judaica. Querem, pois, apertar a mão que se lhes estende ou repeli-la?" Talvez entusiasmado pela expressão "Palestina judaica", Trumpeldor aceitou, imediata e incondicionalmente, a proposta britânica. Os demais membros da delegação, porém, ficaram bem desapontados – a função de arrieiro parecia-lhes pouco honrosa, e achavam indigno que uma legião judaica fosse constituída apenas por carregadores com mulas; além disso, que lhes interessava "uma outra frente turca"? Trumpeldor, porém, fez-lhes ver que a diferença entre os que lutavam nas trincheiras e os que se ocupavam dos transportes militares era muito menor do que pensavam, e que a vida de uns corria tanto perigo quanto a dos outros; no que dizia respeito ao nome de *Mule Corps* (tradução literal: Corpo de Mulas), era infantilidade envergonhar-se disso, e quanto à Palestina o essencial era derrotar os turcos, não importando a frente onde isso seria conseguido.

Surgiu assim, em vez da almejada legião de combatentes, uma legião de carregadores, com a função de conduzir às linhas de frente mulas carregadas de munições e provisões, e tendo a denominação oficial de *Zion Mule Corps* (o que pode ser traduzido, de modo não literal, como Unidade

Sionista de Arrieiros); possuíam, no entanto, uma bandeira própria com a estrela de Davi. O comando foi entregue ao coronel irlandês John Henry Patterson – protestante, estudioso de Bíblia e grande amigo do povo judeu[8]. Trumpeldor, com o posto de capitão, era o subcomandante.

Ao todo eram 652 homens em serviço ativo, mas se a quantidade era escassa sobrava-lhes idealismo. Em abril de 1915 chegaram a Gallipoli, junto aos Dardanelos. Ali, dia e noite, quase que ininterruptamente e sob cerrado fogo da artilharia inimiga, iam até as posições avançadas levando água, alimentos e munições. A atuação de Trumpeldor e seus companheiros mereceu de Sir Ian Hamilton, comandante em chefe das forças aliadas em Gallipoli, a seguinte referência:

> Eles trabalhavam calmamente com suas mulas debaixo do fogo mais intenso, demonstrando assim, a meu ver, maior coragem do que os soldados entrincheirados nas linhas de frente, pois não eram atingidos pela excitação do ambiente de batalha que entusiasma estes últimos.

Quando, em novembro de 1915, o coronel Patterson adoeceu gravemente, assumiu Trumpeldor o comando do corpo. Mas a campanha dos Dardanelos, tanto na sua parte naval quanto na terrestre, fracassou inteiramente. Em maio de 1916, não obstante os protestos dos seus integrantes, o Zion Mule Corps foi dissolvido[9] (120 alistaram-se, como voluntários, no Exército Britânico, sendo enviados à Inglaterra para treinamento).

Trumpeldor, contudo, não desanimou, e em fins de 1916 chegava a Londres a fim de auxiliar Jabotinsky que ali desenvolvia intensa propaganda pela formação de uma nova legião judaica (Jabotinsky já tentara, sem qualquer êxito, alcançar o mesmo objetivo em Paris e Roma). Na capital inglesa tiveram valioso apoio de influentes personalidades não judias, entre as quais o jornalista Cyril P. Scott, o político Leopold Amery e o general Jan Christian Smuts (que declarou: "É a melhor ideia que ouvi em minha vida, que os próprios judeus lutem pela Terra de Israel")[10].

---

[8] Escreveu ele dois livros: Com os Sionistas em Gallipoli (publicado em 1916) e Com os Judeus na Campanha da Palestina (1922).

[9] Houve 63 baixas (8 mortos, 55 feridos), e muitos dos seus membros foram condecorados.

[10] Trumpeldor conseguiu interessar Kerensky num plano bastante vago referente à organização de um exército judeu de 120 000 homens com a finalidade de atacar a Palestina pelo norte, a ideia, porém, não iria avante devido à queda de Kerensky.

Dessa vez, porém, não se tratava de um simples grupo de transporte, mas de unidades combatentes. Um poderoso incentivo foi proporcionado pelo grande número de refugiados russos que se encontravam na Inglaterra: como súditos de uma potência aliada estavam naturalmente sujeitos a pressões para servir ao seu país, mas sendo notórias as perseguições a que ainda continuavam submetidos os judeus na Rússia, ficaria a Inglaterra moralmente em situação difícil se obrigasse esses refugiados a retornar ao seu país de origem – daí a alternativa de aproveitá-los numa "legião judaica". Com esses refugiados, e voluntários não só ingleses mas também da Argentina e Canadá[11], foram organizados inicialmente dois batalhões: o 38° e o 39° de Fuzileiros Reais – o primeiro sob o comando do nosso já conhecido coronel Patterson (e entre os voluntários que o compunham encontrava-se o famoso escultor Jacob Epstein), e o segundo comandado por um oficial judeu do exército australiano, o coronel Eliézer Margolin (e dele fez parte futuro primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, que foi promovido a cabo). Posteriormente formou-se, com judeus palestinenses, o 40º Batalhão de Fuzileiros Reais, constituindo os três que se convencionou, na história do sionismo, chamar de Legião Judaica[12] (só não se chegou a formar um Regimento Judeu com esse nome devido à enérgica oposição de influentes judeus ingleses). Sob o comando geral de Sir Edmund Allenby, participaram ativamente das operações contra a Turquia (fins de 1917 e 1918), e em particular da libertação da Palestina. Sobre a atuação desses voluntários judeus (entre os quais havia um número considerável de intelectuais e membros de profissões liberais – o que não era muito do agrado das autoridades militares britânicas no Oriente Médio, já então interessadas em cortejar os árabes) assim se manifestou o coronel Patterson: "Comandei ingleses, irlandeses, escoceses – todos bons soldados. Comandei as tropas judaicas em Gallipoli, no Egito e na Palestina, e posso assegurar que em todas as ocasiões e de todas as maneiras o soldado judeu manteve as melhores tradições do Exército Britânico".

Já se tornou lugar-comum afirmar que nem sempre o destino das nações se decide nos campos de batalha. E no próprio sionismo, não será

[11] Entre os canadenses (aliás poucos) figurava Bernard (depois Dov) Joseph, que se distinguiria na guerra da independência de Israel como governador militar de Jerusalém, vindo a ocupar depois funções relevantes na administração israelense.

[12] Integravam a Legião Judaica, como soldados, Ben-Zvi e Levi Eshkol, futuros presidente e primeiro-ministro de Israel.

demais lembrar, Herzl sempre se norteara por rumos políticos. Logo após a deflagração da guerra, alguns sionistas anglófilos acharam que seria oportuno chegar a um entendimento com o governo britânico a respeito do futuro da Palestina. A iniciativa dessa ação coube ao Dr. Chaim Weizmann, que residindo desde 1904 na Inglaterra, e já naturalizado inglês, ingressara em 1913 para o corpo docente da Universidade de Manchester como professor de Bioquímica[13]. Foi nessa grande cidade industrial que Weizmann conheceu, por simples acaso, numa festa particular, Cyril P. Scott, redator-chefe do importante jornal *Manchester Guardian.* Novos encontros se seguiram, formando-se entre ambos uma sólida amizade. A 16 de setembro escrevia Weizmann a G reenberg:

> ...Tive hoje uma longa conversa com C. P. Scott; ele está pronto a nos ajudar em qualquer esforço a favor dos judeus. Mostrou-se disposto a falar com Grey[14] logo que tenhamos uma proposta prática a submeter. Ele tem muita influência, e nos poderá ser útil.

Scott, figura não só influente mas também altamente respeitada na vida pública inglesa, tornou-se em pouco tempo um simpatizante entusiasta da causa sionista e fervoroso admirador de Weizmann; em seu jornal pôs-se a defender vigorosamente a tese de que uma comunidade judaica forte na Palestina seria para a Inglaterra um aliado grato e de confiança, constituindo um conveniente Estado-tampão para a defesa de Suez.

Por intermédio de Scott seria Weizmann apresentado a alguns membros do Gabinete britânico. Foi assim que teve, em dezembro de 1914, sua primeira entrevista com Lloyd George, então ocupando a pasta do Tesouro. Achava-se também presente outro membro do governo, Herbert Samuel. Este (primeiro membro da comunidade judaica a ter assento num Gabinete britânico), por iniciativa própria, falara no mês anterior com Sir Edward Grey a respeito do futuro da Palestina; aventando nessa ocasião a hipótese de "surgir uma possibilidade de concretização da antiga aspiração do povo judeu", acrescentara: "Se fosse estabelecido um Estado Judeu na Palestina, poderia ele tornar-se o centro de uma nova cultura. O cérebro judeu é algo de extraordinário, e sob auspícios nacionais poderia o Estado tornar-se um manancial de esclarecimento e uma fonte de grande literatura

[13] Vemos pois que o ardoroso "prático" de alguns anos atrás transformava-se num dos principais expoentes do sionismo "político".

[14] Sir Edward Grey, secretário do Exterior.

e arte, bem como de desenvolvimento científico". (Grey não se entusiasmou, mas também não se mostrou hostil à sugestão de seu colega). A Weizmann, informou Herbert Samuel estar redigindo um memorando sobre a criação de um Estado Judeu na Palestina, a ser apresentado ao primeiro-ministro, Herbert H. Asquith.

Continha o memorando de Herbert Samuel um pedido ao governo britânico para que este, na partilha dos domínios turcos, ficasse com a Palestina, abrindo-a a uma imigração judaica controlada e reconstruindo-a como um centro judaico que no devido tempo (com os habitantes judeus já constituindo maioria) obteria autonomia. Em janeiro de 1915 foi entregue ao primeiro-ministro; este, considerando-o "ditirâmbico", anotou em seu Diário:

> Recebi de Herbert Samuel um memorando intitulado "O Futuro da Palestina". Estende-se consideravelmente, e com alguma veemência, a favor da ocupação britânica da Palestina, um território do tamanho do País de Gales, com muitas montanhas estéreis e uma parte sem água. Ele pensa que nesse território não muito promissor poderíamos instalar cerca de três ou quatro milhões de judeus europeus, e que isso teria um efeito benéfico sobre os que forem deixados atrás. Parece quase uma nova edição, atualizada, do *Tancred.* Confesso que não me atrai essa adição às nossas responsabilidades, mas constitui uma curiosa ilustração do aforismo de Dizzy – "Raça é tudo"[15] – encontrar essa erupção quase lírica saindo do cérebro metódico e bem-ordenado de Herbert Samuel. Curioso, o único outro partidário dessa proposta é Lloyd George, e não é preciso que eu diga que ele não dá a mínima importância aos judeus e ao seu passado e futuro, mas acha que seria uma afronta permitir que os Lugares Santos se tornem possessão ou protetorado da França "agnóstica e ateísta".

Parece-nos inteiramente injusta a referência de Asquith a Lloyd George, pois este já ao tempo do "projeto de Uganda" revelara interesse pelo sionismo; e segundo Herbert Samuel, havia, além de Lloyd George, um outro "partidário" nos círculos governamentais: Lord Haldane, que em

[15] Referência a Disraeli, em cuja novela *Coningsby* um personagem diz: "Raça é tudo; não há outra verdade". *Tancred* é outra obra sua – nela, o herói, um jovem aristocrata, desiludido com o vazio da vida política inglesa, empreende uma viagem a Jerusalém, peregrinando pela Terra Santa em busca de insprição.

carta a Herbert Samuel demonstrara um "interesse amistoso" por suas propostas[16].

Quase ao mesmo tempo que Asquith reagia de maneira tão pouco calorosa ao memorando de Herbert Samuel, esteve Weizmann em Paris, onde a conselho do barão Rothschild procurou o embaixador britânico, Lord Francis L. Bertie. Foi recebido friamente, e após a visita lançou Lord Bertie a seguinte anotação em seu Diário:

> Edmond de Rothschild mandou um correligionário estabelecido em Manchester para "falar" sobre o que eu penso ser um plano absurdo, embora digam que conta com a aprovação de Grey, Lloyd George, Samuel e Crewe[17]. Visa tal plano a formação de um Estado Israelita na Palestina sob a proteção da Inglaterra, França ou Rússia, de preferência Inglaterra... Que diriam disso o Papa, a Itália, a católica França com o seu ódio aos judeus?

Diferentemente de Grey, Asquith e Bertie[18], a atitude de Lloyd George foi, de certo modo, encorajadora: prometeu ele a Weizmann interessar-se pela questão, mas advertiu que se deveria esperar forte oposição de alguns círculos judaicos.

Nem só os sionistas, porém, se achavam a essa altura grandemente interessados numa possível partilha dos domínios do sultão – já no início de 1915 as principais potências aliadas iniciavam entre si consultas e negociações a respeito do futuro dos territórios que então faziam parte do Império Otomano. Assim, em março, foi recebida em Londres uma comunicação do governo francês em que este dizia estar disposto a reivindicar para a França o controle da Síria (Palestina inclusa). Em junho veio a resposta inglesa: a reivindicação francesa quanto à parte norte da Síria podia ser considerada, mas devido à importância mundial da Terra Santa, a cidade de Jerusalém e áreas adjacentes deveriam ficar sob uma espécie de administração internacional. (É, claro que o principal motivo da oposição britânica era outro, de natureza estratégica: devido à sua

[16] Quanto a Asquith, nunca chegaria a levar o sionismo a sério, nem depois de visitar a Palestina em 1924. Não nutria, porém, qualquer preconceito antijudaico.

[17] Marquês de Crewe, secretário de Estado para a Índia.

[18] Lord Bertie (que um político francês descreveu como um "fidalgote mesquinho", e de quem Luigi Albertini disse ser incrível "que um diplomata ocupando lugar tão importante pudesse ter tão pouco discernimento") também não mudaria de opinião, e ainda depois da Declaração Balfour continuava classificando o sionismo como "um disparate".

proximidade do canal de Suez não convinha aos ingleses que a Palestina ficasse sob domínio de outra potência, possivelmente rival).

Os árabes igualmente não ficariam desinteressados pela questão. Com data de 14 de julho de 1915, o xarife de Meca, Hussein (cujo apoio ativo os ingleses estavam ansiosos por conseguir), enviou a Sir Henry McMahon, alto-comissário britânico no Egito, uma carta expondo as condições sob as quais se dispunha a colaborar com a Grã-Bretanha contra a Turquia: reconhecimento da independência dos "países árabes" no quadrilátero formado pela Síria (Palestina inclusive), Iraque e toda a Península Arábica com exceção de Aden; estabelecimento de uma aliança defensiva entre a Grã-Bretanha e os Estados árabes soberanos: atribuição do califato ao próprio Hussein. Resposta de Sir Henry McMahon (30 de agosto): concordância quanto à independência dos países árabes e califato, mas qualquer fixação de fronteiras era prematura. Hussein insiste – envia outra carta (9 de setembro), renovando todas as suas exigências anteriores. Respondeu McMahon a 24 de outubro: a Grã-Bretanha dispunha-se a reconhecer e apoiar a independência dos árabes apenas no que dizia respeito àquelas "partes nas quais se achava com liberdade de agir sem prejuízo para os interesses da França, sua aliada". E mais – que "os distritos de Mersina e Alexandretta e as partes da Síria a oeste dos distritos de Damasco, Homs, Hama e Alepo não podem ser consideradas como exclusivamente árabes, devendo por isso ser excluídas dos limites propostos". A troca de correspondência prosseguiu, e a 25 de janeiro de 1916 McMahon, já um tanto impaciente, advertia Hussein de que não deveria esperar mudanças de atitude do governo inglês quanto à parte costeira da Síria. A 18 de fevereiro, finalmente, Hussein aceitava as condições britânicas.

Em março de 1916 o tema palestinense passou momentaneamente a ser abordado na Rússia. Foi quando o embaixador britânico, Sir George Buchanan, entregou ao ministro do Exterior russo, Sergei D. Sazonov, uma mensagem de Sir Edward Grey comunicando que "a atenção do Governo de Sua Majestade havia sido recentemente despertada para a questão da colonização judaica na Palestina". Nessa mensagem dizia-se que "a ideia sionista contém possibilidades políticas do mais longo alcance, pois podemos esperar usá-la de modo tal que traga para nosso lado as forças judaicas da América, do Oriente, e de outros lugares, que atualmente são larga, se não preponderantemente, hostis a nós". Sugeria-se ainda a possibilidade de ulterior autonomia judaica na Palestina (com exceção de

Jerusalém e Lugares Santos), e mais adiante explicava-se que "o único objetivo do Governo de Sua Majestade é chegar a um acordo que seja suficientemente atraente à maioria dos judeus e nos permita realizar uma transação que assegure o apoio judaico". E concluía pedindo sobre tudo isso a opinião do governo russo[19].

Quatro dias depois veio a resposta de Sazonov: "Quanto à Palestina, está a Rússia disposta a aprovar qualquer projeto que resguarde a liberdade de acesso a todas as instituições ortodoxas e os direitos existentes, e em princípio não fará objeção ao estabelecimento de colonos judeus no país". (É claro – com a maioria dos colonos vindo da Europa Oriental, isso traria à Rússia uma dupla vantagem: reduziria o número de judeus na Rússia e ao mesmo tempo aumentaria o número de russos na Palestina)[20].

Enquanto isso, França e Inglaterra estavam em negociações para delimitar as respectivas esferas de influência no Oriente Médio. As negociações foram conduzidas por Sir Mark Sykes, membro do Parlamento e especialista em questões de Oriente Médio (nessa qualidade prestando serviços ao governo inglês), e Charles François Georges-Picot, do Ministério do Exterior da França (e ex-cônsul-geral francês em Beirute)[21]. Após alguns meses de conversações, chegou-se a um acordo (assinado a 16 de maio de 1916 e posteriormente aprovado pelo governo czarista) conhecido pela denominação de Acordo Sykes-Picot[22]. Estabelecia o seguinte: a França ficaria com a região costeira da Síria ao norte de Haifa, e outros territórios da Ásia Menor; a Grã-Bretanha teria a parte sul da Mesopotâmia e os postos palestinenses de Acre e Haifa (por onde, contudo, as mercadorias francesas teriam trânsito livre); os ingleses construiriam uma ferrovia Haifa-Bagdá; a zona compreendida entre os territórios franceses e britânicos formaria uma confederação de Estados Árabes ou um

---

[19] Telegrama contendo idêntica consulta foi enviado à Embaixada Britânica em Paris.

[20] Os franceses se mostraram mais reservados – declararam preferir aguardar outra oportunidade para se definir sobre o futuro da Palestina.

[21] Sir Mark Sykes, cuja opinião sobre os judeus era até então inteiramente negativa, tornar-se-ia pouco tempo depois simpatizante do sionismo (levado a isso por Herbert Samuel). Veio a falecer no início de 1919, aos 40 anos incompletos, decepcionado com as dificuldades que surgiam entre judeus e árabes.

[22] O presidente Wilson, ao ouvir falar pela primeira vez nesse acordo (por ocasião das negociações de paz em Versalhes), comentou: "Isto soa como uma nova firma de chá: Sykes-Picot".

Estado Árabe independente (dividida, porém, em duas zonas de influência – uma britânica, outra francesa). No que se referia expressamente à Palestina, estipulava-se que "a fim de proteger os interesses religiosos das potências da Entente" seria aquele país "separado do território turco e submetido a um regime especial a ser determinado por acordo entre aliados e representantes do xarife de Meca". Representava tal acordo uma tentativa de conciliação entre as aspirações francesas e as promessas feitas a Hussein (as aspirações sionistas, vê-se logo, não eram então tomadas em consideração). A princípio mantido secreto, acabaria por ser posto de lado, principalmente devido à entrada dos Estados Unidos na guerra.

Voltemos à Inglaterra, onde em fins de 1915 o Dr. Weizmann (que já alcançara certa notoriedade como cientista) foi convidado a prestar seus serviços profissionais ao Almirantado, então enfrentando séria crise provocada pela falta de acetona. Weizmann já vinha desde setembro trabalhando para o recém-formado Ministério das Munições como consultor químico sobre suprimentos de acetona[23]. A importância da acetona residia no fato de ser ela o solvente utilizado na fabricação de cordite (uma espécie de pólvora sem fumaça, de que se fazia a carga dos cartuchos dos projéteis da Marinha); sem esse solvente seria necessário introduzir modificações de monta nos canhões navais. Weizmann recebeu carta branca para solucionar o problema da melhor maneira possível. Trabalhando intensivamente, conseguiu resolver a questão com pleno êxito, descobrindo um processo novo para a produção de acetona em larga escala.

Esse trabalho possibilitou a Weizmann entrar em contato mais estreito com os círculos governamentais britânicos, principalmente com Arthur James Balfour, primeiro Lord do Almirantado (posto em que substituía Winston Churchill). Não foi esse, porém, o primeiro contato de Weizmann com Balfour – Weizmann já tivera oportunidade de falar com ele em janeiro de 1906 (nessa época era Balfour líder da oposição conservadora). Não obstante os vários anos decorridos, Balfour não esquecera o ardoroso sionista, e logo que Weizmann entrou em seu gabinete de trabalho ouviu dele as seguintes palavras: "O senhor não mudou muito desde que nos encontramos. Sabe, estive pensando a respeito daquela nossa conversa, e acredito que quando os canhões silenciarem o senhor poderá ter

[23] O ministro das Munições era Lloyd George, que em 1925 diria: "Foi a acetona que me converteu ao sionismo...".

sua Jerusalém". Posteriormente Balfour convidaria Weizmann a visitá-lo em sua residência, a fim de conversarem mais à vontade. O convite foi aceito, e a conversa durou algumas horas; no fim disse Balfour: "O senhor está trabalhando por uma grande causa. Gostaria que voltasse com frequência".

Balfour trazia da juventude um interesse profundo pela história e civilização judaicas, tendo em alta conta a contribuição dos judeus à cultura ocidental. Informa-nos Blanche E. C. Dugdale, sua sobrinha e biógrafa:

> Ele discernira por detrás da ideologia sionista uma determinação que o atraía como filósofo e o impressionava como estudioso da história. Ele se convencera de que o renascimento do sentimento de unidade judaica não era menos digno de respeito que outros movimentos nacionais do mundo moderno, os quais eram mais bem compreendidos porque se originavam de povos geogràficamente unidos... Lembro-me de minha infância, absorvendo dele a ideia de que a religião e a civilização cristãs tinham para com o judaísmo uma dívida incomensurável, vergonhosamente mal paga.

Não faltaram a Weizmann colaboradores em seu trabalho sionista. Em princípios de 1916 um grupo de judeus ingleses (entre eles Harry Sacher, Simon Marks e Israel Sieff, todos eles amigos de Weizmann), juntamente com um não judeu – o jornalista Herbert Sidebotham, redator político e cronista militar do *Manchester Guardian* – fundaram, para fins de propaganda, o British Palestine Committee, entre cujas atividades se destacava a publicação de um semanário denominado *Palestine*. Os artigos que nele apareciam eram em geral eruditos e esclarecidos (o semanário era lido regularmente no Ministério da Guerra e nas redações dos principais jornais), provocando apreciável interesse. Todos os números eram encabeçados pela seguinte frase: "O British Palestine Committee procura reconstituir as antigas glórias da nação judaica na liberdade de um novo domínio britânico na Palestina".

Em maio de 1916 o fato mais saliente ocorreu nos Estados Unidos, sendo o mesmo um discurso proferido na cidade de Cincinnati por Henry Morgenthau, que acabara de deixar as funções de embaixador americano na Turquia. Nesse discurso, que alcançou considerável publicidade, havia, em destaque, uma referência à Palestina. Declarou Morgenthau haver sugerido recentemente ao governo turco a venda da Palestina, após a guerra, aos sionistas; que sua proposta fora bem recebida, tendo-se chegado até a

discutir cifras. Mas com a derrota da Turquia essa ideia – aliás bastante mal recebida na Inglaterra, que não encarava favoravelmente qualquer possível acordo entre turcos e judeus americanos – ficaria inteiramente fora de cogitações[24].

Pouco depois foi publicado em Londres (tiragem de 3.000 exemplares) um livro intitulado *O Sionismo e o Futuro Judaico*. Tratava-se de uma coletânea de ensaios organizada por Harry Sacher, que, apresentando o livro, explicou ser seu objetivo "mostrar aos leitores de língua inglesa o significado e as realizações do sionismo". Entre os autores dos ensaios figuravam Weizmann, Moses Gaster e Norman Bentwich. O livro não causou maior impressão no público em geral, mas os antissionistas ficaram profundamente ofendidos com uma afirmação de Weizmann: "A posição do judeu emancipado, embora ele próprio não o compreenda, é ainda mais trágica que a de seu irmão oprimido". Entretanto, Lord Cromer, comentando o livro no *Spectator* (12 de agosto de 1916), declarou que o sionismo já se tornara uma força que era preciso levar em conta; e concluía: "Embora possivelmente a questão judaica não amadureça tão depressa quanto alguns dos sionistas mais entusiastas consideram provável, ela está se tornando rapidamente uma questão prática, e em breve os políticos não poderá mais pô-la de lado como o sonho fantástico de uns poucos idealistas".

No fim de 1916 parecia próxima uma grande ofensiva britânica no Oriente Médio, intensificando-se então a atividade dos dirigentes sionistas em Londres. (É interessante assinalar aqui que entre os que participavam ativamente das negociações com "sionismo cultural", que fora um dos mais intransigentes críticos de Herzl por causa de suas atividades predominantemente políticas). E já em princípios do ano seguinte submetia Weizmann a Sir Mark Sykes um memorando intitulado "Esboço de Programa para uma Nova Administração da Palestina e para a Colonização Judaica da Palestina de Acordo com as Aspirações do Movimento Sionista". Podemos resumir da seguinte maneira os pontos principais do memorando:

a) reconhecimento de uma nacionalidade judaica distinta na Palestina;

[24] Quanto ao próprio Morgenthau, já um ano depois tornava-se antissionista, ressentido, ao que se diz, com a falta de apoio dos sionistas por ocasião de uma tentativa por ele empreendida, em meados de 1917, para conseguir uma paz em separado com a Turquia.

b) participação da população judaica da Palestina no governo local em tudo que diga respeito indistintamente a todos os habitantes;

c) proteção dos direitos das minorias;

d) autonomia nos assuntos exclusivamente judaicos;

e) reconhecimento e legalização das existentes instituições judaicas para a colonização da Palestina.

Com base nesse memorando prosseguiram os entendimentos entre os líderes sionistas e o governo britânico. Neste ínterim foi sugerido por Sir Mark Sykes a ida de um desses líderes à França; achava Sykes que o governo francês constituía o principal obstáculo à concretização de um protetorado britânico sobre a Palestina. Um membro do Executivo Sionista, Nahum Sokolow, foi então – um tanto contra sua própria vontade – enviado não só a Paris como também a Roma, para sondar as possíveis atitudes dos governos francês e italiano e do Vaticano. (Em Paris franceses antissionistas planejaram opor-se à missão de Sokolow, mas desistiram de seu intento quando o barão Rothschild lhes passou um pito dizendo que deveriam envergonhar-se de pôr seus próprios interesses acima dos de milhões de judeus russos.).

Antes de empreender sua missão, teve Sokolow, em fevereiro de 1917, um encontro com Picot, então adido à embaixada francesa em Londres. Disse-lhe Picot não haver em sua opinião "possibilidade da França renunciar completamente às suas aspirações sobre a Palestina em favor da Grã-Bretanha", pois noventa e cinco por cento do povo francês era "fortemente favorável à anexação da Palestina pela França". Prometeu, contudo, tornar conhecidos ao seu governo os objetivos sionistas.

Levava Sokolow, para servir de base às suas sondagens e negociações, um programa contendo, entre outros, os seguintes itens:

> – o Governo Suserano concederá oficialmente à população judaica da Palestina, presente e futura, a condição e os direitos de uma nacionalidade, e essa população gozará de todos os direitos nacionais, políticos e civis;
>
> – o Governo Suserano concederá aos judeus de todos os países amplos e irrestritos direitos de imigração na Palestina.

Em Paris entrou Sokolow em contato com o Ministério do Exterior e com a Alliance Israélite Universelle (então ainda orientada num sentido antissionista). No início de maio encontrava-se em Roma, onde seu primeiro encontro foi com monsenhor Eugênio Pacelli (futuro Pio XII), que aconselhou os sionistas a se manterem bem afastados dos Lugares Santos. Outros encontros em Roma: com o papa Benedito XV, que declarou não se opor o Vaticano ao sionismo desde que os Lugares Santos ficassem devidamente resguardados, acrescentando que "judeus e católicos seriam bons vizinhos na Palestina";[25] com o primeiro-ministro Paolo Boselli, que lhe prometeu apoio moral "dentro dos limites do possível";[26] e com o embaixador russo na Itália, que informou não ter sua Embaixada quaisquer instruções sobre a política russa em relação ao sionismo, mas de qualquer modo recomendou a Sokolow ir devagar.

Já de volta a Paris, a 25 de maio, foi Sokolow recebido por Alexandre Ribot (primeiro-ministro e ministro do Exterior), que lhe afirmou achar-se seu governo disposto a encarar favoravelmente os planos sionistas.

Pouco depois, com data de 4 de junho, receberia Sokolow em Londres uma carta assinada por Jules Cambon (secretário-geral do Ministério do Exterior), reiterando aquilo que já lhe havia sido assegurado verbalmente:

> ...Governo Francês, que entrou nesta guerra para defender um povo injustamente atacado, e que nela prossegue para assegurar a vitória do direito sobre a força, não pode deixar de ter simpatia pela vossa causa, cujo triunfo está ligado ao dos Aliados.

Temos aqui de retroceder uns dois meses, até abril, quando Balfour (já então ocupando a pasta do Exterior) empreendeu uma viagem aos Estados Unidos. Lá, por intermédio da embaixada britânica, recebeu o juiz Brandeis (desde outubro do ano anterior membro da Corte Suprema dos

[25] Que contraste com a recepção feita a Herzl por seu antecessor Pio X! Mas explica-se: já agora, de certa forma, o sionismo captara o interesse de grandes potências, cujos exércitos se encontravam próximos da Palestina. Como tudo em política, porém, era uma questão de momento e conveniência, pois dois anos mais tarde – ainda sob o mesmo pontificado – o Vaticano voltaria a uma posição radicalmente antissionista.

[26] O ministro do Exterior, barão Sonnino (de ascendência judaica), recusou-se a receber Sokolow.

Estados Unidos) um telegrama, com data de 21 de abril e assinado por James de Rothschild:

> Após meticulosa consideração por todos os dirigentes sionistas e amigos, Ahad Ha-Am, Rothschilds e Herbert Samuel, e discussões com autoridades competentes, opinião unânime única solução satisfatória Palestina Judaica sob protetorado britânico... Opinião pública e autoridades competentes favoráveis. Únicos contrários Wolf[27] e amigos. Esta informação estritamente confidencial. Grande ajuda se judeus americanos apoiassem este esquema perante seu governo. Confiamos também pronta expressão sua opinião pessoal e de outros preeminentes judeus americanos. Altamente conveniente que discuta questão com Mr. Balfour durante sua visita.

(Dias depois Weizmann enviou telegrama de teor quase idêntico a Tschlenow, pedindo-lhe interessar o governo russo no programa duma Palestina Judaica sob proteção britânica; tal solicitação, porém, não encontrou receptividade, pois Tschlenow – o mais importante sionista então na Rússia – favorecia pessoalmente uma atitude de neutralidade e espera, baseada no fato de que o resultado da guerra era ainda incerto).

O juiz Brandeis teve três encontros com Balfour (não demorando a surgir entre ambos uma admiração recíproca). Balfour expressou claramente seu apoio pessoal aos objetivos do sionismo, chegando a afirmar, com ênfase: "Eu sou um sionista".

Visitando logo após o Canadá, manifestou Balfour o desejo de se encontrar com o presidente da Federação Sionista Canadense, Clarence de Sola. A entrevista realizou-se no Palácio do Governo, em Ottawa, tendo Balfour nessa ocasião declarado estar o governo britânico disposto a apoiar o estabelecimento de um lar judaico na Palestina.

Entretanto, à medida que cresciam o interesse e a simpatia do governo inglês pelo sionismo, aumentava também a oposição dos judeus antissionistas. Realizaram estes, a 17 de maio, uma reunião para discutir os termos de uma declaração de repúdio ao sionismo; a divulgação da mesma, porém, foi vigorosamente desaconselhada pelo grão-rabino Dr. Joseph Hertz, presente à reunião como convidado. Seu conselho não foi seguido, e

[27] Lucien Wolf, figura bastante conhecida do judaísmo inglês, publicista e homem de grande erudição, intransigente antissionista.

a 24 de maio aparecia no *Times* de Londres, sob o título "Palestina e Sionismo – Opiniões do Anglo-Judaismo", uma carta assinada por David L. Alexander (presidente da Junta de Deputados dos Judeus Britânicos) e Claude G. Montefiore (presidente da Associação Anglo-Judaica)[28], na qual estes se dissociavam publicamente das propostas sionistas pedindo ao governo inglês a não aceitação das mesmas; alegavam que os judeus constituíam apenas uma comunidade religiosa, não sendo assim possível criar na Palestina "uma nacionalidade judaica laical recrutada de acordo com algum vaga e obscuro princípio de peculiaridade racial e etnográfica". O *Times* foi inundado de protestos, entre os quais se destacavam os do grão-rabino Dr. Hertz e de Lord Rothschild (mas havia também algumas cartas a favor); e no dia 29, em editorial (para cuja redação Weizmann fora consultado), o próprio jornal tomava posição contra os antissionistas, afirmando acreditar que o sionismo "representa de fato os sentimentos da grande maioria dos judeus... A importância do movimento sionista está em haver inspirado um novo ideal em milhões de judeus indigentes, encerrados nos guetos do Velho e do Novo Mundo". Em outras ocasiões (23 de agosto 3 e 13 de setembro, 26 de outubro) o *Times* voltaria ao assunto, lançando na balança todo o peso de sua opinião pró-sionista.

Também a Junta de Deputados dos Judeus Britânicos reagiu energicamente: destituiu o seu presidente – que agira à revelia dos demais componentes da Junta – substituindo-o por Sir Stuart Samuel (membro do Parlamento, irmão de Herbert Samuel, moderadamente favorável ao sionismo); uma das duas vice-presidências foi assumida por Lord Rothschild.

Foi em meados desse mesmo ano de 1917 que Weizmann (desde fevereiro presidente da Federação Sionista Inglesa) e Lord Walter Rothschild (vice-presidente) fizeram ver a Balfour a conveniência de se dar aos sionistas, sem mais tardança, uma categórica declaração oficial de apoio e encorajamento. Balfour prometeu tratar do assunto, sugerindo que lhe fosse encaminhado o texto de uma declaração, para a qual tentaria obter a aprovação do Gabinete.

[28] A primeira dessas sociedades, fundada em 1760, era constituída por representantes eleitos das sinagogas e outras instituições judaicas, e a segunda, fundada em 1871, formada por sócios; as duas costumavam agir associadamente, através de um Comitê Conjunto.

Tendo Weizmann sido obrigado a empreender uma viagem a Gilbraltar (de onde só retornaria a 22 de julho), recaiu sobre Sokolow o encargo principal de redigir o texto da declaração; fê-lo em estreito contato com elementos do Forcign Office, entre eles Mark Sykes e Harold Nicolson, submetendo-o depois a Lord Rothschild, que o aprovou. Com data de 18 de julho entregou Lord Rothschild a Balfour uma carta nos termos abaixo:

> Caro Sr. Balfour,
>
> Finalmente estou em condições de remeter-lhe a fórmula que me pediu. Se o Governo de Sua Majestade me enviar uma mensagem segundo as linhas gerais da fórmula, caso ele e o senhor a aprovem, poderei transmiti-la à Federação Sionista e também anunciá-la numa reunião para tal fim convocada. Lamento dizer que nossos adversários começaram sua campanha com uma manobra das mais reprováveis, ou seja, provocar agitação pelo clamor de judeus britânicos contra judeus estrangeiros. Iniciaram isso domingo último, quando na Junta de Deputados desafiaram a diretoria recém-eleita quanto a serem todos ingleses natos(eu inclusive).
>
> Sinceramente,
>
> Rothschild.

Acompanhando a carta, vinha o seguinte

> Projeto de Declaração
>
> 1. O Governo de Sua Majestade aceita o princípio de que a Palestina deve ser reconstituída como o Lar Nacional[29] do povo judeu.
>
> 2. O Governo de Sua Majestade envidará seus melhores esforços para assegurar a consecução desses objetivos e discutirá com a Organização Sionista os métodos e meios necessários.

[29] A expressão "lar nacional" – que daqui por diante encontraremos inúmeras vezes – nunca chegou, nem então nem depois, a ser definida de maneira inequívoca. Segundo Ben Halpern era usada "como *slogan* numa competição política". (Foi Sokolow quem idealizou a expressão "Lar Nacional Judaico".).

Em princípios de agosto foi esse texto, que aliás era mais de Sykes que de Sokolow, submetido aos membros do Gabinete, entre os quais havia, além de Balfour, mais quatro francamente favoráveis às aspirações sionistas: Lloyd George, o visconde Milner, Lord Robert Cecil e o general Smuts. Afirma Weizmann em sua autobiografia que a declaração teria sido aceita assim como estava redigida não fora a interferência de alguns indivíduos influentes – todos eles, segundo Weizmann, fazendo parte de uma "minoria de judeus abastados semiassimilados". Destacaram-se nessa atividade de sabotagem Lucien Wolf[30] e Edwin Samuel Montagu. O primeiro, apregoando ser o sionismo uma manifestação de primitivismo tribal, chegava até a fazer circular panfletos anônimos (advogava ele, como solução para o problema judeu, a emancipação e assimilação dos milhões de judeus que viviam na Europa Oriental). Edwin Samuel Montagu, primo de Herbert Samuel, era secretário de Estado para a Índia, e na ocasião o único judeu integrando o Gabinete (em cujas reuniões não deixava escapar qualquer oportunidade para atacar rudemente o sionismo); alegava, para justificar a atitude de oposição que assumiu, seu receio de que o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico na Palestina viesse a prejudicar a situação dos judeus em outros países. Mas sobremaneira preocupado com sua própria carreira política, parece que seu maior receio era perder a pasta que ocupava, tendo certa vez indagado de que maneira lhe seria possível negociar com os povos da Índia "se o mundo tivesse acabado de ouvir que o governo de Sua Majestade considerava seu lar nacional como estando em território turco?"[31].

Devido à pressão dos elementos antissionistas, os debates sobre a declaração prolongaram-se bem mais do que esperado, e a redação da mesma viria a sofrer sensíveis alterações. Julgou-se conveniente, enquanto isso, para fortalecer a posição dos membros pró-sionistas do governo inglês, obter o apoio do governo norte-americano.

[30] Foi a Lucien Wolf – antissionista ferrenho – que a Encyclopaedia Britannica incumbiu de redigir, para sua 10ª edição (1902), o verbete "sionismo"...

[31] Trinta anos mais tarde, depondo perante uma Comissão Especial da ONU, recordaria Weizmann que Montagu "teve todas as oportunidades para sabotar a Declaração Balfour, aproveitando-as ao máximo". (Contudo, não se pode deixar de reconhecer que seu interesse pela Índia era sincero; e coube-lhe assinar, como delegado desse país, o Tratado de Versalhes.). Quando afinal saiu a Declaração, encontrava-se Montagu na Índia – ao tomar dela conhecimento (por intermédio de um telegrama da Reuter) teve uma reação quase cômica: considerou-a, além de um erro político, uma ofensa pessoal...

Por sugestão de Weizmann, o juiz Brandeis comunicou-se, em meados de setembro, com o presidente Wilson. Este, por influência de seu amigo e conselheiro, o coronel Edward M. House (indivíduo de arraigados sentimentos antijudaicos), deu uma resposta desanimadora: desaconselhou, por inoportuno, qualquer espécie de compromisso. Já no mês seguinte, porém, diante de uma consulta direta do governo britânico, autorizou fosse este informado de sua aquiescência a uma declaração pró-sionista.

Nota-se aí um fenômeno interessante da política americana, que se repetiria com extraordinária similaridade trinta anos mais tarde – referimo-nos à divergência de opinião entre o presidente e alguns dos seus colaboradores mais próximos, inclusive o próprio secretário de Estado. Assim a atitude pessoal de Wilson em relação ao sionismo (que Leonard Stein classificou de "vagamente favorável") contrastava com a do secretário de Estado, Robert Lansing. Procurou este evitar que Wilson endossasse a declaração em favor do sionismo, apresentando para isso três razões: a) os Estados Unidos não se achavam em guerra com a Turquia; b) não havia entre judeus unanimidade quanto ao desejo de formar uma nação independente; c) haveria ressentimento se a Terra Santa fosse entregue "ao controle da raça creditada com a morte de Cristo". (Recomendou Lansing, entretanto, que somente a primeira dessas razões fosse mencionada publicamente.).

Prosseguiam as discussões dos membros do Gabinete britânico entre si, e as consultas com líderes sionistas, antissionistas e com o grão-rabino Dr. Hertz (inequivocamente favorável à Declaração). Finalmente, superadas todas as obstruções, e com o Foreign Office um tanto apressado pelo receio – hoje sabemos que infundado, não obstante os esforços individuais do embaixador alemão em Constantinopla, conde Bernstorff – de que o governo alemão se antecipasse numa decisão pró-sionista, surgiu o documento que se tornou famoso com o nome de Declaração Balfour. Tratava-se duma carta, em resposta à que Balfour recebera em julho de Lord Walter Rothschild[32]. Seu teor era o seguinte:

[32] Lord Walter Rothschild, vice-presidente da Federação Sionista Inglesa, alcançou notoriedade sobretudo como zoólogo, tendo sido eleito para a Royal Society; membro também do Parlamento, não participou contudo dos negócios bancários da família. Esta, na Inglaterra, achava-se dividida em relação ao sionismo: Lionel Nathan era antissionista, mas

Foreign Office,

2 de novembro de 1917[33].

Caro Lord Rothschild,

Tenho grande prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia para com as aspirações judaicas sionistas, que foi submetida ao Gabinete e pelo mesmo aprovada:

"O Governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e envidará seus melhores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, bem como os direitos e as condições políticas gozados pelos judeus em qualquer outro país"[34].

Eu lhe ficaria agradecido se esta declaração fosse levada ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,

Arthur James Balfour.

Aí está – uma simples carta (cujo original foi depositado por Lord Rothschild no Museu Britânico), mas com o valor simbólico que nem os mais violentos detratores do sionismo conseguem negar. É certo que a afirmação de solidariedade para com os ideais sionistas poderia ter sido apresentada de maneira mais enfática, mas no essencial, conforme observa muito bem o Prof. Ben Halpern, "as posições sionistas foram mantidas e as doutrinas antissionistas rejeitadas". Representa esse documento, sem a menor dúvida, um compromisso de honra assumido pelo governo britânico. E a respeito, o testemunho de Lloyd George, então ocupando o cargo de primeiro-ministro, é valioso e irrefutável:

James de Rothschild (filho mais velho do barão Edmond e que se estabelecera na Inglaterra) era favorável, tendo auxiliado grandemente Weizmann em seus contatos político-sociais.

[33] Não deixa de ser uma coincidência curiosa: 2 de novembro de 1898 e 2 de novembro de 1917 – exatamente 19 anos transcorridos desde a malograda entrevista de Herzl com Guilherme II na Palestina.

[34] A referência aos judeus residentes fora da Palestina foi incluída para satisfazer Montagu, ao passo que a relativa às comunidades não judaicas da Palestina foi encaixada por insistência de Lord Curzon.

...não podia haver dúvida sobre o que o Gabinete tinha então em mente. Não era sua ideia que um Estado Judeu fosse imediatamente estabelecido pelo Tratado de Paz... Por outro lado, previa-se que chegado o momento de conceder à Palestina instituições representativas, e havendo os judeus aproveitado a oportunidade que lhes era oferecida para constituir a maioria da população, então a Palestina se tornaria uma Nação Judaica. A ideia de que a imigração judaica tivesse de ser artificialmente restringida para assegurar que os judeus permanecessem permanentemente uma minoria nunca nos passou pela cabeça. Isso seria injusto, uma fraude para com o povo ao qual estávamos apelando.

(E Balfour, indagado alguns meses depois sobre os verdadeiros motivos da Declaração, respondeu: "Tanto o primeiro-ministro quanto eu próprio fomos influenciados por um desejo de dar aos judeus seu justo lugar no mundo; uma grande nação sem um lar, não está certo".).

Os árabes haviam sido devidamente informados das intenções britânicas. Recorramos, mais uma vez, ao depoimento insuspeito de Lloyd George:

Os chefes árabes não fizeram quaisquer objeções à declaração, desde que os direitos árabes fossem respeitados. Comprometemo-nos com a população não judaica da Palestina, que constituía a grande maioria de seus habitantes, bem como com os judeus. Foram estes os resultados das conversações que mantivemos com os líderes árabes com os quais pudemos entrar em contato. Asseguramo-lhes que o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico de modo algum afetaria os direitos civis e religiosos da população geral da Palestina, nem diminuiria a prosperidade geral dessa população. Foram essas as únicas garantias que demos aos árabes.

Todavia, para melhor compreendermos os objetivos mais imediatos visados pelo governo inglês, é necessário fazer uma ligeira referência à situação militar na época. Aquele outono europeu de 1917 apresentava-se para os aliados em cores trágicas: a Romênia esmagada, o exército russo desmoralizado e praticamente fora da guerra, os italianos amargando a derrota de Caporetto, o exército francês sem condições de empreender uma ofensiva em larga escala, a marinha britânica com perdas imensas devido à ação dos submarinos, e ainda nenhuma divisão americana nas frentes de batalha. Em tal conjuntura nenhum apoio, mesmo que apenas moral, podia ser desprezado. Daí o inegável aspecto propagandístico ligado à

Declaração. Churchill foi explícito sobre isso ao declarar na Câmara dos Comuns (cerca de cinco anos depois) que a Declaração Balfour visava obter em todo o mundo, mas particularmente nos Estados Unidos e Rússia, o apoio judaico, tanto moral quanto financeiro. Disse Churchill textualmente: "A Declaração Balfour não deve, portanto, ser encarada como uma promessa feita por motivos sentimentais; foi uma medida prática, tomada no interesse de uma causa comum, num momento em que essa causa não podia deixar de lado nenhum fator de assistência material ou moral".

Havia ainda outra faceta, digna de ser lembrada. Já vimos que também a França tinha pretensões sobre a Palestina, e achavam então os ingleses que as próprias pretensões só teriam a lucrar se ficasse comprovado que a opinião judaica mundial favorecia uma administração britânica para a Palestina. (Outrossim não devemos esquecer que com a queda do governo czarista, em março de 1917, desaparecia uma forte barreira capaz de unir-se à Inglaterra na resistência às ambições francesas.).

Utilizou-se o governo britânico sem demora da Declaração Balfour para seus próprios fins, empreendendo uma extensa campanha de propaganda através de uma recém-criada Seção Judaica do Ministério das Informações. Essa Seção, dirigida por Albert Hyamson (pessoa estreitamente ligada a Weizmann), transmitia notícias para países amigos e neutros, encarregava-se da publicação de um boletim semanal sobre assuntos judaicos (e particularmente questões relativas ao sionismo), e imprimia numerosos folhetos (nos principais idiomas falados pelos judeus), milhares dos quais foram jogados sobre cidades alemãs e austríacas. Suas finalidades foram assim definidas por Hyamson: "Nossa tarefa era principalmente divulgar a Declaração Balfour e explicar e tornar público entre os judeus de todos os países, exceto a Grã-Bretanha, a atitude geral da Grã-Bretanha e do governo britânico em relação às questões de interesse para o judaísmo".

Uma consequência talvez imprevista da Declaração foi que o governo alemão de repente se deu conta de que deixara escapar uma oportunidade. Ainda assim chegou a cogitar, conjuntamente com o governo turco, da formação de uma companhia, com sede em Constantinopla e a ser dirigida por sionistas alemães, que teria o direito de fundar na Palestina estabelecimentos judaicos gozando de uma forma limitada de autonomia, bem como o direito de livre imigração. Mas a esse tempo já metade da

Palestina havia sido ocupada pelas tropas do general Allenby, tudo indicando que cedo a outra metade teria destino idêntico.

Nem a França nem a Itália (ambas naturalmente desejosas de ter voz ativa no futuro da Palestina) receberam com agrado a Declaração Balfour, e não seria fácil conseguir a anuência dos respectivos governos. A França foi a primeira a se manifestar – em carta datada de 14 de fevereiro de 1918 e dirigida a Sokolow, o ministro do Exterior, Stephen Pichon, declarava existir completo acordo entre os governos francês e britânico no que se referia à "questão de um estabelecimento judeu na Palestina". A 9 de maio o embaixador italiano em Londres, marquês Imperiali, cumprindo instruções do ministro do Exterior barão Sidney Sonnino, transmitia, também em carta dirigida a Sokolow, o propósito de seu governo de facilitar o estabelecimento de "um centro nacional judaico" na Palestina. (Observe-se que o endosso dos governos de Paris e Roma, em ambos os casos, foi comunicado a um dirigente sionista e não ao governo britânico.).

Com relação aos Estados Unidos a demora foi ainda maior. Só depois de vencida a tenaz resistência oposta pelo secretário de Estado Robert Lansing, foi que o presidente Wilson, a 31 de agosto de 1918, expressou em carta ao rabino Dr. Stephen Samuel Wise sua satisfação "pelo progresso realizado pelo movimento sionista nos Estados Unidos e nos países aliados desde a Declaração de Mr. Balfour, em nome do Governo Britânico, sobre o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu". (Alguns meses depois, ao receber na Casa Branca uma delegação do American Jewish Congress, diria Wilson; "Já exprimi em ocasião anterior minha aprovação pessoal quanto à declaração do governo britânico relativamente às aspirações e reivindicações do povo judeu sobre a Palestina. Além disso, estou convencido que as nações aliadas, na mais completa conformidade com nosso governo e povo, concordam que na Palestina serão lançadas as bases de uma *Commonwealth*[35] Judaica".).

Vemos pois que, com exceção da Rússia (desde a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918, oficialmente fora da guerra), as principais potências aliadas de um modo ou de outro – e, convenhamos,

[35] No caso, Commonwealth pode ser perfeitamente compreendido como Estado.

com bem pouco entusiasmo – expressaram sua concordância com a Declaração Balfour[36].

No início de 1918 o governo britânico autorizou a ida à Palestina de uma comissão para realizar estudos sobre a aplicação prática da Declaração. Segundo as instruções oficiais, tratava-se de "um corpo consultivo, junto às autoridades britânicas na Palestina, para todas as questões referentes a judeus ou que possam afetar o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu", e entre seus objetivos específicos figuram: servir de elemento de ligação entre as autoridades britânicas e a população judaica, organizar e administrar obras assistenciais, auxiliar a repatriação de pessoas exiladas e a restauração das colônias agrícolas, ajudar as organizações e instituições judaicas a reiniciar suas atividades, investigar os meios de desenvolvimento do país, e estudar a possibilidade de fundação de uma Universidade Judaica.

Deveriam participar dessa comissão representantes judeus dos principais países aliados, mas surgiu logo uma dificuldade em relação aos Estados Unidos. Isso porque o secretário de Estado Lansing se opôs à concessão de passaportes aos sionistas americanos, alegando – a pretexto dos Estados Unidos não se encontrarem em guerra com a Turquia – que a presença deles na Palestina, como representantes de uma organização com objetivos nitidamente políticos, seria embaraçosa. (Não obstante, um judeu americano, Walter Meyer, acabaria seguindo com a comissão, embora não como integrante da mesma.).

Vejamos como a comissão se achava constituída. Representando o judaísmo inglês estavam, entre outros, o Dr. Weizmann (na chefia) e Israel Sieff (secretário). O governo italiano designou um capitão do exército (o Dr. Arton, figura apagada) e o comendador Levi Bianchini (este com uma desconfiança inarredável de tudo que dissesse respeito à Inglaterra e procurando sempre dar relevo aos interesses particulares da Itália). O governo francês enviou um antissionista notório, o professor Sylvain Lévi (presidente da Alliance Israélite Universelle). Como oficiais de ligação com as autoridades militares britânicas seguiram dois parlamentares: o major William Ormsby-Gore[37] e o capitão James de Rothschild.

[36] Em janeiro de 1919 o Japão também endossou publicamente a Declaração Balfour.

[37] Futuro ministro das Colônias. Tinha para com Weizmann (que conhecera à época da Declaração Balfour) uma calorosa admiração pessoal.

Em abril de 1918 chegava a comissão à Palestina, recebendo de parte das autoridades militares uma acolhida bastante fria. Nas áreas já sob seu domínio haviam os ingleses estabelecido, a partir de dezembro de 1917, uma administração militar denominada Occupied Enemy Territory Administration (OETA). Esta decidira ignorar a Declaração Balfour, e muitos dos seus membros demonstravam abertamente sua hostilidade e antipatia pela comissão, procurando de várias maneiras obstruir suas atividades. Assim, para dar apenas um exemplo, opôs-se a OETA energicamente ao lançamento da pedra fundamental da Universidade Hebraica de Jerusalém, cedendo somente após receber ordens determinadas nesse sentido do Foreign Office. (A cerimônia, presidida por Weizmann, realizou-se a 24 de julho de 1918 no Monte Scopus, presentes o general Allenby, representantes dos contingentes franceses e italianos que integravam o exército de libertação e da comunidade judaica, e chefes religiosos das comunidades muçulmana, anglicana, grega e armênia.).

Durante a estadia da comissão na Palestina teve Weizmann ocasião de percorrer o país em companhia do general Allenby. Este, impressionado com o aspecto da paisagem, não se conteve e disse a Weizmann; "Julguei que o senhor fosse uma pessoa sensata. Pensa o senhor realmente que alguém virá se estabelecer neste país?" Respondeu Weizmann: "Bem, general, esperemos mais uns vinte anos e talvez tenhamos oportunidade de encontrar-nos novamente; poderemos então voltar a discutir o assunto"[38].

Em junho de 1918, por sugestão de Allenby, dirigiu-se Weizmann em companhia do major Ormsby-Gore a Akaba, a fim de se encontrar com o emir Feisal, filho de Hussein, o xarife de Meca[39]. Em meio à viagem, porém, Ormsby-Gore foi atacado de disenteria, tendo Weizmann de prosseguir desacompanhado. Weizmann e Feisal mantiveram longa conversa; com um oficial britânico adido às forças xarifianas, o coronel Joyce, servindo de intérprete, expôs Weizmann os benefícios que adviriam aos próprios árabes caso a Palestina fosse intensivamente colonizada pelos judeus. Prometeu Feisal comunicar o teor da conversa a seu pai, consultando-o a respeito. (A esse primeiro encontro seguir-se-iam muitos

[38] Um novo encontro viria de fato a realizar-se, e Allenby mudaria de opinião, declarando-o publicamente.

[39] Hussein e Feisal eram então os mais importantes e autorizados representantes das aspirações árabes de independência. (Feisal tornar-se-ia mais tarde rei do Iraque.).

outros, formando-se entre Weizmann e Feisal um sentimento de amizade que perduraria até a morte deste último em 1933.) Hussein, ao que parece, não fez quaisquer objeções. (É possível que não se mostrando hostis ao sionismo visassem Hussein e Feisal conseguir apoio dos judeus contra os desígnios franceses na Síria.).

Em setembro Weizmann e seu grupo deixaram a Palestina, cercados da mesma frieza com que haviam sido recebidos. A situação continuaria idêntica quando, algum tempo depois, apareceu por lá o juiz Brandeis. Ao pedir a cooperação das autoridades britânicas locais para os esforços sionistas, foi logo desencorajado pelos generais Allenby e Sir Arthur Money, o primeiro declarando peremptoriamente que se os sionistas trouxessem novos imigrantes sem antes extinguir a malária o número de óbitos igualaria o de imigrantes, e o segundo perguntando irônico por que os sionistas desejavam trazer mais judeus à Palestina se os que lá se achavam viviam de esmolas...

Em fins de 1918 Feisal foi a Londres. Publicou o *Times*, em sua edição de 12 de dezembro:

> O emir Feisal, em declaração ontem feita a um representante da Agência Reuter, referindo-se às aspirações sionistas em relação à Palestina, afirmou: "Os dois ramos principais da família semítica, árabes e judeus, compreendem-se mutuamente, e espero que em consequência da troca de ideias na Conferência da Paz, a ser orientada pelos ideais de autodeterminação e nacionalidade, cada nação fará progresso certo em direção à realização de suas aspirações. Os árabes não têm inveja dos judeus sionistas e tencionam tratá-los com justiça".

Menos de um mês depois, a 3 de janeiro de 1919, era assinado na capital britânica o chamado "acordo Feisal-Weizmann", representando Feisal o Reino Árabe do Hedjaz e Weizmann a Organização Sionista. Desse acordo[40] queremos destacar três artigos:

> Art. 1° – O Estado Árabe e a Palestina serão governados, em todos os seus empreendimentos e realizações, pelo mais cordial entendimento e boa vontade, e para tal fim agentes árabes e judeus devidamente credenciados serão estabelecidos e mantidos em seus respectivos territórios.

> Art. 3° – No estabelecimento da Constituição e Administração da Palestina serão adotadas todas as medidas que possibilitem as mais completas garantias para pôr em execução a Declaração do Governo Britânico de 2 de novembro de 1917.

> Art. 4º – Serão tomadas todas as medidas necessárias para estimular e encorajar a imigração em larga escala de judeus na Palestina, e para fixar à terra o mais rapidamente possível os imigrantes judeus por meio de uma colonização mais densa e cultivação intensiva do solo. Ao se tomarem tais medidas, os camponeses e agricultores árabes serão protegidos em seus direitos e auxiliados em seu desenvolvimento econômico.

Num pós-escrito condicionou Feisal seu respeito aos termos do acordo à obtenção de independência para os árabes em diversas regiões do Oriente Médio (conforme, diziam os árabes, lhes fora prometido pelos aliados).

A 18 de janeiro de 1919 inaugurou-se em Paris a Conferência da Paz. Feisal achava-se presente, chefiando a delegação do Hedjaz. Sobre sua atitude em relação à Palestina, escreve o historiador David H. Miller: "A Palestina, por causa do seu caráter universal, ele deixou de lado, para consideração conjunta de todas as partes interessadas. Com essa exceção, pediu ele a independência das áreas enumeradas em seu memorando".

A 13 de fevereiro compareceu perante a Conferência uma delegação síria chefiada por Chekri Ganem, um sírio residente em Paris e representando Le Comité Central Syrien, um grupo nacionalista moderado, patrocinado por Clemenceau. Em extenso discurso pediu Ganem o estabelecimento na Síria de um Estado independente sob proteção francesa. Com relação à Palestina, disse:

> A Palestina é incontestavelmente a parte sul do nosso país. Os sionistas a desejam. Padecemos demais de sofrimentos semelhantes aos deles para não lhes abrirmos as portas da Palestina... Deixai que eles se estabeleçam na Palestina, mas numa Palestina autônoma, ligada à Síria unicamente pelo vínculo da federação.

[40] Segundo Weizmann, participou da elaboração do mesmo o famoso coronel T. E. Lawrence.

(Não havia, contudo, uniformidade de opinião entre os nacionalistas sírios – os mais exaltados exigiam a inclusão pura e simples da Palestina numa Síria independente.).

Nesse mesmo mês de fevereiro, a 27, foram ouvidos os delegados da Organização Sionista. Formavam a delegação: Sokolow, Weizmann, Ussishkin, o poeta André Spire e Sylvain Lévi (ao que parece, já convertido ao sionismo). Defenderam eles os cinco seguintes pontos essenciais: 1) o direito histórico dos judeus em relação à Palestina, e consequentemente o direito de ali reconstituir o seu Lar Nacional; 2) entrega do governo do país à Grã-Bretanha como Potência Mandatária ("a escolha da Grã-Bretanha como Mandatária é pedida sob o fundamento de que este e o desejo dos judeus de todo o mundo, e que a Liga das Nações ao escolher um Mandatário seguirá, na medida do possível, a vontade popular do povo interessado"); 3) a Palestina colocada sob condições políticas, administrativas e econômicas que assegurem o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico e posteriormente tornem possível a criação de um Estado autônomo; 4) promoção da imigração e colonização judaica pela Potência Mandatária em cooperação com um conselho representativo dos judeus da Palestina e do mundo; 5) completa liberdade religiosa na Palestina e nenhuma discriminação entre os habitantes quanto à cidadania e direitos civis por motivos de religião ou raça.

Disse Weizmann que "a solução proposta pela Organização Sionista era a única que com o passar do tempo traria a paz e ao mesmo tempo transformaria a energia judaica numa força construtiva em vez de dissipá-la em tendências destrutivas ou amargura". Após a audiência, o delegado francês André Tardieu declarou que as propostas sionistas haviam sido recebidas com simpatia, e que a França não se oporia a um mandato da Liga das Nações para a Palestina com a Grã-Bretanha como mandatária.

Da delegação sionista fazia parte, como representante dos Estados Unidos, o professor e jurista Dr. Felix Frankfurter. Quis ele conhecer a reação – oficial, podemos dizer – da delegação árabe diante das propostas sionistas; dirigiu-se nesse sentido a Feisal, cuja resposta veio na carta abaixo:

Delegação do Hedjaz

Paris

1º de março de 1919

Caro Mr. Frankfurter,

Desejo aproveitar a oportunidade deste meu primeiro contato com os sionistas americanos para vos dizer o que frequentemente pude declarar ao Dr. Weizmann, tanto na Arábia quanto na Europa.

Árabes e judeus são primos raciais que sofreram opressões análogas nas mãos de potências mais fortes, e por uma feliz coincidência puderam dar conjuntamente os primeiros passos para a consecução dos seus ideais nacionais. Os árabes, especialmente os com instrução, encaram o movimento sionista com a mais profunda simpatia. Nossa delegação aqui em Paris acha-se perfeitamente a par das propostas submetidas pela Organização Sionista à Conferência da Paz, e as consideramos moderadas e justas. No que nos concerne, faremos o máximo para ajudá-los; daremos aos judeus as mais cordiais boas-vindas ao lar.

Com os chefes de vosso movimento, especialmente com o Dr. Weizmann, tivemos – e continuaremos a ter – as mais estreitas relações. Ele tem sido um grande colaborador de nossa causa, e espero que cedo os árabes possam estar em condições de dar aos judeus alguma retribuição por essa gentileza. Estamos trabalhando juntos por um Oriente Próximo reformado e renascido, e nossos dois movimentos se completam reciprocamente. O movimento judaico é nacional, e não imperialista. Nosso movimento é nacional, e não imperialista; há lugar para ambos. De fato, creio que nenhum deles poderá alcançar um verdadeiro sucesso sem o outro.

Indivíduos menos informados e menos responsáveis que os nossos chefes e os vossos, ignorando a necessidade de cooperação entre árabes e sionistas, têm tentado explorar as divergências locais que inevitavelmente devem surgir na Palestina durante as etapas iniciais dos nossos movimentos. Receio que alguns deles hajam deturpado vossos objetivos aos agricultores árabes resultando daí que os partidos nisso interessados pudessem capitalizar o que eles chamam de nossas diferenças.

Quero expressar-vos minha firme convicção de que tais diferenças não são sobre questões de princípio mas sim de detalhes, como necessariamente ocorre em todos os contatos com povos vizinhos, sendo facilmente dissipáveis pela mútua boa vontade. Com uma melhor compreensão quase todas desaparecerão.

Tenho a esperança, e meu povo a tem junto comigo, num futuro em que nós vos auxiliaremos e vós nos auxiliareis, de modo que os países em que estamos mutuamente interessados possam novamente assumir seus encargos na comunidade mundial dos povos civilizados.

Sinceramente,

Feisal.

(Sem desejar, de forma alguma, pôr em dúvida a capacidade epistolar de Feisal, queremos no entanto destacar que no rascunho desta carta, além dele próprio colaboraram Weizmann, Frankfurter, T.E. Lawrence, e o coronel inglês Richard Meinertzhagen...)

A Conferência da Paz tinha, contudo, assuntos mais urgentes a resolver, e adiou por algum tempo qualquer decisão definitiva sobre a Palestina.

A 28 de junho de 1919, quinto aniversário do atentado de Sarajevo, foi assinado o Tratado de Versalhes. Era parte integrante do mesmo o Pacto da Liga das Nações, cujo artigo 22 fazia referência à administração mandatária mas sem mencionar especificamente a Palestina. Esta, por conseguinte, continuou sob administração militar britânica (publicamente acusada por Weizmann de "antissionista e talvez antijudaica"); seu chefe, o general Money, em memorando telegrafado a Londres, aconselhou o governo a simplesmente esquecer a Declaração Balfour.

Já podiam ser notados, a esse tempo, os primeiros sintomas dos futuros distúrbios e atos terroristas provocados por agitadores árabes na Palestina – e as autoridades britânicas nada faziam para reprimi-los (pelo contrário, diz Weizmann, "havia membros da hierarquia oficial que encorajavam os desordeiros").

Uma das primeiras tragédias ocorreria no extremo norte da Palestina, próximo à fronteira síria. Essa região, onde existiam algumas poucas colônias judaicas isoladas, estivera até o início de 1920 ocupada por tropas francesas, que ao se retirarem não foram substituídas por forças britânicas. Isso possibilitou a grande bando armado de beduínos (até canhões possuíam) atacar, no fim de fevereiro, a minúscula localidade de Tel Hai. Aí encontraram a morte, num combate que tinha tanto de heroico quanto de desesperançado, sete colonos, entre eles duas moças e Joseph Trumpeldor (então com 40 anos incompletos). Segundo o relato de seus camaradas, o

veterano de Porto-Arthur e Gallipoli, com o ventre estraçalhado por balas (tinha também um ferimento menor na mão), morreu com um sorriso tênue nos lábios, dizendo: "Não faz mal, amigos; é bom morrer por nosso país". Embora aparentemente uma derrota, Tel Hai foi para os judeus uma vitória moral, pois veio constituir, no dizer de Ben Halpern, "um lendário exemplo positivo de orgulho e autoconfiança"[41]. (E, além disso, a resistência judaica influiu também para a inclusão dessa região – do vale de Huleh – no território da Palestina, isto é, sob mandato britânico.).

Graves incidentes dar-se-iam nos primeiros dias de abril. Tornara-se de conhecimento quase público que os árabes vinham preparando distúrbios a serem deflagrados por ocasião de uma festa religiosa muçulmana (*Nebi Musa*, festa em honra do Profeta Moisés, com grande concentração popular em Jerusalém). As autoridades militares britânicas, apesar de devidamente advertidas. recusaram-se a tomar qualquer medida preventiva (era então governador de Jerusalém Sir Ronald Storrs, virulentamente antissionista).

Na data prevista ocorreu a tragédia, imitação quase perfeita dos pogromes russos – multidões armadas, às vezes acompanhadas por policiais árabes, percorriam as ruas de Jerusalém assaltando quaisquer judeus que encontrassem e gritando "O governo está conosco!". E estava mesmo – os ingleses haviam cercado a cidade para impedir a fuga das vítimas; a milícia judaica, então em organização em Jerusalém, foi impedida de se aproximar do local dos distúrbios, sendo os legionários judeus confinados aos quartéis (os que por acaso já se encontravam em Jerusalém foram recolhidos pela polícia militar britânica). As tropas britânicas só intervieram após todo o dano causado (antes disso, porém, haviam impedido que os judeus se defendessem). Vladimir Jabotinsky, principal organizador da Legião Judaica que combatera ao lado dos ingleses no Oriente Médio, foi preso por haver tentado organizar a defesa de um bairro; "julgado" por um tribunal militar, recebeu a pena de 15 anos de trabalhos forçados! (Posteriormente o general Allenby reduziria a pena para um ano.).

---

[41] Em Tel Hai foi erguido um expressivo monumento à memória de Trumpeldor e seus companheiros caídos: um leão branco, esculpido por Aaron Melnikoff, trata-se do primeiro monumento erguido na Palestina moderna. (A morte de Trumpeldor serviria igualmente de estímulo à organização do exército secreto judeu – a Haganah; Ben-Gurion, contudo, afirma que foi em Tel Hai que a Haganah recebeu seu batismo de fogo.).

O regime vigente era nitidamente o de dois pesos e duas medidas. Haj Amin el-Husseini, de início condenado pelo planejamento dos distúrbios, foi não só perdoado mas até recompensado com sua indicação, pelos britânicos, para o importante, e altamente prestigioso, cargo de mufti[42] de Jerusalém[43].

Os judeus acusaram a Administração Militar, chefiada por Sir Louis J. Bois, de cumplicidade. Sir Louis Bois, por sua vez, escreveu um longo memorando acusando os sionistas. Foi nomeada uma comissão de inquérito para investigar as causas dos distúrbios, mas o resultado da investigação foi mantido em segredo, sob o fundamento de que sua divulgação "não serviria a nenhum propósito útil".

Julgamos oportuno transcrever aqui as afirmações que faz o argelino A. R. Abdel Kader em seu livro *O Conflito Judeu-Árabe*:

> Somente após a guerra terminada e todo o Oriente Próximo ocupado pela Inglaterra e França,... apareceram os primeiros protestos árabes contra o "lar nacional judaico" na Palestina. Essas vozes, que pretendiam elevar-se em nome de todos os povos árabes para proibir à imigração judaica o acesso à Palestina, eram de fato as dos chefes políticos feudais e da burguesia comerciante, todos ligados à Inglaterra... Nenhuma voz popular se encontrava nesse coro feudal árabe repentinamente organizado por um regente mágico.
>
> ...Para a Inglaterra o conflito judeu-árabe era uma necessidade.

Atitudes como as acima referidas por parte das autoridades britânicas só poderiam, obviamente, estimular os agitadores e terroristas árabes. Mas igualmente em consequência disso, alguns líderes da comunidade judaica começaram a pensar seriamente na Haganah (palavra hebraica que significa "defesa") não mais como um grupo de elite (como Rira o Hashomer durante os últimos anos do domínio otomano) mas sim como uma milícia

[42] Mufti: chefe religioso muçulmano.

[43] De acordo com a legislação turca, ainda em vigor na Palestina, deveria o mufti ser escolhido dentre os três candidatos mais votados por uma assembleia de alemãs (teólogos muçulmanos). Apesar da intensa propaganda a seu favor, Haj Amin alcançou apenas o 4º lugar. A Administração, todavia, induziu o candidato colocado em 3º a retirar seu nome, de modo que seu lugar viesse a ser ocupado por Haj Amin, possibilitando assim a indicação deste.

eminentemente popular para fins defensivos. Não era tarefa fácil, pois tudo tinha de ser feito na clandestinidade. Alegavam os ingleses que só a eles cabia manter a lei e a ordem, mas era uma concepção bem estranha de "lei" e "ordem" essa que dava aos árabes ampla liberdade de ação e procurava privar os judeus de qualquer meio de defesa. Diz Moshe Pearlman em seu livro *O Exército de Israel*: "É fato indiscutível que quando os judeus possuíam armas ilegais resistiam com êxito aos ataques. Quando não as tinham eram assassinados".

A 25 de abril de 1920 o Supremo Conselho Aliado, reunido na cidade italiana de San Remo para decidir sobre o destino a ser dado aos territórios desmembrados do Império Otomano[44], concedeu à França os mandatos sobre a Síria e o Líbano, e à Grã-Bretanha os mandatos sobre o Iraque e a Palestina[45]. (A França tentara, em relação à Palestina, uma atitude obstrucionista, procurando também – mas igualmente sem sucesso – obter para si própria concessões relativas aos Lugares Santos.). Na resolução referente à Palestina foi adicionada uma cláusula determinando à Potência Mandatária o cumprimento da Declaração Balfour. Assim, no dizer do Dr. Bernard Joseph, "não pode haver dúvida alguma de que as Potências Aliadas decidiram atribuir o Mandato à Grã-Bretanha sob condição expressa do Mandatário cumprir a Declaração Balfour. A Grã-Bretanha estava perfeitamente ciente disso ao aceitar o Mandato". (E até mesmo um autor antissionista como Pierre Keller reconhece que em decorrência das decisões de San Remo a Grã-Bretanha "ligava sua causa na Palestina à do sionismo".)[46].

Estava desse modo aberto o caminho para a substituição, na Palestina, da administração militar por uma administração civil. Para o cargo de alto-comissário britânico na Palestina foi escolhido um político

[44] Por decisão anterior (30 de janeiro de 1919), o Supremo Conselho Aliado resolvera que o território inimigo conquistado no Oriente Médio (Palestina inclusa) não seria restituído à Turquia.

[45] A Grã-Bretanha chegou a cogitar da entrega do mandato sobre a Palestina aos Estados Unidos, mas foi uma ideia passageira, posta de lado por considerações estratégicas e pelo desinteresse americano. (Por outro lado, a entrega da Palestina à França ou Itália foi sempre considerada pelos ingleses como inadmissível.).

[46] A decisão de confiar à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina foi participada a Weizmann por Lloyd George. Este, após a comunicação oficial, acrescentou: "Agora vocês já receberam o impulso inicial; o resto é com vocês".

liberal, já nosso conhecido: Sir Herbert Samuel. Sua designação foi recebida com satisfação e até com entusiasmo pela quase totalidade dos círculos judaicos. Houve, porém, uma voz discordante, e que infelizmente veio a ser confirmada pelos fatos – a do sionista dissidente Israel Zangwill, que em carta ao *Spectator* escreveu: "A nomeação de Sir Herbert Samuel é apenas um disfarce para o repúdio prático da Declaração Balfour"; achava Zangwill que Sir Herbert Samuel era "demasiado tímido" para a espinhosa tarefa de estabelecer um lar nacional judaico num ambiente já então predominantemente hostil.

A 10 de julho desembarcou em Jaffa, de bordo de um navio de guerra, o primeiro alto-comissário britânico para a Palestina. No dia 7 tomou posse, lendo nessa ocasião uma mensagem do rei Jorge V, da qual queremos destacar o seguinte trecho:

> Sabeis que as Potências Aliadas e Associadas decidiram que sejam adotadas medidas para assegurar o estabelecimento gradual na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu. Tais medidas de maneira alguma afetarão os direitos civis e religiosos ou reduzirão a prosperidade da população geral da Palestina. O Alto-Comissário que nomeei para desempenhar essa missão o fará, estou confiante, com eficiência e todo o coração, esforçando-se por promover de todas as maneiras possíveis o bem-estar e a união de todas as classes e seções entre vós.

Podemos afirmar desde logo que a administração desse judeu inglês (suas possíveis boas intenções à parte) revelar-se-ia bastante infeliz – no afã de não dar margem à mais leve suspeita de parcialidade para com os judeus, caiu no extremo oposto, vindo a tomar várias medidas grandemente prejudiciais aos sionistas. (Isso não impediria a revista *Time* de dizer, noticiando em fevereiro de 1963 o falecimento de Sir Herbert Samuel – ocorrido em Londres aos 92 anos de idade – que "ele pôs de lado seus sentimentos pessoais como judeu, governando árabes e judeus antagônicos com rara justiça e capacidade criadora". Tudo é, evidentemente, uma questão de ponto de vista.).

Outra medida extremamente criticável seria tomada no início de 1921, ao ser a Palestina colocada sob a jurisdição do Colonial Office. Seus membros, com aquela mentalidade característica adquirida pelo hábito de lidar com populações nativas semibárbaras, encaravam a Palestina como simples colônia. A Declaração Balfour era para eles algo de absurdo, de

incompreensível; de um modo geral detestavam os judeus, mormente por quererem estes fazer-lhes ver que não eram selvagens e possuíam uma cultura pelo menos igual à dos burocratas do Colonial Office[47]. O Prof. Dunner explica da seguinte forma essa atitude dos administradores britânicos:

> Não estava no sangue dos homens do Colonial Office cooperar com um grupo altivo de pioneiros judeus na tarefa de construir um lar. Eles gostavam mais dos árabes. Este ao menos se comportavam como "nativos" supostamente deveriam fazê-lo. Sua *jeunesse dorée,* treinada em universidades europeias e americanas, sabia como jogar tênis e beber chá às cinco da tarde. As classes baixas eram simplesmente sufocadas. Do ponto de vista do funcionário colonial, o judeu, que tinha menos tempo para chá e tênis, era um intruso indesejável.

No dia 1º de maio de 1921 um bando árabe, aproveitando-se de um conflito surgido por ocasião de um desfile comemorativo do Dia do Trabalho, atacou o escritório sionista de imigração em Jaffa, matando 13 pessoas[48]. Nas proximidades dessa cidade, o jornalista e escritor Joseph Chaim Brenner (autor de novelas e contos que figuram entre os melhores da literatura hebraica deste século) foi assassinado com toda sua família. Nos seis dias subsequentes os alvos dos ataques árabes foram várias colônias agrícolas, aumentando o número de vítimas para um total calculado em 88 mortos e 238 feridos. Principal providência tomada por Sir Herbert Samuel: mandou suspender a imigração judaica...

Decepções muito maiores, porém, ainda estavam por vir. Mas sobre isso, mais adiante. Interessa-nos agora examinar alguns aspectos relacionados especificamente com o movimento sionista. Vamos, então, retroceder um pouco.

A Declaração Balfour foi, sem dúvida, um estímulo poderoso para o desenvolvimento e ampliação das associações sionistas em quase todas as partes do mundo; o progresso mais sensível, a princípio, foi alcançado na Inglaterra e nos Domínios Britânicos, e em escala apenas um pouco menor

[47] Ao tempo da Segunda Guerra Mundial o parlamentar protestante Lord Wedgwood afirmou perante seus colegas: "Toda a dificuldade na Palestina está em que a Administração não gosta de judeus. Já tivemos 22 anos dessa constante tendência antijudaica".
[48] Com esses incidentes em Jaffa o crescimento de Tel Aviv tomaria um grande impulso.

nos Estados Unidos. Um caso à parte, contudo, era constituído pelos três milhões de judeus que permaneciam na Rússia após a revolução bolchevista de 1917 – completamente isolados das comunidades judaicas de outros países, estavam proibidos de exercer qualquer atividade sionista (o sionismo era considerado um movimento contrarrevolucionário).

Terminada a guerra, convocaram alguns líderes sionistas uma conferência em Londres (fevereiro de 1919). Compareceram delegados de países aliados e neutros, com exceção dos Estados Unidos, ficando decidido estabelecer na capital britânica um Escritório Central da Organização Sionista (o que seria feito em março) para coordenar o desenvolvimento da colonização judaica na Palestina. Pouco depois, em junho, reuniu-se, novamente em Londres, o antigo Comitê Executivo da Organização Sionista, comparecendo dessa vez uma delegação americana chefiada pelo juiz Brandeis e da qual também fazia parte o Dr. Frankfurter. Essas duas reuniões, porém, foram apenas preparatórias para uma conferência bem mais significativa a se realizar no ano seguinte, ainda na capital inglesa.

A Conferência Sionista de 1920 – a mais importante reunião sionista desde 1913 (ano do 11° Congresso) – teve praticamente as funções de um congresso. A inauguração deu-se a 5 de julho, na presença de 250 delegados[49] e sob a presidência honorária do Dr. Max Nordau. O juiz Brandeis foi eleito presidente honorário da Organização Sionista, e o Dr. Weizmann presidente efetivo. Aprovaram-se numerosas resoluções, entre as quais uma afirmando que "no momento em que o povo judeu se prepara para concentrar suas energias na reconstrução do seu lar histórico, ele solenemente declara sua determinação de viver em paz e amigavelmente com a população não judaica". Ficou decidido que a tarefa de regular a imigração na Palestina deveria caber a um Escritório Central de Imigração, a ser instalado naquele país o mais breve possível, estabelecendo-se concomitantemente Escritórios Palestinenses em todos os países capazes de fornecer contingentes de jovens imigrantes. Este – conhecidos pela denominação de halutzim (significando "pioneiros") – deveriam possuir instrução agrícola ou profissional, conhecer o hebraico e estar fisicamente aptos ao árduo trabalho que os aguardava.

[49] Entre eles Ben-Gurion, representando os trabalhadores judeus da Palestina.

Questões financeiras motivaram séria divergência entre delegados norte-americanos e europeus. Achavam o juiz Brandeis e seus liderados que o dinheiro proveniente de doações e contribuições voluntárias deveria ser aplicado unicamente em serviços públicos que interessassem diretamente toda a comunidade (tais como educação, saúde e imigração), excluindo se por conseguinte quaisquer empreendimentos comerciais. Apesar da enérgica posição americana, aprovou a Conferência o estabelecimento de um "fundo de imigração e colonização" denominado Keren Hayesod, destinado tanto ao financiamento de serviços públicos quanto de empresas de natureza comercial[50]. (A ideia básica do Keren Hayesod, devida a Issac Naiditch, era a da autotaxação dos judeus de todo o mundo, de acordo com o capital e a renda de cada um, para a reconstrução da Palestina.).

No dia 12 de julho, como parte integrante da Conferência, realizou-se uma grande reunião pública no Albert Hall. Compareceram cerca de 12 000 pessoas, inclusive figuras destacadas da política britânica como Balfour, Lord Crewe e Lord Robert Cecil. Nessa ocasião Nordau advertiu os judeus sobre o significado real da Declaração Balfour, procurando fazer-lhe ver que não se deveriam deixar levar por um otimismo exagerado, e que muitos esforços seriam ainda necessários para alcançar o objetivo almejado, por tantos erroneamente julgado bem próximo.

O 12° Congresso Sionista – o mais imponente e grandioso dos até então realizados – reuniu-se, na primeira quinzena de setembro de 1921, na cidade balneária tcheca de Karlovy Vary (talvez mais conhecida pelo seu nome alemão: Karlsbad). À solene sessão inaugural compareceu o embaixador britânico em Praga, Sir George Clark, que transmitiu aos presentes uma mensagem de simpatia de seu governo reafirmando os termos da Declaração Balfour[51].

Estavam presentes (Sokolow presidindo) cerca de 450 delegados. Das várias facções políticas em que se dividiam, salientavam-se três grupos

[50] No ano seguinte, em consequência de sua derrota na Convenção Sionista de Cleveland, o grupo de Brandeis se afastaria da direção do sionismo americano. (A presidência da Organização Sionista da América foi assumida por Louis Lipsky, que nela se manteria até 1930.).

[51] Tornou-se praxe, mantida até 1937, o comparecimento de um diplomata britânico às sessões de abertura dos congressos sionistas. Em 1939, porém, não teve mais o governo britânico a audácia de cumprir essa formalidade, que vinha se tornando cada vez mais cínica.

principais: os Sionistas Gerais, partido de centro, tipicamente conservador e burguês; o Mizrachi, partido religioso ortodoxo[52]; e uma coligação de partidos trabalhistas, sensivelmente inclinados para a esquerda.

Além de ratificar decisões tomadas no ano anterior pela Conferência de Londres, aprovou o Congresso novas resoluções relativas ao desenvolvimento da Palestina, inclusive quanto ao estabelecimento de colônias em regiões até então inaproveitadas por serem zonas infestadas de malária. Severas críticas foram feitas a Sir Herbert Samuel por sua atitude complacente para com os agitadores árabes por ocasião dos distúrbios ocorridos quatro meses antes.

Os estatutos da Organização Sionista foram reformados para atender ao seu crescimento. O número de membros do Executivo foi ampliado, passando para um máximo de 15, dos quais alguns deveriam residir em Jerusalém (ficaria assim o movimento com duas sedes – uma em Londres e outra em Jerusalém). O Dr. Weizmann foi reeleito presidente da Organização.

Com as reformas então introduzidas, ficou a Organização aparelhada para as variadas e difíceis funções que lhe caberiam em seus diversos ramos de atividade. Longe estavam, porém, de qualquer previsão dos tremendos obstáculos com que se procuraria ainda barrar seu caminho.

[52]O Mizrachi foi fundado (por sugestão de Herzl) em Vilna, no ano de 1902, pelo rabino Isaac Jacob Reines. Seu objetivo era “perpetuar e desenvolver a vida nacional judaica no espírito da tradição”. Seus adeptos davam grande ênfase ao ritual judaico, à observância do sábado e dos feriados tradicionais, e a um sistema de educação religiosa.

CAPÍTULO 5

A PALESTINA SOB MANDATO (OS PRIMEIROS ANOS)

A atitude de uma nação para com os judeus é a medida de sua maturidade cultural.

MASARYK

No capítulo precedente tivemos oportunidade de referir-nos ligeiramente a Sir Herbert Samuel quanto à sua atuação no território cuja administração lhe fora confiada. Não cometeremos a injustiça de acusá-lo de ter agido sempre intencionalmente em detrimento dos interesses sionistas, mas é indubitável que lhe coube uma não pequena parcela de responsabilidade pelas complicações futuras. Logo de início cometeu um grave erro: manteve no governo, em posições de destaque, vários membros da antiga administração militar (entre eles o governador de Jerusalém, Sir Ronald Storrs), a maioria dos quais não tinha a mínima simpatia pela política que, pelo menos teoricamente, deveriam aplicar.

Mesmo assim, alguma cousa pode ser realizada. Foi estabelecido um Conselho Consultivo, presidido pelo alto-comissário e composto de 22 membros (12 eram de caráter oficial e os 10 restantes estavam assim distribuídos: 4 muçulmanos, 3 cristãos e 3 judeus). O hebraico foi reconhecido com uma das três línguas oficiais do país (em igualdade de condições com o inglês e o árabe). Como órgão representativo oficial dos judeus palestinenses foi eleito em 1920, pela comunidade judaica, o Vaad Leumi (Conselho Nacional). E para dirigir os assuntos religiosos judaicos foi constituído um Conselho Rabínico. (Pela Lei das Comunidades Religiosas, promulgada em 1926, permitir-se-ia ao Vaad Leumi impor taxas

aos seus membros para manutenção das Cortes Rabínicas, educação, empreendimentos assistenciais e outros fins atinentes à comunidade judaica; todavia, tanto a subordinação ao Vaad Leumi quanto às Cortes Rabínicas era voluntária, podendo qualquer judeu ficar excluído das respectivas jurisdições, bastando para isso requerer que seu nome fosse riscado do registro de membros.).

Enquanto isso, quase todo o Oriente Médio fervilhava. Em março de 1920 Feisal fez-se proclamar rei da Síria, mas já alguns meses depois era dali expulso pelos franceses. Para acalmar sua compreensível irritação, deram-lhe os ingleses, como uma espécie de prêmio de consolação, o trono do Iraque antes reservado ao seu irmão Abdullah.

O secretário das Colônias era a esse tempo Winston Churchill. No princípio de 1921 foi ele ao Cairo, para onde convocara uma conferência destinada a estudar a reorganização das defesas imperiais britânicas no Oriente Médio. Durante sua permanência na capital egípcia recebeu a desagradável notícia de que Abdullah, à frente de uma força de guerrilheiros árabes, penetrara em Amã (futura capital da Transjordânia, hoje Jordânia), disposto a "libertar" a Síria e vingar seu irmão. Não desejando os ingleses complicações com a França, e não havendo também nenhum reino árabe disponível, tornava-se mister inventar algo que satisfizesse o ambicioso irmão de Feisal. Por sugestão do coronel Lawrence – mais estranha e controvertida figura da tortuosa política britânica no Oriente Médio – e de acordo com um rápido e quase improvisado arranjo a que não esteve alheio Sir Herbert Samuel, nomeou Churchill sem demora Abdullah "emir da Transjordânia" (isto é, da região da Palestina a leste do rio Jordão).

O que era essa Transjordânia? Inegavelmente nunca fora uma nação no sentido usual da palavra (ou seja, uma região habitada por uma população com história, cultura e instituições próprias). Diz Pierre Keller: "Nada distingue a Transjordânia dos países vizinhos. Seus limites são inteiramente arbitrários". E Walter Clay Lowdermilk classifica-a corno uma "divisão artificial" da Palestina.

Asseguraram os ingleses a Abdullah uma considerável subvenção, impondo-lhe em troca apenas duas condições: não violar a fronteira da Síria e aceitar um conselheiro britânico. Os judeus foram proibidos de

estabelecer-se na Transjordânia[1], e até mesmo de entrar nesse território (os árabes da Transjordânia, porém, poderiam continuar a cruzar livremente a fronteira palestinense).

Com a separação desses dois terços (escassamente povoados) do território que historicamente formava a Palestina, ficavam de súbito as possibilidades de colonização judaica imensamente reduzidas. Mas não tendo sido ainda o mandato oficialmente ratificado pelo Conselho da Liga das Nações, julgaram os sionistas que a separação da Transjordânia fosse uma medida apenas temporária, e embora naturalmente desapontados não opuseram resistência séria. Nisso, porém, estavam completamente enganados – os ingleses já haviam dado início a um longo, constante e sistemático processo de desgaste dos compromissos decorrentes do mandato.

Em maio desse mesmo ano de 1921 – já o vimos no capítulo anterior – ocorreram na Palestina graves distúrbios. Para investigá-los foi nomeada uma comissão de inquérito presidida por Sir Thomas Haycraft, o mais alto magistrado do Judiciário palestinense. O relatório dessa comissão, conhecido como "Haycraft Report", foi divulgado em novembro. Condenava-se a brutalidade dos atacantes, mas ao mesmo tempo insinuava-se que o sionismo constituía o principal obstáculo à pacificação do país. "Causas políticas e econômicas, relacionadas com a imigração judaica" eram consideradas como motivadoras das desordens. As ideias socialistas dos imigrantes eram criticadas (afirmava-se, sem base alguma, que "um grupo agressivo de imigrantes judeus russos estava plantando na Palestina as sementes do comunismo"). Reconhecia-se, contudo, que "o conflito racial fora iniciado pelos árabes", e que "a polícia mostrou-se, com poucas exceções, destreinada e ineficiente, em muitos casos indiferente, e em alguns casos dirigindo ou participando dos atos de violência".

Esse relatório, com sua nítida tendência de culpar os judeus por estarem criando as condições que tornaram possíveis os ataques, serviu de poderoso estímulo aos antissionistas britânicos. Alguns dos mais importantes órgãos da imprensa inglesa, controlados pelos magnatas Lord Northcliffe e Lord Beaverbrook, manifestaram abertamente sua hostilidade

[1] Os ingleses impediram a venda de terras na Transjordânia a judeus mesmo quando Abdullah se mostrou favorável a isso.

ao sionismo. Para Lord Northcliffe os colonos judeus que se haviam estabelecido na Palestina eram quase todos "bolchevistas"; e Lord Beaverbrook exigia o abandono da Palestina pela Grã-Bretanha sob a alegação de que os cidadãos britânicos estavam sendo pesadamente taxados a fim de que alguns judeus da Europa Oriental pudessem oprimir e explorar os árabes palestinenses.

Também no Parlamento ouviram-se vozes favoráveis ao abandono do mandato (de um modo geral pode-se dizer que os conservadores procuraram aproveitar-se da questão para atacar o chefe dos liberais, Lloyd George). Não obstante uma eloquente intervenção pessoal de Balfour, justificando a criação do Lar Nacional Judaico, a Câmara dos Lords aprovou, por 60 contra 29 votos, uma moção para adiar a aceitação do mandato (o que implicaria, na prática, numa revogação da Declaração Balfour). Weizmann, alarmado, correu à procura de Balfour, mas este o tranquilizou, aconselhando-o a não levar aquilo muito a sério: "Que importa que alguns lordes idiotas hajam aprovado tal moção?" Na Câmara dos Comuns, contudo, moção semelhante foi derrotada por grande maioria (292 x 35).

Em junho de 1922, com a Palestina objeto de debates parlamentares, achou o governo britânico que seria conveniente "esclarecer" o assunto. Isso se fez por meio de um Livro Branco, que ficaria conhecido pela denominação de "Churchill White Paper" (Churchill era ainda secretário das Colônias). O documento em questão – que seria comunicado à Liga das Nações pouco antes desta confirmar o mandato – foi, ao que parece, redigido em grande parte por Sir Herbert Samuel, chegado no mês anterior à Inglaterra para "cooperar" mais estreitamente com o Colonial Office, e nele transparecia claramente a intenção de apaziguar os árabes às custas dos judeus. Entre os trechos mais significativos podemos destacar: a afirmação de que o governo britânico não tencionava transformar a Palestina, considerada em seu conjunto, num Estado Judeu ("o Governo de Sua Majestade encara qualquer expectativa dessas como impraticável e não tem em vista tal objetivo"), prevendo-se apenas o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico na Palestina (o que evidentemente poderia significar até mesmo uma pequena parte da Palestina); a exclusão da Transjordânia da área de possíveis atividades sionistas; limitação da imigração judaica de acordo com um vago princípio de "capacidade econômica de absorção": Mas, ao lado dessas restrições, alguns pontos mais positivos, as afirmações

de que a Declaração Balfour "não é suscetível de modificação" e de que o povo judeu estaria na Palestina "por direito e não por tolerância"; a comunidade judaica palestinense era reconhecida como possuindo "características nacionais"; a declaração de que o direito dos judeus imigrarem na Palestina seria restringido somente pela capacidade econômica do país em absorvê-los.

A Organização Sionista foi obrigada a aquiescer com essa nova "interpretação" da Declaração Balfour, pois o governo britânico havia condicionado a isso a confirmação do mandato pela Liga das Nações. É claro que a concordância sionista foi dada com grande relutância, sendo o Churchill White Paper alvo de fortes embora inúteis críticas em quase todo o mundo judaico. (Quanto aos árabes, sua atitude em relação ao mesmo documento foi de completa rejeição.)

Só no mês seguinte, entretanto, propôs Balfour ao Conselho da Liga das Nações, então reunido em Londres, a ratificação do mandato sobre a Palestina. Não obstante uma intervenção de última hora do representante do Vaticano, tentando obter um adiamento da discussão, o Conselho aprovou, por unanimidade, o mandato britânico para a Palestina, juntamente com os mandatos franceses para a Síria e o Líbano. Ficou também decidido que tanto o mandato britânico quanto os franceses entrariam em vigor simultaneamente – isto, contudo, só se daria mais de um ano depois (29 de setembro de 1923), havendo sido a demora ocasionada principalmente por divergências entre a França e a Itália com referência à Síria.

Apresentamos, em apêndice, a tradução integral do texto final e definitivo do Mandato. Por esse documento de capital importância (fruto de longas discussões e negociações que se prolongaram por cerca de três anos) a Declaração Balfour tornou-se uma obrigação internacional, aceita não só pelas principais potências aliadas mas também por todos os Estados-membros da liga das Nações, uma vez que o Conselho tinha poderes para agir em nome deles. Diz o jurista Dr. Bernard Joseph: "Ao adotar ou concordar com a Declaração Balfour, cada Estado-membro estava efetivamente fazendo aos judeus promessa idêntica àquela feita pelo governo britânico na Declaração. Uma quebra dessa promessa seria consequentemente não só a quebra de uma promessa britânica, mas também de uma promessa feita ao povo judeu por quase todas as nações agora membros das Nações Unidas".

Os Estados Unidos, embora não fazendo parte da Liga das Nações, também se associaram, oficialmente, a esse compromisso. A 5 de dezembro de 1921 o Congresso dos Estados Unidos aprovou a seguinte

Resolução Conjunta
Aprovando o estabelecimento na Palestina
de um lar nacional para o povo judeu.

> Resolvido pelo Senado e pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América reunidos em Congresso, que os Estados Unidos da América aprovam o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, ficando claramente entendido que nada se fará que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades cristãs e demais comunidades não judaicas existentes na Palestina, e que os Lugares Santos bem como os edifícios e locais religiosos serão adequadamente protegidos.

(Seguiam-se as assinaturas do presidente da Câmara e do presidente em exercício do Senado.). Com a posterior aprovação pelo presidente dos Estados Unidos ("Aprovado/21 de setembro de 1922/Warren G. Harding".) ficou formalizado o compromisso. Cabe aqui, porém, a observação feita pelo Prof. Carl J. Friedrich: "A resolução de 1922, longe de ser utilizada como pedra fundamental de uma política americana ousada e vigorosa na Palestina, demonstrou ser na realidade o canto de cisne de um período de idealismo internacional que rapidamente chegava ao fim"[2].

Antes de prosseguirmos convém deixar bem claro o verdadeiro significado do mandato perante o Direito Internacional. Isso porque, ao contrário do que se poderia supor, não tinha a Grã-Bretanha, de maneira alguma, o direito de governar o território como bem lhe aprouvesse; não possuía ela a liberdade de ação legalmente assegurada ao proprietário soberano de um território. O Dr. Joseph esclarece perfeitamente o assunto

> A Turquia, de acordo com a prática internacional costumeira após uma guerra, renunciou formalmente à sua soberania e aos seus direitos sobre o território palestinense. A renúncia fazia parte de um tratado entre a Turquia e as principais Potências Aliadas[3]. Em vez de anexar o território, adotaram as Potências Aliadas uma nova prática

[2] A passividade dos Estados Unidos não se limitaria à Palestina, pois fazia parte de uma atitude generalizada de indiferença e isolacionismo em sua política externa.
[3] Tratado de Sèvres (1920), posteriormente substituído pelo de Lausanne (1923).

> em negócios internacionais. Instituíram uma nova maneira de dispor do território, introduzindo uma base constitucional nova para o exercício da autoridade governamental sobre o mesmo – confiaram sua administração a uma das potências, designada Mandatária. Essa Potência Mandatária, em virtude do encargo que lhe era conferido, devia governar e administrar o território, mas não como um Estado soberano impondo sua autoridade sobre um território em virtude do direito de conquista, e sim como um curador com obrigações tanto perante as Potências que lhe conferiam o Mandato quanto perante aqueles em cujo benefício o Mandato fora criado.

Outro autor, M. Furukaki, ao comentar as diferenças entre o antigo sistema colonial e o novo sistema de mandatos, afirma:

> Ocupando ou organizando colônias, as Potências adquiriam direitos sobre os territórios e as populações... Com o mandato não são mais direitos que elas adquirem e sim obrigações que assumem. E essas obrigações são sanciona- das juridicamente. O Mandatário, como tutor, deve prestar contas.

O governo inglês, entretanto, só na aparência (e assim mesmo não por muito tempo) se importava com suas obrigações jurídicas ou morais, agindo na prática conforme seus interesses e conveniências do momento. Logo após a ratificação do mandato pelo Conselho da Liga das Nações, foi instituído na Palestina, por um Order-in-Council,[4] um governo tipo "Colônia da Coroa". O alto-comissário (que se tornava uma espécie de vice-rei em pequena escala) seria o comandante supremo das forças armadas e teria amplos poderes executivos, legislativos e administrativos, limitados somente pelos termos do Mandato (naturalmente sujeito às "interpretações" governamentais), por um Order-in-Council e por instruções do Colonial Office. Para auxiliar o alto-comissário haveria um Conselho Executivo, mas com atribuições apenas consultivas.

Em setembro de 1922 a separação da Transjordânia tornou-se definitiva. Isso em consequência da aprovação, pelo Conselho da Liga das Nações, de um memorando que lhe fora submetido pelo governo britânico e no qual este convidava o Conselho a aprovar uma Resolução que se iniciava

[4] O Order-in-Council era uma forma de legislação habitualmente usada pelo governo britânico no estabelecimento de sua jurisdição em países estrangeiros sobre os quais exercia autoridade: esse Order é emitido por Sua Majestade "em Conselho privado", isto é, não requer aprovação do Parlamento.

com a afirmação de que diversas disposições do Mandato para a Palestina "não se aplicam ao território conhecido pela denominação de Transjordânia". Estava consumado o esbulho.

No ano seguinte encontra-se o governo inglês em mãos dos conservadores, inicialmente com Andrew Bonar Law, e a partir de maio com Stanley Baldwin. Mas em relação à Palestina pouca ou nenhuma influência teriam as mudanças de governo (e isso ocorreria até mesmo com os trabalhistas, nos últimos anos do mandato), mantendo-se os ingleses constantes em sua política de apaziguamento dos extremistas árabes. Assim, em despacho datado de 4 de outubro de 1923, o duque de Devonshire (secretário do Exterior) comunicava a Sir Herbert Samuel a disposição do governo britânico de favorecer o estabelecimento, na Palestina, de uma Agência Árabe "que ocupará uma posição exatamente análoga àquela concedida à Agência Judaica pelo artigo 4 do Mandato, isto é, será reconhecida como um órgão público destinado a aconselhar e cooperar com a administração em questões econômicas, sociais e outras que possam afetar os interesses da população não judaica, e, sujeita ao controle da Administração, auxiliar e participar no desenvolvimento do país".

Uma semana depois era essa proposta transmitida aos líderes árabes por Sir Herbert Samuel. Os árabes, porém, rejeitaram-na prontamente; um de seus porta-vozes, em carta ao alto-comissário, afirmou: "O objetivo dos habitantes árabes da Palestina não é uma Agência Árabe análoga à Agência Sionista. Seu único objetivo é a independência. Os árabes, donos do país, não podem aceitar uma proposta que tende a colocá-los em pé de igualdade com judeus estrangeiros."

Em fins de 1924 teve a Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações o seu primeiro contato oficial com o caso da Palestina. De acordo com as estipulações do Mandato, cabia-lhe examinar o relatório que o Mandatário era obrigado a apresentar anualmente. Todavia, nesse primeiro relatório, nada de especial a destacar.

Chegamos assim a 1925, ano que assinala o ponto alto no desenvolvimento da coletividade judaica palestinense na primeira década de dominação britânica. Nesse ano a imigração judaica atingiu um total de aproximadamente 34 000, cifra quase igual à alcançada em todo o período 1840-1900. A 1° de abril desse mesmo ano um grande acontecimento cultural: a inauguração, no monte Scopus (Jerusalém), da Universidade

Hebraica, em solene cerimônia presidida por Lord Balfour e na presença de 7 000 pessoas, entre as quais Sir Herbert Samuel, Weizmann, Lord Allenby e o Prof. Rappard (secretário-perpétuo da Comissão de Mandatos). De várias partes do mundo chegaram mensagens congratulatórias, e em Paris, na mesma data, realizou-se uma cerimônia especial presidida pelo político e jornalista Léon Blum e pelo matemático Paul Painlevé[5].

Em junho chegou ao fim a administração de Sir Herbert Samuel. No "Relatório do Alto-Comissário sobre a Administração da Palestina, 1920-25" passou ele em revista as realizações dos seus cinco anos de governo, chamando especialmente a atenção para os itens seguintes: pacificação gradual do país; melhoria nas condições de segurança pública; compra pelo governo da estrada de ferro Jaffa-Jerusalém; melhoramentos nos serviços portuários, telégrafos e telefônicos; incremento do comércio; progresso nas condições de saúde pública; abertura de cerca de 200 escolas para árabes. Declarava ainda Sir Herbert Samuel que os trabalhos de fornecimento de energia elétrica – realizados, por concessão governamental, pelo engenheiro judeu Pinchas Rutenberg[6] – vieram beneficiar grandemente todo o país.

No que se referia especificamente ao Lar Nacional Judaico, não escondia o alto-comissário os consideráveis progressos já alcançados, destacando, de modo especial, o aumento da população judaica do país, que passara de 55.000 em fins de 1918 para 103.000 (no concernente à população urbana em particular, Tel Aviv passou de 2.000 para 30 000, e Haifa de 2.000 para 8.000 judeus). Reconheceu, porém, que "o sistema escolar, tal como se encontra, deixa praticamente todo o peso da educação da população infantil judaica sobre os ombros dos próprios judeus, além da contribuição que estes fazem, através do pagamento de impostos, ao sistema governamental de escolas árabes" (a isso, contudo, não faziam os judeus grandes objeções, pois estavam dispostos a sacrificar o possível subsídio governamental em troca de completa autonomia no seu sistema

[5] A Universidade Hebraica permaneceria no Monte Scopus até 1948, quando (ao tempo da guerra da independência) aquele local se tornou inacessível. Passou então a funcionar, precariamente, em prédios alugados em várias partes de Jerusalém, até que, em 1954, se iniciou em ritmo acelerado a construção das novas instalações da Universidade em Givat Ram (na orla oeste de Jerusalém), para ali se transferindo gradativamente as diversas seções da instituição.

[6] Rutenberg, natural da Rússia, emigrara dali após a queda de Kerensky, com cujo regime estivera associado.

educacional). Adiante afirmava Sir Herbert Samuel: "A edificação do Lar Nacional não tem sido obra de um governo, não é uma construção artificial de leis e iniciativas oficiais. É o resultado da energia e do arrojo do próprio povo judeu".

Um outro relatório – este preparado pelo Executivo da Organização Sionista – foi apresentado ao 14° Congresso Sionista (Viena, 1925). Continha vastos elogios a Sir Herbert Samuel – declarava-se que ele se desincumbira da sua tarefa histórica com dignidade e distinção, e expressava-se o "profundo reconhecimento pela paciência e cortesia com que suas representações foram invariavelmente recebidas, pela séria e simpática consideração que sempre lhes concedera, e, acima de tudo, por sua nunca esmorecida devoção ao bem-estar da Palestina e seu povo". Completa discordância com tais louvores foi, contudo, manifestada por Ben-Gurion. No discurso que proferiu (aliás recebido de maneira bastante hostil) disse, referindo-se a Sir Herbert Samuel:

> À sua chegada o encarávamos reverentemente. De que modo nos ajudou? Que foi que ele nos deu, a não ser Haj Amin Husseini como mufti de Jerusalém e o Churchill White Paper? Samuel relatou uma descoberta do seu governo, a descoberta de que os judeus estão construindo sozinhos o seu Lar Nacional. É, para isso que tivemos um alto-comissário, para afirmar o óbvio? Lembrem-se de que a Palestina não existe num vácuo. *Nós* não podemos alterar a estrutura política e econômica em que o país se encontra preso. Tínhamos direito a alguma ajuda do Mandatário, mas este em vez de aplainar nossas dificuldades tornou-as infinitamente mais graves.

O próprio Executivo Sionista, porém, tinha algumas restrições a fazer (chamava-as, diplomaticamente, de "diferenças ocasionais de opinião"), das quais a mais importante se referia ao não cumprimento do artigo 6 do Mandato (encorajamento da "colonização intensiva pelos judeus das terras do país, inclusive as terras do Estado e as inaproveitadas desnecessárias aos serviços públicos"). A propósito, um exemplo bem significativo: entre o extremo sul do lago Kinneret e a localidade de Beisan existia uma grande área (mais de 100.000 acres), em sua maior parte pantanosa, e da qual praticamente tudo fora vendido – por preço muito baixo e prazo de 15 anos – aos árabes, muitos dos quais não tardaram a revender seus terrenos aos

judeus, naturalmente por preços bem mais elevados[7]. (Ao ser essa questão discutida em 1926 na Comissão Permanente de Mandatos, o representante britânico, coronel Symes. reconheceu que a transação fora feita sob pressão política e que "sob um ponto de vista econômico poderia ser criticada desfavoravelmente".).

Para substituir Sir Herbert Samuel foi escolhido o marechal Lord Plumer, ex-governador de Malta. Essa nomeação causou desapontamento em alguns círculos judaicos, que esperavam fosse o cargo novamente entregue a um judeu (e além disso, o fato do novo alto-comissário ser militar provocara, mui compreensivelmente, certo receio e desconfiança). No entanto, revelou-se Lord Plumer um administrador notável – os estudiosos do período são unânimes em destacar sua eficiência e imparcialidade – ultrapassando as expectativas mais otimistas. Apolítico, interessado sobretudo no progresso econômico e desenvolvimento agrícola do país, deu à Palestina um governo verdadeiramente exemplar. Dele diria Ben-Gurion: "Não foi pró-judeus, nem pró-árabes, mas apenas pró-dever; executou sua tarefa como soldado íntegro, com simplicidade e honestidade, sem temores ou favores". Não obstante sua idade avançada (contava cerca de 70 anos), demonstrou Lord Plumer extraordinária energia diante dos intuitos de agitação e perturbação dos árabes, de modo tal que eles se mantiveram durante todo o tempo de sua administração numa atitude moderada e calma. Certa ocasião foi Lord Plumer procurado por uma delegação árabe – veio ela protestar contra uma cerimônia pública em que a bandeira das tropas judaicas que combateram na Palestina em 1918 seria transportada até uma sinagoga para ser ali solenemente depositada; disseram os árabes que não se responsabilizariam pela ordem pública se essa cerimônia se realizasse, ao que o alto-comissário imediatamente retrucou que jamais esperara fossem eles os responsáveis, pois ele próprio assumia total responsabilidade pela manutenção da ordem. (Será preciso acrescentar que tudo transcorreu na maior tranquilidade?) Infenso às intrigas políticas, declarou a funcionários da Administração que costumavam entregar a Sir Herbert Samuel relatórios sobre a "situação política" da Palestina não querer saber de tais relatórios, aduzindo: "Não existe nenhuma situação política; portanto não a criem".

---

[7] Do Relatório da Palestine Royal Commission (1937): "Não foi levado em consideração o possível desenvolvimento, e foram dadas aos árabes condições indevidamente generosas".

Lord Plumer esteve à frente do governo palestinense durante aproximadamente três anos. Vejamos, sucintamente, o que ocorreu neles de mais significativo do ponto de vista da administração pública. Em fins de 1925 foi publicado, entrando logo em vigor, o Citizenship Order-in-Council, que regulava a aquisição da nacionalidade palestina. Estabelecia essa lei que poderiam adquirir a cidadania palestinense todos aqueles que residissem no país há mais de dois anos, conhecessem um dos idiomas oficiais e tencionassem continuar na Palestina em caráter permanente. Em 1926 foi promulgada uma lei referente a eleições municipais, estipulando que só cidadãos palestinenses – mediante pagamento de certas taxas – poderiam votar ou ser eleitos[8]. Desenvolveu-se grandemente a produção agrícola, e em especial a cultura de frutas cítricas. Sobremaneira interessado pelo bem-estar da população, tomou Lord Plumer medidas para pagamentos de indenizações por acidentes de trabalho e de proteção a mulheres e crianças empregadas na indústria. Em 1927 procurou reduzir o desemprego ordenando a construção de estradas e a drenagem de pântanos, e quando a cidade de Tel Aviv se viu ameaçada por uma crise econômica concedeu-lhe um empréstimo governamental. Sua única medida criticável – e mesmo assim compreensível, pois seu governo transcorreu em completa calma – foi a redução das forças policiais, o que levou a Comissão Permanente de Mandatos, em sua 9ª Reunião (1926), a advertir o governo britânico quanto ao "perigo de não manter forças locais adequadas".

Em 1928 foi Lord Plumer substituído por outro militar, Sir John Chancellor (ex-governador das ilhas Mauritius e Trinidad, e da Rodésia do Sul). Diante dos ótimos resultados obtidos pela Administração anterior, grandes esperanças eram depositadas no novo alto-comissário – não só por sua formação profissional idêntica à de Lord Plumer como também devido à sua larga experiência como administrador.

Iniciado sob tão bons auspícios, o governo de Sir John Chancellor ficaria, entretanto, muito aquém da expectativa, e já em agosto de 1929 ver-se-ia manchado por sangrentos distúrbios, dos quais trataremos adiante.

[8] As primeiras eleições para conselhos municipais realizaram-se em 1928.

CAPÍTULO 6

O DESENVOLVIMENTO DO LAR NACIONAL JUDAICO (ATÉ 1929)

O verdadeiro milagre da Palestina é o judeu que conhece o trabalho do pomar e do jardim, do campo e do vinhedo, da pedreira e do porto, da água e da energia, da fábrica e da oficina, da estrada e do atalho. Essa espécie de judeu a Diáspora nunca produziu.

Ben-Gurion

Embora à custa de interrupção na sequência narrativa da obra, julgamos perfeitamente justificável a inclusão deste capítulo. O Estado Judeu não surgiu do vácuo; não foi (como a Transjordânia) uma criação artificial e arbitrária. Mais de um quarto de século antes da independência já seus alicerces se encontravam firmemente lançados. E a evolução, não obstante obstáculos e empecilhos de toda espécie, veio se mantendo constante. Neste sexto capítulo procuraremos dar uma ideia – ainda que pálida, pois necessariamente resumida – dessa evolução, caminho lógico que conduziu, ao lado de uma atividade política também incansável, à libertação nacional.

Os esforços principais concentraram-se na agricultura, o que não é de causar admiração uma vez que o cultivo do solo constituía um dos fundamentos do Lar Nacional. No estabelecimento de novas colônias agrícolas destacou-se, além da própria Organização Sionista, a Palestine Jewish Colonization Association, então sob a presidência de James de

Rothschild. Foi igualmente essa instituição a pioneira na perfuração de poços para fins de irrigação, devendo-se-lhe também numerosas e extensas plantações de eucaliptos bem como grandes obras de drenagem, que muito contribuíram para a melhoria das condições de saúde pública (realmente assustadoras, pois, segundo depoimentos da época, a malária e a febre amarela eram em certas partes do país tão comuns quanto um simples resfriado).

O desenvolvimento agrícola mais notável ocorreu no cultivo de frutas cítricas – laranjas, limões, toronjas – que se tornaram em bem pouco tempo o principal produto de exportação[1]. Cultivavam-se também outras frutas, e legumes, havendo ainda criação de gado e avicultura, tudo de acordo com os processos mais modernos.

Entre os diversos tipos de colônias agrícolas então fundadas merece especial destaque a que se chamou kvutzah (palavra hebraica significando "grupo")[2]. Era a kvutzah – já tivemos ocasião de mencioná-lo no capítulo III – propriedade coletiva do grupo nela estabelecido, regendo-se todas as suas atividades por princípios coletivistas. O trabalho é dividido entre os membros, que não recebem qualquer salário. Afirma o Dr. Henrik F. Infield, grande autoridade em cooperativismo; "O impulso que criou a kvutzah e expandiu o número de seus membros num ritmo cada vez maior é o sentido de uma missão histórica. Esta missão acha-se implícita no sionismo... O sentido de missão histórica deu ao trabalho uma beleza ética". É importante notar que os membros de uma kvutzah se estabeleciam na mesma por sua livre e espontânea vontade, sem qualquer espécie de pressão externa.

Será sem dúvida interessante uma descrição, mesmo sumária, do modo de vida nessas colônias, tão bem qualificadas pelo sociólogo francês Georges Friedmann como constituindo "ao mesmo tempo a mais audaciosa incursão lançada pelo homem rumo à utopia social e a contribuição específica dos judeus à realização dos ideais comunitários". Refeições feitas em comum em amplo refeitório. Para os solteiros dormitórios coletivos, casados com direito a quarto separado (crianças pequenas juntas num dormitório infantil). As colônias maiores com escolas próprias. Em todas.

[1] Em 1927 a exportação de frutas cítricas já representava 43% das exportações totais do país (essa percentagem elevar-se-ia para 56% em 1931 e 74% em 1935).

[2] Da kvutzah se derivou, por ampliação, o já tão conhecido kibbutz.

porém, uma sala para reuniões ou recreação (muitas vezes era o próprio refeitório), onde se realizavam frequentes conferências e concertos, e uma biblioteca. A Assembleia Geral (composta por todos os membros da kvutzah) planeja um esboço geral dos trabalhos a serem realizados, e um Comitê de Atribuição de Trabalho (comumente formado por cinco membros eleitos anualmente) designa as tarefas diárias a serem cumpridas individualmente.

Cada membro, em troca de seu trabalho, recebe não só alimentos, roupa e abrigo, mas também recreação, assistência médica, educação para si próprio e seus filhos, e cuidados para seus pais. Isso tudo distribuído exclusivamente de acordo com o que haja disponível, independente da quantidade e qualidade do trabalho realizado individualmente. Fica assim a todos assegurada a subsistência numa base que exclui qualquer espécie de concorrência. Com tal sistema as preocupações econômicas deixam de ser preocupações individuais para se tornarem preocupações coletivas, ficando grandemente estimulada a responsabilidade social. Diz o Dr. Infield: "O senso dessa responsabilidade influencia profundamente a vida da kvutzah. Determina a atitude dos membros quanto a deveres e privilégios. É a base da escala de valores sociais". E ainda: "Até mesmo um baixo nível de vida será melhor aceito quando não implica em fracasso pessoal ou inferioridade".

É óbvio, contudo, que esse modo de vida – inteiramente voluntário, convém não esquecer – exige uma série de atributos incomuns (autodisciplina rigorosa, desprezo por vantagens pessoais, tolerância mútua, etc.). Diante da dificuldade de adaptação sentida, muito compreensivelmente, por não poucos colonos, criou-se um novo tipo de colônia agrícola, denominado moshav, representando um meio-termo entre a propriedade privada e a colônia coletiva. No moshav cada colono possui um pequeno terreno (o suficiente para ser cultivado por uma família) com uma pequena casa; os colonos, porém, colaboram entre si, as compras e vendas são feitas em conjunto, e como na kvutzah não existe trabalho assalariado[3].

A importantíssima tarefa de reflorestamento, imprescindível para deter a erosão, foi empreendida com afinco pelo Fundo Judaico, que

[3] O primeiro moshav foi o de Nahalal (fundado em zona pantanosa próxima de Nazaré em setembro de 1921), logo seguido por muitos outros.

promoveu o plantio de centenas de milhares de árvores em áreas até então destituídas de vegetação. (Coube também ao Fundo Nacional Judaico popularizar o tão belo quanto útil hábito – ainda hoje em grande uso em Israel – do plantio de bosques como homenagem a vultos ilustres ou beneméritos.).

Para a indústria muito contribuiu a vinda de milhares de imigrantes judeus das mais variadas profissões. Antes da moderna recolonização judaica da Palestina não havia ali nenhuma indústria digna desse nome. Existiam apenas, e mesmo assim sob forma bastante rudimentar, algumas velhas fábricas de sabão em Nablus e uns poucos moinhos de trigo em Jaffa e Haifa, além de produção de vinho e fabricação de artigos religiosos. Comenta o Dr. Lowdermilk:

> A tarefa de criar indústrias modernas na Palestina não era menos formidável que a de introduzir ali uma agricultura em suas terras velhas e desgastadas. Um mercado interno extremamente limitado, condições anormais de crédito, ausência de proteção tarifária e muitas outras desvantagens sérias tiveram de ser superadas. Também não havia o desenvolvimento de um século de artes e ofícios como o que precedera e estimulara o crescimento da indústria moderna na Inglaterra, França e Alemanha. Na falta dessa tradição técnica países novos como a Austrália e a Argentina receberam para suas indústrias apoio governamental – mas tal auxílio tem faltado quase inteiramente na Palestina.

As construções tomaram forte impulso com o rápido cresci- mento da população judaica nas quatro principais cidades palestinenses – Jerusalém, Jaffa, Haifa e Tel Aviv, especialmente nesta última, cuja população em 1929 já atingia a 40.000 habitantes.

Em 1926 realizou o Executivo Sionista um censo das indústrias judaicas na Palestina. Ficou então constatada a existência de 558 estabelecimentos empregando 5.700 indivíduos, e abrangendo as seguintes categorias principais: materiais de construção (pedreiras, cimento, tijolos, ladrilhos), tecidos, couros, madeiras, indústrias químicas (sabão, fósforo, tintas, fertilizantes, etc.), papel, indústrias metalúrgicas, e indústrias alimentícias (moinhos, panificações, óleos comestíveis, laticínios, conservas, etc.). Fora dessas categorias havia ainda fábricas diversas, como de cigarros, dentes artificiais e guarda-chuvas. Dentre elas merece especial destaque a fábrica de dentes artificiais, estabelecida no ano de 1926 em Tel

Aviv por um judeu americano; os seus produtos, de excelente qualidade, eram exportados principalmente para a Grã-Bretanha (o valor dessa exportação – que em 1927 já era de 1.000 libras – foi crescendo de ano para ano, e em 1931 já ultrapassava 16.000 libras)[4].

Não podemos deixar de mencionar aqui o muito que se fazia em matéria de assistência a trabalhadores. A Organização Sionista tinha um Departamento Trabalhista entre cujas atribuições figuravam: conseguir emprego para trabalhadores de acordo com a especialidade de cada um; organizar centros de aprendizagem industrial; conceder empréstimos para construção de casas. Mas papel de muito maior relevo seria desempenhado pela Histadrut (abreviação do nome hebraico para Federação Geral dos Trabalhadores Judeus na Palestina), merecedora por isso de exame mais minucioso.

Foi a Histadrut fundada, em novembro de 1920, por ocasião de uma assembleia de trabalhadores realizada em Haifa. Contando inicialmente com cerca de 4.000 membros, expandiu-se rapidamente – em 1923 o número de seus membros totalizava 8 394, e em 1927 já atingia a 22 538[5]. Suas finalidades foram assim definidas por Ben-Gurion:

> Nossa tarefa não é apenas organizar o trabalhador, mas criá-lo, treiná-lo, e trazê-lo ao país. Esforçamo-nos não só por melhorar as condições de trabalho, mas também para procurar e multiplicar as oportunidades de trabalho e possibilidades de imigração. Nosso objetivo é não só melhorar a ordem econômica vigente mas também construir na agricultura e indústria uma economia inteiramente nova. Devemos não só tornar o trabalhador um fator ativo na vida cultural e espiritual da nação, mas também criar uma nova literatura e arte. Devemos não só obter e defender seus direitos políticos, mas também estabelecer as bases de uma comunidade livre e moldar a sociedade que nela se desenvolver. A Histadrut é na concepção, essência e estrutura o instrumento dos trabalhadores para a fundação de um Estado, para a construção de um país, para a libertação de um povo.

[4] Um novo censo, realizado quatro anos depois, revelaria que o número de estabelecimentos industriais judaicos urbanos quadruplicara, totalizando 2.274 estabelecimentos empregando quase 10.000 pessoas.

[5] Em 1938 o número de membros da Histadrut já totalizava cerca de 104.000, o que correspondia a aproximadamente 25% da população judaica da Palestina. (Após a independência a Histadrut continuaria crescendo: em 1963 compreendia, famílias inclusas, perto de 1.500.000, ou seja, aproximadamente 3/4 da população judaica do país.).

Estabeleciam as condições de admissão que poderia ser membro da Histadrut qualquer judeu – homem ou mulher – com idade acima de 17 anos, que vivesse de seu trabalho e não explorasse outro indivíduo. (Na convenção que a Histadrut realizou em 1927 em Tel Aviv ficou decidida a criação de uma seção árabe.). Os estatutos da Histadrut mencionavam especificamente, entre outras, as seguintes atividades: organização sindical (todos os membros da federação eram ao mesmo tempo membros dos seus respectivos sindicatos); assistência médica; cooperativas agrícolas, industriais e de consumo; desenvolvimento das fazendas coletivas; estímulo à imigração de trabalhadores; colaboração com o movimento halutziano (isto é, de pioneiros, colonos) no exterior: recepção de imigrantes e arranjo de emprego para os mesmos; difusão da língua hebraica e de atividades culturais em geral entre os trabalhadores; publicação de jornais e periódicos; manutenção de relações amistosas com os trabalhadores árabes da Palestina.

A respeito desse tão imenso quanto grandioso programa, comentou o Prof. Benjamin Shwadran (da Universidade Hebraica Jerusalém):

> A combinação desses variados propósitos tem apresentado problemas peculiares e tem levado a situações paradoxais. Em outros países as federações trabalhistas têm por objetivo proteger a classe existente de assalariados contra os empregadores. Na Palestina, teve muitas vezes a Histadrut de auxiliar a criar a classe trabalhadora cujos interesses iria depois defender, tendo por isso de assumir frequentemente a função de *entrepreneur.* Tinha de fixar salários, e lutar por eles. Em outros países as federações trabalhistas opõem-se em geral à imigração; na Palestina, devido à sua função de instrumento de construção nacional, deu a Histadrut sempre o mais forte apoio a uma vasta imigração judaica. Em suas relações com os árabes, não só por causa de sua ideologia socialista como também devido ao desejo de evitar a concorrência de mão de obra barata, visava elevar seus níveis de vida e salários. Empreenderam-se atividades organizadoras entre os trabalhadores árabes; ao mesmo tempo, para assegurar mais lugares aos imigrantes judeus, promoveu a Histadrut uma política de empregar somente judeus nos empreendimentos judaicos.

De muitas outras maneiras, porém, salientava-se ainda a Histadrut, quer preparando trabalhadores judeus para profissões que em outros países lhes eram estranhas (transporte marítimo, pesca, extração mineral), quer criando uma rede de associações de empréstimos a trabalhadores. Graças à

sua influência foi instituída na Palestina uma legislação trabalhista. De grande importância eram também as atividades culturais da Histadrut, entre as quais sobressaíam a educação infantil, a educação da juventude operária, e a elevação do nível cultural dos adultos.

Mantinha a Histadrut, de acordo com os seus estatutos, várias organizações, dentre as quais o primeiro lugar cabe indiscutivelmente à Kupat Holim (que poderíamos traduzir como Fundo de Auxílio-Enfermidade). Essa instituição, estendendo-se por todo o país, fornecia gratuitamente aos membros da Histadrut assistência médica e remédios, além de auxílio financeiro aos doentes; mantinha hospitais (com internação e cirurgia a preços reduzidos), ambulatórios, clínicas dentárias, serviços de raios-X e postos de puericultura. Seus fundos provinham tanto dos empregados quanto dos empregadores, e em parte também da Organização Sionista. Além da Kupat Holim, podem ser citadas: a Solei Boneh – cooperativa para construções (principalmente de obras públicas) e estabelecimento de indústrias[6]; a Hamashbir – cooperativa dos consumidores; a Tnuva – cooperativa destinada à venda dos produtos (agrícolas e de laticínios) das fazendas coletivas. Em 1925 organizou a Histadrut uma companhia dramática, a Ohel (significando "tenda", nome apropriado, pois tratava-se de um teatro ambulante); no mesmo ano começou a ser publicado o jornal trabalhista *Davar* (Palavra), ainda hoje um dos mais importantes e influentes do país, sendo mesmo, dentre os matutinos, o de maior circulação. E finalmente uma grande associação esportiva: a Hapoel.

Um empreendimento industrial de vulto foi a Palestine Electric Corporation, fundada em 1923 por iniciativa do engenheiro Pinchas Rutenberg. Outros empreendimentos, igualmente merecedores de menção: a Cia. de Cimento Nesher, perto de Haifa, com uma capacidade de produção anual de 120.000 toneladas (suficiente para suprir a maior parte das necessidades de então do país), e que deve sua existência ao capitalista russo Michel Pollack: a Fábrica de Óleo Shemen, em Haifa, produtora de óleos comestíveis, sabonetes e perfumes; os Grands Moulins de Palestine, constituídos por três moinhos, também em Haifa, que foram estabelecidos

[6] Devido à administração deficiente e certa precipitação nas obras empreendidas (causada pelo desejo de conseguir imediatamente trabalho para os imigrantes), a Solei Boneh faliu em 1927; restabelecida em 1934, funciona desde então com pleno êxito.

pela Palestine Jewish Colonization Association e tinham uma capacidade de produção diária de 50 toneladas de farinha. A indústria do vinho – originalmente estabelecida por iniciativa do barão Edmond de Rothschild e depois transferida para os próprios colonos – achava-se concentrada na Cooperativa dos Vinicultores de Rishon-le-Zion e Zikhron Yaakov, com uma produção anual de aproximadamente 40.000 hectolitros de vinho (havia também produção de suco de uvas concentrado e destilação de álcool extraído de uvas). Também em grande parte promovido por judeus foi o desenvolvimento dos transportes rodoviários (principalmente ônibus e caminhões).

Para a expansão do comércio muito concorreram os estabelecimentos bancários judaicos, entre os quais se destacava o Anglo-Palestine Bank. Tanto as importações (constituídas principalmente por artigos que serviam ao desenvolvimento da capacidade produtora do país, tais como maquinaria industrial, fertilizantes e madeira para encaixotamento de frutas) como as exportações, sobretudo estas, iam crescendo, mas era ainda considerável o excesso das importações sobre as exportações (em 1930 respectivamente 7.000.000 e 2.000.000 de libras). Essa balança comercial desfavorável era, contudo, compensada de maneiras várias: pelo capital trazido por imigrantes; pela renda dos investimentos que alguns imigrantes possuíam em seus países de origem; pelo dinheiro despendido por turistas e peregrinos; pelo dinheiro recebido por organizações religiosas, orfanatos e hospitais; pela renda de diversos órgãos sionistas. (Calcula-se que na década 1919-1929 o capital trazido à Palestina apenas por judeus totalizava 40.000.000 de libras.). Cumpre observar, porém, que a política tarifária governamental não favorecia o desenvolvimento nem da indústria nem do comércio exportador, pois a tarifa alfandegária da Palestina era das mais baixas do mundo.

Uma instituição de algum modo semelhante à Kupat Holim era a Organização Médica Hadassah, mantida pela Hadassah (Organização Sionista Feminina Americana)[7]. Iniciando seu trabalho na Palestina em

[7] Uma judia americana, Henrietta Szold, foi a principal fundadora da Hadassah. Professora, exercendo também atividades editoriais, dedicava-se ainda à assistência social e à americanização dos imigrantes judeus nos Estados Unidos. Contando quase 50 anos de idade realizou sua primeira viagem à Palestina, ficando estarrecida diante da miséria e das doenças que encontrou. Surgiu daí a ideia de instalar um sistema de enfermagem distrital, ideia essa que deu origem à fundação da Hadassah. Aos 75 anos, na época do nazismo, dirigiu

1918, expandiu-se grandemente, depois de reorganizada, a partir de 1921. Seu campo de atividades, muito amplo, compreendia; manutenção de cinco hospitais (em Jerusalém, Tel Aviv, Haifa, Tiberíade e Safed), com clínicas, farmácias e laboratórios anexos; um serviço médico rural abrangendo mais de 50 colônias; uma escola de enfermagem em Jerusalém; o Centro de Saúde Straus (assim chamado porque seus edifícios foram custeados por uma doação feita pelo filantropo americano Nathan Straus), inaugurado em 1929 em Jerusalém e destinado principalmente a serviços sanitários preventivos e à divulgação de informações sanitárias, inclusive sobre nutrição e higiene mental; postos de puericultura (17 em 1927); cursos práticos de higiene e nutrição em escolas; e administração de parques de recreação. Importante papel foi também desempenhado pela Hadassah no combate ao tracoma e à malária, as duas endemias principais do país. Deve-se salientar que, desde o início de suas atividades, os hospitais e clínicas da Hadassah se achavam abertos a todos, sem distinção de raça ou credo (tanto assim que o nome completo do Centro de Saúde Straus era Centro de Saúde Nathan e Lina Straus para Todas as Raças e Credos).

Pouco antes do término do período de que trata o presente capítulo, o Executivo Sionista da Palestina estabeleceu um órgão denominado Vaad Habriut (Conselho de Saúde). Tinha a finalidade de coordenar e supervisionar as atividades de todos os serviços médicos e sanitários judaicos do país, bem corno manter contato com o Departamento de Saúde Pública do governo.

A melhoria das condições de saúde entre os judeus palestinenses refletiu-se no índice de mortalidade, que caiu de 12,6 por 1.000 em 1924 para 9,6 por 1.000 em 1930 (em período quase idêntico o índice de mortalidade entre a população muçulmana da Palestina atingia uma média de 28,3 por 1.000). No que se referia particularmente à mortalidade infantil a queda foi ainda mais acentuada: de 105 por 1.000 em 1924 para 69 por 1.000 em 1930.

No setor da educação, a Administração britânica havia instituído na Palestina um sistema dual de instrução pública – árabe e hebraico. Mas enquanto o sistema escolar árabe era mantido e dirigido pelo governo

Henrietta Szold o movimento chamado Youth Aliyah (Imigração Juvenil), que conseguiu salvar e trazer à Palestina milhares de crianças judias. Faleceu, aos 85 anos, em 1945.

(inclusive no que dizia respeito ao recrutamento e remuneração dos professores), o sistema escolar hebraico era dirigido por um Conselho de Educação, subordinado à Organização Sionista, que assumia também a maior parte dos encargos financeiros. O governo reconhecera as escolas sionistas como constituindo o sistema escolar público hebraico, concedendo-lhe pequeno subsídio que aos poucos foi sendo aumentado até atingir no ano escolar 1928-1929 a soma de 20.000 libras (o que correspondia a 16,7% das despesas escolares do sistema hebraico naquele ano letivo). As escolas sionistas totalizavam aproximadamente 80% das escolas judaicas da Palestina, pertencendo as restantes à Alliance Israélite Universelle, à Anglo-Jewish Association, e a algumas organizações religiosas ortodoxas (nestas a língua de instrução era o iídiche, já que o uso do hebraico para fins não religiosos era encarado como profanação).

O sistema escolar sionista apresentou na década 1919-1929 um crescimento extraordinário. Em 1919 existiam no país 94 instituições de diferentes graus com cerca de 10.000 alunos; em 1929 o número de estabelecimentos de ensino sionistas já era de 220 com aproximadamente 20.000 alunos.

Compreendia o sistema educacional sionista jardins de infância e escolas elementares, secundárias, profissionais e normais. Os jardins de infância, além de sua função recreativa, serviam também como centros de saúde e instrução de higiene, e proporcionavam às crianças um primeiro contato com a língua hebraica (na maioria dos lares falava-se uma língua europeia).

As escolas elementares – cujos alunos em sua maioria provinham de classes pobres – constituíam praticamente um curso completo. Abrangiam oito anos de estudos, sendo frequentadas por crianças entre 6 e 14 anos. O estudo da Bíblia e da História Judaica ocupava lugar importante no currículo; nas quatro últimas séries, em cumprimento a uma exigência governamental, estudava-se além do hebraico uma outra língua, optativa entre o inglês e o árabe (a maioria das escolas optou pelo inglês).

As escolas ditas secundárias (frequentadas de um modo geral por elementos de classe média) não eram complemento das elementares,

constituindo o ensino nelas ministrado um curso intensivo e independente[8]. Após um período preparatório de quatro anos, ingressava a criança na escola secundária com 10 anos de idade, e nela permanecia oito anos, após os quais (aos 18 anos portanto) podia o jovem ingressar na Universidade. Apresentavam as escolas secundárias dois tipos básicos; um de caráter humanístico (no qual, todavia, não se ensinava latim e grego, mas dava-se especial ênfase ao estudo dos clássicos hebreus) e o outro com tendência mais acentuada para as ciências. Em todas, porém, ensinava-se o árabe (especialmente o de forma clássica).

Os currículos escolares eram sensivelmente influenciados pelas diferenças ideológicas entre os vários partidos sionistas. Sob esse aspecto podiam as escolas sionistas ser divididas em três categorias básicas: gerais, mizrachi (religiosas) e trabalhistas.

As escolas gerais (constituindo a maioria), embora leigas, davam grande importância ao estudo da Bíblia, encarada como base da literatura, da história e do pensamento judaicos. As escolas mizrachi, ao mesmo tempo que davam primazia aos estudos religiosos, procuravam uma síntese entre o currículo religioso tradicional e um sistema de estudos europeu. Nas escolas trabalhistas (em sua maior parte localizadas em cooperativas agrícolas) dava-se particular importância ao trabalho como elemento educativo – nas escolas das colônias agrícolas o programa diário consistia de 4 horas de estudo e 4 horas de trabalho no campo ou em oficinas.

Essa diversidade doutrinária nas escolas era objeto de severas críticas, mas uma certa unidade era assim mesmo mantida, e isso devido a fatores vários, tais como; um currículo básico estabelecido pelo Conselho de Educação, um programa mínimo instituído pelo código educacional do governo, aulas dadas em hebraico, o estudo da Bíblia ocupando uma posição central, e a circunstância de todas as escolas se acharem imbuídas da ideia do renascimento judaico e construção do lar nacional.

No ensino técnico a instituição mais importante era o já citado Instituto Técnico de Haifa, abrangendo em 1929 um departamento de engenharia civil, um curso de arquitetura e uma escola de comércio.

[8] A frequência nas escolas elementares era bem maior do que nas secundárias – para o ano letivo 1929-1930 respectivamente 13.705 e 1.465.

A cúpula do sistema educacional judaico na Palestina era indubitavelmente a Universidade Hebraica, que compreendia em 1928 os seguintes departamentos: Escola de Estudos Orientais (em cujo currículo figuravam cursos e pesquisas sobre literatura e filologia árabe, bem como a estrutura social dos países muçulmanos, mantendo a Universidade também cursos populares destinados à divulgação da cultura árabe entre os judeus); Instituto de História Natural da Palestina; Departamento de Bacteriologia e Higiene; Instituto de Matemática; e Faculdade de Humanidades. Anexa à Universidade havia a Biblioteca, que continha em 1929 cerca de 250.000 volumes, incluindo valiosos manuscritos e incunábulos[9]. (A Universidade tomaria um grande impulso a partir de 1923, ano em que começaram a chegar à Palestina numerosos professores universitários expulsos da Alemanha.).

No campo artístico-cultural o ponto alto do período considerado foi a vinda à Palestina, após vários anos de peregrinação pela Europa e Estados Unidos, da já então famosa companhia teatral Habima (palavra hebraica significando "palco"), o primeiro teatro hebreu da história, fundado na Rússia, pouco depois da derrocada do regime czarista, graças principalmente aos esforços e entusiasmo de um professor de hebraico então domiciliado em Moscou, Nahum Zemah. Na Palestina realizou a Habima[10] uma temporada em 1928, após a qual retornou à Europa; voltaria, para ficar de vez, em 1931 (é atualmente – embora sem cunho oficial – o Teatro Nacional de Israel).

[9] O núcleo dessa Biblioteca foi constituído pelos livros da Biblioteca Nacional Judaica, fundada por volta de 1900 pelo Dr. Joseph Chasanowitz, um médico de Bialistok que costumava aceitar livros raros como pagamento de seus pacientes. (O Dr. Chasanowitz morreu em 1920, na cidade de Dniepropetrovsk, num asilo para indigentes.).

[10] Contando no início de suas atividades com a valiosa orientação do célebre diretor Konstantin Stanislavsky, alcançou seu primeiro grande êxito em 1922, em Moscou, com a estreia, verdadeiramente sensacional, de *O Dybbuk* de Ansky. (Relatam testemunhas do acontecimento que ao fim do espetáculo – assistido pela elite intelectual da cidade – Stanislavsky não pôde conter as lágrimas, e o famoso cantor Fiodor Chaliapin fez questão de subir ao palco e beijar os atores.).

O Ohel, mantido pela Histadrut, já foi por nós mencionado,[11] mas havia ainda outro, um teatro satírico: Hamatate (A Vassoura), hoje insubsistente.

Entre os jornais salientavam-se o também já citado *Davar* (órgão da Histadrut) e *Haaretz* (A Terra) – talvez o mais importante, na época, do ponto de vista intelectual e literário – de tendência moderadamente sionista-geral.

As imensas transformações ocasionadas pela colonização judaica não poderiam, evidentemente, deixar de repercutir entre os árabes. A atitude destes foi analisada no estudo sobre a Palestina publicado pela Esco Foundation:

> Modernas formas de vida e de pensamento teriam criado tensões até mesmo se as transformações houvessem sido introduzidas por elementos nativos; a introdução de novas forças e ideias por um povo diferindo em religião, cultura e composição social inevitavelmente complicava o problema. A atitude dos árabes diante dos empreendimentos judeus na Palestina era assim não apenas uma reação contra uma nacionalidade ou grupo religioso diferente ou contra uma posição política oposta. Os sionistas representavam uma cultura europeia defrontando-se com uma oriental; eles constituíam uma estrutura ocupacional diferente, e refletiam uma nova orientação social. No fundo, achava-se a atitude generalizada de superioridade muçulmana em relação ao infiel.

Antes de concluirmos o capítulo queremos fazer referência a alguns acontecimentos externos, ocorridos na mesma época e relacionados com a Palestina.

No texto do Mandato para a Palestina mencionava-se, em três dos seus artigos, uma "agência judaica" destinada a cooperar com a administração do país. Assim, na Conferência Anual da Organização Sionista realizada em Karlovy Vary no segundo semestre de 1922, foi aprovada uma resolução declarando que a Organização Sionista aceitava os direitos e deveres de Agência Judaica, e manifestando o desejo de que futuramente "a Agência Judaica viesse a representar todo o povo judeu", para o que o melhor meio seria a convocação de "um Congresso Judaico

[11] Como o Habima, também o Ohel se mantém em plena atividade (já agora possuindo um teatro próprio, em Tel Aviv), com um repertório de elevado nível artístico.

Mundial", ficando o Executivo autorizado a tomar todas as medidas necessárias.

Todavia, em fevereiro de 1923, tendo em vista a dificuldade de convocar tal congresso, decidiu o Executivo entrar em negociações com representantes das principais comunidades e organizações judaicas, a fim de solicitar sua colaboração e estabelecer com os mesmos os métodos mais apropriados para a formação da projetada Agência Judaica. O Dr. Weizmann advogou com energia uma ampliação da Agência com a inclusão de elementos não sionistas, propondo que os órgãos controladores fossem formados por sionistas e não sionistas em número igual. (Disse Weizmann em sua autobiografia: "Essencialmente, embora de modo algum exclusivamente, eu tinha em mente os líderes da comunidade judaica americana". Tal plano provocou logo violenta oposição, e a controvérsia daí decorrente agitaria a política sionista durante vários anos, constituindo um dos tópicos dominantes nos quatro congressos sionistas realizados entre 1923 e 1929 (13° – Karlovy Vary, 1923; 14° – Viena, 1925; 15° – Basileia, 1927; 16° – Zurique, 1929).

Do 14° Congresso participou um partido novo, fundado em abril de 1925 por Vladimir Jabotinsky: o Partido Revisionista. Desejavam os revisionistas uma "revisão" da política sionista, no sentido de uma volta às (segundo eles) concepções originais de Herzl a respeito do Estado Judeu; proclamavam como seu objetivo básico a obtenção de uma maioria judaica na Palestina de ambos os lados do Jordão, para o que propugnavam uma vigorosa orientação nacionalista (estava implícita nesse objetivo a devolução da Transjordânia à Palestina)[12]. Por ocasião desse Congresso o edifício onde o mesmo se realizava teve de ser protegido pela polícia austríaca com forte cordão de isolamento, devido a violentas manifestações antissemitas organizadas por elementos nazistas.

No 16° Congresso foi aprovada, por grande maioria (231 contra 30), a ampliação da Agência Judaica nos termos propostos pelo Conselho Geral da Organização Sionista, reunido no ano anterior em Berlim. Haviam sido sugeridas pelo Conselho as seguintes bases: a) todas as terras adquiridas pela Agência Judaica tornar-se-iam propriedade comum do povo judeu,

[12] Outra exigência dos revisionistas era a restauração da Legião Judaica, como parte integrante, porém distinta, da guarnição britânica na Palestina.

ficando sujeitas aos princípios do Fundo Nacional Judaico; b) deveria ser preservado o direito dos colonos escolherem a forma de colonização de sua preferência (kvutzah, moshav, ou outra); c) promoção da imigração judaica na Palestina, devendo receber as necessárias facilidades para se estabelecerem tanto os imigrantes trabalhadores quanto os com recursos próprios; d) o princípio do trabalho judaico deveria ficar assegurado em todas as obras e empreendimentos promovidos pela Agência Judaica; e) desenvolvimento da língua e cultura hebraicas.

A 11 de agosto de 1929, ainda em Zurique e imediatamente após o encerramento do Congresso, foi aberta a primeira sessão do Conselho da Agência Judaica ampliada, com a participação, em número igual, de sionistas e não sionistas. À mesa achavam-se ilustres figuras do mundo judeu: Weizmann e seus veteranos colegas Sokolow e Ussishkin, Sir Herbert Samuel, Prof. Albert Einstein, Lord Melchett (um dos líderes da indústria britânica), Léon Blum, Louis Marshall (presidente do American Jewish Committee), Sir Osmond d'Avigdor-Goldsmid (presidente do Anglo-Jewish Board of Deputies), o financista alemão Oscar Wassermann e o conhecido escritor Scholem Asch. Estavam também presentes representantes do governo suíço e da Liga das Nações. Para a presidência da Agência Judaica foi eleito o Dr. Weizmann (poucos dias antes fora ele reeleito presidente da Organização Sionista).

Teria a Agência Judaica três órgãos dirigentes (todos formados por número igual de sionistas e não sionistas): um Conselho de 200 membros (correspondendo ao Congresso Sionista, deveria reunir-se cada dois anos), um Comitê Administrativo de 40 membros (devendo reunir-se, as circunstâncias permitindo, cada seis meses), e um Executivo de 8 membros. O presidente da Organização Sionista seria também o presidente da Agência Judaica, exceto se 3/4 dos membros do Conselho votassem contra. Os escritórios executivos da Agência ficariam em Jerusalém, mas haveria também um escritório em Londres, especialmente encarregado dos negócios entre a Potência Mandatária e a Agência. O Keren Hayesod seria o principal instrumento financeiro da Agência. Convém notar que embora a Agência Judaica assim ampliada assumisse as principais tarefas relacionadas com o

estabelecimento do Lar Nacional Judaico, isso não acarretaria, na prática, uma redução apreciável no volume de atividade de Organização Sionista[13].

Em carta datada de 16 de setembro de 1929, o Executivo Sionista informava o governo britânico a respeito dessa reconstituição da Agência Judaica. Mas como em quase tudo que dissesse respeito, de modo positivo, ao Lar Nacional Judaico, não demonstraram os ingleses a menor pressa, e foi só onze meses depois, em comunicação datada de 6 de agosto de 1930, que o Colonial Office notificou o Executivo Sionista quanto ao reconhecimento formal da Agência ampliada.

Voltemos, porém, à Palestina.

[13] Até então as palavras "Agência Judaica" podiam ser usadas como sinônimo de Organização Sionista, mas a partir de agosto de 1929 Agência Judaica e Organização Sionista passaram a ser, formalmente, denominações de instituições distintas, embora estreitamente relacionadas entre si.

CAPÍTULO 7

A PALESTINA NA DÉCADA 1929-1939

O judaísmo não é uma religião, é uma infelicidade.

Heine

Desenvolvia-se o Lar Nacional Judaico, infundindo vida nova à paisagem há tantos séculos estagnada. Concomitantemente, porém, iam aumentando os perigos a que se expunham os realizadores e as realizações dessa notável obra de reconstrução. Provinham tais perigos das tramas, provocações e agitações de dirigentes árabes, passivamente apoiados – e por vezes instigados – por elementos da administração britânica.

Ainda em 1928, pouco tempo após a partida de Lord Plumer, verificaram-se em Jerusalém incidentes prenunciadores dos sangrentos distúrbios do ano seguinte. Foi palco do acontecido o Muro das Lamentações, último vestígio do antigo Templo hebreu, reverenciado desde a época de sua destruição por judeus de todo o mundo que ali vinham fazer suas orações. Também para os árabes possuía o Muro significação religiosa, pois fazia parte do Haram esh Sharif, área sagrada contendo o local onde, segundo a tradição islâmica, Maomé ascendeu ao céu, e a mesquita de Al-Aksa. (E no próprio Muro encontra-se uma câmara, abrindo para o Haram – portanto do lado oposto àquele em que os judeus faziam suas orações – e que teria servido como cocheira para o cavalo de Maomé.)

Na véspera do Dia da Expiação (o feriado judaico de mais profunda significação religiosa), que naquele ano caía a 24 de setembro, foi instalado na calçada do Muro, perpendicularmente a este, uma espécie de tabique

para, de acordo com o ritual judaico ortodoxo, separar homens e mulheres. O comissário distrital de Jerusalém, Edward Keith-Roach, recebendo uma queixa de que o tabique constituía uma transgressão aos direitos de propriedade muçulmanos[1], ordenou que o mais tardar até o dia seguinte fosse o mesmo removido. Não sendo a ordem cumprida, foi o tabique removido à força pela polícia num momento solene do serviço religioso do Dia da Expiação, causando grande e compreensível agitação entre os presentes. Uma onda de protestos ergueu-se no mundo judaico, e a Organização Sionista pediu à Liga das Nações que assegurasse aos judeus o livre direito de culto diante do Muro. A Comissão Permanente de Mandatos, porém, limitou-se a expressar seu pesar pelo incidente. O governo britânico, por sua vez, publicou cerca de dois meses depois um Livro Branco em que afirmava dever ser mantido o *status quo* e que os judeus "só poderiam levar ao Muro aqueles pertences do culto que eram permitidos sob o regime turco" (o que não esclarecia grande coisa, pois não se especificava quais eram esses pertences). Quanto aos árabes, acusaram os judeus de querer apoderar-se da mesquita de Al-Aksa.

Em sua petição à Liga das Nações a Organização Sionista repudiara energicamente as alegações de que os judeus tinham intenção de ameaçar a inviolabilidade de qualquer lugar santo muçulmano. E a propósito fez o órgão supremo da comunidade judaica palestinense, o Vaad Leumi, um apelo público aos árabes, do qual destacamos os seguintes trechos:

> Declaramos, enfática e sinceramente, que nenhum judeu jamais pensou em interferir nos direitos dos muçulmanos sobre seus próprios Lugares Santos, mas nossos irmãos árabes devem também reconhecer os direitos dos judeus aos lugares da Palestina que lhes são sagrados...
>
> Apelamos aos nossos irmãos árabes em geral e particularmente aos seus líderes responsáveis para que dispersem as nuvens venenosas dos falsos rumores recentemente postos em circulação e criem, em vez de

[1] De acordo com o artigo 14 do Mandato deveria ter sido nomeada uma comissão especial para "estudar, definir e determinar os direitos e reivindicações referentes aos Lugares Santos". Devido a divergências entre as potências interessadas, tal comissão nunca chegou a ser nomeada, mantendo o governo britânico o *status quo* que prevalecera sob o domínio turco. Desse modo, do ponto de vista legal, tanto o Muró quanto a calçada eram propriedade da comunidade muçulmana; os judeus, entretanto, desde os tempos medievais haviam gozado do direito de ali realizar seus atos de devoção.

> hostilidade e conflito, possibilidades de cooperação construtiva para benefício do país e de todos os seus habitantes.

Aos "líderes responsáveis" árabes, porém, não interessava a cooperação – pelo contrário: sob a direção do mufti de Jerusalém procuraram (e conseguiram) de várias maneiras agravar a situação. Eis algumas das atitudes nitidamente provocadoras tomadas pelos dirigentes árabes: foi aberta uma passagem do Haram para a calçada junto ao Muro das Lamentações de modo que essa calçada – até então beco sem saída – passava a ser uma rua (de nada adiantaram veementes protestos judeus); no telhado de uma casa próxima ao Muro foi instalado um muezim, que cinco vezes ao dia conclamava os muçulmanos às orações; também próximo, numa sala do Haram, foi introduzida uma cerimônia religiosa denominada *Zikr,* consistindo na invocação do nome de Alá com acompanhamento de tambores e outros instrumentos de percussão. E a imprensa árabe vinha repleta de violentos artigos antijudaicos. O objetivo do mufti era claro: mobilizar, por meio de uma questão religiosa, a opinião pública muçulmana contra os judeus.

Nesse ambiente de tensão chegamos ao mês de agosto de 1929. Os membros principais do governo corno do Executivo Sionista achavam-se ausentes do país[2]. Sir John Chancellor, o alto-comissário, encontrava-se em gozo de férias; substituía-o, inteiramente, Harry Charles Luke, funcionário notoriamente hostil ao sionismo. No lugar do comissário distrital de Jerusalém, Edward Keith Roach, também ausente, encontrava-se um certo Archer Cust.

A 15 desse mês comemorava-se o *Tisha B'Av,* na religião judaica dia de luto pela destruição do Templo; nessa data grande número de judeus costumava reunir-se diante do Muro. Na véspera realizara-se em Tel Aviv uma grande manifestação pública. aprovando-se então uma resolução criticando a Administração da Palestina e exigindo do governo britânico a restauração de "todos os nossos direitos ao Muro". Na manhã do dia 15 recebeu Mr. Cust uma comunicação do Vaad Leumi informando-o de que um grupo de jovens (em sua maior parte revisionistas) pretendia realizar uma manifestação diante dos escritórios governamentais e junto ao Muro das Lamentações. Mr. Luke (o alto comissário em exercício), ao tomar

[2] Os membros do Executivo Sionista haviam ido todos assistir ao 16º Congresso Sionista, em Zurique.

conhecimento do assunto, decidiu permitir a manifestação, declarando em suas instruções a respeito que todos que desejassem ir ao Muro poderiam fazê-lo, desde que não marchassem em formação militar nem conduzissem bandeiras. Essas instruções foram comunicadas aos organizadores da manifestação, que concordando com as restrições impostas não esconderam, todavia, sua intenção de junto ao Muro desfraldar a bandeira sionista. Com essa única exceção, correu tudo de acordo com as instruções governamentais, comportando-se os manifestantes de maneira disciplinada em todo o percurso, inclusive ao passarem por bairros árabes.

Não obstante o caráter pacífico da manifestação, decidiram os árabes usá-la como pretexto para uma contramanifestação, a ser realizada no mesmo local no dia seguinte[3]. Essa contramanifestação foi igualmente permitida por Mr. Luke. Começou por volta de meio-dia, achando-se a turba árabe (cerca de dois mil indivíduos), chefiados por xeques da mesquita de Al-Aksa, em estado de grande excitação. Junto ao Muro um xeque proferiu inflamado discurso; livros e xales de orações judaicos foram queimados, o *shammash* (espécie de zelador e secretário nas casas de oração judaicas) – único judeu na ocasião presente no local – foi agredido e teve suas vestes rasgadas.

Aumentava a tensão, exaltavam-se os ânimos, de lado a lado. No dia seguinte, 17 de agosto, ocorreu na Cidade Nova de Jerusalém um incidente que, originando-se num fato banalíssimo, viria agravar ainda mais a situação: alguns meninos judeus jogavam futebol quando em dado momento a bola caiu numa plantação de tomates pertencente a um árabe; um dos garotos foi buscar a bola, mas entrando em discussão com o árabe foi por este apunhalado. Seguiram-se choques entre árabes e judeus, com novas agressões mútuas nos dias subsequentes. No dia 20 o menino apunhalado morre; grande multidão acompanhou o seu féretro, e ao tentar a polícia desviar o cortejo fúnebre do trajeto habitual (que passava por alguns bairros árabes) foram rompidos os cordões de isolamento – os policiais reagiram com violência, ferindo inclusive pessoas de idade avançada. O

[3] Às primeiras horas da noite do dia 15 a Associação de Proteção à Mesquita de Al-Aksa enviou à Associação Muçulmana de Moços, de Jaffa, o seguinte telegrama: "Hoje às 15:30 os judeus, junto ao próprio Muro das Lamentações, realizaram grave manifestação contra os muçulmanos. Ressentimento é grande e generalizado. Façam o que for preciso para protesto e desaprovação".

Executivo Sionista interino, compreendendo a gravidade da situação, telegrafou à Organização Sionista pedindo providências junto ao governo britânico, a fim de que este garantisse a ordem pública.

As provocações árabes recrudesceram; agitadores percorriam o país, incitando os árabes à violência e convocando-os para ir a Jerusalém. Espalharam-se boatos de que os judeus haviam lançado bombas no Haram e planejavam atacar a mesquita da Al-Aksa. Na quinta-feira, 22 de agosto, o chefe de uma aldeia árabe próxima a Nablus recebia uma carta em que se lia: "Sexta-feira próxima haverá luta entre judeus e muçulmanos. Todos os que professam a religião muçulmana devem ir a Jerusalém para ajudar".

No dia 22 e na manhã de sexta-feira 23 entraram em Jerusalém numerosos árabes armados de cacetes, facões e pistolas. Líderes judeus solicitaram às autoridades que os árabes fossem desarmados ao entrar na cidade, mas esse pedido não foi atendido. (Num setor de Jerusalém o oficial de polícia responsável pelo posto local havia ordenado a apreensão das armas trazidas pelos árabes, mas a ordem foi revogada pelo major Allen Saunders, inspetor-geral da polícia da Palestina.). Concentraram-se os árabes no Haram, onde rezaram e ouviram discursos de xeques e do mufti.

Não permaneceram, porém, os árabes muito tempo no Haram. Dali saíram (armados de facas, punhais, paus e armas de fogo) também dessa vez aos gritos de "O governo está conosco!". Inicialmente atacaram o Meah Shearim, bairro habitado quase que exclusivamente por judeus ortodoxos, de lá se espalhando por outras partes da cidade. Os assassinatos, pilhagens e outros atos de selvageria propagaram-se no dia seguinte (sábado, 24 de agosto) a várias colônias agrícolas, algumas das quais foram quase inteiramente arrasadas. Em Hebron – cuja população judaica, totalizando cerca de 500 pessoas, se compunha em sua maior parte de velhos, dependentes de contribuições de caridade – 60 foram assassinados (outros 50 ficaram gravemente feridos), a sinagoga foi profanada e o posto médico (que servia também à população árabe) saqueado; e, episódio revoltante, um capitão do exército britânico, tendo à disposição um destacamento policial, assistiu calmamente a uma turba invadir a residência de um rabino e lá massacrar 27 pessoas, inclusive uma criancinha de três meses.

Nos dias 25 e 26 os distúrbios atingiram Tel Aviv e Haifa; nesta cidade 50 judeus que procuravam se defender de uma multidão enfurecida foram presos pela polícia. No dia 29 as vítimas dos ataques foram os judeus

de Safed, entre os quais houve cerca de 20 mortos e 25 feridos, e mais de cem casas e lojas foram saqueadas e queimadas. Todavia, nas colônias agrícolas mais novas, unidades de defesa judaica (evidentemente clandestinas) conseguiram repelir os árabes. E ocorreram também atos de represália por parte de judeus.

A polícia britânica – quando não permanecia, como em Hebron, como simples espectadora – só recebeu ordem de atirar algumas horas após o início dos ataques árabes. Uma proposta dos líderes da comunidade judaica no sentido de que um número limitado de judeus recebesse armas para defender seus correligionários em perigo foi sumariamente rejeitada[4]. O alto-comissário interino, informado (já a 24 de agosto) pela polícia de que não estava mais em condições de arcar com a responsabilidade de manter a ordem, telegrafou a Malta pedindo assistência naval, e telefonou ao Cairo solicitando auxílio militar (tropas viriam alguns dias depois).

Foi avultado, de ambos os lados, o número de vítimas: entre os judeus houve 133 mortos e 539 feridos (sem contar a imensa destruição de propriedades); os árabes tiveram 116 mortos e 232 feridos (em sua maior parte, entretanto, vitimados pela polícia e tropas britânicas).

Protestos vigorosos fizeram-se ouvir na Grã-Bretanha. Em Londres, numa reunião de protesto realizada no Albert Hall e presidida por Lord Melchett (presidente da Federação Sionista Inglesa), a afluência foi tão grande que a polícia se viu obrigada a fechar as portas do recinto; e num comício ao ar livre, ao qual compareceu também imensa multidão, o coronel Josiah Wedgwood (membro do Parlamento) proclamou que "a honra da Grã-Bretanha estava em jogo".

Nos Estados Unidos uma delegação de judeus americanos, à cuja frente se achava o Dr. Emanuel Neumann, avistou-se com o presidente Hoover e seu secretário de Estado (Stimson), aos quais entregou um memorando pedindo a intervenção e proteção do governo americano (Segundo o Dr. Neumann o Departamento de Estado teria enviado uma nota ao governo britânico chamando a sua atenção sobre a perda de vidas e propriedades de cidadãos americanos e sugerindo a possibilidade de

[4] Comentam Stephen S. Wise e Jacob de Haas num livro de sua autoria intitulado *A Grande Traição:* "Se os árabes acreditavam que o governo estava com eles, a conduta dos funcionários britânicos justificava plenamente tal crença".

utilização de forças americanas para restaurar a ordem, mas não se conhece qualquer resposta do governo de Londres.).

Sir John Chancellor apressou seu regresso à Palestina. Ali chegado a 29 de agosto, reassumiu logo o governo do país. E já a 10 de setembro divulgava-se uma proclamação sua, que se iniciava da seguinte maneira:

> Regressei do Reino Unido para encontrar, pesarosamente, o país em estado de desordem e presa de violência ilegal. Com horror tomei conhecimento dos atos de atrocidade cometidos por grupos de malfeitores implacáveis e sedentos de sangue, dos selvagens assassinatos de membros indefesos da população judaica sem consideração de idade ou sexo, acompanhados, como em Hebron, por atos de inominável selvageria, de incêndios de granjas e casas na cidade e no campo, e do saque e destruição de propriedades.
>
> Esses crimes lançaram sobre seus autores a execração dos povos civilizados de todo o mundo.
>
> Minhas primeiras obrigações são restabelecer a ordem no país e infligir punição severa aos que forem achados culpados de atos de violência. Serão tomadas todas as medidas necessárias para que tais objetivos sejam alcançados, e encarrego todos os habitantes da Palestina de me auxiliar no desempenho desses deveres.

Os dirigentes árabes protestaram contra a proclamação, fazendo ao mesmo tempo uma série de acusações – em sua maior parte mais tarde oficialmente comprovadas como falsas – contra a administração britânica e os judeus, e lançando sobre estes a responsabilidade pelos distúrbios; exigiram também a designação de uma comissão de inquérito imparcial, "cujo senso de justiça não seja refreado por influência sionista".

Algumas das principais entidades judaicas da Palestina (entre as quais o Vaad Leumi e o Grã-Rabinato), um dia após a proclamação do alto-comissário, entregaram-lhe um memorando em que recapitulavam os acontecimentos que haviam dado origem aos distúrbios e – tremenda falta de tato, tendo em vista a enérgica proclamação de Sir John Chancellor – criticavam acerbamente (embora com razão) a negligência do governo[5]. Eis o parágrafo inicial desse memorando:

[5] O Executivo Sionista, compreendendo a inoportunidade do documento, recusou-se a assiná-lo.

> Já por considerável espaço de tempo vem sendo conduzida no país, aberta e secretamente, uma propaganda sistemática para um ataque contra os judeus, que realizam uma obra de paz e reconstrução. Em 1921 os autores dessa propaganda disseminaram entre as massas muçulmanas receios e apreensões quanto às suas terras, suas posses e suas mulheres. Compreendendo que com motivos religiosos seria mais fácil incitar as massas muçulmanas, os instigadores escolheram agora como ponto de partida o Muro das Lamentações. Um dos principais instigadores dos distúrbios de 1920 em Jerusalém, e que foi subsequentemente privilegiado pelo governo com sua nomeação para presidente do Supremo Conselho Muçulmano, o mufti de Jerusalém, surge agora como defensor dos santuários muçulmanos contra nossos supostos ataques. A propaganda agora está completamente organizada. Tudo isso foi feito diante dos próprios olhos do governo que tem a responsabilidade pela segurança do país e o bem-estar de sua população. O governo nada tem feito para suprimir essa instigação e prevenir suas consequências Essa estranha indiferença por parte de um governo civilizado e forte, que quando quer sabe usar sua força, fortalece em nós a convicção de que em meios governamentais existem forças interessadas nessa incitação e no encorajamento de disputas entre as populações e comunidades deste país.

Sir John Chancellor (que, diga-se de passagem, não tinha qualquer simpatia pelos judeus), possivelmente irritado com as acusações contidas nesse memorando, emitiu poucos dias depois nova proclamação, encarada como uma espécie de retratação pelas expressões enérgicas de sua proclamação anterior.

Os distúrbios repercutiram também na Liga das Nações; em reunião de seu Conselho (a 6 de setembro) o secretário do Exterior britânico, Arthur Henderson, declarou ser intenção do seu governo enviar à Palestina uma comissão de inquérito, limitada contudo a questões de "imediata urgência". Uma semana depois era designada pelo secretário das Colônias, Lord Passfield, uma Comissão de Inquérito destinada a investigar as causas dos distúrbios. Presidida por um magistrado, Sir Walter Shaw, integravam-na mais três membros, todos parlamentares: Sir Henry Betterton (conservador), R. Hopkin Morris (liberal) e Harry Snell (trabalhista). Em sua nota comunicando a designação dos membros da Comissão afirmava Lord Passfield: "...não se tem em vista qualquer inquérito que possa alterar a posição da Grã-Bretanha em relação ao Mandato ou à política instituída

pela Declaração Balfour (1917) e incorporada ao Mandato visando estabelecer na Palestina um lar nacional para os judeus".

Chegada à Palestina em fins de outubro de 1929, a Comissão lá permaneceu até 29 de dezembro. Foram ouvidos representantes das três partes envolvidas na questão (ingleses, judeus e árabes). A Administração da Palestina[6] – sobre a qual pesavam graves acusações de negligência, inépcia e fraqueza – encontrou uma saída muito cômoda: responsabilizou os judeus, insistindo quanto à dificuldade de administrar o país diante da oposição árabe às estipulações do Mandato referentes ao lar nacional judaico. Os árabes argumentaram com o deslocamento de famílias árabes devido à compra de terras pelos judeus (observou entretanto o Dr. Ruppin, em seu depoimento, que as companhias territoriais judaicas, não obstante não estarem legalmente obrigadas a qualquer compensação, haviam espontaneamente pago somas elevadas a fim de possibilitar aos camponeses árabes adquirir ou arrendar terras em outros lugares). O mufti, cujo depoimento foi tomado na sede do Supremo Conselho Muçulmano (deferência especial e exceção única durante os trabalhos da Comissão na Palestina, uma vez que as sessões se realizavam normalmente nos escritórios da Comissão), afirmou que os judeus queriam se apossar dos Lugares Santos muçulmanos, dizendo-se outrossim muito impressionado com a leitura dos *Protocolos dos Sábios de Sião*[7]. Finalmente os judeus consideraram o mufti principal responsável pelos distúrbios, acusando-o de havê-los instigado e organizado, e declararam que os dirigentes árabes excitavam o fanatismo religioso com intuitos políticos, procuraram ainda os porta-vozes judeus demonstrar que a imigração e o desenvolvimento judaicos também beneficiavam os árabes.

A 31 de março de 1930 foi divulgado o *Relatório da Comissão sobre os Distúrbios de Agosto de 1929 na Palestina* (também conhecido como *Relatório Shaw).* Reconhecia o mesmo que os distúrbios haviam sido "de início um ataque dos árabes contra os judeus", e que os ataques árabes

---

[6] Deveria normalmente representar o governo da Palestina o procurador-geral Norman Bentwich, mas este, por ser judeu, foi substituído pelo procurador-assistente R. H. Drayton. (Bentwich demitiu-se do cargo em 1931, passando depois a integrar o corpo docente da Universidade Hebraica como professor de Relações Internacionais.).

[7] Essa grosseira mistificação foi qualificada por W. H. Stoker, advogado dos árabes, como "obra clássica", comparável às de Shakespeare: "As peças de Shakespeare foram publicadas em quase todas as línguas e esta obra está na mesma categoria".

foram acompanhados de “desenfreada destruição de propriedades judaicas”; quanto à destruição de propriedades árabes por judeus, “embora indesculpáveis, foram na maioria dos casos represálias por injúrias já cometidas por árabes nas proximidades dos locais em que ocorreram os ataques judeus”. Adiante, porém, dava o relatório uma reviravolta, fazendo afirmações como as seguintes: os distúrbios não foram premeditados; a conduta dos dirigentes árabes não era passível de críticas severas; não era intenção do mufti utilizar campanhas religiosas para o incitamento de desordens; a Administração britânica deveria ser totalmente isenta de culpa[8].

Em suas conclusões a Comissão ainda foi além, ultrapassando de muito a âmbito de suas atribuições. Assim afirmou que a causa fundamental da perturbação era a oposição árabe ao lar nacional judaico (particularmente à imigração e colonização judaicas), e que o White Paper de 1922 estabelecia como obrigação principal do governo da Palestina a manutenção do equilíbrio entre as duas partes, “não havendo nenhuma indicação clara para auxiliar qualquer das partes na realização de suas aspirações”; considerou indispensável uma solução da questão de terras que fosse favorável aos cultivadores, e recomendou ao governo britânico publicar uma definição de sua política tomando em consideração “o ressentimento dos árabes da Palestina”.

Todavia, um dos membros da Comissão, o deputado trabalhista Harry Snell, apresentou em separado uma extensa nota de restrições, dissociando-se da atitude geral de seus colegas em relação ao problema palestinense bem como de algumas de suas críticas e conclusões. Embora concordando que a oposição árabe ao lar nacional judaico fosse uma causa fundamental dos distúrbios, afirmou que essa animosidade era devida a uma campanha de incitamento, e não a fatores econômicos conforme sugerido por seus colegas; declarou Snell que os distúrbios de agosto “eram devidos a temores e antipatias que, estou convencido, os líderes muçulmanos e árabes despertaram e estimularam para fins políticos”. Atribuindo ao mufti grande parcela de responsabilidade pelo ocorrido, afirmou não poder isentar de culpa o governo, pois se considerava as forças militares inadequadas deveria ter fornecido armas a judeus devidamente selecionados. Sugeriu

[8] Declarava-se, contudo, que tirar as armas dos policiais britânicos de ascendência judaica fora uma “imerecida afronta”.

que as terras inaproveitadas fossem tornadas acessíveis aos judeus, que o problema das relações raciais fosse estudado à luz “do impacto que exerce sobre um povo não desenvolvido, fatalista em seus pontos de vista e devotado aos seus hábitos antigos, uma raça altamente dotada e progressista, ardendo com um grande ideal”, e que se fizesse “compreender a toda a população que a Potência Mandatária foi incumbida pela Liga das Nações de obrigações solenes que tencionava cumprir, e que uma nação judeu-árabe é um fato que deve ser aceito”.

Declarou Snell textualmente:

> O que se requer na Palestina é, creio, menos uma mudança política do que uma mudança na maneira de pensar da população árabe, encorajada a acreditar que sofreu uma grande injustiça e que o imigrante judeu constitui uma ameaça permanente ao seu sustento e seu futuro. Estou convicto que tais temores são exagerados e que o povo árabe tem mais a ganhar do que a perder com o empreendimento judaico. Não tenho dúvidas que, não obstante erros de discernimento que possam ter causado dificuldades a árabes individualmente, as atividades judaicas aumentaram a prosperidade da Palestina, elevaram o nível de vida do trabalhador árabe e estabeleceram os alicerces sobre os quais será possível fazer o progresso futuro das duas comunidades e sua transformação em Estado.

Essa, porém, era uma opinião isolada, um voto vencido.

As reações árabe e judaica ao relatório foram, é claro, diametralmente opostas. Enquanto os árabes o receberam com júbilo, considerando-o como uma justificação de seu ponto de vista contrário ao Lar Nacional, os judeus encararam-no pesarosamente. Num memorando submetido à Comissão Permanente de Mandatos, declarava o Vaad Leumi:

> A população judaica da Palestina considera o Relatório da Comissão de Inquérito um dos documentos mais injustos com que nosso povo teve de se defrontar no decurso de 2 000 anos de perseguições. Até mesmo os inquéritos instituídos após os pogromes na Rússia czarista demonstravam mais respeito à imparcialidade e à justiça do que três dos comissários do governo de Sua Majestade evidenciaram no Relatório. Todos os nefandos crimes árabes são nele apresentados como mero erro de discernimento, enquanto todos os méritos judeus são reduzidos à insignificância.

Em maio de 1930 foi nomeado pelo governo britânico um comissário governamental incumbido de estudar as questões de imigração, colonização e desenvolvimento da Palestina e preparar um relatório destinado a servir de base a uma declaração de ordem geral sobre a política a ser seguida na Palestina. Foi escolhido para essa função Sir John Hope Simpson, economista e funcionário aposentado do Serviço Público Indiano, sem qualquer conhecimento específico dos problemas palestinenses.

Parece, contudo, que o governo britânico já tinha uma política predeterminada, pois ainda antes da chegada de Sir John Simpson à Palestina (o que se daria a 20 de maio) foi anunciada a suspensão de 3 300 certificados de imigração de trabalhadores recém-aprovados pela administração palestinense, sob a alegação de que tal medida se destinava a evitar que a imigração nesse período precedente à publicação do relatório de Hope Simpson colocasse em perigo o futuro econômico do país. Também nesse mesmo mês de maio revelou o governo inglês publicamente sua intenção de, aceitando sugestões da Comissão Shaw, suspender temporariamente toda a imigração e restringir as possibilidades de aquisição de terras, além de outras medidas altamente prejudiciais aos interesses sionistas.

Permaneceu Sir John Simpson cerca de dois meses na Palestina. Entrementes foi a questão palestinense objeto de discussão na 17ª Reunião da Comissão Permanente de Mandatos. O relatório da Comissão Shaw foi severamente criticado, sendo rejeitada a asserção de que os distúrbios não haviam sido premeditados. Chegou a Comissão Permanente de Mandatos à conclusão de que a Potência Mandatária não vinha fazendo o suficiente para cumprir as finalidades do Mandato (entre as quais, lembrou, figurava como uma das principais o estabelecimento do Lar Nacional Judaico). O governo inglês, contudo, nem de leve se deixava impressionar (e muito menos influenciar) por essas críticas.

Em outubro foi divulgado o relatório de Hope Simpson (*Relatório sobre Imigração, Colonização e Desenvolvimento*), condenando praticamente tudo o que os judeus vinham realizando na Palestina; atacava-se especialmente o Fundo Nacional Judaico e a Histadrut, reduzia-se a estimativa das áreas cultiváveis (redução superior a 50% em relação aos cálculos sionistas e de aproximadamente 40% em relação à estimativa feita poucos meses antes pelo comissário de Terras britânico), demonstrava-se

preocupação pela sorte dos "camponeses árabes expulsos", justificava-se a suspensão da imigração[9].

O Executivo da Agência Judaica em Londres, após minuciosa verificação dos dados em que se baseavam as conclusões de Hope Simpson, publicou uma análise dos mesmos sob o título *As Bases Estatísticas do Relatório de Sir John Hope Simpson.* Essa análise seria posteriormente submetida, sob forma de memorando à Comissão de Mandatos. Afirmava a Agência Judaica que as conclusões de Hope Simpson "se baseavam em suposições duvidosas, em estatísticas compiladas apressadamente, e numa interpretação errônea do material que lhe foi submetido". (O próprio governo britânico reconheceria mais tarde, segundo comunicação por ele feita à Comissão de Mandatos, que os fatos mencionados no relatório de Simpson eram controvertidos havendo necessidade de novas investigações.).

No mesmo dia da publicação do Relatório Simpson – a pressa era grande – divulgou o governo britânico um novo Livro Branco, que ficou conhecido como o Passfield White Paper por haver sido publicado sob a responsabilidade de I.ord Passfield, então secretário das Colônias[10]. Constituía esse White Paper uma nova "interpretação" do mandato (pelo visto, a "interpretação" do Churchill White Paper, datando de apenas oito anos antes, já era considerada antiquada). Sua natureza tendenciosa revela-se claramente no oitavo parágrafo, que se inicia da seguinte maneira: "Em primeiro lugar deve-se notar que o artigo 2 do Mandato torna o mandatário responsável pela salvaguarda dos direitos civis e religiosos dos habitantes da Palestina"; omite-se, porém, que o referido artigo menciona em primeiro lugar a responsabilidade do mandatário em "pôr o país sob condições políticas, administrativas e econômicas tais que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico", sendo o trecho transcrito pelo White Paper apenas a parte conclusiva, quase que suplementar, do artigo. Simples lapso ou esquecimento dos redatores do White Paper? De modo algum, pois nele se declara, explícita e enfaticamente, que o "Governo de

---

[9] Um pequeno exemplo da argumentação de Simpson: para justificar a tese de que a introdução pelos judeus de métodos modernos causava desemprego entre os árabes, cita o relatório o caso dos transportes motorizados que prejudicavam os árabes condutores de camelos e burros.

[10] Lord Passfield era Sidney Webb, conhecido economista com fama de socialista, liberal e admirador da civilização soviética.

Sua Majestade sempre considerou inteiramente errôneas" as afirmações judaicas de que "o aspecto principal do Mandato é o das passagens referentes ao Lar Nacional Judaico". Outro exemplo significativo da natureza tendenciosa do White Paper ocorre em relação às terras estatais: não obstante prever o Mandato (artigo 6) sua "colonização intensiva por judeus", estabelece o White arbitrariamente uma prioridade árabe. E também quanto à imigração judaica a atitude assumida era negativa. Comentário do Dr. Bernard Joseph: "Sob um ponto de vista estritamente legal não pode haver qualquer dúvida de que essa assim chamada 'interpretação' implica, de fato, numa revisão e até mesmo numa inversão das intenções e termos do Mandato". E Lord Melchett: "O grotesco travesti da finalidade do Mandato que se encontra no Paper governamental só pode ser descrito como um insulto à inteligência dos judeus e uma afronta deliberada à Comissão de Mandatos".

Foi grande a onda de protestos levantada pelo Passfield White Paper, e não faltaram críticas severas até no Parlamento (sessão de 17 de novembro de 1930). Entre as personalidades britânicas não judaicas que se manifestaram contrariamente podemos citar: Stanley Baldwin, Sir Austen Chamberlain, Leopold S. Amery, Lloyd George, Sir John Simon e o general Jan Smuts. Este último enviou ao primeiro-ministro Ramsay MacDonald enérgico protesto, do qual extraímos: "Como um dos responsáveis pela Declaração Balfour sinto-me profundamente abalado pela atual política relativa à Palestina... O White Paper é um recuo em relação àquela Declaração... A Declaração Balfour representa uma dívida de honra que deve ser paga por completo e a todo custo. As circunstâncias da Declaração foram por demais solenes para permitir agora qualquer titubeação".

Quanto aos círculos dirigentes sionistas, provocou o Passfield White Paper, logo após sua publicação, a demissão de Weizmann – que sempre se mostrara partidário de uma política de cooperação com o governo britânico – da presidência conjunta da Organização Sionista e da Agência Judaica, seguida pelas de Felix Warburg (do Comitê Administrativo da Agência Judaica) e Lord Melchett (da presidência do Conselho da Agência Judaica). Declarou Weizmann significar sua atitude um "enfático protesto contra uma crítica unilateral e injusta de nossa obra, e minha recusa de aceitar uma política que se acha em contradição direta com a solene promessa da Nação Britânica e o texto do Mandato".

Diante da avalancha de protestos achou o governo inglês conveniente designar uma comissão especial, constituída por membros do Gabinete, para discutir a situação com representantes da Agência Judaica. Presidia a comissão ministerial Arthur Henderson, secretário do Exterior; entre os representantes da Agência Judaica estavam Chaim Weizmann, James de Rothschild e Harold Laski. Weizmann resumiu da seguinte forma a posição sionista; "Se a obrigação do Mandatário for reduzida a uma obrigação para com 170.000 mil indivíduos de um lado e 700.000 indivíduos do outro, uma pequena minoria justaposta a uma grande maioria, então naturalmente tudo mais possa talvez ser explicado. Mas a obrigação da Potência Mandatária é para com o povo judeu, do qual os 170.000 são apenas a vanguarda".

As discussões prolongaram-se por todo o inverno de 1930-31, chegando-se finalmente a um acordo aceito pelos sionistas: embora recusando-se a publicar um novo White Paper, ou mesmo a tornar sem efeito o último (o que, segundo Weizmann, implicaria em desprestígio), concordou o primeiro-ministro em incorporar os resultados das negociações numa carta pública – a ser lida na Câmara dos Comuns e comunicada à Liga das Nações – por ele subscrita e endereçada a Weizmann. Datada de 13 de fevereiro de 1931, estava a carta redigida em tom amistoso e representava um giro de 180 graus em relação ao Passfield White Paper. Dizia ela:

> A obrigação de facilitar a imigração de judeus e encorajar uma colonização judaica intensiva continua sendo uma obrigação categórica do Mandato, e pode ser cumprida sem prejuízo dos direitos e posição de outras partes da população da Palestina.
>
> ...O Governo de Sua Majestade não prescreveu nem cogita de qualquer suspensão ou proibição da imigração judaica em nenhuma de suas categorias.
>
> ...O princípio do emprego preferencial, ou mesmo exclusivo, de mão de obra judaica por organizações judaicas é um princípio que a Agência Judaica tem o direito de sustentar.

Continha ainda a carta referências elogiosas "ao trabalho construtivo realizado pelo povo judeu na Palestina", que teve "efeitos benéficos sobre o desenvolvimento e bem-estar de todo o país", e assegurava ser intenção do governo "iniciar uma política ativa de desenvolvimento que, acredita-se,

resultará em benefício substancial e duradouro tanto para judeus quanto para árabes".

A opinião pública britânica pró-sionista acolheu a carta do primeiro-ministro como uma genuína alteração de política e uma garantia de que a promessa de Balfour seria cumprida. Entre os judeus a opinião se dividiu, embora tenha o Dr. Weizmann declarado publicamente que, a seu ver, a carta de MacDonald havia "restabelecido as bases para aquela cooperação com a Potência Mandatária sobre a qual se fundamenta nossa política"[11]. A reação dos líderes árabes foi Obviamente desfavorável, tendo eles qualificado o documento como "carta negra".

Na prática a carta de MacDonald evitou apenas que as sugestões restritivas (sobre venda de terras e imigração) contidas nos relatórios Shaw e Hope Simpson tivessem aplicação imediata, conforme preconizado pelo Passfield White Paper. (A recusa do governo britânico em anular esse documento é por si só bastante significativa). O perigo para o Lar Nacional não estava de modo algum debelado, mas apenas adiado – os germes contidos no White Paper de 1930 iriam frutificar, menos de um decênio depois no White Paper de 1939.

A atitude dos dirigentes sionistas diante das marchas e contramarchas britânicas agitou o 17° Congresso Sionista, reunido em Basileia de 30 de junho a 15 de julho de 1931. Crescia a oposição à política conciliatória de Weizmann (que acedera em permanecer à frente da Organização Sionista e da Agência Judaica até a realização do Congresso); defendeu-a Weizmann como sendo a única política realizável na prática, recomendando a continuação da colaboração com o governo britânico e a aproximação com os árabes. Seus opositores mais violentos eram os revisionistas, chefiados por Jabotinsky; ao seu lado, também hostilizando Weizmann (embora de modo mais moderado), estavam o partido religioso Mizrachi, os sionistas radicais (grupo dissidente dos sionistas-gerais que, sob a chefia do Dr. Nahum Goldmann, ao mesmo tempo que dava grande importância ao capital privado e à imigração de classe média, advogava uma política

[11] Afirma Weizmann em sua autobiografia: "Achei que a carta retificava a situação – a forma não tinha importância".

agressiva), e parte considerável dos sionistas gerais[12]. Weizmann ficou em minoria, contando apenas com os trabalhistas e parte dos sionistas-gerais.

O Conselho da Agência Judaica, entretanto, reunido logo após o encerramento do Congresso, aprovou a ação dos seus representantes nas discussões que conduziram à carta de MacDonald e aceitou essa carta como base para negociações ulteriores. Manifestou, outrossim, o Conselho seu "sério desejo pela criação de um entendimento durável na Palestina entre judeus e árabes com base na confiança e respeito recíprocos, e sua convicção de que judeus e árabes têm um interesse comum no desenvolvimento pacífico da Palestina".

Para suceder a Weizmann na presidência da Organização Sionista e chefia da Agência Judaica foi eleito Nahum Sokolow (que permaneceria no cargo até 1935). O novo Executivo, também eleito pelo Congresso, era um executivo de coalizão – revisionistas excluídos – em que predominava a corrente trabalhista. O Departamento Político da Agência Judaica ficou em mãos de um jovem e brilhante líder trabalhista, Chaim Arlosoroff, já há alguns anos consultor político da Histadrut. Não representavam tais mudanças, contudo, qualquer modificação sensível na política sionista oficial. Nahum Sokolow filiava-se à corrente moderada de Weizmann, e ao apresentar o programa do novo Executivo declarou que um dos seus principais objetivos seria "tomar medidas ativas nas esferas econômica, social e política visando desenvolver relações e estabelecer uma aproximação entre judeus e árabes na Palestina". Pode-se considerar, assim, que o maior derrotado no 17º Congresso não foi Weizmann e sim Jabotinsky.

Ainda em 1931 ocorreu importante mudança na alta administração da Palestina, deixando Sir John Chancellor o cargo de alto-comissário. A esse tempo (novembro) já não estava mais o Colonial Office com Lord Passfield, substituído inicialmente pelo trabalhista J. H. Thomas (que encarava o sionismo com simpatia) e, após as eleições gerais de outubro, pelo conservador Sir Philip Cunliffe-Lister, que igualmente demonstraria grande interesse e compreensão pelo problema da Palestina. O novo alto-comissário era o general Sir Arthur Wauchope, antigo comandante das

[12] Em resposta às críticas mais ruidosas declarou Weizmann: "As muralhas de Jericó caíram ao som de gritos e trombetas. Nunca ouvi falar de muralhas serem erguidas com esses meios".

forças britânicas na Irlanda, homem que aliava ao senso de disciplina militar e a uma inteligência viva e rápida uma profunda sensibilidade artística. Sobre ele assim se expressou Weizmann: "Sir Arthur era um notável administrador e erudito, talvez o melhor alto-comissário que teve a Palestina... Ao contrário dos que o precederam, ele realmente procurou compreender os valores éticos que alicerçam o movimento sionista e o nosso trabalho na Palestina... Ficou profundamente impressionado com certos aspectos da vida palestinense, em especial com os kibbutzim[13]... Sentia-se atraído por alguns líderes do movimento, como o jovem Arlosoroff... Dava grande valor aos métodos científicos do nosso programa agrícola, e era um assíduo visitante da Estação Agrícola Experimental de Rehovoth". (Tudo isso refletia, sem dúvida, uma mudança de orientação em relação à Palestina, mas, conforme poderá ser constatado adiante, tratava-se de mudança precária e efêmera.)

Os principais pontos do programa de governo anunciado por Wauchope foram: 1) manutenção da segurança pública; 2) assistência à população, em todos os seus setores, para ampliação do seu desenvolvimento econômico e encorajamento dos sentimentos de boa vontade através da cooperação no campo econômico; 3) aumento do sentimento de confiança entre povo e governo. Tinha o novo alto-comissário a convicção de que as duas finalidades principais do Mandato – desenvolvimento do Lar Nacional Judaico e desenvolvimento de instituições autônomas de governo – eram perfeitamente conciliáveis, e que uma política de aproximação entre judeus e árabes, se realizada com firmeza, acabaria dando bons resultados; acreditava que a melhor maneira de promover a cooperação entre judeus e árabes seria pô-los a trabalhar juntos na melhoria da vida econômica do país. Tais propósitos conciliatórios eram certamente elogiáveis, mas restava uma dúvida – estariam os árabes dispostos a cooperar? É o que veremos.

Em dezembro daquele mesmo ano de 1931 reuniu-se em Jerusalém um Congresso Islâmico Mundial; não deixou ele passar a oportunidade de

[13] Kibbutzim é o plural de kibbutz, fazenda coletiva cujos princípios básicos se assemelhavam aos da kvutzah, sendo porém o conceito desta ampliado com a inclusão de atividade industrial e sem restrições quanto ao tamanho do grupo. Com o passar do tempo a diferença entre kvutzah e kibbutz foi progressivamente diminuindo, chegando essas palavras a serem usadas como sinônimos.

se manifestar contra o sionismo, recomendando o boicote dos "produtos sionistas". No ano seguinte foi organizado na Palestina, sob a chefia do extremista árabe Auni Abdul Hadi, o Istiqlal (Partido da Independência), cujo programa era essencialmente de oposição à Grã-Bretanha (considerada principal inimigo das aspirações árabes de independência na Palestina)[14]. Na mesma época foi formada uma organização de juventude árabe, aparentemente nos moldes dos escoteiros, entre cujas atividades figuravam patrulhar as costas da Palestina para denunciar a imigração judaica ilegal, combater a venda de terras a judeus, e fazer cumprir o boicote contra os produtos judeus.

Em novembro de 1932 a questão da Palestina voltou a ser debatida na Comissão de Mandatos. Mostrou-se esta favoravelmente impressionada com as medidas tomadas pelo alto-comissário em relação ao desenvolvimento econômico do país; todavia alguns de seus membros (o presidente da Comissão, marquês Theodoli, entre eles) não esconderam seu ceticismo quanto à cooperação árabe.

E, no entanto, a cooperação árabe-judaica não era impossível, desde que os árabes assim o quisessem. Um exemplo assaz significativo ocorreu em janeiro de 1933, quando a Agência concluiu negociações com o emir Abdullah para o arrendamento de 17.500 acres de terra na Transjordânia por um período de 33 anos, duas vezes renovável por períodos iguais; destinar-se-iam essas terras à colonização, prevendo-se o estabelecimento nelas de 1.500 famílias de agricultores judeus. Explicou Abdullah visar, com essa concessão, "dar ao seu país a possibilidade de ser desenvolvido por um elemento ativo e segundo as mesmas linhas prósperas como a Palestina". Mas logo que a transação se tornou conhecida manifestou-se forte pressão – não só de árabes (o Istiqlal ameaçou Abdullah de deposição) mas também de elementos britânicos – para obter sua anulação. Abdullah então recua, anunciando o cancelamento do acordo e autorizando a imprensa árabe a declarar que para o futuro não tinha a intenção de arrendar terras a estrangeiros[15].

[14] Supunha naturalmente o Istiqlal que uma vez resolvido o caso com os ingleses seria fácil tratar dos judeus.

[15] Vale a pena salientar que os xeques árabes da Transjordânia não se opunham à transação, até pelo contrário.

O penúltimo dia daquele janeiro de 1933 marca um acontecimento cujas consequências para os judeus seriam as mais tremendas: Adolf Hitler – graças à parvoíce do senílico e decrépito marechal Paul von Hindenburg – assume o cargo de chanceler da Alemanha. Inaugurava-se o regime nazista – a mais execrável das formas de governo, a mais abominável das ditaduras: a ditadura da ralé[16]. Não cabe aqui a análise das origens patológicas do antissemitismo de Hitler, mas acreditamos oportuna a transcrição do que afirma o historiador Joseph Tenenbaum: "Para Hitler o antissemitismo era um credo inalterável, algo que ficava além da razão... O judeu era seu inimigo pessoal, o receptáculo do seu escárnio e desprezo, o objeto do seu insaciável desejo de vingança".

A primeira medida antissemita de natureza coletiva organizada pelo governo nazista ocorreu a 10 de abril de 1933: um boicote de âmbito nacional contra negociantes e profissionais judeus. Permitam-nos, mais uma vez, recorrer às palavras apropriadas de Joseph Tenenbaum: "A política nazista em relação aos judeus foi coerente desde o início: eliminação – comercial, profissional e física – de todos os judeus sob dominação alemã. Só os métodos mudaram: da emigração, passando pela deportação, até o assassinato. Antes da guerra era a emigração o método preferencial". Muitos judeus alemães, entretanto, ainda mantinham ilusões, ilusões desastrosas, e a sede da Associação dos Veteranos de Guerra Judeus do Reich chegou a emitir instruções a todas as suas filiadas no sentido de que os judeus alemães deveriam ser desencorajados de emigrar para não abrir mão da posição que ocupavam na Alemanha![17]

Não obstante serem as próprias autoridades nazistas a princípio favoráveis à emigração de judeus (durante algum tempo permitiram mesmo que organizações sionistas continuassem a funcionar, admitindo até coleta de fundos para o Fundo Nacional Judaico), não foi essa uma emigração em larga escala. Todavia, dos que emigravam, parte considerável se dirigia à Palestina. E ali esse acréscimo imigratório acarretou um incremento na

[16] Não é essa apenas nossa opinião pessoal. Karl Jaspers: "Criminosos notórios começaram a dirigir o país". Lord Strang: "Um regime tão abjeto como jamais fora encontrado na história da humanidade". Alan Bullock: "A sarjeta subiu ao poder". Louis L. Snyder: "Um mergulho na bestialidade como o mundo ainda não testemunhara em toda sua história".

[17] Os membros da Associação dos Veteranos de Guerra Judeus bem como os do Movimento de Renovação dos Judeus Alemães chegariam até a solicitar, em 1935, que lhes fosse permitido servir no novo exército alemão! (O pedido, é claro, não foi atendido.).

propaganda antissionista do Executivo árabe, não tardando esse órgão a lançar um manifesto à "nação árabe" protestando não só contra a imigração judaica como também contra compra de terras por judeus. Dizia esse manifesto que "a tendência geral dos judeus de se apoderarem das terras deste sagrado país e sua afluência ao mesmo às centenas e aos milhares, por meios legais e ilegais, aterrorizam o país". Enquanto isso, a imprensa árabe encetava uma campanha antissionista, que se tornava gradativamente mais inflamada e agressiva, estimulando ao mesmo tempo agitações através do país.

No campo da política interna sionista houve, no decorrer de 1933, um agravamento da tensão entre trabalhistas e revisionistas. Estes, liderados por Jabotinsky, passaram a agir independentemente da Organização Sionista, chegando por vezes a utilizar o boicote contra a mesma, procurando dessa forma solapar o prestígio e a autoridade da organização a que, pelo menos teoricamente, deviam obediência; seus ataques mais virulentos eram, contudo, reservados aos trabalhistas[18].

A animosidade entre trabalhistas e revisionistas aumentou grandemente em consequência de um crime ocorrido na noite de 16 de junho de 1933 em Tel Aviv: quando se encontrava passeando com a esposa junto à praia foi o líder trabalhista Chaim Arlosoroff alvejado por dois homens, morrendo poucos dias depois sem ter recobrado a consciência. (Foi essa uma imensa perda para o sionismo – homem moderado, admirador das instituições britânicas, era Arlosoroff amigo do alto-comissário e gozava da simpatia dos ingleses; pouco antes de sua morte estivera em Berlim, para onde fora enviado a fim de negociar um acordo referente à emigração de judeus alemães, e após conversações preliminares voltara à Palestina para relatá-las a colegas e autoridades britânicas.) Acreditou-se ter sido um ato de terrorismo político, recaindo as suspeitas sobre os revisionistas. (Ben-Gurion declarou estar convencido da culpabilidade revisionista, mas os revisionistas revidaram acusando Ben-Gurion e a Histadrut de responsáveis pelo crime...). Dois homens ligados ao Partido Revisionista foram presos,

[18] Não faltava a essa oposição revisionista ao trabalhismo um ângulo social, pois os revisionistas, oriundos da classe média, apoiavam-se principalmente na pequena burguesia.

acusados da autoria do crime, e – em abril do ano seguinte – submetidos a julgamento; acabaram, contudo, sendo absolvidos por falta de provas[19].

O assassinato de Arlosoroff agitou os debates do 18° Congresso Sionista reunido em Praga (21 de agosto a 4 de setembro de 1933). Mas o tema predominante foi a tragédia dos judeus alemães. Houve solenes protestos contra as discriminações e perseguições, e houve também apelos à Liga das Nações (tanto uns quanto outros inteiramente inócuos). Com referência à imigração na Palestina foi aprovada uma resolução protestando "contra o sistema de constante restrição da imigração, que se manifesta de maneira particularmente forte no período atual, em que as massas judaicas da Diáspora se encontram em séria crise econômica e política, em que o judaísmo alemão está sendo arruinado". Quanto às relações árabe-judaicas foi aprovada outra resolução, que dizia em parte:

> O Congresso assinala que não só não há antítese entre os esforços do povo judeu e os interesses vitais das massas árabes, como também que a colonização judaica é o fator fundamental no desenvolvimento do país, promovendo o bem-estar de amplas seções da sua população não judaica. O impressionante contraste entre o ocidente da Palestina, cujo desenvolvimento demonstra progresso rápido, e a Transjordânia, que sofre estagnação econômica, é testemunho da melhor condição do território que goza das vantagens da atividade desenvolvimentista judaica.

O novo Executivo então eleito representava uma coligação trabalhista-sionista-geral; era presidido por Nahum Sokolow (reeleito), e entre seus membros figuravam duas futuras destacadas personalidades da política israelense: Moshe Shertok (depois Sharett) e David Ben-Gurion[20].

[19] Em junho de 1955, transcorridos portanto 22 anos do atentado, um ex-alto funcionário policial da época do mandato fez em Tel Aviv uma revelação sobre o caso: os dois revisionistas suspeitos não seriam realmente culpados da morte de Arlosoroff – o crime teria sido cometido por dois árabes que chegaram a confessá-lo, mas as autoridades policiais britânicas, que já haviam prendido os revisionistas, não estavam dispostas, por razões de prestígio, a admitir o erro.

[20] Nascido na pequena cidade de Plonsk (Polônia) em 1886, David Green fora espontaneamente, aos 20 anos, para a Palestina. Usou pela primeira vez o nome Ben-Gurion em 1910, ao assinar seu primeiro artigo escrito para um mensário sionista em Jerusalém (*Achdut*), cujos editores eram o futuro presidente de Israel, Ben-Zvi, e sua futura esposa.

Prosseguia pertinazmente a imprensa árabe em sua campanha de provocações e incitamento, chegando a acusar o governo de estar deliberadamente "inundando o país com judeus com o intuito de deslocar os árabes de suas terras e privá-los dos seus empregos". Comícios eram organizados pelo Partido Istiqlal, a Associação Muçulmana de Moços e a Associação Cristã Muçulmana (donde se conclui que quando se tratava de malhar judeus, árabes cristãos e muçulmanos esqueciam suas diferenças)[21].

No início de outubro anunciou o Executivo Árabe, para o dia 13, uma "greve geral" e uma "demonstração" diante dos edifícios governamentais em Jerusalém. Na data marcada, não obstante proibição das autoridades, realizou-se a manifestação, tendo a polícia feito uso de cassetetes para dispersar a multidão. A 27 do mesmo mês provocaram os árabes novo distúrbio em Jaffa, ocorrendo igualmente agitações em Nablus, Haifa e Jerusalém; edifícios públicos e soldados da polícia foram apedrejados, e por vezes viram-se os policiais obrigados a recorrer às suas armas de fogo[22].

O último dia de outubro de 1933 marca a abertura do porto (novo) de Haifa, que se tornaria ponto terminal de um sistema de transportes ligando o Iraque ao Mediterrâneo. (No ano seguinte as refinarias de Haifa seriam ligadas aos campos petrolíferos de Kirkuk, no Iraque, por meio de um oleoduto.)

Em janeiro de 1934 foi promulgada uma "Ordenação das Corporações Municipais", pela qual foram estabelecidos conselhos locais em diversas cidades da Palestina; quando se tratasse de cidades de população mista eram tais conselhos constituídos de judeus e árabes. Com essa providência visava Sir Arthur Wauchope proporcionar um estímulo à cooperação árabe-judaica.

Alguns meses depois veio à baila nova medida político-administrativa, ao voltar o governo a cogitar da instituição de um conselho legislativo (a Agência Judaica já se manifestara contrária ao mesmo cerca de dois anos antes). Mais uma vez representantes da Agência Judaica manifestaram sua oposição, alegando ser tal reforma prematura devido à

[21] O que lembra a observação de Voltaire: "A religião judaica, mãe do cristianismo e avó do maometismo, espancada por seu filho e seu neto".

[22] É interessante notar que, ao contrário dos distúrbios anteriores (1920, 1921 e 1929), os de outubro de 1933 eram dirigidos não diretamente contra os judeus mas contra o governo. (O que prova que, pelo menos por esta vez, o governo não estava ao lado dos árabes...).

desproporção numérica ainda existente entre árabes e judeus. Argumentava a Agência Judaica: o Mandato concedia ao povo judeu um *status* especial na Palestina; se o Conselho Legislativo fosse instituído sob as condições numéricas então existentes aquele *status* especial seria implicitamente reduzido, ficando em consequência os judeus palestinenses rebaixados ao nível de uma minoria. Não obstante essas objeções decidiu o governo levar avante o seu plano.

O ano de 1934 assinala também a fundação na Palestina de uma notável instituição de pesquisas científicas: o Instituto Daniel Sieff. Precursor do atual Instituto Weizmann, foi o mesmo estabelecido graças às contribuições de duas famílias judaicas inglesas, Sieff e Marks. A inauguração deu-se a 3 de abril, estando presente Sir Arthur Wauchope. Daniel Sieff fora o filho mais moço de Israel e Rebecca Sieff; estudante dotado de excepcionais qualidades, com especial interesse pelas ciências naturais, seus pais lhe haviam prometido um laboratório de pesquisas; contudo, falecera antes de concluir seus estudos universitários: Weizmann, amigo da família, sugeriu ao casal Sieff que em memória do filho estabelecessem um instituto de pesquisas em Rehovoth. O objetivo primordial de Weizmann era, com esse Instituto, explorar a possibilidade de aliar a agricultura ao desenvolvimento industrial; ao mesmo tempo serviria a instituição (como de fato serviu) para acolher cientistas judeus expulsos da Alemanha.

Decorrido cerca de um ano dos distúrbios de 1933, submeteu o Executivo árabe ao alto-comissário um protesto formal contra a imigração judaica e a compra de terras por judeus, alegando que isso violava as garantias aos interesses árabes contidas no Mandato. Respondeu o alto-comissário que o número de imigrantes não excedera a capacidade de absorção do país, e que ele vinha fazendo todo o possível para proteger os cultivadores árabes e aumentar a produtividade da terra. (Tal resposta, evidentemente, não satisfez o Executivo árabe.).

1935 marcou a introdução na Palestina, embora em âmbito restrito, do uso do hebraico no serviço telegráfico do país. Resultou isso de uma longa e árdua campanha, realizada quase que isoladamente por um único indivíduo: Israel Amikam (advogado em Haifa). As principais etapas dessa campanha, pelo que contém de ilustrativo, merecem ser relembradas. Foi ela iniciada por Amikam, através de artigos de jornal, em 1922, quando

começou a trabalhar no Departamento de Correios e Telégrafos. Seus superiores britânicos tentaram dissuadi-lo, ameaçando-o de demissão caso insistisse em fazer “política”. Em 1928 apelou para o diretor-geral dos Correios, não sendo atendido; igualmente sem atendimento ficou uma solicitação à Alta Corte de Justiça. Em 1930, após recusa do secretário das Colônias de tratar da questão “por motivos administrativos e financeiros”, escreveu ao *Times* e teve uma entrevista com o deputado inglês coronel Josiah Wedgwood, então em visita à Palestina. Não obtendo êxito, dirigiu-se no ano seguinte à Comissão Permanente de Mandatos. Esta, em resolução adotada em janeiro de 1932, manifestou a esperança de que a Potência Mandatária reexaminasse a questão “a fim de verificar se ainda prevalecem as dificuldades técnicas e financeiras”. Não demonstrando o governo qualquer pressa nesse reexame, procurou Amikam o alto-comissário que prometeu estudar o caso. Finalmente, em dezembro de 1934, foi Amikam informado por Sir Arthur Wauchope que a partir de 10 de janeiro seriam aceitos e entregues, em 21 localidades, telegramas redigidos em hebraico, e que “em todos os casos a transmissão será efetuada por telefone” (ficava desse modo superada a dificuldade de introduzir um código Morse especial)[23].

No campo da política interna sionista temos a assinalar em 1935 primeiramente o agravamento da divergência entre os revisionistas e os demais membros da Organização Sionista. A 23 de abril Jabotinsky anunciou a secessão do seu grupo, com o qual constituiu, algum tempo depois, a Nova Organização Sionista, cuja principal atividade se resumiria em ataques à organização da qual se cindira[24].

Em agosto-setembro esteve reunido em Lucerna (Suíça) o 19° Congresso Sionista, para cuja presidência foi eleito Weizmann. Oposição ao plano britânico de estabelecer na Palestina um Conselho Legislativo foi manifestada por porta-vozes de diversas correntes. Ben-Gurion, por exemplo, assim se expressou: “Qualquer tentativa para transferir poderes legislativos, seja formalmente ou de fato, àqueles elementos que não reconhecem as obrigações do Mandato e os direitos da nação judaica à sua

[23] Os primeiros aparelhos telegráficos impressores para língua hebraica só seriam introduzidos em 1945.
[24] Os revisionistas voltariam à Organização Sionista em 1946, dissolvendo-se então a Nova Organização Sionista.

terra, qualquer tentativa que reduza as esperanças de alcançar um entendimento árabe-judaico sincero e digno de confiança, qualquer tentativa desse gênero encontrará a mais firme e decidida oposição do povo judeu". Weizmann, contudo, advertiu o Congresso contra a transformação da "não participação no Conselho Legislativo numa política generalizada de não cooperação com o governo britânico", lembrando que "não nos sobram amigos, e o governo britânico foi o único que nos permitiu desenvolver a Palestina". O ponto de vista, podemos dizer oficial, do Congresso em relação ao Conselho Legislativo foi dado através da seguinte resolução:

> O 19º Congresso Sionista soube, com grande inquietação, da intenção do Governo Mandatário de estabelecer na Palestina um Conselho Legislativo. O Congresso vê nisso um passo em sentido contrário ao espírito do Mandato, que reconhece ser o destino da Palestina de interesse não só da comunidade judaica vivendo na Palestina mas de toda a nação judaica. Qualquer instituição legislativa que se baseasse na composição atual da população palestinense, reduzindo assim a comunidade judaica na Palestina à situação de uma minoria, feriria um direito fundamental do povo judeu. A concessão de autoridade legislativa àqueles elementos da população que abertamente rejeitam o Mandato e se opõem ao Lar Nacional é uma refutação do Mandato. Sem um reconhecimento explícito do Mandato por parte dos representantes da população não judaica da Palestina, sem uma verdadeira compreensão entre judeus e árabes, qualquer instituição do gênero da preparada pelo governo colocará em perigo o crescimento do Lar Nacional e impedirá os esforços construtivos que têm trazido benefícios tanto a árabes quanto a judeus. Tal instituição será uma fonte de atritos e antagonismos entre as duas seções da população palestinense, e destruirá as esperanças de uma cooperação comum entre a população e o governo. A criação de tal instituição é igualmente um passo errado, considerando-se o baixo nível de autonomia municipal no país.
>
> Por isso, reitera o Congresso sua oposição ao estabelecimento de um Conselho Legislativo no presente estágio de desenvolvimento do país, e vê-se forçado a rejeitar incondicionalmente o plano do governo.

Outras resoluções aprovadas referiam-se a protestos contra as perseguições na Alemanha, apelo ao governo britânico para facilitar a imigração judaica na Palestina, e queixas sobre a política aplicada naquele país pela potência mandatária (restrições à imigração, redução na

participação de trabalhadores judeus nas obras públicas, percentagem indevidamente pequena de funcionários judeus nos serviços governamentais). Para a presidência da Organização Sionista foi eleito, mais uma vez, o Dr. Chaim Weizmann (que aceitou com muita relutância, cedendo a insistentes pedidos de amigos); na mesma ocasião foi escolhido um novo Executivo, de coligação (3 trabalhistas, 3 sionistas-gerais e 1 do partido religioso Mizrachi)[25].

A guerra ítalo-etíope – iniciada a 3 de outubro de 1935 com a covarde agressão italiana ao indefeso país africano[26] – não deixou de repercutir na Palestina, criando ali um ambiente de tensão. Agravou-se esta ao ser descoberta, acidentalmente, uma grande quantidade de armas e munições, escondidas no meio de um carregamento de cimento que estava sendo desembarcado em Jaffa. O consignatário da carga era um judeu residente em Tel Aviv, o que foi apresentado pela imprensa árabe como prova definitiva de que os judeus estavam se armando em larga escala. Uma delegação árabe solicitou ao alto-comissário o confisco das armas confiadas pelo governo às colônias judaicas, buscas de armas entre os judeus e permissão para organizar patrulhas árabes com o fim de vigiar praias e fronteiras. Todavia, esse pedido para total desarmamento dos judeus viu-se consideravelmente prejudicado com a descoberta de apreciável quantidade de armas num lugarejo árabe da região de Tulkarm e a captura, pela polícia, de um bando de terroristas árabes que agia na Galileia...

Cabe assinalar aqui – e isso agora já é de completo domínio público – que a coletividade judaica palestinense, na clandestinidade (pois não havia outro meio), preparava-se militarmente com certo afinco. Moshe Pearlman, em seu livro intitulado *O Exército de Israel*, refere-se da seguinte maneira ao período subsequente aos distúrbios de 1929: "Nos anos que se seguiram a Haganah crescia firme, cuidadosa e democraticamente. O treinamento tinha que ser secreto, as armas obtidas ilegalmente e escondidas... Os membros da Haganah eram homens e mulheres fisicamente aptos, de todas as classes sociais e níveis de vida, possuídos de espírito público e vontade

---

[25] Notou-se nesse Congresso um uso bem maior do hebraico, decorrente de uma repugnância instintiva em falar a língua do então inimigo nº 1 dos judeus – a Alemanha nazista.

[26] Palavras do historiador americano Frederick L. Schuman: "Dos dias de Bismarck até o presente, o papel da Itália... tem sido o de um chacal, atacando somente os pequenos e os fracos, estraçalhando os já mortalmente feridos, ou agarrando os ossos dos festins dos grandes carnívoros".

de servir à nação". A preparação começava nas escolas (de acordo com um programa de instrução pré-militar estabelecido pela Haganah em 1930 e destinado a jovens – rapazes e moças – de 14 a 17 anos), compreendendo exercícios de campanha, sinalização, tiro, etc. Escolares de 12 anos eram utilizados nas operações (clandestinas, é claro) da Haganah como mensageiros.

Em fins de novembro uma delegação árabe apresentou ao alto-comissário um memorando em que, sustentando a tese de que a violência ocorrente na Palestina resultava diretamente da política governamental de apoio ao estabelecimento do Lar Nacional Judeu, se solicitava a proibição da transferência de terras a judeus e a cessação imediata da imigração judaica. O alto-comissário encaminhou o memorando a Londres[27]. Enquanto isso, porém, insistia com sua proposta de Conselho Legislativo. A 21 de dezembro foi o plano formalmente apresentado aos árabes, e no dia seguinte a representantes de organizações judaicas. Segundo esse plano o Conselho se constituiria de 28 membros, dos quais 12 eleitos (8 muçulmanos, 3 judeus e 1 cristão), 11 nomeados (3 muçulmanos, 4 judeus, 2 cristãos e 2 representantes de interesses comerciais estrangeiros) e 5 funcionários governamentais; além desses haveria ainda um presidente, que deveria ser um indivíduo imparcial, até então não ligado à Palestina. As atribuições do Conselho seriam limitadas, e sujeitas ao veto do alto-comissário.

A Agência Judaica, com base na resolução aprovada pelo Congresso Sionista de Lucerna, rejeitou prontamente as propostas britânicas. A reação árabe não foi uniforme; enquanto alguns se inclinavam para uma política de cooperação com o governo (portanto aceitação do Conselho Legislativo), outros – que poderíamos chamar de extremistas, como os partidários do mufti e o Istiqlal – rejeitaram o plano governamental. (Aliás, os extremistas árabes sentiam-se grandemente animados com os êxitos italianos na Etiópia e mais ainda com o fracasso das sanções da Liga das Nações.)

Também no Parlamento inglês foi a questão do Conselho Legislativo objeto de acalorados debates – na Câmara dos Lords (opinião geral

[27] A resposta do Colonial Office veio em janeiro do ano seguinte: com relação à venda de terras era intenção do governo impedir qualquer transferência de terras em que o proprietário árabe não conservasse "o mínimo viável"; e quanto à imigração, já vinha sendo cuidadosamente dosada de acordo com a capacidade econômica do país.

desfavorável) em fevereiro de 1936 e no mês seguinte na Câmara dos Comuns, onde o plano foi criticado pelos trabalhistas e por alguns conservadores (como Winston Churchill e Leopold S. Amery, ambos ex-secretários das Colônias). Embora um tanto incomodado com essas críticas, não se dispôs o governo britânico a abandonar o seu plano. Procurou, todavia, torná-lo mais do agrado dos árabes, e a 2 de abril o secretário das Colônias (J. H. Thomas) informava aos líderes árabes estar pronto a recebê-los a fim de com eles discutir modificações no projeto. Mas antes que os árabes pudessem chegar a acordo sobre a composição da delegação que deveria ir a Londres eclodiu na Palestina nova onda de graves e sangrentos distúrbios, a que não estavam alheios fatores externos como o recrudescimento da agitação nacionalista no Egito e Síria e as transmissões, dirigidas à Palestina, da rádio fascista de Bari (Itália), insuflando a agitação com uma constante propaganda antibritânica.

Esses distúrbios, conhecidos pela denominação genérica de "revolta árabe", iniciaram-se na noite de 15 de abril, quando salteadores árabes atacaram dez automóveis na estrada Tulkarm-Nablus roubando os pertences dos passageiros; destes, dois judeus depois de jogados num caminhão foram assassinados, Não tardou a represália – na noite seguinte, perto de Petah Tiqva, foram encontrados mortos dois árabes. Poucos dias depois, instigados por boatos de que mais árabes haviam sido mortos por judeus, turbas árabes em Jaffa atacaram judeus matando três. A ordem foi restabelecida com alguma dificuldade; impôs-se o toque de recolher em Jaffa e Tel Aviv (onde haviam ocorrido manifestações antiárabes por ocasião do enterro de uma das vítimas do assalto na estrada Tulkarm-Nablus), e por proclamação do alto-comissário entraram em vigor drásticas leis de emergência que autorizavam prisões e buscas sem ordem judicial, deportações, apreensões e utilização de veículos, e censura.

A 20 de abril foi organizado em Nablus um "comitê nacional árabe"[28] cuja primeira resolução foi recomendar uma greve geral para todo o país, a vigorar até que a Grã-Bretanha concordasse em executar integralmente o programa dos nacionalistas árabes. E a 25, em reunião de representantes de vários partidos árabes, foi estabelecido um comitê supremo, logo conhecido pelo nome de Comitê Superior Árabe; era formado por dez membros, sob a

[28] Antes do término do mês formar-se-iam comitês análogos em todas as localidades com grande concentração de população árabe.

presidência do mufti de Jerusalém. Apressou se esse Comitê Superior Árabe em aprovar uma resolução determinando o prosseguimento da greve geral até que o governo britânico modificasse fundamentalmente sua política e reiterando exigências já feitas anteriormente (proibição da imigração judaica e da transferência de terras árabes a judeus, e substituição do mandato por um governo nacional). Implicava isso numa rejeição da proposta referente ao Conselho Legislativo. Nem assim o alto-comissário perdeu as esperanças, aconselhando aos líderes árabes enviarem sua delegação a Londres; advertiu-os, contudo, contra a continuação ou encorajamento de atos ilegais. Em resposta, declararam os árabes lamentar fosse a greve acompanhada de violências, e quanto ao envio da delegação a Londres condicionaram-na a uma prévia suspensão da imigração judaica. Tal condição foi considerada inaceitável pela Administração.

Dias depois, em Jerusalém, reuniu-se uma conferência geral árabe (de delegados de todos os comitês nacionais) que, reafirmando a posição assumida pelo Comitê Superior, ameaçou instaurar no país um programa de desobediência civil. Wauchope, sempre otimista, tentou mais uma vez conciliar os árabes, informando-os que, tão logo voltasse a tranquilidade ao país, o governo britânico nomearia uma comissão de inquérito para investigar as queixas árabes. Também aí nada feito. Mas, transcorrida menos de uma semana era a Câmara dos Comuns informada por J. H. Thomas, secretário das Colônias, que ficara "decidido, após a restauração da ordem, aconselhar Sua Majestade a nomear uma Comissão Real que, sem submeter à sua consideração os termos do Mandato, investigará as causas de intranquilidade e as queixas alegadas, quer de árabes quer de judeus". Aduziu Thomas que a ordem teria de ser restabelecida antes da Comissão partir para a Palestina, e que sem que fosse previamente estudado o relatório da Comissão "não se poderia ter em vista qualquer mudança de política".

Nesse mesmo dia, 18 de maio, divulgou o alto-comissário a quota de imigração de judeus para o semestre abril-setembro de 1936. Cerca de um mês antes a Agência Judaica submetera um requerimento para 11.200 vistos, mas o alto-comissário afirmara então que qualquer decisão a respeito seria adiada até que a situação do país se estabilizasse. Os líderes árabes haviam feito da suspensão da imigração uma condição indispensável para a cessação da greve. O governo palestinense, contudo, depois de notificado pela Agência Judaica de que consideraria o continuo adiamento da

publicação da quota como "uma rendição à violência", resolvera divulgar essa quota – apenas 4.500 para todo o semestre (ou seja, 750 por mês).

A greve árabe, iniciada pelos mercadores de Jaffa e Jerusalém, propagara-se para outras cidades. Frequentemente era acompanhada de manifestações violentas nas quais judeus eram assaltados e apedrejados. Também os distritos rurais foram atingidos pelas desordens. Os atos de terrorismo e sabotagem eram em geral cometidos à noite – casas e plantações eram incendiadas, pomares destruídos, poços d'água e tubos de irrigação danificados, rodovias minadas (outras vezes espalhavam-se pregos), fios telefônicos cortados, trens descarrilhados; residências, sinagogas e escolas judaicas eram alvos frequentes de tiros e bombas.

Não obstante a chegada de reforços militares (pedidos pelo alto-comissário), as providências adotadas pelas autoridades britânicas foram insuficientes e inadequadas. Mantinha ainda Sir Arthur Wauchope a ilusão de poder conseguir a boa vontade dos líderes árabes, e por isso recusou-se a decretar a lei marcial ou autorizar medidas militares mais enérgicas.

A revolta se agravou durante os meses de verão. Os bandos árabes cresciam em número e eram supridos de armas e munições, apreciável quantidade das quais proveniente da Transjordânia. Um ativo apoio aos arruaceiros árabes era também dado pelos colonos nazistas dos velhos estabelecimentos dos Templários na Palestina[29]. Mas os próprios governos alemão e italiano (principalmente este) prestavam à rebelião um considerável auxílio financeiro, sendo que dos fundos recebidos da Itália alguns eram manejados por instituições religiosas italianas[30]. O governo britânico, todavia, achou mais cômodo, pelo menos de público, ignorar essa intervenção estrangeira. Aos bandos rebeldes de árabes palestinenses vieram juntar-se chefes guerrilheiros oriundos do exterior, dentre os quais o mais conhecido era Fawzi el-Kaukji. Este proclamou-se generalíssimo das forças rebeldes (então totalizando cerca de 5.000 homens) e sob sua

[29] Esses estabelecimentos eram Waldheim-Bethlehem, Sarona e Wilhelma. Aliás mesmo antes da guerra de 1914 a comunidade dos Templários (colonos alemães) já se mostrava fortemente hostil ao sionismo.

[30] A 5 de junho de 1936 a *Civiltà Cattolica,* órgão dos jesuítas publicado em Roma, afirmava: "A criação de um Estado judeu aumentaria a ameaça judaica, porque os judeus, ardilosos aproveitadores, penetram em todas as organizações internacionais". E na edição de 3 de outubro do mesmo ano: "Os judeus constituem um sério e permanente perigo para a sociedade".

orientação e comando os bandos árabes chegaram a travar combate até com tropas britânicas[31]. Estas, contudo, eram empregadas somente para manter as rodovias livres e as vias férreas em funcionamento, ou então em defesa de posições estratégicas, não empreendendo contra os guerrilheiros nenhuma ação ofensiva.

E qual era a essa altura dos acontecimentos o comportamento da população judaica? Os órgãos mais representativos da coletividade – a Agência Judaica, o Vaad Leumi e a Histadrut – recomendaram (e, na medida do possível, impuseram) a adoção de dois princípios consubstanciados nas palavras hebraicas *haganah e havlagah.* O significado prático do princípio da haganah (autodefesa) era o de que os judeus se defenderiam dos ataques dirigidos contra eles e seus estabelecimentos, usando armas sempre que necessário. Pelo princípio da havlagah (autocontenção) não tomariam represálias indiscriminadas contra os árabes nem se deixariam provocar para contra-ataques. Podemos dizer que, de um modo geral (foram poucas as exceções), tal política foi seguida firmemente, não obstante sistemáticas provocações árabes e veementes protestos dos revisionistas. Essa atitude de extraordinária moderação causou admiração às autoridades britânicas, e Wauchope chegou a permitir, atendendo a reiterados apelos da Agência Judaica, uma certa expansão dos meios de defesa legais da coletividade judaica. Assim os membros judeus da força policial regular, que em abril de 1936 totalizavam 290, tiveram ao fim do verão o seu número duplicado; ao mesmo tempo foram admitidos 2.700 policiais judeus extranumerários, a fim de proteger localidades expostas e distritos judeus em cidades de população mista[32].

O principal fator que contribuiu para que os ataques às colônias judaicas fossem repelidos foi a existência (e atuação) da Haganah, o exército clandestino judeu. Afirma Moshe Pearlman:

> No norte e no sul havia comunidades agrícolas solitárias, isoladas no deserto, afastadas de centros de auxílio. Elas constituíam alvos óbvios para os bandos árabes... Foram atacadas. Em todos os casos os colonos se defenderam. Sofreram baixas, mas também infligiram baixas aos atacantes. Nenhuma colônia judaica foi evacuada e nenhuma foi destruída. Não houve um único caso de pogrome, no sentido de um grupo de judeus, desarmados, se agacharem diante da ameaça do facão do carniceiro. Eles enfrentaram seus atacantes com firmeza, resistiram de acordo com planos treinados secretamente, com armas adquiridas ilegalmente. Se houvessem confiado nas forças governamentais de segurança, na polícia ou nas tropas britânicas, numerosas colônias estariam transformadas em montões de cinzas e destroços, e cidades-jardins modelos poderiam ter-se tornado silenciosos cemitérios.

[31] A violência árabe não era dirigida apenas contra judeus e britânicos – os próprios membros da população árabe que se mostrassem hesitantes em se associar aos bandos armados ou em pagar os tributos pelos mesmos exigidos recebiam tratamento impiedoso.

[32] A princípio a manutenção desses policiais foi, em grande parte, custeada pela própria comunidade judaica.

Informa o mesmo autor (oficial do exército israelense) que nesse tempo houve até, embora não abertamente, uma espécie de cooperação entre as forças militares britânicas e a Haganah: “Cada unidade britânica possuía um ‘intérprete’ judeu que era na realidade o oficial de ligação entre as autoridades militares britânicas e a Haganah”. Ainda segundo Pearlman os distúrbios de 1936 constituíram para a Haganah uma dupla prova: 1º) se a organização estava em condições de resistir a um ataque em larga escala; 2º) se a Haganah era capaz de manter sua disciplina como força puramente defensiva e não como um agressivo exército privado. “A Haganah passou em ambas as provas”.

Em meados de 1936 dois governos árabes (Transjordânia e Iraque) procuraram intervir na crise palestinense. Em junho e agosto realizaram-se em Amã encontros entre Abdullah (provavelmente agindo por sugestão da Grã-Bretanha) e membros do Comitê Superior Árabe. Nesses encontros procurou o emir da Transjordânia induzir os líderes árabes da Palestina a pôr término à greve e aos distúrbios. Seus esforços, porém, não tiveram êxito, pois os porta-vozes dos árabes palestinenses continuavam insistindo na suspensão da imigração judaica como condição prévia para a pacificação.

Ainda em agosto o ministro do Exterior do Iraque, Nuri as-Said, veio a Jerusalém, onde se entrevistou com Moshe Shertok (da Agência Judaica), a quem tentou persuadir a concordar com uma suspensão voluntária e temporária da imigração judaica, comprometendo-se em troca a convencer os árabes da sinceridade dos judeus em seu desejo de entendimento. Shertok rejeitou a sugestão.

A 3 de setembro ocorreu nas proximidades de Tulkarm um sério conflito entre árabes e tropas britânicas. A atitude governamental tornou-se de imediato mais rígida, anunciando-se logo medidas para reforçar a guarnição militar britânica na Palestina. Poucos dias depois foi emitida uma declaração em que, após um relato dos distúrbios, se anunciava que o emprego da força se tornara imprescindível. Ao mesmo tempo, porém, reafirmava o governo o seu propósito de manter boas relações com os países muçulmanos e reiterava a opinião de que as obrigações para com árabes e judeus eram de igual peso e de modo algum irreconciliáveis. A 12 de setembro foram os membros do Comitê Superior Árabe advertidos de que uma drástica ação militar se achava planejada. No fim do mês chegaram à Palestina novos contingentes, elevando o total de tropas britânicas no país a aproximadamente 20 000, e o alto comissário foi autorizado a tomar qualquer medida de emergência considerada essencial à segurança pública, inclusive decretação da lei marcial.

Diante dessas providências ficaram os líderes árabes em situação difícil, praticamente insustentável. Isso porque militarmente não estavam os bandos árabes em condições de resistir a uma ação britânica enérgica. Além disso, economicamente vinham os árabes sofrendo prejuízos maiores que os judeus. Isso se fez notar principalmente em Jaffa, a mais próspera cidade árabe da Palestina, que teve um grande decréscimo no seu movimento portuário e perdeu muitos dos seus estabelecimentos comerciais e industriais de propriedade judaica. Nas demais localidades árabes da Palestina houve igualmente uma elevação do número de desempregados, devido não só à interrupção dos negócios como também ao desaparecimento do comércio turístico. Particularmente apreensivos estavam os cultivadores árabes de laranjas (que constituíam o grupo que provavelmente mais contribuíra para financiar a rebelião); com a aproximação da colheita ficaram eles receosos quanto à venda da mesma. E ainda, do ponto de vista político, começavam a ser notados sintomas de divergências entre os chefes árabes.

Necessitava, porém, o Comitê Superior Árabe encontrar uma “saída honrosa”. Isso lhe seria possibilitado pelo recebimento, a 11 de outubro, de notas (de idêntico teor) dos soberanos do Iraque, Arábia Saudita, Transjordânia e Iêmen. Esses monarcas – embora prometendo, para o futuro, manter seu auxílio – solicitavam a “seus filhos, os árabes da Palestina”, que pusessem fim ao derramamento de sangue e tivessem

confiança “nas boas intenções de nossa amiga, a Grã-Bretanha, que declarou que fará justiça”. Não precisava o Comitê Superior Árabe de mais nada, anunciando no mesmo dia ter decidido, com a concordância unânime dos comitês nacionais, “atender ao apelo de Suas Majestades e Altezas, os Reis e Emires árabes, e pedir à nobre nação árabe da Palestina que retorne à tranquilidade e ponha fim às greves e desordens”. No dia seguinte reiniciava-se, de um modo geral, o trabalho no país. Os bandos de guerrilheiros oriundos do exterior (inclusive seus comandantes) puderam, contudo, escapar, não obstante haver nas proximidades forças britânicas. Em alguns lugares ocorreram ainda emboscadas e atos de violência esporádicos, mas os distúrbios organizados cessaram.

Restabelecida assim a ordem, partiu da Inglaterra, a 5 de novembro de 1936, a Comissão Real para a Palestina, também conhecida como Comissão Peel. Presidia-a o conde Peel, antigo secretário de Estado para a Índia e, na opinião de Weizmann, foi “a mais distinta e competente das comissões de inquérito enviadas à Palestina”.

No mesmo dia do embarque da Comissão anunciou-se haver o governo britânico rejeitado o ponto de vista de que, por razões econômicas, a imigração deveria ser suspensa. Entretanto, a quota de imigração de trabalhadores judeus para o semestre a terminar em março de 1937, divulgada pelo Colonial Office, foi de apenas 1 850. A Agência Judaica, se por um lado ficou satisfeita em ver mantido – embora de forma quase simbólica – o princípio da continuidade da imigração, por outro lado mostrou-se decepcionada, e mesmo estarrecida, diante do número reduzidíssimo de vistos (cerca de 40% do total aprovado para o semestre anterior e somente 17% do total solicitado). Quanto ao Comitê Superior Árabe que provavelmente acreditara que o término da greve sustaria a imigração judaica (pelo menos durante a duração do inquérito), anunciou que enquanto fosse permitida a entrada de judeus nenhum representante do movimento nacional árabe compareceria perante a Comissão Real.

A Comissão chegou à Palestina no dia 11 de novembro. Ali permaneceu cerca de dois meses, ouvindo depoimentos de mais de uma centena de pessoas e recebendo memorandos (do governo palestinense, da Agência Judaica e do Vaad Leumi). Os árabes, conforme vimos, haviam anunciado seu não comparecimento, mas pouco antes da conclusão do

inquérito mudaram de atitude, atendendo, mais uma vez, a um "apelo" dos monarcas árabes.

A Agência Judaica, em *Memorando à Comissão Real para a Palestina,* manifestou de modo explícito o ponto de vista de que os interesses dos judeus e árabes na Palestina eram perfeitamente conciliáveis. Com relação ao Mandato, dizia o memorando:

> O Mandato diz respeito aos judeus não como indivíduos mas como povo. O seu intento não é meramente um esquema de colonização para benefício de judeus individualmente e sim prover um lar – um lar nacional – para o povo judeu em seu conjunto. A referência[33] aos "laços históricos" que ligam o povo judeu à Palestina e o uso da expressão "reconstituição" tencionam indicar claramente que ao estabelecerem seu lar nacional na Palestina os judeus devem ser encarados não como um elemento alienígena importado na Palestina e lá vivendo por tolerância, mas como um povo retornando ao solo do qual surgiu, para ali reconstruir a estrutura de sua vida nacional.

A 25 de novembro depôs perante a Comissão o Dr. Chaim Weizmann. Narra ele em sua autobiografia que em Jerusalém, ao se encaminhar entre duas fileiras de espectadores para a porta do edifício onde se realizavam as sessões da Comissão, ouviu distintamente, de ambos os lados, murmúrios de "Deus o favoreça em sua missão". Em seu depoimento (que durou mais de duas horas) procurou Weizmann expor os princípios básicos do movimento sionista e a urgência para uma solução do problema judaico. Falou dos milhões de judeus "encurralados em lugares onde são indesejáveis[34] e para os quais o mundo se acha dividido em lugares em que não podem viver e lugares em que não podem entrar"; para eles "um certificado de imigração para a Palestina e uma dádiva suprema. Um em vinte, um em trinta poderão obtê-lo, e para eles isso significa a redenção... Quando se fala do povo judeu fala-se de um povo que é minoria em toda parte, que em lugar algum é maioria, que até certo ponto se identifica com as raças entre as quais vive, mas que não é inteiramente idêntico. É um espírito desencarnado de uma raça, e inspira suspeita, e a suspeita gera o ódio. Deve haver um lugar no mundo, nesse vasto mundo de Deus, onde possamos viver e nos exprimir de acordo com nosso caráter, e dar nossas

[33] No Preâmbulo do Mandato para a Palestina.
[34] Referência não só ao judaísmo alemão como também aos judeus poloneses, cuja situação se agravava.

contribuições à civilização à nossa própria maneira, e através de nossos próprios canais". Declarou que os judeus respeitavam os direitos dos árabes e a necessidade de desenvolvimento dos mesmos, e que não era desejo dos judeus dominar os árabes, assim como não desejavam também ser dominados por eles. Os judeus estavam dispostos a aderir ao princípio da paridade: "Se fosse agora estabelecido um Conselho Legislativo e se a presente minoria judaica obtivesse nele um número de lugares igual ao da maioria árabe, os judeus, de sua parte, nunca reivindicariam mais do que um número igual, qualquer que viesse a ser a futura proporção entre as populações árabe e judaica". Concluindo, falou Weizmann do que até então já havia sido realizado pelos judeus na Palestina[35], salientando "os benefícios gerais que do nosso trabalho advieram para o país".

David Ben-Gurion também foi ouvido pela Comissão. Lembrou ele que ao ser o objetivo do sionismo formulado pela primeira vez em termos políticos (em 1897, no 1° Congresso Sionista) foram usadas quase que as mesmas palavras da Declaração Balfour: "criar na Palestina um lar para o povo judeu". Afirmou que os sionistas não almejavam fazer da Palestina um Estado Judeu: "Ao contrário, gostaríamos que este país estivesse ligado a um organismo mais amplo, um organismo denominado Comunidade Britânica de Nações". Além disso, "há, na Palestina, Lugares Santos que são sagrados para todo o mundo civilizado e não estamos desejosos, nem é do nosso interesse, que nos tornemos responsáveis por eles".

A linha moderada de Weizmann e Ben-Gurion não foi seguida por Jabotinsky[36]. O líder revisionista descreveu a política britânica na Palestina como uma política sem plano, uma chafurdice. Acusou a administração palestinense de falta de energia e atitudes dilatórias em relação aos distúrbios, e pediu ao governo britânico que permitisse aos judeus uma organização legal de defesa. Propôs um plano decenal abrangendo desenvolvimento agrícola, reforma do serviço público, revisão da política fiscal, admissão de judeus na Transjordânia (para Jabotinsky, convém lembrar, Palestina significava "ambos os lados do Jordão"), e garantia de segurança pública através do estabelecimento de um contingente judeu no exército britânico. Com relação ao problema árabe assim se expressou:

[35] Viviam então na Palestina 400 000 judeus (em contraste com um total de 55 000 ao tempo da Declaração Balfour).
[36] Foi ele ouvido pela Comissão em Londres, após haver a mesma regressado da Palestina.

> Não se cogita de expulsar os árabes. Pelo contrário – nossa ideia é que a Palestina, de ambos os lados do Jordão, contenha os árabes, seus descendentes, e muitos milhões de judeus. Não nego que os árabes da Palestina se tornarão necessariamente uma minoria no país. O que nego é que isso seja uma desonra. Isso não é desonra para raça alguma, nação alguma que possua tantos Estados nacionais e muitos outros Estados nacionais no futuro. Uma fração que não é muito grande, um ramo dessa raça, terá de viver num Estado de outrem; mas isso acontece até com as nações mais poderosas do mundo. Isso é normal, e não há nisso nenhuma vergonha. Assim, quando vemos a reivindicação árabe confrontada com a reivindicação judaica – eu compreendo perfeitamente que qualquer minoria preferiria ser maioria: é bastante compreensível que os árabes da Palestina também prefeririam que a Palestina fosse o Estado Árabe n° 4, n° 5 ou n° 6 – isso eu compreendo bem – mas quando a reivindicação árabe é confrontada com o nosso pedido de salvação, isso soa como as exigências do apetite *versus* as exigências da fome...
>
> Existe apenas um caminho para o acordo. Dizei a verdade aos árabes, e então vereis que o árabe é sensato, é inteligente, é justo; o árabe pode compreender que já havendo três ou quatro Estados inteiramente árabes, será então uma questão de justiça que a Grã-Bretanha estará realizando se a Palestina for transformada num Estado Judeu. Então haverá uma mudança de opinião entre os árabes, então haverá paz.

A questão da compra de terras por judeus – e os alegados prejuízos que isso acarretaria aos lavradores árabes – foi abordada pelo Dr. Arthur Ruppin, que em seu depoimento declarou:

> Não há de nossa parte qualquer tendência para expulsar os agricultores de suas propriedades. Os poucos casos em que residentes árabes foram deslocados pelas aquisições judaicas são insignificantes diante do número bem maior de agricultores árabes que perderam suas terras em consequência de dívidas a credores árabes. Nosso objetivo é aperfeiçoar os métodos agrícolas, especialmente pela irrigação, e criar novas possibilidades de colonização para os judeus sem de forma alguma prejudicar o sustento dos antigos cultivadores árabes... Aceitamos, e temos aceito desde o tempo de Sir John Hope Simpson, a fórmula de que em todos os casos de compra de terras por judeus os cultivadores árabes devem permanecer e que sua situação econômica não deve deteriorar, e tenho a esperança que venha a se tornar melhor. Concordamos com as medidas de controle pelo governo com respeito ao cumprimento dessas condições, mas para a

> execução de um programa que crie novas possibilidades de colonização judaica sem causar prejuízos aos árabes, torna-se indispensável uma participação muito mais ativa do governo nas atividades de desenvolvimento.

Resumindo, podemos dizer que, de um modo geral, os sionistas se mostraram bastante conciliatórios (Jabotinsky, representando uma dissidência, constituía evidentemente uma exceção); satisfazendo-se com um mínimo de garantias políticas, declararam-se dispostos a aceitar o princípio da paridade, dando primordial importância ao desenvolvimento agrícola e industrial da Palestina como meio de solucionar o problema da aparente incompatibilidade entre os interesses árabes e judaicos.

Os árabes[37], por seu lado, revelaram-se completamente intolerantes em relação ao Lar Nacional Judaico. Alegaram, entre outras coisas, que: a imigração judaica era prejudicial ao país; as atividades judaicas faziam subir o custo de vida; a aquisição de terras pelos judeus deslocava os agricultores árabes; a recusa dos judeus em empregar árabes causava desemprego entre estes; o reconhecimento da língua hebraica como idioma oficial era um luxo dispendioso e desnecessário; o emprego do termo "Eretz Israel" (Terra de Israel), impresso em caracteres hebraicos nos selos e documentos públicos, constituía uma ofensa para os árabes. Exigiram os representantes árabes a abolição do Mandato e sua substituição por um tratado em que a Grã-Bretanha lhes assegurasse a independência.

Cerca de quatro meses foram dedicados pela Comissão Peel à elaboração do seu relatório. Poucas semanas antes do mesmo ser divulgado, enviou o Ministério do Exterior da Alemanha um telegrama-circular a todas as missões diplomáticas alemãs. Referia-se esse telegrama ao inquérito realizado pela Comissão Peel e à possível criação de um Estado Judeu na Palestina:

> ...A Alemanha tem realmente o maior interesse em que o judaísmo se mantenha disperso,...
>
> ...A questão judaica é... um dos problemas mais importantes da política externa alemã. A Alemanha tem pois um interesse considerável na evolução do caso palestinense. Um Estado

[37] A principal testemunha árabe foi o mufti, na qualidade de presidente do Comitê Superior árabe.

palestinense não absorverá o judaísmo, mas – por uma certa analogia com a situação do Vaticano – proporcionar-lhe-á um poderio suplementar, baseado no Direito Internacional, e que poderá revelar-se fatal para a política externa alemã.

...O governo britânico foi informado pelo embaixador alemão em Londres que... seria errôneo pensar que a Alemanha acolheria favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de uma construção política mais ou menos sob direção judaica.

...A legação alemã em Bagdá recebeu instruções para manifestar, de modo mais nítido que antes, o interesse da Alemanha pelas aspirações nacionais árabes.

Jerusalém recebeu instruções análogas.

...Pedimos informar-nos se os esforços empreendidos pelo judaísmo no sentido de despertar o interesse do público, ou do governo junto ao qual estais acreditado, pela criação de um Estado Judeu palestinense são perceptíveis.

O relatório da Comissão Peel – qualificado por Israel Cohen como "o trabalho mais informativo e judicioso sobre a Palestina desde o início da ocupação britânica" – foi divulgado a 7 de julho de 1937; merece que dele tratemos com alguns detalhes.

Declarou a Comissão achar-se plenamente convicta, sem a menor margem de dúvida, que as únicas "causas subjacentes" dos distúrbios eram:

(I) O desejo de independência nacional dos árabes.

(II) Seu ódio e receio do estabelecimento do Lar Nacional Judaico.

Como fatores complementares ou subsidiários, citava a Comissão:

(I) O efeito que teve sobre a opinião árabe da Palestina a consecução de independência nacional, primeiro pelo Iraque, de maneira menos completa pela Transjordânia, depois pelo Egito e ultimamente por Síria e Líbano.

(II) A pressão exercida sobre a Palestina pelo judaísmo mundial em virtude dos sofrimentos dos judeus na Europa Central e Oriental. Os consequentes números elevados da imigração judaica de 1933 em diante

acentuaram gravemente os temores árabes de uma dominação judaica sobre a Palestina.

(III) A crença árabe de que os judeus poderiam sempre alcançar seus objetivos por meios negados aos árabes.

(IV) O aumento da desconfiança árabe quanto à capacidade ou vontade do governo de Sua Majestade de cumprir promessas feitas aos árabes.

(V) A inquietação árabe em relação às contínuas compras de terras árabes pelos judeus[38].

(VI) O caráter intensivo do nacionalismo judaico na Palestina; o "modernismo" de muitos dentre os imigrantes jovens; a linguagem provocadora usada por judeus irresponsáveis e o tom extremado da imprensa tanto judaica quanto árabe.

(VII) A incerteza geral – acentuada pela ambiguidade de certas frases do Mandato – quanto às intenções finais da Potência Mandatária.

Tratando do argumento sionista de que o progresso da Palestina era devido em grande parte ao esforço judaico pelo estabelecimento do Lar Nacional, chegou a Comissão às seguintes conclusões:

(I) A introdução em larga escala de capital judaico na Palestina tem tido um efeito geral fecundo sobre a vida econômica de todo o país.

(II) A expansão da indústria e citricultura árabes tem sido em grande parte financiada pelo capital assim obtido.

(III) O exemplo judaico muito contribuiu para melhorar o cultivo árabe, especialmente de frutas cítricas.

(IV) A mão de obra árabe nas áreas urbanas, particularmente nos portos, tem aumentado graças ao desenvolvimento e empreendimentos judaicos.

(V) As obras de recuperação e contra malária realizadas nas colônias judaicas beneficiaram todos os árabes dos arredores.

(VI) Instituições estabelecidas com fundos judaicos, primordialmente

[38] A Comissão, todavia, reconheceu que as queixas árabes sobre imigração judaica e compra de terras por judeus "não podiam ser encaradas como legítimas diante dos termos do Mandato".

para servir ao Lar Nacional, também têm prestado serviços à população árabe. A Hadassah, por exemplo, trata pacientes árabes, notadamente no Hospital de Tuberculose de Safed e no Instituto de Radiologia em Jerusalém, admite camponeses árabes nas clínicas do seu Fundo Beneficiente Rural, e realiza muitas obras de assistência à infância para as mães árabes.

(VII) O efeito benéfico geral da imigração judaica sobre o bem-estar árabe é ilustrado pelo fato de que o aumento da população árabe é mais acentuado nas áreas urbanas atingidas pelo desenvolvimento judaico. Uma comparação entre os censos de 1922 e 1931 mostra que, há seis anos, o aumento percentual foi de 86 em Haifa, 62 em Jaffa a 37 em Jerusalém, enquanto nas cidades puramente árabes como Nazaré e Hebron foi de apenas 7, havendo em Gaza um decréscimo de 2%.

Ainda em relação ao mesmo assunto, dizia o relatório: "...os árabes tem compartilhado de maneira considerável dos benefícios materiais que a imigração judaica trouxe à Palestina. A obrigação do Mandato a esse respeito tem sido atendida. A situação econômica dos árabes, considerada em conjunto, não foi até agora prejudicada pelo estabelecimento do Lar Nacional Judaico".

Não obstante ter constatado o progresso introduzido pelos judeus no país, achou a Comissão conveniente recomendar restrições às compras de terras por judeus. Confessou, porém, que tal recomendação se baseava em motivos políticos, afirmando que os árabes não desejavam o desenvolvimento do país se isso implicasse em perda do controle do mesmo por parte deles[39].

Reconheceu a Comissão terem os judeus demonstrado que eram capazes de ampliar a capacidade econômica de absorção do país. Reconheceu também que se tornava necessária uma imigração maior na Palestina devido a fatores como o advento do regime nazista na Alemanha,

[39] O relatório apresentava da seguinte maneira o ponto de vista árabe sobre a melhoria econômica do país: "Vocês dizem que melhoramos de situação; afirmam que nossa casa foi enriquecida pelos estranhos que nela entraram. Mas a casa, e nossa, não convidamos os estranhos a ingressar nela, nem lhes pedimos que a enriquecessem, e não nos importa quão pobre ou desolada ela esteja desde que nós sejamos seus donos".

a pressão econômica exercida contra os judeus na Polônia[40] e as drásticas restrições à imigração nos Estados Unidos. Não obstante, recomendou uma redução da imigração judaica, sugerindo fosse a mesma fixada em 12 000 por ano, no máximo (com possibilidade de redução ainda maior, a critério do alto-comissário, em caso de condições econômicas desfavoráveis). Essa limitação, visando claramente manter a proporção então existente entre as populações árabes e judaicas – uma proporção de aproximadamente 10 para 3 – tornaria os judeus uma minoria permanente.

O problema da segurança pública foi considerado pela Comissão como um dos pontos mais fracos da administração palestinense: "É evidente hoje que o elementar dever de proporcionar segurança pública não tem sido cumprido. Se há uma queixa que os judeus têm o direito indubitável de proferir é quanto à questão de segurança. Suas reclamações referentes a esse assunto têm sido dignas e moderadas". Constatou a Comissão que os árabes da Palestina recebiam regularmente fornecimentos clandestinos de armas através da fronteira transjordana; ao mesmo tempo mencionava-se a suspeita de que também os judeus possuíam grandes suprimentos de armas e munições. Admitia-se que a posição isolada de muitas colônias judaicas necessitava de uma proteção mais adequada, e a Administração do país foi criticada por se mostrar até então ineficaz na proteção dessas colônias. Recomendou a Comissão que em casos de novos distúrbios fosse imediatamente decretada a lei marcial. E para melhorar as condições de segurança pública foram propostas as seguintes medidas: criação de uma força de patrulhas eficiente ao longo da fronteira para evitar o contrabando de armas, aumento considerável da polícia britânica, ampliação da rede radiotelegráfica, e manutenção de uma poderosa força militar britânica.

A atitude nacionalista encontrada em ambos os sistemas educacionais (árabe e judaico) foi objeto de crítica. Achou a Comissão que o sistema escolar judaico era, de um modo geral, eficiente; a Universidade Hebraica de Jerusalém foi elogiada como centro de pesquisas científicas e de cultivo de humanidades. Julgou, todavia, as escolas judaicas – com seu ensino de hebraico, história e literatura judaicas – excessivamente preocupadas com

[40] Em 1934 foi organizado na Polônia o Partido Nacional Radical, subsidiado com dinheiro alemão e com um programa que se assemelhava bastante ao nazismo; suas atividades compreendiam, entre outras, o saque ou o boicote de estabelecimentos comerciais judaicos.

os aspectos nacionais da cultura, e também à Universidade foi feita a restrição de apresentar um cunho demasiadamente nacionalista. Quanto ao sistema escolar árabe (mantido e supervisionado pelo governo), salientou a Comissão que suas escolas "haviam-se tornado seminários de nacionalismo árabe; os professores são, em sua maioria, ardorosos nacionalistas". Acreditava a Comissão que seria possível reduzir as tendências separatistas nas escolas promovendo-se uma educação mista e ministrando instrução principalmente em língua inglesa; propôs ainda a fundação, em Jerusalém, de uma Universidade Britânica para servir ao Oriente Médio de um modo geral e que (na opinião dos membros da Comissão) poderia vir a ser útil à moderação dos antagonismos nacionais naquela parte do mundo.

Reconheceu a Comissão que uma política favorável ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico era obrigação básica do Mandato. Mas... "A dificuldade sempre foi e – se o Mandato for mantido – continuará sendo a de que a existência do Lar Nacional, qualquer que seja sua área, barra aos árabes da Palestina a possibilidade de conseguir uma situação nacional idêntica à já alcançada, ou a ser em breve alcançada, por todos os demais árabes da Ásia". E adiante: "O reconhecimento internacional do direito dos judeus retornarem à sua antiga pátria não envolvia o reconhecimento do direito dos judeus nela governarem os árabes contra a vontade destes". Para a Comissão as obrigações britânicas perante judeus e árabes eras irreconciliáveis:

> Nos limites estreitos de um pequeno país surgiu entre duas comunidades nacionais um conflito irreprimível. Cerca de 1 000 000 de árabes estão em luta, aberta ou latente, com aproximadamente 400 000 judeus. Entre eles não há terreno comum. A comunidade árabe é de caráter predominantemente asiático, a comunidade judaica predominantemente europeia. Diferem em religião e língua. Sua vida social e cultural, seus modos de pensar e agir, são tão incompatíveis quanto suas aspirações nacionais. Estas constituem o maior obstáculo à paz. Árabes e judeus poderiam possivelmente aprender a viver e a trabalhar juntos na Palestina se fizessem um esforço sincero para reconciliar e combinar seus ideais nacionais e assim com o tempo instituir uma nacionalidade conjunta ou dual. Isso, porém, não podem fazer. A guerra e suas consequências inspiraram em todos os árabes o desejo de reviver, num mundo árabe livre e unido, as tradições da idade de ouro árabe. Os judeus, igualmente, inspiram-se em seu passado histórico. Eles querem mostrar o que a nação judaica pode

> realizar quando restaurada em seu país de origem. A assimilação nacional entre árabes e judeus está portanto fora de cogitações.

Daí se conclui que, para a Comissão, o Mandato era impraticável. Como solucionar então o problema? Responde a Comissão: dividindo a Palestina, deixando cada povo governar uma parte da mesma. Assim, propôs a Comissão a partilha da Palestina em 3 partes: um Estado Judeu, um Estado Árabe, e uma área britânica (uma espécie de corredor), sob mandato permanente, que incluiria Jerusalém, Belém, Lydda, Ramleh e Jaffa.

Achava a Comissão que a proposta de partilha era vantajosa tanto para os árabes quanto para os judeus. Eis alguns dos argumentos apresentados:

> As vantagens para os árabes podem ser assim resumidas:
>
> Eles obtêm sua independência nacional, podendo cooperar em condições de igualdade com os árabes dos países vizinhos pela causa da unidade e progresso árabes.
>
> Eles finalmente se veem libertos do temor de serem "atolados" pelos judeus e da possibilidade de sujeição ao domínio judaico.
>
> A limitação final do Lar Nacional Judaico dentro de fronteiras determinadas e a promulgação de um novo Mandato para os Lugares Santos, solenemente garantido pela Liga das Nações, afasta o receio de que os Lugares Santos venham a ser controlados por judeus.
>
> Como compensação pela perda de territórios que os árabes consideram seus, o Estado Árabe receberá uma subvenção do Estado Judeu...
>
> Para os judeus as vantagens da partilha podem ser assim resumidas:
>
> A partilha assegura o estabelecimento do Lar Nacional Judaico afastando a possibilidade de ficar o mesmo futuramente sujeito à dominação árabe.
>
> A partilha possibilita aos judeus considerar, no sentido mais amplo, o Lar Nacional como deles, pois converte-o num Estado Judeu. Seus cidadãos poderão admitir tantos judeus quantos eles próprios acreditarem possam ser absorvidos. Eles alcançarão o objetivo básico do sionismo – uma nação judaica implantada na Palestina, dando aos

> seus habitantes uma situação idêntica à dos cidadãos de outras nações. Eles finalmente deixarão de levar uma "vida de minoria".
>
> Tanto para os árabes quanto para os judeus a partilha oferece uma perspectiva – e não vemos tal perspectiva em nenhuma outra política – de alcançar a inestimável dádiva da paz... Ela oferece uma possibilidade de se conseguir uma solução final do problema que faça justiça aos direitos e aspirações tanto dos árabes quanto dos judeus, e do cumprir as obrigações que assumimos para com eles há vinte anos atrás, até o máximo exequível nas atuais circunstâncias.

Juntamente com esse Relatório divulgou o governo um Livro Branco anunciando a adoção das recomendações da Comissão Real, inclusive a referente à partilha. Nesse documento declarava-se que o governo fora levado "à conclusão de que há um conflito irreconciliável entre as aspirações árabes e judaicas na Palestina, que essas aspirações não podem ser satisfeitas sob os termos do presente Mandato, e que o esquema de partilha segundo as linhas gerais recomendadas pela Comissão representa a melhor e mais promissora solução do impasse". Anunciavam-se também medidas para impedir a compra de terras por judeus nas áreas atribuídas pelo plano de partilha aos árabes. E o número de imigrantes judeus (de todas as categorias) para o período de 19 de agosto a 13 de março do ano seguinte (1938) foi fixado em 8 000 no máximo.

As reações provocadas pelo Relatório e pelo Livro Branco foram, como era natural, variadas. Alguns saudaram o Relatório como "um grande documento político"; outros, porém, ridicularizaram-no como uma absurda mistura de paradoxos. De um modo geral a imprensa britânica, embora sem entusiasmo, aprovou a partilha, considerando-a um meio de resolver o problema das obrigações para com árabes e judeus. O governo dos Estados Unidos anunciou sua neutralidade em relação ao plano da Comissão Peel. Mas nas duas casas do Parlamento inglês a decisão do Gabinete de aceitar a proposta de partilha foi severamente criticada[41]. Na Câmara dos Lords o visconde (anteriormente Sir Herbert) Samuel, numa análise que foi classificada como "devastadora", demonstrou que o proposto Estado Judeu conteria 225 000 árabes e 258 000 judeus, e que o plano de partilha implicava numa troca compulsória de populações, que os árabes jamais

[41] Era primeiro-ministro, desde 28 de maio, Neville Chamberlain, então ainda sem a triste notoriedade que lhe adviria de Munique.

aceitariam. Salientou que o Estado Judeu ficaria sujeito a uma pressão permanente dos Estados árabes vizinhos, o que não era conducente à paz e à ordem. Declarou que as fronteiras sugeridas eram quase impossíveis de serem defendidas, aduzindo que o plano de partilha traria como resultado a criação "de um Sarre, um 'corredor polonês' e meia dúzia de Dantzigs e Memels num território do tamanho do País de Gales" e que "a Comissão parecia ter ido buscar no tratado de Versalhes as estipulações mais esdrúxulas que o mesmo continha". A Câmara dos Comuns, recusando-se a tomar uma decisão imediata, concedeu ao governo poderes para submeter a questão à Liga das Nações antes de formular uma proposta definitiva a ser apresenta ao Parlamento para aprovação.

A Comissão Permanente de Mandatos – à qual o governo britânico solicitara por carta o estudo do relatório da Comissão Peel – reuniu-se, em sessão extraordinária inteiramente dedicada à Palestina, de 30 de julho a 18 de agosto de 1937. Além do Relatório Peel foram-lhe apresentados os relatórios anuais sobre a Palestina referentes aos anos de 1935 e 1936 bem como diversas petições de organizações árabes e judaicas. Após debater o assunto durante algum tempo divulgou a Comissão de Mandatos uma "opinião preliminar" em que se destacavam os seguintes pontos:

a) as flutuações da política britânica na administração do mandato contribuíam para encorajar nos árabes a crença de que recorrendo à violência conseguiriam paralisar a imigração judaica;

b) o mandato se tornara quase impraticável desde que fora publicamente assim considerado por uma Comissão Real Britânica falando com a autoridade que lhe era conferida pelo governo da própria Potência Mandatária;

c) valia a pena prosseguir no estudo das vantagens e desvantagens da solução territorial proposta (mas reconhecendo que tal solução envolveria sacrifícios tanto para os árabes quanto para os judeus, estabeleceu a Comissão de Mandatos o seguinte princípio geral: "Qualquer solução, para se tornar aceitável, deve despojar os árabes do menor número possível de lugares aos quais dão especial valor, quer por serem seus lares atuais, quer por razões religiosas. Além disso, as áreas concedidas aos judeus devem ser suficientemente extensas, férteis e bem situadas do ponto de vista das comunicações marítimas e terrestres para que sejam passíveis de um desenvolvimento econômico intenso e

consequentemente de uma colonização densa e rápida".);

d) embora comprometendo-se a examinar a solução envolvendo a partilha da Palestina, opunha-se a Comissão de Mandatos à criação imediata de dois novos Estados independentes, considerando essencial um prolongamento do período de aprendizagem (aprendizagem essa que poderia ser realizada ou por uma cantonização provisória ou pela criação de dois novos mandatos, cabendo à Liga das Nações decidir o momento adequado à concessão de autonomia a cada Estado).

A questão da partilha provocou sérias divergências no 20° Congresso Sionista, reunindo em Zurique de 3 a 17 de agosto. Weizmann, considerando a partilha um mal menor, declarou-se favorável à mesma (embora concordando com os que a julgavam uma solução pouco satisfatória). Achava ele preferível um Estado Judeu pequeno[42] a uma situação de minoria cristalizada num Estado árabe hostil[43]: Igualmente de acordo com essa ideia manifestou-se Ben-Gurion. Opostos à partilha estavam: o presidente do Congresso, M. M. Ussishkin; o partido clerical Mizrachi e outros grupos direitistas; o Hashomer Hatzair (extrema esquerda). Este último alegou que uma partilha salientaria excessivamente o aspecto nacionalista do conflito árabe-judaico, obscurecendo o conflito básico de classes (e consequentemente prejudicando uma almejada união entre as classes trabalhadoras árabe e judaica).

Das resoluções finalmente aprovadas pelo Congresso podemos destacar as seguintes:

1. rejeitando a asserção da Comissão Peel de que ficara demonstrado ser o Mandato impraticável, e exigindo seu cumprimento;

2. rejeitando a conclusão da Comissão Peel de que as aspirações nacionais dos judeus e árabes palestinenses eram irreconciliáveis;

[42] Diz Weizmann em sua autobiografia: "Era minha convicção profunda que Deus sempre escolheu países pequenos para através deles transmitir suas mensagens à humanidade. As grandes ideias que formam os bens mais preciosos da espécie humana surgiram na Judeia e na Grécia, e não em Cartago ou Babilônia".

[43] Palavras de Isaac Gruenbaum (membro do Executivo): "A alternativa é – ou uma maioria judaica num Estado Judeu, ou uma minoria judaica numa Palestina árabe".

3. reiterando as declarações de Congressos anteriores que expressavam a disposição do povo judeu de conseguir com os árabes da Palestina um ajuste pacífico "baseado no livre desenvolvimento de ambos os povos e reconhecimento recíproco dos seus respectivos direitos";

4. protestando energicamente contra a decisão do governo britânico de fixar um máximo político para a imigração judaica, "liquidando dessa maneira o princípio de capacidade econômica de absorção, violando os direitos judaicos e os compromissos repetidamente assumidos pelo Governo de Sua Majestade e confirmados pela Liga das Nações";

5. declarando inaceitável o esquema de partilha apresentado pela Comissão Peel;

6. concedendo poderes ao Executivo "para entabular negociações visando verificar as condições precisas do Governo de Sua Majestade com relação ao proposto estabelecimento de um Estado Judeu".

Vemos assim que, embora não o afirmando explicitamente, o Congresso, com a última das resoluções citadas, dava uma espécie de endosso à ideia da partilha.

Quanto aos árabes, constou estar Abdullah disposto a aceitar a partilha, já que isso implicaria um acréscimo de área para o seu reino (ao qual se uniria a parte árabe da Palestina). Não obstante, talvez para despistar, procurou Abdullah demonstrar, em relação ao plano de partilha, uma atitude de oposição. Sobre a atitude do mufti não pairava a menor sombra de dúvida, e o Comitê Superior Árabe (por ele orientado), num memorando enviado à Comissão Permanente de Mandatos e ao secretário das Colônias, rejeitou "com repugnância" o esquema de partilha, sugerindo como condições para uma solução aceitável, entre outras: a cessação do mandato, cessação da experiência do Lar Nacional Judaico e cessação imediata de toda imigração judaica e da venda de terras a judeus. A posição do Comitê Superior Árabe foi apoiada publicamente pelo governo do Iraque que deu sua contribuiçãozinha própria ao sugerir o congelamento da

população judaica da Palestina na proporção existente, considerando que com isso estaria adequadamente cumprida a Declaração Balfour...

O mesmo assunto seria ventilado por um Congresso Pan-Árabe, que se reuniu na Síria de 8 a 10 de setembro, com a participação de delegados (ditos não oficiais) da Palestina, Transjordânia, Síria, Líbano, Iraque, Egito e Hedjaz. Foram aprovadas as seguintes resoluções:

1) A Palestina é árabe, e preservá-la como tal é dever de todos os árabes.

2) Qualquer oferta de paz dos britânicos que inclua uma justificação de exigências políticas e raciais judaicas deve ser rejeitada. Aos judeus permitir-se-á viver na Palestina somente como minoria, com os mesmos direitos que as minorias possuem em outros lugares.

3) O Relatório Peel e especialmente a proposta de partilha devem ser rejeitados.

4) O problema palestinense só poderá ser resolvido se antes forem tomadas as seguintes medidas: a) retirada da Declaração Balfour; b) abolição do Mandato; c) assinatura de um tratado criando um Estado Árabe segundo o exemplo do Iraque; d) proibição imediata de venda de terras a judeus e da imigração judaica; e) suspensão das medidas arbitrárias e de todas as restrições à liberdade; f) "Os delegados assumem perante Deus, perante a história e perante os povos islâmicos o compromisso de prosseguir na luta e nos seus esforços pela causa árabe na Palestina até que esta seja salva e sua soberania assegurada".

5) Uma propaganda mais intensa e um boicote contra os judeus são deveres patrióticos. São concedidos poderes ao Comitê Executivo para impor um boicote contra mercadorias britânicas e para solicitar a outros países muçulmanos que façam o mesmo até que a Grã-Bretanha modifique sua política em relação aos árabes.

Em meados de setembro foi a questão palestinense debatida no Congresso da Liga das Nações. A essa altura já havia a Potência Mandatária decidido que seria enviada à Palestina uma "comissão técnica" a fim de esboçar um plano definitivo. Essa "investigação técnica" foi aprovada pelo Conselho, que contudo se reservou o direito de julgamento conclusivo. Na mesma ocasião lembrava-se ao Reino Unido que o mandato sobre a Palestina "permanece em vigor até decisão em contrário" – lembrança, sem dúvida, sempre oportuna...

Antes que findasse o mês seriam os ingleses finalmente despertados para a realidade, vendo-se obrigados a abandonar a complacência que vinham demonstrando em relação aos árabes. No dia 26, em Nazaré, à plena luz do dia, foram assassinados por árabes o comissário distrital para a Galileia, L. Y. Andrews e sua escolta policial[44]. A atitude britânica, muito compreensivelmente, mais uma vez se enrijeceu (eram britânicas as vidas então perdidas). Já a 30 de setembro estavam em vigor disposições permitindo ao governo deportar presos políticos para qualquer parte do Império Britânico e dissolver quaisquer sociedades cujos objetivos fossem considerados em desacordo com a política governamental. Em consequência, foi o Comitê Superior Árabe declarado ilegal e o mufti destituído da presidência do Supremo Conselho Muçulmano, tendo sido ele e mais alguns membros do Comitê deportados para as ilhas Seychelles (no Oceano Índico, a nordeste de Madagascar). O mufti, entretanto, conseguiu – ao que parece com a conivência de membros da administração britânica – fugir para a Síria, de onde continuaria calmamente (graças à atitude complacente das autoridades francesas) a dirigir as ações dos seus bandos armados na Palestina[45].

A revolta árabe recrudescia. Reforços fluíam continuamente dos países vizinhos Armas e dinheiro eram fornecidos por agentes italianos e alemães; e ao lado disso uma propaganda belicosa intensiva pelo rádio e pela imprensa (jornais árabes eram subsidiados, através de custosa publicidade, por firmas comerciais alemãs).

A chefia militar da revolta estava a cargo do sírio Fawzi el-Kaukji. Com os ingleses impossibilitados de enviar reforços devido à crítica

[44] Esse episódio é considerado como marcando o início da chamada "Rebelião Árabe".
[45] O próprio Comitê Superior seria reconstituído, com sede em Damasco.

situação política na Europa, puderam os árabes alcançar êxitos de certa monta chegando a ocupar diversas localidades, inclusive parte da Cidade Velha de Jerusalém, que só seriam retomadas com a vinda de novas forças britânicas após o ignominioso e ilusório Acordo de Munique (setembro de 1938).

Embora nesse período turbulento muitos judeus houvessem sido admitidos nas forças policiais, coube principalmente à Haganah proteger as vidas e propriedades judaicas, quer patrulhando estradas, quer montando guarda às plantações e pomares ou escoltando lavradores até seus locais de trabalho. Não empreendeu, entretanto, a Haganah ações de represália e retaliações diante dos indiscriminados ataques árabes, pois adotava então como lema a já citada palavra hebraica havlagah, que poderíamos, no caso, traduzir por "refreamento". Um grande incremento foi dado à fundação de novas colônias agrícolas em locais estratégicos. Tais colônias eram estabelecidas praticamente da noite para o dia – durante a noite, sob a proteção da Haganah, caminhões transportavam barricadas móveis, casas pré-fabricadas e uma torre de vigia (de madeira) até o local escolhido.

Essa atitude – podemos dizer eminentemente defensiva – da Haganah não foi, contudo, bem aceita por todos. Os elementos dissidentes, que preferiam ações rápidas, de efeito espetacular, vieram a formar organizações terroristas, às quais nos referiremos adiante. A Haganah, porém, com integral apoio dos líderes da comunidade judaica da Palestina e da Agência Judaica (e com a adesão da grande maioria da população judaica da Palestina), manteve-se firme em sua política de refreamento, afirmando em proclamação aos seus adeptos:

> Repeliremos nossos agressores. Mas não derramaremos sangue árabe inocente em revide ao derramamento do nosso sangue inocente. Se o fizermos, nos rebaixaremos ao nível de nossos agressores. Lembremo-nos sempre do significado da Haganah. Ela é uma força defensiva, a milícia que nos permite continuar nossa obra criadora. Subordinada a esses ideais, é o instrumento que nos permite viver e trabalhar aqui. Ela é nossa servidora. Jamais deverá tornar-se nosso patrão.

Esse apelo foi ouvido – e mais, atendido – causando admiração a observadores britânicos (mas não às autoridades...).

A essa altura, ainda no âmbito da repressão ao terrorismo árabe, entrava em cena, em papel destacado, uma figura verdadeiramente excepcional das forças armadas britânicas, então servindo no serviço secreto palestinense: o capitão Charles Orde Wingate (parente afastado do famoso coronel T. E. Lawrence). Intelectual, erudito mesmo, estudioso da Bíblia, aliava à sua não ortodoxia militar uma alta dose do que poderíamos chamar – considerada sua posição de oficial britânico – de heresia política, manifestada principalmente através de sua simpatia pelo sionismo (chegava até, segundo Weizmann, a ser "um sionista fanático"). Seu desejo de contribuir ativamente para a causa judaica levou-o a organizar e dirigir grupos que se tornaram conhecidos como Special Night Squads (Turmas Especiais Noturnas). De grande mobilidade (dispunham até de motocicletas), integrados por jovens das fazendas coletivas membros da Haganah, eram treinados em táticas de "comandos" e demonstraram total eficiência contra os guerrilheiros árabes, particularmente na proteção do importante oleoduto Mosul-Haifa. Um alto oficial do exército israelense referiu-se da seguinte maneira à sua atuação: "Wingate considerava a defesa em função do espírito de ofensiva e iniciativa de seus comandantes; os contra-ataques que seus grupos empreenderam para castigar os terroristas árabes em suas próprias aldeias contribuíram enormemente para a segurança do país"[46]. Mas com tais atos colocava-se Wingate em completo desacordo com as atitudes e pontos de vista dos seus colegas de farda e superiores hierárquicos. Conclusão (óbvia): Wingate foi afastado da Palestina. Indiscutivelmente foi ele o estrangeiro mais estimado pelos judeus palestinenses na década de 30, e seu nome, usado nos códigos, era dos mais expressivos: Hayedid (O amigo)[47].

O ano de 1938 assinala, entre outros acontecimentos relativos à Palestina, a nomeação de um novo alto-comissário: Sir Harold MacMichael, ex-governador de Tanganica. Escolha infeliz, pois tendo-se habituado a lidar com "nativos" teria grande dificuldade em compreender que os judeus

[46] A ambição íntima de Wingate (parece não haver dúvida sobre isso) era dirigir o novo Exército judeu que restabeleceria o Estado Judeu, e é bem provável que só sua morte, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, impediu a concretização desse sonho. Faleceu ele em 1944, aos 41 anos (e já no posto de general) num acidente de aviação na Birmânia.

[47] Em 1950, com substanciais doações de judeus ingleses, foi criada em Israel, dedicada à memória de Wingate e levando seu nome, uma instituição superior para preparo de instrutores de educação física.

da Palestina eram um tanto diferentes... É justo, contudo, lembrar que alguns meses antes (em outubro de 1937) fora o posto de alto-comissário para a Palestina oferecido por Neville Chamberlain a Sir John Anderson, então concluindo seu período de cinco anos como governador da província de Bengala (Índia), onde enfrentara, com eficiência e coragem, o terrorismo que ali lavrava. Mas Sir John Anderson recusou, talvez por não se sentir em condições de suportar a tensão de administrar um território em que a ordem era também ameaçada por terroristas. Foi pena, pois Sir John Anderson era homem de excepcional capacidade administrativa, demonstrada não só na Índia como também, em década anterior, na Irlanda. Tivesse ele aceito e – desculpem o lugar-comum – bem diferente poderia ter sido a história do mandato...[48]

Nesse ano, no mês de abril, chegou à Palestina uma comissão, chefiada por Sir John Woodhead, dita "de partilha" (leia-se "antipartilha" e teremos uma ideia mais certa dos seus verdadeiros desígnios). Por lá permaneceria cerca de três meses. Deveria recomendar fronteiras para as áreas árabe e judaica propostas pela Comissão Peel, fronteiras essas que, de acordo com as instruções, pudessem "proporcionar uma perspectiva razoável para um eventual estabelecimento, em condições adequadas de segurança, de Estados autossuficientes árabe e judeu", bem como, "incluir o menor número possível de árabes na área judaica e vice-versa". Enquanto isso o Colonial Office trocava de titular: saiu Ormsby-Gore, simpatizante da causa sionista, entrando Malcolm MacDonald (de quem não se podia dizer o mesmo).

Ainda antes do término do primeiro semestre de 1938 ocorria na Palestina, pela primeira vez em tempos modernos, o enforcamento de um judeu por crime político. Coube essa triste honra a um jovem revisionista, Shlomo Ben Yossef, condenado à morte por uma corte militar britânica. Fora ele considerado culpado de, juntamente com dois companheiros do Betar (organização juvenil revisionista), ter feito fogo contra um ônibus (em revide a atos de terrorismo contra colônias judaicas). Quanto a seus dois

[48] Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial ocuparia Sir John Anderson o cargo de secretário do Interior (sob Neville Chamberlain e depois Churchill).

cúmplices, um teria a pena capital comutada em prisão perpétua e o outro foi considerado louco[49].

Passemos agora ao segundo semestre. Em outubro foi divulgado o relatório da Comissão Woodhead. Declarou esta não ter encontrado quaisquer fronteiras que proporcionassem "uma expectativa razoável de eventual estabelecimento de Estados árabe e judaico autossuficientes", e daí concluía ser a ideia de partilha impraticável. Assim, com uma penada (valemo-nos de um comentário do Dr. Dov Joseph), essa Comissão "desfez o trabalho da Comissão Peel, apagando suas recomendações positivas".

A divulgação do relatório foi seguida, em novembro, por um novo White Paper, em que o governo britânico afirmava haver chegado, após cuidadoso estudo desse relatório, à conclusão de que "as dificuldades políticas, administrativas e financeiras inerentes à proposta de criar na Palestina Estados independentes árabe e judeu são tão grandes que tornam tal solução do problema impraticável". Em consequência, ficou resolvido fazer-se um decidido esforço por um entendimento entre árabes e judeus, para o que se propunha logo "convidar representantes dos árabes palestinenses e Estados vizinhos e da Agência Judaica, a fim de com eles conferenciar a respeito da política futura, inclusive a questão da imigração na Palestina". E, caso não fosse possível chegar a um acordo, reservava-se o governo inglês o direito de impor uma solução própria.

Observe-se que ao estender o convite para participar da conferência proposta aos Estados árabes vizinhos – Egito, Iraque, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen – o governo britânico tacitamente reconhecia um interesse desses países na questão da Palestina, inclusive no concernente à imigração, assunto até então (conforme aliás estatuído pelos termos do Mandato) tratado exclusivamente entre a Potência Mandatária e a Agência Judaica.

A Conferência realizou-se no Palácio St. James, em Londres, tendo sido solenemente inaugurada a 7 de fevereiro de 1939. Recusando-se os árabes a ficar juntos com judeus, foram utilizadas entradas separadas – para evitar "contatos embaraçosos" – e o discurso de boas-vindas do primeiro ministro Chamberlain teve de ser proferido duas vezes: às 10:30 da manhã

[49] Em 1963, no 25º aniversário da execução de Shlomo Ben Yossef, os correios das cidades de Rosh Pina e Acre emitiram um carimbo especial e uma rua de Acre, por decisão unânime do Conselho Municipal, recebeu o nome de Ben Yossef.

perante a delegação árabe e ao meio-dia para os judeus. Da delegação judaica faziam parte sionistas e não-sionistas, oriundos da Palestina, Europa e Estados Unidos (entre os sionistas figuravam Weizmann, Shertok, Ben-Gurion e Ben-Zvi). A delegação árabe era em sua grande maioria constituída de elementos ligados ao mufti, inclusive alguns que haviam sido deportados pelos ingleses para as ilhas Seychelles.

O ponto de vista judaico foi exposto por Weizmann, num tom que nele se tornaria habitual – moderado e conciliatório. Admitiu ele, não obstante a trágica situação dos judeus alemães diante das perseguições hitleristas, uma limitação da imigração na Palestina baseada na capacidade de absorção econômica do país Destacou a necessidade imperiosa de um desenvolvimento ativo dos recursos materiais, agrícolas e industriais, e reiterou o ponto de vista da Agência Judaica de que o Lar Nacional era compatível com os direitos árabes na Palestina e o bem-estar de sua população. Declarou pôr em dúvida que a política de "apaziguar seus inimigos e abandonar seus amigos" fosse vantajosa aos interesses britânicos no Oriente Médio ou contribuísse para restabelecer a paz na Palestina, e fez um apelo à Grã-Bretanha para que não desamparasse os judeus "nesta hora mais negra" de sua história.

Jamal Effendi el-Husseini foi o principal porta-voz árabe. Em seu discurso, nitidamente intransigente, afirmou: a Declaração Balfour era incompatível com as promessas aos árabes contidas nos "compromissos MacMahon"[50]; a Palestina deveria tornar-se um país árabe independente; os árabes exigiam o abandono da tentativa de estabelecimento do Lar Nacional Judaico e, consequentemente, a imediata proibição da imigração judaica e da compra de terras por judeus.

A atmosfera reinante na Conferência foi qualificada por Weizmann como de "completa futilidade". Mesmo assim, promoveram os ingleses, a 23 de fevereiro, um encontro informal entre judeus e árabes. Logo de início, porém, tornou-se evidente haver o governo britânico aceito as pretensões árabes, pois Malcolm MacDonald, abrindo a reunião, declarou que o governo de Sua Majestade julgava conveniente duas providências: 1) emitir uma Declaração pondo fim ao Mandato e estabelecendo um Estado

[50] As autoridades britânicas mandaram submeter a exame a correspondência de McMahon (onde estariam contidos os "compromissos"); esse exame, entretanto, não trouxe confirmação à tese árabe.

Palestinense aliado à Inglaterra; 2) tomar medidas para pôr em prática tal declaração logo que restabelecida a paz na Palestina. Durante um período de transição (dez anos) caberia à Inglaterra a última palavra, ficando assegurados aos judeus palestinenses direitos especiais de comunidade minoritária; a imigração judaica seria permitida até o máximo de 75.000 em 5 anos, após o que só entrariam novos imigrantes com consentimento árabe. Terminada a exposição de MacDonald houve entre os judeus um silêncio de estupefação; depois Ben-Gurion pediu a palavra, dizendo: "Permitam-me declarar que a cessação da imigração judaica será impossível sem o auxílio das baionetas britânicas. Nem tampouco poder-se-á transformar a Palestina num Estado árabe, contra a resistência dos judeus, sem a presença permanente daquelas baionetas". As palavras de Ben-Gurion foram corroboradas por uma declaração da delegação judaica (divulgada a 27 de fevereiro) cujo período conclusivo afirmava: "No decorrer da Conferência os delegados judeus mostraram-se desejosos de alcançar um acordo, mas não podemos levar em consideração acordo algum que coloque o Lar Nacional Judaico sob domínio árabe ou condene os judeus a uma vida minoritária na Palestina"[51].

As propostas britânicas foram rejeitadas por ambas as partes. Diante disso os ingleses consideraram a Conferência fracassada – anunciaram que apresentariam um plano próprio e o poriam em execução.

Nos meses seguintes a situação internacional agravou-se seriamente: em março Hitler ocupa a Tchecoslováquia, em abril Mussolini ocupa a Albânia, e em maio Alemanha e Itália anunciam a conclusão de uma aliança política e militar. Sobre a Europa projeta-se a sombra sinistra de Hitler. Julgamos desnecessário insistir sobre o perigo que isso representava para as coletividades judaicas[52]. E qual vai ser então a atitude inglesa? Como que tirando a máscara, vai o governo britânico divulgar mais um Livro Branco, que praticamente anulava a Declaração Balfour e trancava as portas da Palestina às vítimas da sanha hitlerista.

17 de maio de 1939 – eis a data (no dizer apropriado de Joseph Dunner) do "mais negro dos Livros Brancos sobre a Palestina". Nesse

[51] O governo inglês apresentaria ainda duas outras versões de seu plano, mas sem modificações substanciais.

[52] Só na Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia já havia um milhão de judeus sob o tacão nazista.

documento espantoso – o historiador Paul Giniewsky qualificou-o, muito acertadamente, como “uma Antideclaração Balfour” – o governo britânico, considerando impraticável a sugestão da partilha, reformulava inteiramente sua política referente à Palestina em seus três setores essenciais: constituição, imigração e terras. Examinemo-los de per si.

No que concerne ao primeiro, declarava-se que os estruturadores do Mandato “não poderiam ter em mente que a Palestina se devesse converter num Estado Judeu contra a vontade da população árabe do país”, e para que não restasse mais qualquer dúvida o governo de Sua Majestade “declara agora, inequivocamente, que não faz parte de sua política tornar-se a Palestina um Estado Judeu”. Por outro lado, afirmava o governo britânico não poder concordar com a tese “de que a correspondência de MacMahon forma uma base justa para a exigência de converter a Palestina num Estado Árabe”. Mas, dizia o Livro Branco, não era desejo do governo britânico manter a população palestinense permanentemente tutelada sob o regime de mandato, e por isso tornava público, entre outras, as seguintes intenções com relação à Palestina: estabelecimento, dentro do prazo de dez anos e mediante consulta ao Conselho da Liga das Nações visando o término do Mandato, de um Estado Palestino independente, ligado ao Reino Unido por um tratado que satisfizesse às necessidades estratégicas e comerciais de ambos os países; nesse Estado independente árabes e judeus compartilhariam do governo de modo tal a assegurar os interesses essenciais de cada comunidade; durante o período de transição precedendo o estabelecimento do Estado independente a responsabilidade pela administração do país continuaria com o governo de Sua Majestade; e, se ao fim dos dez anos assim fosse exigido pelas circunstâncias, o estabelecimento do Estado independente poderia ser adiado.

Com relação à imigração, declarava o governo britânico não encontrar, nem no Mandato nem em documentos posteriores, apoio ao ponto de vista de que a “imigração continuada indefinidamente era indispensável ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico”. Por isso, tendo em vista o violento antagonismo manifestado pelos árabes, decidira que após um período intermediário de 5 anos, em que a imigração judaica

ficaria drasticamente reduzida a uma quota de 10.000 por ano[53], não mais se permitiria imigração sem aquiescência árabe.

Finalmente, quanto às terras, eram concedidas ao alto-comissário poderes para restringir, e até mesmo proibir, transferência de terras a judeus.

O desígnio britânico era claro – liquidar o Lar Nacional Judaico (comentário do autor sionista americano Israel Goldberg: “o Lar Nacional Judaico era posto como sacrifício no altar do apaziguamento árabe”). Mas não obstante serem os árabes os maiores beneficiários da política exposta no White Paper, a reação dos mesmos foi, de um modo geral, de insatisfação. (Isso evidentemente porque desejavam uma capitulação mais completa.) O Comitê Superior Árabe emitiu em Beirute, a 30 de maio, uma declaração em que, afirmando ser o período de transição demasiado longo, exigia a cessação imediata da imigração judaica; e concluía enfaticamente: “A decisão final quanto ao destino de um povo viril depende de sua própria vontade e não de Livros Brancos ou Negros. A Palestina será independente numa Federação Árabe e permanecerá árabe para sempre”. Todavia, refletindo opinião de uma reduzida minoria, Tewfiq Pasha Abdul Huda, primeiro-ministro da Transjordânia, para o qual o Comitê Superior Árabe se encontrava “a serviço de algum interesse estrangeiro em troca de remuneração”, declarou em entrevista à imprensa que, satisfeito quanto a ver assegurada na Palestina a impossibilidade de se estabelecer uma maioria judaica, acreditava poder ser agora inaugurada naquele país “uma nova era de cooperação entre britânicos e árabes”.

Para a comunidade judaica da Palestina o White Paper constituiu, obviamente, um tremendo choque. A 18 de maio (um dia após sua divulgação) realizaram-se em todo o país manifestações de protesto; em Jerusalém policiais britânicos foram apedrejados (e um deles morto). Em reuniões públicas e nas sinagogas foi lido um manifesto, do qual destacamos:

> O Yishuv[54] não reconhecerá nem tolerará qualquer restrição desumana da imigração judaica em sua terra. Nenhum poder no

[53] Admitia-se, contudo, a possibilidade de entrada de mais de 25.000 refugiados do nazismo, se e quando o alto-comissário julgasse tal medida conveniente.
[54] A palavra hebraica Yishuv designava especificamente a coletividade judaica palestinense.

mundo pode destruir o direito de nossos irmãos de entrar na terra ancestral para reconstruí-la e nela viver. Os sem-lar encontrarão o caminho para cá, e todos os judeus deste país estarão prontos para recebê-los.

> ...Estamos certos de que o grande povo britânico saberá compreender o espírito da nossa luta – a luta duma nação condenada à extinção em sua Dispersão e combatendo pela existência em sua Pátria.

A Agência Judaica emitiu uma declaração, abaixo reproduzida parcialmente.:

> O povo judeu encara essa política como um abuso de confiança e uma capitulação diante do terrorismo árabe... É uma política com a qual o povo judeu não concordará... É por demais provável que os judeus preferirão lutar a sujeitar-se à dominação árabe...
>
> Os árabes não estão, como os judeus, sem terra e sem lar. Eles não se acham necessitados de emigração...
>
> É, na hora mais negra da história judaica que o Governo Britânico se propõe a despojar os judeus de sua derradeira esperança e fechar o caminho do retorno à sua Pátria. Esse golpe não subjugará o povo judeu. O vínculo histórico entre o povo judeu e a terra de Israel não pode ser quebrado. Os judeus jamais aceitarão que lhes sejam fechadas as portas da Palestina nem permitirão que seu Lar Nacional se converta num gueto.

Weizmann escreveu uma carta (datada de 31 de maio) ao alto-comissário, referindo-se ao White Paper nos seguintes termos:

> À luz da experiência dos últimos três anos, deve ele parecer aos terroristas árabes um prêmio por sua campanha de violências, e aos judeus um castigo por seu comedimento... Fundamentando-se a autoridade britânica no Mandato conferido à e aceito pela Grã-Bretanha na base de determinadas obrigações, o repúdio dessas obrigações tira da administração britânica na Palestina sua justificativa moral.

Na própria Grã-Bretanha fizeram-se ouvir fortes críticas. Leopold S. Amery (membro do Partido Conservador, então no poder, e ex-secretário das Colônias) declarou em discurso nos Comuns ser o White Paper "uma negação absoluta dos princípios sobre os quais nossa administração se tem fundamentado e, pelo menos a meu ver, um repúdio das garantias baseadas

nas quais o governo da Palestina foi confiado às nossas mãos; era "um esquema de pânico" que não daria resultado. Salientou Amery o fato de não serem os judeus da Palestina, que já haviam aspirado o ar da liberdade, iguais aos judeus da Alemanha (uma minoria indefesa e sem esperança); não ficariam passivamente esperando até que eles e o país que criaram fossem entregues ao controle terrorista do mufti.

Herbert Morrison, figura preeminente do Partido Trabalhista, disse (também nos Comuns) que faltava ao governo, que nem mesmo conseguira reprimir eficazmente a desordem, capacidade política para criar as condições – sociais, econômicas e políticas – necessárias a uma bem-sucedida cooperação árabe-judaica. Sabia muito bem o governo que a agitação na Palestina era fomentada por uma minoria árabe assistida por agentes de Hitler e Mussolini[55]. O White Paper era uma cínica quebra de compromissos para com os judeus e o mundo. Fez um apelo aos membros da maioria:

> Peço-lhes que recordem os sofrimentos dos judeus em todo o mundo. Peço-lhes lembrar que a Palestina era exatamente o lugar onde eles tinham algum direito de esperar não sofrer ou ficar submetidos a restrições. Vejam a área do país, essa minúscula nesga de terra. A Transjordânia foi-lhe tirada. O restante dos países árabes... possuem uma área imensa. Sobrou essa pequenina nesga, Palestina, aproximadamente do tamanho do País de Gales, e vamos impedir esse povo de ir lá. Conclamo os honrados deputados a nós opostos a... pôr a honra de seu país acima das estreitas reivindicações partidárias e a exercer toda pressão e influência possíveis para evitar que o Governo de Sua Majestade faça o que não deveria fazer[56].

Winston Churchill (à semelhança de Amery) manifestou-se, conforme seu hábito, energicamente. Disse, em seu discurso:

---

[55] De fonte alemã tem-se confirmação da interferência nazista na questão palestinense. Entre os documentos encontrados nos arquivos diplomáticos alemães após a queda do Terceiro Reich há uma Nota (datada de 19 de fevereiro de 1939) do Departamento Político do Ministério do Exterior contendo referência clara ao "auxílio moral e provavelmente também material que os insurretos árabes da Palestina receberam da Alemanha".

[56] Palavras, palavras... Quando, seis anos depois, os trabalhistas chegaram ao poder, passaram a agir, em relação à Palestina, de maneira idêntica aos conservadores, ou quiçá pior...

> Considero esta, francamente, uma ocasião melancólica... Sentir-me-ia pessoalmente constrangido, e do modo mais intenso, se me prestasse, pelo silêncio ou pela inação, ao que devo encarar como um ato de repúdio ... Que espécie de Lar Nacional é oferecido aos judeus do mundo quando nos pedem declarar que dentro de cinco anos a porta desse Lar lhes será fechada e trancada na cara?... Não posso acreditar que a tarefa que encetamos vinte anos atrás na Palestina esteja além de nossas forças, ou que uma fiel persistência não leve, finalmente, essa tarefa a um glorioso êxito.

E outro deputado, o trabalhista Tom Williams, sumariou da seguinte forma a política britânica em relação à Palestina:

> Assistimos à ascensão e queda desse problema palestinense. Em 1917 esperanças judaicas foram estimuladas em todas as partes do mundo. Pensou-se que afinal aí estava a Magna Carta judaica. Em 1921 foi decepada a Transjordânia; em 1922 a imigração livre transformou-se em imigração na base da capacidade de absorção econômica; em 1933 a venda de terras foi restringida; em 1937 a partilha foi aceita pelo governo; em 1938 a partilha foi rejeitada pelo governo; e agora, em 1939, vemos os funerais do Mandato. É uma história de que não se pode orgulhar nem este governo nem qualquer outro que o tenha precedido.

A moção de confiança foi votada a 23 de maio (um dia após a conclusão da aliança militar ítalo-germânica). Registraram-se 268 votos a favor, 179 contra (votaram "contra" quase todos os deputados trabalhistas e cerca de 20 conservadores) e 111 abstenções. Foi um resultado deveras significativo, levando-se em conta não só ter tido o governo maioria de apenas 89 votos – quando habitualmente sua vantagem era de mais de 200 – como também o elevado número de abstenções, que contribuíram de maneira talvez decisiva para evitar a derrota governamental. Referindo-se a essa relativamente escassa maioria, comentou o *Times* que "a oposição poderia bem ter sido mais formidável não fora por uma relutância geral em embaraçar o governo num momento de tensão internacional".

Também na Câmara dos Lords obteria o governo uma resolução favorável, não obstante os enérgicos protestos de Lord Snell, do visconde Samuel, do arcebispo de Canterbury e de Lord Wedgwood. Exclamou este:

"Os árabes não são uma razão, são uma desculpa!"[57]. O arcebispo de Canterbury indagou que perspectiva de justiça era oferecida aos judeus se "depois de toda sua esperança eles voltarem, em seu Lar Nacional, àquela situação de minoria que tem sido sua sina através de longos séculos em todos os cantos do mundo".

Cabe aqui lembrar que a política enunciada no White Paper só seria legalmente válida depois de aprovada pelo Conselho da Liga das Nações, mas antes deste se pronunciar deveria o assunto ser debatido na Comissão Permanente de Mandatos, órgão consultivo cuja função primordial era informar ao Conselho se a Potência Mandatária estava agindo de acordo com os termos do Mandato.

A Comissão Permanente de Mandatos reuniu-se em junho, dedicando várias sessões à questão palestinense. O secretário das Colônias, Malcolm MacDonald, compareceu pessoalmente e, entre considerações diversas, visando justificar a política britânica, declarou que o White Paper oferecia a maior esperança para solução do conflito árabe-judaico; alegando já ter o Lar Nacional Judaico alcançado um desenvolvimento adequado, deixou bem claro que as novas estipulações referentes a terras e imigração seriam postas em vigor sem alterações, qualquer que fosse a oposição encontrada.

Em seu relatório ao Conselho da Liga, declarava a Comissão Permanente de Mandatos, por conclusão unânime dos seus sete membros, que "a política traçada pelo White Paper não estava de acordo com a interpretação que, em concordância com a Potência Mandatária e o Conselho da Liga, a Comissão estabelecera para o Mandato sobre a Palestina". Desses sete membros, quatro (Bélgica, Holanda, Suíça e Noruega), indo um pouco além, declararam ser a política do White Paper absolutamente contrária aos termos do Mandato e às intenções dos seus autores, mas os três membros restantes (Grã-Bretanha, França e Portugal) expressaram a opinião de que as circunstâncias existentes poderiam justificar a política do White Paper desde que o Conselho da Liga a isso não se opusesse. Contudo, acrescentava textualmente a Comissão: "Devemos lembrar que os sofrimentos coletivos de árabes e judeus não são

---

[57] Josiah Wedgwood era um ardoroso sionista cristão. A título de curiosidade podemos aduzir que uma das primeiras (e precárias) embarcações da incipiente marinha de guerra israelense – em ação nos meses iniciais da existência do Estado – levaria, em sua homenagem, o nome de *Wedgwood.*

comparáveis, pois vastas áreas do Oriente Próximo, anteriormente domicílio de populações numerosas e lar de uma civilização brilhante, estão abertas aos árabes, enquanto que para os judeus o mundo torna-se cada vez mais fechado".

A questão da Palestina deveria ser apreciada pelo Conselho da Liga em reunião marcada para setembro; mas isso não chegaria a realizar-se devido à eclosão da guerra. Todavia, conforme palavras do Dr. Joseph, o White Paper foi, "para todos os efeitos declarado ilegal pelo competente órgão internacional". Com o que, aliás, pouco se importava o governo britânico.

A 16 de agosto inaugurou-se, em Genebra, o 21° Congresso Sionista. O tema principal dos debates foi, logicamente, o White Paper, qualificado como "a mais séria derrota política sofrida pelo movimento sionista em toda sua história". É óbvio que o mesmo foi objeto de repulsa generalizada, mas houve divergências quanto aos métodos a serem empregados para demonstrar essa repulsa. Uma pequena fração (chefiada por Meir Grossman), mais extremada, advogava um programa de absoluta não cooperação com o governo britânico, inclusive desobediência civil. Essa atitude, porém não encontrou eco entre a grande maioria dos delegados. Estes, contudo, também se achavam divididos em suas opiniões.

Um grupo, liderado por Ben-Gurion, sustentava haver chegado o momento de se abandonar, ou pelo menos modificar sensivelmente, a política de Weizmann de estreita colaboração com a Potência Mandatária; apresentava-se, como justificativa moral para tal atitude o fato de a Comissão Permanente de Mandatos haver condenado a política britânica como uma violação da letra e do espírito do Mandato. Um segundo grupo defendia a tese contrária: a de que a cooperação com a Grã-Bretanha era não só inevitável como também desejável. Alegavam ser essencial ao sionismo manter alguma forma de relações com uma grande potência, e por mais fraco que tivesse sido o apoio britânico ao sionismo, ainda assim era mais palpável que o concedido por qualquer outra potência. O rabino americano Abba Hillel Silver, um dos principais expoentes dessa corrente, exortou o Congresso a não se deixar levar pela emoção, dizendo: "O White Paper é apenas um documento transitório; ...há boas possibilidades de o mesmo ser anulado, e por isso nenhuma medida extrema deve ser adotada".

Finalmente um terceiro grupo, o mais numeroso, manifestou-se a favor de um meio-termo (acabaria sendo esta, aliás, a tese vitoriosa).

A 23 de agosto, uma semana após a abertura dos trabalhos do Congresso, era assinado em Moscou o surpreendente, quase inacreditável, pacto germano-soviético. A opinião pública mundial ficou estupefata, e um sentimento de urgência se apossou do Congresso Sionista, que procurou encerrar seus trabalhos o mais rápido possível.

No dia seguinte, por esmagadora maioria, foram aprovadas, entre outras, as resoluções seguintes:

> 7. expressando reconhecimento pela posição assumida contra o White Paper por diversos membros do Parlamento britânico;
>
> 8. acolhendo, com satisfação, a decisão da Comissão Permanente de Mandatos;
>
> 9. manifestando a intransigente hostilidade do Congresso à política do White Paper, mas proclamando ao mesmo tempo seu firme apoio a Grã-Bretanha em sua luta pela defesa da democracia no mundo ocidental;
>
> 10. afirmando que o povo judeu não toleraria uma situação minoritária na Palestina, nem tampouco a sujeição do Lar Nacional Judaico ao domínio árabe;
>
> 11. asseverando "o inalienável direito do povo judeu – ininterruptamente exercido através dos séculos da Dispersão – de retornar à Palestina, onde se encontra a única solução real e permanente para os judeus sem lar";
>
> 12. e reafirmando "a disposição do povo judeu de estabelecer relações de mútua boa vontade e cooperação com os árabes da Palestina e dos países vizinhos".

Na noite de 24 de agosto, véspera do encerramento do Congresso, Weizmann, visivelmente emocionado, proferiu um discurso no qual se destacava o trecho abaixo:

> É meu dever nesta hora solene dizer à Inglaterra, e por meio dela às democracias ocidentais: Temos ressentimentos... Mas acima de nossa mágoa e amargura estão interesses mais altos. Aquilo pelo que as democracias estão lutando é o mínimo necessário à vida judaica. Sua angústia é a nossa angústia; sua guerra é a nossa guerra.

No dia seguinte, Ussishkin, na presidência do Congresso, despediu-se dos presentes com uma tradicional expressão hebraica, "Ide em paz". Delegados e visitantes levantaram-se, cantaram a Hatikva e, formulando votos recíprocos de se reencontrarem em melhores dias, retiraram-se (já passava de meia-noite) rumo aos seus lares espalhados pelo mundo. Quem seria então capaz de imaginar que desses 530 delegados muitos não tardariam a desaparecer tragados pela voragem prestes a se desencadear?

Na madrugada de 10 de setembro, com a agressão alemã à Polônia, iniciava-se a imensa tragédia que foi a Segunda Guerra Mundial. Contendo em seu bojo tantas tragédias específicas (Roterdão, Coventry, Bataã, Hiroxima, etc.) cremos contudo que a culminância trágica seria atingida (triste recorde!) pelo doloroso e catastrófico destino das coletividades judaicas da Europa, no dizer de William L. Shirer "um massacre tão horrendo e em tal escala que deixaria na civilização uma feia mancha que certamente perduraria tanto quanto a existência do homem sobre a Terra".

Capítulo 8

A Palestina e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

> *Seria inconcebível – seria mesmo sacrílego – se... de todos esses esforços e sofrimento e morte o mundo não alcançasse algo verdadeiramente bom e duradouro.*
>
> Franklin D. Roosevelt
> (em 7/1/1943)

1939 – 3 de setembro: Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Na véspera o primeiro-ministro Neville Chamberlain ("aquela alma poeirenta", no dizer de Aneurin Bevan) respondera a uma carta de Weizmann, escrita em Londres poucos dias antes do início das hostilidades e assim redigida:

Prezado Sr. Primeiro-Ministro,

Nesta hora de suprema crise, a consciência de que os judeus têm uma contribuição a fazer para a defesa de sagrados valores impele-me a escrever esta carta. Quero confirmar, da maneira mais explícita, as declarações feitas por mim e meus colegas no decorrer dos últimos meses, e especialmente na semana passada: que os judeus "apoiam a Grã-Bretanha e combaterão ao lado das democracias".

É nosso desejo premente pôr em vigor essas declarações. Mas queremos fazê-lo de modo inteiramente consoante com o plano geral de ação britânico, e para isso nos poríamos, em questões grandes e pequenas, sob a direção coordenadora do Governo de Sua Majestade. A Agência Jucaica está pronta a acertar medidas imediatas para utilização do potencial humano, capacidade técnica, recursos, etc.

judaicos. A Agência Judaica teve recentemente divergências, no terreno político, com a Potência Mandatária. Gostaríamos que tais divergências se retraíssem diante das maiores e mais urgentes necessidades do momento.

Rogamos-lhe aceitar esta declaração no espírito com que é feita.

Resposta de Chamberlain:

> Gostaria de exprimir meu caloroso reconhecimento pelo conteúdo da sua carta de 29 de agosto e do espírito que a inspirou. É verdade que, com relação à política na Palestina, existem diferenças de opinião entre a Potência Mandatária e a Agência Judaica, mas aceito prazerosamente a garantia contida em sua carta. Noto com satisfação que nesta hora de suprema emergência, quando aquilo que prezamos está em perigo, a Grã-Bretanha pode confiar na sincera cooperação da Agência Judaica. Neste momento nada acrescentarei além de que suas garantias, dadas com espírito público, são bem-vindas e não serão esquecidas[1].

Enquanto isso Ben-Gurion, já de volta em Jerusalém, fazia a seguinte declaração pública: "Os judeus da Palestina são a única comunidade do Oriente Médio cuja própria sobrevivência está ligada à derrota de Hitler. Combateremos na guerra como se não houvesse o White Paper, e combateremos o White Paper como se não houvesse guerra". Ao mesmo tempo convocava Ben-Gurion os dirigentes da Haganah, dizendo-lhes – essa já uma declaração para "uso interno" – que a partir daquele momento todos os esforços deveriam se concentrar no seguinte objetivo: estabelecer um exército judeu em meio à guerra, "ao fim da qual nos empenharemos por criar um fato consumado – um Estado Judeu".

Atividades que pudessem acarretar prejuízo às forças britânicas foram imediatamente sustadas, e é o *Survey of International Affairs*, publicação britânica sem a mínima simpatia pelo sionismo, que nos informa que logo após a declaração de guerra da Grã-Bretanha contra a Alemanha os "atos terroristas judaicos cessaram completamente, e uma estação de

[1] Conforme veremos adiante, não quis, porém, o governo britânico fazer uso do oferecimento de Weizmann.

rádio clandestina, que vinha operando já há alguns meses, deixou de funcionar".

Os Executivos da Agência Judaica e do Vaad Leumi, em reunião conjunta, decidiram abrir inscrições de voluntários, para servir quer à disposição das autoridades militares britânicas, quer à própria comunidade judaica. (Muitos líderes sionistas temiam que qualquer solução de pós-guerra favorável ao sionismo tivesse que ser defendida contra eventuais ataques árabes, e por isso julgavam importantíssimo proporcionar treinamento militar ao maior número possível de judeus palestinenses.). Ao se encerrarem as inscrições haviam-se apresentado 85 781 homens e 50 262 mulheres, com idades entre 18 e 50 anos[2].

As autoridades britânicas, entretanto, não demonstraram nem entusiasmo nem pressa em se valer da cooperação judaica. Alegou o governo Chamberlain que a Palestina, sendo um território sob mandato, não se achava em guerra e, por isso, não precisava de exército. Com a substituição de Chamberlain por Churchill o pretexto para novas procrastinações passaria a ser a falta de equipamento. E, ao lado disso, havia ainda, em caráter privado, a intervenção de influentes judeus britânicos, antissionistas, que se opunham à formação de qualquer unidade militar judaica por considerá-la "provocadoramente nacionalista". Mais uma vez seria preciso, como lembra Giniewski, "lutar exatamente como em 1915 e 1917 para conquistar o direito de combater ao lado dos aliados".

Para os judeus o problema mais premente motivado pela eclosão da guerra era, contudo, o da imigração na Palestina, que, se permitida, possibilitaria salvar, pelo menos em parte, as massas judaicas europeias do extermínio que lhes estava destinado sob o jugo nazista. Mas, a pretexto de terem entrado no país imigrantes ilegais, haviam os ingleses cancelado a quota de imigração para o semestre outubro 1939 a março 1940. E nos meses subsequentes, sempre baseado nos mesmos argumentos, continuaria a imigração drasticamente reduzida, conforme pode ser verificado pela tabela abaixo, indicativa do número de certificados de imigração concedidos em cada período:

[2] Representavam esses números respectivamente 71% e 42% dos judeus palestinenses em condições de servir.

Abril – Setembro (1940)	9 350
Outubro (1940) – Junho (1941)	–
Julho – Setembro (1941)	750
Outubro (1941) – Março (1942)	3 000 (1.750 especificados para dependentes)
Abril – Dezembro (1942)	5 500
Janeiro – Março (1942)	5 400
Abril – Junho (1943)	13 500 (10.625 especificados para crianças)

À medida que Hitler estendia suas conquistas, a fuga para a Palestina tornava-se, para os judeus, cada vez mais imperiosa. Lembremos aqui que entre abril e junho de 1940 as comunidades judaicas da Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, que incluíam milhares de refugiados da Alemanha e Áustria, caíram em mãos dos nazistas. Em todos esses países, conforme observa James Parkes, verificou-se a reprodução de um modelo já conhecido: "Os judeus refugiados foram atacados em primeiro lugar, e muitos milhares deles deportados, nas habituais condições de barbaridade, para trabalhos forçados e campos de concentração da Europa Oriental. Somas imensas foram extorquidas das comunidades locais sob variados pretextos; instituições religiosas e culturais foram saqueadas; propriedades comerciais confiscadas; e a população judaica obrigada a trabalhos forçados, atormentada de um lugar para outro, e despojada das rações normais". Assim, escapar para a Palestina era, sem exagero (e com licença do lugar-comum), uma questão de vida ou morte. E não lhes sendo possível entrar "legalmente", não lhes restava outro caminho senão o da "ilegalidade", e isso lançando mão de quaisquer meios, enfrentando quaisquer riscos. A maioria vinha por mar – pagando preços exorbitantes, muitas vezes em embarcações que mal se mantinham à tona, com indescritíveis condições sanitárias[3]. Não raro, durante semanas, vagavam próximo à costa palestinense, aguardando uma oportunidade para desembarcar sem serem percebidos pelos britânicos – caso fossem, estariam sujeitos à prisão seguida de deportação para uma ilha,

[3] Jon & David Kimche (em seu livro *Os Caminhos Secretos*): "Estas embarcações, frequentemente sem condições de navegabilidade e instalações sanitárias inexistentes, eram muitas vezes fornecidas por extorsionários que convertiam em lucro o sofrimento do judaísmo europeu".

de onde deveriam, finda a guerra, ser recambiados ao país de origem[4]. Fácil imaginar que em tais condições incidentes trágicos se tornariam praticamente inevitáveis.

Permitam-nos, porém, retroceder um pouco, ao período de pré-guerra. Cronologicamente a primeira entrada de imigrantes "ilegais" – isto é, fora da quota estipulada pelas autoridades britânicas – ocorreu numa noite de verão do ano de 1934, quando um pequeno navio grego de 2 mil toneladas, o *Vellos,* oriundo do Pireu e levando a bordo 300 emigrantes provenientes da Polônia, atingiu a costa palestinense desembarcando sem empecilho todos seus passageiros. Já uma segunda tentativa, realizada pouco tempo depois pela mesma embarcação, fracassou por estarem as autoridades de sobreaviso. Seguiram-se numerosas outras tentativas, algumas bem sucedidas, outras não. Evidentemente não cabe aqui menção de todas, mas vale a pena assinalar que em 1939, um pouco antes da eclosão da guerra, 12 judeus alemães chegaram à Palestina num pequeno bote, remando o tempo todo, pois o bote era desprovido de motor. Em 1937 líderes trabalhistas e da Haganah organizaram na Palestina um Comitê para a Imigração Ilegal, ao qual caberia dirigir toda a atividade relacionada com essa imigração ilegal, inclusive as viagens marítimas. (Cumpre lembrar, contudo, que nem só por mar vinham os "ilegais" – muitos atravessaram a fronteira, e alguns vieram até de avião.).

Logo no princípio de setembro de 1939 o navio *Tiger Hill,* transportando vítimas do terror nazista, alcançou a costa palestinense. A Guarda Costeira abriu fogo contra a embarcação, matando 3 refugiados; aos demais foi recusada permissão para desembarcar (alguns mais audazes, porém, atingiram a praia a nado, misturando-se à multidão que acorrera, atraída pelos tiros de fuzil e metralhadora). Não obstante protestos generalizados no Parlamento, defendeu MacDonald a ação das autoridades a ele subordinadas, sob o fundamento de que a situação da Palestina era delicada e exigia um manejo cuidadoso; acrescentou que "autorizar o desembarque indiscriminado de refugiados na Palestina agravaria ali a situação de segurança, que no momento é satisfatória". Como resultado dessa atitude drástica, numerosos judeus, que se encontravam, por assim dizer, encalhados na Europa Central e Sul-Oriental, viram-se num verdadeiro beco sem saída, encurralados entre a avalanche nazista que se

[4] Essas disposições vigorariam a partir de 20 de novembro de 1940 (ver adiante).

aproximava e a intransigência britânica, e não poucos foram os que recorreram ao suicídio. Entretanto, em fevereiro de 1940, o vapor turco *Sakarya* conseguiu desembarcar na Palestina 2 400 refugiados. Mais ou menos por esse tempo uma outra embarcação, *Hilda*, conseguia desembarcar cerca de 600 refugiados (inclusive dois recém-nascidos), e algumas centenas mais vieram no *Maria,* de bandeira panamenha. Foi então que o governo da Palestina resolveu instituir o patrulhamento das praias.

Meses depois, em novembro de 1940, havendo as autoridades constatado que 1.771 judeus chegados a Haifa em duas velhas embarcações movidas a roda – o *Milos* e o *Pacific*[5] – estavam sem licença de imigração, foram eles, juntamente com mais 130 vindos em outra embarcação (ver adiante), removidos para o *Patria* (navio francês sob controle britânico), a fim de serem deportados para a ilha Mauritius (no Oceano Índico). Um comunicado oficial, transmitido pela rádio de Jerusalém a 20 de novembro, anunciou que a decisão final sobre o destino desses imigrantes seria adiada até o termino da guerra, mas que não lhes seria permitido voltar à Palestina nem permanecer na colônia para a qual iam ser deportados. A 25 de novembro, dia em que deveria zarpar, o *Patria* explodiu no porto de Haifa, afundando em dez minutos; mais de 200 refugiados perderam a vida. A causa da explosão não ficou perfeitamente esclarecida, mas parece fora de dúvida que não foi acidental (supõe-se que uma bomba tenha sido colocada no navio enquanto este era abastecido de carvão). Foi grande a comoção, mas o alto-comissário Sir Harold McMichael declarou que os sobreviventes seriam deportados de qualquer maneira. Todavia, protestos públicos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos levaram, "como excepcional ato de misericórdia", à revogação da ordem de deportação. Dos sobreviventes (cerca de 1.600), 1.043 foram libertados[6], ficando os demais detidos para investigação de antecedentes; aos libertados foi dada a oportunidade de se alistarem – 31 ingressaram nas forças britânicas e 77 nas tchecas. Mas, com toda sua "excepcional misericórdia", os ingleses não deixariam de deduzir, da quota de imigração, o número desses "ilegais" admitidos.

[5] O *Pacific,* cuja capacidade normal era de apenas 60 passageiros, trouxera mais de mil! (E não havia água potável a bordo).

[6] Isso não obstante as objeções do general Wavell, que receava um aumento da hostilidade árabe.

Ao mesmo tempo que o *Pacific* e o *Milos,* chegara à Palestina o *Atlantic,* trazendo cerca de 1.800 refugiados, oriundos principalmente da Áustria, Tchecoslováquia e Polônia. Mais de uma centena deles, conforme vimos, haviam sido transferidos para bordo do *Patria,* sendo os demais desembarcados e internados no campo de detenção de Atlit. Após a explosão do *Patria* a Agência Judaica solicitou ao governo que permitisse também aos refugiados do *Atlantic* internados em Atlit permanecer na Palestina. Recusa categórica. Alguns dias depois a polícia cercou o campo e, às 2 da madrugada, deu início à remoção dos refugiados. Houve resistência, e cassetetes britânicos entraram brutalmente em ação. Declarou uma testemunha ter visto (palavras transcritas de um relatório oficial) "pessoas serem carregadas em macas, aparentemente inconscientes, e outras sendo empurradas despidas, descalças, muitas sangrando na cabeça e corpo". Carregados, empurrados, espancados, foram os refugiados metidos em caminhões que se encontravam à espera na entrada do campo e os levaram, a grande velocidade, até navios ancorados no porto de Haifa. Tudo isso realizado com a maior pressa e na calada da noite. Ao raiar do dia já estavam a caminho da ilha Mauritius.

O caso repercutiu na Grã-Bretanha, e o subsecretário das Colônias, George Hall, quando interpelado nos Comuns, declarou:

> O Governo de Sua Majestade, embora não desprovido de simpatia pelos refugiados de territórios sob controle alemão, somente pode considerar a renovação das tentativas de imigração ilegal, na atual conjuntura, como capaz de afetar a situação local da maneira mais adversa, revelando-se como séria ameaça aos interesses britânicos no Oriente Médio. Decidiu por isso que essas pessoas, e quaisquer outras que possam vir a alcançar a Palestina visando uma entrada ilegal, devem ser enviadas a uma Colônia Britânica, para detenção enquanto durar a guerra... Serão enviadas para além-mar tão logo possam ser providenciadas as necessárias facilidades marítimas.

Assim, cerca de 1.600 deportados foram levados à inóspita ilha Mauritius. Ali as mulheres tiveram de viver em cabanas de ferro corrugado, enquanto os homens foram mantidos em cubículos de pedra de uma velha prisão. Pouco tempo após a chegada dos deportados foi a ilha assolada por duas epidemias: tifo, e depois malária; o número de vítimas foi elevado. O governo britânico mostrar-se-ia até o fim de 1944 intransigente em sua oposição à volta desses refugiados à Palestina, não obstante reiterados

pedidos não só da Agência Judaica como também por parte de cristãos[7]. Só no princípio de 1945 é que se anunciou que seria permitido aos refugiados retornar à Palestina como imigrantes, sendo seu número deduzido da quota.

Ainda em fins de 1940 ocorreu a tragédia do *Salvador.* Essa embarcação, levando 350 refugiados (e navegando sem mesmo uma bússola!) partira da Bulgária alcançando Istambul, na Turquia. Ali, por não possuírem visto nos passaportes, os passageiros tiveram negada permissão para desembarcar. O *Salvador* saiu do porto e pouco depois, no mar de Mármara, atingido por uma tempestade, afundou. Pereceram afogados – o *Salvador* não tinha botes salva-vidas – mais de 200 refugiados, inclusive a quase totalidade das crianças que se encontravam a bordo. Dos sobreviventes que conseguiram retornar a Istambul alguns foram deportados para a Bulgária e os demais recolhidos pelo *Darien,* outro navio de refugiados (ou "navio-esquife", como eram também conhecidas essas embarcações superlotadas e praticamente imprestáveis).

O *Darien,* barco pesqueiro que mal se aguentava à tona, chegou a Haifa em março de 1944; trazia cerca de 800 refugiados, a maior parte dos quais havia escapado de massacres na Romênia. A embarcação foi apreendida, sendo os refugiados internados num campo de detenção. Embora houvesse entre eles agricultores experientes e operários especializados, ansiosos por contribuir para o esforço de guerra, foram todos mantidos num ócio forçado e sob ameaça constante de remoção (que só não se concretizou por não haver navios disponíveis). Alguns perderam a razão, e puderam sair... para uma instituição de doentes mentais. MacDonald, para justificar sua atitude de mantê-los presos (atitude que ele, aliás, manteria obstinadamente), insinuou que poderia haver infiltrados entre eles, agentes inimigos, embora admitisse não ter qualquer prova disso[8].

A mais terrível dessas tragédias marítimas, entretanto, ocorreu em fevereiro de 1942. O *Struma,* velha embarcação fluvial de transporte de gado, de 180 toneladas e arvorando bandeira panamenha, deixara a 12 de dezembro do ano anterior, com permissão das autoridades romenas, o porto

[7] Após demoradas negociações 150 refugiados foram aceitos como voluntários para servir nas forças aliadas (mas mais de 100 foram recusados).
[8] Lord Wedgwood qualificou isso de "desculpa descarada que fornecia nova prova de antissemitismo".

de Constanza; levava amontoados a bordo 769 judeus (oriundos da Romênia e Bulgária e sem "visto" para nenhum país), inclusive 70 crianças menores de 13 anos e 250 mulheres. Quatro dias depois – o tempo normal de viagem seria 14 horas – alcançaram Istambul, com o pequeno navio necessitando extensos reparos em suas máquinas[9]. O governo turco declarou que não permitiria o desembarque sem a certeza de que os refugiados poderiam entrar em outro país (é lógico que esse outro país só poderia ser a Palestina), mas a recusa das autoridades britânicas foi categórica. As negociações arrastaram-se durante dez semanas, tendo a Agência Judaica se declarado pronta a concordar com que o número de refugiados admitidos fosse deduzido da quota de imigração. Essa proposta, contudo, foi recusada pelos britânicos, que alegaram dois motivos (ambos mais que discutíveis): 1º) possibilidade de haver agentes nazistas infiltrados entre os refugiados; 2º) escassez de suprimentos na Palestina. Afinal os ingleses cederam em parte, concordando em admitir apenas as crianças; essa permissão, porém, chegou tarde – as autoridades turcas, sempre se negando a autorizar o desembarque, já haviam ordenado a volta da embarcação ao mar Negro. Isso não obstante a advertência feita pelo capitão do *Struma* de que sua embarcação não se encontrava mais em condições de navegabilidade (as instalações radiotelegráficas estavam defeituosas, não havia instalações nem de água nem elétricas, pouquíssimos salva-vidas e nenhum escaler salva-vidas) e de que os passageiros se achavam esfomeados, doentes (a maioria com disenteria) e histéricos (alguns já enlouquecidos). No dia 23 de fevereiro o *Struma* foi atado a um rebocador e – sem combustível, alimentos e água – rebocado pelo Bósforo até o mar Negro, e ali abandonado à sua sina. Poucas horas depois o *Struma* afundou, ao que parece em consequência de explosão provocada por mina[10] – houve um único sobrevivente. Protestos vieram de todas as partes do mundo; as autoridades britânicas exprimiram seu costumeiro pesar, deram as habituais desculpas ("ilegalidade", respeito à lei, etc.), e tentaram empurrar a culpa sobre os turcos. Mas enquanto isso *milhares* de refugiados

[9] As máquinas do *Struma* haviam sido retiradas de uma embarcação que afundara no Danúbio, tendo ficado submersas vários anos.
[10] Outras hipóteses: a embarcação se teria simplesmente desfeito (diz Kimche que ela fazia água), ou teria sido atingida por um torpedo; alguns admitem até que tenha havido uma explosão provocada intencionalmente.

não judeus, oriundos da Grécia, Polônia e Tchecoslováquia, encontraram refúgio temporário na Palestina!

A catástrofe do *Struma* repercutiu numa Conferência Sionista Extraordinária, reunida de 9 a 11 de maio de 1942 no Biltmore Hotel, em New York, levando a que fosse aprovada, por unanimidade, uma reformulação da posição sionista. Veio isso constituir o chamado Programa de Biltmore, que após atacar o White Paper de 1939 como destituído de qualquer "validade moral ou legal", e qualificá-lo de "cruel e indefensável", concluía:

> A Conferência insiste em que as portas da Palestina sejam abertas; que a Agência Judaica seja investida do controle da imigração e da necessária autoridade para edificar o país, incluindo o desenvolvimento de suas terras não ocupadas e não cultivadas; e que a Palestina se firme como um Estado Judeu integrado na estrutura do novo mundo democrático.

Esse programa – considerado por Barnet Litvinoff como uma "bofetada injustificada na Grã-Bretanha" e que para o visconde Samuel representava um exemplo de "extremismo sionista" – seria posteriormente adotado pelas organizações sionistas americanas e também, embora não oficialmente, pela Organização Sionista Mundial. Foi mesmo acolhido com entusiasmo pela grande maioria dos judeus palestinenses, não obstante haver a censura proibido quaisquer referências a respeito na imprensa local. Houve, entretanto, algumas vozes discordantes, e assim um grupo de judeus radicados na Palestina (pouco numerosos mas preeminentes nos meios intelectuais), liderados pelo Dr. Judah Leon Magnes (presidente da Universidade Hebraica), formou, nesse mesmo ano, o Ihud (União), que tinha por objetivo propagar a ideia de um Estado binacional, visando com isso uma aproximação com os árabes[11].

Mas julgamos chegado o momento de tratar da quase completamente ignorada contribuição judaica à causa aliada, contribuição essa qualificada por Pierre van Paassen como "o mais bem guardado segredo da guerra", e que só foi aceita pelas autoridades depois que a situação militar britânica no Oriente Médio se deteriorou visivelmente; mesmo assim, porém, com relutância.

[11] Entre os que se filiaram ao Ihud figurava o eminente filósofo Martin Buber.

Em novembro de 1941 (transcorridos portanto mais de dois anos desde o início da guerra) Lord Moyne, secretário das Colônias, ainda afirmava na Câmara dos Lords não ser possível considerar a formação de um contingente judaico devido a "dificuldades práticas e falta de equipamento". Uns 1.500 judeus haviam sido admitidos na Royal Air Force – foram, entretanto, limitados a trabalhos em terra, não se lhes ensinando a voar[12]. Todavia, com o já referido deterioramento da situação militar britânica no Oriente Médio, permitiu-se a formação de companhias de infantaria judaicas, designadas como "palestinenses" e sem autorização para usarem insígnias judaicas, o que levaria Paul Giniewski a comentar que os judeus da Palestina "tinham o direito de morrer pela bandeira, mas não de arvorá-la". Com relação a isso gostaríamos de chamar atenção para um episódio narrado por Pierre van Passen em seu livro *O Aliado Esquecido.*

Em Mechili (nordeste da Cirenaica, região desértica) uma companhia judaica de engenharia, que se achava instalando um campo minado para proteger o flanco do 8º Exército Britânico, foi avistada por aviões de observação alemães (1º de junho de 1942). Comandava a operação o major Felix Liebman (residente em Tel Aviv); após um ataque realizado por bombardeiros pesados, solicitou ele ao posto britânico mais próximo algumas armas antiaéreas. Juntamente com uma promessa (que não seria cumprida) de peças de artilharia antiaérea e antitanques (aviões ingleses haviam visto uma coluna de tanques alemães dirigindo-se para Mechili), chegou uma mensagem do comando do 8º Exército ordenando que Risse concluída a colocação das minas e mantida a posição a todo custo. Poucos dias depois já estava a posição ocupada pelos judeus completamente cercada por forças alemãs e italianas. O único auxílio inglês era proporcionado pela RAF, cujos aviões vinham (às vezes) dar combate aos caças alemães ou jogavam latas d'água para os sitiados. Durante cerca de um mês os homens do major Liebman – esfomeados, sedentos, esfarrapados – resistiram a tremendos ataques aéreos e terrestres. A 2 de julho, quando os poucos sobreviventes (dos 500 judeus permaneciam vivos apenas 45) se dispunham à última resistência, chegou uma coluna motorizada de franceses livres sob o comando do general Pierre Koenig (o herói de Bir-Hakeim, onde suas tropas – formadas pela 1ª Brigada de Franceses Livres e

[12] Essas restrições seriam mais tarde revogadas.

um batalhão de voluntários judeus[13] – resistiram durante um mês a ataques maciços e constantes das forças de Rommel). Com lágrimas embargando-lhe a voz, o general Koenig abraçou o major Liebman (ferido). Os soldados judeus, após receberem água, foram informados de que o cerco terminara e que deveriam acompanhar a coluna francesa. Foi então que o general Koenig viu um soldado judeu arriar a bandeira sionista e enrolá-la para ser guardada num estojo. Indagando o motivo desse procedimento, obteve Koenig a seguinte resposta: "Não temos permissão para içar esta bandeira. É contra o regulamento". Disse Koenig: "Perdão, sou eu que comando aqui. Não me importo absolutamente nada com o regulamento. Essa bandeira irá na frente, em meu carro, ao lado da bandeira tricolor. É lá o seu lugar. Somos ambos vitoriosos". E, dirigindo-se aos seus homens, exclamou: "Legionários! A bandeira judaica! Em continência!"[14].

Na fase inicial da guerra esteve na França, participando da luta, o Palestine Auxiliary Military Pioneer Corps, constituído de 742 judeus e 306 árabes. (A princípio as autoridades inglesas haviam decidido que o número de voluntários judeus não poderia ultrapassar o de árabes, mas diante do pouco entusiasmo demonstrado por estes – e dos já não muito numerosos voluntários árabes grande percentagem desertou, alguns levando as armas – aquele critério de paridade não tardou a ser abandonado.).

Unidades palestinenses constituídas em sua quase totalidade por judeus estiveram com o exército britânico na Grécia, figurando entre os últimos defensores da península do Peloponeso (os sobreviventes misturaram-se aos guerrilheiros gregos), e em Creta.

Enquanto isso as fábricas judaicas da Palestina trabalhavam intensamente para suprir as forças aliadas no Oriente Médio, fornecendo paraquedas, barracas, peças mecânicas, pequenas unidades navais, instrumentos de precisão, etc. Dov Joseph cita como exemplo dessa espécie de contribuição o fato de todas as minas usadas contra Rommel terem sido oriundas de fábricas judaicas na Palestina. Valiosa contribuição ao esforço de guerra foi igualmente prestada pelo Instituto de Pesquisas Daniel Sieff, fabricando a pedido do governo palestinense produtos analgésicos,

[13] Eram 3.000 franceses e 1.000 judeus, constituindo (diz Paul Careli) "unidades especialmente resolutas".
[14] É grato assinalar que, após a independência de Israel, o general Koenig tornar-se-ia presidente da Liga de Amizade Franco-Israelense.

hipnóticos e antimaláricos[15] E a Solel Boneh (a empresa de construções pertencente à Histadrut) crou um departamento especial para trabalhar para o Exército Britânico na construção de fortificações.

Em Londres, a 22 de outubro de 1941, informava o subsecretário da Guerra que o número total de judeus palestinenses no Exército, Marinha e RAF era superior a 9.000 (incluídos 1.505 desaparecidos ou prisioneiros). Algum tempo depois esses soldados judeus da Palestina foram, como vimos, incorporados em unidades puramente judaicas e, em agosto de 1942, seu total era já superior a 20.000; um ano depois totalizavam 30.000, e esse número subiria a 35.000 em setembro de 1944, quando seria organizada a Brigada Judaica.

Judeus palestinenses estiveram em ação na Etiópia, na Síria (cuja invasão por forças britânicas foi preparada por 50 voluntários da Haganah, entre os quais Moshe Dayan, que ali perdeu o olho esquerdo quando uma bala atingiu seu binóculo)[16], e no norte da África (inclusive em El Alamein e Tobruk). Embora não entrando em detalhes sobre as ações nessas várias frentes[17], queremos consignar que, de acordo com os relatórios oficiais, os judeus palestinenses prestaram serviços que exigiam não só coragem como também inventividade, recebendo calorosos elogios dos seus comandantes.

Claro é, porém, que nem ações isoladas nem unidades auxiliares esparsas podiam satisfazer os dirigentes sionistas. Desejavam eles um exército judeu, não só por acharem que os judeus tinham contas especiais a ajustar com Hitler como também porque isso viria dar uma base mais firme às aspirações sionistas numa futura conferência de paz. No fundo tratava-se, evidentemente, de uma questão política, e como tal foi debatida nas duas casas do Parlamento inglês.

Na Câmara dos Lords o debate a respeito realizou-se a 9 de junho de 1942. Lord Wedgwood, em discurso que causou sensação na Inglaterra e nos Estados Unidos, acusou o governo britânico de não haver cumprido

[15] Lançaram-se assim as bases para a atual indústria farmacêutica israelense.
[16] Consistiu o trabalho desses voluntários em, precedendo a invasão, traçar mapas detalhados das instalações inimigas e cortar as vias de comunicação na área fronteiriça, servindo depois de guias às vanguardas invasoras. Foram todos em trajes civis, e cada um deles sabia que se fosse capturado seria executado como espião.
[17] Os detalhes podem ser encontrados na já referida obra de Pierre van Paassen, *O Aliado Esquecido*, capítulo 4º.

suas promessas, e propôs, por isso, fosse o mandato transferido para os Estados Unidos; pediu outrossim a organização de uma força militar especificamente judaica, formada por judeus que tivessem escapado ou pudessem escapar de Hitler. Em nome do governo falou Lord Croft, procurando mostrar que havia já um aproveitamento completo do desejo judeu de servir, na medida possibilitada pelo equipamento disponível. E Lord Moyne aduziu estar já a Palestina superpovoada...

Nos Comuns foi o assunto discutido cerca de dois meses depois (6 de agosto). Entre os oradores que se manifestaram favoráveis à formação de um exército judeu, figurava um militar, o coronel Cazalet, que pediu ao governo fosse dada "à relativamente pequena comunidade judaica da Palestina uma oportunidade de combater, de defender seus lares, de mostrar aos judeus da Europa que em alguma parte do mundo os judeus não se acham completamente derrotados e subjugados". Ouviram-se, naturalmente, também vozes contrárias, inclusive a de um deputado judeu, Lipson; alegando constituírem os judeus apenas uma comunidade religiosa, declarou ele que um exército judeu cheirava a separatismo nacionalista, não sendo pois compatível com a lealdade devida aos países dos quais os judeus eram súditos.

Nos Estados Unidos as propostas para formação de um exército judeu (cujos integrantes seriam judeus palestinenses ou oriundos de países sob domínio nazista) constituíram durante algum tempo assunto de relevo e tema de controvérsias na vida da comunidade judaica daquele país. Organizou-se um numeroso Comitê Pró-Exército Judeu, cuja atividade mais saliente foi a publicação de anúncios de página inteira nos principais jornais norte-americanos[18]. Todavia, resultado prático imediato: nenhum.

A Agência Judaica continuou entretanto insistindo sobre o assunto junto às autoridades britânicas. Afinal, em setembro de 1944, o Ministério da Guerra inglês anunciou que "o Governo de Sua Majestade decidiu aceder ao pedido do Executivo da Agência Judaica para a Palestina no sentido de serem formadas Brigadas Judaicas a fim de tomar parte em operações ativas". O primeiro-ministro Churchill, referindo-se a essa decisão, declarou na Câmara dos Comuns (29 de setembro); "Sei que há um grande número

[18] A 7 de dezembro de 1942, por exemplo, publicou o *New York Times* uma "Proclamação sobre os Direitos Morais dos Judeus Apátridas e Palestinenses".

de judeus servindo em nossas forças e nas forças americanas, mas parece-me realmente adequado que uma unidade daquela raça que sofreu indescritíveis tormentos dos nazistas seja representada como uma formação distinta entre as forças reunidas para a sua derrocada final."

A 19 de outubro de 1944 foi oficialmente divulgado que o general inglês (judeu) Ernest Frank Benjamim havia sido nomeado comandante da Brigada Judaica. Após negociações que se prolongaram por mais de uma semana, a Agência Judaica anunciou que o governo britânico aprovara a bandeira da Brigada; duas listas horizontais azuis sobre fundo branco, tendo no centro, em azul, a estrela de Davi. Iniciou-se – tanto na Inglaterra quanto na Palestina – uma vigorosa campanha de recrutamento, da qual foi incumbido o então conselheiro jurídico honorário do Departamento Político da Agência Judaica, Dr. Bernard (depois Dov) Joseph. Após um relativamente curto período de treinamento foi a Brigada enviada à Itália, passando a integrar o 8° Exército Britânico; entrou pela primeira vez em combate a 15 de março de 1945.

Mas já antes disso voluntários da Haganah, inclusive moças, vinham sendo empregados na Europa pelo serviço secreto britânico. Eram eles, em geral, lançados de paraquedas na região dos Balcãs, incumbidos, entre outras tarefas, de entrar em contato com guerrilheiros e organizações subterrâneas de resistência, fornecer por rádio informações às autoridades britânicas, e auxiliar a fuga de prisioneiros. Dentre esses voluntários (muitos dos quais perderam a vida em sua perigosa missão) notabilizou-se a jovem Hanah Szenes, que na primavera de 1944 saltou de paraquedas no norte da Iugoslávia, daí passando para a Hungria, onde estava incumbida de agir. A polícia húngara descobriu seu transmissor e ela foi presa. Julgada por corte marcial (outubro de 1944), foi considerada culpada de traição[19]. Negou-se a pedir clemência, e no pátio da prisão de Budapeste, prestes a ser fuzilada, recusou-se a ter os olhos vendados; tombou cantando a Hatikva (contava então 23 anos)[20].

[19] Hannah Szenes nascera na Hungria, mas na Palestina adquirira a cidadania britânica.

[20] A execução foi feita sem que houvesse sido divulgado o veredicto, surpreendendo o advogado de defesa, Seleszni. Este, indo por acaso à prisão no dia do fuzilamento, viu um veículo transportando um caixão e perguntou a um guarda: "Alguém mais executado?" Respondeu o guarda: "Sim, a moça-oficial britânica".

Cabe lembrar aqui que uma proposta para fazer descer de paraquedas na Hungria algumas centenas de combatentes judeus para prestar ajuda aos judeus húngaros ameaçados de extermínio, embora aprovada pelas autoridades militares britânicas, não foi adiante devido à oposição (por motivos políticos) do Ministério das Colônias. Por outro lado, reiteradas sugestões de dirigentes judeus para que fossem bombardeados os campos de extermínio, a começar por Auschwitz (onde, vale a pena lembrar, funcionavam oficinas da Siemens e da Krupp, ambas ligadas à indústria bélica alemã), foram repelidas pelo estado-maior da aviação britânica que alegou "dificuldades muito grandes no plano técnico".

Voltemos agora à Palestina. A procura de armas, por judeus e árabes, e um sensível incremento do tráfico de apetrechos bélicos eram, ao tempo da guerra, uma decorrência natural da situação; em grande parte, porém, era isso estimulado pela existência no país de consideráveis estoques militares (sem contar com o receio de inflação, que fazia da compra de armas um bom investimento...). Não obstante, merece destaque o fato de não se terem registrado, no período de guerra, incidentes violentos entre judeus e árabes. Infelizmente não ocorreria o mesmo com respeito às relações entre os judeus palestinenses e os elementos da potência mandatária.

Já se tornara quase que de rotina a realização, pelos britânicos, de buscas em colônias agrícolas judaicas. Na parte inicial da guerra tais buscas prosseguiram ativamente, contribuindo para aumentar a tensão. Algum tempo depois essas buscas foram bastante atenuadas. Mas no verão de 1943 empreendeu o governo nova e intensa campanha de perquisições. Com grande aparato publicitário realizaram-se julgamentos de judeus por posse ilegal de armas ou munições, sendo aplicadas penas que atingiam até 10 anos de prisão. Um exemplo: a 7 de outubro de 1943 uma corte militar britânica condenou um judeu acusado de "posse ilegal de munições"; havia sido autorizado a ter consigo um revólver e 12 balas, mas uma busca em sua casa revelara 13 – essa bala extra valeu-lhe... 7 anos de prisão! Em contraste, os julgamentos dos árabes realizavam-se com o mínimo de publicidade, e as sentenças eram bem mais suaves (4 anos no máximo).

A tensão ia crescendo à medida que se aproximava o término do prazo estipulado pelo White Paper (31 de março de 1944) sem que fosse anunciada qualquer modificação na política imigratória – e isso não obstante o prosseguimento das atrocidades nazistas.

Em janeiro de 1944 a organização terrorista (revisionista) Irgun Zvai Leumi, desde o ano anterior sob a chefia de Menachem Beigin, lançou uma proclamação-apelo, da qual destacamos:

> Não há mais qualquer armistício entre o povo judeu e a Administração Britânica que entrega nossos irmãos a Hitler. Nosso povo está em guerra com esse regime – guerra até o fim.
>
> Essa guerra demandará muitos e pesados sacrifícios, mas nela entramos cônscios de estarmos sendo fiéis aos filhos de nosso povo que têm sido e estão sendo massacrados. É por eles que lutaremos.
>
> Lutaremos, e cada judeu nesta terra lutará. O Deus de Israel nos ajudará. Não haverá recuo. Liberdade – ou morte.
>
> A juventude combatente não vacilará diante da adversidade e do sacrifício, do sangue e do sofrimento. Não se entregará, até que tenha assegurado ao nosso povo uma Pátria, liberdade, honra, pão e justiça. E se nos derem apoio verão em nossos dias o Retorno a Sião e a restauração de Israel.

No mês seguinte os terroristas passaram das palavras à ação. Na noite de sábado, 12 de fevereiro, os Escritórios do Departamento de Imigração em Jerusalém e Tel Aviv foram danificados por bombas (as explosões verificaram-se nas duas cidades à mesma hora). Na noite seguinte novas explosões ocorreram em Haifa.

Nesse mesmo fim de semana um grupo de membros da organização juvenil revisionista Brith Trumpeldor invadiu as salas de um clube da organização juvenil trabalhista Hashomer Hatzair, em Tel Aviv, tentando distribuir panfletos do Irgun; daí resultou um pequeno conflito, em que um membro do Hashomer foi morto a tiros por um dos rapazes do Brith Trumpeldor. É preciso, porém, ressaltar que haveria, de parte a parte, uma certa preocupação em evitar choques armados entre judeus, choques esses capazes de degenerar em guerra civil que só viria beneficiar britânicos e árabes.

Não obstante a condenação unânime de tais ações pela imprensa hebraica (que as qualificou de "atos insanos de desordeiros", particularmente prejudiciais à população judaica) e um apelo público do Vaad Leumi aos judeus palestinenses para agir com firmeza contra os responsáveis pelos atos de terror, recrudescia a atividade terrorista. E a 17

de fevereiro dois policiais britânicos morreram em consequência de ferimentos a bala que lhes foram infligidos em Haifa por indivíduos não identificados. (Seria evidentemente supérfluo dar aqui uma relação completa dos atos de terrorismo então praticados – limitar-nos-emos, pois, aos mais significativos.).

A 23 de março ocorreram explosões nos quartéis de polícia em Jerusalém, Haifa e Jaffa; e em Tel Aviv seis policiais britânicos foram mortos a tiros. O governo palestinense reagiu impondo rigoroso toque de recolher e revigorando a pena de morte para casos de violência e sabotagem. É óbvio que nem só britânicos eram vitimados pelo terrorismo – também judeus perdiam a vida, entre eles alguns inteiramente inocentes, que nada tinham a ver com os atos de terror[21].

Antes de prosseguirmos convém esclarecer bem o seguinte: os atos de terrorismo e sabotagem estavam sendo perpetrados por membros de duas organizações que podemos classificar como dissidentes em relação à grande maioria da coletividade judaica da Palestina. Essas organizações (naturalmente secretas), que não reconheciam a autoridade da Agência Judaica e dos líderes sionistas oficiais, eram o já citado Irgun Zvai Leumi (formado por um núcleo de algumas centenas de "combatentes", e mais uns dois a três mil simpatizantes ativos, que prestavam auxílio financeiro e permitiam que suas residências fossem usadas como esconderijos) e o assim chamado Grupo Stern[22], ainda mais extremista (embora bem menos numeroso – tinha não mais de 150 membros ativos). Em geral agiam separadamente, mas houve também casos de colaboração e, às vezes, na ausência desta, de solidariedade (como, por exemplo, em relação ao crime de 6 de novembro, adiante referido).

Após alguns meses de relativa calma ressurgiu com intensidade o terrorismo. Em meados de julho dez homens penetraram no quartel da

[21] Assim, a 18 de fevereiro, em Jerusalém, um pobre barbeiro regressando do trabalho foi morto pela polícia por não se haver identificado com a devida presteza.

[22] Esse nome é derivado de Avraham Stern, intelectual com um complexo messiânico, nascido na Polônia. Fez seus estudos superiores na Itália no início da década de 30 (portanto sob o regime de Mussolini) e chegou à Palestina fortemente imbuído de ideias fascistas. Ingressou no Irgun, do qual se retirou em 1941 fundando sua própria organização, a qual denominou Combatentes pela Liberdade de Israel. Foi morto, juntamente com dois dos seus partidários, num encontro com a polícia em 1942. O grupo, contudo, continuaria operando até o estabelecimento do Estado de Israel.

polícia em Jerusalém, ali colocando bombas: percebidos, houve troca de tiros, morrendo na ocasião dois policiais (um judeu e um árabe) e ficando feridos outros dois (estes britânicos).

Em agosto ocorreu um atentado contra o alto-comissário, Sir Harold MacMichael. Dirigia-se ele, acompanhado da esposa, a uma recepção dada em sua homenagem pela municipalidade de Jaffa, quando seu carro foi atacado por sete membros do Grupo Stern armados de metralhadoras. Sir Harold sofreu ferimentos leves, sua esposa escapou ilesa, mas seu ajudante de ordens e o motorista ficaram gravemente feridos. Os assaltantes conseguiram fugir através de uma colônia agrícola judaica próxima. Esse atentado provocou revolta e indignação na imprensa e nos círculos dirigentes judaicos. A Agência Judaica, o Vaad Leumi e o Conselho Rabínico, entre outros, fizeram apelos à coletividade judaica da Palestina para que desse a máxima assistência às autoridades afim de entregar à justiça os que haviam cometido "esse ato vil". O governo palestinense impôs uma multa coletiva de 500 libras à povoação de Givat Shaul (por onde os terroristas haviam fugido) por não ter auxiliado a polícia, empreendeu buscas rigorosas em colônias, prendeu e deportou vários suspeitos. Mas tudo em vão.

Em fins de setembro grupos armados do Irgun, portando armas automáticas, atacaram postos policiais em Jerusalém e Haifa, e numa rua de Jerusalém, em pleno dia, um oficial britânico foi morto a tiros por dois indivíduos que fugiram num táxi.

Mas quanto às repercussões internacionais, a campanha de terrorismo atingiu seu clímax no dia 6 de novembro, quando foi assassinado, no Cairo, Lord Moyne. Exercia ele, desde o princípio do ano, o cargo de ministro-residente no Oriente Médio, isto é representante do Gabinete britânico nessa região, cabendo-lhe assim o planejamento de todas as medidas necessárias ao prosseguimento da guerra, com exceção das operações militares[23]. Ao saltar do carro, diante de sua residência, pouco depois do meio-dia, foi Lord Moyne alvejado por dois jovens; o motorista teve morte instantânea e Lord Moyne faleceu à noite sem ter recobrado os sentidos. Os assaltantes foram presos, escapando por pouco de ser linchados por uma multidão enfurecida.

[23] Esse cargo, criado em julho de 1941, seria abolido em agosto de 1945.

Fora o crime cometido por dois membros do Grupo Stern; Eliahu Bet-Zuri, 22 anos, agrimensor, residente em Tel Aviv, e Eliahu Hakim, 17 anos, judeu sefardita de Haifa, de família rica, nascido em Beirute[24]. Confessaram ambos ter vindo ao Egito com o propósito deliberado e premeditado de matar Lord Moyne, cuja política – alegaram eles – era danosa às aspirações judaicas na Palestina[25]. Os dois terroristas foram julgados por um tribunal egípcio (em janeiro de 1945) e condenados à morte por enforcamento. Segundo repórteres presentes comportaram-se ambos com dignidade, falando com eloquência e objetividade. Declararam ter matado Lord Moyne não como pessoa (nem mesmo o conheciam e nada tinham de pessoal contra ele) mas como "um símbolo da dominação britânica na Palestina", e deram como principal motivo seu ressentimento pela "terrível sensação de frustração ao verem seu povo massacrado aos milhões sem que lhes fosse dada qualquer oportunidade de lutar como judeus contra o monstruoso inimigo, ou mesmo de salvar aqueles que podiam ser salvos"[26]. No dia em que os jovens foram enforcados observou-se, espontaneamente, um jejum de 24 horas nos bairros judeus pobres do Cairo (a pequena minoria de judeus ricos era, naturalmente, antissionista).

Esse crime abalou seriamente os círculos sionistas de todo o mundo. Logo no dia seguinte escrevia Weizmann a Churchill:

> Dificilmente encontro palavras adequadas para exprimir o profundo horror e indignação moral que sinto com o assassinato de Lord Moyne. Sei que esse sentimento é compartilhado pelos judeus de todo o mundo. Quer os criminosos sejam ou não judeus palestinenses[27], seu ato demonstra o abismo a que conduz o terrorismo. Crimes políticos dessa natureza são particularmente abomináveis pois possibilitam implicar comunidades inteiras na culpa de alguns poucos. Posso assegurar que a coletividade judaica da Palestina, conforme declararam seus órgãos representativos, se empenhará, até o limite extremo de sua capacidade, para extirpar de seu meio, pela raiz, esse mal.

E aduz Weizmann em sua autobiografia: "...O prejuízo acarretado à nossa causa pelo assassinato de Lord Moyne, e pelo terrorismo em geral – isso à parte a profunda deterioração moral implícita – consistiu não na modificação das intenções do governo britânico mas, antes, em proporcionar aos nossos inimigos uma desculpa conveniente, ajudando-os a justificar seu rumo perante o tribunal da opinião pública. " (Diria ainda Weizmann que o choque por ele sentido foi "bem mais severo e atordoante que o da morte de meu próprio filho".)[28].

A imprensa judaica da Palestina caracterizou o crime como um sórdido assassinato que enlameava o nome judeu e deturpava o sentido do renascimento judaico na Palestina. (A imprensa árabe da Palestina, por sua vez, aproveitou a ocasião para iniciar uma nova e veemente campanha antissionista.) A Agência Judaica conclamou os judeus palestinenses a resistir às ameaças dos terroristas e recusar-lhes qualquer refúgio ou abrigo.

Churchill, que a princípio se manifestara sabre o acontecimento de modo relativamente moderado, viria depois a usar expressões mais fortes numa declaração perante os Comuns (17 de novembro):

> Esse crime vergonhoso escandalizou o mundo e atingiu mais fortemente aqueles que, como eu, foram no passado amigos firmes dos judeus e arquitetos constantes do seu futuro[29]. Se nossos sonhos pelo sionismo devem esvair-se na fumaça da pistola de um assassino,

---

[24] Há divergências quanto às idades. Diz George Kirk: "Os sionistas habitualmente diminuíam a idade dos terroristas jovens na esperança de que pudessem assim escapar à pena completa por seus crimes".

[25] Um impresso do Grupo Stern que circulou em Tel Aviv a 16 de novembro acusava Lord Moyne de ser "o arqui-inimigo das aspirações de liberdade do povo judeu", e declarava que ele "tentara, como ministro britânico no Cairo, incitar a população árabe a um ataque contra a população judaica, a fim de justificar a hostil política britânica". (Antes disso Ben-Gurion já o tachara de "inimigo confesso do povo judeu".) E em seu já por nós citado *O Conflito Judeu-Árabe* informa Abdel Kader que Lord Moyne "foi encarregado da concepção da Liga Árabe e do seu patrocínio. Mas não viveu o tempo suficiente para vê-la nascer. A organização de resistência judaica, Grupo Stern, tinha informações sérias acerca dos projetos imperiais britânicos e conhecia a missão reservada à futura organização anglo-árabe na luta contra a existência dos judeus na Palestina".

[26] Quando, em meados de 1944, esteve em cogitações um plano para salvar remanescentes da coletividade judaica da Hungria, disse Lord Moyne a um emissário judeu (Joel Brand): "Que quer que eu faça com todos esses judeus? Onde irei metê-los?".

[27] No momento em que Weizmann escrevia, esse detalhe ainda não havia sido confirmado oficialmente.

[28] Em fevereiro de 1942 Michael Weizmann, servindo na RAF, foi oficialmente dado como "desaparecido" quando em missão próximo à costa francesa.

[29] Observe-se contudo que o autoproclamado apoio de Churchill ao sionismo revelava-se, em geral, muito mais forte nas ocasiões em que o então primeiro-ministro não participava do governo...

> e os esforços por seu futuro produzir uma nova série de *gangsters* dignos da Alemanha nazista, muitos como eu terão de reconsiderar a posição que mantivemos tão longa e constantemente no passado.
>
> Se há de permanecer qualquer esperança de um futuro tranquilo e bem sucedido para o sionismo, essas perversas atividades devem cessar, e os responsáveis pelas mesmas devem ser destruídos até a raiz.

Quer fosse pela advertência de Churchill, quer fosse em decorrência de uma reação psicológica provocada pelo assassinato, subitamente o terrorismo estancou. Órgãos dirigentes da comunidade judaica da Palestina forneceram às autoridades britânicas informações sobre esconderijos, dépositos de armas e tipografias dos terroristas. Em seu livro *A Revolta,* afirma Beigin (o chefe do Irgun) que a Agência Judaica e a Haganah empreenderam, com a máxima intensidade, "uma cruzada para a nossa destruição", relatando que estudantes foram expulsos das escolas, trabalhadores demitidos dos seus empregos, e terroristas jovens raptados e entregues aos ingleses (quanto aos terroristas veteranos, ainda segundo Beigin, eram apenas trancafiados).

Entretanto, também essa atitude apaziguadora e, mais que isso, de colaboração, não levaria o governo britânico a qualquer mudança em sua política imigratória, e com o passar do tempo sintomas de tensão voltariam a aparecer na Palestina, conforme veremos adiante. Mas por ora, concluindo este capítulo referente à Palestina durante a Segunda Guerra Mundial, julgamos oportunas algumas breves observações sobre o desenvolvimento econômico do país nesse período.

No início da guerra as principais indústrias defrontaram-se com uma grave crise: a indústria cítrica ficou à beira da falência devido à impossibilidade de conseguir transporte marítimo, e as construções praticamente cessaram diante da dificuldade em obter material. As autoridades civis britânicas – quer da Administração da Palestina, quer do Colonial Office – recusaram-se a qualquer ajuda, negando subsídios ou empréstimos. Todavia as autoridades militares, como vimos, tiveram atitude diferente, contratando com firmas judaicas (principalmente a Solel Boneh) a construção de acampamentos, hospitais, fortificações e estradas.

Dar-se-ia, porém, uma transformação radical quando o Oriente Médio passou a ser centro de abastecimento, e tanto a agricultura quanto a indústria receberam forte impulso.

A produção agrícola, com auxílio governamental, teve um crescimento rápido. Foram estabelecidas, no período da guerra, 50 novas colônias agrícolas judaicas. A pesca teve também sensível incremento, inclusive com a criação, em colônias judaicas, de pequenos lagos artificiais.

O número de empresas industriais judaicas estabelecidas durante a guerra é estimado em cerca de 400. Entre as novas indústrias então surgidas merece especial destaque a de diamantes, estabelecida em 1940 por refugiados oriundos principalmente da Bélgica e que em pouco tempo tornaria a Palestina, nesse setor, um dos principais centros do mundo[30]. Na indústria química, entre os produtos cuja fabricação então se iniciou, figuravam o ácido sulfúrico, fosfatos minerais e anidrido carbônico; a produção de potassa, bromo e outros produtos químicos aumentou consideravelmente. Em outros ramos podem ser mencionados entre os novos produtos: maquinaria industrial, acessórios para automóveis, utensílios domésticos, produtos têxteis, materiais de construção, maquinaria e instrumentos agrícolas, instrumentos médicos e elétricos. O consumo de energia elétrica teve um aumento de 77%.

E enquanto isso a população judaica da Palestina continuava crescendo. Em fins de 1944 já ultrapassava meio milhão (representando 30% da população total do país), dos quais cerca de 132.000 (aproximadamente 23%) viviam em comunidades rurais.

---

[30] A produção de diamantes destinava-se principalmente a fins industriais. As exportações elevaram-se de 25.000 libras esterlinas em 1940 a mais de 5.000.000 de libras em 1945. (Em 1940 havia 5 fábricas, empregando 200 operários; em 1945 havia 33 fábricas, empregando 4.000 operários).

CAPÍTULO 9

O PROBLEMA PALESTINENSE NOS PRIMEIROS ANOS DO PÓS-GUERRA

Não é fácil ser judeu.

Péguy

Ao se iniciar o ano de 1945 já não era difícil prever-se, para futuro bastante próximo, o término da conflagração, e nenhuma dúvida restava quanto ao seu resultado final. Era, pois, perfeitamente compreensível a atitude dos dirigentes e massas sionistas que desejavam, e ansiosamente aguardavam – consideradas as novas circunstâncias decorrentes da guerra – uma reformulação da política britânica em relação à Palestina. O governo inglês, porém, recusava-se a qualquer definição, sob o fundamento de que era preciso aguardar o fim da guerra. Foi isso alegado por Churchill em conversa particular com Weizmann, e o mesmo pretexto seria apresentado pelo primeiro-ministro em declaração perante a Câmara dos Comuns a 27 de fevereiro de 1945 (duas semanas após o encerramento da Conferência de Yalta). Assim, ao terminar em maio a guerra na Europa – e é o historiador inglês George Kirk que o afirma – "a impaciência dos sionistas para com o White Paper por motivos políticos e ideológicos fora imensamente aumentada pela adição de considerações outras, mais urgentes, provenientes de seu desejo de proporcionar na Palestina lares para os sobreviventes do judaísmo do continente europeu"[1].

[1] É ainda Kirk que diz que, para a maioria desses sobreviventes, estimados em cerca de um milhão e meio, "parecia não haver futuro nos países onde haviam sofrido crueldades tão pavorosas; nem qualquer outro refúgio de além-mar apresentava-se então em nível considerável".

No mesmo mês de maio reuniu-se a conferência anual do Partido Trabalhista Britânico. Nessa oportunidade o Dr. Hugh Dalton (então integrando o gabinete presidido por Churchill) declarou que seu partido já tornara "abundantemente clara" sua posição favorável a uma imigração sem restrições de judeus na Palestina. E, após reiterar compromissos anteriores do Partido a favor de um Estado Judeu, afirmou:

> ...considerando os indescritíveis horrores sofridos pelos judeus da Alemanha e outros países ocupados da Europa, é moralmente errado e politicamente indefensável opor obstáculos à entrada na Palestina de quaisquer judeus que para lá queiram ir. Achamos que a imigração judaica deve ser permitida sem as presentes limitações que a obstruem, e também temos declarado com toda clareza ser indispensável que haja perfeito acordo e cooperação entre os governos britânico, americano e soviético. Em minha opinião devem ser tomadas medidas, em consulta com aqueles dois governos, no sentido de conseguirmos apoio comum para uma política que nos dê na Palestina um Estado Judeu livre, próspero e feliz.

Passadas cerca de duas semanas da rendição alemã (portanto ainda em maio), apresentou a Agência Judaica ao governo britânico uma série de pedidos, constantes dos seguintes itens: a) que fosse anunciada a decisão imediata de tornar a Palestina um Estado Judeu; b) que a Agência Judaica fosse investida da necessária autoridade para trazer à Palestina tantos judeus quanto fosse possível, e para desenvolver, rápida e integralmente, todos os recursos do país; c) que fosse concedido um empréstimo internacional para auxiliar a transferência de judeus da Europa à Palestina e para o desenvolvimento econômico desse país[2]. Respondeu Churchill que a questão da Palestina deveria aguardar... dessa vez um estudo pelas Grandes Potências na Conferência da Paz.

Em julho realizaram-se na Inglaterra eleições gerais; seu resultado foi uma surpreendente vitória trabalhista. Esse triunfo de um partido que sempre se revelara nítida e enfaticamente pró-sionista fez surgir, na comunidade judaica da Palestina, uma onda de otimismo. E não faltavam razões para tal otimismo, pois, como diz Kirk, "de fato, resoluções do Partido Trabalhista, no decorrer dos seus longos anos na oposição, haviam

[2] Cerca de um mês depois, na Câmara dos Lords, manifestou Lord Samuel a opinião de que tais pedidos constituíam "um desastroso erro político".

consistentemente estimulado as esperanças sionistas". Ou, nas palavras de Weizmann: "Se jamais um partido político se manifestara inequivocamente quanto a um problema, era o Partido Trabalhista Britânico em relação ao Lar Nacional judaico". Mas, assumindo o poder, o governo trabalhista, contrariando todas as expectativas, manter-se-ia praticamente impassível – e isso duraria mais de três meses – sobre a questão da Palestina, o que evidentemente não levava a nenhuma melhora na situação desse país.

Na semana seguinte à proclamação oficial do resultado das eleições, inaugurou-se em Londres (1º de agosto) uma Conferência Sionista Mundial, na qual o Dr. Weizmann expressou sua crença de que a cooperação com o governo britânico – objetivo para o qual ele procurara sempre, desde os dias da Declaração Balfour, orientar a política sionista – teria melhores possibilidades com os trabalhistas no poder, especialmente sendo a Oposição dirigida por um velho amigo do sionismo como Churchill[3]. David Ben-Gurion (então presidente do Executivo da Agência Judaica) advertiu, porém, os presentes contra qualquer otimismo exagerado, dizendo que o teste crucial seria a ação do governo com relação ao White Paper, e apelando para uma "resistência passiva e ativa ao implemento da política do White Paper em sua forma atual ou modificada".

Uns dez dias após ter o governo trabalhista assumido o poder, uma delegação sionista chefiada por Ben-Gurion reiterou ao novo secretário das Colônias, George Hall, dois pedidos já apresentados poucos meses antes (em termos mais ou menos idênticos) ao governo de Churchill: 1) concessão imediata de 100.000 certificados de imigração, para fazer frente às mais urgentes necessidades relacionadas com a fixação na Palestina dos sobreviventes judeus encontrados nos campos de concentração; 2) uma declaração, também imediata, de que a Palestina se tornaria um Estado Judeu. O secretário das Colônias ficou escandalizadíssimo, tendo posteriormente declarado que nunca vira atitude semelhante. A resposta oficial do Colonial Office, datada de 25 de agosto, continha uma contraproposta que, segundo Kirk, "visava principalmente ganhar tempo":

[3] A esse tempo Weizmann ainda mantinha ilusões. Mas em 1947 escreveria: "Hoje torna-se claro, pelo curso dos acontecimentos, que às promessas e aos protestos de amizade, aos ataques ao White Paper na Câmara dos Comuns por aqueles que viriam a formar futuros governos, às resoluções oficiais do Partido Trabalhista Britânico, faltavam caráter e conteúdo; não conseguiram manter-se diante da pressão daquelas forças que, nos bastidores, sempre trabalharam contra nós".

seriam concedidos cerca de 2.000 certificados, sobras da quota do White Paper; quanto ao mais, acenava-se vagamente com uma (mais que remota) possibilidade de obter a aquiescência árabe para a continuação da imigração na base de 1.500 por mês. Essa contraproposta, que a Agência Judaica considerou totalmente inadequada, foi pela mesma sumariamente rejeitada. Isso provocou a indignação do secretário do Exterior, Ernest Bevin, que disse, exaltado, a Weizmann: "Que significa isso de recusar certificados? Está tentando forçar minha mão? Se quer briga, terá briga!"[4].

A respeito de Ernest Bevin – esse antigo condutor de bonde e motorista de caminhão que, principalmente no que dizia respeito ao sionismo, em tão má hora foi contemplado com a pasta do Exterior – afirma Barnet Litvinoff que ele "chegara ao Foreign Office com um conhecimento dos mais vagos sobre o Oriente Médio no período entre o colapso do Império Otomano e a eclosão da Segunda Guerra Mundial; enquanto que das transformações ocasionadas pela guerra nos vários povos árabes e suas relações com a Grã-Bretanha ele não entendia absolutamente nada". Ainda segundo o mesmo autor, Bevin se considerava responsável pela salvaguarda de um interesse britânico vital, achando que nisso – e aí vai uma referência pouco delicada aos judeus – estava sendo "sabotado por uma conspiração internacional em que homens sedentos de poder exploravam os sofrimentos dos seus correligionários para favorecer suas próprias ambições". E Dov Joseph definiu Bevin como "um homem que combinava uma profunda ignorância dos problemas judeus e árabes[5] com obstinação e uma cordial e sincera antipatia pelos judeus". Aliás, a incompetência de Bevin para o cargo não se limitava ao Oriente Médio, abrangendo horizontes bem mais amplos, conforme ilustra, de maneira assaz expressiva, o caso abaixo, tal como foi relatado pela revista *Time* em sua edição de 7 de abril de 1961:

> Pouco depois de haver Bevin assumido o cargo em 1945, o ministro guatemalteco em Londres solicitou uma audiência. Sua missão: obter da Grã-Bretanha a cessão à Guatemala do território do Honduras Britânico, que lhe era contíguo. Após encarar longa e friamente o guatemalteco, perguntou Bevin: "Que país diz o senhor que representa?" O ministro disse-lho. "Como se soletra?" indagou

[4] Comentário de Weizmann: "Não havia ali o mínimo esforço para compreender nosso ponto de vista; havia apenas uma atitude arrogante a belicosa".

[5] Certa ocasião Bevin declarou que, tendo lido a Bíblia e o Corão, já sabia de tudo que era preciso saber sobre a questão árabe-judaica.

> Bevin. Irritado, o ministro soletrou "G-u-a-t-e-m-a-l-a". De novo Bevin encarou-o fixamente. "Nunca ouvi falar", disse, afinal. "Nunca ouvi falar"[6].

Enquanto isso, informa Kirk, vinha o presidente Truman sendo submetido a "pressão forte e combinada" para que apoiasse o que aquele autor chama de "exorbitantes exigências que estavam sendo feitas pelo movimento sionista", citando como exemplo o fato de 38 governadores de Estados (representando quase 80% do total de então) terem apoiado uma petição em que se pedia ao presidente que tomasse medidas no sentido de abrir as portas da Palestina à imigração e colonização judaicas e de converter aquele país num Estado Judeu "o mais breve possível". (Pouco antes a maioria dos congressistas americanos já fizera, em carta, solicitação idêntica.).

A 16 de agosto Truman, em entrevista coletiva, declarou ser favorável à livre colonização da Palestina pelos judeus até onde fosse compatível com a manutenção da paz. Disse também não ter a menor intenção de enviar soldados americanos à Palestina para lá manter a paz, aduzindo que a questão de um Estado Judeu teria de ser solucionada em conjunto com britânicos e árabes.

O presidente Truman, talvez devido à "pressão" há pouco referida, mandara à Europa, na qualidade de enviado especial, Earl G. Harrison (representante americano junto ao Comitê Intergovernamental de Refugiados), a fim de estudar *in loco* a situação dos judeus sobreviventes do nazismo internados em "campos de pessoas deslocadas" na Alemanha e Áustria. Em seu relatório, sugeriu Harrison a imediata evacuação desses judeus e sua transferência para a Palestina, afirmando que "para muitos judeus europeus não havia nenhuma solução decente exceto a Palestina"; informava também que na Alemanha e Áustria, sob administração americana, "a situação é tal que parecemos estar tratando os judeus como os nazistas os tratavam, exceto que não os exterminamos". (Encontramos confirmação dessa espantosa assertiva no livro *Atrás da Cortina de Seda,* do advogado americano Bartley C. Crum, que informa: "Houve casos de membros da polícia militar americana fazerem parar pessoas na rua e perguntar: 'Você é judeu? Então desça da calçada e ande na sarjeta!'").

[6] A mesma revista, em sua edição de 9 de agosto de 1963, apresentaria desse incidente uma outra versão, um pouco mais favorável a Bevin.

Baseado no relatório de Harrison, escreveu Truman, a 31 de agosto, uma carta ao primeiro-ministro Attlee; nela dizia:

> Parece que os certificados disponíveis para imigração na Palestina estarão esgotados em futuro próximo. Sugere-se que a concessão de 100.000 certificados adicionais contribuiria grandemente para uma solução justa com relação ao futuro dos judeus ainda na Alemanha e na Áustria, e para outros refugiados judeus que não desejem permanecer onde estão... A solução principal parece estar na rápida evacuação para a Palestina do maior número possível de judeus não repatriáveis que assim o desejem... Para ser eficaz, tal ação não deve ser retardada por muito tempo.

As sugestões de Truman foram rejeitadas.

Os dirigentes da coletividade judaica da Palestina não podiam, obviamente, permanecer resignados e impassíveis diante das constantes protelações britânicas. Decidiram, então, reiniciar em escala bem mais ampla as operações de imigração "ilegal". Um numeroso grupo de voluntários da Haganah foi enviado da Palestina a vários países europeus, para ali organizar a emigração de judeus. Dirigiram-se eles aos campos de internamento da Alemanha, Áustria e Itália, bem como à Tchecoslováquia, Polônia, França, Bélgica, Holanda, Iugoslávia, Hungria, Romênia e Bulgária. A escolha desses voluntários era feita na base do conhecimento que possuíam do país a que se destinavam. Chegados ao país de destino, eram ali auxiliados por elementos sionistas locais (em geral membros de organizações juvenis). Outro grupo bastante numeroso foi mandado a diversos pontos do litoral mediterrâneo – estavam incumbidos de comprar navios, equipá-los, adquirir estoques de alimentos, cobertores e coletes salva-vidas, e de instalar e operar transmissores de rádio. Na Palestina, ao se aproximar o momento do desembarque, pessoal da Haganah postava-se nas praias, pronto a receber os imigrantes e encaminhá-los imediatamente a localidades distantes, impedindo assim que caíssem em mãos da polícia britânica.

A primeira embarcação "ilegal" enviada à Palestina após o término da guerra na Europa foi o *Dalin,* barco pesqueiro de 25 toneladas, pouco maior que um bote salva-vidas; partindo em agosto de 1945 de uma pequena enseada num trecho ermo da costa sul da Itália, trouxe à Palestina 35 imigrantes.

Num espaço de aproximadamente três meses, até novembro, entraram na Palestina, despercebidos pelos ingleses, mais 4.000 imigrantes, transportados em meia dúzia de embarcações. Mas a partir daquele mês a Grã-Bretanha mobilizou todo o seu poderio: esquadrilhas da RAF realizavam voos regulares de reconhecimento à procura de navios "ilegais"; estações de radar foram instaladas na costa palestinense; destróieres britânicos patrulhavam as águas mediterrâneas e aprisionavam navios da Haganah fazendo uso de gás lacrimogêneo e até armas de fogo (inclusive metralhadoras); pelos portos do Mediterrâneo achavam-se espalhados agentes britânicos; e o Foreign Office exerceu pressão diplomática sobre diversos governos europeus no sentido de que cooperassem na repressão à imigração ilegal (para isso, entretanto, nem sempre foi encontrada boa receptividade).

Ao mesmo tempo recrudesciam as atividades clandestinas no próprio solo palestinense. Assim, a 4 de outubro a emissora móvel Kol Israel (Voz de Israel), da Haganah, silenciosa desde o início da guerra em 1939, reiniciou suas transmissões como "emissora do movimento de resistência judaico". A 10 de outubro a Palmach[7] atacou o campo de internação de imigrantes em Atlit (ao sul de Haifa), libertando 208 imigrantes "ilegais" ali detidos, que foram imediatamente providos de documentos de identidade falsos e absorvidos em colônias agrícolas judaicas. Na noite de 31 de outubro para 1º de novembro estiveram em ação, além da Haganah, também as organizações terroristas – a Palmach afundou três pequenas embarcações (duas no porto de Haifa e uma em Jaffa) que vinham sendo utilizadas para interceptar imigrantes "ilegais" e cortou os trilhos da Palestine Railways em 186 pontos; o Irgun atacou a estação ferroviária de Lydda, causando danos consideráveis e algumas vítimas; e o Grupo Stern atacou as refinarias de Haifa. Proclamou a Kol Israel: "As noites de heroísmo iniciadas com Atlit são a expressão de nossa força e decisão."

Afinal, a 13 de novembro, veio a ansiosamente esperada declaração oficial do governo trabalhista sobre o caso da Palestina. Veio ela através de um discurso proferido por Bevin na Câmara dos Comuns, apresentando cinco itens principais: 1) os judeus europeus deveriam permanecer na

[7] A Palmach (abreviação de duas palavras hebraicas que podem ser traduzidas como "força golpeante"), constituía, com seus elementos bem selecionados, as unidades de choque (comandos) da Haganah.

Europa[8]; 2) o governo britânico tinha uma dupla obrigação, para com os judeus e para com os árabes; 3) a Palestina por si só não proporcionava suficiente oportunidade para se lidar com o problema judeu em seu todo; 4) a causa dos árabes palestinenses fora esposada por todo o mundo árabe, tendo-se tornado também uma questão de profundo interesse para os 90.000.000 de muçulmanos da Índia; 5) o governo de Sua Majestade resolvera convidar o governo dos Estados Unidos para cooperar na formação de uma Comissão de Inquérito Anglo-Americana, a fim de examinar a questão do judaísmo europeu e realizar novo estudo do problema da Palestina à luz daquele exame. (Esse convite feito aos Estados Unidos, e por eles aceito, pode ser considerado quase como uma armadilha preparada pelo Foreign Office, pois visava envolver – ou acumpliciar? – o governo americano na política britânica referente à Palestina.). Foi outrossim anunciado por Bevin que a questão da Palestina seria tratada em três etapas: 1) consulta com os árabes a respeito da imigração judaica (que, de qualquer forma, não deveria ultrapassar 1.500 por mês); 2) estudo da possibilidade de serem tomadas medidas temporárias até que fosse conseguida uma solução permanente; 3) preparo de uma solução definitiva a ser submetida às Nações Unidas.

Essa declaração perante os Comuns foi seguida logo após por uma entrevista coletiva a correspondentes de jornais americanos, em que Bevin afirmou que com o tempo a Palestina se tornaria um Estado autônomo mas não um Estado Judeu. Nessa entrevista disse também Bevin haver lido todos os documentos sobre a Palestina, entre eles a Bíblia e o Corão, mas por mais que procurasse não conseguira encontrar em parte alguma a promessa de um Estado Judeu (o que levaria Ben-Gurion a comentar: "Evidentemente ele não leu toda a Bíblia.").

A decepção foi tremenda. Pedimos vênia para mais uma vez passar a palavra a Dov Joseph: "De fato, essa declaração repudiava todas as promessas feitas pelo Partido Trabalhista... e ia ainda mais longe que o White Paper de 1939 em sua revogação da política original da Declaração Balfour e do Mandato". E Ben-Gurion: "Qual é a essência da nova política

[8] Dov Joseph: "...A Europa em que os nazistas massacraram 6.000.000 dos seus irmãos! O ideal de um renascimento judaico na Palestina substituído pela ideia de uma nova dispersão judaica".

em sua crua nudez? É, paradoxalmente, uma dupla rejeição: desfaz-se de uma vez tanto do White Paper quanto do sionismo".

Na Palestina a reação não se fez esperar. Logo no dia imediato (14 de novembro) a Kol Israel transmitiu um apelo à resistência:

> O que Hitler fez em sua bárbara *blitz* contra o povo judeu está sendo agora repetido pelas democracias sob a forma de uma política lenta e triturante. Estamos sendo condenados a viver num intolerável gueto... As novas propostas são antijudaicas e desumanas. Este país é nosso – para trabalhar, construir, criar e defender... Convocamos a todos para que se levantem contra essa conspiração e combatam os iníquos decretos da nova política com toda a nossa força. Repetimos hoje mais uma vez o nosso juramento de defender tudo que nos é caro com todo o nosso poder.

Nesse mesmo dia, para o qual o Vaad Leumi proclamou uma greve de protesto de 12 horas, grupos exaltados (incluindo adolescentes) incendiaram prédios governamentais, saquearam estabelecimentos comerciais britânicos e apedrejaram soldados e policiais em Tel Aviv e Jerusalém. Os distúrbios prolongaram-se por quatro dias e a repressão ocasionou, entre os judeus, 6 mortos e 60 feridos, entre os quais 20 menores de 16 anos.

Na noite de 24 para 25 de novembro a Palmach fez voar pelos ares duas estações guarda-costas destinadas à intercepção de embarcações "ilegais"[9]. Em consequência, tropas britânicas, seguindo o rasto de cães policiais, cercaram quatro colônias agrícolas judaicas. Os colonos, armados de cacetes e pedras, procuraram resistir à busca; custou-lhes essa resistência ("obstinada", diz Kirk) 6 mortos e 42 feridos.

A 28 de novembro, na Universidade Hebraica, proferiu Ben-Gurion um discurso que constituía uma resposta, em nome do povo judeu, a Bevin. Concluía esse discurso com as seguintes palavras:

> Não temos desejo algum de ser mortos. Queremos viver. Acreditamos, não obstante os ensinamentos de Hitler e seus discípulos, que os judeus também têm o direito de viver como

[9] Duas noites antes uma embarcação transportando imigrantes "ilegais" fora interceptada a algumas milhas ao norte de Tel Aviv: cerca de 200 imigrantes, porém, conseguiram escapar antes da intercepção.

> indivíduos e como povo, tanto quanto os ingleses. Mas, outra vez como os ingleses, há coisas que prezamos acima da própria vida, coisas pelas quais estamos prontos antes a morrer do que capitular: liberdade para entrar na Palestina, a prerrogativa de reconstruir os desertos de nossa terra, e uma nação judaica soberana em seu próprio Israel.

Em meados de dezembro o Congresso dos Estados Unidos aprovou – apesar da oposição do presidente Truman, que tentou, em vão, evitá-lo – uma resolução conjunta (Resolução Wagner-Taft) que solicitava ao governo americano "usar seus bons ofícios" para abrir a Palestina à livre entrada de judeus até o máximo de capacidade agrícola e econômica, e advogava o apoio dos Estados Unidos a uma "ampla oportunidade de colonização e desenvolvimento", a fim de que os judeus "possam livremente prosseguir com a construção da Palestina e do Lar Nacional Judaico, e em associação com todos os elementos da população tornar a Palestina uma comunidade democrática em que todos, independentemente de raça ou credo, tenham direitos iguais"[10].

Na noite de 25 de dezembro, enquanto as forças inglesas celebravam o Natal ("estavam embriagados", diz Richard Crossman), a pequena embarcação *Hannah Szenes,* trazendo a bordo 252 "ilegais"[11], lançou-se à praia em Naharya, ao norte de Haifa, encalhando a cerca de 25 metros da mesma. Com exceção de dois, que morreram afogados devido à forte correnteza, todos os imigrantes alcançaram terra firme, sendo absorvidos em colônias agrícolas (a Haganah havia preparado até mesmo roupas para os imigrantes, e de madrugada saíram todos tranquilamente em ônibus, vestidos como – e misturados com – trabalhadores). Quando, no dia seguinte, os ingleses tomaram conhecimento do acontecido, encontraram apenas um naviozinho emborcado, sobre o qual flutuava uma bandeira azul e branca com a inscrição AQUI O EXÉRCITO DE DEFESA JUDAICO DESEMBARCOU UM DOS RESTOS SOBREVIVENTES DOS SEIS MILHÕES DE MORTOS.

[10] Na plataforma pré-eleitoral do Partido Democrata, Truman endossara essa resolução, mas depois mudou de ideia declarando-se a favor da criação na Palestina de um "Estado democrático" mas contrário ao estabelecimento de um Estado Judeu ou qualquer outro Estado soberano baseado em "religião, raça ou credo".

[11] Constituía essa, cada embarcação considerada isoladamente, a maior remessa "ilegal" efetuada em 1945.

Dois quartéis de polícia (em Jerusalém e Jaffa) e um depósito de armas (em Tel Aviv) foram atacados pelo Irgun a 27 de dezembro, ocasionando a morte de 9 soldados britânicos. Isso levou o novo alto-comissário[12], general Sir Alan Cunningham, a chamar à sua presença David Ben-Gurion e Moshe Shertok (ambos do Executivo da Agência Judaica), pedindo-lhes que apelassem aos judeus palestinenses no sentido de pôr fim ao terrorismo. Esses dois líderes judeus, entretanto, embora lamentando a perda de vidas e eximindo a Organização Sionista de qualquer culpa ou participação nos atentados negaram-se a atender ao pedido; afirmaram ser a política britânica a única responsável pelo terrorismo, e que a capacidade da Agência Judaica para combater os excessos fora anulada pelo governo ao violar "a lei fundamental do país que era o Mandato".

A esse tempo já havia sido divulgada a constituição da Comissão Anglo-Americana de Inquérito anteriormente anunciada por Bevin. Antes, porém, de mencionarmos seus 12 membros julgamos interessante transcrever as instruções pelas quais deveriam se guiar, e que por si só já constituíam séria ameaça e limitação às aspirações sionistas:

13. Examinar as condições políticas, econômicas e sociais da Palestina, no atinente ao problema da imigração e colonização judaicas e ao bem-estar das populações que agora ali vivem[13].

14. Examinar a situação dos judeus naqueles países da Europa em que foram vítimas de perseguições nazista e fascista e as medidas práticas ali tomadas ou planejadas para possibilitar-lhes viver livres de discriminação e opressão, bem como fazer estimativas quanto aos que desejarem ou forem obrigados por suas condições a emigrar para a Palestina ou outros países fora da Europa.

[12] Sir Harold MacMichael fora substituído, no ano anterior, por Lord Gort, muito mais esclarecido e compreensivo, e que em pouco tempo adquiriu o respeito da comunidade judaica; mas por motivos de saúde foi ele obrigado a renunciar ao cargo em novembro, vindo a falecer pouco depois.

[13] Observa Harry Sacher que "as palavras 'que agora ali vivem' eram significativas, pois a Declaração Balfour fora uma promessa a todo o judaísmo".

15. Ouvir a opinião de testemunhas idôneas e consultar árabes e judeus representativos sobre os problemas da Palestina, conforme tais problemas sejam afetados pelas condições sujeitas a exame de acordo com o § 2 acima e por outros fatos e circunstâncias relevantes, e fazer recomendações ao governo de Sua Majestade e ao governo dos Estados Unidos para o tratamento *ad interim* desses problemas bem como para a sua solução definitiva.

16. Fazer ao governo de Sua Majestade e ao governo dos Estados Unidos outras recomendações que se tornem necessárias para ir de encontro às necessidades imediatas decorrentes das condições sujeitas a exame pelo § 2 acima, por meio de ação saneadora nos países europeus em questão ou provendo facilidades para emigração e estabelecimento em países fora da Europa.

Vamos agora aos membros da Comissão. Os seis ingleses tinham a presidi-los um juiz, Sir John E. Singleton. Os outros cinco: Richard H. S. Crossman, deputado trabalhista; Wilfrid P. Crick, conselheiro econômico do Midland Bank (de Londres); Sir Frederick Leggett, amigo íntimo de Bevin, conciliador de disputas trabalhistas e representante do governo britânico no Escritório Internacional do Trabalho; Lord Robert Morrison, veterano líder sindical e durante 26 anos deputado trabalhista, que acabara de ser elevado ao pariato; e o major Reginald E. Manningham-Buller, advogado e deputado conservador. Com exceção de Crossman eram todos, segundo Kirk, homens "inclinados a favorecer uma solução que não perturbasse seriamente a posição britânica no Oriente Médio".

O grupo americano era igualmente chefiado por um juiz, Joseph C. Hutcheson Jr., de Houston, Texas (classificava-se ele como um "cristão do Antigo Testamento"). Os demais: William Phillips, ex-subsecretário de Estado e ex-embaixador na Itália; Dr. Frank Aydelotte, diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton; Frank W. Buxton, redator-chefe do *The Boston Herald* (jornal republicano); Dr. James G. McDonald, ex-alto-comissário da Liga das Nações para Refugiados da Alemanha (cargo do qual se demitira, em janeiro de 1936, em sinal de

protesto contra a vacilação internacional em lidar com aquele problema)[14], e Bartley C. Crum, advogado de San Francisco.

Desses doze, Weizmann classificou cinco de “excelentes homens”: o inglês Crossman e os americanos Hutcheson, Buxton, McDonald e Crum. Este último, em livro a que já fizemos referência, informa que sua inclusão no grupo americano só se concretizou por insistência do presidente Truman, contra a vontade (várias vezes reiterada) do Departamento de Estado; e declara que o único motivo que encontrou para essa objeção era sua “associação com causas liberais”.

Pouco antes de os membros britânicos da Comissão se reunirem pela primeira vez com seus colegas americanos, surgiu uma onda de indignação no mundo judaico – e com intensa repercussão na imprensa americana, onde foi assunto de primeira página e de editoriais – em consequência de declarações feitas na Alemanha pelo general inglês Sir Frederick Morgan, chefe da United Nations Relief and Rehabilitation Administration (mais conhecida por suas iniciais UNRRA) naquele país. Disse ele, numa entrevista à imprensa em Frankfurt, que o problema da Palestina se achava intimamente ligado a uma vasta conspiração (à frente da qual acreditava haver uma desconhecida organização secreta judaica) visando retirar judeus da Europa, e que aquelas pessoas que, oriundas da Polônia, chegavam ao setor americano de Berlim vinham “bem vestidas, bem nutridas, rosadas, e com bolsos estourando de dinheiro... Certamente não parecem pessoas perseguidas”. Afirmou também que até o fim do ano (1946) haveria de 300.000 a 500.000 judeus na Alemanha, constituindo “as sementes da Terceira Guerra Mundial”. As alegações do general Morgan não eram totalmente destituídas de fundamento, já que o movimento clandestino de emigração para a Palestina era organizado e dirigido pela Haganah, mas a maneira exagerada, e sobretudo hostil, como foram expressas foi indubitavelmente infeliz (Morgan, mais tarde, manifestaria seu “mais profundo pesar” por qualquer mal-entendido causado por suas declarações; alguns meses depois, porém, seria dispensado de suas funções.).

Foi em Washington, numa sala sempre apinhada no 2º andar do edifício do Departamento de Estado, que a Comissão manteve suas

[14] Segundo Crossman, era McDonald o único dentre os doze membros da Comissão que se achava publicamente comprometido em apoiar o sionismo. (Após a independência de Israel seria ele o primeiro embaixador americano naquele país.).

primeiras audiências. No decurso de oito dias, a partir de 7 de janeiro, foram ouvidos representantes de mais de uma dúzia de organizações judaicas, cristãs e árabes. De início compareceram as testemunhas arroladas para apresentar os argumentos judaicos, entre as quais dois rabinos (um deles o veterano líder sionista Dr. Stephen S. Wise) e um jovem porta-voz do Irgun, Peter Berkson; seus depoimentos, segundo Crossman, constituíram “monumental acusação à Grã-Bretanha”, deixando a Comissão “impressionada com os argumentos sionistas mas irritada com sua apresentação unilateral”.

Em nome de judeus não sionistas falou o juiz Joseph Proskauer (de New York), dirigente do American Jewish Committee. Fez um apelo baseado não em razões políticas mas sim humanitárias, e embora não pleiteando um Estado Judeu na Palestina pediu que os campos de pessoas deslocadas da Europa fossem imediatamente evacuados e os judeus que neles se encontrassem enviados à Palestina, “o único lugar para onde podem ir logo”.

Em apoio à tese sionista manifestaram-se também alguns peritos. Assim, Robert R. Nathan e Oscar Gass, autores do melhor estudo econômico até então feito sobre a Palestina[15], afirmaram que esse país comportava centenas de milhares de imigrantes, desde que o governo britânico adotasse uma atitude positiva em relação ao desenvolvimento industrial e à irrigação. No mesmo sentido manifestou-se o Dr. Walter Clay Lowdermilk, do Serviço de Conservação de Solos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Relatou ele que viajando quase 20.000 milhas através de territórios árabes, encontrou por toda parte, entre vestígios de um sistema agrícola outrora florescente, apenas erosão e desertos. Na Palestina, contudo, encontrou uma inversão dessa tendência: as velhas terras tornavam-se novamente produtivas graças aos colonos judeus, que amavam seu solo e dele cuidavam com uma aplicação inteligente da ciência moderna. Disse textualmente o Dr. Lowdermilk: “Em qualquer lugar – seja na China, Geórgia, Síria ou Palestina – onde quer que eu encontre um homem que conserva o solo, o meio básico que fornece o alimento à humanidade, eu falarei a seu favor. E assim falarei a favor desses

[15] Intitula-se a obra *Palestina: Problema e Promessa*; Crossman considera-a como “o mais notável plano para o desenvolvimento da Palestina”.

colonos judeus na Palestina. Eles ali estão fazendo algo que tem significação para todo o Oriente Próximo e para o mundo inteiro".

O primeiro a comparecer pelos árabes foi o Dr. Philip K Hitti (árabe cristão), professor de Literatura Semítica da Universidade de Princeton. Falando em nome do Institute for Arab American Affairs, afirmou ser o sionismo prática, histórica e moralmente indefensável, constituindo uma imposição sobre os árabes de um modo de vida estranho, que eles ressentem e ao qual jamais se submeterão. Perguntando-lhe o juiz Hutcheson se, supondo fosse eliminado o objetivo de um Estado Judeu, os árabes então concordariam com uma imigração judaica, respondeu Hitti: "Francamente, não". Outra testemunha árabe, o Dr. John Hazam, afirmou serem os árabes da Palestina contrários ao processo de industrialização ali introduzido pelos judeus. Em resumo, todos os árabes salientaram que quaisquer que tivessem sido as promessas internacionais feitas aos judeus – e quaisquer que tenham sido os benefícios (que aliás achavam haver sido grandemente exagerados) trazidos à Palestina pelos judeus – tais promessas eram destituídas de valor moral por ser a Palestina habitada por uma maioria árabe, devendo portanto tornar-se um Estado árabe.

Também foram ouvidos alguns judeus antissionistas; afirmaram "que a criação de um Estado Judeu aumentaria o antissemitismo americano". Lessing W Rosenwald, presidente do American Council for Judaism (que mesmo após o estabelecimento de Israel se manteria intransigentemente antissionista), declarou que os dez mil membros dessa sociedade "rejeitavam o conceito hitlerista de um Estado Judeu".

O momento de maior sensação, entretanto, ocorreu quando o Dr. Albert Einstein declarou, com uma franqueza que chegou a escandalizar os membros da Comissão, ser esta uma perda de tempo, uma cortina de fumaça, pois no fim o Colonial Office acabaria impondo sua própria política.

Etapa seguinte da Comissão: Londres. A travessia do Atlântico, iniciada a 18 de janeiro, foi feita a bordo do *Queen Elizabeth,* ainda não inteiramente reconvertido ao uso civil. A viagem (com mau tempo e o navio jogando muito) foi, sob certos aspectos, bastante instrutiva e reveladora. Um exemplo: Evan Wilson, funcionário do Departamento de Estado agregado à Comissão, disse ao Dr. Crum que se a Comissão chegasse a uma decisão que pudesse ser interpretada como por demais favorável aos judeus,

então o mundo árabe assim provocado poderia dirigir-se à União Soviética em busca de apoio, devendo isso ser seriamente considerado pela Comissão. E acrescentou: "Nossa preocupação é compartilhada pelo Foreign Office e Colonial Office britânicos"[16].

Análoga espécie de coação (ou chantagem?) foi posta em prática por Harold Beeley, perito do Foreign Office em assuntos da Palestina e igualmente adido à Comissão[17]. Conversando com Crum e Buxton, explicou Beeley (tomando ares professorais) que a questão palestinense deveria ser encarada sob o ângulo do expansionismo soviético, e que os Estados Unidos fariam bem unindo-se à Grã-Bretanha para estabelecer um *cordon sanitaire*[18] de Estados árabes; a Palestina, concluiu, seria um forte elo nessa cadeia se fosse declarada um Estado árabe.

Às vezes a argumentação britânica beirava o ridículo. Assim, ainda no transcurso da viagem, dois membros ingleses da Comissão manifestaram-se de modo assaz estranho sobre o sionismo – enquanto um o definiu como "fascismo judaico", outro caracterizava-o como "comunismo disfarçado". Esdrúxula coerência!

O mais estarrecedor de tudo, entretanto, foi uma pasta secreta do Departamento de Estado, cujo conteúdo foi então revelado aos membros da Comissão. Pelos documentos ali contidos ficou patente que o governo americano, desde 1938, agira sempre com duplicidade em relação à Palestina, pois cada vez que eram feitas publicamente promessas de apoio às aspirações judaicas (inclusive pelo presidente Roosevelt), os governantes árabes eram logo, confidencial porém oficialmente, informados que aquilo não era para ser levado a sério!

---

[16] O State Department (adiante voltaremos ao assunto) sempre se manteve, e continuaria a manter-se, inflexivelmente antissionista. E mesmo após o estabelecimento de Israel, o presidente Truman, ao se decidir pelo reconhecimento, fê-lo contra a vontade do Departamento de Estado. A partir daí a atitude antissionista passou a ser uma atitude quase que sistematicamente anti-israelense (muitas vezes em radical oposição a manifestações do Congresso).

[17] Beeley, historiador profissional, era notória e fanaticarnente pró-árabe; não obstante (ou talvez por isso mesmo) acompanhava a equipe britânica da Comissão na qualidade de conselheiro...

[18] *Gordon sanitaire* foi o nome dado à política francesa, na década 1920-30 e parte da seguinte, para conter a Rússia Soviética; consistia no fortalecimento dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Polônia e Romênia, todos limítrofes à Rússia.

Em Londres as audiências realizaram-se num salão da Royal Empire Society, de 25 de janeiro a 1° de fevereiro de 1946. O interesse público, mais uma vez, foi intenso, mas a repercussão na imprensa britânica (diz Crum que devidamente "aconselhada" pelo Foreign Office) foi mínima. De certo modo vários depoimentos não passaram de uma repetição do que já fora ouvido pela Comissão em Washington: representantes judeus declarando que desejavam um Estado Judeu em que todos, independentemente de raça ou credo, tivessem direitos iguais, e árabes inflexíveis em sua atitude contrária a qualquer continuação da imigração judaica na Palestina. Episódios houve, contudo, merecedores de algum destaque.

A nota dramática foi proporcionada por um rabino, Kopul Rosen, que falou em nome da Federação Britânica de Sinagogas. Dizendo tomar a liberdade que suas vestes lhe davam para uma pregação, fez um apelo patético: "Se não em nome de simples humanitarismo, então em nome de Deus, não façam política com os remanescentes do povo judeu". (Sir John Singleton mostrou-se aí seriamente ofendido.).

O visconde Samuel propôs uma cantonização da Palestina, em que as três comunidades – árabe muçulmana, judaica e árabe cristã – teriam cada uma instituições representativas, com renda adequada e controle dos assuntos educacionais e religiosos. Instou, porém, para que a imigração judaica na Palestina fosse reaberta "em larga escala". Por outro lado, também o setor antissionista do judaísmo britânico não deixou de fazer sua aparição, na pessoa de um coronel chamado Gluckstein.

Violento ataque contra os judeus foi proferido pelo general Sir Edward Spears[19]. Declarou ele: os judeus estavam agindo como provocadores (*agents provocateurs* foi a expressão que usou) a fim de incitar os árabes a atitudes precipitadas; os sionistas eram espiritualmente nazistas; se os judeus conseguissem um Estado não seriam amigos leais da Grã-Bretanha; e, argumento final, de qualquer maneira os judeus atuais não

[19] O general Spears, ao tempo da guerra, ocupou o cargo de ministro britânico na Síria e Líbano, mas foi destituído em 1944 depois de denunciado pelas autoridades francesas por intrigas visando expulsar a França do Oriente Médio. Sob a direção do general Clayton, sucessor de Lord Moyne, fora Spears um dos agentes ingleses que participaram das negociações preliminares que dariam origem à antissionista (e então também antifrancesa) Liga Árabe.

eram verdadeiramente descendentes dos judeus bíblicos, mas sim uma mistura de várias raças, não tendo por isso nenhum direito histórico à Palestina.

Pelos árabes compareceram, incorporados e sob a chefia do emir Feisal (príncipe herdeiro do Iraque), os chefes das delegações do Iraque, Síria, Arábia Saudita, Líbano e Egito junto à ONU. Indagados se, supondo aceitassem todos os demais países do mundo o seu quinhão de sobreviventes judeus, estaria a Palestina disposta a fazer o mesmo, responderam prontamente "não", alegando já ter a Palestina admitido um quinhão muito maior do que lhe caberia.

Durante a estadia da Comissão em Londres foram seus membros recepcionados com um almoço oferecido por Bevin. Nessa ocasião o ministro do Exterior britânico, gracejando, agradeceu-lhes por retirarem dos seus ombros, pelo menos por 120 dias, a responsabilidade quanto ao problema palestinense. Logo depois, já enfático (ou estaria ainda gracejando?), declarou que se a Comissão apresentasse um relatório unânime, ele pessoalmente envidaria o máximo dos seus esforços para pô-lo em prática.

Em prosseguimento aos seus trabalhos empreendeu a Comissão o exame da situação dos judeus sobreviventes na Europa. Essa decisão (de visitar logo a Europa continental) foi criticada por defensores da política britânica, sob a alegação de que as instruções à Comissão mencionavam em primeiro lugar o exame das condições políticas, econômicas e sociais da Palestina, e só no parágrafo seguinte a situação dos refugiados judeus na Europa; diziam esses adeptos da política inglesa que havendo sido a sequência das tarefas citadas nas instruções cuidadosamente planejada, era de se esperar fosse tudo seguido ao pé da letra. Aparentemente sem maior significação, tal troca de ordem não era do agrado do governo britânico, pois, diz Kirk, visitando a Europa antes de visitar a Palestina e o Oriente Médio "estava a Comissão se expondo ao tremendo impacto emocional dos refugiados judeus sem lar".

Para realizar a investigação sobre os judeus que ainda se encontravam no continente europeu, achou a Comissão de bom alvitre subdividir-se em grupos, cada um incumbido de cobrir determinada área. Não obteve a Comissão, entretanto, autorização para entrar na Hungria e

Romênia; daí ter deixado Londres, revela Crossman, "num estado de irritação e frustração".

Crum (a quem coube, juntamente com Leggett, visitar a Áustria, Tchecoslováquia e zona de ocupação americana da Alemanha) observou, logo de início: "Uma coisa é ler nos jornais a história do assassinato deliberado de 6.000.000 de pessoas; outra é encontrar-se com os sobreviventes". Não foi difícil nem demorado averiguar a tendência e os desejos dos judeus internados nos campos de pessoas deslocadas (tais campos eram qualificados, no relatório da Comissão, como "comunidades-ilhas no meio daqueles em cujas mãos eles tanto sofreram"). Aliás, os testemunhos ouvidos pelos membros da Comissão já haviam sido antecipados por funcionários da UNRRA que realizaram inquéritos em diversas regiões da Alemanha. Achamos suficiente (por serem típicos) dar os resultados de dois desses inquéritos; num deles, em 18.311 pessoas deslocadas apenas 13 manifestaram vontade de permanecer na Europa, e dos 18.298 que declararam querer sair, 17.712 desejavam ir para a Palestina; no outro, de menores proporções, num total de 3.629 pessoas deslocadas, 9 desejavam ir aos Estados Unidos, 1 para a Austrália e 3.619 para a Palestina.

A Polônia e a zona britânica da Alemanha foram visitadas por Buxton, Morrison e os dois juízes. Demonstraram eles particular emoção ao percorrerem as ruínas do Gueto de Varsóvia. Mas Buxton ficou desapontado por haver a grande maioria das pessoas deslocadas que entrevistara manifestado preferência pela Palestina em vez dos Estados Unidos (também o juiz Hutcheson experimentou grande dissabor ao ouvir que os deslocados judeus não estavam interessados em emigrar para os Estados Unidos).

Nas audiências mantidas em Paris por McDonald e Phillips (da capital francesa seguiram para a Suíça e zona francesa da Alemanha) foram ouvidos, entre outros, Guy de Rothschild (filho do barão Edmond), o escritor Edmond Fleg e um representante da seção judaica dos *maquis;* todos eles manifestaram-se vigorosamente a favor de um Estado Judeu na Palestina.

Permitam-nos, antes de concluir essa parte referente às visitas da Comissão, alguns exemplos mais das reações constatadas. Perguntou-se a uma jovem de 18 anos, internada no campo de Zeilsheim (perto de

Frankfurt), se estava interessada em ir aos Estados Unidos – resposta: "Sim, se isso significa que chegarei mais cedo à Palestina". Em muitos campos de pessoas deslocadas mulheres judias submetiam-se intencionalmente a abortos para evitar ter filhos em solo alemão. E dois membros da Comissão viram um judeu polonês rasgar o documento que lhe possibilitaria emigrar para a América, dizendo que não iria, pois o que acontecera na Alemanha poderia ocorrer ali também.

Afirma Crum: "Era evidente, para qualquer um que quisesse ver ou ouvir, que nenhum judeu, diante da triste realidade de sua posição, poderia sequer sonhar em permanecer na Europa Central e Oriental". E Crossman aduz, enfático: "Quão absurdo atribuir esse desejo ardente pela Palestina à propaganda organizada!" Por fim, o antissionista Kirk, que resumiu da seguinte forma o que foi visto pela Comissão: "Eles encontraram os sobreviventes judeus nos campos de ajuntamento da Alemanha e Áustria, totalizando quase 100.000 pessoas... sofrendo uma progressiva desmoralização devido à sua contínua detenção nesses territórios em que haviam suportado e testemunhado horrores inauditos. O ideal sionista era a única fonte positiva de organização e autodisciplina que se opunha a essa desmoralização".

Em Viena, onde a Comissão completa se reuniu para troca de impressões e exame da tarefa realizada, surgiu uma pequena crise. Prevalecendo-se do fato de permitirem as instruções um relatório e recomendações provisórias, quiseram alguns membros emitir logo um Relatório Provisório recomendando a imediata evacuação dos campos de pessoas deslocadas (Crum queria ir além, propondo a entrada imediata dos 100.000 judeus na Palestina). A isso, entretanto, opuseram-se os ingleses, chegando então Crum a ameaçar afastar-se da Comissão. Afinal os adeptos do Relatório Provisório desistiram, após uma intervenção do presidente Truman, que solicitou fossem deixadas quaisquer recomendações provisórias para quando se redigisse o relatório final.

A 28 de fevereiro, por via aérea, seguiu a Comissão de Viena ao Cairo (cidade que Crossman achou uma "intolerável mistura de boa vida e miséria fedorenta"), sede da Liga Árabe (criada 8 meses antes por iniciativa britânica). Hospedaram-se num luxuoso hotel a cerca de 20 km da cidade, à sombra das pirâmides. As sessões realizaram-se no próprio hotel, no mesmo

recinto onde, em novembro de 1943, se reuniram Roosevelt, Churchill e Chiang Kai-Shek.

Fato interessante: foi o Cairo a única capital, dentre as constantes do itinerário da Comissão, em que não compareceu um só judeu para prestar declarações. (Dias antes o rei Farouk chamara à sua presença o grão-rabino do Egito, insinuando-lhe não ser do seu agrado o comparecimento de judeus perante a Comissão.).

À. frente dos porta-vozes árabes veio Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe. Declarou ele não fazer objeção a que os judeus, como judeus, retornassem à Palestina, mas que suas objeções eram devidas a voltarem eles à Palestina como ocidentais disfarçados. Aliás, foi o antiocidentalismo a nota dominante dos depoimentos no Cairo, observando Crum que o interesse básico dos dirigentes árabes "parecia ser a preservação do *status quo*"[20].

Outra testemunha, o Dr. Mohammed Fadei Jamali, diretor-geral do ministério do Exterior do Iraque, começou dizendo que seu governo não via nenhuma necessidade de "qualquer comissão estudar a questão da Palestina", mas depois veio com uma novidade: a Palestina deveria pertencer ao Iraque, por ser a costa palestinense "o porto marítimo do Iraque"; e depois de assegurar que os árabes não desejavam "viver como vivem os americanos em New York ou Chicago", concluiu afirmando ser a Palestina o coração do mundo árabe. Ainda uma novidade em matéria de argumentação seria apresentada por Hassan el Banna, fundador e chefe da terrorista e fanática Fraternidade Muçulmana[21]; declarou ele peremptoriamente que nenhuma significação tinham os laços religiosos entre os judeus e a Palestina porque tais laços "eram diametralmente opostos ao Corão e às práticas muçulmanas".

[20] Essa manutenção do *status quo* era igualmente visada pelos Colonial e Foreign Offices. E temos então configurado o maior obstáculo às aspirações sionistas, pois, em essência, o principal inimigo do judaísmo sionista era a aliança, retrógrada e oportunista, entre o já agonizante imperialismo britânico e o feudalismo árabe.

[21] A Fraternidade Muçulmana, fundada em Ismailia (Egito) em 1929, considerava o imperialismo estrangeiro como causa da pobreza e do atraso dos países árabes, e proclamava constituir a luta contra o imperialismo estrangeiro sob todas suas formas o dever principal dos países árabes. Com relação à comunidade judaica da Palestina sua hostilidade era flagrante: qualificava os judeus de heréticos e os sionistas de representantes do imperialismo.

No princípio de março de 1946 transferiu-se a Comissão do Egito para a Palestina. A viagem do Cairo a Jerusalém (onde a Comissão chegou a 6 de março) foi feita no luxuosíssimo trem especial do alto-comissário. A partir de Gaza (portanto já em território palestinense) todo o percurso estava repleto de tropas e carros blindados. Jerusalém deu à Comissão a impressão de uma praça de guerra, com arame farpado, metralhadoras e tanques espalhados pela cidade.

Logo à chegada ao Hotel King David, onde ficariam hospedados, foram os membros da Comissão informados pelas autoridades britânicas de que haviam instalado derivações nos telefones para controle de todas as conversas (esperavam assim descobrir terroristas que tentassem comunicar-se com a Comissão). Mas não terminavam aí as precauções: para acompanhar cada membro da Comissão foram designados agentes do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Palestinense (isto é, da polícia secreta), e até as taquígrafas e datilógrafas servindo à Comissão eram escoltadas a jantares e chás em carros blindados e com um agente policial sentado ao lado; do terraço do hotel viu Crossman sapadores realizando buscas nos jardins com detectores de minas. Todo esse exagerado e espalhafatoso aparato bélico destinava-se evidentemente a impressionar a Comissão. (Crum: "Todos os esforços foram envidados para incutir em nós a impressão de que havíamos chegado a um país à beira da guerra civil entre judeus e árabes, para nos convencer de que a tensão existente era mais entre árabes e judeus do que entre judeus e britânicos, e que o desenfreado nacionalismo judaico punha os árabes em perigo iminente de terem seu pescoço coletivo cortado".).

Na quinzena precedente à chegada da Comissão haviam ocorrido na Palestina alguns atos de sabotagem e terrorismo, entre os quais sobressaíram os de 20 de fevereiro, quando a Palmach fez voar pelos ares a estação de radar de Haifa[22], e de 25 do mesmo mês, quando membros do Irgun e do Grupo Stern atacaram três aeródromos destruindo ou danificando 15 aviões, mas após ter a Comissão entrado em território palestinense a

[22] As ações da Haganah eram precedidas de avisos. Assim, por exemplo, quando sabotadores faziam explodir uma estação de radar, colocavam os explosivos com um estopim de 30 minutos e telefonavam para os guardas no interior da estação avisando-os que tinham meia hora para escapar. Diz Moshe Pearlman: "Esse cuidado fazia perigar seriamente o sucesso da operação e aumentava enormemente o risco dos homens da Haganah. Mas salvava vidas inocentes".

rádio clandestina Kol Israel fez várias transmissões assegurando aos seus componentes que estariam perfeitamente seguros e que nenhum incidente de extremismo teria lugar enquanto se encontrassem na Palestina. (Assegura Crum: "A palavra foi cumprida".)

Logo nos primeiros dias de estadia na Palestina pôde Crossman constatar a existência de uma rigorosa censura à imprensa, e isso não obstante solenes asseverações em contrário de autoridades britânicas no Cairo e Jerusalém; em visita que fez à redação do *Palestine Post*, viu aquele parlamentar inglês que até de um discurso de Churchill haviam sido cortados trechos considerados pelo censor como "propaganda subversiva". Isso, associado a outros aspectos por ele observados, levou Crossman a concluir que "não pode haver dúvida que hoje em dia a Palestina é um Estado Policial".

As audiências na Palestina tiveram início a 8 de março, realizando-se no salão de conferências do edifício da YMCA[23] em Jerusalém; soldados britânicos armados de fuzis-metralhadoras montavam guarda em todas as entradas e saídas, e tanques patrulhavam as ruas.

A primeira testemunha ouvida foi o Dr. Chaim Weizmann (recusara-se ele a comparecer perante a Comissão nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo declarado que só o faria na Palestina), falando na qualidade de presidente da Organização Sionista Mundial. A Crossman ele pareceu "uma versão fatigada e mais humana de Lênin, muito cansado, muito doente". (Contava então 72 anos e sua capacidade visual achava-se já grandemente reduzida devido à catarata.). Do seu longo depoimento (cerca de duas horas) queremos destacar alguns trechos:

> Perante os judeus jovens sou hoje um líder que nada conseguiu com meios pacíficos. Não obstante todas as promessas feitas por estadistas e líderes britânicos e americanos, não obstante o fato de o novo governo britânico estar comprometido até o pescoço com o povo judaico, os judeus só podem entrar na Palestina como imigrantes ilegais e não têm liberdade de movimento no país... Não se pode esperar que o judaísmo europeu se reinstale no solo encharcado de sangue judeu. Sua única esperança de sobrevivência está na criação de um Estado Judeu na Palestina. Os barcos fazendo

[23] A YMCA (Young Men's Christian Association) é conhecida no Brasil pelas iniciais ACM. Seu edifício em Jerusalém é ainda um dos mais belos da cidade.

> água em que nossos refugiados chegaram à Palestina são os seus *Mayflowers*[24], e os *Mayflowers* de toda uma geração.

Assegurando desejar a paz com os árabes, disse Weizmann: "Estou pronto – em qualquer ocasião, em qualquer dia, a qualquer momento – a encontrar-me com eles e discutir o futuro do país". Conclamou a Comissão a seguir uma linha de "injustiça menor", salientando que os árabes emergiram da guerra com dois reinos, quatro repúblicas, seis países-membros das Nações Unidas e um lugar no Conselho de Segurança – "não sei se isto é proporcional aos seus esforços durante a guerra".

A 11 de março depôs a segunda testemunha judaica: David Ben-Gurion, pitorescamente descrito por Crossman como "um querubim pickwickiano". Informa-nos também Crossman que Ben-Gurion (que, diga-se de passagem, não tinha papas na língua) impressionou mal a Comissão, sendo seu discurso "obviamente propaganda endereçada a seu próprio povo, e a Comissão já ouvira propaganda bastante". Mas teria sido mesmo apenas "propaganda"? Pelas partes a seguir transcritas cada um poderá tirar suas próprias conclusões:

> Baseia-se a nossa questão em dois princípios elementares: 1º) que nós, judeus, somos iguais aos outros seres humanos e fazemos jus aos mesmos direitos, que o povo judeu tem tanto direito à mesma igualdade de tratamento quanto qualquer povo livre e independente; 2º) que este é e continuará sendo o nosso país. Aqui já estávamos muito, muito antes... Sob um ponto de vista legal é a Potência Mandatária que aqui se encontra por força do Mandato.
>
> ...Falou-se muito de antissemitismo em vossa Comissão, e do nosso povo não poucos foram solicitados a explicar por que ele existe. Mas não cabe a nós responder. Essa criança é vossa, é uma criança cristã. É a vós, cristãos, que cabe explicar. Talvez devêssemos instituir uma Comissão Judaica para realizar um inquérito entre os cristãos, ou talvez uma Comissão conjunta judaico-cristã, com um presidente judeu e outro cristão, para indagar de líderes da Igreja professores, educadores, jornalistas e partidos políticos que doença é essa e qual a razão da mesma no mundo cristão.

[24] Lembrete histórico: *Mayflower* é o nome da mais famosa embarcação da história colonial americana; nela, em 1620, vieram da Europa os Pilgrims, puritanos que fundaram a colônia de New Plymouth.

...Os judeus não são os únicos a criticar ou atacar o White Paper. Em 1939 ele foi descrito, não por um judeu mas por um inglês, um inglês legítimo, um cristão, como um golpe mortal desferido contra o povo judeu. Seu nome, senhores, é Winston Churchill.

...O que aconteceu nos últimos anos é inenarrável. Mas para que atormentar-vos com sentimentos judaicos? Aconteceu conosco, e a mais ninguém. Contar-vos-ei apenas uma única emoção por mim sentida quando soube o que havia ocorrido – foi a seguinte: pelo menos eu e meus filhos nos sentimos felizes por pertencer a um povo que está sendo massacrado, e não àqueles que nos massacram, nem àqueles que a isso assistem com indiferença. Conheço muitos cristãos – na França, Holanda, Bélgica e outros países – que arriscaram a própria vida para salvar um judeu ou uma criança judia. Jamais o esqueceremos; jamais. Mas havia outras coisas, que não aconteceram na Europa nazista... Houve no mundo inteiro uma conspiração de silêncio. Quando sofríamos e tentávamos informar-vos de nossos sofrimentos, a resposta era: é propaganda judaica, apenas publicidade dos judeus. Pergunto simplesmente a mim mesmo – sofreríeis se um milhão de criancinhas cristãs fossem chacinadas na Europa?

...Por que estamos sendo torturados? Por que esses subterfúgios para manter trancado aquele infeliz fragmento do judaísmo polonês? De três milhões restam na Polônia cerca de 30.000 judeus. Por que conservá-los presos? Eles são seres humanos. Por que essa discriminação em vossa cristandade? Por que devemos esperar, por que não podemos escapar dessa dependência, desse estar à disposição de outros?

...Aqui se encontram judeus que se achavam separados de sua terra durante séculos, alguns deles por muitos *séculos*, alguns por milhares de anos como os judeus do Temeu, e no entanto levavam sempre Sião em seus corações, e finalmente voltaram, e voltaram com amor. Em que outro lugar do mundo encontrareis um povo amando seu país como os judeus amam Sião?

...Aqui viemos para ser judeus livres, cem por cento livres e cem por cento judeus. Acreditamos ter o direito de ser judeus, de viver uma vida judaica integral, assim como um inglês vive a sua vida inglesa e um americano vive a sua, de ficarmos livres do temor e da dependência, e não sermos mais, aos olhos dos outros, objeto de piedade e simpatia, de filantropia e "justiça". Acreditamos que isso nos é devido, tanto como indivíduos quanto como povo.

Aqui somos os judeus mais livres do mundo. Não num sentido legal. Pelo contrário: aqui estamos privados até mesmo de igualdade perante a lei. Vivemos sob o mais arbitrário dos regimes. Não conheço no mundo inteiro um regime tão arbitrário quanto esse do White Paper.

...Não queremos afirmar que este país é nosso porque o conquistamos. Queremos poder dizer que é nosso porque o fizemos. Ou antes, porque o refizemos. É isso que estamos tentando realizar, e por toda parte encontrareis o testemunho.

...Nenhum administrador estrangeiro, mesmo dentre os melhores amigos dos judeus e do Lar Nacional, é capaz de realizar a tarefa – estabelecer esse Lar e trazer ao mesmo todos os judeus que querem e tem o direito de vir. Nenhuma administração estrangeira é capaz de desenvolver o país, ou de erguê-lo ao nível necessário para benefício de toda a população ali existente e daquela ainda por chegar. Isso é bem difícil e requer completa identificação com o objetivo. Não se pode esperar do melhor dos povos – e não considero o britânico como sendo o pior – aquele ardor e devoção especiais. Somente por judeus poderá isso ser feito.

Não que eles sejam mais capazes. Oh, não. Sei o que o povo britânico tem feito em muitos países, por exemplo no Canadá, Nova Zelândia e Austrália.

Mesmo assim, há 150 anos atrás os ingleses na América se revoltaram contra uma administração britânica. Fizeram-lhe guerra, embora se tratasse de seu próprio povo. Acharam que o que vinha de Londres não poderia satisfazê-los. Pois bem, seria realmente demais esperar que aquilo que os britânicos não puderam então realizar para seus próprios parentes na América eles fossem capazes de fazer para os judeus.

...Estive na Inglaterra na hora mais negra da guerra, quando a França caía, quando assomava a invasão, e havia ali apenas um pequeno exército britânico. Estive lá durante a *blitz,* quando os aviões nazistas atacavam a Inglaterra. Bombardeavam todas as noites, e o povo britânico soube enfrentar a situação. Vi a gente do povo no metrô. Vi os motoristas de táxi, vi os operários. Eles não tinham medo. Muitos foram bombardeados e muitos mais foram mortos. Mas eu vi um povo para o qual a pátria e a liberdade valiam mais que a vida.

> Por que pensais, que razão tendes para supor, que somos diferentes? Há coisas que para nós valem mais que as nossas vidas, e nós amamos a vida. A religião judaica nunca foi uma religião ascética; não desdenhamos a vida – nós a tratamos com carinho. Não desistiremos, mesmo que tenhamos que pagar um alto preço, e existem centenas de milhares de judeus, aqui e em outros lugares, que, se preciso for, entregarão suas vidas pela independência judaica e por Sião.

A primeira testemunha a depor pelos árabes foi Jamal Husseini, parente e sequaz do notório ex-mufti (conselheiro e colaborador entusiástico de Hitler). Citou ele as quatro exigências básicas dos árabes palestinenses: 1) reconhecimento do direito à completa independência; 2) abandono das tentativas de estabelecimento de um Lar Nacional Judeu; 3) revogação do Mandato; 4) cessação imediata de toda imigração judaica bem como da compra de terras por judeus. Manifestou-se também Husseini, até mesmo com uma sofreguidão bastante sintomática, favorável a uma breve retirada das forças britânicas da Palestina para que árabes e judeus pudessem resolver sua pendência pelas armas. Dos demais depoentes árabes ouviram-se apenas argumentos já familiares à Comissão (explica Kirk que a personalidade do mufti, mesmo ausente, era suficientemente "possante para intimidar qualquer possível dissidente árabe").

A 14 de março depôs o Dr. Judah L. Magnes, presidente da Universidade Hebraica e chefe do Ihud (o pequeno grupo que advogava publicamente uma política de concessões para com os árabes), qualificado por Crossman como um "homem fino, completamente desinteressado", e no dizer de Norman Bentwich "um valente lutador pela compreensão e cooperação árabe-judaica". Declarou o Dr. Magnes que o problema da Palestina só poderia ser resolvido com o estabelecimento de um Estado binacional árabe-judaico em que houvesse eventual igualdade numérica entre judeus e árabes. Propôs a divisão da Palestina em distritos – alguns puramente judaicos, outros inteiramente árabes, e os restantes com população mista; caberia o governo a um conselho consultivo presidido pelo alto-comissário e com igual número de representantes árabes e judeus. Comentário de Crossman: "Suas ideias seriam boas se todos os judeus fossem tão pacientes ou racionais quanto ele; se os árabes não tivessem a certeza de que os ingleses estavam a seu lado; e se Mr. Bevin pudesse

substituir todos os ocupantes de postos-chave no Oriente Médio por homens que acreditassem no Lar Nacional e em ajudar árabes e judeus a trabalharem juntos[25]. Mas não é isso apenas uma utopia?". Não obstante, revela Kirk que o depoimento do Dr. Magnes causou profunda impressão à Comissão, influindo em suas recomendações.

McDonald e Crum tentaram, por conta própria, um encontro com Beigin, o chefe do Irgun. Não foi, entretanto, possível devido a, diz Beigin, "dificuldades imprevistas de segurança".

No decorrer do período de audiência em Jerusalém chegou às mãos da Comissão, através de cópias mimeografadas entregues na rua a um de seus membros, uma declaração do Movimento Judaico de Resistência (Haganah). Essa declaração, endereçada à Comissão e cujos trechos mais significativos transcrevemos abaixo, enfureceu Lord Morrison (e alguns outros membros britânicos):

> Nosso caminho não é o caminho do terror. Se terrorismo existe, é ele praticado pelas autoridades. Se o governo britânico envia aviões de reconhecimento e destróieres, opera estações de radar, constrói postos policiais especiais, e utiliza tropas aerotransportadas contra embarcações sem condições de navegabilidade e transportando algumas poucas centenas de refugiados, isso é terrorismo – e quando atacamos tais coisas nada mais fazemos do que defender-nos contra o terror governamental.
>
> Não aquiesceremos na execução de uma solução que leve ao túmulo a última esperança do povo judeu. Nossa resistência poderá acarretar a criação de um problema novo – um problema de segurança britânica – e esse problema só poderá ser resolvido por uma solução sionista.

Não será demais salientar aqui que a comunidade judaica da Palestina achava-se praticamente toda ela solidária com a Haganah. Ficou isso demonstrado quando, pouco antes, quatro jovens da Palmach, mortos por ocasião de um ataque a um posto policial britânico em Sarona, tiveram

[25] E, gostaríamos de acrescentar, se o próprio Bevin fosse substituído...

funerais públicos em Tel Aviv assistidos por 50.000 pessoas, sendo seus nomes destacados por toda a imprensa judaica do país[26].

Alguns membros da Comissão aproveitaram sua estadia na Palestina para conhecer melhor o país. O kibbutz despertou grande entusiasmo em Crum e Buxton. Este, regressando ao hotel após visitar uma fazenda coletiva desse tipo, disse emocionado a seu companheiro: "Tive ímpetos de cair de joelhos diante dessa gente. Sempre senti orgulho dos meus próprios antepassados que transformaram floresta virgem em fazendas. Mas essa gente daqui está extraindo plantações das rochas!" Crossman por sua vez impressionou-se com a inexistência de escolas femininas em localidades árabes, e achou as condições de vida, entre os árabes, de um modo geral "abomináveis".

Os governos do Iraque, Síria e Líbano haviam convidado a Comissão a visitar seus países para ali constatar como os judeus viviam satisfeitos sob o domínio árabe e como a população desses países desejava unanimemente que a Palestina se tornasse um Estado árabe. O convite foi aceito, e estendido a outros países. Especialmente reveladora foi a visita à Síria e ao Líbano, embora não exatamente no colimado pelos respectivos governos.

Em Damasco, capital da Síria, o "porta-voz" judeu, que apresentava nitidamente a impressão de estar aterrorizado, leu às pressas brevíssima declaração afirmando que na Síria os judeus se sentiam felizes, que sua situação sob o governo presente era excelente e que não queriam saber de sionismo. Dispondo de vinte minutos, esse pobre homem realizou sua "tarefa", visivelmente constrangido, em apenas 45 segundos! E quando o juiz Hutcheson, surpreso com essa extrema brevidade, indagou se nada mais tinha a acrescentar, o apavorado judeu se limitou a menear a cabeça.

Em Beirute, capital do Líbano, o arcebispo maronita monsenhor Moubarak declarou a Gerold Frank, correspondente americano que acompanhava a Comissão, que esta "só ouvira testemunhas selecionadas pelo governo e que diziam apenas o que o governo desejava que dissessem"; assegurou o arcebispo que o próprio presidente libanês Bishara al-Khour "não manifestou sua verdadeira opinião sobre o sionismo por temer a Liga Árabe". Diante disso, foi o arcebispo de Beirute convidado a

[26] A polícia britânica aproveitou bem a ocasião para com toda calma fotografar os acompanhantes do cortejo fúnebre.

depor formalmente perante os membros da Comissão, o que fez, reiterando nessa ocasião tudo que dissera ao jornalista.

Em Bagdá nada digno de nota (idem quanto à Transjordânia), exceto que na capital iraquiana a imprensa foi impedida de assistir aos depoimentos. Já na Arábia Saudita, entretanto, o rei Ibn Saud fez espantosa revelação: em fevereiro de 1945, logo após a Conferência de Yalta, perguntara ele ao presidente Roosevelt por que se mostrava tão insistente em relação à imigração de judeus na Palestina, e o presidente dos Estados Unidos ter-lhe-ia então respondido que nunca estivera de acordo com a imigração de judeus na Palestina, "nem é possível que eu a aprove"[27].

A 28 de março deixava a Comissão a Palestina, embarcando em avião com destino à Suíça. Desejavam seus membros um lugar ao mesmo tempo neutro e tranquilo, onde pudessem, em ambiente de calma e livres de quaisquer pressões, redigir o relatório. Hospedaram-se no Hotel Beau Rivage, em Lausanne, às margens do lago de Genebra.

Houve, é claro, divergência de opinião, e certos aspectos do problema foram mesmo objeto de discussões acerbas. Assim, por exemplo, Sir John e Leggett queriam, como condição prévia para permitir qualquer continuação da imigração judaica, a dissolução da Haganah. Essa ideia, porém, não foi avante, graças principalmente a uma enérgica intervenção do juiz Hutcheson: "Não serei, sob circunstância alguma, partícipe de quaisquer recomendações que privem os judeus da Palestina do direito de defender suas vidas". Outro assunto controverso foi o da partilha da Palestina, também rejeitada apesar de entusiasticamente defendida por Crossman e Crum. Todavia acabou prevalecendo um espírito de conciliação e transigência, possibilitando um relatório unânime; isso porque, escreveu Crossman, "acreditávamos sinceramente que um relatório unânime tornar-se-ia em poucas semanas a política dos governos britânico e americano".

A 20 de abril de 1946 foi dado por findo o trabalho, e a conclusão do relatório (unânime) comemorada com um jantar; todos os membros da Comissão achavam-se imbuídos de um sentimento de euforia e satisfação

[27] A minuciosa (e, de um modo geral, fidedigna) obra de Robert Emmet Sherwood sobre a atuação de Roosevelt ao tempo da guerra (*Roosevelt e Hopkins – Uma História Íntima*) omite esse detalhe. Não deixa, porém, de ser significativo que pouco depois, em entrevista à imprensa, Roosevelt tenha declarado que sobre a Palestina aprendera mais em cinco minutos com Ibn Saud do que havia aprendido em toda sua vida.

pelo dever cumprido. (Certamente que sua satisfação e euforia seriam bem menores se pudessem prever que todos os seus esforços, canseiras e boa vontade resultariam, na prática, em justamente aquilo que fora prognosticado em Washington pelo Dr. Einstein e que tanta indignação lhes causara, ou seja, em pura perda de tempo.).

Mas vamos ao relatório, publicado dez dias depois. É um documento extenso, constituído de 10 capítulos e 7 apêndices, contendo mais de 40.000 palavras; o essencial, contudo, estava contido no capítulo I ("Recomendações e Comentários"). As recomendações eram em número de dez; de cada uma selecionamos os trechos mais importantes:

> 1 – ...a Palestina não pode, por si só, satisfazer as necessidades de emigração das vítimas judaicas da perseguição nazista e fascista. Recomendamos por isso que os nossos governos, conjuntamente e associados aos de outros países, se esforcem imediatamente por encontrar novos lares para todas essas "pessoas deslocadas" que, independentemente de credo ou nacionalidade, tiveram os laços com suas antigas comunidades irreparavelmente rompidos.
>
> 2 – que sejam imediatamente autorizados 100.000 certificados para admissão na Palestina de judeus vítimas de perseguição nazista e fascista. Não sabemos de país algum, a não ser a Palestina, para o qual a grande maioria possa ir em futuro próximo. Além disso, é para lá que quase todos querem ir. Lá eles estão certos de ter uma boa acolhida, que lhes é negada em qualquer outro lugar. Lá esperam gozar paz e reconstruir suas vidas. Acreditamos essencial que lhes seja dada uma oportunidade de fazê-lo o mais breve possível. E temos também a garantia dos líderes da Agência Judaica de que serão sustentados e cuidados.
>
> 3 – ...a Palestina não será nem Estado judeu nem tampouco um Estado árabe.
>
> 4 – ...que o governo da Palestina continue sob mandato até a realização de um acordo para administração pelas Nações Unidas.
>
> 5 – ...que o governo proclame o princípio de que o progresso econômico, educacional e político árabe na Palestina é de importância igual ao dos judeus.
>
> 6 – ...o mandatário deveria administrar a Palestina de acordo com o mandato, que, em relação à imigração declara que a "Administração da Palestina, zelando para que os direitos e a situação das outras

> partes da população não sejam prejudicados, facilitará a imigração judaica sob condições adequadas"... Rejeitamos o ponto de vista de que não deve haver mais imigração judaica na Palestina sem aquiescência árabe... Afirmamos que qualquer imigrante judeu que entre na Palestina em desacordo com as leis do país é um imigrante ilegal.
>
> 7 – ...que os regulamentos de transferência de terras de 1940 sejam rescindidos e substituídos por outros baseados numa política de liberdade para compra, arrendamento ou uso de terras, independente de raça, comunidade ou credo.
>
> 8 – Vários planos para o desenvolvimento agrícola e industrial da Palestina em grande escala foram submetidos à nossa consideração. Recomendamos que o exame, discussão e execução desses planos seja feito, desde o início, em total colaboração não só com a Agência Judaica mas também com os governos dos países árabes vizinhos diretamente afetados.
>
> 9 – ...que, no interesse da conciliação entre os dois povos, o sistema educacional dos judeus e dos árabes seja reformado, inclusive com a introdução, em razoável espaço de tempo, da instrução compulsória. Por meio de uma supervisão cuidadosa dos compêndios e currículos escolares, e pela inspeção das escolas, deve o governo zelar para que a educação contribua para a conciliação dos dois povos[28].
>
> 10 – Se este relatório for aceito, recomendamos que seja tornado perfeitamente claro a judeus e árabes que qualquer tentativa – por ameaças de violência, por terrorismo, ou pela organização ou uso de exércitos clandestinos – para impedir a execução do mesmo será firmemente reprimida.

Antes, porém, de nos referirmos às reações provocadas pelo relatório – que, cabe lembrar, só seria publicado no fim de abril – convém mencionar dois fatos ocorridos naquele mesmo mês.

O primeiro (cujo desenlace, todavia, só se daria no mês seguinte) teve por palco o porto da La Spezia (noroeste da Itália, próximo a Gênova). Ali achava-se atracado o *Fede,* a maior embarcação até então adquirida pela

[28] No comentário correspondente a essa recomendação criticava-se o "espírito nacionalista" encontrado tanto nas escolas árabes quanto nas judaicas, sendo estas qualificadas como "agências muito eficientes para inculcar um espírito de nacionalismo hebraico agressivo".

Haganah e que, sob o nome de um companhia fictícia, recebera licença para transportar um carregamento de sal à Sardenha.

O transporte dos refugiados (em número superior a 1.000) até o local de embarque foi feito em vinte caminhões britânicos, "emprestados" graças à colaboração de elementos de duas unidades militares de transporte palestinenses que ainda permaneciam em território italiano. A partida do navio estava prevista para a noite de 4 de abril.

Não fora, entretanto, possível manter o embarque em sigilo. Deu-se, em consequência, a intervenção das forças armadas britânicas na pessoa de um major Hill (do Intelligence Service), que ordenou o imediato desembarque dos refugiados, sob pena de fazê-los sair à força. A resposta que veio de bordo pegou o major de surpresa: no momento em que um soldado inglês pusesse a mão em qualquer refugiado o navio voaria pelos ares. Na chefia dessa operação da Haganah estava Yehuda Arazi[29], que com tal ameaça conseguiu não só a retirada dos soldados que já se encontravam a bordo como também a evacuação pelas forças britânicas de toda a área do cais. Mas isso, evidentemente, não possibilitava a saída da embarcação. Encetou então Arazi uma hábil campanha publicitária antibritânica, explorando o grotesco da situação: uma velha embarcação, abarrotada de imigrantes desde a proa até a popa, cercada por tanques, unidades de infantaria e navios de guerra; telegramas foram enviados ao primeiro-ministro Attlee, ao presidente Truman, a Stalin e a todas as agências noticiosas.

Quatro dias depois teve início uma greve de fome – a bordo reinava completo silêncio, e os que perdiam a consciência eram deitados no convés. À pequena cidade (de aproximadamente 125.000 habitantes) afluíram repórteres de várias procedências (mas principalmente italianos e franceses) e chegavam mensagens de solidariedade e encorajamento. As simpatias da

[29] Nascido em Lodz (Polônia), Yehuda Arazi chegou à Palestina aos 17 anos. Aos 19, cumprindo instruções da Haganah, ingressou na Polícia palestinense. Em 1936 (tinha então 29 anos) foi enviado pela Haganah à Polônia, em sua primeira missão de envergadura no exterior (realizada com pleno êxito): aquisição de armas, que chegaram à Palestina escondidas em objetos os mais inimagináveis. Em 1939, de volta à Palestina, foi designado para chefiar o serviço secreto da Haganah. Em 1943, descobertas suas atividades clandestinas, foi julgado e condenado à prisão, mas conseguiu escapar. Em 1945 chegou, semiclandestinamente, à Itália para ali superintender a imigração ilegal. Faleceu em Tel Aviv, em março de 1959, aos 52 anos, após prolongada enfermidade.

população local (e, de um modo geral, de toda a Itália) estavam claramente do lado dos refugiados – em Gênova os portuários chegaram a realizar uma greve de solidariedade – havendo mesmo, por vezes, manifestações ruidosas.

Ao atingir a greve de fome sua 75ª hora, subiu a bordo, atendendo a um pedido do líder da comunidade judaica italiana, o presidente do Partido Trabalhista Britânico, Harold J. Laski, então na Itália chefiando a delegação inglesa ao Congresso Socialista Italiano. Graças à intervenção de Laski (figura de indiscutível prestígio internacional), que se comprometeu a interceder junto a Attlee e Bevin, foi suspensa a greve de fome. Laski cumpriu sua palavra, e no 33º dia de detenção recebeu o navio autorização para ir à Palestina com todos os seus 1.014 passageiros (esse número, contudo, seria deduzido pelos ingleses dos certificados de imigração do mês seguinte).

A partida de La Spezia foi verdadeiramente apoteótica: o navio, já com seu novo nome de *Dov Hos* (em homenagem a um líder trabalhista recentemente falecido em acidente automobilístico) e sob o comando de Moshe Rabbinowitz, jovem membro da Palmach, saiu lentamente do porto ao som da banda da cidade e dos vivas da imensa multidão de italianos apinhados no cais. Diz Kimche: "Nunca imigrantes que se destinavam à Palestina haviam recebido um tal bota-fora!"[30]. (Arazi, pouco depois do navio ter desatracado, voltou à terra, num bote a remo, para novas tarefas.).

O drama de La Spezia foi acompanhado com compreensível emoção pela comunidade judaica da Palestina, ocorrendo ali várias demonstrações públicas, algumas bastante graves. Mas, cremos que inteiramente independente disso, deu-se a 25 de abril um ataque de surpresa, realizado por elementos terroristas, contra um parque de veículos militares em Tel Aviv, morrendo na ocasião sete soldados britânicos, Segundo Kirk, teve isso por consequência (lembremo-nos que o relatório da Comissão Anglo-Americana não fora ainda publicado) "endurecer a opinião britânica contra os sionistas". Na noite seguinte tropas britânicas – agindo, segundo se alegou, por iniciativa própria e "fazendo justiça com as próprias mãos" – atacaram diversos judeus completamente inocentes. Isso, é claro, não

[30] Este episódio (além de outros) foi habilmente aproveitado pelo escritor americano Leon Uris – que apenas alterou os nomes dos personagens e do navio, o local e alguns pequenos detalhes – em seu livro *Exodus.*

deixaria também de contribuir para "endurecer" a opinião sionista contra os britânicos.

Voltemos agora ao relatório. Foi ele publicado a 30 de abril. Beigin qualificou-o de "documento superficial, cheio de contradições" que nada dava de "tangível nem aos judeus nem aos árabes, mas proporcionava completo reconhecimento ao domínio britânico". Ben-Gurion, que mantivera conversas particulares com vários membros da Comissão e esperava tê-los convencido da conveniência e justiça de uma partilha (como havia sido proposto pela Comissão Peel, embora com fronteiras mais favoráveis aos judeus), ficou, no dizer de seu biógrafo Litvinoff, "dolorosamente desapontado", condenando o relatório em seu todo. Weizmann, que a princípio encarou o endosso pela Comissão de uma imigração judaica em grande escala como uma vitória sionista, não tardou também a desiludir-se. Quanto à administração britânica da Palestina, não escondeu ela seu desagrado, e muitos dos seus membros consideraram o relatório como um ato de traição em favor dos americanos. E o Comitê Superior Árabe, após muita discussão, e considerando a impraticabilidade duma resistência violenta, decidiu convocar uma greve simbólica de protesto e aguardar os acontecimentos, confiando que a administração palestinense realizaria junto a Londres uma oposição muito mais eficaz do que eles próprios seriam capazes de organizar.

No mesmo dia da divulgação do relatório, feita simultaneamente em Londres e Washington, foi dada a público uma declaração do presidente Truman, que dizia em parte:

> Estou muito satisfeito por haver a Comissão Anglo-Americana de Inquérito endossado unanimemente meu pedido para a admissão imediata de 100.000 judeus na Palestina. Deve a transferência desses infelizes ser realizada com a maior presteza.
>
> Um dos aspectos mais significativos do relatório é que ele objetiva assegurar uma proteção completa à população árabe da Palestina, garantindo seus direitos civis e religiosos e recomendando medidas para a melhoria constante de sua situação cultural, educacional e econômica.
>
> Também estou satisfeito por ter a Comissão recomendado a revogação do White Paper de 1939, inclusive as restrições existentes sobre imigração e aquisição de terras, possibilitando a continuação do desenvolvimento do Lar Nacional Judaico. É igualmente motivo de contentamento o fato de o relatório considerar também a realização na Palestina de projetos de desenvolvimento econômico em grande escala que facilitariam imigração adicional e trariam benefícios a toda a população.

Essa declaração, recebida com agrado pelos sionistas, enfureceu os árabes. Não menos enfurecidos ficaram os ingleses (o próprio Crossman, que tinha inegavelmente uma certa simpatia pelo sionismo, qualificou-a de "lamentável"). Relata Francis Williams, biógrafo de Bevin e testemunha do fato, que o ministro do Exterior britânico, ao tomar conhecimento da declaração de Truman, teve um tremendo acesso de cólera. O primeiro-ministro Attlee, falando a 1° de maio na Câmara dos Comuns, declarou ironicamente que gostaria de saber até que ponto estariam os Estados Unidos dispostos a compartilhar das novas responsabilidades militares e financeiras indispensáveis ao implemento das recomendações da Comissão, salientando logo que dificuldades técnicas se opunham a uma transferência rápida de 100.000 judeus para a Palestina; mas – e aí transparece nitidamente a má-fé do governo inglês – condicionou a imigração à prévia dissolução de todos os "exércitos particulares" (condição essa que ia muito além do relatório e não passava de mero pretexto para liquidá-lo, já que o mesmo não coincidia com os desígnios britânicos).

Na Palestina o efeito das declarações de Attlee foi, afirma Crossman, "catastrófico", vindo favorecer – já que lhes dava razão, pois sempre haviam alardeado ser a Comissão apenas uma cortina de fumaça – os elementos extremistas. É ainda Crossman quem diz: "Após algumas horas de ansiosa espera, os moderados foram mais uma vez desacreditados pelo governo britânico".

Crossman chegou a realizar uma tentativa para remediar a situação, solicitando uma entrevista urgente ao primeiro-ministro. Essa entrevista, que teve a duração de 25 minutos, foi, contudo, "vaga e insatisfatória". Outra entrevista, com Bevin, foi insistentemente pedida por Crossman e Leggett, mas o secretário do Exterior recusou-se a recebê-los, alegando falta de tempo.

Antes de finda a primeira quinzena de maio já o Foreign Office e o State Department se achavam perfeitamente entrosados para uma ação protelatória. Assim, dia 10, o secretário de Estado interino, Dean G.

Acheson, assegurava a representantes dos árabes que os mesmos seriam consultados antes de qualquer decisão do governo americano sobre a Palestina. Dia 15 anunciava o Foreign Office que quaisquer decisões referentes às recomendações da Comissão Anglo-Americana deveriam aguardar a conclusão de consultas com o governo dos Estados Unidos e líderes árabes e judeus. E decorridos outros cinco dias (a 20 de maio, portanto) o Departamento de Estado convidava árabes e judeus a apresentarem – como se já não fossem por demais conhecidos! – seus pontos de vista, no prazo de um mês. Observou nessa ocasião Mr. Acheson que a Comissão Anglo-Americana fora apenas consultiva, não sendo consequentemente obrigatórias as suas decisões (o que levou um porta-voz sionista em Washington a comentar que a atitude do State Department "estava mais de acordo com a opinião britânica do que com a do presidente").

Pouco depois o governo britânico sugeria ao dos Estados Unidos a designação de uma comissão conjunta (note-se o insistente interesse britânico em obter a coparticipação americana) para estudar o que chamava de "problemas práticos" relacionados com a imigração judaica na Palestina: "finanças, questões militares, transporte, alojamento, e o que é provavelmente o mais difícil de todos, o das terras". A 11 de junho Truman nomeou, para estudar a sugestão britânica, uma Comissão Ministerial para a Palestina e Problemas Correlatos, formada pelos secretários de Estado, da Guerra e do Tesouro. Declarou o presidente americano que ao designar tal comissão seu objetivo era que a mesma o auxiliasse "na breve consideração das recomendações da Comissão Anglo-Americana de Inquérito".

Vemos aí, se nos permitem a imagem tosca, que enquanto o presidente americano soprava numa direção, o secretário do Exterior britânico (idem o Departamento de Estado) soprava na direção oposta. Logo no dia seguinte, 12 de junho, Bevin voltou à carga, no seu característico estilo injurioso, "quase incoerente" (palavras de George Kirk). Eis alguns trechos do discurso que nessa data proferiu perante a Conferência Trabalhista Britânica reunida em Bournemouth (localidade próxima de Southampton):

> No que concerne à agitação nos Estados Unidos, e particularmente em New York, para que 100.000 judeus sejam postos na Palestina... isso foi porque eles não querem tantos deles em New York.

> Na Palestina existem forças armadas ilegais. Se pusermos amanhã 100.000 judeus na Palestina, terei de pôr lá também outra divisão de tropas britânicas. Não estou disposto a fazê-lo.
>
> As questões financeiras envolvidas nesse negócio são tremendas, e o Tesouro britânico não está em condições de enfrentá-las. A taxação neste país está em tal ponto que não podemos fazer uma despesa adicional de 20.000.000 de libras na Palestina[31].
>
> Não se pode lidar somente com os árabes palestinenses. A Liga Árabe tornou-se um fato que não pode ser ignorado.
>
> Eu diria o seguinte aos judeus: "Embora concorde com alguma forma de Estado palestinense, não acredito em Estados absoluta e exclusivamente raciais".
>
> ...os judeus da Europa... sei que tiveram essas terríveis câmaras de gás. Conheço os horrores. Mas depois que se tiver feito todo o possível na Palestina, ainda sobrarão muitos. Devo esforçar-me pela igualdade dos judeus em seus países de adoção, para que os judeus cumpram as leis dos seus países de adoção.

As palavras de Bevin, conforme noticiado pelo *New York Times*, causaram ressentimento entre a parte liberal e pró-sionista da opinião pública americana, e serviram para minar ainda mais a influência dos líderes sionistas moderados. Os senadores por New York enviaram um protesto diretamente ao secretário do Exterior britânico, qualificando sua referência ao Estado que representavam como uma "declaração falsa e antissemítica" e acusando-o de repudiar as recomendações unânimes da Comissão de Inquérito. O Foreign Office procurou, então, abrandar os efeitos do discurso de Bevin, explicando que a Grã-Bretanha não rejeitara as propostas da Comissão Anglo-Americana e se achava ansiosa por acelerar os esforços para encontrar uma solução para o problema palestinense.

É óbvio que o ressentimento maior haveria de ocorrer na própria Palestina. A 16 de junho, à noite, a Haganah entrou em ação: quatro pontes ferroviárias e outras tantas rodoviárias, nas fronteiras da Palestina, foram destruídas ou danificadas por membros da Palmach, interrompendo

---

[31] Indagou em editorial o semanário *Zionist Review* (número de 21 de junho): "Tem Mr. Bevin tanta certeza que, do ponto de vista militar, lhe custará menos manter os judeus fora da Palestina do que admiti-los?".

temporariamente o tráfego com os países vizinhos. Informou a Haganah que o objetivo de sua ação fora demonstrar que era capaz de frustrar os planos dos britânicos e árabes "que tanto falavam em vir lutar contra os judeus".

As organizações extremistas também não permaneceram inativas. Na noite seguinte (17) o Grupo Stern atacou as oficinas ferroviárias de Haifa. A 18 chegou a vez do Irgun, com uma façanha que alcançaria extraordinária repercussão. Dois de seus membros, Michael Ashbel e Joseph Simchon, feridos num ataque a um acampamento militar britânico, haviam sido presos pelos ingleses ao ser o táxi em que estavam sendo transportados detido por uma patrulha, e após um julgamento sumário foram condenados à forca. Em represália, na data acima, o Irgun raptou cinco oficiais britânicos que se encontravam no Clube dos Oficiais em Tel Aviv[32], mantendo-os presos como reféns, sob ameaça de serem executados caso fosse cumprida a sentença contra Ashbel e Simchon. Para facilitar as negociações (evidentemente não oficiais) com as autoridades britânicas, dois dos cinco prisioneiros foram libertados (informaram eles que haviam sido bem tratados durante sua detenção). Após alguns dias de *suspense* veio uma comunicação oficial britânica de que as sentenças de morte haviam sido comutadas para prisão perpétua, após o que os três oficiais restantes foram soltos. (Esses oficiais foram transportados num caminhão de mudanças, dentro de um enorme caixote ventilado, até o Rothschild Boulevard, no centro de Tel Aviv; ali foi o caixote colocado no chão e seu cadeado retirado – e então, diante de pequena multidão, o caixote se abriu e dele saíram três guapos oficiais de Sua Majestade Britânica, um dos quais tentou ainda correr atrás do caminhão mas logo desistiu.). Comentário de Beigin: "O mundo inteiro reconheceu que esse *round* foi vencido pelo Irgun".

Pressionado pelas autoridades militares, o Gabinete britânico autorizou o alto-comissário a agir drasticamente contra todos os "envolvidos" em atos de violência. Significava isso, em outras palavras, conceder à Administração da Palestina carta branca para agir como bem entendesse contra quem quisesse.

[32] Um outro oficial (esse de alta patente), preso numa rua de Jerusalém nas proximidades do Hotel King David, conseguiu burlar a vigilância do rapaz incumbido de guardá-lo e escapuliu.

Na madrugada de 29 de junho (um sábado, significativamente – tornar-se-ia conhecido na Palestina como Sábado Negro) foi dado início à "operação militar". Não obstante uma proclamação do alto-comissário, assegurando que as drásticas medidas tomadas não visavam "a comunidade judaica como um todo" e sim apenas "extirpar o terrorismo e a violência e restaurar aquelas condições de ordem sem as quais nenhum progresso pode ser feito para a solução do problema da Palestina", a coletividade judaica foi posta praticamente sob estado de sítio.

A sede da Agência Judaica em Jerusalém e seus escritórios em Tel Aviv foram ocupados por tropas e tiveram seus arquivos e fichários retirados; vários outros edifícios em Tel Aviv ficaram temporariamente sob ocupação militar. Buscas intensivas foram realizadas, durante cerca de duas semanas, em Tel Aviv, nos bairros judeus de Jerusalém e Haifa, e em 27 aldeias coletivas. Com tudo isso, porém, só foi encontrado um único depósito de armas da Haganah, em Yagur (aldeia coletiva ao sul de Haifa). Por ordem da Haganah houve apenas resistência passiva (segundo Pearlman essa passividade "era um sinal de sua força e disciplina, e não de fraqueza; pois a passividade, às vezes, não era fácil"). Mesmo assim os ingleses agiram com brutalidade, e não só em relação aos homens – numa fazenda coletiva da Galileia mulheres foram arrastadas pelos cabelos sobre solo pedregoso.

Foram presas 2.718 pessoas, em sua maioria ligadas à Agência Judaica. Entre os presos: Shertok, Dov Joseph, David Remez (presidente do Vaad Leumi), o rabino Fishman; este – membro do Executivo da Agência Judaica, estritamente ortodoxo, e então com 69 anos – foi forçado pelos britânicos a violar o sábado: mesmo declarando-se disposto a caminhar (não é permitido a um judeu ortodoxo, no sábado, viajar em qualquer espécie de veículo) foi o rabino obrigado a entrar num caminhão. A maior parte dos presos foi libertada uma ou duas semanas depois, mas cerca de 700 (entre os quais os líderes acima citados) foram internados em campos de detenção. Ben-Gurion só escapou da prisão por se encontrar então no exterior, num hotel em Paris (mas Weizmann, enfermo, foi deixado em liberdade).

Estabeleceu-se rigorosa censura à imprensa e as comunicações com o exterior ficaram suspensas[33].

Possivelmente devido às repercussões nos Estados Unidos, onde se achava em discussão no Congresso um empréstimo americano à Grã-Bretanha, o governo palestinense acabaria dando marcha à ré, sem que seu objetivo primordial (oficialmente confessado) – desarmar e desmobilizar a Haganah – houvesse sido alcançado. Isso porque a Haganah, pelo seu serviço secreto, teve conhecimento prévio dos planos britânicos, podendo assim, até certo ponto, tomar algumas precauções que reduziram consideravelmente o êxito da "operação" (caso contrário a Haganah muito provavelmente teria sido, se não toda pelo menos em grande parte, desmantelada). Escreveu Pearlman: "29 de junho foi um dia-chave na história do judaísmo palestinense. Teve o efeito contrário ao desejado pelo Gabinete britânico, pois nesse dia cristalizou-se a preparação psicológica do judaísmo palestinense para a independência e o autogoverno". Passados alguns meses, conforme adiante veremos, os internados nos campos de detenção seriam todos libertados sem que houvessem sido submetidos a julgamento. Com isso, comenta Parkes, a administração britânica veio a sofrer "mais uma perda de prestígio".

Enquanto isso, aproveitando-se talvez de estar a Haganah mais ou menos em recesso, decidiu o Irgun dar o seu grande golpe, já há algum tempo planejado: fazer explodir a sede da Administração Palestinense, que, juntamente com a chefia militar, se achava instalada numa ala do grande Hotel King David em Jerusalém.

A 22 de julho, por volta do meio-dia, um caminhão, conduzido por terroristas vestidos à maneira árabe e transportando latas de leite contendo aproximadamente 225 quilos de TNT, encostava junto à entrada de serviço do hotel. As latas foram roladas pelo subsolo até ficarem por baixo da ala visada. A explosão destruiu grande parte dessa ala leste do hotel, causando a morte de quase uma centena de pessoas (inclusive quarenta judeus) e ferimentos em cerca de cinquenta.

A Agência Judaica apressou-se em negar qualquer participação (e, de fato, nenhuma teve, pois tudo fora realização exclusiva do Irgun) ou

[33] Não deixa de ser curioso que em todo o transcurso da operação nem o Irgun nem o Grupo Stern foram, em momento algum, incomodados.

responsabilidade pelo ocorrido, condenando-o como um ato vil e criminoso "perpetrado por um bando de desesperados".

Não foi preciso esperar muito pela reação britânica. Em Tel Aviv (onde se presumia estar a sede dos terroristas) foi imposto durante quatro dias – de 30 de julho a 2 de agosto – o toque de recolher às 22 horas (vigorando até o amanhecer), e isso na época mais quente do ano. A cidade foi isolada do resto do país; 20.000 soldados auxiliados por 600 policiais, com ordem de atirar para matar qualquer um que desrespeitasse o toque de recolher, realizaram intensas buscas domiciliares e humilhantes revistas de transeuntes nas ruas[34]. E ainda por cima uma incrível ordem do comandante das forças britânicas na Palestina que, de certo modo reabilitou (é claro que involuntariamente) o terrorismo do Irgun.

A ordem – leviana, é o mínimo que dela podemos dizer – do general Sir Evelyn H. Barker, dirigida às forças armadas britânicas na Palestina, acusava todos os judeus palestinenses de cumplicidade e os líderes judeus de "solidariedade hipócrita", interditava aos militares ingleses todos os estabelecimentos e lares judaicos, proibindo-lhes igualmente qualquer espécie de contato social com judeus; isso "para punir os judeus de uma forma mais que qualquer outra detestada pela raça, golpeando-os em seus bolsos e demonstrando-lhes nosso desprezo por eles". Essa ordem, oficialmente classificada como "restrita" e destinada a circulação interna entre as forças britânicas (embora amplamente difundida pelos quartéis e postos policiais), caiu em mãos do Irgun. A organização terrorista não perdeu tempo: traduziu-a para o hebraico, afixando-a profusamente nos muros de Jerusalém, Haifa e Tel Aviv. Foi também divulgada no exterior, por iniciativa de Jon Kimche, jornalista inglês que então se encontrava na Palestina. A 31 de julho o governo britânico, interpelado a respeito na Câmara dos Comuns, dissociou-se dos termos usados. A 9 de agosto a ordem foi tornada sem efeito – mais um tiro que saiu pela culatra[35]...

[34] 120.000 pessoas foram submetidas a interrogatório e 787 foram presas, mas entre essas não figurava nenhum líder terrorista (a cabeça do chefe do Irgun estava posta a prêmio: duas mil libras).

[35] O general Barker, entretanto, só seria transferido da Palestina cerca de 6 meses depois (antes fora oficialmente anunciado que esse general "seria em breve promovido para um comando metropolitano").

Antes de findo o mês de julho faria sua aparição um novo plano (aliás nem tão novo assim – vide adiante), resultante de conversações mantidas em Londres entre funcionários britânicos e americanos, estes, os "suplentes" da Comissão Ministerial para a Palestina do presidente Truman, chefiados pelo embaixador Henry F. Grady. O plano, apresentado ao Parlamento britânico a 31 de julho por Herbert Morrison, Lord presidente do Conselho, tornou-se conhecido pelo nome de Plano Morrison ou Plano Morrison-Grady. Estabelecia o mesmo uma divisão da Palestina em quatro zonas ou províncias: uma árabe, compreendendo cerca de 40% da área total da Palestina; uma judaica, com cerca de 17% da área total do país; e duas zonas britânicas (o enclave de Jerusalém e o Neguev), abrangendo aproximadamente 43% da área total da Palestina. As províncias árabe e judaica teriam uma autonomia relativa; o governo central seria administrado por alto-comissário britânico, com autoridade exclusiva sobre todas as questões referentes a defesa, relações exteriores, alfândega, imposto de consumo, e "inicialmente" também sobre polícia, prisões, tribunais, estradas de ferro, o porto de Haifa, comunicações, aviação civil, rádio e antiguidades ... A entrada de 100.000 judeus (que Truman continuava advogando) ficava condicionada à concretização do plano em seu todo e ao fornecimento de transporte marítimo pelos Estados Unidos.

Na Câmara dos Comuns a apresentação do plano foi seguida por um debate, no decorrer do qual um ex-secretário das Colônias, Oliver Stanley, criticou acerbamente o governo por ter permitido que a Comissão Anglo-Americana despendesse tempo e esforço sem nenhuma finalidade, uma vez que plano igual ao em discussão já há muito se encontrava nas gavetas do Colonial Office (havendo sido mesmo cogitado, e rejeitado, pela Comissão Anglo-Americana). Nos Estados Unidos os membros americanos da Comissão de Inquérito, convocados por Truman, disseram-lhe que o Plano Morrison representava claramente um repúdio do Relatório Anglo-Americano e recomendaram, unanimemente, sua rejeição. Truman, seguindo a recomendação, deixou de endossar o "novo" plano, nisso contrariando os desejos do subsecretário de Estado, Dean Acheson.

O Executivo da Agência Judaica, então excepcionalmente reunido em Paris (onde se encontrava Ben-Gurion, pois na Palestina estaria sujeito à prisão), considerou, o Plano Morrison inaceitável por não proporcionar uma independência real, salientando outrossim negar o plano os direitos judaicos em quase 85% da área do país.

Enquanto Ben-Gurion e seus colegas rejeitavam o Plano Morrison (e, secretamente, aprovavam uma tomada de posição favorável, sob certas condições, a uma partilha da Palestina) decidia o governo inglês apertar o bloqueio da Palestina, intensificando o patrulhamento naval e aéreo. E já a 11 de agosto uma velha embarcação a vela (o *Yagur*), com 780 refugiados a bordo (quase a metade mulheres) e após uma viagem de 29 dias, era interceptada por navios de guerra ingleses e rebocada para Haifa. No dia seguinte outra embarcação (*Henrietta Szold*), com 543 refugiados, teve idêntico destino.

Também nesse dia (12 de agosto) o governo britânico anunciou que a partir daquela data todos os imigrantes ilegais seriam deportados para a ilha de Chipre (até então os "ilegais" vinham sendo internados na própria Palestina, no campo de detenção de Atlit), ficando alojados em campos de detenção "até que pudesse ser tomada uma decisão quanto ao seu futuro"[36]. Em Alexandria o secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha, observou que isso era apenas "um passo no caminho certo". (No dia da primeira deportação mil judeus desarmados realizaram em Haifa uma manifestação de protesto; do choque com soldados britânicos resultariam três judeus mortos e sete feridos.).

Os imigrantes interceptados eram embarcados à força em navios-jaulas, a fim de neles serem transportados para Chipre. O jornalista Jon Kimche, acompanhado de alguns colegas, subiu a bordo de um desses navios. Diz ele: "Os judeus estavam trancados nos porões como animais selvagens. A alguns poucos foi permitido permanecer num gradeado de arame no convés. Uma mulher de olhar suave e rosto triste virou-se para nós e disse: 'O que foi que fizemos? Viemos desde Maidanek[37]; era assim que os nazistas nos tratavam. Será que os ingleses são iguais?". Concluiu Kimche: "O que poderíamos sentir, exceto vergonha de estarmos livres? O que poderíamos dizer?".

[36] Começa aí o que poderíamos chamar o "episódio cipriota", tão popularizado, em alguns de seus aspectos, por Leon Uris em seu *Exodus*

[37] Maidanek, nas proximidades da cidade polonesa de Lublin, era um dos mais notórios campos de extermínio na Polônia. Destinado inicialmente a prisioneiros de guerra, foi mais tarde ampliado, instalando-se câmaras de gás e crematórios. O número total de indivíduos ali exterminados é calculado em 360.000, dos quais 200.000 judeus.

Em Chipre eram esses refugiados jogados em campos de detenção, cercados de arame farpado e sob constante vigilância de guardas armados. Mesmo lá, porém, não estavam em completo isolamento. A Haganah ali estaria ativa, desde agosto de 1946 até o fechamento desses campos no princípio de 1949, e já com a primeira leva de imigrantes "ilegais" seguiram membros da Palmach. Foram estabelecidos meios regulares de comunicação com os internados, por meio de barcos pesqueiros ou navios de passageiros; emissários penetravam nos campos com auxílio de documentos falsos ou por túneis subterrâneos escavados por baixo das cercas. Entre as atividades da Palmach nos campos de detenção figuravam: organização da vida social dos internados, determinação das prioridades para imigração, estabelecimento de contatos com cipriotas e com o mundo exterior, planejamento de fugas, e, principalmente, organização de uma instrução pré e paramilitar, compreendendo vigilância e controle dos campos, ordem unida, esportes, primeiros socorros e sinalização, tudo isso permitido pelos ingleses. Já a instrução de manejo de armas teve de ser improvisada (embora algumas poucas houvessem sido sub-repticiamente introduzidas nos campos): carpinteiros – dentre os próprios internados – preparavam rifles de madeira (imitação perfeita dos em uso nas forças armadas britânicas), e pedras eram utilizadas para treino de lançamento de granadas.

Os judeus que ainda se encontravam na Europa aceitaram essas novas medidas repressivas sem se perturbar em demasia – afinal de contas Chipre ficava relativamente próxima da Palestina. O objetivo britânico – desestimular a imigração ilegal – seria inteiramente frustrado. E os "ilegais" continuariam a chegar em número tão elevado que os ingleses se veriam obrigados a abrir novos campos de detenção na ilha. Alguns (não muitos, é claro) sairiam de Chipre para a Palestina "legalmente", pois os ingleses libertariam 1.500 por mês, total correspondente à quota mensal de certificados de imigração disponíveis para imigrantes judeus na Palestina[38].

A 10 de setembro inaugurou-se em Londres uma conferência (mais uma!) sobre a Palestina; destinava-se ela a tratar em primeiro lugar (e nisso o governo britânico fincou pé) do Plano Morrison. Participaram dessa

[38] Os últimos "imigrantes ilegais" detidos em Chipre chegariam a Haifa (quando já não era mais porto da Palestina e sim de Israel) em 11 de fevereiro de 1949, a bordo de um navio que recebeu o nome de *Atzmaut* (Independência).

conferência apenas representantes dos países árabes, do Secretariado da Liga Árabe e do governo britânico. A Agência Judaica, convidada em agosto pelo secretário das Colônias, George Hall, condicionara seu comparecimento ao direito de escolher livremente seus próprios representantes, inclusive "quaisquer que estejam detidos ou sujeitos à detenção"[39], o que não foi aceito pelo governo britânico, que reservava para si o direito de determinar a constituição da delegação judaica. Também o Arab Higher Executive recusou-se a ir a Londres, igualmente por divergências com as autoridades inglesas quanto à constituição da delegação árabe da Palestina. Daí realizar-se a conferência sem a presença de judeus e árabes palestinenses, justamente as partes mais interessadas na questão. Acrescentando-se a isso a abstenção dos Estados Unidos, cuja cooperação a essa altura já era considerada indispensável, fácil será deduzir-se não apresentar a conferência a menor probabilidade de êxito.

Os representantes dos países árabes recusaram-se, logo de início, a aceitar o Plano Morrison como base para negociações, alegando que a autonomia provincial prepararia o "caminho para o estabelecimento de um Estado Judeu"; diziam-se eles dispostos a reconhecer os judeus palestinenses somente como uma comunidade religiosa, e exigiam a suspensão da imigração judaica por ser esta uma "arma eficiente do sionismo na construção de um Estado Judeu" e estar em desacordo com o White Paper de 1939.

Decorridas umas três semanas apresentaram os árabes sua contraproposta, que incluía, entre outros itens: transformação da Palestina num Estado árabe independente "o mais tardar até 31 de dezembro de 1948", proibição total da imigração judaica, controle governamental das escolas e estudo compulsório do árabe como língua oficial do país. (Observa Dov Joseph: "O plano árabe, se executado, significaria não só o fim do Lar Nacional Judeu conforme concebido na Declaração Balfour e no Mandato, mas também sujeitaria os judeus da Palestina à insegurança e opressão sofridas pelos judeus nos países árabes".).

Dois dias depois, inesperadamente, os ingleses suspenderam a conferência, pretextando necessitar de tempo para estudar as propostas.

[39] Dizia isso respeito, principalmente, a Shertok e Remez no primeiro caso, e a Ben-Gurion no segundo.

Visava com isso o governo britânico – como de hábito, aliás – ganhar tempo, deixando o assunto em suspenso até depois das eleições nos Estados Unidos e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Embora não tomando parte na conferência de Londres, não estava a Agência Judaica de relações inteiramente rompidas com a potência mandatária; um contato informal foi mantido, mesmo durante o transcurso da conferência. E a 10 de outubro realizava-se uma troca de pontos de vista entre Weizmann (e alguns outros líderes judeus) e os secretários do Exterior e das Colônias. Nesse encontro retomou Bevin uma ideia proposta por Crossman nos Comuns dois meses antes, admitindo a possibilidade de uma administração provisória *(trusteeship)* – de três, cinco ou dez anos de duração – levando ao autogoverno. A 4 de outubro surgia um novo sintoma de que o governo britânico procurava um entendimento, pelo menos parcial, com os judeus: numa reorganização do Gabinete então efetuada passou a ocupar a Secretaria das Colônias Arthur Creech Jones, conhecido por suas atitudes e opiniões passadas como simpático à causa sionista.

Mas na mesma data em que Creech Jones assumia a pasta das Colônias, sofria o Foreign Office o impacto de nova intervenção do presidente Truman, que para os ingleses (é Harry Sacher que nos informa) vinha-se revelando "desapontadoramente persistente". Falando em New York, como parte da campanha eleitoral para renovação do Congresso, relembrou o presidente americano os esforços vãos de sua Administração para persuadir a Grã-Bretanha a admitir 100.000 judeus na Palestina, e instou por uma imigração "substancial" nesse país, a ser iniciada imediatamente, pois "não podia aguardar uma solução do problema". O Foreign Office, que tivera conhecimento prévio do pronunciamento de Truman e tudo fizera para evitá-lo[40], qualificou-o de "profundamente infeliz" e "capaz de pôr em perigo a solução desse difícil problema". (E será preciso acrescentar que o State Department também esteve longe de se entusiasmar com as declarações de Truman?).

O desejo por um entendimento, manifestado pelo governo britânico nesse mês de outubro, seria de certo modo retribuído pelos dirigentes sionistas. Assim, no dia 29, o Inner Zionist Council, reunido em Londres,

[40] Bevin foi informado que se um pronunciamento público a favor do sionismo não fosse feito por Truman, então algo semelhante seria feito por Thomas E. Dewey, governador de New York e líder do Partido Republicano.

aprovou uma série de resoluções em que – embora recusando-se a considerar qualquer proposta restringindo o direito de todos os judeus ingressarem na Palestina ou a barganhar sobre a libertação dos seus líderes detidos já há quatro meses – condenava frontalmente os grupos terroristas e apelava à comunidade judaica da Palestina para que "lhes negasse qualquer encorajamento, apoio ou auxílio". Foi isso considerado pelo governo inglês como uma "garantia do propósito da Agência Judaica e das instituições representativas judaicas da Palestina de se dissociarem da campanha de violência". E não ficou apenas nisso, pois não tardariam novos gestos conciliadores ingleses.

Uma semana depois, a 5 de novembro, anunciou Creech Jones haver o governo concordado em libertar os líderes e outros judeus presos em junho (mas ao mesmo tempo seriam postos em liberdade vários extremistas árabes, permitindo-se a diversos outros – nessa ocasião anistiados – retornar à Palestina). A 20 divulgou-se que os proprietários de estabelecimentos e demais judeus despejados para acomodar as repartições governamentais atingidas pela explosão do Hotel King David[41] receberiam indenizações. E na mesma ocasião foi tornado público que o recrutamento para a Jewish Settlement Police (Polícia Rural Judaica), suspenso desde junho, seria restabelecido. Tais atos, diz o historiador inglês Kirk, "frouxos como eram, lograram no entanto aliviar a tensão".

A 9 de dezembro, em Basileia, após um intervalo de sete anos, inaugurou-se o 22° Congresso Sionista. Compareceram 385 delegados, oriundos de 61 países; a delegação mais numerosa era a dos Estados Unidos, onde se concentrava então – em consequência do extermínio quase geral do judaísmo europeu – a maior comunidade judaica do mundo. Em decorrência da predominância numérica americana, o partido com maior número de delegados (123) era o sionista-geral (burguês, conservador), ficando o Mapai (trabalhista), predominante nos congressos anteriores, em 2° lugar (com 101 delegados)[42]. Assistiram à cerimônia inaugural cerca de

[41] O bloco de edifícios requisitados pela Administração palestinense, que os ingleses chamavam Jerusalém Fortress (Fortaleza de Jerusalém), foi apelidado pelos judeus de Bevingrad.

[42] Em terceiro estava o Mizrachi (religioso), com 58 delegados, e em quarto os revisionistas com 41. delegados.

dois mil visitantes, inclusive membros do Corpo Diplomático (ingleses, todavia, conspicuamente ausentes).

Para a presidência do Congresso foi eleito Weizmann, com o voto de 51% dos delegados. Recomendou ele, em discurso inaugural, a aceitação de um plano de partilha (aliás já acordado meses antes pelo Executivo da Agência Judaica, segundo a fórmula "Peel mais Neguev"); nisso foi ele secundado por Ben-Gurion. Manifestaram-se, porém, violentamente contrários dois membros da delegação americana: o Dr. Emanuel Neumann (vice-presidente da Organização Sionista Americana) e o rabino Dr. Abba Hillel Silver. Este, além de se opor a qualquer redução do "solo sagrado", expressou o receio de que o plano de partilha do Executivo enfraqueceria suas possibilidades de negociação. Mas outro delegado americano, o Dr. Nahum Goldmann, afirmou que o movimento sionista deveria estar pronto a fazer "concessões trágicas a fim de sair do presente impasse político", e assim libertar-se do domínio estrangeiro e abrir as portas a uma imigração em grande escala.

No encerramento do debate político Weizmann voltou a falar, verberando então, com toda ênfase de que ainda era capaz, os terroristas e seus simpatizantes; advertiu ser imprescindível deter o crescimento desse "câncer no organismo político do judaísmo palestinense, pois do contrário devorará o movimento e o Yishuv, e destruirá tudo que construímos".

Posta em votação a participação do Executivo na Conferência de Londres (quando a mesma fosse reaberta) – participação essa defendida pelos elementos moderados, liderados por Weizmann, Shertok e o rabino americano Stephen S. Wise – foi a mesma rejeitada, "nas atuais circunstâncias", por escassa maioria: 171 a 154. A oposição, vitoriosa, foi nessa ocasião liderada pelo rabino Silver e por Ben-Gurion. Este, embora divergindo do radicalismo de Silver, aliou-se a ele no intuito de alijar Weizmann (que Ben-Gurion considerava ultrapassado, e quiçá politicamente nocivo, devido ao seu filobritanismo) da direção do movimento sionista. Esse intuito foi alcançado: Weizmann, considerando sua derrota como um voto de desconfiança, recusou candidatar-se à reeleição para a presidência da Agência Judaica[43]. Comentário de Harry

[43] Contudo, em deferência a Weizmann e ao muito que realizara em prol do sionismo, foi o cargo de presidente da Agência Judaica deixado vago. (Diz Kirk, um pouco maldosamente, que não havia no movimento sionista ninguém com estatura suficiente para substituí-lo.).

Sacher: "Mr. Bevin havia conseguido afastar da Agência Judaica o mais fiel amigo da associação e cooperação com a Grã-Bretanha."

Para os últimos dias de 1946 voltemos à Palestina, onde dois rapazes do Irgun, de sobrenome Katz e Kimche, ambos com 17 anos – presos segundo Kirk por assalto a mão armada, segundo Beigin por porte de armas – foram sentenciados, além de a 15 anos de prisão, a 18 chibatadas. O Irgun, decidido a represálias (Beigin: "Durante setenta gerações, em setenta países, sofremos as chibatadas dos nossos opressores... Iria agora um opressor nos chicotear em nosso próprio país?"), afixou em logradouros públicos avisos (redigidos em inglês e hebraico) ameaçando, caso fosse executada a sentença no concernente às chibatadas, açoitar também militares britânicos (praças excetuados)[44]. A oficialidade britânica, ao que parece, não deu muito crédito a essas ameaças, e assim, numa sexta-feira à noite, a 27 de dezembro, o jovem Kimche foi retirado de sua cela na Prisão Central de Jerusalém, sendo-lhe em seguida aplicadas as chibatadas. Não foi preciso esperar muito pela resposta do Irgun: já no domingo 29 foram capturados – em Nathanya, Tel Aviv e Rishon-le-Zion – um major e três sargentos britânicos; cada um deles recebeu exatamente 18 chibatadas.

O outro rapaz condenado à mesma pena não chegou a ser açoitado – essa parte da sentença, embora confirmada pelo general Barker, foi anulada por Sir Henry Gurney, secretário do governo palestinense, então substituindo o alto-comissário (que se encontrava em Londres, para consultas). Comentário de Beigin: "Katz não foi chicoteado. As autoridades, que acreditavam que o chicote nos daria uma lição, receberam elas próprias uma lição salutar... Nunca mais foi o chicote britânico usado em Eretz Israel". A 21 de janeiro de 1947 divulgou-se uma emenda aos Regulamentos de Defesa reduzindo de 18 para 16 anos a idade máxima para jovens sujeitos a chibateamento (o que levou Churchill a exclamar nos Comuns: "Esse é o caminho da derrota abjeta!").

Não há dúvida, e já tivemos exemplos disso, que a luta dos terroristas contra os que eles consideravam ocupantes estrangeiros apresentara até então momentos de humor, com aspectos até de comicidade, mas o que viria a seguir estaria inconfundivelmente sob o signo da tragédia.

[44] Num desses cartazes de advertência do Irgun um soldado britânico escreveu com letras bem grandes: "Por favor, não se esqueçam do meu sargento".

Será preciso retroceder um pouco, para tomar conhecimento dos antecedentes. Primavera de 1946: um grupo de irgunistas, disfarçados alguns como árabes presos e outros como escolta britânica, penetrou, sem empecilhos, numa fortaleza policial em Ramat Gan; era seu objetivo abastecer-se de armas e munições. Os policiais que se encontravam no interior da fortaleza foram facilmente dominados e metidos no xadrez. Mas aí surgiu um imprevisto: não foi encontrada a chave do depósito de armas, tornando-se necessário dinamitar a porta. Isso, como não poderia deixar de ser, chamou a atenção dos guardas ingleses que se encontravam do lado de fora. Sob intensa troca de tiros foi ainda possível transportar até um caminhão (o mesmo em que os terroristas tinham vindo) metralhadoras (pesadas e leves), carabinas e caixas de munição. Nem todos, entretanto, escaparam: quatro rapazes do Irgun ficaram estendidos no terreno – três mortos e um gravemente ferido. Chamava-se Dov Gruner. (Também um policial inglês morrera.).

Em janeiro de 1947 compareceu Dov Gruner perante uma corte militar. Em declaração que Beigin qualificou de "causticante, mas racional e digna", recusou-se Gruner a reconhecer à corte o direito de julgá-lo. Disse ele, textualmente: "Quando em qualquer país um regime se torna um regime de opressão, ele deixa de ser legal. É direito de seus cidadãos – ainda mais, é seu dever – lutar contra ele e derrubá-lo. É isso que a juventude judaica está fazendo e continuará a fazer, até que os senhores se retirem deste país e o restituam ao seu legítimo dono – o povo de Israel. Pois fiquem sabendo; não há no mundo força capaz de quebrar o elo entre o povo de Israel e seu único país. Aquele que o tentar – sua mão será cortada e a maldição de Deus recairá sobre ele para todo o sempre". Ao ouvir a sentença, condenando-o "a ser pendurado pelo pescoço até morrer", Gruner replicou cantando a Hatikva.

Conhecida a sentença, enviou o Irgun às autoridades britânicas a seguinte advertência (a nosso ver um tanto bombástica e ambígua): "Execução de prisioneiro de guerra é assassinato premeditado. Advertimos o sangrento regime britânico contra o cometimento desse crime". Entretanto, contrariando um impulso inicial de seus dirigentes, não tomou o Irgun represálias imediatas – primeiro, porque a sentença estava ainda sujeita a confirmação pelo comandante em chefe das forças britânicas, e segundo, porque havia esperança de uma comutação da pena (não só em

virtude de diversos precedentes[45] como também porque durante a guerra Gruner servira com distinção como soldado britânico). Não foi, porém, preciso esperar muito: a 24 de janeiro o general Barker confirmava (sem, contudo, dar logo à publicidade) a sentença de morte, ficando a execução marcada para o dia 29, terça-feira.

No domingo o Irgun deu início à sua caça a reféns raptando em Jerusalém um major Collins (do Serviço Secreto Britânico); buscas intensivas empreendidas pelas autoridades britânicas não lograram localizá-lo. No dia seguinte, véspera da data marcada para a execução de Gruner, agentes do Irgun irromperam num julgamento que se realizava na corte distrital daquela mesma cidade, levando preso o juiz Windham (membro de tradicional família inglesa) que na ocasião o presidia. O alto-comissário convocou representantes da Agência Judaica e apresentou-lhes um ultimato: caso os dois cidadãos britânicos raptados não fossem libertados, incólumes, dentro de 48 horas, a área de Tel Aviv seria posta sob as ordens de um comandante militar (isto é, ficaria sob lei marcial). Quase concomitantemente divulgou-se a notícia de que o advogado de Gruner preparava um apelo ao Conselho Privado[46], no que se baseou o comandante em chefe britânico para adiar *sine die* a execução. Diante disso, e talvez também devido à enérgica atitude da Agência Judaica – a Sra. Golda Meyerson (depois Meir), então na chefia do seu Departamento Político, ameaçara mobilizar a Haganah para descobrir o paradeiro dos dois ingleses – o Irgun, a 29 de janeiro, pôs em liberdade os dois reféns. (Informa Beigin que o juiz Windham se comportou como *gentleman,* recusando-se a revelar o local onde estivera detido, embora o tivesse reconhecido, pois seus captores, na pressa, se esqueceram de lhe vendar os olhos...).

Continuava a tensão, porém. A 31 de janeiro foi ordenada a evacuação de todas as mulheres e crianças britânicas, bem como de alguns outros civis, "a fim de que o governo e as forças armadas não fossem estorvadas em sua tarefa". Quanto aos funcionários e demais cidadãos britânicos cuja permanência na Palestina era considerada indispensável, revelou-se a 4 de fevereiro que os mesmos ficariam concentrados, nas três grandes cidades, em determinadas "zonas de segurança", cercadas de arame

---

[45] Em 1946 os britânicos haviam imposto na Palestina 19 penas de morte, todas posteriormente comutadas para prisão perpétua.

[46] Gruner se recusaria a assinar tal apelo.

farpado e bem guardadas, e das quais para que fosse possível acomodar o funcionalismo britânico, haviam sido expulsos de seus lares 2.300 judeus e 80 árabes. Dessas "zonas de segurança" – que Beigin, ironicamente, qualificou de "guetos" – os ingleses só podiam sair em comboios de veículos escoltados por soldados armados de metralhadoras.

Na véspera (3 de fevereiro) foi a Agência Judaica intimada a "declarar, imediata e categoricamente, se a Agência e o Vaad Leumi estão preparados para, dentro de sete dias, prestar seu auxílio ao governo, cooperando com a polícia e as forças armadas na localização e entrega à justiça de membros de grupos terroristas". Uma semana depois veio a resposta, negativa; dizia em parte: "Não se pode pedir à comunidade que se coloque à disposição do governo para combater as más consequências de uma política pela qual o próprio governo é responsável e que o Yishuv considera uma ameaça à sua existência".

A esse tempo já havia sido reaberta (em sua segunda fase, que seria aliás tão inconclusiva quanto a primeira) a Conferência de Londres, com a presença de representantes árabes (já agora acrescidos de árabes palestinenses) e do governo britânico. Achavam-se igualmente em andamento, há alguns dias, negociações informais entre dirigentes da Agência Judaica (vários membros de seu Executivo encontravam-se então em Londres), chefiados por Ben-Gurion e Shertok, e representantes do governo britânico, sob a chefia de Bevin e Creech Jones.

As discussões anglo-judaicas foram, no dizer de Sacher, "francas e livres, mas frequentemente confusas e repisadas". No decorrer das mesmas, contudo, fez Bevin uma espécie de ameaça: caso não se chegasse a um acordo, ele submeteria o problema palestinense às Nações Unidas. Os representantes sionistas (ao que parece pouco entusiasmados com a perspectiva de ver o caso entregue à ONU) chegaram então a admitir – como alternativa à transformação da Palestina num Estado Judeu, ou à manutenção, do mandato nas condições vigentes antes de 1939 – que se lhes fosse oferecido um Estado Judeu viável numa área adequada da Palestina, estariam dispostos a discuti-lo. O porta-voz dos árabes palestinenses, porém, advertiu que eles combateriam qualquer espécie de partilha "com todos os meios ao seu alcance", desinteressando-se consequentemente o governo britânico (não obstante opinião em contrário de Creech Jones) dessa sugestão.

A 7 de fevereiro apresentou Bevin um novo plano, sua última oferta de concessões". Compreendia esse "Plano Bevin", em resumo, o seguinte: a) manutenção por cinco anos da administração britânica, preparando o país para a independência sob forma de um Estado binacional; b) transferência de certos poderes legislativos, administrativos e financeiros, inclusive uma parcela de responsabilidade pela polícia, às administrações locais das áreas árabes e judaicas, devendo o alto-comissário esforçar-se para formar um conselho consultivo de representantes dessas administrações locais, bem como de organizações trabalhistas e outros "interesses organizados"[47], c) extinção da Agência Judaica; d) imigração judaica à razão de 4.000 por mês durante os próximos dois anos, após o que passaria a ser determinada pelo alto-comissário, ouvido o conselho consultivo; e) transferência de terras para controle pelas administrações locais judaicas e árabes em suas respectivas áreas; f) ao fim de quatro anos uma assembleia constituinte, eleita, seria convidada (havendo acordos entre as maiorias árabe e judaica) a estabelecer um Estado independente – não sendo isso possível, recorrer-se-ia às Nações Unidas.

O Plano Bevin foi, de pronto, rejeitado por judeus e árabes. Shertok declarou que "a área concedida aos judeus era inadequada, pois os encurralava sem possibilidade de expansão", e reiterou o pedido de "estabelecimento duma área judaica adequada, com controle completo da imigração e eventual reconhecimento da independência judaica em pelo menos parte da Palestina". E os líderes das delegações árabes recusaram-se, mais uma vez, a aceitar propostas envolvendo qualquer forma de partilha ou imigração judaica. Desse modo, impasse completo.

A 18 de fevereiro o governo britânico pôs abruptamente fim à conferência com os árabes e às conversações informais com os sionistas. Nessa data anunciou Bevin ao Parlamento – "em desespero e cólera" (Dov Joseph), "zangado e frustrado" (Kimche)[48] – haver o governo de Sua Majestade resolvido entregar o problema palestinense às Nações Unidas. Manifestaram-se de acordo com essa decisão todos os partidos representados no Parlamento. Informou Bevin não ser intenção do governo

---

[47] Estabelecia o plano, portanto, o que poderíamos chamar de autonomia cantonal, não se cogitando de autonomia provincial e muito menos de partilha.

[48] Nessa mesma semana os ingleses – a braços com um rigorosíssimo inverno e uma crise interna de abastecimento – anunciariam sua retirada da Índia e da Grécia.

britânico recomendar qualquer solução às Nações Unidas (é muito possível que ele não desejasse mesmo que uma solução fosse encontrada), advertindo também contra uma excessiva pressa em se chegar a uma solução: "Após 2.000 anos de desacordo, uns doze meses mais não constituirão uma espera longa". O secretário das Colônias, Creech Jones, foi um pouco mais explícito: "Não vamos às Nações Unidas para entregar o Mandato. Vamos às Nações Unidas expondo os problemas e pedindo-lhes conselho sobre como o Mandato pode ser aplicado. Se o Mandato não pode ser aplicado em sua forma atual, então perguntamos-lhes como poderá ser emendado". Explica Sacher: o que o governo britânico visava "era um mandato novo, que poderia, caso necessário, ser revestido com a autoridade da opinião mundial"; e nesse mandato novo, possivelmente, não caberia mais a incômoda obrigação de estabelecer o Lar Nacional Judaico.

Enquanto eram aguardados os primeiros passos para a entrada em ação da ONU, continuava o Irgun em plena atividade. A 1° de março lançava essa organização, conforme palavras de seu chefe, "uma nova onda de ataques, de amplo raio de ação e poderosa e profunda penetração". Naquele dia, um sábado – e era a primeira vez que atos de terrorismo eram cometidos no sabá – à tarde, o Clube dos Oficiais em Jerusalém (protegido por arame farpado e ninhos de metralhadoras) foi destruído por explosivos. À noite, em Haifa, foi atacado um parque automobilístico da Marinha, sendo destroçadas várias viaturas. Ataques de menores proporções ocorreram em outras localidades, entre as quais Rehovoth, Pardess Hannah e Petah Tiqva. Resultado geral (segundo Kirk): 18 mortos e 25 feridos (28 segundo Beigin).

Em represália, as autoridades britânicas concretizaram a ameaça feita já há algum tempo: lei marcial. Foi esta imposta em duas áreas de densa população judaica: uma faixa de aproximadamente 4 milhas de largura e 7 de extensão, que se estendia de Tel Aviv para leste até Petah Tiqva, e um setor de Jerusalém (acreditavam os ingleses que nessas áreas se encontravam os centros de operações dos terroristas). Foram afetados com essa medida cerca de 240.000 judeus, o que representava então mais de um terço de toda a comunidade judaica da Palestina. O plano de aplicação da lei marcial – preparado, segundo se informou em Londres, pelo marechal Montgomery – compreendia: suspensão da administração civil e dos tribunais civis, fechamento dos bancos, suspensão dos serviços postais e telegráficos, restrições às comunicações telefônicas, controle militar do

movimento de pessoas e veículos (ônibus e outros veículos motorizados ficaram proibidos de trafegar, exceto com autorização especial)[49], criação de um tribunal militar especial, etc. A Agência Judaica emitiu um comunicado de protesto, em que dizia: "O governo está agora retaliando contra todo o Yishuv pelos crimes de alguns pistoleiros desesperados, e procura, com a imposição da lei marcial, castigar uma comunidade inteira".

Decretada pelo alto-comissário a 2 de março, vigorou a lei marcial até o dia 17, sem que houvesse sido alcançado pelos ingleses qualquer resultado positivo, e, diz Kirk, deixando entre os terroristas, após o seu término, "uma sensação de autêntico triunfo". Em comunicado oficial anunciou-se: 78 pessoas haviam sido presas por cumplicidade com terroristas; houve na comunidade judaica "casos" de disposição em auxiliar as autoridades; "não se desejara prolongar indefinidamente as perdas, o desemprego e a perturbação na situação econômica". (Os prejuízos diretos sofridos pela coletividade judaica em consequência da lei marcial foram calculados em cerca de duzentas mil libras esterlinas; o número de desempregados atingiu, somente em Tel Aviv, a 15.000; um milhão de caixas de frutas cítricas se estragaram nas áreas portuárias, e numa área de 15 km^2 não se efetuou a colheita.).

Enquanto isso prosseguia – pode-se dizer quase que no mesmo ritmo – a campanha terrorista. A 31 de março foram incendiados os depósitos de óleo da refinaria de Haifa, causando um prejuízo de 250.000 libras.

Até então, entretanto, não dera o governo britânico nenhum passo concreto para passar à consideração das Nações Unidas o problema palestinense. Isso porque era sua intenção (para ganhar tempo?) aguardar a reunião normal da Assembleia Geral, marcada para setembro. Se quisesse, poderia o governo inglês ter recorrido logo ao Conselho de Segurança, cujo funcionamento era contínuo e além disso tinha poderes para determinar a aplicação de medidas punitivas; o Gabinete Attlee, porém, não o fez, alegando ser o Conselho de Segurança "um instrumento imperfeito".

Não duraria muito, contudo, essa calma, não só devido ao agravamento da crise palestinense como também à oposição conservadora (na qual se destacava, com veementes intervenções nos Comuns, Winston Churchill). E assim, já a 2 de abril a delegação britânica às Nações Unidas

[49] A população reagiu esportivamente, andando a pé ou fazendo uso de carroças e bicicletas.

solicitava ao secretário-geral interino Dr. Victor Chi Tsai Hoo a convocação, "o mais breve possível", de uma sessão especial da Assembleia Geral, com a finalidade de instituir uma comissão especial para estudar a questão palestinense e relatar suas conclusões à sessão ordinária da Assembleia em setembro.

Na Palestina o agravamento da situação refletia-se por atos de violência, já agora de parte a parte – pois se, por um lado, a campanha terrorista prosseguia ininterruptamente, pelo lado britânico (e, note-se, são palavras de Kirk) "houve um aumento no número de assaltos por soldados e policiais contra judeus em Jerusalém".

Na manhã de 16 de abril um impacto emocional. Após uma série de cínicos desmentidos e despistamentos[50], milhares de judeus palestinenses que se encontravam com seus rádios ligados foram surpreendidos por um lacônico comunicado oficial lido, com voz embargada, por uma locutora judia: "Esta manhã, na prisão de Acre, Dov Gruner, Dov Rosenbaum, Mordechai Alkoshi e Eliézer Kashani foram executados por enforcamento". Não se lhes permitiu, em seus últimos momentos, nem mesmo o conforto espiritual de um rabino.

[50] Um porta-voz do governo palestinense informara recentemente que as execuções dos condenados à morte estavam adiadas até decisão do Conselho Privado (ao qual a Municipalidade de Tel Aviv submetera um apelo, que aliás seria rejeitado após o fato consumado); o procurador-geral confirmara essa informação; um ajudante de ordens do alto-comissário declarou: "Creiam-me, não queremos enforcar esse pobre rapaz"; e, suprema hipocrisia, fora concedida uma autorização à irmã de Dov Gruner, Helen Friedman, recém-chegada dos Estados Unidos com esse objetivo, para visitar seu irmão na prisão.

CAPÍTULO 10

UNSCOP

Pode-se dizer o que se queira sobre a História... Uma coisa, porém, não pode ser dita: que ela faça sentido.

Dostoiévski

A 28 de abril de 1947 teve início a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada à Palestina; prolongar-se-ia a mesma até 15 de maio. Os delegados dos países árabes – Egito, Iraque, Síria, Líbano e Arábia Saudita – esforçaram-se (sem êxito, porém) por incluir na agenda um item adicional, assim redigido: "O término do mandato sobre a Palestina e a declaração de sua independência"; tal pretensão recebeu apoio somente das delegações da URSS e de outros países comunistas.

Perante o Comitê Político fizeram se ouvir representantes árabes e da Agência Judaica, entre estes Ben-Gurion e Shertok Todos reafirmaram pontos de vista sobejamente conhecidos e manifestados em ocasiões anteriores.

Decidiu a Assembleia Geral instituir uma Comissão Especial, conhecida como a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina, ou simplesmente pela sigla UNSCOP (do inglês: United Nations Special Committee on Palestine). Foi ela formada, de acordo com uma proposta australiana (aprovada por 13 votos a favor e 11 contra, com 31 abstenções), por representantes de 11 países, escolhidos segundo um critério regional e excluindo (contra os desejos soviéticos), por causa dos seus "interesses especiais", os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança; ficaram igualmente excluídos, por serem parte interessada na questão, os países árabes.

Os onze países representados na Comissão eram, por ordem alfabética: Austrália, Canadá, Guatemala, Holanda, Índia, Iugoslávia, Pérsia, Peru, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai. Temos, portanto: dois da Europa Ocidental, ambos francamente amistosos em relação à Inglaterra; dois da Europa Oriental; três da América Latina, dos quais um – o Peru – essencialmente conservador; dois asiáticos, sendo um – a Pérsia – muçulmano; e dois países-membros da Comunidade Britânica, no mesmo caso dos da Europa Ocidental. (Sete países – Canadá, Holanda, Pérsia, Peru, Suécia. Tchecoslováquia e Uruguai – já haviam sido previamente propostos pelos Estados Unidos; por proposta do Chile foram acrescidos aos mesmos Guatemala e Iugoslávia, e para completar a equipe o delegado americano, senador Warren Austin, sugeriu países representativos da Ásia e do Pacífico Sul, sendo então eleitos Índia e Austrália.). As instruções à Comissão – aprovadas contra os votos dos cinco países árabes acima citados, do Afeganistão e da Turquia – estipulavam que a mesma teria "os mais amplos poderes para investigar todas as questões pertinentes ao problema da Palestina" e para "realizar investigações na Palestina e onde quer que julgue útil", devendo apresentar ao secretário-geral, o mais tardar até 1° de setembro, um relatório contendo recomendações "para a solução do problema da Palestina".

A grande surpresa da Sessão Especial foi a atitude soviética. Quase ao encerramento dos debates proferiu Andrei Gromyko sensacional discurso atacando o falido sistema mandatário de administração da Palestina, apoiando "as aspirações dos judeus para estabelecer seu próprio Estado", e manifestando-se, caso não fosse possível estabelecer um Estado binacional, a favor duma partilha da Palestina entre sionistas e árabes[1]. Esse tão inesperado quanto valioso apoio foi recebido com grande satisfação pelos dirigentes sionistas, embora compreendessem eles que a atitude da URSS não era fruto de qualquer súbita simpatia ou admiração pelo sionismo ou pelos judeus em geral, e sim apenas um lance oportunista no jogo de xadrez da "guerra fria". (Comenta Barnet Litvinoff: "É, possível que a questão palestinense fosse o elo mais fraco da aliança anglo-americana e que a Rússia estivesse procurando romper as potências do Atlântico via

[1] Alguns meses depois, referindo-se a esse discurso de Gromyko, o Dr. Weizmann diria publicamente que, sem querer ofender o diplomata soviético, tal discurso poderia perfeitamente ter sido feito por um sionista...

Jerusalém".) Na imprensa árabe, como era de se esperar, as manifestações foram de consternação geral.

Já a atitude britânica não surpreendeu ninguém – o chefe da delegação inglesa, Sir Alexander Cadogan, declarou ter seu governo ponto de vista firmado no sentido de que a Grã-Bretanha "não deveria ter a responsabilidade exclusiva de fazer cumprir uma solução que não fosse aceita pelos dois lados e que não possamos conciliar com a nossa consciência".

À semelhança do que fizemos em relação à Comissão Anglo-Americana, julgamos de interesse apresentar também, um por um, os onze membros efetivos da UNSCOP (que, no dizer apropriado de um deles, era "o primeiro organismo verdadeiramente internacional a investigar o problema palestinense"). Ei-los, por ordem alfabética dos respectivos países:

Austrália – John D. L. Hood, conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, ex-redator do *Times* de Londres e representante de seu país na Comissão de Investigação das Nações Unidas acerca de Incidentes na Fronteira Grega;

Canadá – Ivan Rand, juiz do Supremo Tribunal;

Guatemala – Jorge García-Granados, ex-presidente do Congresso Guatemalteco e embaixador nos Estados Unidos ("franco simpatizante do sionismo", segundo Kirk);

Holanda – Nicolas Blom, antigo alto funcionário da Administração Colonial Holandesa;

Índia – Sir Abdur Rahman, juiz em Lahore (muçulmano fervoroso);

Iugoslávia – Vladimir Simic, presidente do Senado;[2]

Pérsia – Nasrollah Entezam, ex-ministro do Exterior (muçulmano devoto);

Peru – Arturo García Salazar, embaixador no Vaticano (católico fervoroso);

[2] Simic, entretanto, só passaria a integrar a UNSCOP após a chegada desta à Palestina; até então foi a Iugoslávia representada por seu suplente, Josef Brilej, advogado e jornalista, ex-guerrilheiro, diretor do Departamento Político do Ministério do Exterior.

Suécia – Emil Sandström, juiz, antigo membro da Corte Internacional de Haia;

Tchecoslováquia – Karel Lisicky, diplomata, com longa experiência em Paris, Varsóvia, Lausanne e Londres;

Uruguai – Enrique Rodriguez Fabregat, professor, ex-ministro da Educação.

Enquanto na ONU se realizava a Sessão Especial, continuava a Palestina em ebulição. A 4 de maio elementos do Irgun envergando uniformes britânicos realizaram um bem-sucedido ataque à principal prisão da Palestina – a prisão de Acre – libertando mais de 250 presos, entre os quais 41 judeus (estes presos políticos, ao passo que os 214 prisioneiros árabes eram predominantemente criminosos comuns)[3]. Na ocasião foram capturados pelos ingleses cinco terroristas. (Sobre o seguimento disso, adiante.).

A primeira reunião plenária da UNSCOP efetuou-se em New York, a 2 de julho. Foi a mesma aberta pelo secretário-geral da ONU, Trygve Lie. que sublinhou a importância e a dificuldade da tarefa a ser enfrentada, advertindo tratar-se de um problema "carregado de tanta emoção e paixão, rodeado de tantos clamores por humanidade e justiça".

Por pressão da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, exercida através do Dr. Victor Chi Tsai Hoo[4], foi eleito presidente da Comissão o juiz sueco Emil Sandström, elemento da máxima confiança das duas grandes potências de língua inglesa (que haviam mesmo chegado a cogitar dele para o cargo de governador de Trieste); não poderia ele, informa García-Granados, ficar "inteiramente indiferente ao ponto de vista britânico". Uma outra candidatura – a de García-Granados – fôra proposta (aliás em primeiro lugar nessa reunião) por um delegado uruguaio, mas obteve apenas 3 votos

[3] O episódio do ataque à prisão de Acre foi bastante bem aproveitado, e com considerável verossimilhança, no filme (a nosso ver, quanto ao resto, medíocre) de Otto Preminger *Exodus.*

[4] O Dr. Hoo, ex-ministro chinês na Suíça, chefiava cerca de 50 funcionários (datilógrafos, tradutores, assessores diversos) integrando a UNSCOP na qualidade de secretariado; o secretário deste era o Dr. Alfonso Garcia Robles, eminente advogado mexicano e chefe da seção política do Conselho de Segurança. O assistente do Dr. Hoo era o americano Dr. Ralph Bunche.

(Uruguai, Iugoslávia e Guatemala); o conchavo a favor de Sandström já estava feito.

A partida dos Estados Unidos foi a 10 de junho, via aérea. Havendo surgido divergências quanto ao itinerário a ser seguido (Entezam, por exemplo, achava que uma parada em Londres, por mais breve que fosse, teria inevitavelmente implicações políticas), resolveu-se que cada membro da Comissão viajaria até a Palestina em caráter individual, escolhendo a rota e as escalas que mais lhe agradassem. (Acabaram, porém, quase todos, inclusive o próprio Entezam, fazendo escala em Londres, onde aliás não receberam a mínima atenção ou cortesia do governo britânico.) Igualmente devido a desacordo, decidiu-se adiar, até depois da chegada à Palestina, a discussão sobre uma visita aos campos de "pessoas deslocadas".

Logo à chegada da UNSCOP na Palestina promoveu o Comitê Superior Árabe uma greve de 15 horas como protesto contra o inquérito, que aquele organismo, por ordem do mufti (então no Cairo) resolvera boicotar. As Nações Unidas foram disso oficialmente informadas por meio de um telegrama, datado de 13 de junho, que Jamal el-Husseini, vice-presidente do Comitê Superior Árabe, enviara a Trygve Lie:

> Comitê Superior Árabe deseja transmitir às Nações Unidas que após estudar exaustivamente as deliberações e circunstâncias sob as quais foi constituída a comissão de investigação para a Palestina e as discussões que levaram às instruções resolveu que árabes palestinenses deveriam abster-se de colaboração e desistir de comparecer perante dita comissão pelas seguintes razões principais – primeiro recusa Nações Unidas adotar procedimento natural inserindo término mandato e declaração independência na agenda sessão especial Nações Unidas e nas instruções segundo fracasso separar refugiados judeus do problema palestinense terceiro substituindo interesses habitantes Palestina por inserção interesses religiosos universais[5] embora estes não estejam sujeitos a controvérsia – além disso direito naturais árabes palestinenses são evidentes por si mesmos e não podem continuar sujeitos a investigação mas merecem ser reconhecidos com base nos princípios da Carta das Nações Unidas.

[5] As instruções incluíam um item com o seguinte teor: "A Comissão dará a mais cuidadosa atenção aos interesses religiosos do islamismo, judaísmo e cristianismo".

A primeira reunião da UNSCOP na Palestina teve lugar no imponente edifício da YMCA em Jerusalém, numa segunda-feira, 16 de junho, às 4 horas da tarde. A pedido do governo da Palestina, formulado, segundo se alegou, por motivos de "segurança pública", foi essa uma reunião secreta, não obstante os enérgicos protestos de García-Granados, secundado por Sir Abdur Rahman e Brilej. Nessa reunião foram ouvidos dois representantes do governo palestinense: Sir Henry Gurney, secretário do governo da Palestina, cuja hostilidade ao sionismo era notória[6], e Donald C. MacGillivray, um dos principais assistentes de Sir Henry Gurney e que fora designado elemento de ligação entre o governo e a UNSCOP. Nada do que disseram seria, entretanto, digno do sigilo feito, a não ser que fosse intenção do governo palestinense poupar aos seus porta-vozes o vexame de serem obrigados a confessar, de público, o completo fracasso da administração britânica.

Sandström, presidindo, abriu os trabalhos declarando que a finalidade da reunião era obter mais informações relativas ao material impresso fornecido à Comissão sob o título *Uma Vista Geral da Palestina* (*A Survey of Palestine* no original – constava de 3 volumes, num total de quase 1.400 páginas, preparados em fins de 1945 e princípio de 1946 para uso da Comissão Anglo-Americana de Inquérito, e mais um Suplemento constante de notas compiladas para informação da UNSCOP), e solicitou a Sir Henry Gurney que fizesse, de início, um esboço da Administração da Palestina[7]. Isso feito, passou-se à inquirição. Grande parte da mesma girou em torno de estatísticas, das quais MacGillivray viera profusamente munido. Muitos dos números apresentados eram, porém, assaz significativos, constituindo por si só tremendo e irretorquível libelo contra a Administração.

[6] Era Sir Henry Gurney quem realmente controlava a administração na Palestina. Dov Joseph descreve-o como "homem inteiramente de Bevin, muito esperto e meticuloso, reacionário até os ossos". Morreria na Malaia, assassinado por terroristas.

[7] O governo palestinense também submeteu à Comissão um memorando de 14 páginas intitulado *Memorando sobre a Administração da Palestina sob o Mandato;* nele, procurava o governo palestinense eximir-se de qualquer responsabilidade pelo seu fracasso administrativo, lançando a culpa sobre o mandato, no qual apontava, entre outros, os seguintes "defeitos": a criação da Agência Judaica, a concessão a cada comunidade do direito de manter suas próprias escolas, e o reconhecimento do hebraico e do árabe como línguas oficiais (o que chega até a ser engraçado, considerando-se que a terceira língua oficial, e única desejável segundo o memorando – isto é, o inglês – só era ali falada em virtude da presença de ingleses, presença essa devida exclusivamente ao mandato...).

A certa altura Sandström indagou: "Até que ponto são encontrados judeus nos serviços governamentais?". Resposta de Sir Henry Gurney: "O governo emprega, ao todo, 45.000 funcionários. Desses, 67,5% são árabes, 20,7% são ingleses, e 2,1% são classificados como 'outros'".

Com relação à despesa no ano anterior (1946) informou Sir Henry Gurney, respondendo a Garcia-Granados, que haviam sido gastos (em libras esterlinas): para saúde 923.000, para educação 1.416.000 e para polícia 6.052.000! Observe-se, contudo, que nas despesas de polícia não se incluíam despesas militares, pois estas, conforme explicou Sir Henry Gurney, ficavam a cargo do governo britânico. (Sir Henry acabaria revelando, já quase ao fim da reunião, que as despesas militares no mesmo ano atingiram a cifra de 23.500.000 libras esterlinas.).

Fabregat indagou sobre o índice de mortalidade infantil nas comunidades árabe e judaica; respondeu MacGillivray que, no ano de 1946, por 1.000 nascimentos vivos os óbitos de criancinhas foram: muçulmanos 90,7; cristãos 56,4; judeus 31,5. (Em ocasião posterior David Horowitz informaria que o maior índice de mortalidade infantil era encontrado em duas localidades exclusivamente árabes, Belém e Ramallah, com respectivamente 176,4 por mil e 171,5 por mil; já o menor índice de mortalidade infantil, entre os árabes, era encontrado em localidades onde havia também denso povoamento judaico, por exemplo Jaffa e Haifa.) Interpelado por Sir Abdur Rahman, Sir Henry Gurney reconheceu haver uma grave deficiência de escolas para a população árabe da Palestina.

A explosiva questão da imigração "ilegal" foi levantada por García-Granados. Disse o representante guatemalteco: "O Reino Unido tem um mandato da Liga das Nações. São imigrantes ilegais aqueles que entram em transgressão ao mandato?". Resposta (glacial) de Sir Henry Gurney: "O mandato não é uma lei. O mandato é um documento". Pouco adiante Sandström perguntou o que o secretário do governo entendia por imigrante ilegal. Explicação de Sir Henry Gurney: "São pessoas que tentam entrar na Palestina contrariando as leis da Palestina, e as leis da Palestina são feitas sob o Order-in-Council que instituiu o governo para administrar a Palestina em execução ao mandato"[8]. Mas García-Granados voltou à carga: "Eu entendia que o mandato, em vez de proibir a imigração, tentou encorajá-la".

[8] Trata-se do Palestine Order-in-Council de 1922.

Aí Sandström interrompeu bruscamente, dizendo a García-Granados: "O senhor já teve a resposta. É uma imigração que se realiza contrária às leis da Palestina".

Hood fez uma pergunta sobre emigração da Palestina. Sir Henry Gurney: "Não há emigração significativa da Palestina. Não tem havido já há muitos anos". A respeito de moradias – assuntos pelo qual se interessou o juiz Rand – MacGillivray informou que diversos árabes haviam contratado arquitetos judeus para o planejamento de suas residências; e Sir Henry Gurney, em resposta a uma pergunta de Sandström, declarou que "no momento a grande maioria das indústrias são judaicas".

Às 19 horas, alegando o adiantado da hora (estariam talvez com pressa de jantar?), Sandström deu por encerrada a reunião.

Não sabemos se foi ou não simples coincidência – Kirk afirma que foi, mas García-Granados suspeita que não: no mesmo dia 16 de junho em que a UNSCOP inaugurava oficialmente seus trabalhos na Palestina, um tribunal militar britânico sentenciava à morte por enforcamento três dos cinco membros do Irgun presos por ocasião do ataque à prisão de Acre. Logo que foi proferida a sentença, os três jovens condenados, em posição de sentido, deram início ao canto da Hatikva, no que foram acompanhados, com emoção, pelo público, enquanto o juiz e o promotor britânicos acintosamente se retiravam. Comentou um porta-voz da Agência Judaica ser "muito lamentável" que o Comissão iniciasse sua tarefa "à sombra da forca".

Logo no dia seguinte, a intercessão da UNSCOP a favor dos condenados foi solicitada, pelos parentes dos mesmos, através da seguinte carta:

> Jerusalém, 17 de junho de 1947
>
> Juiz Emil Sandström
>
> Presidente, Comissão Especial
>
> Nós, abaixo assinados, somos os pais e parentes dos três jovens ontem condenados e sentenciados à pena de morte pela Corte Militar de Jerusalém em conexão com delitos de acordo com os Regulamentos de Defesa (de Emergência). Nossos filhos foram considerados culpados de participação no ataque à Prisão Central de Acre que teve lugar a 4 de maio de 1947, e do qual resultou escaparem alguns presos judeus e árabes.
>
> Infelizmente nossos filhos recusaram assistência jurídica para o julgamento, e embora tenhamos constituído advogado para representá-los, eles dispensaram seus serviços, declarando que não reconheciam a autoridade da corte militar e dos Regulamentos de Defesa sob os quais foram julgados.
>
> Pelos depoimentos ficou bem claro que os atacantes não infligiram baixas às forças de segurança ou a qualquer outro indivíduo, e nem um único policial ou soldado foi morto ou ferido. Ademais, pelas provas da acusação não ficou claro que participação tiveram, se tanto, no ataque. Eles foram presos fora da cidade de Acre, depois do ataque à prisão.
>
> Todos três são muito jovens. Abshalom Habib, que tem apenas 20 anos, é estudante universitário. Meir Nakar, 21 anos, é operário e serviu 3 anos no exército britânico, tendo sido desmobilizado em agosto de 1946. Jacob Weiss, de 23 anos, trabalhava numa fábrica e só recentemente chegara à Palestina, tendo perdido seus pais, e outros membros de sua família, exterminados pelos nazistas. Ele tem uma irmã que vive na Tchecoslováquia.
>
> Acreditamos sinceramente que neste caso seria injusto executar a sentença de morte, e achamos que a mesma deveria ser comutada em prisão. Naturalmente compreendemos que nossos filhos foram considerados culpados de graves delitos, mas eles devem ter sido influenciados, no que quer que tenham feito, por propaganda política, provavelmente mal orientada, como resultado da trágica situação de seu povo. Eles são muito moços e agiram obviamente como idealistas, acreditando estarem assim ajudando seu povo. Tendo cometido um crime contra as leis do país, compreendemos que devem ser punidos, mas não mortos.
>
> Por isso humildemente imploramos a vós, e à Comissão, para que façais uso dos vossos bons ofícios junto ao governo e autoridades militares deste país a fim de evitar a execução dos nossos jovens filhos, conseguindo uma comutação da pena que lhes foi imposta.
>
> Cremos que levareis em consideração o fato de que todo esse fenômeno de jovens de boa educação e de famílias dignas e respeitadoras da lei tomarem parte em tais proezas é o resultado de uma tragédia maior em que se situa nosso povo. É essa tragédia e

suas consequências que levam alguns desses jovens a se entregarem a essa desgraçada atividade. O saber que fostes agora incumbidos da histórica missão de contribuir para a solução dessa tragédia dá-nos a justificativa para recorrer a vós com nossa humilde solicitação.

Eliezer e Rivka Habib

Masouda e Kadouri Nakar

Henriette Reisner (tia de Jacob Weiss)

Também a 17 de junho realizou-se (igualmente à tarde e no mesmo local da véspera) nova reunião da Comissão, a primeira reunião pública na Palestina. Destinava-se a mesma a ouvir representantes da Agência Judaica prestando informações sobre a Palestina. Os dois representantes da Agência Judaica – Moshe Shertok (chefe do Departamento Político da Agência Judaica) e David Horowitz (perito em assuntos econômicos e elemento de ligação entre a Agência Judaica e a UNSCOP) – foram convidados por Sandström a tomar assento à mesa e submeter suas observações relativas ao *Survey of Palestine* e outras publicações fornecidas à Comissão pelo governo da Palestina.

Shertok, nos momentos iniciais de sua longa exposição de quase duas horas, acentuou que nunca a Palestina fora tão pequena quanto o era então. E, mesmo assim, estavam os judeus proibidos (por uma lei que um parlamentar trabalhista – o futuro Lord Jowitt – qualificou nos Comuns como uma "lei selvagem", repetindo por três vezes, cada vez com maior ênfase, a palavra "selvagem") de adquirir terras em 63% da área do país; em 32% da área exigia-se permissão especial do governo para qualquer transação entre judeus e não judeus[9], e somente em 5% da Palestina tinham os judeus liberdade para comprar terras. E esses 5% significativamente, eram constituídos por zonas densamente povoadas onde quase 50% das terras já eram de propriedade judaica. (Diria em depoimento posterior Eliezer Kaplan: "O governo da Palestina restringiu ou proibiu transferências de terras precisamente naquelas partes do país em que ocorreu menor desenvolvimento – as zonas atrasadas hão de permanecer atrasadas".).

[9] Em outra sessão Shertok afirmaria: "Quando ficava ao arbítrio do alto-comissário permitir em certas áreas a venda de terras de árabes a judeus, em 99% dos casos, ou talvez 99,9%, tal permissão era negada".

Mais adiante informou Shertok que dos 640.000 judeus vivendo na Palestina (numa população total estimada em cerca de 1.900.000), 230.000 já eram ali nascidos, acrescentando que os judeus então na Palestina não se consideravam uma população estacionária mas sim uma vanguarda preparando o terreno para a absorção de outros mais. Salientou ainda que os judeus palestinenses não tiravam o ganha-pão de ninguém, pois eles criavam o seu próprio.

Passou-se à inquirição, e o Dr. Blom indagou sobre cooperação entre a Administração da Palestina e a Agência Judaica. Respondeu Shertok que até 1939 – ano do White Paper – o contato era frequente, mas que no momento as relações eram "extremamente tensas".

Brilej pediu exemplos de colaboração árabe judaica. Shertok citou três: no Conselho Municipal de Haifa, na citricultura, e em alguns casos de greve.

Fabregat interessou-se pelo sistema educacional, tendo Shertok afirmado que enquanto nas escolas judaicas a língua de instrução era o hebraico mas também se ensinava o inglês e o árabe, nas escolas governamentais (exclusivamente árabes) o instrumento de ensino era o árabe ensinando-se também o inglês, mas não o hebraico.

O problema imigratório foi dessa vez posto em destaque por Sir Abdur Rahman, que em certo momento perguntou a Shertok (quer-nos parecer que ironicamente): "Gostaria o senhor que as leis de imigração desaparecessem de todos os outros países do mundo?". Resposta: "Não tenho opinião quanto à imigração em outros países".

García-Granados mostrou-se interessado em saber que parte dos impostos recolhidos pela Administração da Palestina era paga pelo povo judeu e quanto desses impostos era novamente investido em benefício dos judeus. Horowitz forneceu a resposta: "Aproximadamente dois terços da receita do governo palestinense é oriunda de fontes judaicas. Estimar os benefícios é mais difícil porque muitos serviços se destinam ao país em

conjunto e não quero por minha conta calcular a despesa. Sem dúvida o grosso da despesa é em benefício da população árabe”[10].

Os dias seguintes foram dedicados a visitas, para conhecimento do país e seus problemas, e também a discussões sobre a carta dos parentes dos condenados à morte. Foram visitados, entre 18 e 21 de junho, os seguintes lugares: Jerusalém (Lugares Santos muçulmanos, cristãos e judaicos, e escritórios do Supremo Conselho Muçulmano); Haifa (Monte Carmelo, a refinaria e várias fábricas, sendo que numa fábrica de cigarros de propriedade árabe – na qual não foi admitida a entrada de judeus que acompanhavam a Comissão – García-Granados e Fabregat ficaram estarrecidos ao encontrarem trabalhando ali, em precaríssimas condições de higiene, crianças menores de 14 anos); o mar Morto e um kibbutz próximo; as ruínas e escavações arqueológicas de Jericó (onde, é curioso assinalar, seriam encontrados, menos de dez anos depois, restos das mais antigas fortificações conhecidas em todo o mundo, datando de 7.000 a.C.); Hebron, Beersheba; e Gaza.

Se as visitas transcorreram em calma e praticamente sem anormalidades – se excetuarmos a proibição aplicada aos judeus acompanhantes da Comissão (jornalistas, motoristas, etc.) de ingressarem em localidades e instituições árabes (proibição essa, aliás, com a qual as autoridades britânicas se mostravam inteiramente coniventes) – já a carta recebida por Sandström provocou acaloradas discussões que se prolongaram por dois dias. Sir Abdur, Rand e Hood manifestaram-se energicamente no sentido de não ter a Comissão o direito de intervir no caso, mas finalmente ficou decidido responder à carta, o que foi feito a 22 de junho da seguinte forma:

> Em nome da Comissão Especial para a Palestina quero acusar o recebimento de vossa carta de 17 de junho de 1947, a mim endereçada e relativa aos três jovens condenados e sentenciados à morte em 16 de junho pela Corte Militar de Jerusalém.
>
> Por motivos relacionados com as circunstâncias do caso e com as condições pessoais dos condenados, pedis à Comissão que use seus bons ofícios junto ao Governo e autoridades militares a fim de evitar a execução dos jovens, conseguindo uma comutação da pena que lhes foi imposta.
>
> Vossa carta foi submetida à Comissão, que a considerou com plena compreensão de vossa aflição.
>
> Estou autorizado pela Comissão a vos dizer que está fora do âmbito das instruções e função da Comissão interferir na administração judiciária da Palestina; todavia, considerada nas circunstâncias a tarefa da Comissão, a questão está sendo levada à consideração das autoridades competentes.
>
> Emil Sandström,
>
> Presidente
>
> Comissão Especial para a Palestina.

[10] Ben-Gurion, em seu depoimento, colocou a questão nos seguintes termos: “Os judeus pagam 70% dos impostos enquanto que os árabes recebem aproximadamente 70% dos benefícios”.

Igualmente objeto de agitada discussão foi o texto da Resolução atinente à mesma questão. Sandström sugerira “alguns membros da Comissão expressaram preocupação, etc”, mas o iugoslavo Simic, recém-chegado, era de opinião que em vez de “alguns membros” se deveria dizer “a maioria”. Posto em votação, foi aprovado por 6 votos (Suécia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Peru, Uruguai e Guatemala) contra 3 (Índia, Canadá e Holanda) e 2 abstenções (Austrália e Pérsia) o seguinte texto:

> Em vista do fato de ter a maioria dos membros da Comissão expressado preocupação quanto a possíveis repercussões desfavoráveis que a execução das três sentenças de morte pronunciadas pela Corte Militar de Jerusalém em 16 de junho, dia em que a Comissão realizou sua primeira reunião em Jerusalém, possa ter sobre o cumprimento da tarefa que a Assembleia Geral confiou à Comissão, e considerando a opinião de tais membros quanto ao âmbito da resolução sobre a questão da Palestina a 15 de maio de 1947 pela Assembleia Geral, a Comissão resolve que o presidente comunique ao secretário-geral uma cópia dessa resolução e da carta recebida dos parentes das pessoas condenadas para transmissão à Potência Mandatária.
>
> 12ª reunião,
>
> 22 de junho de 1947.

Não se fez esperar a resposta do governo da Palestina. Veio pronta a seca, sem ao menos aguardar a comunicação que deveria vir de Trygve Lie. Logo no dia seguinte ao da Resolução da UNSCOP foi enviada à Comissão a carta abaixo:

> Recebi instruções para informar-vos que através da imprensa se soube que vossa Comissão publicou uma resolução expressando a preocupação da maioria dos seus membros quanto às possíveis repercussões desfavoráveis que a execução das três sentenças de morte pronunciadas pela Corte Militar em Jerusalém a 16 de junho possa ter sobre o cumprimento da tarefa que a Assembleia Geral das Nações Unidas confiou à Comissão.
>
> Sem dúvida está a Comissão ciente de que as sentenças acima referidas não foram confirmadas, e sem tal confirmação não têm força ou efeito legal. A questão está por isso *sub judice*, e nessas circunstâncias é necessário evitar comentários públicos.
>
> Note-se que a resolução se refere a 16 de junho como o dia em que a Comissão realizou sua primeira reunião em Jerusalém. Presumivelmente não se sugere que a Corte proferiu sentença nesse dia diferentemente do curso ordinário do processo judicial. Não haveria, é claro, qualquer veracidade em tal sugestão.
>
> H. L. G. Gurney,
>
> Secretário-Chefe.

(Comentário de García-Granados: "Quanto a esperar que o general MacMillan confirme as sentenças, era na Palestina uma questão de triste lembrança que frequentemente o anúncio de confirmação de sentença e o anúncio da execução vinham simultaneamente".).

A 24 de junho foram reencetadas as visitas, sempre partindo pela manhã da Kadimah House (onde a Comissão estava hospedada) em Jerusalém, numa procissão de 26 carros. Estenderam-se essas visitas até 3 de julho, incluindo: Ramle; Jaffa; Tel Aviv (o Museu de Arte[11], fábricas, escolas e uma exposição industrial de produtos palestinenses)[12]; colônias agrícolas judaicas do norte do Neguev; a Universidade Hebraica e o Hospital Hadassah em Jerusalém; Nablus, Tulkarm; áreas rurais próximas a Haifa; a Galileia; Rehovoth (Estação de Pesquisa Agrícola e laboratório particular do Dr. Weizmann no Instituto Daniel Sieff); e Ben Shemen (uma cidade de crianças, centro de aprendizado agrícola).

[11] O Museu de Arte de Tel Aviv, ocupando um prédio de dois andares, fora fundado em 1932 por Meir Dizengoff, prefeito da cidade, que para isso cedeu sua própria casa.

Ao tempo dessas visitas realizou-se, extraprograma e sigilosamente, uma entrevista entre Sandström, acompanhado por Victor Hoo e Ralph Bunche, e Menachem Beigin e dois outros dirigentes do Irgun. Durou a entrevista três horas e meia e teve lugar na residência de um intelectual palestinense. No decurso da mesma declarou Beigin que "se os britânicos executarem homens do Irgun, o Irgun executará britânicos – também por enforcamento". Narra Beigin que, à despedida, o Dr. Hoo disse "*Au revoir,* numa Palestina independente", e o Dr. Bunche, apertando a mão do comandante do Irgun, afirmou com emoção: "Eu o compreendo. Também faço parte de uma minoria perseguida". Por motivos óbvios essa sensacional entrevista (que enfureceu as autoridades britânicas), noticiada em edição extra por um jornal palestinense, foi enfaticamente desmentida, e Sandström negá-la-ia até aos próprios colegas da Comissão.

Dias depois, nova entrevista secreta de membros da UNSCOP com chefes terroristas. Em outra residência, Beigin e dois companheiros encontraram-se com García-Granados e Fabregat (indiscutivelmente os dois membros de espírito mais liberal da Comissão). Foi um encontro cordial – conforme relatado em seus respectivos livros por Beigin e García-Granados – durante o qual Beigin pediu apoio à reivindicação do Irgun por uma Palestina judaica em ambos os lados do Jordão. García-Granados e Fabregat, porém, recusaram-se a tanto, fazendo ver a Beigin que até mesmo os líderes da Agência Judaica já se haviam conformado com a ideia de uma partilha. Se nisso o chefe do Irgun teve uma decepção, por outro lado ele deve ter vibrado de entusiasmo quando Fabregat lhe disse: "Fui convidado a

[12] Em Tel Aviv foi oferecida pelo prefeito Israel Rokach uma recepção à UNSCOP. Ao terminar, quando a Comissão reapareceu nas escadarias do edifício da Prefeitura – a descrição é de García-Granados – "a imensa multidão de repente irrompeu na Hatikva. Estavam em posição de sentido, cantando, milhares de homens, mulheres e crianças; e nós, de pé nos degraus, tiramos nossos chapéus e descobrimos nossas cabeças ao sol, ouvindo, cada um imerso em seus próprios pensamentos..."

uma recepção pelo general MacMillan, mas respondi que não iria – por causa das sentenças de morte".

A 4 de julho, às 9:30h da manhã e no local costumeiro (edifício da YMCA), foram reiniciadas as audiências. De acordo com a agenda estabelecida pela Comissão seriam ouvidos, publicamente, representantes da Agência Judaica.

O primeiro a fazer uso da palavra foi Ben-Gurion, presidente do Executivo da Agência Judaica. Iniciou ele sua longa exposição (tão longa que ele próprio solicitou, e obteve, um intervalo) – feita com sua habitual linguagem incisiva, franca, por vezes sarcástica – dizendo: "Senhor presidente, senhores membros da Comissão – em primeiro lugar desejo congratular-me com a Comissão a respeito do método adotado na maneira de conduzir o inquérito, de ver por si próprio antes de ouvir os depoimentos verbais. Embora o tempo limitado vos possa ter impedido de ver mais, acredito que o contato direto com as realidades da Palestina vos ajudará mais que qualquer outra coisa a compreender pelo menos uma parte do programa que tendes a estudar". E pouco adiante: "Temos tido uma experiência bastante longa e decepcionante com numerosas comissões de inquérito enviadas à Palestina pelo governo mandatário para investigar coisas perfeitamente sabidas de todos e fazer recomendações que ficaram no papel. Ainda estamos desconcertados com o que aconteceu no ano passado à Comissão Anglo-Americana de Inquérito, previamente anunciada pelo atual governo em Londres como uma tremenda realização, e cujas unânimes recomendações foram mais tarde desdenhosamente engavetadas pelo mesmo governo".

Fez Ben-Gurion um retrospecto – entremeado de numerosas citações de documentos – da história do povo judeu, especialmente no que tange à Palestina, e da atitude inglesa para com o mesmo. Eis algumas das referências por ele feitas:

> – sobre o mandato –
>
> A Carta das Nações Unidas procura manter "justiça respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes de Direito Internacional". Será excessiva presunção de nossa parte esperar que as Nações Unidas cuidem que as obrigações para com o povo judeu também sejam respeitadas e fielmente executadas no espírito e na letra?

> –sobre as restrições a que estavam sujeitos os judeus na Palestina –
>
> Hitler foi destruído e as leis de Nüremberg[13] estão abolidas em toda a Europa. A Palestina é agora o único lugar do mundo civilizado onde a discriminação ainda existe em lei[14]. Em nossa longa história sofremos muitas perseguições cruéis, mas sermos trancafiados num gueto em nosso próprio país, sermos privados do nosso próprio solo ancestral, que aí está abandonado e ermo, tão cruel tormento nem mesmo nós havíamos até agora experimentado;
>
> – sobre o pós-guerra –
>
> ...em breve se tornou claro que a paz não viera para os judeus, e que Hitler, no que concerne aos judeus, não havia sido derrotado. Ele pode ter perecido às mãos dos exércitos aliados, mas suas venenosas doutrinas antijudaicas ainda estão de pé. Os povos da Europa foram libertados – mas os judeus europeus não. Refugiados de todas as nações puderam regressar a seus países, onde encontraram, para cuidar deles, um governo de seu próprio povo. Mas o lar dos refugiados judeus foi fechado, e poderosas forças de terra, mar e ar foram mobilizadas para guardar as portas. Mas nem mesmo o poderio da marinha britânica foi suficiente, e então toda a pressão da Grã-Bretanha – econômica, política e diplomática – foi exercida "vigorosa, extensa e variadamente", na Europa e nas Américas, para manter os judeus nos lugares em que se encontravam;
>
> – sobre o regime vigente na Palestina –
>
> ...tem sido já há anos um regime de censura de imprensa, toques de recolher, buscas policiais e militares, patrulhas e verificações de identidade, acompanhado de fuzilamento dos que desrespeitavam o toque de recolher e das pessoas que deixavam de dar a senha... Paralelamente às medidas oficiais, tem havido repetidos assaltos não oficiais, perpetrados por policiais e militares contra a população civil nas prisões, nos campos de detenção e nas ruas;

[13] As chamadas "Leis de Nüremberg" (15 de setembro de 1935) privavam os judeus alemães dos direitos de cidadania e proibiam terminantemente casamentos mistos com judeus.

[14] A esse tempo ainda não vigorava na África do Sul o regime racista do *apartheid;* o Partido Nacional, que o instituiu, só subiria ao poder, por pequena margem de votos, em maio de 1948. Suas tendências, porém, já eram conhecidas – durante a guerra (e mesmo antes) os "nacionalistas" sul-africanos não escondiam sua simpatia pelo nazismo. Em 1936 o Dr. Verwoerd, então professor universitário e futuro primeiro-ministro, chefiou uma manifestação de protesto contra a chegada de um navio trazendo refugiados judeus da Alemanha.

– sobre os trabalhadores judeus na Palestina –

> Numa comunidade judaica de aproximadamente... 600.000 habitantes há mais de 170.000 trabalhadores organizados, homens e mulheres: significa isso mais de um trabalhador organizado para cada quatro pessoas, incluindo os velhos e os bebês. Constitui motivo de orgulho para o movimento trabalhista da Palestina ter elevado a dignidade do trabalho num país onde o trabalho é desprezado.

A seguir falou o rabino J. L. Fishman, um dos fundadores do partido sionista religioso Mizrachi e representante da ala religiosa do movimento sionista no Executivo da Agência Judaica, dissertando sobre os laços espirituais entre o povo judeu e a Terra de Israel. Disse ele: "Em nossa opinião é dever de todos os judeus vir à, e viver na, Palestina; qualquer regulamento restringindo o cumprimento desse mandamento é não só destituído de autoridade legal mas positivamente pecaminoso... Fazer guerra à imigração judaica é fazer guerra não só contra o povo judeu mas também contra o que acreditamos ser um preceito de nosso credo".

Depois foi a vez de David Horowitz que, com auxílio de gráficos e diagramas, fez uma exposição sobre aspectos econômicos da Palestina. Salientou ele dois aspectos: 1º) a capacidade econômica da Palestina era adequada para resolver o problema da imigração judaica em larga escala; 2º) o processo de absorção de imigrantes judeus e transplantação do povo judeu para a Palestina teve e continuará a ter um efeito favorável sobre as condições econômicas dos árabes desse país.

Eram já duas da tarde quando Sandström suspendeu a sessão até as 9 horas de domingo (6 de julho).

Reabertos os trabalhos, continuaram a ser ouvidos representantes da Agência Judaica. Foi então concedida a palavra a Fritz Bernstein, a quem coube tratar de certos aspectos econômicos, especialmente no que dizia respeito ao desenvolvimento urbano e industrial. Quanto a este último, disse que no início "ninguém o julgava possível, ou mesmo desejável, considerando-o os próprios judeus um ramo subsidiário sem maior importância. Essa opinião generalizada foi aceita – e da maneira a mais grata – pelo governo mandatário, que de um modo geral não estava interessado na imigração de indústrias em territórios coloniais, nem num aumento rápido da população judaica da Palestina. A preservação da Palestina num estado de sonolência patriarcal, o que significa a preservação

de sua estrutura econômica como um país de agricultura primitiva, parecia ser então a ideia básica dos elementos dominantes na Administração da Palestina".

Criticou Bernstein a tarifa aduaneira da Palestina e a ausência de proteção tarifária para os produtos industriais locais, observando que "alguns artigos essenciais não produzidos na Palestina pagam direitos elevados – como o açúcar, 43%". Revelou que entre os homens de negócio judeus existia "uma crescente suspeita de que o governo da Palestina está deliberadamente tentando sufocar nossa jovem indústria". Lamentou que devido à política financeira do governo inglês no Oriente Médio "os ganhos judeus em dólares eram transferidos para países árabes que boicotam a produção judaica". Afirmando que o preço elevado do petróleo e derivados era, em grande parte, responsável pelo alto custo da força e luz, bem como dos transportes, lembrou que a Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações antes da guerra criticara as concessões às companhias petrolíferas como excessivamente favoráveis às concessionárias e por demais desfavoráveis à Palestina[15]. E concluiu sua exposição dizendo: "Estamos diante de uma estranha situação, em que aquilo que nos foi exigido em etapas anteriores, ou seja, demonstrar as possibilidades econômicas da colonização da Palestina, é já agora amplamente usado contra nós justamente porque o demonstramos... Não compreendemos os motivos daqueles que querem pôr termo ao nosso desenvolvimento. Se há, de fato, interesses em choque, e eu duvido que os haja, devemos nos lembrar que interesses em choque existem em qualquer parte do mundo, e o bom senso pode decidir apenas que soluções são mais promissoras à paz e ao desenvolvimento. Quanto à questão moral, não devemos esquecer que, quaisquer que possam ser as reivindicações de outras partes interessadas, o povo judeu, em seu esforço para construir seu futuro nacional na Palestina, está lutando pela vida na acepção mais primitiva da palavra. Todos os demais interessados estão, se tanto, lutando por poder. Confiamos que a questão moral será decisiva no julgamento das Nações Unidas".

---

[15] Lembrou ainda Bernstein ter o governo britânico "um grande interesse nos negócios de petróleo do Oriente Médio e grande influência mesmo sobre companhias nas quais não tem participação de propriedade, mas a posição do governo britânico não tem sido usada para proteger a Palestina contra a extorsão monopolística".

Após breve intervalo (não ultrapassou dez minutos) foi dada a palavra a Eliézer Kaplan, tesoureiro da Agência Judaica, que tratou também de aspectos econômicos, mas particularmente com referência à agricultura. Declarou ele que a imigração judaica dera um grande impulso ao progresso econômico geral do país, trazendo benefícios a todos os seus habitantes, e que a Palestina era capaz de absorver ainda milhões de pessoas. Afirmou textualmente, "com a consciência tranquila: a verdade é que este pequeno país contém terra e água suficiente para alimentar não só sua população atual mas até duas ou três vezes esse número. Digo-o fundamentado em nossa experiência colonizadora através de três gerações e com base na pesquisa científica que realizamos durante os últimos 35 anos".

Citando os trabalhos feitos pelos judeus para abastecimento de água em zonas áridas e para recuperação de solos, lembrou Kaplan que dos 250.000 acres de terra adquiridos pelos judeus nos últimos 25 anos mais da metade era considerada incultivável e insalubre. Afirmou com convicção: "Acreditamos firmemente que o White Paper de 1939, com suas proibições e restrições sobre terras, foi não só um golpe para os judeus como também continua a ser um sério empecilho ao desenvolvimento adequado do país em seu todo". E adiante, após referir-se ao estímulo proporcionado aos agricultores árabes pela presença judaica: "É fato assaz saliente que na Transjordânia, sob idêntica autoridade mandatária mas com imigração judaica excluída pela partilha de 1922, o lavrador árabe não mostra qualquer progresso correspondente, não obstante a viabilidade de amplos recursos em terras". Acusou Kaplan a legislação econômica britânica para a Palestina de ser, na grande maioria dos casos, de natureza apenas restritiva.

Quanto ao importantíssimo problema da água, declarou o tesoureiro da Agência Judaica que nos últimos 25 anos, graças aos esforços sionistas, a área irrigada da Palestina havia mais que decuplicado, sendo, porém, ainda possível considerável ampliação. Disse: "Estamos apenas no início. A descoberta de água é, a nosso ver, a maior descoberta jamais feita na Palestina. Gostaria de dizer que nos últimos 15 meses alcançamos vários novos e impressionantes êxitos na descoberta de água em diferentes partes do país". E a propósito disso mencionou os trabalhos que vinham sendo realizados pelo Instituto de Pesquisas Agrícolas de Rehovoth, que prepara planos detalhados para cultivação de acordo com as condições climáticas existentes nas diversas regiões do país.

Informou ainda Kaplan que a Agência Judaica e outras instituições judaicas haviam aplicado na Palestina, no período 1917-outubro 1946, um total de 57.000.000 de libras, assim distribuídas (em números redondos):

	Libras
Para aquisição de terras e colonização agrícola	21.000.000
Para educação e atividades culturais	10.000.000
Para imigração	5.000.000
Para organização nacional e instituições religiosas e culturais	5.000.000
Para investimentos urbanos, comerciais e industriais	5.000.000
Para saúde e serviços sociais	5.000.000
Para obras públicas e habitações	3.000.000
Para administração e despesas diversas	3.000.000

Observou Kaplan que essas somas consideráveis[16] não foram aplicadas exclusivamente em benefício de judeus, mas que, pelo contrário, os judeus vinham também contribuindo, em vasta escala, para a comunidade árabe da Palestina. E concluiu pedindo vênia para repetir as palavras que proferira perante a Comissão Anglo-Americana: "Restituam-nos a confiança na humanidade e no senso de responsabilidade internacional. Precisamos dessa confiança para nos fortalecer no inigualado esforço de reviver uma terra boa mas extremamente descurada e o remanescente de um velho povo. Terra e povo estão ligados um ao outro".

Comentando a exposição de Kaplan (a última do dia 6), afirmou David Horowitz: "A visão implícita por trás dos números secos de seu depoimento econômico, e a elevada, mas nem por isso menos segura e prática, ideia do seu planejamento, causaram poderoso impacto em seu ouvintes".

[16] A isso tudo deve-se ainda acrescentar um capital de aproximadamente 125.000.000 de libras trazidas por judeus individualmente ou por companhias particulares judaicas. Salientou contudo Kaplan que se antes da guerra 28% dos imigrantes judeus eram classificados na categoria de "capitalistas", já agora 99% dos imigrantes judeus chegavam à Palestina sem vintém.

Era meio-dia em ponto quando Sandström suspendeu a audiência até a manhã seguinte.

Segunda-feira, 7 de julho; 9 horas – Abrindo a sessão informou Sandström que a agenda dos trabalhos do dia constava de dois itens: depoimento público de representantes da Agência Judaica e depoimento público de representantes do Vaad Leumi. A primeira dessas instituições estava representada por Ben-Gurion e Shertok. Diante da informação deste último de que – ao contrário dos seus colegas até então ouvidos – não faria uma exposição, Sandström deu por encerrados os depoimentos e anunciou o início da inquirição por parte dos membros da Comissão. Caberia assim a Ben-Gurion e Shertok responder sobre questões políticas.

Sandström indagou se o conflito entre os judeus e a potência mandatária – posto tão em evidência, segundo ele, pelos porta-vozes da Agência Judaica – não seria uma simples decorrência de um conflito básico árabe-judaico. Resposta negativa de Ben-Gurion: "Não temos, de nossa parte, conflito com os árabes. Não exigimos a remoção de nenhum árabe. Por isso, no que nos concerne, não temos conflito algum com os árabes. Eles negam nosso direito de estar em nosso lar. Se quiserem chamar a isso de conflito, então há um conflito, mas não é conflito de nossa parte. Não queremos nada do que eles possuem. O Mandatário daqui, ao serem estes países libertados, comprometeu-se a facilitar o nosso retorno. Esse é que é o conflito. Assim, eu não diria que existe um conflito entre nós e os árabes. Se conflito existe, é um conflito unilateral. Os árabes tentam negar nosso direito aqui ao nosso país. Nós não negamos o direito deles a este país".

Instado a explicar o que entendia por um Estado Judeu, disse Ben-Gurion: "Nosso desejo é ter mais judeus na Palestina e não mais privilégios para os judeus. Um Estado Judeu significa um Estado baseado na democracia e na igualdade absoluta de todos os seus cidadãos". Manifestou-se Ben-Gurion favorável à entrega da administração da Palestina provisoriamente (até o estabelecimento de um Estado Judeu), às Nações Unidas; justificou tal medida com as seguintes palavras: "Não creio possa ser deixada a administração atual, porque não se pode ter uma administração encarregada de algo que ardorosamente detesta".

Sir Abdur Rahman (secundado por Sandström) perguntou, com certa ironia, se o que se queria era que as Nações Unidas impusessem no país, pela força, um Estado Judeu. Ben-Gurion, com veemência, lembrou que a

força já vinha sendo empregada na Palestina para impedir a entrada de imigrantes judeus, e retrucou com outra pergunta: "São os senhores favoráveis ao uso da força, das Nações Unidas ou de um Mandatário, para impedir que os judeus retornem ao seu país, como acontece atualmente?" Sandström, calmamente: "Bem, essa pergunta não responderemos". Mas Sir Abdur impacientou-se; exaltado, acusou Ben-Gurion de estar indo além do que lhe foi perguntado, e defendeu a atitude britânica em relação aos imigrantes judeus alegando que a força vinha sendo usada contra os que desrespeitavam a lei. Ben-Gurion, porém, insistiu: "O fato é que a força está sendo usada contra pessoas exercendo seus direitos. Retornar é nosso direito. Para impedi-lo está sendo usada a força. Se as Nações Unidas decidirem, com justiça e equidade, que os judeus têm o direito de voltar ao seu país, então será obrigação das Nações Unidas, caso necessário, fazer respeitar tal decisão. Não sei quanta força será necessária, mas o mesmo problema existe em qualquer parte do mundo. O problema principal não é se a força deve ou não ser empregada, e sim se algo está certo ou errado".

Adiante, dialogando com Sandström a respeito da significação dos termos do Mandato, declarou Ben-Gurion: "Podem deixar-nos sós com os árabes na Palestina. Não queremos que a Inglaterra imponha o que quer que seja. Queremos apenas que ela não imponha uma cessação de imigração. Nada pedimos à Inglaterra para impor; pedimos-lhe para não impor uma cessação da imigração judaica, o que ela está fazendo contrariando o Mandato. O Mandato foi para facilitar a imigração. A Inglaterra impõe forças armadas contra a imigração. Pedimos-lhe que retire as forças armadas e que não imponha a não imigração".

Fabregat quis saber o número de judeus detidos em Chipre, e em especial o número de crianças. Respondeu Ben-Gurion (auxiliado por Shertok quanto às crianças) que era de aproximadamente 17.000, entre os quais cerca de 2.000 crianças. E acrescentou que o número de judeus ainda internados em campos de pessoas deslocadas na Europa era estimado em 220.000, sendo que as condições de vida ali vinham-se deteriorando visivelmente, havendo mesmo ocorrido casos de judeus assassinados por alemães, inclusive policiais.

Mais tarde (após interrupção de dez minutos para ligeiro descanso) Lisicky mostrou-se interessado em conhecer as possibilidades de uma

colaboração árabe-judaica. Declarou Ben-Gurion acreditar sinceramente em tais possibilidades. O diálogo entre ambos terminou assim:

Lisicky – Compreendo sua argumentação. Suas razões baseiam-se numa forte crença. Estamos num país de fé intensa.

Ben-Gurion – Se não tivéssemos essa fé não poderíamos sobreviver.

Hood inquiriu sobre como a Agência Judaica achava deveria ser a administração da Palestina no período (hipotético) de transição para a independência. Ben-Gurion, embora provocado com insistência, diplomaticamente não se definiu a respeito, dizendo que isso caberia às Nações Unidas resolver.

Indagou García-Granados se os judeus, uma vez alcançada a independência, estariam em condições de se defender. Resposta de Ben Gurion: "No que concerne a defesa, acredito que a decisão das Nações Unidas, por um lado, e a capacidade dos judeus de se defenderem, pelo outro, serão suficientes... Até mesmo a Potência Mandatária, quando queria, encontrava sempre gente suficiente entre judeus para se apresentarem como voluntários para defender o país".

Sandström: "Quais são as relações entre a Agência Judaica e a Haganah?" Ben-Gurion: "As relações entre a Agência Judaica e a Haganah são as relações entre a Agência Judaica e a população judaica da Palestina. O que chamam de Haganah são grupos judeus que têm estado organizados há pelo menos 40 anos. Eu mesmo, quando mais jovem, fui membro dela". (A outras perguntas sobre o mesmo assunto Ben-Gurion respondeu com evasivas.).

Tão intensamente era o que se passava acompanhado pelo público, que, a certa altura, por sugestão de Entezam (à qual Ben-Gurion se associou), Sandström pediu-lhe para "não dar vazão aos seus sentimentos".

Às 13:15h indagou Sandström de Sir Abdur Rahman (que já há algum tempo vinha fazendo perguntas girando em torno da Declaração Balfour) se ele pensava concluir suas perguntas até as 14 horas. Obtendo por resposta um seco "não", Sandström imediatamente suspendeu a sessão até a manhã do dia seguinte.

A sessão de terça, 8 de julho, foi destinada, em sua parte inicial, ao depoimento da mais venerável e prestigiosa figura viva do sionismo: o

setuagenário Dr. Chaim Weizmann. Eram 9 horas da manhã quando Sandström convidou Weizmann a subir ao estrado em que se encontrava a Comissão, o que o velho líder fez com ajuda de um assistente.

A exposição de Weizmann – imbuída, conforme suas próprias palavras, não de cólera e sim de mágoa – foi longa e lenta. A lentidão incomum devia-se à sua grave deficiência visual que lhe dificultava sobremaneira a leitura, não obstante haver sido o texto que trouxera especialmente preparado para seu uso. Observou García-Granados que "era comovente ver esse homem idoso curvando-se penosamente sobre seu manuscrito", por vezes perdendo-se e então recorrendo, "sagaz e encantadoramente", ao improviso.

De início disse Weizmann estar grato pela oportunidade de falar perante a Comissão a respeito dos ideais e princípios que formavam a base do movimento sionista e do trabalho que se vinha realizando no país que a Comissão viera estudar. Expressou sua "mais sincera gratidão" à Grã-Bretanha por tudo que fizera pela Palestina. "Não há a menor dúvida, qualquer que seja a situação atual, que se hoje vemos na Palestina uma grande e interessante e florescente comunidade, isso não teria sido possível sem antes a conquista da Palestina pelo exército britânico e a dominação britânica neste país. E isso é um sincero tributo de gratidão, não obstante tudo que possa ter acontecido desde então. Considero o que se passa agora – a deterioração das relações entre nós e a Grã-Bretanha, que, juntamente com muitos judeus, deploro – como algo apenas temporário, constituindo à luz da perspectiva histórica do passado um desagradável *intermezzo*".

Com a autoridade que lhe dava o fato de ter estado estreitamente associado às negociações que levaram à Declaração Balfour, disse Weizmann que queria deixar claro (pois devido à sua avançada idade talvez não tivesse outra oportunidade de fazê-lo) os motivos do governo britânico, uma vez que muitas tolices – e aí Weizmann pediu licença para o uso da palavra "tolice" por não haver uma expressão parlamentar mais adequada – vinham sendo ditas a respeito. Afirmou que a Declaração Balfour teve duas razões principais: a primeira "puramente idealista" – Balfour e Lloyd George (homens profundamente religiosos, conhecedores da Bíblia)[17]

[17] Isso evidentemente não impediria Lloyd George de tomar atitudes e demonstrar sentimentos menos nobres, como por exemplo nas negociações para o tratado de Versalhes.

desejavam principalmente manifestar ao povo judeu uma certa porção de reparações pela contribuição que os judeus deram nestes milhares de anos à "civilização"; a segunda, qualificada por Weizmann como "parcialmente utilitária" – visando sobretudo levar a comunidade judaica dos Estados Unidos a apoiar em massa e com entusiasmo o presidente Wilson e o esforço de guerra americano[18].

Explicou Weizmann que seus próprios esforços para conseguir um Estado Judeu eram motivados essencialmente pelo desejo de tentar "normalizar" a situação dos judeus, até então incompreendidos pelos não-judeus; a incompreensão levava à desconfiança, e desta ao ódio era apenas um passo. "Daí a tentativa e o ardente desejo de grande parte do povo judeu de construir uma vida normal própria. E onde poderíamos fazê-lo a não ser neste país?". Respondendo à pergunta "Por que a Palestina?" Weizmann, gracejando, atribuiu a responsabilidade "a Moisés, que agiu por inspiração divina. Ele poderia ter-nos levado aos Estados Unidos, e em vez do Jordão teríamos o Mississipi. A tarefa teria sido mais fácil". Mas logo voltou ao sério: "Somos um povo antigo com uma história antiga, e ninguém pode negar sua história e começar tudo de novo". Lembrou, a propósito, a tentativa de colonização judaica na Argentina, iniciada sob tão bons auspícios (inclusive solo favorável, apoio governamental e amplos recursos financeiros) mas que não foi adiante, e contrastou-a com a (iniciada quase ao mesmo tempo) dinâmica colonização judaica da Palestina. Afirmou que se as razões que determinaram a Declaração Balfour eram válidas trinta anos atrás, as mesmas razões eram "*a fortiori,* mil vezes mais válidas agora".

Repetiu Weizmann uma advertência que fizera à Comissão Anglo-Americana – a de que o fator tempo era essencial. Disse ele: "Tenho idade suficiente para lançar novamente essa advertência. Perdemos tanto sangue, não podemos permitir-nos perder ainda mais. Para nós é uma questão de sobrevivência, que não admite demora. A situação atual dos judeus no mundo é sombria. Na Palestina é um tanto diferente, e aqui há aspectos que nos infundem confiança. Não gostaria de aparecer-lhes como um profeta do

[18] Em menor grau visava-se também – já o vimos em outro capítulo – influir sobre a numerosa comunidade judaica da Rússia, então a maior do mundo, totalizando cerca de 6.000.000.

mal e de coisas tristes. Jamais acreditei que pudéssemos construir a Palestina com Jeremias".

Lembrando que tudo que fora erigido na Palestina constituindo o chamado Lar Nacional havia sido feito pelos judeus com suas próprias mãos, desmentindo assim a fama que tinham de parasitas, afirmou que a oportunidade proporcionada na Palestina aos judeus foi por eles, consideradas as circunstâncias, aproveitada ao máximo. Reconheceu que os judeus haviam criado dificuldades à Administração, mas isso era humano, da própria vida. "A Administração gostaria que fôssemos devagar. Admito que talvez seja mais fácil para a Administração quando se vai devagar. Mas éramos atiçados por todas as fúrias do mundo. Não podíamos dar-nos ao luxo de ser vagarosos. Cada diminuição no ritmo de nosso progresso significava tantos mortos e tanta destruição. Cada judeu que salvávamos desse inferno da Europa era para nós um ganho – um ganho duplo, triplo, décuplo. Por isso nossa concepção de rapidez e a concepção de rapidez da Administração são, necessariamente, diferentes". (Aludiu também Weizmann à sua bastante incômoda posição pessoal, que ele comparou a estar "entre o martelo e a bigorna": o governo britânico acusando-o de agir depressa demais, e os judeus criticando-o por agir com demasiada lentidão.) Reportando-se à posição especial concedida pelo Mandato à Agência Judaica, disse que não era um privilégio e sim um pesado fardo: "Tivemos todas as dificuldades de um governo e nenhuma das suas vantagens".

Com relação à disparidade existente entre as populações árabe e judaica da Palestina, disse que a mesma poderia ter sido evitada se "os árabes estivessem dispostos a cooperar com eles".

A respeito dos britânicos como administradores coloniais assim se expressou: "Eles saneiam o país, instituem um determinado nível de justiça, criam meios de comunicação, dão à população uma pequena parcela de educação. Tudo isso é realizado com calma. Eles não são estáticos demais, mas não apreciam esse dinamismo dos judeus, que estão sempre com pressa e sempre transtornam a rotina da Administração".

Acusou o White Paper ("não conheço um só documento que seja responsável por tantas dificuldades e tanto mal", diria mais adiante) de ter ocasionado duas "consequências fatais": a primeira, quanto às relações entre judeus e árabes, estimulando nestes últimos o recurso à violência (devido à situação de inferioridade em que eram colocados os judeus); a

segunda provocando o aparecimento, na vida judaica, de fenômenos contrários à ética e tradições judaicas, com o desrespeito ao mandamento "Não matarás". Disse Weizmann: "Dez anos atrás seria inconcebível que os judeus desrespeitassem esse mandamento. Infelizmente eles o desrespeitam hoje, e ninguém o deplora mais que a maioria dos judeus. Minha cabeça se baixa, de vergonha, quando tenho de falar nisso diante dos senhores. Espero que a ação internacional. em combinação com a Grã-Bretanha, extinga essa enfermidade de nosso meio".

Declarou Weizmann que o White Paper nascera do medo, fruto da funesta política de apaziguamento. Repetiu palavras que proferira em Basileia, no último Congresso Sionista: "Cada vez que um novo país se achava na iminência de cair sob o domínio da Gestapo solicitamos que os portões do Lar Nacional fossem abertos ao nosso povo, para salvar tantos quanto possível das câmaras de gás. Nossas súplicas caíram em ouvidos moucos: parecia que para certas pessoas o White Paper era mais sagrado que a própria vida. Às vezes diziam-nos que nossa exclusão da Palestina era necessária a fim de fazer justiça a uma nação contemplada com sete territórios independentes cobrindo um milhão de milhas quadradas; outras vezes éramos informados que a admissão dos nossos refugiados poderia pôr em perigo a segurança militar durante a guerra. Era mais fácil condenar os judeus da Europa a uma morte certa do que elaborar uma técnica para superar tais dificuldades. Quando as privações e o instinto de autopreservação colidiam com o White Paper, o resultado era *Struma, Patria* e Mauritius".

Depois de haver Weizmann relembrado as negociações realizadas, por ocasião de Declaração Balfour, entre sionistas e árabes (aludimos às mesmas em capítulo anterior) Sandström suspendeu a sessão por dez minutos[19], recomendando, porém, ao público, numerosíssimo, que não se retirasse a fim de não ter dificuldade em retornar ao salão.

Reaberta a sessão, continuou Weizmann com a palavra. Aos que sugeriam que os judeus, com sua inteligência e experiência, deixassem de lado a Palestina e se devotassem a ajudar a construir a Europa e em especial a Alemanha (sugestão essa dada inclusive por conhecidos estadistas

[19] Sandström havia perguntado a Weizmann se gostaria de descansar um pouco, tendo ele respondido que ficaria muito satisfeito se pudesse obter cinco minutos.

britânicos), respondeu: "Estamos cansados. Estamos cansados de construir a Alemanha e outros países para que eles nos destruam novamente. Tivemos essa experiência por bem algumas centenas de anos, e se os cavalheiros que nos dão esse tão benevolente conselho não sabem disso, basta que abram qualquer livro de história judaica. A vida neste mundo não seria digna de ser vivida se aceitássemos essa espécie de conselho". E à asserção de que o Mandato era impraticável, retrucou: "Eu sustento que o Mandato não era impraticável; ele foi tornado impraticável. Ele foi tornado impraticável porque numerosas pessoas encarregadas de executá-lo não tinham fé nessa política, tinham talvez pouca simpatia pela mesma, e por isso superexageraram as dificuldades que lhe eram inerentes... Uma das razões pelas quais o Mandato parecia impraticável era que a política, na execução do Mandato, nunca foi uma política firme; era sempre vacilante. Cada vez que os árabes faziam algum barulho ou um pequeno pogrome, a Potência Mandatária recuava, e os árabes aprenderam que a violência compensa".

Como solução atual para o problema palestinense Weizmann admitiu a partilha, não obstante representar a mesma um novo e grande sacrifício para o povo judeu: "Devo dizer que a partilha está na moda. E não só na pequena Palestina; também o está na grande Índia[20]. Só que lá ao menos há o que partilhar. Aqui temos de fazê-lo com um microscópio". Leu então uma carta que recebera dois dias antes; era do marechal Jan Christian Smuts (ex-primeiro-ministro da União Sul-Africana e um dos autores da Declaração Balfour) e nela esse estadista afirmava que no momento, infelizmente, não via outra solução a não ser a partilha, e lamentava os fracassos e oportunidades perdidas para a consecução de uma Palestina indivisa. Mas, acrescentou Weizmann, para se conseguir um clima que possibilitasse qualquer solução era indispensável, antes de tudo mais, anular o White Paper.

Suas palavras conclusivas foram: "Deus escolheu os pequenos países como veículo pelos quais envia ao mundo suas melhores mensagens, e talvez não seja demais pensar que uma vez cessada a discórdia, a paz e o trabalho construtivo se iniciando, e o velho caminhante retornando à sua

[20] Em agosto desse mesmo ano de 1947 inaugurar-se-ia, em território seccionado da Índia, o Domínio (a partir de 1953 República) do Paquistão.

velha herança – talvez, uma vez mais, virá deste país uma mensagem de paz para um mundo seriamente necessitado de uma tal mensagem".

Falou então Sandström: "Eu lhe agradeço, Dr. Weizmann. Permitir-nos-á agora o senhor que lhe façamos algumas perguntas?". Diante da pronta aquiescência de Weizmann, teve início a inquirição.

Durante essa inquirição a mudança de atitude de Sir Abdur causou alguma surpresa: ao contrário do que ocorrera em inquirições anteriores, em que se mostrara impaciente e áspero. diante de Weizmann ele falou com calma e até com certa brandura[21]. Expressou Sir Abdur sérias dúvidas quanto a ser a partilha uma solução capaz de assegurar a paz ao país. Respondeu Weizmann que embora fosse muito difícil ser profeta na Palestina ("a concorrência aqui é muito grande"), ele confiava em que tudo terminaria por se resolver pacificamente. E acrescentou: "Deem-nos tempo Deem-nos benevolência. Deem-nos a possibilidade de nos virarmos e fazermos amigos nos países árabes que nos cercam, e creio que no devido tempo tudo estará bem". As demais perguntas de Sir Abdur versaram – ainda – sobre a Declaração Balfour, não dando lugar, porém, a qualquer novidade.

Não havendo mais perguntas a lhe serem feitas, a participação de Weizmann findou com uma troca de gentilezas:

Sandström – Então, uma vez mais, eu lhe agradeço, doutor Weizmann. Espero que não o tenhamos cansado.

Weizmann – Obrigado, senhor presidente, e obrigado, cavalheiros. Os senhores foram muito amáveis e bondosos comigo.

Weizmann retirou-se e foi logo dado prosseguimento à sessão com Sandström anunciando a sequência, com a arguição de Ben-Gurion e Shertok por Sir Abdur Rahman. Esses dois representantes da Agência Judaica tomaram assento à mesa.

Sir Abdur – que, segundo García-Granados, se tornara abertamente defensor dos árabes – retomou seu tom habitual (áspero, agressivo), mas em Ben-Gurion ele encontrou um oponente à altura. E a "torcida" também estava animada, pois por mais de uma vez teve Sandström de pedir silêncio

[21] Acha García-Granados que ele ficara preocupado, e quiçá emocionado, com o problema da partilha da Índia, a que Weizmann fizera referência.

ao público. Queremos crer que alguns exemplos do diálogo então travado são bastante ilustrativos.

> Sir Abdur – Fizeram os árabes quaisquer objeções a que judeus visitassem a Palestina, ou mesmo a uma imigração moderada resultante de zelo religioso, antes de 1917?
>
> Ben-Gurion – Antes dessa data eles nada tinham a dizer na Palestina. Eram os turcos.
>
> Sir Abdur – Foi a imigração judaica a causa dos distúrbios árabes e de derramamento de sangue na Palestina?
>
> Ben-Gurion – Houve imigração judaica e houve distúrbios. Talvez um fosse causa do outro. O fato é que houve ambos. Talvez houvesse outras causas.
>
> Sir Abdur – Poderia citar qualquer outra causa?
>
> Ben-Gurion – Sim. Uma causa muito séria foi a dos países do Eixo que mandaram para cá dinheiro e instrutores para organizar uma campanha terrorista contra os judeus. Essa foi uma das causas.
>
> Sir Abdur – Quando foi isso?
>
> Ben-Gurion – 1936, 1937, 1938 e 1939.

Pouco adiante Sir Abdur Rahman se pôs a fazer perguntas sobre Birobidjan[22]. As perguntas foram-se tornando um tanto insistentes, e Ben-Gurion acabou por dizer que não era especialista no assunto e que não via razão para estar prestando informações dessa espécie.

Retomemos o diálogo:

> Sir Abdur – A Palestina é sagrada para os cristãos, e é sagrada para os muçulmanos; permitiria o senhor, por isso, a todos os muçulmanos e a todos os cristãos virem e se estabelecerem na Palestina nas mesmas condições em que os judeus querem fazê-lo?

[22] Birobidjan é uma província dita "autônoma" da URSS, localizada na Ásia, ao norte do rio Amur e a oeste da cidade de Khabarovsk, de escassa população (163.000 habitantes, dos quais menos de 20.000 são judeus), que se dedica principalmente a atividades agrícolas. Em 1928 foi esse território reservado pelo governo soviético à colonização judaica. Durante a Segunda Guerra Mundial especializou-se na produção em massa de esquis. Sua "autonomia", evidentemente, é muito relativa, e de forma alguma pode ser considerado um "Estado Judeu", como talvez Sir Abdur quisesse insinuar.

> Ben-Gurion – Há uma diferença. Claro que é sagrada para os cristãos. O senhor é muçulmano e diz que é sagrada para os muçulmanos. Acredito na sua palavra.
>
> Sir Abdur – O senhor ignora isso?
>
> Ben-Gurion – A sua autoridade me é suficiente. Mas os judeus estão vindo à Palestina porque este é o nosso país, tem sido nossa pátria há 3.500 anos. Além disso lhes é sagrada porque é o centro de sua religião. Sei que Roma é sagrada para os cristãos, e nenhum cristão exigirá o direito de possuir Roma. Aqui nada há de semelhante. Aqui estamos por ser este o país do nosso povo; fomos desalojados pela força mas não desistimos. Estamos retornando ao nosso lar.
>
> Sir Abdur – Chegarei lá daqui a pouco. Eu só queria saber, porque o senhor sabe que os muçulmanos costumavam voltar-se para a área sagrada de Masjid Aqsa como sua Kaaba até que o Profeta ordenou que os rostos se voltassem em direção a Meca durante as orações.
>
> Ben-Gurion – Estou realmente receoso de contradizê-lo, mas em relação aos muçulmanos a história que conheço é que no início o Profeta dos muçulmanos lhes determinou que se voltassem para Jerusalém, e havia outras coisas que ele aceitava em Jerusalém, mas mais tarde, quando os judeus que viviam na Arábia se recusaram a aceitá-lo, muitos deles, especialmente os judeus de Medina, morreram por isso, porque se recusavam a aceitá-lo como profeta. Ele disse ao seu povo que se voltasse para Meca, mas pelo que sei isso nada teve a ver com a reconstrução de Meca...
>
> Sir Abdur – Aquilo foi a Kaaba em Meca...
>
> Ben-Gurion – Essa é uma discussão que não me diz respeito, pois é matéria religiosa.

Pouco depois, uma breve discussão sobre certas passagens da Bíblia. Nisso, é claro, Ben-Gurion levou francamente a melhor[23], e Sir Abdur prudentemente, mudou de assunto:

> Sir Abdur – Quando foi que os judeus deixaram a Palestina?

[23] É bem conhecido o interesse de Ben-Gurion pelos estudos bíblicos. Por ocasião dos Concursos Bíblicos Internacionais, realizados em Israel, tem ele sido sempre um espectador assíduo e atento. (Aliás, de um modo geral, toda a população judaica de Israel tem um interesse muito grande pela Bíblia, mesmo sob um ponto de vista estritamente cultural, extrarreligioso.)

Ben-Gurion – Eles nunca a deixaram.

Sir Abdur – Eles sempre estiveram aqui?

Ben-Gurion – Sim, exceto no período das Cruzadas, foram todos completamente exterminados.

Sir Abdur – Quando foi isso?

Ben-Gurion – O senhor sabe que foi nos séculos X, XI e XII.

E adiante:

Sir Abdur – Acha o senhor que politicamente há neste país espaço tanto para os árabes quanto para um número ilimitado de judeus?

Ben-Gurion – Em primeiro lugar, não existe tal coisa como um número ilimitado de judeus. Existe um número limitado de judeus.

Sir Abdur – Número ilimitado de imigrantes, então?

Ben-Gurion – Eles são em número limitado. Eu creio – estou mesmo convencido, não é uma questão de crença – pois nos últimos quarenta anos nada fiz a não ser estudar esse problema, porque é uma questão de vida ou morte para mim e meu povo. Digo que é uma convicção, e não apenas uma crença, que neste país há espaço para todos os habitantes da Palestina que aqui já se encontram, sejam eles judeus, cristãos, armênios, árabes, muçulmanos ou quaisquer outros, e vários milhões de judeus que para cá vierem. Não posso fixar o número exato porque isso depende de diversos fatores, principalmente do grau de desenvolvimento e do grau de autoridade para se ter um tal desenvolvimento.

Sir Abdur – Espero que esteja lembrado da minha pergunta. Não estou falando economicamente e sim politicamente.

Ben-Gurion – Então não estou compreendendo bem o que o senhor quer dizer. O senhor me pergunta a respeito de espaço, isto é, se há espaço, e isso é uma questão econômica; mas se o senhor me pergunta a respeito disso politicamente, então isso não é pergunta. Politicamente posso imaginar, por exemplo, um vasto território onde nem um único judeu possa entrar, embora haja milhões de milhas quadradas de terra. São duas questões diferentes, e a política nada tem a ver com espaço.

Sir Abdur outra vez mudou de assunto, mas como era novamente um assunto de natureza econômica (exportação) foi ele advertido por

Sandström. Declarou então Sir Abdur não ter mais perguntas sobre assuntos políticos.

Sandström indagou sobre os Lugares Santos. Ben-Gurion manifestou-se favorável a garantias internacionais capazes de assegurar livre acesso aos mesmos, ressalvando contudo que quanto a Jerusalém só poucos locais da cidade poderiam ser considerados “lugares santos” e de modo algum a cidade toda.

Ao término da sessão – eram 13:25h – Ben-Gurion disse: “Permitam-me, antes de me retirar, que expresse ainda minha gratidão a todos os senhores, pela paciência e bondade com que formularam suas perguntas e ouviram minhas respostas. Sei que desejam a verdade e, tanto quanto nos for possível, a mim e a meus colegas, queremos ajudá-los; estou grato pela paciência e bondade dos senhores”. Sandström, em nome da Comissão, agradeceu.

Às 9 da manhã teve início a sessão de quarta-feira, 9 de julho, com Sandström anunciando que a agenda para essa sessão constava de dois itens: audiência pública de representantes da Agência Judaica e audiência pública de representantes do Vaad Leumi. Convidou inicialmente a tomarem assento à mesa os três peritos econômicos da Agência Judaica; Horowitz, Kaplan e Bernstein.

Sir Abdur – indiscutivelmente o mais loquaz (pelo menos em público) dos membros da Comissão – deu início ao interrogatório. Após curto debate, sem maior significação, sobre cálculo de índices de mortalidade infantil, formulou a seguinte pergunta: “O aumento da presente capacidade de absorção econômica é proporcional às imensas quantias de dinheiro que têm sido investidas com essa finalidade ou com o proveito tirado desses investimentos?”. Resposta de Kaplan: “O custo de colonização é menos na Palestina do que na maioria dos outros países, como, por exemplo, a Austrália. Se considerarmos o custo, por pessoa ou por família, na Austrália e na Palestina, ou no Canadá e na Palestina, poder-se-á constatar que aqui investimos menos do que o governo ou outras instituições investiram para colonização naqueles países. Já que o senhor fez a pergunta, certamente estamos gastando muito dinheiro para colonização, mas de outra forma isso teria de ser feito pelo governo. Se me pergunta, porém, se o custo da colonização é proporcional ao aumento da capacidade de absorção. minha resposta é sim”.

Adiante Sir Abdur referiu-se, talvez estranhando, às "grandes somas de dinheiro" provenientes dos Estados Unidos. Explicou Kaplan que naquele país "há agora 5 milhões de judeus. É a maior e a mais rica das comunidades judaicas. Por isso é que recebemos dali a maior parte das nossas contribuições". Afirmou, ainda, que "do nosso ponto de vista, é esse um bom investimento. É um investimento que revive o povo judeu".

O holandês Blom mostrou-se interessado em conhecer o critério adotado para a seleção de futuros imigrantes dentro da pequena quota prevista nos regulamentos. Resposta de Kaplan: "Uma parte das chamadas licenças ou certificados é reservada ao governo – uma parte bem substancial, aliás – e por isso a seleção nesse caso é feita pelo próprio governo. Uma parte é reservada para pessoas deslocadas da zona britânica[24]. Aí a seleção é feita por representantes militares britânicos em consulta com representantes da Agência Judaica. Uma terceira parte é agora destinada à nossa gente em Chipre. A seleção em Chipre é também feita por autoridades governamentais em consulta com nossa gente. Procuramos dar prioridade absoluta a crianças, especialmente órfãos. Depois há o caso de ter parentes, e a questão da adequação ao país".

O assunto prossegue:

> Sandström – Quantos são retirados mensalmente dos campos de Chipre?
>
> Kaplan – Cerca de 750 por mês.
>
> Lisicky – Cerca de 50% da quota?
>
> Kaplan – Sim, e uns 375 da zona britânica. Os outros são em sua maioria escolhidos pelo governo.
>
> Horowitz – Também são deduzidos certificados para soldados e esposas de soldados. Pessoas que se alistaram no exército britânico durante a guerra e lutaram contra Hitler, se não estavam legalizados – eles eram admitidos no exército mas não à Palestina – tinham de obter certificados especiais que eram deduzidos da quota; soldados

[24] Trata-se da zona britânica de ocupação na Alemanha (noroeste da Alemanha, principalmente território prussiano), resultante da divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação após a capitulação alemã na Segunda Guerra Mundial. (Da união das zonas americana, britânica e francesa, em 1949, originar-se-ia a República Federal Alemã, com capital em Bonn.).

> que combateram no exército britânico mas que chegaram à Palestina antes da guerra ou durante a guerra sem um certificado legal – eles obtém agora um certificado, e o mesmo é deduzido da quota mensal.

Intervém adiante o representante uruguaio:

> Fabregat – Com relação ao problema imigratório, tem a Agência Judaica qualquer plano com relação às crianças judias da Europa? Refiro-me, naturalmente, àquelas que escaparam à perseguição nazista e estão agora nos campos de detenção de Chipre. Fiz essa pergunta porque desejo saber quem está atualmente cuidando dessas crianças.
>
> Kaplan – Se o senhor me pergunta se o cuidado que se está tendo é suficiente, eu diria que não. Mas se sua pergunta é sobre quem cuida delas, então há três instituições que disso se ocupam. Uma delas é uma instituição governamental. Não sei exatamente qual é a relação, mas o governo proporciona um mínimo para o cuidado das crianças. Temos também o Joint Distribution Committee[25], que contribui com importâncias substanciais. E além disso, o Yishuv e a Agência Judaica têm uma instituição especial denominada Imigração Juvenil.
>
> Fabregat – Quais são as condições sanitárias e culturais?
>
> Kaplan – Muito duras. As condições são muito difíceis, e temos implorado permissão para trazer ao menos todas as crianças à Palestina. Não obstante todos os esforços, as condições são más, e em especial as condições culturais.

Após algumas perguntas relativas a impostos e sua aplicação, foi encerrada a parte referente aos aspectos econômicos. Tomou então assento à mesa o rabino Yehuda Leib Fishman[26], que se expressou em hebraico (servindo Kaplan de intérprete). Inquiriu-o Sir Abdur, e pelo incomum dos assuntos tratados julgamos digno de transcrição todo o diálogo:

> Sir Abdur – Rabino Fishman, eu não conheço a Bíblia, nem tenho a pretensão de conhecê-la, mas gostaria de obter do senhor informações, o seu ponto de vista, e espero que o senhor me

[25] Instituição judaica americana, ainda em plena atividade, fundada em 1914 com o objetivo de socorrer e reabilitar os judeus de além-mar.

[26] O rabino Fishman, após a independência de Israel, hebraizou seu nome para Maimon, tendo exercido o cargo de ministro para Assuntos Religiosos.

esclareça em relação a alguns assuntos que eu lhe perguntar. Rabino Fishman, o que era a Terra Prometida?

Rab. Fishman – A Terra Prometida era bastante grande, desde o rio do Egito[27] até o Eufrates.

Sir Abdur – Incluía toda a Síria?

Rab. Fishman – Uma parte.

Sir Abdur – Todo o Iraque e Transjordânia?

Rab. Fishman – Não.

Sir Abdur – Síria, Líbano, atual Palestina e Transjordânia?

Rab. Fishman – Sim, possivelmente parte da Síria e Líbano.

Sir Abdur – Quando foi que Deus fez a promessa?

Rab. Fishman – A promessa foi feita a Abraão, Isaac e Jacó há aproximadamente 4.000 anos.

Sir Abdur – Quando foi ela confirmada por Deus?

Rab. Fishman – Ela foi reafirmada a Moisés.

Sir Abdur – Deus também prometeu que doze tribos se originariam de Ismael[28], filho de Agar e Abraão?

Rab. Fishman – Foi categoricamente enunciado que os filhos de Isaac herdariam a terra.

Sir Abdur – A pergunta não foi essa. Deus prometeu ou não que doze tribos se originariam de Ismael?

Rab. Fishman – Não. Doze tribos se originariam somente de Jacó, o filho de Isaac.

Sir Abdur – Quando foi que Ciro, o rei persa, ordenou aos judeus que retornassem a Jerusalém?

Rab. Fishman – Foi há aproximadamente 2.400 anos.

Sir Abdur – Não foi a promessa feita por Deus a Abraão e Moisés cumprida com a ordem de Ciro para o retorno a Jerusalém?

[27] Isto é, o Nilo.
[28] Ismael, personagem bíblico, é, segundo a tradição, o antepassado do qual se originou o povo árabe.

Rab. Fishman – Ciro deu aos judeus apenas uma parte da terra.

Sir Abdur – E por conseguinte, segundo o senhor, uma parte da promessa de Deus foi cumprida.

Rab. Fishman – Os Macabeus ampliaram a área que Ciro devolveu aos judeus. Ciro em sua proposta aos judeus incluiu apenas uma parte do país e os Macabeus posteriormente a expandiram.

Sir Abdur – Opôs-se o príncipe árabe Yoshan a que os judeus voltassem com a ordem de Ciro e tentou ele detê-los?

Rab. Fishman – Depois do exílio muitos dos povos vizinhos ocupando uma parte da Palestina resistiram ao retorno dos judeus. Entre eles estava também o cavalheiro mencionado pelo representante da Índia.

Sir Abdur – De acordo com os judeus a volta dos mesmos a este país não se daria com o aparecimento do Messias?

Rab. Fishman – Não. De acordo com a tradição judaica os judeus deveriam voltar à Palestina antes do Messias chegar, e Jerusalém deveria fazer parte da Palestina. Só então, após o retorno dos judeus à Palestina, de acordo com a tradição, poderá vir o Messias.

Sir Ahdur – Em sua opinião quanto tempo após o retorno dos judeus chegará o Messias?

Rab. Fishman – Isso é algo que ninguém poderá dizer.

Sir Abdur – Há quanto tempo está o senhor na Palestina?

Rab. Fishman – Quarenta e um anos.

Sir Abdur – Quantas sinagogas havia na Palestina até o ano de 1917?[29]

Rab. Fishman – Não lhe posso dar, no momento, o número exato, mas em Jerusalém havia cerca de 14 sinagogas.

Sir Abdur – E fora de Jerusalém?

[29] Sir Abdur parecia muito interessado em estatísticas de sinagogas, pois já na véspera perguntara a Ben-Gurion quantas sinagogas havia na Palestina em 1939. (Ben-Gurion respondeu não ter essa informação.).

Rab. Fishman – Havia muitas, algumas das quais não mais existem, em outros lugares, tais como Jaffa, Hebron, Safed, Haifa, Tiberíades, e em todas as povoações judaicas.

Sir Abdur – Existem no país judeus cristãos?

Rab. Fishman – Não cabe a mim responder. Poderá haver judeus convertidos, mas não tenho contato com eles.

Sir Abdur – Mas existem?

Rab. Fishman – Não sei, pois não tenho contato com eles

Sir Abdur – Eu lhe pergunto se o senhor reconhece judeus cristãos como sendo judeus. O governo não os trata como judeus.

Rab. Fishman – Eu acho que um judeu, mesmo que tenha sido convertido e tenha cometido um pecado, é ainda assim judeu, e não pode se libertar do judaísmo.

Sir Abdur – Assim, em sua opinião, um judeu cristão é um judeu?

Rab. Fishman – Sobre isso escrevi um longo artigo. Judeus que cometeram um pecado e foram convertidos não se podem livrar do judaísmo.

Sir Abdur – Assim, segundo o senhor, todos os cristãos e todos os muçulmanos são judeus?

Rab. Fishman – Essa é a sua opinião, não a minha.

Sir Abdur – Estou pedindo a sua opinião.

Sandström – Nós nos satisfaremos com essa resposta. Há outras perguntas a serem feitas ao rabino Fishman? Então, muito obrigado, e vamos agora concluir a audiência da Agência Judaica. Suspendo a sessão por dez minutos. Depois ouviremos representantes do Vaad Leumi.

Pelo Vaad Leumi (Conselho Geral da Comunidade Judaica da Palestina) compareceu uma delegação de quatro membros, dos quais o

primeiro a fazer uso da palavra foi o seu presidente, Itzhak Ben-Zvi[30]. Iniciou sua fala dizendo:

> Permitam-me, antes de qualquer outra coisa, transmitir as saudações do Yishuv aos senhores, representantes das Nações Unidas, que vieram do Oriente e do Ocidente para verificar a realidade sobre esta terra e seu problema particular, único no mundo. Sabemos dar o devido valor ao trabalho que estão tendo, e particularmente ao interesse demonstrado pelos estabelecimentos judaicos, tanto agrícolas quanto urbanos. Os senhores tiveram oportunidade de ver os Lugares Santos, que trazem à lembrança milênios de história deste país, do passado histórico judaico, e viram também a geração pioneira, preparando o caminho do futuro. Sejam bem-vindos em sua tarefa de trazer perante o tribunal das Nações Unidas o problema do povo e da Terra de Israel.

Após uma explanação sobre o que era o Vaad Leumi e as eleições que, democraticamente, de quatro em quatro anos se realizavam na comunidade judaica, abordou Ben-Zvi os fundamentos históricos do argumento judeu a favor de um Estado independente:

> Nosso direito à Palestina baseia-se em nossa história nacional. Como qualquer outra nação reivindicamos o direito elementar à independência, e o Vaad Leumi se associa à Agência Judaica em seu pedido de estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina. Embora no decurso de nossa história tivéssemos perdido a independência, nunca renunciamos à nossa condição de nação, nunca desistimos de esperar por nosso retorno à Terra e pela restauração do nosso Estado. Uma única vez em sua história esteve este território na situação de Estado independente, e isso com o Reino de Israel. Os habitantes que aqui viveram antes de chegarem os filhos de Israel jamais conseguiram lançar as bases de uma unidade política e cultural na Palestina. As Sagradas Escrituras e a tradição histórica viva de nossa nação nos dizem do Estado Judeu estabelecido não só com base numa origem e formação comuns, mas também na religião, cultura, língua e ideais. O Estado Judeu existiu, com pequenas interrupções, durante quase onze séculos, desde os dias de Saul e Davi até os dias trágicos da destruição do Templo pelos romanos no ano 70 da era

[30] Ben-Zvi seria eleito presidente de Israel após o falecimento do primeiro presidente, Dr. Chaim Weizmann. Reeleito para o mesmo cargo, faleceu – como seu antecessor, no exercício do mandato – em 1963.

cristã. Não obstante a queda do Estado independente, o grosso da população judaica da Palestina sobreviveu durante quase outros seis séculos, e restos esparsos apegaram-se à sua terra e persistiram em manter viva a tradição de seu povo. Nenhum dos conquistadores que aparecem na história do país – sejam eles romanos, árabes, mongóis, mamelucos ou turcos – quis ou conseguiu estabelecer um Estado, com exceção do Reino Latino que durante apenas 90 anos formou uma unidade deste país.

Acreditamos firmemente que a restauração da independência da Terra de Israel é o destino histórico de todo o povo judeu. Em trabalho de nossa autoria intitulado *Três Memorandos Históricos*[31] provamos que a nação judaica nunca interrompeu sua conexão com a Palestina. Num capítulo especial, que trata da continuidade do povoamento judaico na Palestina, provamos a existência na Palestina de uma população judaica que, através de gerações, nunca se afastou da Terra Santa e do seu solo. E mais, ondas de imigração vinham continuamente da Diáspora Ocidental e Oriental. É um fato histórico que por séculos – durante o domínio árabe, as Cruzadas e o período turco – o país permaneceu uma terra estéril e insalubre, e uma população que no início do século VII atingia 3.200.000 estava reduzida, às vésperas da ocupação britânica, a 637.000. Desde então a população triplicou; e o Yishuv, isto é, a população judaica, cresceu de uns 60.000 para 640.000. Um crescimento similar foi alcançado pelo setor árabe, devido tanto a um aumento natural quanto a imigração de países árabes vizinhos; o aumento foi de quase 600.000. É de notar que nenhum crescimento ou desenvolvimento semelhante ocorreu na vizinha Transjordânia, originalmente sob o mesmo mandato britânico, e onde as condições gerais não diferem muito das da Palestina e os recursos naturais são ainda mais abundantes que aqui.

O que representa a Palestina para nós e o que representa para os árabes? Para nós, é o único refúgio, o porto de salvação e a única esperança de nossa nação dispersa, enquanto que para os árabes não passa de uma parte insignificante dos vastos territórios árabes. Comparada somente com os territórios árabes da Ásia representa 0,8%; se incluirmos os países árabes da África, então a Palestina

[31] Esses três memorandos (num total de 104 páginas), submetidos à UNSCOP pelo Vaad Leumi, tratavam respectivamente de: 1) a população (número e densidade) na Palestina antiga; 2) a população judaica na Palestina desde a queda do Estado Judeu até o início do movimento pioneiro sionista; 3) o movimento imigratório na Palestina entre 640 e 1882.

representará apenas 0,4%. Até mesmo os países árabes com recursos naturais como os do Iraque e Síria apresentam uma densidade de população respectivamente de 8 e 15 habitantes por km^2. Os vastos territórios árabes e seus recursos naturais permitem um imenso aumento de população, e não dependem, para seu desenvolvimento, deste pequeno país de 27.000 km^2; somente os países árabes asiáticos possuem 3.226.000 km^2 com uma população de apenas cerca 14.000.000.

Criticou Ben-Zvi a política do White Paper, e depois proseguiu:

Temos certeza de que se tivéssemos tido a liberdade de assumir a direção das questões a nós pertinentes, centenas de milhares poderiam ter sido trazidos à Palestina e salvos. Agora temos diante de nós o fato de que mais de um milhão dos que sobreviveram ao inferno nazista estão condenados ao desespero se não receberem facilidades imediatas de imigração. Os fortes laços entre eles e nós, entre os quais se encontram muitos de suas próprias famílias, e o desejo de estarem reunidos, aumentam sua angústia. Os lares do Yishuv se mantêm todos abertos – nas cidades e nas colônias – para receber seus irmãos.

Ao mesmo tempo a situação das minorias judaicas nos países vizinhos está-se deteriorando rapidamente – política, cultural e economicamente. A evolução dos novos países árabes durante os últimos 25 anos não proporcionou qualquer oportunidade às minorias não-árabes, sejam assírios, curdos ou judeus. A única esperança das minorias judaicas é o êxodo.

Nosso apelo aos senhores é: Abram as portas do nosso país.

Permita-me, senhor presidente, concluir com uma citação de um profeta que vaticinou há 3.000 anos – Isaías: "Passai, passai pelas portas; preparai o caminho ao povo; aplainai, aplainai a estrada, limpai-a das pedras; arvorai a bandeira aos povos. Eis que o Senhor proclamou até as extremidades do mundo, 'Dizei à filha de Sião, Veja, vem chegando a salvação' ".

Foi, a seguir, dada a palavra ao Dr. Mordecai Eliash, advogado (perito em leis palestinenses), conselheiro jurídico honorário do Vaad Leumi. Definiu ele a posição da coletividade judaica da Palestina com as seguintes palavras: "Estamos aqui como iniciadores de uma tarefa, como

aqueles a quem coube o privilégio de começar e facilitar aos que estão por vir". Referindo-se à imigração, declarou que "é por nós considerada como nosso próprio sangue vital, como a própria essência de nossa existência e desenvolvimento". Mostrou a que ponto de ironia trágica chegara a situação, dizendo: "A presente situação da Palestina é tal que se um homem recebe em sua casa a própria esposa, que poderá ter vindo de um campo de concentração mas sem ter obtido a necessária licença, ele será culpado de prestar ajuda a imigrante ilegal e estará sujeito a uma pena de 8 anos de prisão e multa de mil libras. Isso se acha estabelecido em nossos Regulamentos de Defesa de Emergência, e criou-se a situação anômala de se alguém abrigar em sua casa um assassino fica sujeito a apenas 3 anos de prisão. E mais, se acontecer de esse assassino ser um parente próximo, então nem há processo instaurado; mas por abrigar um imigrante ilegal, quem quer que ele seja, a pena a que fica sujeito o perverso que assim procede é 8 anos de prisão e multa de mil libras".

Salientou o Dr. Eliash que a legislação britânica na Palestina funcionava quase sempre em detrimento dos judeus. Após citar diversos exemplos, declarou: "A propriedade e a liberdade não encontram proteção adequada. Daí resulta que centenas de pessoas se encontram em campos de detenção. Que muitos deles são inocentes deduz-se obviamente do fato de serem vários gradualmente libertados à medida que prosseguem as investigações". E concluiu: "É este o regime que deverá ser perpetuado? É este o regime para o qual não se encontra solução? Aqui viemos para pedir que a solução seja radical e venha logo. A consciência organizada da humanidade achou possível fazer justiça ao judeu como indivíduo em quase todas as nações. Os grandes ideais da Revolução Francesa ensinaram ao mundo liberdade, igualdade e fraternidade no que concerne a judeus individualmente em cada um desses países. Talvez os grandes ideais que agora animam as Nações Unidas ensinem à consciência organizada da humanidade a fazer justiça aos judeus como povo. E então será dada, a nós na Palestina, a posição não apenas de uma comunidade religiosa, como somos agora, mas a do povo de Israel na Terra de Israel".

O orador seguinte foi o Dr. Abraham Katznelson, membro do Executivo do Vaad Leumi encarregado dos assuntos de Saúde e Bem-Estar Social. Redigira ele, para ser submetido à UNSCOP, um folheto de 49 páginas intitulado *Memorando sobre a Comunidade Judaica da Palestina e seus Serviços Sociais,* e sua exposição verbal, ampliando as informações

contidas nesse memorando, visava principalmente demonstrar que os serviços sociais (educação, saúde e bem-estar social) da comunidade judaica da Palestina – que já atingiam níveis compatíveis com uma comunidade civilizada – eram mantidos quase que exclusivamente pelo Yishuv, "sem ajuda adequada do Tesouro governamental, e até mesmo sem a necessária autorização para levantar fundos". O Dr. Katznelson, porém, não se limitou a palavras; citou números. Assim, informou que para o período 1945-46 haviam sido gastos, para serviços sociais, acima de 6.000.000 de libras, provenientes das seguintes fontes: comunidade judaica da Palestina – 82%; fontes judaicas no exterior (principalmente Estados Unidos) – 13%; governo palestinense – 5%[32].

Afirmou o Dr. Katznelson haver na Palestina 2.700 médicos, dos quais cerca de 2.400 – ou seja, quase 90% – eram judeus; entretanto, nos 13 cargos de chefia do serviço médico governamental não se encontrava um só judeu (apenas ingleses e árabes). E prosseguindo: "Enquanto com relação à comunidade judaica a política do governo é não ajudar os que se ajudam a si próprios, sua política em relação à comunidade árabe é o inverso – ajudar aqueles que não querem ajudar a si próprios. Todos os serviços sociais árabes, com poucas exceções, são mantidos pelo governo... Em vez de encorajar a iniciativa árabe, o governo desencoraja a iniciativa judaica... É de salientar o fracasso do governo em dois ramos da saúde pública que deveriam constituir sua preocupação principal: a luta contra a tuberculose e a assistência aos doentes mentais".

Adiante, referindo-se às condições políticas e administrativas sob as quais o Yishuv tinha de fazer face às suas necessidades cada vez maiores: "proporcionar facilidades educacionais para cada criança judia num país onde a educação não é obrigatória; cuidar da saúde dos trabalhadores num país onde o seguro contra doença não é compulsório; manter serviços assistenciais num país onde não há estipulações legais a respeito. Os fundos voluntários instituídos para tais fins pela Federação Geral dos Trabalhadores Judeus – como o Fundo de Desemprego, o Fundo de Invalidez. o Fundo de Pensões, etc. – não recebem qualquer espécie de auxilio nem do governo nem dos empregadores".

---

[32] Na parte relativa à saúde a desproporção era ainda mais flagrante: em mais de 3.000.000 de libras apenas 1,6% provinham do governo (90,2% do Yishuv e 8,2% do exterior).

Destacou depois o trabalho realizado pelos judeus, por iniciativa própria, para a erradicação da malária (trabalho esse iniciado em 1922, com a criação de uma instituição especial para pesquisas sobre essa doença), bem como no combate ao tracoma; lembrou, contudo, que as medidas tomadas contra o tifo não foram inteiramente bem sucedidas por não terem os judeus controle sobre o setor árabe, foco da doença.

Conclusões do Dr. Katznelson:

> a) a comunidade judaica da Palestina provou, em um quarto de século de trabalho construtivo, sua capacidade para estabelecer e manter, sob as condições mais desfavoráveis, serviços públicos em escala nacional, para benefício da população judaica e do país em seu todo;
>
> b) as condições políticas neste país estão em completa contradição com o caráter progressista da comunidade judaica e impedem sua capacidade construtiva de desenvolver o país para a absorção da imigração numa escala apropriada às necessidades do povo judeu;
>
> c) o presente estado de coisas envolve o Yishuv num trágico e constante conflito entre suas necessidades sociais, que são as de um Estado civilizado, e suas possibilidades, que são as de uma organização voluntária.
>
> Para a intolerável situação atual só há um único remédio, que é conceder à comunidade judaica da Palestina uma posição que lhe permita cumprir sua missão histórica de estabelecer um Estado Judeu.

O último dos quatro membros da delegação a fazer uso da palavra foi outra figura de proa do Vaad Leumi: David Remez (presidente da Assembleia – de 171 membros – eleita cada quatro anos pela comunidade judaica). Foi bastante sucinto. Agradeceu, em nome do Yishuv, a dedicação que a UNSCOP vinha demonstrando em seu trabalho na Palestina, não se importando nem mesmo em "realizar excursões cansativas em nossos quentes dias de verão". Mencionou as conexões históricas do povo judeu com sua terra ("não são lembranças mumificadas do passado; são as de um povo vivo que conservou sua fé em sua libertação e restauração"). Afirmou ser o Yishuv "uma comunidade vigorosa, educada desde o início para a independência e a autodefesa... Os responsáveis pelo governo do país nem sempre eram capazes ou estavam firmemente dispostos a defender os

judeus". Referindo-se à imigração: "Se um homem não traz ao seu lar seu irmão desabrigado e aflito, então não é um verdadeiro irmão nem seu lar é um verdadeiro lar. Nosso lar, o nosso Lar Nacional, nos é fechado, e durante dois anos temos batido nossas cabeças contra as portas guardadas por navios e aviões. Seria seu privilégio, senhores delegados das nações, abrir imediatamente essas portas. Não deixem o veneno penetrar ainda mais nas almas desses párias e em nossas próprias almas. E esses párias que estão na Europa não são os únicos". Assegurou que num Estado Judeu independente os árabes – quer como indivíduos, quer como comunidade – teriam garantidos todos os direitos cívicos, culturais e religiosos. E concluiu pedindo permissão para destacar os três seguintes "pontos essenciais": a) nenhuma demora mais; b) nenhuma solução que não seja uma solução de verdade ("De que nos serviria qualquer arranjo constitucional se o mesmo nos tornasse dependentes daqueles que negam nosso princípio fundamental – nosso direito de retornar a nosso país e desenvolvê-lo como nossa pátria?"); c) nenhuma indulgência mais ("Deem ao gênio construtivo do povo judeu uma oportunidade adequada, e um dos mais dolorosos problemas internacionais terá encontrado uma solução justa e feliz".).

Passou-se ao interrogatório, aliás de curta duração. García-Granados, não obstante reiteradas objeções de Sandström, inquiriu o Dr. Eliash sobre a validade legal, perante o Mandato, da legislação imposta na Palestina pelas autoridades britânicas (é claro que o representante da Guatemala, ao formular suas perguntas, sabia perfeitamente que muita coisa estava em completo desacordo com o Mandato). Teve então o Dr. Eliash oportunidade de explicar que os tribunais do país se recusavam a tomar conhecimento de quaisquer reclamações nesse sentido, alegando ser o Mandato uma espécie de tratado entre as Potências Aliadas (na Primeira Guerra Mundial) e o governo de Sua Majestade, cabendo assim apenas a essas Potências Aliadas ou seus sucessores levantar objeções, e não ao povo da Palestina. Perguntas de outros membros da Comissão (inclusive Sir Abdur, naturalmente) nada proporcionaram de maior significação. E às 13:30h Sandström encerrou a sessão solicitando ao Dr. Eliash e ao Dr. Katznelson que comparecessem novamente no dia seguinte, tendo em vista que Fabregat manifestara o desejo de inquiri-los mas insistindo (também diante de objeções de Sandström) que só poderia fazê-lo "amanhã".

Sessão matinal de quinta-feira, 10 de julho. Teve início às 9 horas, com Sandström convidando Eliash e Katznelson a subirem ao varado para

serem inquiridos por Fabregat. Após algumas perguntas referentes a questões de educação, pediu Fabregat detalhes sobre o problema da tuberculose. Informou o Dr. Katznelson que as providências governamentais – não obstante a gravidade do problema, reconhecida pelo próprio governo em relatório oficial – se haviam limitado à instalação de uns poucos dispensários em algumas cidades. O único hospital para tuberculosos existente na Palestina era judeu (em Safed, com 100 leitos). Para um novo hospital planejado pela Hadassah em Jerusalém (com capacidade para 200 leitos) fora solicitado um auxílio governamental de 25% do custo de construção e instalação, mas esse auxílio foi recusado "por falta de verba". As últimas perguntas de Fabregat versaram sobre os campos de detenção de Chipre. Ali, disse Katznelson, viviam então "16.000 pessoas em condições insalubres, sem água suficiente[33], sem luz e sem as necessidades mínimas para alojamento". Interveio Sandström para indagar se esses campos em Chipre estavam sob a jurisdição da Administração Palestinense; respondeu Katznelson que não, pois eram as autoridades britânicas de Chipre que os administravam.

Permitam-nos aqui, em relação a Chipre, uma rápida digressão à parte do inquérito da UNSCOP. Para isso valer-nos-emos de um pequeno mas impressionante livro: *Destination Palestine* (Destino Palestina), de Ruth Gruber[34]. Há nessa obra várias fotografias tiradas nos campos de detenção de Chipre. A legenda de uma delas é assaz significativa: "Para acreditar é preciso cheirar Chipre". E sob outra: "Aqui os judeus, cujo único crime era querer ir à Palestina, viviam presos, sem encanamentos nem eletricidade, tiritando de frio na umidade do inverno, empolando-se ao sol do verão". A autora esteve em Chipre (com autorização excepcional, contrariando todos os precedentes, das autoridades britânicas), e sua descrição é dramática: "Era preciso cheirar as latrinas para vinte mil pessoas para se acreditar, e não se acreditava. Era preciso cheirar o suor dos homens e mulheres ao cozinharem em fogareiros, o suor escorrendo nos potes e panelas; era preciso cheirar o lixo que se acumulava à espera dos caminhões – que não vinham – para se acreditar, e não se acreditava". Informa-nos ainda essa jornalista que rapazes americanos, colaboradores voluntários na imigração "ilegal", qualificavam Chipre como "um purgatório do século XX".

[33] A água era trazida, uma vez por dia, por um carro-pipa britânico.
[34] Ruth Gruber, jornalista americana, foi correspondente de vários órgãos da imprensa de seu país junto à UNSCOP.

Voltemos ao inquérito. Terminada a parte relativa ao Vaad Leumi, foi concedida a palavra ao grão-rabino Dr. Isaac Herzog, que vinha, disse ele, "como porta-voz da religião de Israel advogar a causa espiritual do meu povo". E pouco além: "Temos suportado um martírio sem paralelo na história das nações. O presente retorno é um protesto contra um exílio que devasta nossa alma e quebra nosso corpo. Estamos procurando novas raízes na mãe-terra para que a alma de nosso povo possa reviver. Procuramo-las na terra dos nossos antepassados, no país em que tanta coisa que nos era cara e sagrada tomou forma". E após relembrar algumas passagens da história judaica:

> Meus amigos:
>
> Tornou-se moda, nesta época de cinismo, fazer pouco das coisas do espírito, e nosso caso tem sido uma vítima principal da interpretação desumana dos registros históricos. Fiquei profundamente magoado ao ver, no Suplemento ao *Survey of Palestine* que lhes foi apresentado pelo governo da Palestina, um relato de história judaica da Palestina que procura reduzir as gloriosas páginas da Bíblia a uma miserável narração de culto tribal e guerras tribais. O Antigo Testamento é citado como um registro das vicissitudes e infortúnios sofridos pelos hebreus durante seu domínio na Palestina, arbitrariamente fixado em mil anos; mas não há uma só palavra para indicar o que esse período significou espiritual e culturalmente. Enquanto esse *Survey* apresenta, com todos os detalhes, as ligações sagradas entre a Palestina e os cristãos ou muçulmanos, por outro lado permanece em completo silêncio sobre a mensagem da profecia hebraica que partiu destes montes. Nada tem a dizer sobre o repto moral de Isaías e Jeremias, de Amós e Miquéias, sobre o "grito das profundezas" do Salmista Hebreu, a tocante e inspiradora mensagem de Jó, a beleza primitiva do Livro de Rute, a angústia das Lamentações. Não se encontra qualquer menção do alto nível de vida política, econômica e cultural que floresceu na idade áurea do domínio hebreu e do qual as escavações modernas dão testemunho sempre crescente. Nem uma só palavra é dita sobre as grandes academias fundadas no início da reconstrução do segundo Templo, nada sobre os grandes acontecimentos da época pós-bíblica, conforme registrados na *Mishnah* e no *Talmud*[35].

[35] Dá-se o nome de *Mishnah* à codificação da chamada Lei Oral, que é a interpretação e análise (transmitidas oralmente de geração em geração) da Lei Escrita. As discussões e

Contemplando esse patético vácuo do governo palestinense, não se pode deixar de sentir que grande parte do fracasso do governo no trato dos problemas atuais se explica pela sua interpretação fria, superficial e sem compreensão da história judaica.

Adiante referiu-se o rabino Herzog à relação constante entre o povo judeu e a terra dos seus antepassados. Disse que "do berço até o túmulo os ritos religiosos, as orações e bênçãos associam o judeu à Destruição nacional e à esperança do Retorno". Pediu encarecidamente à Comissão que não deixasse de visitar os campos de pessoas deslocadas na Europa. "Essa gente sofreu o que nenhum ser humano jamais sofrera, e parece-me essencial que aqueles que vieram investigar a questão palestinense devam também levar consigo uma impressão direta desse aspecto mais agudo do problema. Que ninguém se iluda sobre isso: esses sobreviventes judeus na Europa são parte integrante da cena política da Palestina. É por eles, não menos que por nós, que pleiteamos a revogação do White Paper e uma solução política que possibilite a rápida transferência dos mesmos para a Palestina".

Assegurou, em nome do Rabinato da Palestina, que o povo judeu não procurará, de maneira alguma, impor sua religião e tradições a povos de outras crenças – pela força, pela persuasão, por legislação ou por qualquer outro meio". E concluiu com as seguintes palavras:

Senhor presidente e meus senhores: – Estão os senhores preparando-se para emitir julgamento num caso sem precedente nem paralelo, num caso que é único. Não nos julguem – faço-lhes esse apelo solene – por normas comuns. Esqueçam-se dos seus livros de leis e jurisprudência. Esqueçam tudo que se falou e pensou sobre prescrições e expulsão, e assim por diante. Tudo isso em nada nos ajudará.

O caso que têm diante de si é um para o qual não há precedente. Neste momento crítico devem os senhores decidir se a grande história do povo chamado Israel, essa história de 4.000 anos, que deu à humanidade duas grandes religiões, que deu à humanidade a concepção moral e espiritual do mundo, que deu à humanidade esse grande ideal de paz eterna – o qual, infelizmente, ainda não atingimos – se essa grande e maravilhosa história deste povo singular

comentários referentes às leis judaicas – registrados durante séculos – vieram a constituir o *Talmud.*

deverá ficar perdida nos gigantescos montes de cinzas, nas imensas covas coletivas de 6.000.000 de judeus, inclusive 1.200.000 bebês, ou se essa história prosseguirá com algo grande e nobre, que será parte e parcela do grande plano divino na história da humanidade.

Chego ao fim das minhas considerações. O mundo está passando outra vez pelo cadinho das transformações. Homens e mulheres do povo em todos os países almejam a paz e um renascimento espiritual. Precisamos redescobrir as verdades fundamentais em que repousa toda verdadeira civilização – a Paternidade de Deus e a Fraternidade do Homem. Paz e justiça são indivisíveis. O mundo não encontrará sua paz até que sua consciência se liberte desse pesado fardo – o desabrigo de um dos seus povos mais antigos.

Rezo a nosso Pai no Céu para que as deliberações dos senhores possam ajudar a encontrar uma solução permanente para esse problema, o mais aflitivo e desafiador de nosso tempo.

Falou a seguir o grão-rabino Ben Zion Uziel. Sua presença no estrado da Comissão foi quase ,que apenas o cumprimento de uma formalidade, pois discursou em hebraico – língua que nenhum dos membros da Comissão entendia – e sem intérprete, distribuindo-se uma tradução escrita[36]. De início apresentou o rabino as boas-vindas aos membros da Comissão por sua presença na Cidade Santa de Jerusalém, e invocou as bênçãos do Todo-Poderoso para o trabalho da Comissão. Em apoio à tese sionista citou várias passagens bíblicas. Referiu-se à constante presença de judeus no solo palestinense e ao trabalho cultural por eles ali realizado mesmo após a perda da independência, bem como à inabalável lealdade dos judeus da Diáspora para com a Terra de Israel. Comentou a grande obra construtiva realizada pelos judeus após o estímulo que lhes foi proporcionado pela Declaração Balfour ("A fertilidade assim restituída ao solo da Palestina é um monumento vivo da iniciativa e energia dos nossos irmãos pioneiros, e testemunha a veracidade da designação bíblica do país como uma terra de leite e mel".). Mencionou também o renascimento do idioma hebreu, "a língua dos Profetas".

Criticou o rabino Uziel a atitude do governo limitando e restringindo a jurisdição do Rabinato, em contraste com os amplos direitos concedidos aos tribunais religiosos muçulmanos. Criticou também, veemente, o White

[36] Não seria essa, porém, a única vez que tal procedimento ocorreria (veja-se adiante).

Paper, “essa medida desumana e cruel”. Referiu-se ao extermínio do judaísmo europeu pelos nazistas, e indagou: “Quem sabe quantas de nossas crianças ainda permanecem entre não judeus, levando uma vida de cativos e prisioneiros?”. Mencionou distúrbios antijudaicos ocorridos, durante e após a guerra, em Tripoli, Iraque, e Egito, e o regime de terror (para os judeus) na Síria e no Afeganistão. Declarou que “o único remédio é a restauração de Israel ao seu Estado e à liberdade na qual possa desenvolver e utilizar suas aptidões, reconstruir o país e o solo com o suor de sua fronte, para o bem de todos os seus habitantes sem qualquer discriminação, conforme nos ordena nossa lei: ‘Mas o estrangeiro que contigo convive será como um natural entre vós, e amá-lo-ás como a ti mesmo... e não o molestarás’ ”.

Concluiu “com a oração para que os senhores possam ser os agentes de confiança da Providência, do Deus de Israel, que é o Deus do Universo, a fim de que com seu trabalho possam realizar a predição do profeta: ‘Eu os congregarei de todas as terras, para onde os tenha impelido na minha ira e no meu furor e na minha grande indignação, e os trarei novamente a este lugar, e farei que habitem nele em segurança... Alegrar-me-ei por eles fazendo-lhes bem, e os plantarei firmemente nesta terra com todo o meu coração e toda a minha alma’ ”.

Nesse ponto a sessão foi suspensa por dez minutos, mas Sandström solicitou aos rabinos que não se retirassem, e estes, reaberta a sessão, tomaram outra vez assento à mesa, para serem interrogados.

Sandström declarou não ter qualquer pergunta a fazer e indagou se algum colega desejava inquirir os rabinos. Sir Abdur queria – só ele, aliás – e travou-se então o seguinte diálogo:

> Sir Abdur – Senhor presidente, tenho grande respeito pelos chefes espirituais e religiosos de todas as comunidades, e os reverencio. Mas, em minha humilde opinião, eles deveriam permanecer acima das controvérsias políticas. E, em respeito aos seus cargos, não farei perguntas relativas a questões políticas, que apareceram entremeadas em seus discursos, limitando-me apenas a algumas perguntas alheias à política.
>
> Eminência: devem aqueles que – embora houvessem sido judeus – agora acreditam em Cristo como um da Santíssima Trindade ser considerados judeus?

> Rab. Herzog – Tenho a honra de responder ao ilustre delegado da Índia, Sir Abdur Rahman. Deve-se fazer uma distinção entre um bom judeu e aquele que não é um bom judeu. Sob o ponto de vista religioso-legal a adoção de uma outra crença não transforma o judeu num não judeu. Dar-lhe-ei um exemplo: de acordo com a nossa lei o casamento entre judeu e não judeu não é válido. O casamento é uma união religiosa. É a mesma coisa sendo entre um judeu e uma cristã, ou de qualquer outra religião. Todavia, o casamento entre uma judia e um judeu renegado só poderá ser dissolvido pelo divórcio conforme prescrito pelas Leis de Moisés. Em resumo: um judeu que abandonou o judaísmo por outra crença continua, num sentido legal, a ser judeu, mas certamente não é um bom judeu – é um judeu renegado.
>
> Sir Abdur – Consideraria então Cristo como um judeu na religião assim como o foi por origem?
>
> Rab. Herzog – Não sei. Acho, Sir Abdur Rahman, que o senhor está pisando em terreno muito delicado. Não julgo conveniente abordar esse assunto. Mas é claro que era judeu. Não há sobre isso a menor dúvida. Ele era judeu.
>
> Sir Abdur – Qual era a extensão dos reinos de Davi e Salomão (que suas almas estejam em paz) na Palestina?
>
> Rab. Herzog – Bem, era muito vasto. Estendia-se praticamente do Wadi el Arish[37] até a Síria. Não tenho aqui comigo, no momento, um mapa. Se quiser maiores detalhes poderei fornecer-lhos.
>
> Sir Abdur – É favor, eminência.
>
> Rab. Herzog – Davi e Salomão – eu lhe darei.
>
> Sir Abdur – Quando governaram eles esse território?
>
> Rab. Herzog – Por volta do século IX antes da era cristã.
>
> Sir Abdur – Minha última pergunta, eminência, é quais tribos se originaram de Ismael, filho de Agar e Abraão (que suas almas estejam em paz)?
>
> Rab. Herzog – O senhor sabe que os filhos de Abraão foram Ismael e Isaac.
>
> Sir Abdur – Estou perguntando apenas sobre Ismael.

[37] Na península de Sinai.

Rab. Herzog – As tribos arábicas.

Sir Abdur – As tribos arábicas descendem de Ismael?

Rab. Herzog – Sim.

Sir Abdur – E os edomitas?[38]

Rab. Herzog – Os edomitas eram os filhos de Esaú. Esaú era filho de Isaac. Os edomitas descendem de Esaú.

Sir Abdur – As tribos árabes descendem de Ismael?

Rab. Herzog – Ismael, sim.

Sir Abdur – Isso é tudo.

Dispensados os rabinos Herzog e Uziel com os agradecimentos de praxe, passou-se, de acordo com a agenda, a ouvir os representantes da Agudath Israel[39], rabinos Jacob Meyer Lewin, Abraham Isaac Klein e Moses Glikman-Porush.

O primeiro a falar – fê-lo em hebraico – foi o rabino Lewin. Expôs logo o credo de sua agremiação: "É nossa opinião que somente a Divina Torá[40] forma a constituição eterna do povo judeu e que ela – e só ela – serve como fundamento e essência da existência do povo judeu como nação do Senhor; que só a Torá é a alma e espinha dorsal dessa nação, e que tudo aquilo que é formador na Palestina e no povo judeu só tem valor permanente e direito à existência na medida em que tiver conexão com ou derivar da Torá do Todo-Poderoso". Mas nem por isso (ou talvez por isso mesmo) as reivindicações da Agudath Israel deixavam de se assemelhar (até certo ponto) às da Agência Judaica: "A Terra de Israel e o Povo de Israel constituem uma unidade completa para sempre inseparável. Por isso pleiteamos, na prática, que os portões da Terra Santa sejam abertos a todos os judeus desejosos de virem para cá; que a capacidade de absorção do país

[38] Também conhecidos como idumeus, viviam ao sul de Canaã e eram, em tempos bíblicos, inimigos dos hebreus. Assim como Ismael simboliza os muçulmanos, o nome Edom foi usado, na Idade Média, para simbolizar o cristianismo.

[39] A Agudath Israel (expressão que significa "Liga de Israel") era um grupo religioso ortodoxo não sionista, cujas congregações se mantinham separadas da comunidade judaica oficial por não concordarem com instituições nacionais seculares. Após a criação do Estado de Israel aceitariam o fato consumado, encarando-o como obra divina e concretização duma profecia. É atualmente um partido político de acentuada tendência teocrática.

[40] Torá – nome hebreu do Pentateuco, ou lei mosaica.

seja desenvolvida até o limite das possibilidades; e que seja estabelecido um regime político capaz de garantir a livre imigração, o desenvolvimento do país e sua utilização até o máximo de sua capacidade de absorção."

E pouco além: "Decididamente, a maior parte dos preceitos da Torá dependem, para sua realização, de uma colonização intensa da Terra de Israel. Só aqui – e em nenhum outro lugar – poderá Israel cumprir a grandiosa missão que o Todo-Poderoso lhe confiou. A Terra de Israel foi prometida ao primeiro judeu, a Abraão nosso Pai; e a partir do dia em que o Senhor falou 'Pois toda a terra que vês, darei a ti e à tua descendência até a eternidade' foi estabelecido um laço eterno entre o Povo de Israel e o Senhor... Somente nesta Terra é dado ao judeu alcançar elevação e perfeição espiritual. Aqui os homens de Israel atingiram a luz extrema da realização humana: a Profecia. Aqui os Profetas viram suas visões. O ar desta nossa terra foi respirado pelos nossos grandes mestres da Lei, aqueles líderes-gigantes do Povo de Israel, os maiores dos seus homens sagrados".

Abordou o rabino Lewin assuntos já tratados em depoimentos anteriores, mas com outras palavras, apresentando-os sob um novo prisma. Por exemplo: "O grau de lealdade de Israel à sua terra refletiu-se na lealdade da terra ao seu povo. Nem um só dos conquistadores do país conseguiu, através dos séculos, fazer florescer novamente a indigência da terra. As palavras da Torá 'E teus inimigos serão nela um deserto' cumpriram-se literalmente. A terra recusou seus frutos aos estranhos. O povo da Diáspora tornou-se estéril à distância, ansioso e saudoso pela terra; e a terra permaneceu estéril, ansiando por seus filhos. Em recente excursão pelo país viram os senhores com seus próprios olhos a grande maravilha: a aridez das partes do país não povoadas por judeus, e o frescor florescente onde quer que o judeu se tenha ligado – com amor, sacrifício e devoção – ao solo do país. Possa essa visão miraculosa tornar-se testemunho vivo e prova evidente da conexão metafísica ligando Israel à Terra de Israel... A colonização da Palestina destaca-se entre os mandamentos da Torá. E ela nunca cessou, desde o início de nossa dispersão. Cada pedra, cada planta, cada grão de areia de nossa terra tem sido amado e santificado, pois o amor do povo à terra é na verdade uma inspiração divina para sempre presente na alma de todo judeu".

Referiu-se à guerra "unilateral" movida contra os judeus "sob diversas formas e vários pretextos. Essa guerra atravessa, como um rastro

vermelho, a História – desde os faraós, Nabucodonosor, Hamã Tito, Torquemada, Hmelnitsky[41], até Hitler... Não somos todos filhos do mesmo Pai? Não foi Deus que nos criou a todos? Não trouxemos ao mundo o reconhecimento de Deus? Quantos valores de generosidade, verdade, retidão e justiça não têm as nações aceito das mãos desta mais antiga entre elas? Por que então somos perseguidos? Nossa resposta a isso tudo é: sempre que as forças do mal se ergueram em rebelião contra o Criador do mundo, elas consumiram sua ira contra este povo, o Povo de Israel; seu ódio a Israel provinha de um ódio contra os ensinamentos da Torá e as visões dos Profetas".

Deteve-se depois o rabino Lewin na tragédia do judaísmo na Europa hitlerista, e suas palavras, por vezes, vinham repassadas de dramaticidade:

> Poderá parecer enfadonho reabrir o capítulo da destruição de seis milhões de judeus, mas não podemos deixar de repetir – seis milhões de judeus pereceram. O judaísmo europeu foi levado à destruição.
>
> O massacre realizou-se na Polônia. Foi privilégio meu ter sido um dos três milhões de judeus poloneses. Estão eles diante de meus olhos. Cada um deles um mundo em si mesmo, um tesouro compacto de Torá e sabedoria de vida. Procuramos desolados um terço do nosso povo, em qualidade a parcela mais importante. A Europa continha o reservatório de nosso povo, o cérebro e coração do judaísmo mundial. Mas tudo isso desapareceu da face da terra, desapareceu na morte mais cruel e mais horrenda, vítima de um sadismo sem par e uma engenhosidade maléfica. Velhos e moços queimados vivos.
>
> Vivi na Polônia. Vivi a vida que um judeu vivia. Fui criado nos princípios do verdadeiro judaísmo. Vivi entre meu povo, minha família. Meus irmãos e irmãs foram liquidados. Três dos meus netos queridos foram queimados, juntamente com todas as outras crianças de Israel; ao todo um milhão e meio de crianças judias, crianças inocentes e ignorantes de pecado, cada uma das quais poderia ter-se tornado um orgulho para nosso povo e para a humanidade.
>
> Sou um daqueles que, como por milagre, foram salvos da boca escarnada do monstro. Não sei porque logo eu deveria ser privilegiado para escapar do fogo que nos envolvia a todos nos crematórios de Treblinka e Auschwitz, ou seria para que eu fosse seu mensageiro, transmitindo seus brados aos senhores?
>
> Nós, da Agudath Israel, sofremos talvez as maiores perdas. Os melhores de nossos líderes não mais existem.
>
> Seis milhões de almas judias choram diante dos senhores, seu sangue se agita e não encontra repouso; move as próprias fundações do universo. Um milhão e meio de crianças! Quando ouviu o mundo algo semelhante? Quando ocorreu uma tal guerra? Serão os senhores capazes de imaginar o significado dessas palavras? Um milhão e meio de crianças queridas, cujas mãos não nos permitiram beijar antes de ascenderem às chamas para serem queimadas vivas nos fornos. Como pode a humanidade, como pode qualquer ser humano suportar tão inimaginável sadismo?
>
> E como se separaram de nós? Santificando Seu grande nome, falando assim aos seus opressores: "Podeis destruir nossos corpos, mas nunca nossas almas!" Seu sangue continua a agitar e abalar os alicerces de todos os vivos. Mundo, mundo, onde estás? E através dos senhores pergunto ao mundo: Onde está tua consciência?
>
> De fato, as nações amantes da liberdade combateram Hitler, mas não era a nossa luta. A luta de Hitler contra os judeus precedeu de cinco anos a Guerra Mundial.
>
> Hitler fez subir balões de ensaio para averiguar até que ponto o mundo estava disposto a deixá-lo ir em sua maldade. Quando em 1939 o navio de refugiados *St. Louis* com seus 700 passageiros judeus a bordo cruzava os mares, ao acompanhamento do riso barbárico de Hitler, não havia um único país, inclusive os Estados Unidos, disposto a aceitá-los. Tendo realizado "ações" menores, isto é, matança de judeus em pequena escala, diante dos olhos de um mundo mudo, empreendeu então "ações" mais amplas. Novamente o mundo permaneceu mudo. E assim pôde ele prosseguir, em seu caminho de crueldade insana, na tarefa da mais pavorosa destruição jamais testemunhada pelo mundo.
>
> Não me proponho a apresentar-lhes aqui os fatos demonstrando como os judeus poderiam ter sido salvos; e o mundo impassível diante do nosso sangue.
>
> Embora indubitavelmente caiba ao White Paper grande parcela de responsabilidade pela inatividade na salvação dos judeus, o mundo

[41] Bogdan Hmelnitsky (1593-1657), chefe de cossacos ucranianos, foi responsável pelo massacre, com requintes de selvageria, de milhares de judeus poloneses. (O Tito citado é, evidentemente, o romano, e não o iugoslavo.).

em geral, e particularmente as grandes Potências, não podem ficar isentos de responder por essa acusação.

> Não nos sentimos como estando no banco dos réus. Permitam-me dizer que seria mais justo colocar nele todos aqueles que devem aceitar a responsabilidade pela destruição de nosso povo.
>
> Não acreditamos ser possível, de um modo natural, consolar-nos e encontrar substitutos para nosso desastre, para a perda de seis milhões de irmãos. Então qual é o problema?
>
> Ficaram vivos um milhão e meio de judeus que escaparam à destruição.
>
> Os judeus não têm mais qualquer lugar no mundo. Deve-se por isso possibilitar-lhes a volta ao lar, à terra de seus pais. Os senhores visitarão os campos, verão sua situação, saberão o que aconteceu, e o que ainda há para ver. E então se convencerão de que os judeus não podem ou não querem mais permanecer no cemitério europeu. Eles simplesmente não podem continuar a viver onde suas famílias e tudo que lhes era mais caro foram assassinados. Em alguns desses campos que Hitler construiu para eles, completos até com arame farpado, esses nossos infelizes irmãos continuam a viver uma vida de prisioneiros num mundo já libertado há dois anos.

E adiante: "Não roubamos uma só coisa dos árabes. Pagamos bem caro por tudo. Erguemos o seu nível de vida, nós que sofremos o exílio e aprendemos a dar valor à vida alheia. O povo judeu quer paz com o povo árabe. Há lugar para todos neste país". Suas palavras conclusivas foram: "Possa o Todo-Poderoso ajudá-los e estar ao seu lado. Obrigado".

Falou a seguir, também em hebraico, o rabino Klein, membro do Executivo Central da Agudath Israel. Pediu igualmente a abertura dos portões da Palestina "a nossos irmãos e irmãs", uma imigração sem restrições "e a oportunidade de desenvolver o país a fim de que seus filhos possam voltar a viver uma vida de repouso e dignidade". Foi, porém, bem mais explícito quanto aos objetivos específicos da Agudath Israel: "Nós, judeus ortodoxos, que compreendemos a Torá como a suprema finalidade da vida de nosso povo e base de toda sua existência, nós que não reconhecemos soberania popular separada da soberania da Torá, exigimos da maneira mais enfática que nesta Terra de Israel tudo se faça de acordo com as leis da Torá, e que se conceda a todas as nossas organizações e

congregações uma completa liberdade legal para agir inteiramente de acordo com as nossas concepções".

E concluiu:

> Acreditamos firmemente que a redenção de Israel virá conforme testemunhado por nossos Profetas na boca do Todo-Poderoso, Guia do Universo.
>
> E acreditamos que àqueles que procuram a Justiça e a Verdade o Todo-Poderoso ajuda a encontrá-las. Possa Ele guiar-lhes os corações nessa procura.
>
> Recomendem, pois, as medidas que solicitamos.
>
> Que as bênçãos do Todo-Poderoso acompanhem seu trabalho.

O orador seguinte, rabino Glikman-Porush (também ele se expressou em hebraico) declarou ter nascido em Jerusalém, membro de uma família que vivia ininterruptamente naquela cidade há oito gerações. Lembrou que sua família, até os distúrbios de 1936, mantivera sempre excelentes relações com seus vizinhos árabes. Mencionou o trabalho realizado na Palestina pelos judeus ortodoxos: na agricultura; na construção de cidades (como, por exemplo, Tiberíade e Safed); fundando instituições culturais e filantrópicas; criando escolas. E terminou com um apelo para que as portas da Palestina fossem abertas à imigração.

Sandström declarou então não ter quaisquer perguntas a fazer aos representantes da Agudath Israel, e indagou: "Algum outro membro deseja fazer uma pergunta?". Sir Abdur não deixou escapar a ocasião de mais uma vez trazer à baila o remotíssimo Ismael, perguntando: "As tribos árabes que vivem na Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia são descendentes de Ismael?". Respondeu o rabino Klein: "A maioria são filhos de Ismael". E Sir Abdur se deu por satisfeito. Pouco depois (às 12:35h) foi encerrada a sessão.

Na sessão pública de 11 de julho (sexta-feira), aberta às 11 horas da manhã, seriam ouvidos, inicialmente, representantes das Igrejas Anglicana e da Escócia, e depois representantes das organizações femininas judaicas da Palestina.

O primeiro a falar foi o reverendo Weston Henry Stewart, bispo da Igreja Anglicana em Jerusalém. Acusou o governo mandatário de, não

obstante ser essencialmente cristão em sua composição, comportar se às vezes de modo "um pouco áspero em relação aos sentimentos religiosos dos cristãos". E aproveitou a oportunidade para dizer que era do seu conhecimento que diversos cristãos haviam ficado sentidos pelo fato da Comissão ter realizado, "em respeito aos dias sagrados de outras crenças", sessões aos domingos. Queixou-se (seriamente) da inexistência no país de uma verdadeira liberdade religiosa, "especialmente quando a liberdade religiosa é interpretada, e achamos que assim deva ser, como liberdade de conversão". Afirmou existir forte pressão dos dirigentes das comunidades árabe e judaica contra os convertidos (ou desejosos de se converterem) ao cristianismo. E acrescentou ter sido visitado por três judeus ortodoxos que lhe vieram pedir que solicitasse à Comissão o direito dos judeus rigorosamente ortodoxos se organizarem numa comunidade religiosa separada do Vaad Leumi[42], comentando: "É para mim uma tragédia que um grupo – que não é nem de minha raça nem de meu credo – venha a mim pedir que lhe seja permitido ser uma comunidade religiosa fora da comunidade de seu próprio povo, outrora mola mestra da religião do mundo".

Seguiu-se com a palavra o reverendo W. Clark-Kerr, moderador da Igreja da Escócia em Jerusalém. Foi sucinto, e na sua breve alocução destacava-se a reivindicação de que, qualquer que fosse o sistema de governo instituído para a Palestina, "cada religião fosse adequadamente representada na administração do país". Isso, evidentemente, era um tanto vago, mas pouco depois, já no interrogatório, seu colega, bispo Stewart, foi mais explicito, declarando que, "no mínimo, em qualquer forma projetada de governo – supondo-se permaneça a Palestina um Estado unitário – a voz cristã no governo e a participação cristã em qualquer órgão administrativo deveriam ser suficientemente claras e fortes, a fim de manter a justiça para com as minorias cristãs bem como as maiorias não cristãs". Perguntado por Sandström de que modo os interesses cristãos deveriam ser protegidos, disse o bispo Stewart: "Somente se soubéssemos a forma do governo poderia eu responder-lhe".

Venkata Viswanathan, da Índia (suplente de Sir Abdur), quis saber que medida constitucional ou administrativa era desejada para que fosse assegurado o direito de converter. Afirmou o bispo Stewart não estar em

[42] Tal pedido já feira, por mais de uma vez, rejeitado pelo governo, da Palestina.

condições de responder, esperando que "esta Comissão responda à pergunta". Nova pergunta de Viswanathan: se a participação do cristianismo no governo da Palestina seria baseada na minoria cristã da Palestina ou no fato de o cristianismo ser uma das três grandes religiões com interesse pelo país. Respondeu o bispo Stewart que isso dependeria "da proporção de representação que fosse dada às outras religiões. É fato que, no momento, os interesses das duas outras grandes religiões estão sendo pesados não pela sua proporção no país mas sim por sua proporção no mundo. Todo o judaísmo está interessado nos judeus da Palestina. Todo o Islã está interessado nos árabes da Palestina.. E, toda a cristandade está interessada nos cristãos da Palestina. Se as primeiras duas religiões vierem a ser adequadamente representadas, pedimos que a terceira também o seja". Viswanathan: "Não apenas com base na minoria neste país?". Reverendo Stewart: "Não apenas com base em sua minoria".

E com isso passou-se ao item seguinte da agenda. Compareceram, pelas Organizações Femininas Judaicas da Palestina[43], as Sras. Rachel Katznelson-Rubatchov e Rebecca D. Sieff.

Falou inicialmente, em hebraico (uma tradução escrita foi entregue à Comissão), a Sra. Katznelson-Rubatchov. Declarou que o Conselho das Organizações Femininas Judaicas da Palestina havia solicitado o privilégio de comparecer perante a Comissão não para repetir "o amplo testemunho que os senhores já ouviram dos representantes do Yishuv e da Agência Judaica, mas porque sentimos que um exame do papel da mulher na construção do Lar Nacional Judaico poderá ajudar a esclarecer aquele problema para o qual foram incumbidos de encontrar uma solução". Explicou então que o principal objetivo das organizações femininas judaicas sionistas tem sido o de ter uma "participação integral na construção do Lar Nacional Judaico. Isso é natural em mulheres de um povo perseguido e oprimido lutando pela liberdade. Outra característica é o desejo de desenvolver serviços essenciais de saúde, educação e bem-estar social – o que é típico de mulheres de um povo pioneiro".

[43] Integravam as Organizações Femininas Judaicas da Palestina, entre outras, as seguintes sociedades: Hadassah (Organização Sionista Feminina dos Estados Unidos); WIZO (Organização Sionista Internacional Feminina): Conselho Geral das Mulheres Trabalhadoras; Organização Sionista Feminina da Palestina; Mizrachi – organizações femininas nos Estados Unidos e Palestina (religiosas); Organização das Mulheres Pioneiras.

Passou depois às exemplificações. Com relação ao trabalho agrícola afirmou que os movimentos femininos haviam educado gerações de mulheres jovens, na Palestina e na Diáspora, no respeito ao trabalho físico, especialmente da terra. "Parte considerável do esforço e do dinheiro que as organizações femininas despenderam no país destinava-se à instrução agrícola de moças". Citou a colaboração feminina no campo da educação, bem como sua contribuição ao esforço de guerra (nos serviços auxiliares femininos e nas indústrias bélicas). Mencionou as guerrilheiras palestinenses que "morreram em terras estranhas, na esperança de que pudessem salvar os que estavam destinados ao extermínio pelos nazistas".

E adiante: "Hoje mulheres da Palestina encontram-se nos campos de pessoas deslocadas da Alemanha, Áustria e Itália; entre elas estão mães que deixaram suas famílias na Palestina. Cuidam de crianças, órfãos e jovens que foram vítimas do terror nazista. Elas estão restaurando sua fé na humanidade e incutindo-lhes a esperança de iniciar uma vida nova. E elas podem fazê-lo, pelo que a Palestina significa para elas. No último inverno trabalhei durante vários meses num campo alemão da zona americana. Lá encontrei meninos e meninas e jovens, e assim posso falar com conhecimento de causa. E eu lhes digo, não apenas como sionista mas como mãe judia: não pode haver reabilitação – nem espiritual nem física – para essas crianças enquanto permanecerem nos campos. Independentemente de qualquer solução política, pedimos-lhes que recomendem seja permitido às crianças e jovens dos campos de pessoas deslocadas da Europa e Chipre virem para cá. Aqui nós, mães, os receberemos. Aqui não lhes faltará afeição. E se é experiência que se exige para a educação desses milhares de meninos e meninas, então nossas professoras, enfermeiras e assistentes sociais têm a experiência necessária. Cremos que não pode haver argumento contra esse nosso pedido, o de um povo chorando a perda de um milhão de crianças, assassinadas por mãos vis, que almeja dar aos poucos sobreviventes uma oportunidade de viver na Pátria, pois só o ar e o clima – físico e espiritual – da Palestina podem dar-lhes o que precisam". E concluindo: "Possa a salvação dessas crianças ser o primeiro passo no caminho da solução que porá fim ao infortúnio do povo judeu".

A Sra. Sieff tratou da participação das mulheres judias no Movimento Sionista Mundial. Disse ela: "Através de todos os amargos séculos do exílio a mulher judia esteve associada às preces diárias pelo regresso a Sião, e conservou zelosamente aquelas seculares tradições e

festas indissoluvelmente ligadas à vida e ao solo da Terra de Israel. Nas cantigas de ninar com que adormecia seu filho, a mãe judia expressava esse profundo anseio, transmitindo-o de geração em geração. Traduzir essa fé, profundamente enraizada, em termos de organização mundial concreta, abrangendo quase meio milhão de mulheres, não tem sido tarefa fácil. Tem exigido, mesmo, incansável devoção e constante sacrifício pessoal". Referiu-se ao trabalho realizado pela mulher judia palestinense na absorção de crianças salvas da fúria nazista, bem como na reorientação de mulheres já de certa idade igualmente oriundas da Europa ocupada pelos nazistas. E prosseguindo:

> E então veio a guerra. Milhões de judeus presos no inferno europeu; todas as saídas fechadas e trancadas! Nessa situação desesperadora nossas mulheres sionistas colocaram.-se na vanguarda, demonstrando coragem invencível e qualidades de liderança e heroísmo sob condições nunca antes conhecidas. De onde lhes vinha essa coragem? Do forte sentimento de orgulho e dignidade nacionais que haviam desenvolvido durante duas décadas de intensa atividade sionista. Elas já haviam rejeitado qualquer possibilidade de fuga individual, a fim de manter unidas suas destroçadas e dilaceradas comunidades nas diversas etapas daquela estrada do martírio que levava ao campo de concentração e à câmara de gás. Elas mantiveram viva, até o último alento de seus corpos, a herança cultural do povo judeu. Elas arriscaram e perderam suas vidas naquela mais estranha de todas as atividades de contrabando, escamoteando crianças por fronteiras proibidas ou escondendo-as em hospitaleiros lares não-judaicos. Muitas delas entraram para o movimento clandestino de resistência, encontrando seu caminho entre os guerrilheiros, combatendo ao seu lado nas montanhas e nas florestas. Naquela última resistência heroica do gueto de Varsóvia, aquela batalha pela liberdade sem paralelo na história do mundo, nossas jovens lutaram e tombaram. Um simples punhado sobreviveu para contar a história.

Expressou a Sra. Sieff os agradecimentos das organizações que representava à UNRRA e a países como a Suécia e a Suíça "que fizeram tudo que lhes era possível para ajudar a salvar e cuidar dos milhares que conseguiram alcançar suas fronteiras acolhedoras". Adiante disse:

> Somente homens e mulheres desesperados por atingir seu lar, e nenhum outro lugar, seriam capazes de concentrar a força necessária para atravessar essas barreiras impostas pelos seus assim chamados

> libertadores e navegar em alto mar em tão precárias embarcações e sob tão indescritíveis condições. Entre eles grande número de mães gestantes e mulheres com criancinhas nos braços. Será preciso dizer mais? Tem sido necessária a força da Marinha de Guerra britânica para impedir que esses destroços humanos desembarquem na pátria e para escoltá-los aos novos campos de concentração de Chipre, onde ainda ontem proclamaram uma greve de fome em protesto contra as sórdidas e degradantes condições sob as quais são mantidos.

Após solidarizar-se integralmente com as exigências políticas da Agência Judaica para uma imigração livre e um Estado independente, concluiu a Sra. Sieff:

> Mas há uma questão vital, que não admite um momento de atraso e que nós, na qualidade de mulheres e mães, sentimos ser nosso sagrado dever e nosso direito moral colocar diante das Nações Unidas: que as 30.000 crianças sobreviventes nos campos de pessoas deslocadas na Europa e as 2.000 agora em Chipre sejam imediatamente entregues aos cuidados do Yishuv. Como poderemos fazer o mundo compreender que quase todas essas crianças são os únicos sobreviventes de famílias inteiras e estão inteiramente sem parentes? Podem os senhores imaginar o estado psicológico de uma tal criança – depois do que seus olhos testemunharam e depois daquilo que ela sobreviveu? O riso está banido de seus lábios. Até mesmo nos jogos que vi crianças brincando num campo há pouco instalado perto de Frankfurt, não havia alegria infantil, nem aquela espontaneidade que deveria ser o direito inato de cada criança. A mulher judia almeja restaurar esse direito inato até onde for humanamente possível. Onde mais poderá isso ocorrer senão com essa vida vigorosa que é a da Palestina judaica, juntamente com sua jovem geração saudável e normal?
>
> Senhores: esta não é uma situação com a qual se possa lidar através de fórmulas comuns ou métodos normais de procedimento. Pedimos-lhes que, como representantes das Nações Unidas e como simples membros da raça humana, se associem à nossa solicitação pela imediata libertação de nossas crianças.
>
> Não descansaremos, e nem, senhores, lhes daremos descanso, até que tenhamos trazido nossas crianças para casa.

Não havendo quem quisesse fazer perguntas (Sir Abdur não se achava presente), Sandström encerrou a sessão às 13:25h e convocou outra

para o domingo de manhã, dizendo: "Lamento que sejamos obrigados a ter audiências no domingo, mas o tempo de que dispomos é tão curto que se quisermos levar a cabo nossa tarefa não podemos deixar de fazê-lo".

No sábado, 12 de julho, não houve sessão da UNSCOP, mas nesse dia o clima de drama e *suspense* em que se achava imersa a Palestina viu-se subitamente aguçado – e mais uma vez foi o Irgum que disso se incumbiu. Local: a pitoresca cidade de Nathanya; à noite. Dois sargentos britânicos e um funcionário judeu do Departamento da Guerra passeavam tranquilamente pelas ruas daquela pequena cidade à beira-mar; de repente aproximou-se deles um carro do qual saltaram alguns homens armados que lhes ordenaram entrar na parte traseira do veículo, amarrando-os firmemente com cordas. Quando o funcionário judeu conseguiu provar sua identidade foi – amarrado como estava – jogado num laranjal com a recomendação de não fazer qualquer tentativa para sair dali durante quatro horas. O carro seguiu. Não houve testemunhas.

As autoridades britânicas replicaram ao rapto com um ultimato: Nathanya deveria apresentar, ilesos, os dois sargentos, o mais tardar até as 19 horas do dia 14. De nada adiantaram os protestos dos habitantes da cidade, que alegaram, com razão, não poderem ser responsabilizados; inúteis também foram as buscas efetuadas pela Haganah para encontrar os dois reféns. Esse acontecimento teve repercussões sérias na Inglaterra, em cujas principais cidades (Londres, Liverpool, Manchester) ocorreram manifestações antissemitas. Mas, mantendo a ordem cronológica que estamos seguindo, voltemos por ora ao inquérito das Nações Unidas, deixando para mais além a sequência do rapto.

Na sessão de 13 de julho (domingo) foram ouvidos representantes do Partido Comunista da Palestina. Falou inicialmente o secretário do partido, Samuel Mikunis. Muita coisa do que afirmou foi, é óbvio, apresentado sob a perspectiva característica do seu partido, mas nem por isso deixou ele de dizer algumas verdades bastantes contundentes. Acusou as comissões de inquérito anteriores de parcialidade, visto terem sido instituídas pelo "imperialismo britânico". Qualificou de auspiciosa a presença da UNSCOP na Palestina, por demonstrar "que os esforços das massas judaicas e árabes para retirar o problema das mãos do imperialismo foram até certo ponto bem sucedidos", mas lamentou a não participação da URSS na Comissão.

Sobre a administração britânica assim se expressou:

O imperialismo vem há trinta anos mantendo seu domínio na Palestina, governando nosso país como se fosse uma colônia da Coroa. Foram anos de opressão, de dominação política, econômica e militar sobre toda a população da Palestina – tanto árabe quanto judaica. Anos de miséria, desemprego, desmandos cometidos por forças militares e policiais, esforços planejados e conscientes para manter o atraso econômico, social e cultural do nosso país.

Foram anos de terror e opressão, dirigidos contra o nascente movimento nacional de libertação e a classe camponesa, contra as forças anti-imperialistas e patrióticas; anos de prisões e deportações, multas coletivas, terror policial e lei marcial. Um regime colonial opressivo e manchado de sangue, de encorajamento e manutenção da tensão e do antagonismo entre árabes e judeus, de negação das mais elementares liberdades civis, e de exploração do povo. Pobreza nas áreas agrícolas, trabalho suado nas cidades, condições precárias nas plantações cítricas, uma situação pavorosa no que se refere a moradias, sem qualquer esforço do governo para limpar os cortiços dos arredores das principais cidades. Prisões em vez de escolas, campos de concentração em vez de hospitais!

...As forças militares e policiais foram aumentadas a tal ponto que há agora um soldado ou policial para cada 13 cidadãos; e no entanto, com o aumento das assim chamadas “medidas de segurança” a insegurança aumentou... De acordo com o orçamento para o ano 1947-48 a despesa está estimada em cerca de 24.500.000 libras. O principal item de despesa refere-se a Polícia e Prisões, atingindo 7.000.000 de libras, ou 30% do orçamento.

O domínio militar-policial na Palestina se expressa não só pela magnitude dos estabelecimentos policiais e penais mas também pelas ordens e regulamentos concedendo a cada policial e soldado poderes quase ilimitados sobre todos os cidadãos.

O Regulamento de Defesa (de Emergência) de 1945, publicado no Suplemento à *Gazeta Oficial* de 27.9.45, aboliu os últimos vestígios de liberdade pessoal, liberdade de consciência, de palavra, de imprensa e de reunião.

Os métodos utilizados por essa administração de “defesa” tornaram os cidadãos da Palestina completamente indefesos contra a crueldade policial. Turmas especiais britânicas, segundo consta, raptaram

Rubowitz, e nunca mais se soube algo da vítima[44]. Nosso camarada Sjoma Mirojanski não foi mais visto depois de cair nas mãos da polícia em 7 de julho de 1941. Antes da guerra refugiados políticos antifascistas eram deportados para países fascistas sob suspeita de serem comunistas.

...A vida política da Palestina, após 30 anos de domínio britânico, caracteriza-se pela ausência de quaisquer instituições legislativas ou executivas democráticas. O domínio britânico impediu a democratização do país, sabotando até mesmo as mais elementares medidas iniciais.

...Todo poder acha-se investido no alto-comissário... O alto-comissário pode nomear prefeitos e prefeitos-substitutos, dentre os conselheiros, contra o voto da maioria do conselho municipal – como foi feito em Tel Aviv. O alto-comissário pode dispensar um prefeito, um prefeito-substituto, ou todo um conselho municipal – como foi feito em Jerusalém e nove outras municipalidades... Eleições para os conselhos municipais são adiadas repetidas vezes pelo governo a fim de manter no poder maiorias reacionárias. Na maioria das municipalidades não se realizam eleições há doze anos.

...Como em qualquer colônia do Império, o governo britânico usa o povo e os recursos da Palestina como objetos da mais gritante exploração. As principais posições econômicas do país encontram-se em mãos britânicas, como as concessões do mar Morto e de eletricidade, refinarias e oleodutos, companhias de seguros, grandes bancos[45].

...Após 30 anos de domínio britânico 70% da população árabe da Palestina é completamente analfabeta... As poucas escolas profissionais e instituições agrícolas existentes no país foram estabelecidas com recursos particulares, sem qualquer ajuda governamental.

[44] Alexander Rubowitz, jovem de 16 anos supostamente ligado ao Grupo Stern, desaparecera a 6 de maio. Diz Kirk – não obstante sua intransigente parcialidade pró-britânica – que ele fora “evidentemente sequestrado por uma unidade de comandos da Polícia palestinense, recentemente formada sob a chefia do major Roy Farran”; e acrescenta: “Rubowitz nunca foi encontrado, vivo ou morto”. Farran seria submetido a julgamento por corte marcial em outubro; foi absolvido (por falta de provas).

[45] Em relação a isso deu Mikunis uma série de exemplos (que seria fastidioso enumerar aqui), abrangendo igualmente outros aspectos da política econômica britânica na Palestina.

> ...Em muitas indústrias e fábricas ainda é comum o trabalho infantil. O próprio governo emprega crianças de dez anos em diante, com salários extremamente baixos, na construção de estradas, prédios, etc., especialmente nos distritos árabes do sul da Palestina.

O problema da imigração foi qualificado por Mikunis como uma "arma secreta" do imperialismo, destinada a "distrair os povos deste país de sua luta pela liberdade e em vez disso incitá-los um contra o outro". Mas acrescentou:

> A terrível tragédia do povo judeu é, de um modo geral, conhecida. Milhões de pessoas de diversas nações foram aniquiladas pelos criminosos fascistas. Mas não há povo algum cujo sangue tenha sido derramado em tanta quantidade quanto o do povo judeu. Todavia, um quarto de milhão daqueles que sobreviveram a essa horrenda destruição ainda definha – dois anos após o término da guerra – em campos de detenção sob condições terríveis. Esse fato por si só é uma vergonha e uma marca de Caim na testa daqueles que tanto gostam de falar de "cultura ocidental" e que abrem escancaradamente as portas dos seus países a fascistas e colaboradores nazistas, enquanto as mantêm firmemente fechadas para os judeus vítimas do fascismo.

Pediu Mikunis a imediata liquidação dos campos de detenção e a livre imigração na Palestina dos que assim o quisessem, "tomando em consideração o desejo de se juntarem a parentes". Declarou que era vontade dos judeus e árabes da Palestina conseguirem uma "Palestina Árabe Judaica independente, livre e democrática". Rejeitou a ideia de partilha, por contrária aos interesses políticos e econômicos dos dois povos, manifestando-se favorável a um Estado binacional "em que judeus e árabes tivessem direitos iguais". E concluiu formulando os seguintes pedidos: 1) devolução e ampliação das liberdades civis "roubadas"; 2) abolição de todos os regulamentos de emergência; 3) abolição da pena capital e revogação das sentenças de morte recentemente impostas; 4) abolição do sistema de deportação de habitantes do país, independentemente de nacionalidade e opiniões políticas; 5) promulgação de leis para reconhecimento dos direitos dos sindicatos.

O orador seguinte foi o Dr. Walter Ehrlich, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Palestina. Também ele falou sobre o estado de tensão reinante no país e as medidas restritivas, repressivas e opressivas das autoridades britânicas, mas acrescentou que, no momento,

muita coisa havia melhorado devido à presença da Comissão ("Há muitos meses que os soldados não têm demonstrado a moderação que agora adotam".).

Referiu-se a Jerusalém, onde residia. "Que fizeram à nossa cidade? Centenas de famílias foram despejadas de apartamentos, lojas e escritórios. Deram-nos 48 horas para sair e levar nossos pertences para onde quer que fosse possível. Os quarteirões dos quais as pessoas foram expulsas estão cercados de arame. Existem quatro assim chamadas zonas de segurança que cortam os dois caminhos principais da cidade. Acampamentos militares foram estabelecidos dentro da cidade, exemplo impressionante de ocupação militar. Passaportes para as zonas de segurança são emitidos muitas vezes com a 'raça' do portador inscrita com a letra 'J', modo igual ao como os nazistas marcavam os passaportes dos judeus alemães. Durante semanas impuseram-se toques de recolher noturnos, e por muitos dias também toques de recolher diurnos. Os toques de recolher na Palestina são impostos como punição coletiva, sem justificação moral ou legal".

E adiante: "A imigração na Palestina tem sido explorada pelo governo britânico para toda uma série de provocações. Refugiados desarmados são aqui recebidos pela marinha e exército com navios de guerra e tanques. Gás lacrimogêneo foi usado contra eles; em muitas ocasiões atiraram neles, e muitos foram mortos a tiros ou espancados até morrer. Os restantes são postos em jaulas e internados em Chipre, por trás de filas duplas de arame farpado... O soldado que se achava postado na Palestina durante a guerra antifascista era amistoso com o povo. Hoje, os soldados estacionados na Palestina são sistematicamente instruídos no espírito do racismo, e no espírito de um exército de ocupação em território inimigo. Eles foram alimentados com o veneno do antissemitismo".

Deu, a seguir, alguns exemplos da conduta de militares britânicos:

> A 30 de junho de 1946 o toque de recolher imposto em Tel Aviv foi levantado à meia-noite. Dez minutos após a meia-noite, Amram Rosenberg, andando com sua irmã pela Rua Ben-Yehuda, foi morto pelas costas por um oficial britânico. Este confessou o assassinato, mas foi condenado a desligamento do exército.
>
> A 24 de abril de 1946 um soldado de nome Carson estava de guarda no limite Jaffa-Tel Aviv quando se aproximou um grupo de seis árabes, um deles usando dois relógios de pulso. O soldado exigiu um

dos relógios, e quando o árabe respondeu que pertencia a um amigo, Carson o matou, roubando-lhe o relógio. O fato foi testemunhado por muitos, mas a alegação do soldado de que a bala escapara acidentalmente de seu fuzil foi aceita pelo tribunal britânico. Carson foi posto em liberdade.

A 8 de abril de 1947 Moshe Cohen, comerciante em Jerusalém, de 43 anos, foi morto a tiros, a caminho de sua casa, por uma patrulha britânica.

Esther Tobi foi morta a tiros enquanto esperava numa estação de ônibus. Aboud Mizrahi foi morto a tiros quando ia para casa acompanhado de sua filha. Kati Shalom, uma menina de 4 anos, foi morta a tiros numa varanda. Ismail Ibn Mahmud, um rapaz árabe, foi morto próximo à ponte em Herzlia; quando sua mãe acorreu em seu auxílio foi espancada, pontapeada e pisada pelos soldados... Durante os distúrbios de 1936-39 um policial britânico foi ferido; em consequência disso uma patrulha britânica pegou ao acaso três jovens na localidade mais próxima, Gilat el Haritia, matando-os na praça do povoado.

Concluiu o Dr. Ehrlich solicitando à Comissão que recomendasse a urgente evacuação das forças britânicas da Palestina, por ser um “imperativo para a paz e o desenvolvimento do país”, bem como um “imperativo para a evolução pacífica do Oriente Médio”.

O terceiro e último representante do Partido Comunista da Palestina a falar foi Meir Vilner. Iniciou sua exposição com uma crítica aos planos até então apresentados para a Palestina. Criticou também a Agência Judaica e o Dr. Weizmann por aceitarem a ideia de partilha. Declarou que os partidos dos trabalhadores – Hashomer Hatzair, Ahdut Avodah e Poale Zion – foram proibidos pela Agência Judaica de comparecer perante a Comissão por serem contrários à partilha. “Quando a Agência Judaica solicita a partilha da Palestina, ela não expressa a opinião pública do Yishuv”. Afirmou (dizendo que o fazia de modo “claro e inequívoco”) que a cooperação árabe-judaica era possível, e exemplificou: em greves, no combate aos gafanhotos, etc. Qualquer solução política, para tornar-se aceitável às massas árabes e judaicas da Palestina, deveria ser baseada na independência da Palestina e no reconhecimento do direito de ambos os povos à independência –numa Palestina unida, livre e democrática – com igualdade completa de direitos civis, nacionais e políticos.

Submeteu, em nome de seu partido, um plano para a solução do problema palestinense, plano esse consubstanciado nos seguintes itens: 1) revogação do mandato e proclamação da independência da Palestina pelas Nações Unidas; 2) designação, pelo Conselho de Segurança, de uma comissão para executar as decisões das Nações Unidas e restaurar as liberdades democráticas das quais os habitantes da Palestina haviam sido privados; 3) judeus e árabes, livres de pressão estrangeira, decidirão espontaneamente se a Palestina independente deverá ter uma estrutura binacional ou federativa.

Após breve intervalo teve início o interrogatório, com Sandström indagando o número de membros do Partido Comunista. Respondeu Mikunis que o partido funcionava sob condições muito difíceis, tendo 1.400 membros militantes, mas além desses havia milhares de simpatizantes, todos judeus (isso porque os comunistas árabes, por motivos de organização, se achavam filiados à Liga Pró-Libertação Nacional)[46]. Outra pergunta de Sandström versou sobre a imigração, tendo os representantes comunistas insistido que, uma vez alcançada a independência, tudo seria resolvido pacífica e satisfatoriamente, pelos próprios judeus e árabes. Sandström, com razão, mostrou-se cético.

Sir Abdur quis saber, considerada a desproporção numérica entre árabes e judeus na Palestina, o que Vilner entendia por “direitos iguais” a ambos. Respondeu Vilner: “Nossa proposta é que, independente de números, os dois povos tenham direitos iguais”. Pouco adiante – era ainda o mesmo assunto que se achava em debate – Mikunis citou o exemplo da Iugoslávia, onde havia quatro ou cinco povos, proporcionando a constituição democrática do país igualdade de direitos para todos eles. Às 14:05h – sem que se houvesse chegado a acordo sobre o conceito de “direitos iguais” – Sandström encerrou a sessão convocando outra para a manhã seguinte.

[46] Um trabalhador árabe, residente em El-Bassa, localidade próxima a Safed, disse a García-Granados que somente em Naifa havia alguns milhares de comunistas árabes. Mas o comissário distrital assistente para a área de Safed (funcionário britânico), que assistira à conversa, declarou ser essa informação grandemente exagerada, dizendo: “Há, no máximo, algumas centenas, e embora se digam comunistas tenho a certeza de que sabem muito pouco a respeito de comunismo”.

A sessão de segunda-feira, 14 de julho, teve início às 9 horas, sendo dada a palavra ao diretor da Universidade Hebraica, Dr. Judah L. Magnes, falando em nome da Associação Ihud (União). É interessante notar que as teses do Dr. Magnes (homem de um idealismo intenso e profundo, por todos reconhecido)[47] se assemelhavam às defendidas pelos representantes comunistas. Declarou o Dr. Magnes: "Sustentamos que a cooperação árabe-judaica é não só necessária à paz nessa parte do mundo como também possível. Sustentamos, baseados na experiência dos últimos 25 anos, que nunca se fez da cooperação árabe-judaica um objetivo político principal, quer por parte do governo mandatário, quer pela Agência Judaica, quer por aqueles representando os árabes. Encaramos isso como o grande pecado de omissão cometido durante todos esses anos. As relações árabe-judaicas constituem o mais importante problema político que temos de enfrentar."

Afirmou o Dr. Magnes ser a Palestina um país *sui generis,* onde os árabes possuíam direitos naturais e os judeus direitos históricos; a questão, portanto, era "como se poderá chegar a um acordo honroso e justo". E pouco adiante: "Propomos que a Palestina se torne um país binacional formado por duas nacionalidades iguais, judaica e árabe, um país onde cada nacionalidade terá direitos políticos iguais, independente de quem seja maioria ou minoria[48]. Chamamos a isso de 'Paridade Política'". Citou a propósito o exemplo da Suíça, onde essa experiência vinha-se realizando com êxito há mais de cem anos, com "três nacionalidades distintas, cada uma delas conservando zelosamente sua própria cultura, e ao mesmo tempo mostrando-se cidadãos fiéis do Estado político".

Propôs ainda a admissão imediata de judeus e árabes (em número igual) nos postos de chefia do serviço público palestinense, seguida pela transferência transitória (embora admitindo um período de tempo provavelmente considerável) da administração da Palestina para as Nações Unidas, e, posteriormente, a eleição de uma assembleia constituinte. Solicitou a concessão de certificados de imigração a 1.000.000 de judeus, e mais tarde o prosseguimento da imigração judaica até que fosse atingida a igualdade numérica com os árabes. Concluiu manifestando-se contrário à partilha – por razões religiosas, históricas, políticas e econômicas –

[47] García-Granados: "Um judeu venerável, erudito e idealista".
[48] O Dr. Magnes, conforme vimos no capítulo precedente, já apresentara proposta semelhante à Comissão Anglo-Americana.

afirmando que, se concretizada, seria um grande desastre, tanto para os judeus quanto para os árabes.

À pergunta de Sandström se desejava um intervalo, respondeu o Dr. Magnes: "Não; estou preparado para uma longa sessão com os senhores". Assim foi dado logo início ao interrogatório, no decorrer do qual o Dr. Magnes – conforme também fizera perante a Comissão Anglo-Americana – sugeriu a divisão da Palestina em cantões, e assegurou saber, por conhecimento próprio, que havia árabes "inteiramente favoráveis a essa ideia binacional de dois povos iguais na Palestina". Declarou que a situação no país deteriorara, fundamentalmente, devido à não concessão dos 100.000 certificados de imigração, e, em sua opinião, "tecnicamente desde quando a Agência Judaica adotara como seu programa oficial o Estado Judeu para a Palestina". Travou-se então o seguinte diálogo:

> Sandström – É justo dizer-se que a desconfiança árabe foi despertada por essa exigência de um Estado Judeu?
>
> Magnes – Sem dúvida.
>
> Sandström – Que a exasperação aumentou de ambos os lados?
>
> Magnes – Sim.
>
> Sandström – Que há aqui um estado de coisas um tanto nervoso?
>
> Magnes – Sim.
>
> Sandström – Não acha, porém, que é muito tarde para pôr à prova sua ideia?
>
> Magnes – Nunca é tarde para se fazer algo de bom.

Pouco depois, o Dr. Magoes reconheceu que a maioria da população judaica da Palestina era favorável a um Estado Judeu. "Um Estado Judeu uninacional?", perguntou Sandström; e o Dr. Magnes respondeu: "A favor de um Estado Judeu de qualquer espécie".

Adiante vieram as perguntas de Sir Abdur Rahman, dando mais uma vez maior animação ao interrogatório:

> Sir Abdur – Não acha que os judeus que têm vivido há longo tempo neste país sentem-se mais aparentados aos árabes do que com os judeus que vieram da Europa e outros lugares?

Dr. Magnes – Isso é natural, pois puderam conhecer-se mutuamente, o modo de vida e a língua de cada um, temem-se menos um ao outro, parecem-se menos estranhos.

Sir Abdur – Não acha que os judeus que aqui têm vivido consideram os judeus vindos de outros lugares como sendo quase uma nação diferente?

Dr. Magnes – Não; aconselho-o a não dar crédito a quem lhe disse isso.

Sir Abdur – Então em sua opinião, no que concerne aos judeus, religião e nacionalidade são a mesma coisa?

Dr. Magnes – Não sei se compreendi bem o sentido de sua pergunta.

Sir Abdur – Se o senhor identifica a nacionalidade judaica naqueles que creem na fé judaica.

Dr. Magnes – Não; há aqueles que abandonaram a fé judaica – assim dizem – e no entanto são judeus, pertencendo à nacionalidade judaica. Há muitos casos desses.

Sir Abdur – E o vice-versa da afirmação que acaba de fazer?

Dr. Magnes – Isto é, aqueles que são judeus por religião não o serem por nacionalidade? Bem, acho difícil. Poderá haver alguns judeus. Eles poderão alegar que não são membros da nacionalidade judaica, pois esta pressupõe, em geral, o ter nascido na nação judaica.

Ao ceticismo manifestado pelo juiz Rand (Canadá) quanto a uma garantia constitucional assegurando a paridade, retrucou o Dr. Magnes expressando sua confiança na ação das Nações Unidas, "algo que nunca existira antes".

Findas as perguntas ao Dr. Magnes, determinou Sandström um breve intervalo, após o qual foi convidado a subir ao estrado em que se encontrava a Comissão outro representante do Ihud, o engenheiro Dr. M. Rainer[49]. Fê-lo acompanhado pelo Dr. Magnes. Instado por Blom, apresentou o Dr. Rainer suas "objeções técnicas muito sérias" à partilha. A primeira dizia respeito à população: o Estado Judeu conteria uma imensa minoria árabe que se consideraria como pertencendo a uma nação árabe,

[49] O Dr. Rainer fora, durante 25 anos, um dos engenheiros-chefes do Departamento de Obras Públicas da Palestina.

resultando disso um Estado Judeu apenas nominal (e mesmo que a imigração ocasionasse um grande aumento da população judaica, continuaria a existir sempre uma considerável minoria árabe, tornando-se necessário um governo praticamente binacional.). A segunda era relativa ao território: "enquanto a maior área pretendida seria apenas nominalmente um Estado Judeu, a menor área possível que poderia ter esse Estado não seria conveniente pois impediria a imigração". Terceira: dificuldades de comunicação (lembrou a propósito o caso do "corredor polonês"). Em quarto lugar citou o problema das alfândegas. As duas últimas objeções referiam-se aos prejuízos que uma partilha acarretaria aos planos de desenvolvimento econômico e de irrigação.

Após nova e inconclusiva troca de opiniões sobre dificuldades e possibilidades de partilha ou de um Estado binacional, indagou Sandström: "Há alguma pergunta mais?" Havia sim, do representante do Canadá:

Rand – Estou pensando no objetivo mais ou menos universal, ou sonho, ou, poderíamos dizer, alvo espiritual do povo judeu, de possuir uma pequena parcela da superfície da Terra de que pudesse dizer que era exclusivamente sua.

Magnes – Bem, se dependesse apenas de mim, e se tivéssemos as mãos livres, eu criaria um Estado Judeu. Há muitos judeus, na América e em outros lugares, que se opõem por princípio a um Estado Judeu. Não sou um deles. Gostaria de ver o povo judeu carregando o fardo da direção de um Estado. Eles poderiam então, talvez, acrescentar algo aos tesouros espirituais da humanidade. Mas não cabe a mim decidir. Não há nenhuma *tabula rasa.* Temos aqui neste país dois povos. Uma das maneiras de tentar fugir a isso tem sido procurar algum outro território. Certa vez o governo britânico ofereceu aos judeus estabelecerem-se em Uganda. O povo judeu recusou. Por quê? Porque não era a Palestina. Outros países poderiam oferecer espaço ao povo judeu sem lar. O povo judeu não está interessado nisso. Aliás, devo dizer que estou surpreso por não terem algumas das grandes potências aberto suas portas a algumas das pessoas deslocadas judaicas, concentrando-se todas sempre só e exclusivamente na Palestina para o recebimento dessas infelizes vítimas do terrível holocausto. Mas o povo judeu teria recusado. Quando digo povo judeu, quero com isso significar que a história judaica, o futuro judaico, o recusariam, como o têm recusado até agora. De modo que nos encontramos nessa situação peculiar, nós,

um povo peculiar, é assim que somos denominados em nossa Bíblia – e somos um povo peculiar, às vezes no bom sentido e às vezes, talvez, num sentido menos bom – e este é um país peculiar, no qual, conforme temos concordado, milhões de pessoas estão interessadas, e é aqui que, com bons propósitos, desejamos estabelecer nosso Lar Nacional, e o estamos estabelecendo.

Agora, se pensam que com essa divisão, essa partilha, estão respondendo ao anseio secular do povo judeu por um nicho no mundo, por um lar, por seu próprio Estado, acredito eu que essa é uma concepção errônea. Isso não responde às necessidades judaicas. É pequeno demais. Há nesse Estado uma minoria demasiado grande de árabes, e demasiadas dificuldades administrativas, econômicas, sociais e educacionais. Se pudessem dar ao povo judeu a Palestina, toda a Palestina, como o querem muitos judeus – temos entre nós partidos que afirmam que todo esse falatório, todo o nosso falatório e o falatório de partilha e tudo mais é tolice; o que o povo judeu exige é a Palestina de ambos os lados do Jordão, e alguns chegam mesmo até o Eufrates, porque em nossa Bíblia as fronteiras da Palestina foram por vezes fixadas do Nilo ao Eufrates (o que, é claro, não nos poderiam dar) – isso talvez pudesse vir de encontro a essa grande necessidade histórica do povo judeu de ter alguma espécie de Estado que o tornasse equivalente, como Estado, aos de alguns dos outros povos do mundo. Mas pegar esse minúsculo país – os senhores viram como é pequeno.

Rand – Terá, por seus limites geográficos, que ser necessariamente simbólico, mas o que o senhor diz é que esse anseio deverá permanecer eternamente insatisfeito.

Magnes – O que eu digo é que enquanto a Palestina for habitada por dois povos e enquanto não tivermos uma ou duas gerações de experiência e de experimentos, de erros e acertos, de resolver as coisas conjuntamente, afirmo que o povo judeu terá que passar sem isso, como o tem feito por muitas centenas de anos. Tenho a convicção profunda de que aqui o povo judeu pode demonstrar capacidade criadora, e é isso que visamos, acima de tudo. Além disso, aumentando a imigração até a paridade nesse Estado binacional, mesmo que não cheguemos a alcançar nossa legítima ambição de ter um Estado no mundo que possamos chamar nosso, estou certo de que será mais fácil encontrar a solução. Não creio que a tarefa possa ser realizada de outra maneira.

Com a transferência (para a manhã de terça-feira, 15 de julho) do item seguinte da agenda (novamente representantes do Partido Comunista da Palestina), e o não comparecimento, por motivo de indisposição, do rabino Joseph H. Duschinsky, rabino-chefe da comunidade judaica ortodoxa (asquenazim) de Jerusalém, foi às 13:50h encerrada a sessão.

Cinco horas depois expirava o prazo do ultimato britânico exigindo a libertação dos dois sargentos. Estes, contudo, não apareceram. De manhã a emissora do Irgun anunciara: “Os dois sargentos estão sendo mantidos em local onde podem permanecer por um mês ou mais. Não os entregaremos até que sejam comutadas as sentenças contra os nossos homens”. Na hora marcada (19 horas) Nathanya e cerca de vinte localidades adjacentes foram postas sob lei marcial, ficando a área completamente isolada do resto da Palestina – comunicações telefônicas e telegráficas interrompidas, habitantes sob regime de prisão domiciliar e portanto impedidos de se locomoverem para outros lugares, e até mesmo proibição de entrada de alimentos. Buscas efetuaram-se em todas as residências, e todos os judeus do sexo masculino, de idade compreendida entre 16 e 40 anos, foram submetidos a rigorosa revista e interrogatório. Tudo, porém, em vão.

No dia 15 realizou a UNSCOP duas sessões, uma secreta e outra pública, ambas no local costumeiro (edifício da YMCA). Na sessão secreta, iniciada às 9 horas, foi ouvido o frade franciscano irmão Simon Bonaventure; veio ele representando o Custódio da Terra Santa, Alberto Gori, representante oficial do Vaticano para os Lugares Santos na Palestina, cujos pontos de vista vinha expor[50]. Declarou ele que, sentindo-se a isso obrigado por um dever de consciência, vinha auxiliar a Comissão a dar cuidadosa atenção aos interesses da cristandade na terra sagrada da Palestina. Afirmou:

> Somos indiferentes à luta política que atualmente agita a Palestina atraindo a atenção mundial. Todavia, em vista dos insistentes pedidos de autonomia política – seja partilha ou soberania independente, se algum dia tal eventualidade se concretizar – é de máxima importância adotarem-se sólidas garantias internacionais compreendendo medidas de proteção eficazes para a segurança e preservação desses santuários cristãos. Seria um tanto forçado

[50] A Comissão recebera, da mesma fonte, um memorando “sobre os desejos dos católicos na Palestina”.

> esperar que um governo não cristão demonstre uma consideração ativa e simpática por Lugares Santos cristãos dos quais têm pouco ou nenhuma compreensão... Livre acesso permanente a todos os santuários e a celebração sem embaraços de ofícios religiosos devem necessariamente constituir pré-requisitos para qualquer *modos vivendi* a ser estabelecido.

Concluindo, expressou a "firme esperança" de que seria dada séria atenção ao "importantíssimo problema" dos Lugares Santos nas recomendações à Assembleia Geral, "independente de qualquer nova solução política – provisória ou permanente – que possa ser estabelecida".

Tendo frei Bonaventure defendido a ideia de um enclave para Jerusalém, perguntou-lhe Sandström se a Cidade Velha seria suficiente. Respondeu o frade que "de maneira alguma".

O juiz Rand quis saber qual a base legal do Vaticano para sua jurisdição sobre os Lugares Santos. Respondeu frei Bonaventure que isso vinha desde o tempo da dominação turca. Mas Rand não se deu por satisfeito:

> Rand – Suponho que há uma divisão de interesses entre as várias denominações religiosas.
>
> Bonaventure – Bem, cada denominação cuida dos seus próprios santuários.
>
> Rand – Como é que conseguem seus santuários?
>
> Bonaventure – Já disse – pelo regime turco.
>
> Rand – A divisão foi feita pelos turcos?
>
> Bonaventure – Sim.
>
> Rand – E desde então continua a mesma divisão?
>
> Bonaventure – Mais ou menos.
>
> Rand – Foi mudada como? O senhor disse "mais ou menos"; se não é exatamente a mesma, foi então a Potência governante que a mudou, ou foi o Custódio?
>
> Bonaventure – Não, o Custódio não a modifica de forma alguma. Ele pode mudar aquilo que está sob sua jurisdição. Mas onde há questões de propriedade de santuários com outras comunidades, aí, é claro, temos o governo mais ou menos como um supervisor.

> Rand – O governo civil?
>
> Bonaventure – Sim, naturalmente.
>
> Rand – E têm sido feitas modificações pelo governo civil?
>
> Bonaventure – Bem, isso, senhor delegado, diz respeito à questão do *status quo*, e isso realmente não entra no âmbito...
>
> Rand – Desculpe interrompê-lo, mas estou apenas procurando descobrir a jurisdição. Gostaria de conhecer o aspecto legal dessa coisa. Se não mo quiser dar, está muito bem; poderei obtê-lo em outra parte.
>
> Bonaventure – Não, está bem. Dar-lho-ei da melhor maneira que me seja possível. Através de 600 anos tem sido reconhecido legalmente, desde que aqui estamos.
>
> Rand – Quanto a isso não tenho dúvidas, mas quero conhecer a natureza da pretensão legal subjacente.
>
> Bonaventure – Bem, durante o regime turco o governo declarou que esta comunidade deveria ter este santuário e aquela comunidade deveria ter aquele santuário. Essa a base para o atual *status quo.*
>
> Rand – E qualquer modificação viria do governo existente?
>
> Bonaventure – Certamente.

Sir Abdur quis saber por que o Santo Sepulcro estava em tão mau estado, e por que as comunidades cristãs não faziam os reparos de que carecia. Mas Sandström cortou o assunto dizendo ter um relatório a respeito.

Pouco adiante Fabregat perguntou: "Considera o senhor ser do interesse da cristandade que todos os Lugares Santas e santuários sejam mantidos sob uma jurisdição especial?". Resposta de frei Bonaventure: "Num governo não cristão eu diria, sem hesitar, sim".

Blom indagou se existiam muitos Lugares Santos cristãos sobre os quais a Igreja Católica Romana não tinha jurisdição. Respondeu frei Bonaventure que havia alguns, mas poucos.

Com a promessa de frei Bonaventure de encaminhar à Comissão uma lista de todos os Lugares Santos da Palestina, estivessem ou não sob

jurisdição católica (Sir Abdur pediu que fossem também assinalados os santuários que estivessem em litígio), foi encerrada a breve sessão secreta.

A sessão pública teve início às 11:25h com Sandström convidando os três representantes do Partido Comunista (Mikunis, Ehrlich e Vilner) a tomarem assento à mesa para serem interrogados. No decorrer da inquirição Mikunis se referiu às medidas tomadas na véspera pelas autoridades britânicas em Nathanya e arredores: “Penso ser justo protestar aqui contra essa punição coletiva. Pergunto se tais medidas seriam aplicadas contra Manchester e Liverpool caso dois soldados fossem lá raptados”. Pouco adiante, ao acusar a Inglaterra e o Canadá de fecharem suas portas às vítimas judaicas do fascismo abrindo-as porém a bandidos nazistas, foi Mikunis advertido por Sandström.

Sir Abdur perguntou a Mikunis (dizendo-lhe: “Não quero discurso, quero somente sim ou não”.) se os comunistas palestinenses apoiavam a ideia apresentada pelo Dr. Magoes de um Estado binacional. Mikunis começou procurando esquivar-se de uma definição a respeito, acabando contudo por afirmar, de maneira um tanto vaga, que fazia objeções à concepção do Dr. Magoes embora apreciasse sua atitude e seu trabalho em prol da cooperação árabe-judaica. Com Sir Abdur declarando não estar satisfeito mas que não faria mais perguntas, findou esse item da agenda.

A seguir compareceram perante a Comissão dois representantes da Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe[51]: Dr. Ernst Simon e Aharon Cohen.

O Dr. Simon expôs em sua alocução os ideais e propósitos da Liga. Disse ele:

> Nosso objetivo é alcançar neste país uma união das duas nações. Acreditamos que um tal esforço poderá constituir nossa maior contribuição ao bem-estar e unidade do mundo, especialmente por vivermos em um de seus lugares perigosos.
>
> A Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe não é um partido político. Compõe-se de várias organizações e personalidades da comunidade judaica... Todos nós vemos na questão das relações judeu-árabes o ponto crucial da situação política deste país...

[51] Fundada em 1939, seu nome é, por si só, já suficientemente esclarecedor.

> Nós, judeus com uma consciência nacional, compreendemos e respeitamos o movimento nacional árabe na Palestina bem como nos países vizinhos. Acreditamos que exista uma relação recíproca entre os dois movimentos nacionais. Qualquer progresso realizado pelo sionismo fortalece automaticamente o nacionalismo árabe. O problema está em como dirigir essa força adicional, não contra as aspirações do povo judeu, não em guerra destrutiva, mas sim por canais positivos, de modo que os árabes se tornem colaboradores ativos no desenvolvimento construtivo do país.
>
> A solução deste problema está no estabelecimento de um objetivo político comum. Enquanto os benefícios econômicos que os judeus estão proporcionando aos árabes forem contrabalançados por exigências políticas a situação será quase sem esperanças. Entretanto, se fixarmos como nosso objetivo o binacionalismo – a criação de fatos binacionais levando a um regime binacional, então os benefícios econômicos trazidos pela imigração judaica assumirão seu valor positivo integral. Os árabes deixarão de ver nisso um perigo político. Enquanto isso, a imigração judaica deve continuar, em larga escala. Não podemos, cavalheiros, os senhores não podem castigar os judeus que batem às portas deste país – esses remanescentes vítimas do fascismo, que dois anos após o término da guerra ainda apodrecem nos campos de detenção e encontram as portas da Palestina fechadas. É imperdoável que eles devam ser punidos e continuem a sofrer por causa da confusão política neste país. Seu direito como seres humanos de encontrar abrigo na terra de seus desejos tem precedência sobre qualquer decisão política. Acreditamos, todavia, que se o binacionalismo for estabelecido como o objetivo político, isso reduziria de maneira não pequena a oposição de nossos vizinhos, os árabes, especialmente quanto à imigração judaica. Senhores: de todas as soluções que lhes foram apresentadas, acreditamos que essa solução contém a maior promessa de paz, especialmente se a autonomia binacional for concedida o mais breve possível...
>
> A cooperação judeu-árabe é não só desejável mas também de máxima necessidade para o bem-estar de ambos os povos. Governos e regimes políticos vêm e vão, mas essas duas nações, ligadas para sempre a esta terra, viverão sempre lado a lado. Sua verdadeira liberdade e prosperidade dependem de sua cooperação mútua. E sendo algo necessário, deve tornar-se possível. Será a nobre tarefa de todos os estadistas que sinceramente procuram contribuir para uma

> solução duradoura para o destino deste país e para a paz do mundo ajudar essas duas nações a encontrarem seu mútuo caminho.

Findas as considerações do Dr. Simon, estabeleceu-se inesperada e animada discussão. Sandström, desejoso de ganhar tempo (e nisso ele foi secundado por outros), queria que o orador seguinte, Aharon Cohen (secretário da Liga) abreviasse suas declarações, pois a Comissão já tinha em mãos um detalhado documento escrito. Cohen, porém, insistia em ler esse documento na íntegra (disse que precisaria de aproximadamente uma hora para fazê-lo), alegando que só assim poderia dar conhecimento do seu conteúdo ao público presente. Da discussão daí decorrente apresentamos a parte conclusiva:

> Fabregat – Penso que devemos dar inteira liberdade para falar a todos que aqui vêm; não devemos limitá-los no tempo. Por isso, proponho que permitamos ao senhor Cohen que fale.
>
> Sir Abdur – É um documento extenso, de 29 páginas.
>
> Fabregat – Não é o primeiro.
>
> Sir Abdur – Deixem-me fazer uma declaração. Poderá não estar de acordo com a sua, mas não é possível digerir todos os fatos ali contidos em tempo tão curto. Seria melhor para todos se pudéssemos dispor de algum tempo para estudo e depois vir preparados para fazer perguntas.
>
> Lisicky – Proponho a suspensão da sessão a fim de podermos discutir entre nós essa questão de ordem.
>
> Sandström – Assim perderemos ainda mais tempo. Suspendo a sessão por dez minutos.
>
> (A sessão é suspensa durante dez minutos.)
>
> Sandström – Está reaberta a sessão. Sr. Cohen, o senhor disporá de uma hora para a sua alocução, e o que sobrar será registrado na transcrição dos nossos trabalhos.
>
> Cohen – Concordo com isso.

No início de suas considerações declarou o Sr. Cohen ser o governo mandatário o principal responsável pelas divergências árabe-judaicas na Palestina. “A presente situação resulta do fato do governo mandatário não tomar como ponto de partida para sua política os interesses comuns de

judeus e árabes”. Citando exemplos, acusou o governo britânico de haver, por mais de uma vez, interferido em, e mesmo frustrado, tentativas sérias de acordo árabe-judaico por meio de negociações diretas. E adiante:

> Havia desde o início, no governo mandatário da Palestina, uma tendência para encorajar os árabes a se oporem ao estabelecimento do Lar Nacional prometido aos judeus na Declaração Balfour e no Mandato. Após os primeiros distúrbios na Palestina, em 1920, altos funcionários do governo federal foram acusados de culpa com relação aos mesmos – conforme testemunhado nos Protocolos da Comissão Shaw em 1930.
>
> Também em anos posteriores manteve o governo uma calma épica e uma indiferença completa para com as provocações religiosas e nacionais que culminaram em sangrentas agitações. Quando ocorriam distúrbios permitia-se que se propagassem; muitas vítimas pereceram; e as relações entre as duas nações foram assim envenenadas. Entretanto, quando em 1933 os árabes dirigiram suas manifestações contra o governo, evitando conscientemente atingir judeus, essas manifestações foram imediatamente suprimidas com mão de ferro.
>
> O exemplo culminante e mais característico dessa política foi a designação de Haj Amin el-Husseini para mufti de Jerusalém em abril de 1921 e para a presidência do Supremo Conselho Muçulmano em 1922. Os sentimentos antijudaicos de Haj Amin eram já então bem conhecidos – um ano antes fôra ele sentenciado a dez anos de prisão por instigação de distúrbios contra os judeus, mas essa pena foi depois suspensa. Nas eleições para o cargo de mufti, recebeu Haj Amin 9 votos, contra 12, 17 e 18 dados aos outros candidatos, mais velhos e mais cultos que ele. Não obstante as instruções divulgadas pelo próprio governo, pelas quais o Supremo Conselho Muçulmano deveria ser eleito cada quatro anos, nenhuma eleição foi realizada desde então. O mufti foi destituído do cargo somente após o assassinato do comissário distrital britânico Andrews, em 1937.

Assegurou Cohen que, não obstante toda a propaganda antijudaica, relações amistosas podiam ser, e eram, estabelecidas entre judeus e árabes; entre os exemplos que citou figuravam os ocorridos por ocasião da fundação de novas colônias agrícolas judaicas (festividades conjuntas ao ar livre, oferendas de café e alimentos pelos árabes), ou o fato de árabes – movidos exclusivamente por um sentimento de solidariedade humana –

levarem dinheiro e chocolates para mulheres e crianças internadas em campo de detenção.

Comentou depois o assassinato de Fawzi Darwish el-Husseini, fundador da Sociedade Falestin el-Jadida (que visava também uma igualdade política árabe-judaica na Palestina); os assassinos, oficialmente qualificados como "anônimos", não foram encontrados (quiçá nem mesmo procurados)[52]. "A atitude do governo diante desse assassinato e diante de crimes políticos semelhantes só pode significar uma coisa: o sangue dos árabes que procuram um entendimento com os judeus pode ser derramado com impunidade... O governo vê o grupo dominante da comunidade árabe suprimir qualquer centelha de liberdade e desejo de acordo com os judeus – vê e fica quieto. Essa indiferença do governo encoraja os extremistas e obviamente desencoraja os setores favoráveis a um entendimento".

Citou várias medidas, inclusive no campo educacional, que poderiam ter sido tomadas pelo governo para estimular uma cooperação árabe-judaica, e concluiu apontando um Estado binacional como solução para o problema palestinense.

Após agradecer ao Sr. Cohen por haver respeitado o limite de tempo, perguntou Sandström quais as organizações representadas pela Liga. Respondeu o Dr. Simon que eram o Partido de Trabalhadores Hashomer Hatzair, o Ihud, e membros individuais de vários setores do Yishuv (Sandström quis saber o total desses membros individuais, respondendo Cohen acreditar serem algumas centenas). Indagou Sandström depois se os objetivos políticos da Liga eram idênticos aos do Ihud. Respondeu o Dr. Simon que não exatamente, pois enquanto o Ihud. advogava o princípio da paridade numérica entre judeus e árabes, a Liga era a favor de uma simples paridade política, independente de quem constituísse em dado momento maioria ou minoria.

Salazar (Peru) perguntou qual a percentagem de judeus e árabes na Liga. Respondeu Cohen que a Liga trabalhava principalmente na comunidade judaica, procurando porém encorajar o aparecimento de grupos

[52] Jamal el-Husseini (presidente em exercício do Arab Higher Committee e primo da vítima) declarou em entrevista a um jornal egípcio: "Meu primo deu um passo em falso e recebeu seu justo castigo". Jamal el-Husseini proclamava-se abertamente responsável por "ações contra traidores", mas era reconhecido pelo governo como o legítimo representante dos árabes palestinenses.

semelhantes na comunidade árabe, o que viria possibilitar uma cooperação mútua. Perguntado por Simic (Iugoslávia) o que pensava a Liga sobre a partilha, disse Cohen que era contra.

Transferindo o último item da agenda (representantes da comunidade judaica ortodoxa asquenazim) para o dia seguinte, encerrou Sandström a sessão às 14:25h.

A sessão pública matinal de quarta-feira, 16 de julho, teve início às 9 horas, com a presença dos dois representantes do Conselho da Comunidade Judaica Asquenazim: grão-rabino Joseph H. Duschinsky e rabino Selig Reuben Bengis (este presidente dos Tribunais Religiosos).

Falou primeiro – em hebraico – o grão-rabino Duschinsky. Foi sucinto. Após saudar a Comissão e louvar seu trabalho, disse:

> É nossa crença e esperança que o Criador, nosso Pai no Céu, levará a efeito a redenção eterna do povo de Israel. No entanto, acreditamos também que os corações dos reis e governos estão nas mãos de Deus. Têm os senhores o providencial privilégio de estarem incumbidos dessa sublime tarefa, e é por isso que lhes pedimos fazer justiça aos despojados de justiça.

Implorou para que fossem abertos os portões da Terra Santa, e apelou para que a Comissão considerasse as seguintes violações de direitos sofridas pelo judaísmo ortodoxo: a) concessão das quotas de imigração através da Agência Judaica, o que implicava numa redução da imigração de judeus ortodoxos e, consequentemente, em "séria deterioração" da religião na Terra Santa; b) não reconhecimento oficial das comunidades judaicas ortodoxas (desligadas, por motivos religiosos, das demais comunidades judaicas do país) e recusa do governo em conceder aprovação legal à autoridade dos Tribunais Religiosos e do Rabinato.

Também em hebraico (e igualmente de modo sucinto) falou o rabino Bengis. Lembrou que fixar-se na Terra Santa era um dos mandamentos do Senhor. "Acresce que o cumprimento de muitos outros mandamentos da Lei Sagrada depende do solo da Terra Santa... Entretanto, em nossos dias a importância desse problema aumenta enormemente por causa do seu aspecto de salvamento de vidas... Do fundo do coração dirigimo-nos aos senhores: Não temos todos um Pai comum? Não foi um Deus que nos criou

a todos? Cumpram pois seu dever fraternal e de amor para com estes desalentados irmãos".

Pediu o rabino Bengis que a imigração viesse a ser controlada diretamente pelo governo a ser instituído no país, para que não mais houvesse discriminação contra judeus ortodoxos. Pediu também a abolição das restrições sobre aquisição de terras ("Enquanto os judeus podem livremente adquirir terras em qualquer país independente, aqui na Terra Santa, onde um dos mandamentos da Lei Sagrada determina especificamente aos judeus que se fixem, estamos impedidos de comprar terras, mesmo que tais judeus compradores em perspectiva sejam nascidos na Palestina e leais cidadãos".). Criticou a Agência Judaica e o Vaad Leumi por não incorporarem em seus estatutos as estipulações da Lei Sagrada, e solicitou o reconhecimento oficial das comunidades judaicas ortodoxas (conforme concedido a todas as comunidades cristãs, algumas delas com um número muito reduzido de membros), afirmando ser isso um direito assegurado pelo Mandato.

Finalizou expressando, em nome da coletividade judaica ortodoxa da Palestina, a esperança de que fosse encontrada não só uma solução justa e aceitável para os problemas da Terra Santa, como também que a Comissão pudesse auxiliar o judaísmo ortodoxo, "no momento rebaixado a uma comunidade formada por cidadãos de segunda classe", a recuperar a posição que lhe era devida. "Que o Senhor da Paz e da Verdade vos ilumine e através de vós possa erguer Seu Tabernáculo de Paz sobre a Terra Santa e a Cidade da Paz. Amém".

Depois do agradecimento de praxe, deu Sandström início ao interrogatório:

> Sandström – Tenho uma pergunta que gostaria de ver respondida. Qual o número de adeptos de sua comunidade?
>
> Duschinsky – Não temos um número certo. Temos membros registrados e temos simpatizantes.
>
> Sandström – Quantos membros registrados?
>
> Duschinsky – Em Jerusalém 7.000 membros adultos, não contando suas famílias. Esse número inclui apenas judeus adultos masculinos porque só judeus masculinos são considerados membros da comunidade. O número de pessoas é estimado em 60.000, no mínimo.
>
> Sandström – Seus adeptos?
>
> Duschinsky – Nossos adeptos.

Blom (Holanda) quis saber o que faziam, na prática, os tribunais religiosos, uma vez que não eram legalmente reconhecidos. Explicou o rabino Duschinsky que esses tribunais realizavam arbitramentos (que entretanto só se tornavam juridicamente válidos depois de confirmados por tribunais ordinários).

Com outra pergunta de Sandström – se um casal asquenazim desejando um divórcio podia recorrer ao tribunal religioso (resposta negativa de Duschinsky) encerrou-se o rápido interrogatório. Prosseguiu a sessão com o item seguinte da agenda: audiência dos representantes da Histadrut (Federação Geral dos Trabalhadores Judeus). Compareceram três representantes: Zalman Rubashov[53], Pinhas Lubianiker e Levy Shkolnik; desses, só o primeiro estava incumbido de se dirigir, mediante discurso, à Comissão, estando presentes seus dois colegas apenas para responder perguntas. Iniciou Rubashov sua fala explicando a estrutura e os objetivos da Histradut, "a maior organização do Yishuv", representativa da classe trabalhadora judaica da Palestina ("que juntamente com seus dependentes é metade do Yishuv"). Apelou para que fosse liberada a imigração judaica – a Histadrut, disse, punha-se irrestritamente à disposição da Agência Judaica para a recepção e absorção dos imigrantes – e abolido o White Paper, que condenava o país inteiro ao estrangulamento. Salientou a necessidade de serem salvos não só os remanescentes do judaísmo europeu como também os judeus residentes nos países de língua árabe, "que não tem ninguém para ajudá-los exceto seus parentes que já se encontram aqui".

> O governo mandatário se propõe a transformar o Lar Nacional Judaico num gueto – o único gueto ainda existente em todo o mundo. E parece mesmo imaginar que pode ter êxito. Para suprimir o Yishuv e manter um permanente regime de temor, trouxe para cá suas forças militares e policiais. Visa solapar a Agência Judaica, solapar nossa autonomia educacional e a posição da língua hebraica, conforme demonstrou em seu recente memorando. Teceu uma complicada teia

---

[53] Rubashov, depois da independência de Israel, hebraizou seu sobre- nome para Shazar. Seria eleito presidente de Israel após o falecimento de Ben-Zvi

de legislação, abrangendo questões grandes e pequenas, para manietar nosso progresso, congelar o Yishuv e mantê-lo permanentemente como uma minoria dependente dos bons sentimentos alheios.

> Para forçar o Yishuv a submeter-se à sua política, impôs o governo um regime de repressão deliberada, que atingiu seu ponto culminante a 29 de junho de 1946, quando foi feito um esforço concentrado para quebrar a força e unidade do Yishuv. Houve naquele dia buscas e batidas, na sede da nossa Federação e em muitas das nossas instituições, sendo detidos alguns dos nossos líderes mais preeminentes. Muitas colônias agrícolas trabalhistas foram cercadas e invadidas, alguns dos seus membros mortos, muitos feridos, e milhares retirados de seu trabalho cotidiano e mantidos prisioneiros em campos de detenção. O fracasso do governo, nessa ocasião, em alcançar seu objetivo, levou apenas a um maior enrijecimento de suas medidas repressivas. Nosso país transformou-se num Estado policial, onde toques de recolher punitivos, buscas, prisões injustificáveis, e até imposição de lei marcial em largas áreas judaicas tornaram-se o método habitual de governo.

> ...Alguém já se deu ao trabalho de pensar o que se passa no coração de uma criança judia que vê seus parentes, depois de terem sido salvos dos infernos da Europa, expulsos à força de nossa própria terra, jogados nos campos de detenção, mantidos por trás de arame farpado? Pode-se esperar que uma tal criança respeite essas leis e seus autores? É pois surpresa encontrar todo o Yishuv erguendo-se para se opôr a elas?

Assegurou que os árabes da Palestina só teriam a lucrar com um aumento da imigração judaica, e citou os esforços da Histadrut em prol da melhoria das condições de vida dos árabes. Concluiu com as seguintes palavras:

> Em Theresienstadt[54] vi um pequeno quarto. É o quarto n° 9, uma câmara de tortura especial, reservada a judeus importantes. Nesse pequeno quarto há lugar para dez pessoas em pé. Ali costumavam jogar cinquenta ou sessenta, um por cima do outro. Não havia nesse quarto nem luz nem ar. Nenhum alimento era para ali levado. As pessoas eram ali deixadas, para morrer lenta e horrivelmente. E o

[54] Um dos mais notórios dentre os campos de concentração alemães, localizado na Boêmia, e onde o morticínio de judeus atingiu proporções das mais elevadas.

> mais terrível e pavoroso era o seguinte: na porta havia uma minúscula janela coberta por espessa tela de arame. Por essa janela as bestas nazistas costumavam observar suas vítimas debatendo-se ofegantes e perecendo uma a uma. Desde que vi aquela câmara de tortura, aquele buraco negro de Theresienstadt, não posso esquecer aquela pequena janela. Ela se recusa a sair de meus pensamentos. Hitler se foi. Tudo que ele representava foi destruído... Mas, e a respeito dos judeus nos campos de pessoas deslocadas?

> Que são todos os campos de pessoas deslocadas na Europa senão aquele pequeníssimo, desesperante e mortal buraco negro? Não é óbvio que nesses campos não há ar para respirar, não há futuro? Que estamos fazendo, nós todos juntos – nós, os senhores, o mundo inteiro? O que fazemos senão ficar de pé, olhando para dentro com os braços cruzados? Não nos vamos erguer para quebrar a porta, para salvar, para libertar?

> Senhores: temos a honra de lhes falar em nome de um jovem movimento pioneiro que é fruto de uma antiga nação, uma nação cujas contribuições à civilização mundial só foram igualadas por seus sofrimentos. Ambos esses fatores ajudaram a forjar a força de espírito com que uma geração inteira devota toda sua vida à salvação e à redenção.

> É nosso desejo e profunda oração que o trabalho que temos em mãos se realize na trilha da paz, da compreensão mútua e da contínua criação.

> Senhores: deem-nos sua ajuda, e possam as bênçãos do futuro estar consigo.

Passou-se, em seguida, ao interrogatório. Sandström perguntou se entre os membros da Histadrut figuravam também intelectuais, pessoas das chamadas profissões liberais. Respondeu Lubianiker, com uma só palavra: “Sim”. Indagou ainda Sandström se na Histadrut havia unanimidade em relação aos pontos de vista defendidos pela Agência Judaica. Respondeu Lubianiker que, de um modo geral, sim, pois apenas 17% dos seus membros eram favoráveis a uma solução binacional.

Breve discussão surgiu entre Sir Abdur e Lubianiker a propósito de trabalho de menores árabes (o primeiro, porém, a tocar no assunto nessa sessão fora García-Granados). Sir Abdur atribuiu as lastimáveis condições existentes à “pobreza e falta de organização entre os árabes”, mas

Lubianiker mantinha ser isso consequência da omissão do governo. Interveio então o terceiro representante da Histadrut, Shkolnik: "Gostaria de acrescentar algo. Também temos pobreza na comunidade judaica – dezenas de milhares. Mas nossa organização trabalhista não admite o trabalho de crianças. Em primeiro lugar deveria o governo fixar um salário mínimo satisfatório, e então os adultos ganhariam o suficiente para o sustento de suas famílias. Não havendo salário mínimo é claro que haverá pobreza, e as crianças quererão trabalhar. Assim, o primeiro passo deve ser a fixação de um salário mínimo satisfatório".

Após curto intervalo foi concedida a palavra (já de acordo com o item seguinte da agenda: Agência Judaica) a Moshe Shertok. Criticou este – exaustiva e incisivamente – diversas atitudes e medidas tomadas pelas autoridades britânicas em detrimento do país em geral. Um dos muitos exemplos por ele citados foi o dos pântanos de Huleh (região a nordeste da Palestina, próxima à fronteira síria, infestada de mosquitos e causadora de malária), que as autoridades governamentais impediram aos judeus – desejosos de fazê-lo até mesmo às próprias custas – de ali realizar obras de drenagem e saneamento[55]. Mencionou depois quatro fatores que tornavam o Estado Judeu "uma necessidade internacional urgente": 10) a maturidade alcançada pelo Yishuv, que não admitia mais qualquer espécie de tutelagem; 2°) a configuração política geral do Oriente Médio, todos os países circunvizinhos à Palestina já tendo alcançado a independência ("Longe de ser uma nota discordante, essa reivindicação por um Estado Judeu se harmoniza inteiramente com a orquestra que toca em nosso redor"); 30) a necessidade imperiosa de imigração em larga escala, não só para salvar os remanescentes do judaísmo europeu e as comunidades judaicas ameaçadas do Oriente como também "para pôr nosso trabalho aqui em bases muito firmes"; 4º) o fato de estar em jogo o futuro do povo judeu ("É uma questão de ser o povo judeu ajudado, uma vez por todas, a se livrar do flagelo de não ter um lar").

Eram 13:20h quando Sandström, alegando ter a Comissão outro compromisso, interrompeu a exposição de Shertok encerrando a sessão; prometeu, contudo, conceder-lhe novamente a palavra no dia seguinte.

[55] Após a independência foi essa região da Galileia drenada, ficando inteiramente livre de malária e apresentando agora considerável extensão de terras férteis entregues à agricultura.

E assim foi. Às 9:30h da manhã de quinta-feira, 17 de julho, Shertok era mais uma vez convidado a tomar assento à mesa da Comissão a fim de prosseguir em suas considerações. Recomeçou Shertok mostrando a necessidade que tinha o povo judeu de se fazer representar nas Nações Unidas. A propósito lembrou um fato ocorrido em 1937 na Liga das Nações (e assistido da galeria por ele e Ben-Gurion): achando-se em discussão os mandatos, inclusive o da Palestina, foi este atacado pelos representantes do Iraque e do Egito, que estenderam seus ataques aos direitos judeus na Palestina e aos próprios judeus palestinenses; "ninguém respondeu a essas acusações... e não havendo um representante judeu ficaram sem defesa os interesses do povo judeu". Manifestou-se contrário a uma solução federalista, bem como a um Estado binacional. "O problema é como fazer da independência um instrumento de desenvolvimento, e não um fator de estrangulamento do desenvolvimento. Mas atribuindo-se igualdade aos estáticos e aos dinâmicos, os estáticos terão vantagem. Igualdade de veto significa derrota judaica. O que pode um veto judaico fazer de vital, de crucial, aos árabes? Os árabes estão aqui. Ninguém em seu perfeito juízo tentará erradicá-los; e de qualquer maneira não seria possível fazê-lo com um veto... Mas um veto árabe pode evitar – e evitaria – a imigração judaica, e esta é para os judeus a questão fundamental". Relembrou a catástrofe do *Struma,* a pequena embarcação que em 1942 afundou no mar Negro com mais de 700 pessoas a bordo: "Aquela embarcação esteve dois meses parada em Istambul. Lá esteve, clamando por piedade, por refúgio, por salvação. Qual o país civilizado, aliado ou neutro, que não possuía seus representantes em Istambul? O mundo inteiro, portanto, viu o barco. O mundo inteiro sabia o que estava em jogo. E o mundo inteiro deixou aquela gente perecer... Quem poderia, diante disso, deixar de fazer um juramento sagrado de lutar até o último alento pela restauração de seu povo como nação independente e soberana, de modo que houvesse na superfície do globo um território, adequado e seguro, um país do próprio povo onde ele pudesse livremente receber seus filhos perseguidos sem ter de pedir licença a qualquer outro?". Afirmou que a história do *Struma* não se encerrara com aquela catástrofe – havia apenas começado. "E ainda prossegue. Os campos de detenção da Europa estão repletos de passageiros em potencial do *Struma.* Os de Chipre estão cheios deles". Apelou para que a Comissão não deixasse de visitar esses campos. E terminou com um pedido "em nome da Agência Judaica":

> Dentro de aproximadamente seis semanas as recomendações dos senhores serão levadas ao secretário-geral das Nações Unidas para que as transmita à sessão anual da Assembleia. A sessão dessa grande assembleia durará muitas semanas, talvez alguns meses. Enquanto isso, os judeus sem lar da Europa estarão enfrentando seu terceiro inverno de pós-guerra nos campos de internação, um terceiro inverno de angústia mental e de sofrimento físico. O Yishuv, os judeus da Palestina, ainda estarão na agonia da sua luta contra as sufocações do regime do White Paper.
>
> Por isso, por favor, prefaciem seu relatório com uma recomendação urgente à Assembleia para que esta, enquanto considera o problema principal, decida sobre o alívio imediato da situação sob dois aspectos: insistindo na imediata remoção de todas as barreiras e proibições impostas pelo White Paper, e na imediata admissão, em larga escala, de judeus sem lar. Essa deverá constituir a parte primeira e imediata da solução de nosso problema. Mas não atrasem a solução. Não recomendem que seja atrasada pela Assembleia.
>
> Quanto à solução em si, rezamos, senhor presidente e meus senhores, pela sua sabedoria e sua coragem.

O interrogatório foi rápido. Fabregat e Sandström fizeram perguntas sobre problemas de educação. Teve aí Shertok oportunidade de se manifestar contrário a um sistema educacional uniforme na Palestina, devido às profundas diferenças culturais entre árabes e judeus. Acrescentou, porém, que a política educacional do país deveria ser a de aumentar, o mais possível, o número e a percentagem de pessoas bilíngues, em hebraico e árabe: "É muito importante que o número de judeus que falam árabe e de árabes que falam hebraico esteja aumentando – entre os judeus como resultado de um esforço planejado, de uma política consciente, entre os árabes simplesmente porque muitos árabes acham útil conhecer um pouco de hebraico".

Após um intervalo de dez minutos convidou Sandström a tomarem assento à mesa três representantes da União Comunista da Palestina (E. Preminger, Dr. Marchant e Srta. S. Zabari). Disse-lhes Sandström que disporiam de meia hora para apresentar uma solução específica favorecida por essa organização. "O que esperamos agora é ouvir suas propostas a respeito dessa solução. Não queremos que entrem em detalhes sobre todas essas questões que já foram debatidas por outras organizações, como

imigração e assim por diante". Preminger (membro do Comitê Central da União Comunista da Palestina) assentiu, declarando que falaria em nome dos "comunistas hebreus".

Afirmou Preminger que para transformar de sonho em realidade o desejo de libertação do domínio colonial e o estabelecimento da independência era indispensável a combinação de dois elementos: um programa democrático e uma luta das massas. Embora rejeitando o método do terrorismo individual, disse estar convicto de que a liberdade e a independência não são concedidas como uma dádiva e sim alcançadas através da resistência coletiva a toda a legislação do Estado policial e da luta pela realização das propostas democráticas que iria apresentar, propostas essas que se baseavam no reconhecimento dos justos direitos de ambos os povos da Palestina a uma soberania nacional completa e uma total independência de qualquer fator estrangeiro. Rejeitou a transformação da Palestina num Estado uninacional, dizendo que isso representava "a negação dos direitos soberanos de uma das nações". Considerou a partilha pouco prática, pois deixava a maioria dos problemas sem solução, e citou um dito popular segundo o qual a partilha daria "o cabelo aos judeus, as unhas aos árabes e o corpo aos britânicos".

E continuando: "Nosso plano se baseia no princípio do federalismo territorial". Consistia isso "na criação de um Estado unido, democrático e independente, comum a judeus e árabes, construído sobre a completa igualdade nacional e política para ambas as nações e direitos democráticos integrais para todos os habitantes. A forma de governo que assegure a igualdade política terá de se basear na paridade". Tratava-se, portanto, de um governo "binacional unido" Propôs que esse Estado conjunto judeu-árabe fosse composto de distritos territoriais possuindo autoridades regionais próprias e que ficariam representados igualmente nas supremas instituições governamentais. Classificou o direito de imigração e colonização como um dos direitos nacionais fundamentais do Yishuv. Referindo-se às deportações para Chipre, citou o caso de uma menina que chegara num navio "ilegal" acompanhada de seu cachorrinho. Este recebeu permissão para desembarque, "mas a menina foi enxotada. O governo permite apenas o desembarque dos corpos daqueles imigrantes que assassinou – os que permanecem vivos são mandados embora".

Um aspecto original do plano era o de que "ficava assegurado a cada povo o direito inalienável de secessão e criação de um Estado separado". Sugeriu ainda Preminger a terminação do Mandato e a evacuação das forças britânicas da Palestina. Suas palavras conclusivas, completando exatamente a meia hora que lhe fora concedida, foram: "O Yishuv encara essa luta por sua independência nacional cada vez mais como a luta decisiva, uma questão de vida e existência. Temos a certeza de que nessa luta o Yishuv será vitorioso e não capitulará, de maneira idêntica como seus irmãos em todo o mundo resistiram a muitos anos de perseguições e trevas, levando avante a luz e a esperança de liberdade".

O interrogatório foi iniciado por Sandström:

> Sandström – Quantos membros há em sua União?
>
> Preminger – Novecentos.
>
> Sandström – Possuem um jornal?
>
> Preminger – Temos um jornal semanal.
>
> Sandström – Quantos exemplares são impressos?
>
> Preminger É impresso em 3.000 exemplares.
>
> Sandström – Em quanto calcula o número de seus adeptos – os adeptos da sua Organização?
>
> Preminger – Alguns milhares.
>
> Sandström – O senhor apresentou um esquema para um Estado federal. O funcionamento de um Estado federal depende muito da distribuição de poderes entre os diferentes Estados e o governo federal. Que questões especiais pensa o senhor ficariam reservadas ao governo federal?
>
> Preminger – Todas as questões de desenvolvimento, relações com outros países, questões financeiras; também a elaboração de um esquema de desenvolvimento que possibilite a absorção de uma vasta imigração judaica.

Com mais algumas perguntas (de Blom e Sandström) sobre como funcionaria na prática o proposto direito de secessão e suas possíveis consequências (as respostas de Preminger foram aí um tanto vagas e

inconcludentes) terminou, às 12:20h, esta última sessão pública da UNSCOP na Palestina.

Apenas poucos dias mais permaneceria a UNSCOP na Palestina, mas nesse breve espaço de tempo desenrolaram-se acontecimentos dramáticos que eletrizaram e comoveram a comunidade judaica palestinense e – cremos não estar exagerando – também grande parte da opinião pública mundial. Referimo-nos à epopeia do *Exodus 1947,* acontecimento que mereceu de Bartley Crum a seguinte referência: "Quando forem relatados esses anos, se lerá e se pensará a respeito do *Exodus 1947* em termos idênticos aos do incidente do chá no porto de Boston"[56].

Na noite de 17 de julho rapazes da Haganah, protegidos pela escuridão e agindo com rapidez para não serem surpreendidos pela polícia, colocaram impressos em paredes, postes e vitrinas de Tel Aviv, Jerusalém, Nathanya e Haifa. Nos impressos (em hebraico) lia-se o seguinte:

> O navio de refugiados *Exodus 1947* dirige-se à costa palestinense, após ter conseguido furar o bloqueio imposto à emigração nos portos de saída.
>
> O navio da Haganah *Exodus 1947* leva 4.554 refugiados[57].
>
> 1.600 homens
>
> 1.282 mulheres[58].
>
> 1.017 jovens
>
> 655 crianças.
>
> O navio foi avistado pela Marinha Britânica. Uma força naval, constituída de cinco destróieres e um cruzador[59], dele agora se aproxima por todos os lados.

---

[56] O "incidente do chá" (16-12-1773) – *Boston Tea Party* em inglês – no qual um grupo de americanos disfarçados de peles-vermelhas lançaram ao mar um carregamento de 342 caixas de chá inglês, foi um dos principais episódios que precederam a independência dos Estados Unidos.

[57] Era esse o maior número de imigrantes "ilegais" transportados num só navio.

[58] Destas, mais de 400 achavam-se grávidas, algumas já além de sete meses (embora isso normalmente não fosse admitido nessas viagens); uma delas morreu na viagem em consequência do parto.

[59] O cruzador em questão distinguira-se por um grande feito na Segunda Guerra Mundial – era o *Ajax,* um dos três cruzadores (os outros dois foram o *Exeter* e o *Achilles)* que em

> Às 22 horas de hoje, e amanhã de manhã às 7:30h os refugiados enviarão de bordo do navio pelo rádio, no comprimento de onda de 35 metros, uma mensagem aos judeus da Palestina. A transmissão poderá ser ouvida pela emissora secreta da Haganah, Kol Israel, comprimento de onda 45 metros.

De fato, na manhã seguinte, era ouvida, pela emissora clandestina Voz de Israel, uma voz tipicamente americana. Era a voz do reverendo John Stanley Grauel, de 29 anos, residente em Worcester (Massachusetts), pastor protestante, jornalista, membro do American Christian Palestine Committee, servindo voluntariamente no navio como ajudante de cozinha. Sua fala era premente:

> Este é o navio de refugiados *Exodus 1947*. Hoje, antes do amanhecer, fomos atacados por cinco destróieres e um cruzador britânicos a uma distância de 17 milhas da costa palestinense, em águas internacionais. Os assaltantes imediatamente abriram fogo, jogaram bombas de gás, e de três direções investiram contra o nosso navio. Em nosso convés estão um morto, cinco moribundos[60] e 120 feridos. A resistência prosseguiu por mais de três horas. Devido às severas perdas e às condições do navio, que se encontra em perigo de afundar, fomos obrigados a rumar na direção de Haifa, a fim de salvar os 4.500 refugiados do afogamento[61].

Antes, contudo, de abordarmos a chegada do *Exodus 1947* a Haifa, que se daria algumas horas depois de ouvida a transmissão acima transcrita, será útil nos determos ligeiramente nos primórdios do caso.

dezembro de 1939, no Atlântico Sul, não muito longe da costa uruguaia, deram combate e derrotaram o encouraçado de bolso alemão *Graf Spee,* orgulho da frota nazista e um dos navios de guerra mais poderosos dentre os que então singravam os mares. Triste decadência...

[60] Destes, um era William Bernstein, de San Francisco, 24 anos, oficial da reserva naval americana, que veio a falecer (sem ter recuperado os sentidos) em consequência de uma cacetada na cabeça. Foi enterrado, juntamente com dois jovens refugiados, no cemitério de Haifa, seu corpo envolvido numa bandeira americana.

[61] Já em terra, na Palestina, depois de preso e posteriormente libertado pelos ingleses, Grauel foi mais enfático, declarando: "Acuso os britânicos de nos terem atacado fora das águas territoriais. Acuso os britânicos de ataque a uma embarcação desarmada em alto mar. Acuso os britânicos de terem cometido um ato de pirataria". Grauel fez também um relato do acontecido aos membros da UNSCOP.

O navio que serviu de palco aos acontecimentos referidos achava-se já destinado ao ferro-velho ao ser adquirido por um grupo dos Amigos da Haganah[62]. Com cerca de 4.000 toneladas, seria o maior dos navios até então utilizados para a imigração "ilegal"[63]. Fora construído 18 anos atrás, em Baltimore, para a navegação fluvial, tendo servido por último ao transporte de excursionistas dominicais pela baía de Chesapeake (costa leste dos Estados Unidos) – chamava-se então *President Warfield*[64]. Da tripulação – quase toda constituída de voluntários, em sua grande maioria judeus americanos[65] – faziam parte numerosos ex-combatentes (inclusive alguns veteranos de Guadalcanal e Okinawa).

A primeira tentativa de atravessar o Atlântico fracassou (achava-se então o navio sob bandeira panamenha) – um furacão causou tais estragos que obrigou a embarcação a voltar à América para reparos. Da segunda vez, porém, conseguiram, e após escalas não muito tranquilas (devido à pressão do governo inglês) nos Açores e na Itália, alcançaram Sète, porto mediterrâneo do sul da França[66]. Ali embarcaram seus passageiros (trazidos por 72 caminhões), oriundos de países diversos do leste e do oeste europeus (havia também uma jovem judia da Birmânia), e todos munidos de passaportes com vistos para a Colômbia[67].

Cinco minutos antes da partida, estando o navio já com suas caldeiras acesas, veio uma ordem de Paris para que a embarcação ficasse retida. Resultou essa ordem de uma intervenção pessoal do ministro do Exterior britânico, Ernest Bevin, junto ao seu colega francês Georges Bidault, exigindo fosse impedida a saída dos refugiados sob pena de "consequências funestas" para as relações anglo-francesas. Diante da impossibilidade de contar com a colaboração de um prático francês para orientar a complicada

[62] Os Amigos da Haganah eram uma associação de judeus sionistas americanos que visava sobretudo angariar recursos para a Haganah; mantinha um periódico em língua inglesa: *Haganah Speaks*.

[63] Sua capacidade normal, todavia, era de apenas 700 passageiros.

[64] O cavalheiro assim homenageado era o presidente da companhia de navegação à qual o navio pertencia.

[65] O único não-judeu da tripulação era o pastor Grauel.

[66] Esse porto, de relativa importância, foi criado por Colbert, no reinado de Luis XIV; grafava-se então "Cette".

[67] Não obstante esses vistos serem legítimos, o governo colombiano deu a entender mais tarde que não permitiria aos seus portadores a entrada no país.

manobra de saída do porto (as autoridades francesas haviam ameaçado prender quem o fizesse), ficou decidido – eram então 3 horas da madrugada – fazer sair o navio mesmo sem prático e sem licença. (Na véspera oficiais franceses haviam subido a bordo para assumir o controle das máquinas – como garantia para que o navio não saísse – mas sendo-lhes recusado, polida porém firmemente, acesso à casa de máquinas, logo se retiraram sem qualquer sinal de insatisfação.). Após aproximadamente quatro horas de complicadas e arriscadas manobras (a hélice ficou presa numa corrente, depois raspou o cais, e ainda por cima o navio encalhou num banco de areia) estava concluída a operação, e já com o novo nome que o celebrizaria o ex-*President Warfield* tinha diante de si as amplas águas azuis do Mediterrâneo[68]. Mas ali, logo depois de saídos das águas territoriais francesas, nova surpresa os aguardava: a poderosa, inesperada, e indesejada escolta naval britânica. Esta não perdeu de vista um só instante a velha embarcação de refugiados, mantendo-se igualmente uma constante vigilância aérea a cargo duma esquadrilha de bombardeiros Lancaster; e como isso não bastasse, 66.000 soldados britânicos na Palestina foram postos em estado de alerta.

Aproveitando-se da proximidade em que se encontravam, os britânicos repetidas vezes dirigiram ao *Exodus,* por megafone, as seguintes palavras:

> Suspeitamos que estejam indo para a Palestina. Isso é ilegal. Se entrarem na Palestina teremos de abordá-los e prendê-los. Por favor, não tentem resistir. Temos aqui e na Palestina forças esmagadoras para cumprir nossa missão. Se necessário, usaremos a força para abordá-los, mas ser-lhes-ão proporcionados cuidados médicos.

Após diversas repetições dessa advertência, os tripulantes americanos do *Exodus* responderam (com as bandeiras de sinalização) com duas palavras: "Thank you". Do Ajax, por um alto-falante, fez-se ouvir uma voz em alemão: "Compreendemos como se sentem. Se vierem em paz conosco, vamos escoltá-los e lhes prestaremos assistência médica". Ao que alguém respondeu do *Exodus,* em iídiche: "Não somos o *Gral Spee!*".

[68] Era a primeira vez, segundo consta, que um navio fora bem sucedido em sair daquele porto sem auxílio de prático.

Ao se encontrarem – a "escolta" e sua iminente vítima – a mais de 10 milhas do litoral da Palestina (portanto ainda bem longe das águas territoriais palestinenses, cujo limite era de 3 milhas), um dos destróieres postou-se bem ao lado do *Exodus* anunciando que haviam atingido águas territoriais palestinenses, e que o navio deveria parar suas máquinas a fim de ser rebocado até Haifa. Prontamente veio a resposta:

> A bordo desta embarcação, o *Exodus,* estão mais de 4.400 pessoas – homens, mulheres e crianças – cujo único crime é o de terem nascido judeus. Estamos nos dirigindo a nosso país por direito e não por permissão de quem quer que seja. Nada temos contra vossos marinheiros e oficiais, mas infelizmente foram eles escolhidos para executar uma política com a qual jamais concordaremos, pois nunca reconheceremos uma lei proibindo judeus de entrar em seu país. Não nos interessa derramamento de sangue, mas deveis compreender que não iremos de livre e espontânea vontade a nenhum campo de concentração, mesmo que seja britânico.

Pouco depois, de súbito, os ingleses abriram fogo, dando assim início ao ataque (já descrito em seu essencial por John Stanley Grauel na transmissão matinal da Kol Israel)[69]. Podemos agora retomar a narrativa no ponto em que a deixamos.

Na manhã de sexta-feira, 18 de julho, a população de Tel Aviv, em espontânea manifestação de protesto mudo, demonstrou sua solidariedade aos refugiados: lojas e restaurantes fecharam, desligaram-se as máquinas das fábricas – às 10 horas, com os ônibus e carros imóveis no meio das ruas, toda a cidade se encontrava parada.

Enquanto isso o porto de Haifa fervilhava, com preparativos que, pelo aparato bélico, faziam supor uma operação militar de envergadura: tanques, caminhões, jipes, polícia militar, polícia secreta, fuzileiros navais; e cerca de 500 paraquedistas da 6ª Divisão Aerotransportada, incumbida da inglória tarefa de retirar os refugiados do navio. Viam-se ainda, conspicuamente, numerosos fuzis automáticos empilhados sobre padiolas (tristemente irônica justaposição de causa e efeito). Comandava a operação

[69] Relatou o reverendo Grauel a García-Granados que durante o ataque – por sete vezes os navios britânicos abalroaram o Exodus – um velho judeu lhe dissera: "Já sobrevivi ao inferno czarista, ao inferno antissemita polonês, ao inferno nazista, e, se Deus quiser, sobreviverei também ao inferno britânico!"

um certo major Cardozo[70], que – narra Ruth Gruber – “enquanto valsava pelo cais atravancado, girava seu bastão como o fazem as balizas”.

Eram cerca de 16 horas quando – bandeira azul e branca no topo do mastro e milhares de vozes cantando a Hatikva – chegou o *Exodus* puxado por rebocadores britânicos; escuro, gasto, quebrado, diz Ruth Gruber que “parecia uma caixa de fósforos que houvesse sido estilhaçada por um quebra-nozes”. Toda a bagagem dos que vinham a bordo foi brutalmente revistada por soldados ingleses, confiscando-se tesouras, facas, giletes (o que se compreende), e ainda – talvez também se compreenda, mas dificilmente se justifica – canetas-tinteiro, máquinas fotográficas e todos os documentos de identidade. Pouca diferença havia das “recepções” nos campos de concentração nazistas, acentuando-se sobremaneira a semelhança ao serem desunidas as famílias com a separação (por vezes violenta) de homens e mulheres (estas iam sendo revistadas por quatro mulheres árabes da polícia, cuja reputação – informa-nos Ruth Gruber – “não era boa”).

Já prontos para receber sua carga humana encontravam-se no porto de Haifa três navios-prisões: o *Ocean Vigour,* o *Empire Rival e o Runnymede Park*[71]; nas proximidades dos mesmos faziam os ingleses detonar cargas de profundidade a fim de evitar sabotadores. Para esses navios, cujo acesso fora terminantemente vedado à imprensa, foram transferidos (com a informação suasória de que seriam levados para Chipre) os passageiros do *Exodus:* um dos navios, o *Ocean Vigour,* ficou reservado aos doentes ou gravemente feridos[72].

---

[70] Descendia ele, segundo disse, de uma família de judeus ibéricos (posteriormente convertidos ao catolicismo) expulsos da Espanha ao tempo da Inquisição (século XV), e dizia-se também aparentado com o juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos Benjamin Nathan Cardozo (falecido em 1938), um dos mais ilustres juristas americanos, conhecido por seu idealismo e humanitarismo.

[71] Este último levava o nome do lugar onde, em 1215, foi assinada a Magna Carta, símbolo e base das liberdades inglesas. Afirma o historiador naval inglês Richard Hough que para os ingleses Runnymede é tão sagrado quanto o são Yorktown para os americanos e a escadaria de Odessa (celebrizada por Eisenstein na mais famosa seqüência da história do cinema) para os soviéticos. Bem que um navio com esse nome merecia melhor destino...

[72] A classificação dos ferimentos como graves ficou a critério dos ingleses, que para isso retiravam as ataduras e curativos, recolocando-os depois.

Dois membros da UNSCOP, Sandström e Simic, que na ocasião se encontravam nos arredores de Haifa, chegaram ao posto ainda a tempo de ver os refugiados sendo transferidos para suas jaulas marítimas. Comentou o iugoslavo: “Este é o melhor testemunho que poderíamos ter”[73]. De madrugada todos os três navios-prisões já haviam zarpado (o último deles, o *Empire Rival,* partiu às 5:40h).

Tudo isso, evidentemente, repercutia do modo bem desfavorável para as autoridades britânicas (o próprio Kirk confessa que elas “ficaram embaraçadas”); apressaram-se por isso em emitir um comunicado oficial preparado especialmente para consumo da opinião pública internacional. Divulgado a 19 de julho, tinha o seguinte teor:

> A fim de desfazer quaisquer dúvidas que possam ter sido despertadas por transmissões incorretas do navio de imigrantes ilegais *President Warfield,* os seguintes fatos são registrados:
>
> O *President Warfield* entrou em águas palestinenses às primeiras horas de 18 de julho transportando aproximadamente 5.000 judeus ilegais. A fim de evitar ser abordado, empreendeu o navio violenta ação evasiva que na subsequente operação de abordagem resultou em danos a si próprio bem como aos navios da Royal Navy. Seus lados haviam sido cobertos de pranchas, e arame farpado fora estendido ao longo do navio. O grupo de abordagem encontrou forte resistência, reforçada por fumaça, fogos de artifício, bombas fumíferas, jatos de vapor e projéteis diversos. Fizeram também cair do alto, sobre os conveses dos navios de guerra, balsas salva-vidas.
>
> Um único tiro e uma rajada de metralhadora foram dados por um dos navios de guerra contra um imigrante que ameaçava decapitar um membro do grupo de abordagem com um machado, e contra outro que ia usar um fuzil. O tiro e a rajada não acertaram, mas assustaram os homens, que deixaram cair suas armas, Nenhum outro fogo foi usado pelo pessoal naval. Cerca de 50 ao todo foram empregados no grupo de abordagem.
>
> O *President Warfield* entrou no porto de Haifa, navegando com suas próprias máquinas, ao anoitecer do dia 18. Constatou-se que dois

---

[73] O historiador inglês George Kirk insinua que a chegada do Exodus foi intencionalmente planejada para coincidir com a presença da UNSCOP na Palestina, e cita, em apoio de sua tese, palavras de um correspondente americano naquele país: “Os judeus aqui acreditam que um navio 'ilegal' possa valer dez milhões de palavras para ajudar a convencer o Comitê.”

imigrantes ilegais morreram de fratura de crânio, e um terceiro veio a falecer no hospital devido à mesma causa. Outros vinte e sete foram admitidos ao Hospital de Haifa; alguns deles, embora não todos, sofriam de ferimentos recebidos quando o *President Warfield* foi abordado. Três marinheiros (britânicos) foram feridos e baixaram a hospital.

No mesmo dia em que foi divulgado esse comunicado (sábado, 19 de julho), realizou a UNSCOP sua última sessão secreta na Palestina, destinada à interrogação de representantes do governo da Palestina: Sir Henry Gurney e vários diretores de departamentos governamentais. Os trabalhos foram abertos às 9 da manhã, e logo após haver Sandström anunciado a agenda, Sir Henry Gurney pediu vênia para fazer algumas observações, nas quais procurou principalmente rebater críticas contra a Potência Mandatária formuladas por Ben-Gurion. Queixou-se da comunidade judaica, dizendo: "Nunca vi um país em que o povo aparentemente se interessa tão pouco pelos atos legislativos de sua Administração contanto que seus próprios interesses não sofram". (Queixou-se também da despesa que a Grã-Bretanha vinha tendo com as deportações e manutenção dos campos de internação em Chipre.)

Sandström, dando início às perguntas, indagou por que a Administração da Palestina não tomara medidas retaliativas contra o boicote árabe; respondeu Sir Henry que quaisquer represálias seriam consideradas pelos países árabes como atos inamistosos e até hostis, tornando mais difícil uma solução pacífica para o problema palestinense.

Entremeadas com as perguntas vieram novas exposições verbais, feitas por Sir Henry Gurney e outros. Assim, o diretor de Educação, B. De Bunsen, preconizou um controle maior sobre a educação, afirmando não haver dúvida de que o ensino judaico era excessivamente nacionalista, "pois uma das finalidades da educação judaica é produzir unidade e construir uma comunidade hebraica autoconsciente". Sir Henry Gurney justificou as verbas reduzidas destinadas à educação e à saúde como sendo consequência das grandes despesas necessárias para fazer frente aos atos de terrorismo perpetrados por judeus.

A questão do tráfico de armas de países vizinhos para os árabes palestinenses foi levantada por Simic. Respondeu Sir Henry Gurney que o governo vinha fazendo todo o possível para impedi-lo. Mas Simic insistiu:

Simic – Ouvi dizer que o tráfico de armas existe e prossegue, e posso afirmar que S. Exa. o alto-comissário nada fez para evitá-lo.

Sir Henry – Se me pergunta se de fato existe ou não existe, posso apenas dizer que existe. Mas até que ponto camelos transportando armas atravessam a fronteira em distritos remotos é difícil julgar e muito difícil evitar.

Sir Abdur abordou a questão da legislação sobre porte de armas, e o procurador-geral em exercício, Hogan, confessou que a aplicação dessa legislação não vinha sendo inteiramente eficaz. Interveio então o representante da Guatemala:

G.-Granados – O senhor reconhece que os regulamentos de emergência não têm grande efeito na questão de desarmar a população e pôr um fim ao terrorismo. Não pensa o senhor que, pelo contrário, esses regulamentos de emergência têm um efeito diverso – quero dizer que cerceando os direitos naturais do indivíduo não provocam tais atos?

Hogan – No que concerne à primeira parte penso que tiveram, durante seus dez anos de existência, um efeito bastante considerável no controle do tráfico ilegal de armas. Se o senhor considera o tráfico ilegal de armas, ou o direito de disparar armas de fogo, como um direito natural, então receio que estejam cerceados.

G.-Granados – O que eu quero dizer é que vejo aqui diariamente atos de violência cometidos por indivíduos, portanto eles estão armados. Os regulamentos de emergência não têm grande efeito sobre eles e, pelo contrário, não fica o restante da população ressentido com esses regulamentos?

Hogan – Minha resposta é que se não existissem os regulamentos de emergência haveria mais casos de disparos de armas de fogo.

G.-Granados – O que é que o senhor está dizendo?

Hogan – Que se não existissem os regulamentos de emergência haveria muito mais atos de violência.

G.-Granados – Isso é uma questão de ponto de vista. Mas há outra coisa que gostaria de perguntar. Esses regulamentos de emergência se ajustam ao Mandato?

Hogan – Os regulamentos de emergência são feitos sob as estipulações dos Orders-in-Council que instituíram o governo e a

> constituição deste país. Até que ponto são compatíveis com os termos do Mandato é talvez uma questão de opinião ou debate. A nosso ver não infringem qualquer dos termos do Mandato.
>
> G.-Granados – Isso é uma questão de ponto de vista.

Blom (Holanda) indagou a respeito do regulamento sobre licença para porte de armas:

> Blom – É comum, em tempos tranquilos, dar-se licença em muitos casos?
>
> Sir Henry – Com relação a espingardas para caça, etc., o regulamento não é aplicado com rigor. É aplicado de maneira semelhante como o seria em qualquer outro país.
>
> Blom – Digamos, para um beduíno, é comum possuir ele uma espingarda de caça?
>
> Sir Henry – Sim, de fato, para o beduíno a posse de uma espingarda de caça é, evidentemente, uma questão de amor-próprio.
>
> Sandström – Isso também se aplica aos residentes em cidades?
>
> Sir Henry – Não estou bem certo; creio que sim.

Inquirido sobre as proibições relativas à venda de terras a judeus, justificou-as Sir Henry Gurney como tendo por finalidade evitar a "deterioração dos níveis de vida árabes e a criação de uma vasta população árabe sem terras".

Após algumas perguntas de Sir Abdur Rahman com relação a um Banco Agrícola Otomano (que fora liquidado em 1921) interveio novamente o representante guatemalteco:

> G.-Granados – Tem o senhor uma ideia aproximada do número de detidos que se encontram presos na Palestina sob os Regulamentos de Emergência?
>
> Sir Henry – Sim. O número de judeus detidos é presentemente 291 no Quênia e 515 na Palestina.
>
> G.-Granados – É muito difícil trazer essas pessoas a julgamento? Quero dizer, investigar seus casos e libertá-los. Temos recebido muitas cartas de toda espécie de gente – pais, mães, irmãos, irmãs, filhos.

> Sir Henry – Seus casos são todos investigados por um Comitê Consultivo presidido por um juiz aposentado. Ele próprio contou-me que acabara de entrevistar pessoalmente 75 dos detidos em Latrun.
>
> G.-Granados – Essas cartas são de pessoas que dizem que seus parentes se encontram detidos sem julgamento há três, quatro, cinco, sete anos.
>
> Sir Henry – Isso infelizmente é verdade, mas já tentei explicar porque não é possível trazê-los a julgamento.
>
> G.-Granados – Mas então, de acordo com os princípios gerais de Direito, não seria melhor libertá-los?
>
> Sir Henry – Não creio que qualquer administração britânica em parte alguma necessite de conselhos sobre isso.
>
> G.-Granados – Não estou lhe dando conselhos; estou apenas fazendo uma pergunta.
>
> Sansdström – O senhor já ouviu a resposta.

Com mais algumas perguntas de Blom – sobre concessões relativas a petróleo e potassa – findou o interrogatório. Sandström agradeceu a Sir Henry Gurney a boa vontade com que respondera, e a sessão encerrou-se às 12:15h com as seguintes palavras do secretário do governo da Palestina: "Espero que pelos vossos esforços possa ser encontrada alguma maneira de se descobrir uma solução verdadeira e justa para esse difícil problema. Convosco vão todos os nossos melhores votos de sucesso".

A 20 de julho a UNSCOP deixava a Palestina, rumando por rodovia para a pequena cidade libanesa de Sofar (local de veraneio, nas montanhas, onde não se fazia sentir o calor da região litorânea). Acompanhavam-na numerosos jornalistas, entre os quais alguns repórteres da imprensa hebraica da Palestina que só haviam obtido vistos de entrada após dois dias de vigorosos protestos junto ao governo libanês. (Um único jornalista não obteve o visto: Gerold Frank, americano, correspondente do *New York Post* e que vinha acompanhando a UNSCOP desde o início de seus trabalhos em New York; isso porque em um de seus artigos cometera o "crime" de qualificar o Líbano como um "Estado policial".).

No Líbano, ainda antes de iniciadas as audiências, vários membros da UNSCOP (entre os quais Fabregat, García-Granados, Simic e o Dr. Bunche)

foram procurados por elementos da oposição maronita[74]. Acusaram estes o governo libanês de haver fraudado as eleições e de ser um instrumento da Liga Árabe. Disseram: "A opinião pública libanesa decididamente não apoia esse governo. Qualquer coisa que essa Administração lhes disser sobre os problemas que afetam o Líbano ou nossas relações internacionais não pode ser autêntico... Queremos ser um país independente. Temos aqui uma ditadura, e é por isso que só podemos falar-lhes dessa maneira".

Deixemos, embora por breves instantes, a UNSCOP nas aprazíveis montanhas do Líbano e vejamos o que ocorria em outras frentes. Pelas águas do Mediterrâneo singravam os três navios-prisões – rumo a Chipre, conforme se dissera aos refugiados do *Exodus*? Não! O secretário do Exterior britânico, Bevin, decidira "fazer desse navio um exemplo", obrigando seus passageiros a retornar ao ponto de partida, isto é, sul da França[75]. É claro que o pretexto foi outro: um porta-voz oficial do Foreign Office declarou que os refugiados teriam de ser mandados para outra parte porque "Chipre se encontrava superlotada". A mentira, contudo, era flagrante – ainda não decorridas duas semanas após a captura do *Exodus,* já cerca de 1.100 novos imigrantes "ilegais" eram transferidos para Chipre.

Enquanto isso, na Palestina, a Haganah retomava a ofensiva que fora sustada durante a permanência da UNSCOP no país: na noite de 21 de julho comandos da Palmach destruíram completamente uma estação de radar no monte Carmelo, enquanto homens-rãs da mesma organização fizeram explodir – e afundaram – o navio-transporte britânico *Empire Lifeguard,* aprestado para uso como navio de deportação. Novos incidentes seguir-se-iam nos dias subsequentes. Diz Jon Kimche: "Nunca o conceito britânico esteve tão baixo".

No Líbano a primeira reunião pública da UNSCOP teve lugar em Beirute, no Ministério do Exterior, a 22 de julho. Iniciou-se às 11 da manhã com um discurso, em árabe, de Riad Bey Solh, presidente do Conselho de Ministros. Logo depois o vice-presidente do Conselho fez a leitura de uma tradução desse discurso. Foi o mesmo bastante breve, começando por apresentar à UNSCOP as boas-vindas em nome do governo libanês e dos

[74] Os maronitas – católicos libaneses – sentiam-se subjugados pela minoria muçulmana.
[75] O alto-comissário, Sir Alan Cunningham, manifestara-se contrário a essa providência, por ele considerada como "irrefletida"; sua opinião, contudo, não foi levada em consideração.

outros governos árabes ali representados[76]. A parte central consistiu essencialmente em indiretas ao sionismo, tais como: que os árabes não tiveram qualquer participação em criar o problema palestinense ou em "infligi-lo às Nações Unidas e ao resto do mundo"; que "os árabes nunca acharam necessário inventar teorias para suplementar seus direitos"; que tudo aquilo que os membros da UNSCOP viam no Líbano "não era produto de fundos estrangeiros produzindo prosperidade artificial". E concluiu ameaçadoramente:

> Senhores: – Os países árabes, que estiveram unidos milhares de anos[77], livres de qualquer coisa que prejudicasse sua harmonia, não permitirão a imposição de um lar que venha ameaçar suas estreitas relações. Por isso, estarão se defendendo ao defenderem a Palestina árabe, pondo um fim às ambições sionistas. Assim, destruindo a morada do mal no Oriente Médio, estarão servindo a paz mundial, e provarão sua lealdade aos princípios dos direitos humanos.

Falou em seguida (em francês) o ministro das Relações Exteriores do Líbano, Hamid Bey Frangie. Começou dizendo que os governos árabes estavam convencidos haver "somente uma solução para o problema palestinense, a saber, cessação do mandato e independência para a Palestina, e que qualquer investigação de uma questão tão óbvia era desnecessária". Argumentou que a Declaração Balfour não poderia de maneira alguma ser considerada válida em relação à Palestina Árabe porque ignorava o direito desta à autodeterminação. Queixou-se da ingratidão das Potências Aliadas após a Primeira Guerra Mundial, não dando o devido valor e reconhecimento à contribuição árabe na luta contra os turcos. Considerou o Mandato nulo e destituído de valor, por conter "os mesmos defeitos da Declaração Balfour". Afirmou que a atitude dos povos e governos árabes diante do sionismo se baseava, também, no seu anseio de manter a paz no Oriente Médio, "ameaçada pelos objetivos expansionistas e métodos terroristas do sionismo". Acusou a Potência Mandatária de fraqueza no lidar com a "agressividade sionista" e advertiu que os árabes também recorreriam a táticas violentas. Declarou que país algum poderia tolerar uma imigração em massa "como aquela a que está sujeita a Palestina". Além do mais, disse, "o Estado Judeu que os sionistas estão

[76] Com exceção da Transjordânia, achavam-se ali representados todos os países da Liga Árabe: Egito, Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen.
[77] Esse gritante exagero fica por conta do primeiro-ministro libanês...

tentando estabelecer na Palestina não é um Estado viável, quer do ponto de vista político, quer do econômico. Os Estados Árabes não poderiam, mesmo, tolerar a criação de um Estado composto de elementos estrangeiros de tantos lugares, cada qual com sua própria mentalidade, seus desejos insaciáveis... Contra um Estado estabelecido pela violência os Estados Árabes serão obrigados a usar violência; isto é um direito de legítima defesa". Chegando a admitir a hipótese da criação de um Estado Judeu, augurou: "O Estado estrangeiro em território árabe não poderá de maneira alguma contar com o estabelecimento de relações, econômicas ou outras, com os Estados Árabes vizinhos. Um Estado criado sob tais condições não poderia deixar de estar destinado ao fracasso".

Em suas observações conclusivas o ministro do Exterior libanês exigiu: a) reconhecimento da liberdade e independência soberana dos árabes palestinenses; b) término imediato de toda imigração judaica na Palestina; c) manutenção dos regulamentos sobre transferência de terras; d) criação de um governo árabe independente. Manifestou-se contrário a qualquer partilha, confessando que isso (obviamente devido à declarada e intransigente hostilidade dos governos árabes a qualquer espécie de Estado Judeu) resultaria em derramamento de sangue e intranquilidade em todo o Oriente Médio. Assegurou que em todos os países árabes as minorias judaicas eram bem tratadas. E ameaçou com graves perigos e consequências funestas se na solução que viesse a ser proposta não fossem levados em consideração os desejos dos governos árabes.

Antes de encerrada a curta sessão (o que se daria às 11:50h) o australiano Hood comunicou que encontrara "diferenças substanciais" entre a tradução inglesa do discurso (distribuída aos membros da UNSCOP) e o texto francês. Frangie pediu desculpas, atribuindo tais diferenças à pressa, e solicitou que o texto francês fosse considerado como o correto. Ao que García-Granados observou que notara certas diferenças também entre o texto francês (igualmente distribuído à UNSCOP) e o texto lido pelo ministro. Interveio aí Sandström, dizendo que possivelmente seriam erros tipográficos...

Na manhã seguinte, no Grand Hotel de Sofar, realizou-se nova reunião (essa, porém, secreta). Sandström, abrindo os trabalhos, anunciou que a agenda continha um único item: "ouvir representantes dos países árabes". A primeira pergunta – constante de uma lista previamente entregue

aos representantes árabes – foi de Sandström: supondo que um Estado árabe viesse a ser estabelecido na Palestina, qual seria o destino dado aos imigrantes ilegais judeus? Respondeu Frangie: "expulsão do país"; e quanto aos que houvessem entrado na Palestina "de acordo com os regulamentos sobre imigração atualmente em vigor mas sem ter adquirido a nacionalidade palestinense, sua situação será decidida pelo futuro governo independente da Palestina"[78]. Sandström parece ter estranhado um pouco a resposta, e daí:

> Sandström – Deseja algum outro representante dos países árabes dar uma resposta especial a essa pergunta?
>
> Frangie (prontamente) – O que li agora já foi decidido entre os vários países. Não deve haver respostas individuais às perguntas.
>
> Sir Abdur – Estão todos de acordo com essa resposta?
>
> Frangie (enfaticamente) – Sim.

O assunto, contudo, não se encerrou aí pois pouco adiante o representante da Síria, emir Adel Arslan, informava que os árabes, por considerarem a Declaração Balfour ilegal, consideravam também ilegais todos os judeus que entraram na Palestina após a mesma. O que levou o representante tcheco, Lisicky, a indagar: "Isso quer dizer que se não tivesse havido uma Declaração Balfour então todos os judeus poderiam ter entrado na Palestina legalmente?"[79].

Com reação a outro tópico – tratamento dispensado aos judeus nos países árabes – Fadel Jamali, ministro do Exterior do Iraque, afirmou que a culpa dos excessos antijudaicos ocorridos em Bagdá em 1941, por ocasião de um golpe de estado nazista – e era este o único caso de que se lembrava – devia ser atribuída ao sionismo. Essa opinião foi endossada pelo representante egípcio, emir Abdel R. Hakki. Havendo diversos representantes árabes feito questão de salientar que em seus países os

---

[78] Comentário de García-Granados: "A inferência era clara: de 700.000 judeus atualmente na Palestina, talvez uns 400.000 – a maioria dos que entraram a partir de 1917 – estariam sujeitos a deportação, dependendo da benevolência do futuro governo árabe, dominado pelo mufti."

[79] A isso respondeu o iraquiano Fadel Jamali dizendo que nesse caso existiria na Palestina um Estado Árabe com suas próprias leis, e "aqueles que entrassem de acordo com tais leis seriam imigrantes legais, fossem judeus ou não".

judeus viviam prósperos e felizes, observou García-Granados que se os judeus viviam realmente tão bem nos países árabes era pouco provável "que gostassem de praticar o sionismo".

Perguntado por que considerava um Estado Judeu impraticável também do ponto de vista econômico, respondeu Frangie que era principalmente por causa do boicote árabe. Sandström perguntou então: "Se, sob os auspícios das Nações Unidas, viesse a ser estabelecido um Estado Judeu, não seria contrário aos princípios da Carta das Nações Unidas manter esse boicote?" Respondeu Frangie: "Gostaria de afirmar que não tencionamos voltar atrás de nossa decisão de boicotar produtos sionistas"[80].

A respeito da ameaça árabe de reagir com violência contra um Estado Judeu, perguntou Sandström: "Considerariam os senhores até mesmo o Estado Judeu constituído sob os auspícios das Nações Unidas como estabelecido pela violência?". Resposta de Fuad Hamza (da Arábia Saudita): "Confiamos que as Nações Unidas não tomem tal decisão". Sandström insistiu. Novamente Fuad Hamza: "Insisto, senhor presidente, em que as Nações Unidas não tomariam tal decisão; em primeiro lugar porque seria contrária à própria Carta. Estas são perguntas hipotéticas e preferimos nada dizer até que tal decisão seja tomada".

Instado por Sir Abdur Rahman, o emir Arslan afirmou que os árabes não admitiam a imigração de judeus nem mesmo por motivos religiosos. Às 13:20h a sessão foi suspensa, para ser reiniciada às 15:30h.

Na sessão da tarde, Frangie e Hamza, respondendo a uma indagação de Lisicky, afirmaram perempteriamente que o Comitê Superior Árabe representava todos os árabes palestinenses, sendo destituídos de significação quaisquer pontos de vista divergentes[81], e Fadei Jamali

[80] Fica assim, mais uma vez e de modo mais do que claro, demonstrada a premeditação de muitas das atitudes árabes em relação a Israel. E daí se pode perfeitamente concluir que o "caso" criado pelos dirigentes dos países árabes em torno dos chamados "refugiados árabes" da Palestina é mero pretexto para uma política já há muito traçada e decidida.

[81] Lembra a propósito Garcia-Granados que membros da UNSCOP haviam sido informados, pelo próprio alto-comissário Sir Alan Cunningham, que o Comitê Superior Árabe não fora eleito, mas sim autonomeado, tendo sido reconhecido "na falta de coisa melhor". E Dov

lembrou que Sir Alexander Cadogan (representante britânico junto às Nações Unidas) era também dessa opinião. Depois foi dada a palavra a Sir Abdur para que ele próprio formulasse suas perguntas (igualmente já antes submetidas por escrito aos representantes árabes). Achamos que vale a pena transcrever – e, cremos, não será a simples título de curiosidade – parte do diálogo (transcrição *ipsis litteris,* sem cortes):

> Sir Abdur – Referindo-me agora ao Acordo Feisal-Weizmann – conheço a alegação de que o rei Feisal não se achava autorizado pelos árabes. Também conheço a alegação de que a condição que impôs não foi cumprida e que a independência não foi conseguida. Sei de tudo isso. Não é necessário que lhes pergunte sobre isso. O que lhes pergunto é: já que a maioria dos países alcançaram a independência, seria demais cumprir agora aquele acordo feito entre o rei Feisal e o Dr. Weizmann?
>
> Emir Arslan – Quero declarar que na qualidade de conselheiro do falecido rei Feisal tive oportunidade de falar-lhe sobre esse esboço de acordo. Este lhe foi apresentado pelo próprio Lawrence. Depois que lhe foi lido e traduzido, ele acrescentou de próprio punho: "Sob a condição de que todas as nações árabes sejam unidas sob um mesmo regime". Desde que essa foi a condição que não pôde ser realizada – nem por Weizmann, nem por Lawrence – é claro que o acordo caiu por si mesmo. Portanto o que chamam de acordo não é absolutamente um acordo.
>
> Sir Abdur – Não foi de modo algum essa a pergunta que lhes fiz. O que lhes perguntei foi que objeção haveria em cumprir esse acordo, agora que a maioria dos países árabes já obteve sua independência. Era isso que eu queria saber.
>
> Riad Solh – Seria necessário então que a Palestina também fosse independente. Por isso voltamos ao mesmo ponto.
>
> Sir Abdur – Isso me leva à pergunta seguinte. Deveria também a Palestina tornar-se independente antes do documento vigorar, ou não estava a Palestina incluída, conforme afirmou o Dr. Weizmann?
>
> Hamza – Pelo próprio esboço de acordo é evidente por si mesmo que todas as nações árabes deveriam ser independentes e unificadas.

Joseph define esse órgão da seguinte forma: "Um comitê de lideres árabes, representativos de destacadas famílias e grupos políticos árabes da Palestina, mais ou menos autonomeado ."

Jamali – O fato de o Comitê estar aqui reunido para investigar a questão da Palestina demonstra que a parte de Feisal no acordo não foi cumprida. E, além do mais, S. M. o falecido rei Feisal, em vida, por diversas ocasiões rejeitou as pretensões sionistas relativas a esse acordo. E mais, esse acordo nunca assumiu uma forma final, oficial, e nunca foi ratificado por qualquer Estado, qualquer governo, ou qualquer organismo permanente.

Senhor presidente, o que os judeus já alcançaram pelo número em que vieram, coloca-os certamente além da promessa do rei Feisal, e muito além de sua expectativa. Gostaria que Sir Abdur Rahman ficasse bem certo disso.

Sir Abdur – Agora, conhecem os senhores os termos da Conferência da Paz de Londres? Conhecem os termos oferecidos na Conferência de Londres? Eles foram subsequentemente retirados pelos árabes. Estão os senhores dispostos a mantê-los agora?

Frangie – Estamos prontos a comunicar ao Comitê as minutas da Conferência de Londres, bem como o texto das propostas árabes.

Sandström – Esses textos serão fornecidos ao Comitê?

Emir Arslan – Esses textos serão entregues ao Comitê amanhã.

Sir Abdur – O que eu quero saber é se estão dispostos a aceitar esses termos agora.

Sandström – O senhor, Sir Abdur Rahman, está se referindo aos termos propostos pelos britânicos ou por quem?

Sir Abdur – Às ofertas árabes. Os termos foram por eles posteriormente retirados. Em relação a esses termos pergunto se agora estão dispostos a aceitá-los.

Emir Arslan – Mantemos o direito de retirá-los.

Sir Abdur – Retiram-se dos mesmos?

Jamali – Não, nós mantemos o direito de retirá-los.

Sir Abdur – Agora, encarariam os senhores com alguma preocupação o estabelecimento de colônias judaicas próximo às fronteiras egípcia ou síria?

Hakki – Bem, o governo egípcio certamente encara com séria preocupação o estabelecimento de colônias judaicas perto da fronteira egípcia. Isso é apenas o indício do primeiro passo para a

execução das ambições judaicas em direção ao Sinai, e certamente o governo egípcio tem tomado medidas contra esse perigo que se aproxima cada vez mais e mais do território egípcio.

Sandström – Tem alguma outra pergunta, Sir Abdur Rahman?

Sir Abdur – Não, não quanto a esse ponto. É o Neguev uma questão importante para os países árabes vizinhos?

Frangie – Pensei que já houvéssemos respondido a essa pergunta, mas se quiser um maior desenvolvimento, aqui vai. O Neguev, como se sabe, é uma região bastante árida. É mui pouco habitada, exceto por tribos de beduínos; esses beduínos precisam dessa parte do país por não terem possibilidade de se estabelecer em outra parte. Além disso, a população árabe da Palestina aumenta cada ano de vários milhares, e por isso necessitará tanto mais dessas áreas. De qualquer maneira, essa parte do sul da Palestina é para nós um ponto estratégico e jamais a cederemos. Precisamos dela para os árabes.

Hamza – Lamento expandir-me um pouco sobre isso em resposta a Sir Abdur Rahman. Estávamos falando a respeito da Palestina – que os árabes nunca tolerariam um Estado Judeu na Palestina nem em qualquer porção da mesma. De modo que quando a pergunta é formulada dessa maneira, pode ser considerada como impelindo-nos a aceitar uma parte da Palestina. Embora o Neguev seja ele próprio uma parte da Palestina, falávamos da Palestina em geral.

Sir Abdur – É isso do interesse dos países árabes adjacentes?

Hamza – Claro; é muito importante estrategicamente e para fins de comunicação.

Jamali – É, importante estrategicamente; e para o desenvolvimento futuro, com relação à população árabe, estou certo de que os árabes levarão muito do Neguev, que agora é deserto, ao cultivo quando aumentar a população[82].

Frangie – Creio havermos mostrado esta manhã que os judeus realizaram algum trabalho nessa região da Palestina, mas não foi um trabalho econômico no sentido comum da palavra. Se eles insistem em ter o Neguev é porque querem colocar nele novos imigrantes. Se

[82] Reparem na contradição: se os beduínos precisavam tanto do deserto (conforme declarou Frangie), por que reivindicá-lo para povoamento? (O próprio Frangie, aliás, já caíra na mesma contradição.)

estão lembrados, afirmei que nessa região um acre de terra custa cerca de 300 a 500 libras e que o custo da irrigação é de 50 a 80 libras por ano.

Gostaria de acrescentar que a importância do Neguev está em que é parte do mundo árabe no que diz respeito às comunicações. Viajar por terra significa travessia de um dia através do Neguev para o Egito. E afinal de contas o Neguev é uma parte do nosso país. Pode ser uma parte pobre, mas é como uma criança fraca; quando se tem uma criança fraca não se quer entregá-la. Nós temos essa espécie de afeição por nosso deserto tanto quanto por nossas montanhas e rios.

G.-Granados – Há uma coisa que não compreendo e é o que querem dizer quando falam da importância estratégica do Neguev para os países árabes vizinhos. Creio que os árabes se encontram em situação semelhante aos latino-americanos. Podemos nos considerar irmãos. Mas se nos perguntassem se, por exemplo, uma parte da Colômbia tem importância estratégica para nós, eu diria que não. Parte do meu país poderá ter importância estratégica para meu país, mas não para outro país. Eu compreenderia se dissessem que o Neguev tinha importância estratégica para a Palestina, ou para a Grã-Bretanha, mas não para os países vizinhos.

Emir Arslan – Creio que houve uma guerra bastante conhecida nos tempos modernos; isto é, uma guerra entre dois países da América Latina, que foi provocada por um país que certamente não é menos deserto que o Neguev[83].

Frangie – Creio ser nosso pleno direito agir de maneira tal que essa terra de grande importância estratégica não fique em mãos inimigas.

Sandström – Há outras perguntas?

Hakki – Acho que talvez a razão dessa pergunta seja a ideia de que se um Estado Judeu for criado no Neguev não constituirá perigo para os países vizinhos. Já demonstramos que um Estado Judeu criado na Palestina, seja em Haifa ou Tel Aviv ou no Neguev, seria um perigo em condições iguais para os países adjacentes. É sempre um perigo,

[83] Não atinamos bem a que guerra o emir sírio queria referir-se. Seria à assim chamada Guerra do Salitre (também conhecida como Guerra do Pacífico), do Chile contra a Bolívia (e Peru)? Ou à Guerra do Chaco (entre Bolívia e Paraguai)? De qualquer maneira, a comparação não tem cabimento, sendo mesmo de estranhar que nenhum dos representantes latino-americanos presentes (García-Granados, Fabregat ou García Salazar) houvesse feito qualquer retificação (a não ser, talvez, que achassem seria apenas perda de tempo).

quer seja criado em Tel Aviv ou no Neguev. Assim não vejo qualquer motivo para essa pergunta.

Sir Abdur – O sentido da pergunta era simplesmente o de que o Neguev confina com a fronteira egípcia. O sentido é óbvio se o senhor se der ao trabalho de seguir meu pensamento. Eu queria saber se o Neguev, do ponto de vista estratégico, teria alguma significação como país irmão para o governo egípcio.

Hakki – É sempre um perigo para os países adjacentes, quer seja o Egito ou qualquer outro lugar na Palestina, e isso pelas razões já expostas.

Adiante, ainda uma vez, nova demonstração da mais completa intransigência árabe. Desta feita, diante duma pergunta do representante tcheco:

Lisicky – À página seis do memorando que ontem nos foi apresentado há uma referência a promessas contraditórias feitas pelos aliados a árabes e judeus. Isso significa que não devemos considerar promessas contraditórias feitas a duas partes diferentes, e precisamos encontrar uma saída. Portanto, penso que esta é uma situação típica em que se deve procurar um acordo.

Gostaria de saber qual, na opinião dos Estados Árabes, é o tipo de acordo político que poderia ser alcançado. Ouvi suas exigências, e me parece que aquilo que estariam inclinados a aceitar como um acordo seria aproximadamente o seguinte: Queremos 100% das nossas reivindicações, e os outros podem ficar com o resto. Penso que isso é mais ou menos como a quadratura do círculo.

Jamali (friamente) – Senhor presidente, os árabes não baseiam seus direitos em promessas. Cremos ser a Palestina um país árabe não porque a Grã-Bretanha prometeu que o seria mas porque é um país árabe. Promessas foram feitas, sim, mas que valor têm essas promessas? As promessas foram primeiramente feitas aos árabes. Elas vieram confirmar um direito básico, existente. A promessa feita depois aos sionistas não se baseava num direito. Não viemos às Nações Unidas para transigir entre o certo e o errado. Queremos soluções justas. E soluções que são justas nem sempre se baseiam em acordos.

> Gostaria de saber se o ilustre membro apreciaria qualquer acordo se alguém assaltasse seu país e tirasse parte dele. Estaria disposto a um acordo?

O emir Arlan afirmou que as promessas feitas aos árabes tinham prioridade por serem mais antigas ("a promessa feita aos árabes foi feita entre 1915 e 1916; a esse tempo o Reino Unido não fizera promessa alguma aos judeus"). E Hamid Frangic: "Eu compreenderia que se procurasse um acordo se nenhuma das duas promessas houvesse sido realizada, mas agora o Lar Nacional Judaico existe enquanto a outra promessa não foi cumprida. Acho, por isso, que não é esta a ocasião para se procurar um acordo."

A parte final da sessão foi tomada por longo discurso de Fadel Jamali. Nada de novo, mantendo-se quase constantemente dentro da linha já rotineira da argumentação árabe. Assim, por exemplo: "Não haveria hoje problema algum na Palestina se não fosse pela ambição e agressão sionistas". Ou: "A verdade indiscutível é que os árabes são unanimemente contrários ao sionismo político e que os sionistas nunca poderão estabelecer um Estado no mundo árabe". Ou ainda, como sugestão para "solucionar" o problema palestinense: "Os sionistas deveriam ser advertidos no sentido de se contentarem com o lar cultural e espiritual que já conseguiram, abandonando seus agressivos desígnios políticos... Se for julgado que um Estado Judeu é uma necessidade humana, deve então ser concedido fora da Palestina". Às 17:50h foi encerrada a sessão, cujo resultado foi apreciado da seguinte forma por David Horowitz: "Os homens do Comitê puderam novamente comprovar a loucura que seria confiar o destino de uma numerosa minoria judaica às mãos das fanáticas e extremistas autoridades árabes representadas na Liga".

Na manhã seguinte o grupo que constituía a UNSCOP dividiu-se: Hood, Fabregat e García-Granados, acompanhados de diversos membros do secretariado, embarcaram em avião especial para Genebra; Sandström e os membros restantes do Comitê – com exceção de Sir Abdur que permaneceria em Beirute – tomaram três aviões fornecidos pelo rei Abdullah, dirigindo-se a Amã, capital da Transjordânia[84]. (Um dia depois Sir Abdur e seus colegas, já de retorno da Transjordânia, seguiram, também em avião especial, para Genebra, onde chegariam a 27.).

Em Amã os membros da UNSCOP foram recebidos em audiência pelo rei Abdullah. Baixo, simpático, falou ele unicamente em árabe, sua fala entremeada de frequentes sorrisos. Sandström perguntou-lhe se desejava dizer algo sobre o acordo Feisal-Weizmann, uma vez que Feisal fora seu irmão. Respondeu o rei que considerava esse documento ilegal porque seu irmão não havia sido autorizado por seu pai, Hussein, a assinar qualquer acordo com Weizmann. Sobre a imigração judaica disse, sorrindo: "Já há bastantes judeus na Palestina". Estaria Sua Majestade disposto a admitir judeus na Transjordânia? Abdullah deu uma gargalhada e disse: "Isso seria pedir-me que cortasse meu próprio pescoço". E a respeito da solução que ele admitiria para a Palestina: "Qualquer que seja a solução, os incontestáveis direitos árabes devem ser resguardados. Será muito difícil aos árabes aceitar um Estado Judeu mesmo numa parte da Palestina". Concluiu manifestando a esperança de que o Comitê viesse a encontrar uma solução.

Em Genebra (que segundo García-Granados, recebeu a UNSCOP "com a indiferença que era de se esperar de uma cidade que havia visto tantos organismos internacionais irem e virem") foi posto à disposição de cada membro um escritório no majestoso Palais des Nations; e ali puseram-se a trabalhar nos monumentais salões por onde, ainda no dizer de García-Granados, vagavam "os fantasmas da futilidade internacional". Deixemo-los discutindo – e divergindo (adiante veremos por que) – e retomemos a odisseia do *Exodus*.

28 de julho – os três navios-prisões ancoram em Port du Bouc, pequeno porto do sul da França, próximo de Marselha. O governo francês – em cujo seio se travara uma batalha se não jurídica pelo menos moral – decidira, após alguns dias de hesitação (e contrariando não só os desejos britânicos como também os do ministro do Exterior, Georges Bidault, que havia insistentemente procurado satisfazer a vontade de Bevin), que não seria empregada a força para obrigar os refugiados a desembarcar, aceitando-se porém em território francês todos aqueles que

[84] García-Granados e Fabregat haviam sido mais ou menos arbitrariamente excluídos por Sandström da visita a Amã (os aviões enviados por Abdullah eram pequenos e com lotação limitada). Interpelado a respeito, Sandström alegou que houvera um mal-entendido, mas García-Granados e Fabregat se desinteressaram completamente da pequena excursão por considerá-la inútil.

espontaneamente desejassem ali permanecer. Os ingleses então lançaram mão de outro recurso: suspenderam o fornecimento de alimentos e água aos refugiados, esperando assim obrigá-los pela fome (associada a um calor sufocante)[85] a descer de bordo. As autoridades francesas, porém, não se mostraram dispostas a ver ninguém condenado a morrer de fome em águas territoriais de seu país, e com o apoio tácito das mesmas o abastecimento alimentar dos refugiados foi assegurado por duas organizações assistenciais, uma francesa e a outra americana (esta judaica, já citada); Entr'aide Française e American Joint Distribution Committee. (Não deixava isso de representar uma considerável melhora, pois durante a viagem os refugiados recebiam apenas rações militares, constituídas de alimentos desidratados.). Assinale-se, contudo, que todos os alimentos trazidos eram pelos ingleses perfurados à baioneta. Também subiram a bordo médicos, franceses e suíços, e graças a eles foi evitada a eclosão de graves surtos epidêmicos[86].

A oferta de asilo, extensiva a todos que quisessem desembarcar voluntariamente, foi oficialmente transmitida aos refugiados pelo prefeito de Marselha, M. Collaveri. Acompanhado de outras autoridades e um intérprete, subiu ele primeiramente a bordo do *Ocean Vigour,* o navio-hospital (os ingleses haviam feito questão que se começasse por esse navio, por eles considerado como oferecendo maiores possibilidades de receptividade); ali procedeu-se à leitura (francês, hebraico e iídiche) de um comunicado do governo francês. A resposta (aplaudida entusiasticamente) foi dada por um porta-voz dos refugiados: agradecia-se ao governo francês, "que mostrara ao mundo como lidar com refugiados", mas o que se queria era Liberté, Égalité, Fraternité, porém *chez nous,* na Palestina. Cerimônia igual foi pouco depois repetida, com idêntico resultado, nos outros dois navios (os ingleses queriam que para esses se aguardasse mais um ou dois dias, mas os franceses não concordaram). O prefeito Collaveri descreveu, em relatório, as condições em que encontrou os refugiados. Eis um trecho desse relatório: "Descemos ao primeiro porão onde encontramos uns 800 refugiados, velhos e moços, inclusive mulheres grávidas, bebês e crianças

[85] O calor seria após alguns dias sucedido por chuvas torrenciais, igualmente incapazes – não obstante a recusa britânica de proporcionar condições mais adequadas de abrigo – de abalar o ânimo dos "ilegais".

[86] No trabalho de assistência médica destacaram-se especialmente, por sua atividade incansável e dedicação, o Dr. Jean Gayla, inspetor-geral da Saúde Pública da França, e o jovem Dr. Jacques Besson, da Assistência Pública de Marselha.

de 2 ou 3 anos, todos amontoados e apertados numa atmosfera sórdida, fétida, sem camas[87]. Pareciam cansados, desgastados e doentes".

Será interessante registrarmos aqui o resultado geral apresentado pela oferta de asilo depois de transcorridas 3 semanas de permanência em Port du Bouc: desembarcaram apenas 130 refugiados, ou seja 3% do total (esse número é fornecido por Kirk, mas Ruth Gruber dá um total um pouco maior – 159), quase todos enfermos (Kimche cita, contudo, o caso de um refugiado que escapuliu do navio para fugir da esposa). Essa resistência passiva dos refugiados era, segundo Kirk, "ativamente encorajada" por rapazes da Palmach que se achavam a bordo[88], e o mesmo autor lamenta que os franceses houvessem permitido a agentes da Haganah aproximarem-se dos navios com uma lancha e daí se dirigirem aos refugiados por meio de um alto-falante. Todavia, a principal contribuição para manter o moral elevado foi – é Ruth Gruber que o afirma – das crianças: trabalhando, estudando (principalmente o hebraico)[89] e brincando.

A imprensa (principalmente a francesa) dedicou grande espaço a esses acontecimentos, sendo violentamente atacada a "desumana" política britânica. De uma notícia publicada no renomado semanário *The Economist* de Londres:

> Ingleses trabalhando em Paris não se recordam de nada desde a libertação que se compare às injúrias que agora são lançadas sobre os britânicos pelos jornalistas franceses. Os socialistas franceses são abertamente favoráveis às reivindicações sionistas na Palestina, e levaram sua parcialidade ao ponto de ter o Ministério do Interior confiado a feia situação em Port du Bouc a um funcionário de simpatias sionistas.

O veterano estadista Léon Blum[90] (cujos sentimentos filobritânicos eram notórios) afirmou com ênfase: "Nossos amigos britânicos devem

[87] Em vez de camas havia apenas cobertores sujos, e cada cobertor tinha de ser compartilhado por quatro refugiados.

[88] Autoridades militares britânicas declararam que os refugiados estavam sujeitos a coação e ameaças de fanáticos a bordo.

[89] Espetáculo profundamente deprimente seria proporcionado pelos ingleses que – a pretexto de coibir propaganda subversiva – queimaram todos os livros em hebraico e iídiche que encontraram; nem as Bíblias e livros de orações escaparam...

[90] Leon Blum fora o primeiro judeu e o primeiro socialista a ocupar, em 1936, o cargo de primeiro-ministro da França.

compreender que seu comportamento em relação aos imigrantes da Palestina ofende e revolta a consciência do mundo”. E até na própria Inglaterra já se começava a dizer que o governo havia ido longe demais. Esse ambiente psicológico tão favorável não pôde, entretanto, ser aproveitado em favor dos refugiados. Já veremos por quê.

A 29 de julho, na Palestina, foram executadas as sentenças de morte impostas a 16 de junho: Abshalom Habib, Meir Nakar e Jacob Weiss, membros do Irgun, foram enforcados[91], sem terem sido atendidos em seu último desejo – ver seus pais (a estes foi dito: “Venham às 8 da manhã com um caminhão e lhes entregaremos os corpos”.). No dia seguinte, para usar as palavras do comandante do Irgun, este “levou a cabo as advertências de enforcamentos de represália”.

31 de julho – diz Beigin: “Um tremor percorreu todo o Império Britânico”. Nesse dia, num bosque perto de Nathanya, foram encontrados, enforcados numa árvore, os corpos dos dois sargentos que haviam sido raptados pelo Irgun. A barbárie do ato foi ainda acentuada: amarrados aos corpos achavam-se armadilhas de explosivos que, detonando, causaram ferimentos num oficial britânico. Nenhum dos atos de terrorismo até então perpetrados na Palestina provocou emoção e revolta tão intensas quanto esse (qualificado por David Horowitz como “o mais execrável na crônica do terrorismo do Irgun”). A opinião pública britânica, que começara a se inclinar favoravelmente aos refugiados judeus, passou logo por completa reviravolta[92]. Em diversas cidades inglesas – entre elas Manchester e Liverpool – ocorreram manifestações violentas, com ataques a sinagogas e outras propriedades judaicas. Na Palestina, soldados e policiais britânicos, percorrendo em veículos as ruas de Tel Aviv, atiraram indiscriminadamente em lojas, cafés e ônibus do que resultaram 5 mortos e 27 feridos. E quanto ao governo inglês, sentiu-se então bem à vontade para endurecer ainda mais sua atitude em relação aos refugiados do *Exodus.*

[91] Diz García-Granados que as autoridades britânicas aparentemente esperaram apenas que a UNSCOP saísse do Oriente Médio para realizar as execuções.

[92] Essa nova atitude refletiu-se até no cinema: achava-se então em preparo o filme Oliver Twist (de David Lean), baseado na obra homônima de Dickens, e um de seus personagens, o judeu Fagin – interpretado por Alec Guinness, aí no início de sua carreira cinematográfica – teve então seus traços negativos e antipáticos exageradamente acentuados.

Nessa mesma data (31 de julho), em Genebra, realizou a UNSCOP uma votação sobre se deveriam ou não ser visitados os campos de pessoas deslocadas. Essa votação foi precedida de discussões que se haviam prolongado durante dias sem que se pudesse chegar a acordo. Sir Abdur Rahman mostrou-se energicamente contrário a qualquer visita, enquanto Fabregat e García-Granados manifestaram-se vigorosamente a favor. Também favorável (aliás surpreendentemente) mostrou-se o australiano Hood; disse ele que “o Comitê deveria averiguar se houve mudança de opinião desde as constatações da Comissão de Inquérito Anglo-Americana um ano atrás”[93]. A dupla muçulmana manteve-se solidária: Entezam apoiou o ponto de vista de Sir Abdur, dizendo que já se sabia de tudo e nada mais havia a aprender. Opinião idêntica, embora por razões outras, foi manifestada pelo iugoslavo Simic: “O desejo das pessoas deslocadas judaicas de irem à Palestina é de conhecimento geral. Por que perder tempo para confirmá-lo?”.

Antes, porém, que votassem formalmente ficou decidido ouvir representantes da Organização Internacional de Refugiados (IRO, do inglês International Refugee Organization), administradora dos campos[94]. Um dos que depuseram foi o secretário executivo da Comissão Preparatória da IRO, Arthur Altmeyer, que fez um relato sobre os esforços empreendidos pela IRO para encontrar países dispostos a receber refugiados judeus; foi depois submetido a breve interrogatório, do qual transcrevemos um trecho:

> G.-Granados – Vê o senhor, em futuro próximo, qualquer possibilidade de uma colonização em massa de judeus em países que não a Palestina?
>
> Altmeyer – Levando em conta todas as informações disponíveis, não vejo possibilidade de país algum no mundo aceitar uma imigração judaica em larga escala. Isso é bastante compreensível. Em alguns setores os judeus são malvistos e os governos estão ansiosos por evitar situações que prevaleceram durante muitos séculos na Europa. Em outros países, onde o antissemitismo é desconhecido, as

[93] A Comissão Anglo-Americana, convém lembrar, afirmara que virtualmente todos os internados nos campos desejavam ir somente para a Palestina. Observou García-Granados que Hood “aparentemente acreditava que a essa altura a maioria não mais desejasse ir à Palestina”.

[94] A IRO sucedera nessa tarefa à UNRRA, e, como esta, filiava-se à Organização das Nações Unidas.

> condições econômicas são tais que exigem um tipo de imigrante agrícola que não é facilmente encontrado entre os homens de profissão liberal, artesãos e trabalhadores especializados dos campos de refugiados.

Tendo outro membro da UNSCOP lhe perguntado se encontrara entre os judeus internados qualquer propaganda sugerindo que poderia haver outros países para onde pudessem ir, respondeu Altmeyer:

> É difícil formar opinião sobre isso. Pessoalmente nada vi de tal propaganda, e também muito pouco referente à Palestina, exceto que aqui e ali viam-se *slogans* alusivos à Palestina, e nas paredes retratos de pioneiros judeus trabalhando nos campos da Palestina. Quase sempre, porém, esses retratos eram pintados pelos próprios internados. Indubitavelmente grande número deles – talvez a maioria – está esperançosa de algum dia, em futuro próximo, chegar à Palestina.

A votação sobre a visita aos campos de pessoas deslocadas apresentou o seguinte resultado: 6 votos a favor (Canadá, Guatemala, Uruguai, Suécia, Holanda e Austrália), 4 votos contra (Índia, Irã, Iugoslávia e Peru) e 1 abstenção (Tchecoslováquia). Foi então resolvido enviar um subcomitê aos campos de refugiados a fim de ali realizar estudo de uma semana. A presidência do subcomitê (designado como Subcomitê 3) coube a Hood, e com exceção de García-Granados e Fabregat os demais foram os suplentes.

O primeiro campo de pessoas deslocadas visitado foi o de Kloster Indersdorf, para órfãos judeus, e no qual se encontravam 175 crianças, em sua maior parte de origem polonesa, com idade compreendida entre 8 e 16 anos. Foram ali recebidos pela Srta. Myriam Woolpi, funcionária da IRO encarregada do campo. Disse ela: “Estas crianças não têm estabilidade nem segurança. Pensam que este lugar é somente um ponto de escala na rota da Palestina. Elas, na Alemanha, se sentem rodeadas de ódio – e lembrem-se: seus pais foram mortos a fome, a gás, ou cremados, pelos alemães”. Informando que o maior problema era o disciplinar, acrescentou: “Nossa arma mais eficaz é dizer-lhes ‘Não vamos mandá-los à Palestina’. Esta é para eles a ameaça mais terrível, mais aterradora”. Narra García-Granados que percorrendo esse campo ele e seus colegas avistaram sobre uma mesa a fotografia de um rapaz de uns 16 anos com a moldura recoberta de tecido preto; sob a fotografia havia sido escrito em hebraico: “À memória de Zvi

Jacobowitz[95], nosso irmão e amigo, que caiu vitimado às portas da Palestina. Seguiremos seus passos”.

Foi a seguir visitado o campo de Landsberg (próximo de Munique), um dos maiores, com mais de 5.000 internados (também em sua maior parte de origem polonesa), com idade em geral entre 20 e 35 anos. Todos os refugiados interrogados pelos membros da UNSCOP manifestaram desejo de ir à Palestina. Um médico grego, que passara por vários campos de concentração e assistira a sua esposa e ao filho de um ano serem levados ao crematório, disse: “Agora, aqui, veem-nos os senhores em outro campo de concentração. A única diferença é que este não tem crematório. Vivemos por trás de arame farpado. Frequentemente a polícia militar nos impede de sair. E quando o fazemos, ouvimos observações antissemíticas amargas, maldosas. Os militares realizam buscas nos campos. Não respeitam nossa vida particular e remexem nossos pertences pessoais como se fôssemos prisioneiros. Estou cansado de ser tratado como um cão... Estou farto... farto...

No setor americano de Viena o subcomitê da UNSCOP visitou o antigo Hospital Rothschild, transformado em “centro de ajuntamento” para refugiados judeus chegados durante as últimas seis semanas, oriundos da Romênia, onde grassava nova onda de antissemitismo, os judeus sendo acusados de ter contribuído para a entrada dos soviéticos no país. Nesse centro ouviram o depoimento do Dr. Otto Wolken, médico judeu alemão, sobrevivente de Auschwitz: “Tirei chapas de raios-X de 2.000 pessoas daqui, escolhidas a esmo. Dessas, 1.400 são tuberculosas... As condições sanitárias são incríveis. Temos 18 W.C. para 4.000 pessoas[96]. Metade dos que aqui estão sofre de desnutrição. Os senhores podem imaginar seu estado mental”. O prédio estava todo ele apinhado, inclusive os porões[97]. Descendo até estes, García-Granados não pôde suportar o cheiro e sentindo-se mal teve de procurar às pressas o ar livre. Na porta encontrou-se com o suplente irariano, Dr. Ardalan, que com a fisionomia conturbada e a voz

---

[95] Zvi Jacobowitz – que esteve internado em Kloster Indersdorf, de onde “fugira” com alguns companheiros – achava-se a bordo do *Exodus* e morreu por ocasião da abordagem realizada pelos ingleses.
[96] A capacidade normal do prédio era de 1 000 pessoas. Outros 2 250 refugiados judeus da Romênia encontravam-se numa escola (Escola Arzberger).
[97] Os campos de pessoas deslocadas, também superlotados, não aceitavam mais refugiados.

trêmula lhe disse: “Isto é um crime contra a humanidade. Nunca imaginei que viria a testemunhar uma coisa dessas”.

Em Berlim – em cujo setor americano se encontrava o Centro Duppel, com cerca de 3.400 refugiados, oriundos principalmente da Polônia – foram ouvidos os comandantes militares britânico e americano na Alemanha, respectivamente generais Sir Brian Robertson e Lucius D. Clay. Ambos expressaram a convicção de que a grande maioria dos internados desejava ir à Palestina, sendo ainda o subcomitê advertido pelo general Clay de que a situação emocional dos internados estava-se agravando.

Em Hohne (zona britânica da Alemanha, próximo ao local onde se erguera o campo de extermínio de Bergen-Belsen, e onde então se encontravam aproximadamente 9.000 refugiados judeus, dos quais 85% de origem polonesa) foi o subcomitê convidado pelo brigadeiro Kinchington (chefe da Divisão de Prisioneiros de Guerra, Pessoas Deslocadas e Refugiados, do Elemento Britânico na Comissão de Controle para a Alemanha) a acompanhá-lo à estação ferroviária. Ali assistiram ao embarque de cerca de 400 refugiados “legais” – alegres e risonhos – rumo à Palestina (foram estes, pensou consigo mesmo García-Granados, “os únicos judeus felizes que vi na Europa”). Explicou o brigadeiro Kinchington que mensalmente era enviado aquele número à Palestina, dando-se prioridade aos que haviam sofrido mais e estavam há mais tempo internados; e acrescentou (diz García-Granados que com “tremenda sinceridade”): “Por Deus que desejaria fosse a quota da Palestina cinco vezes maior”.

A 17 de agosto já se achava o subcomitê de volta a Genebra. No relatório que apresentou, dizia-se: “Tudo considerado, parece-nos justo afirmar que praticamente todas as pessoas nos campos de pessoas deslocadas judaicas na Alemanha e Áustria desejam, mais ou menos decididamente, ir à Palestina”. E adiante: “A maioria esmagadora das pessoas interrogadas afirmaram não estar interessadas em estabelecer-se em qualquer país que não a Palestina, declarando que preferiam esperar indefinidamente até surgir a oportunidade de ir à Palestina ou tentar uma travessia ilegal”. Menção especial foi feita da situação em Viena, declarando o subcomitê ter ficado “estupefato pelas condições de imundície, miséria e superamontoamento” sob as quais os refugiados judeus tinham necessariamente de ser abrigados naquela cidade.

Em Genebra encontravam-se também Moshe Shertok, David Horowitz e alguns assessores (entre os quais o futuro vice-primeiro-ministro e ministro do Exterior A. Eban); visavam eles com sua presença influenciar a UNSCOP por meio de contatos pessoais[98], no sentido de evitar que fosse apresentada no relatório uma solução contrária aos interesses sionistas.

Durante cerca de duas semanas esteve a UNSCOP em febril atividade com seus membros trabalhando de 12 a 14 horas por dia. Por proposta de Sir Abdur foi a elaboração do relatório precedida de uma informal troca de ideias, durante a qual todos, sem exceção, se mostraram a favor da terminação do mandato. Também houve unanimidade quanto ao não estabelecimento na Palestina em seu todo nem somente de um Estado árabe nem somente um Estado judeu. Não ousou Sir Abdur propor uma solução categoricamente pró-árabe, embora afirmasse terem os árabes “como donos da Palestina o direito natural de reivindicar a Palestina como um Estado árabe”; outrossim, disse ele, receberam os árabes uma promessa internacional de independência, enquanto que as promessas feitas aos judeus foram, em sua opinião, “dúbias e dubiamente dadas”. Coube a Sandström a retificação, ao retrucar que as promessas feitas aos árabes não tiveram sanção internacional, ao passo que as feitas aos judeus receberam a sanção da Liga das Nações. A ideia de um Estado binacional foi apoiada por apenas três membros: os dois muçulmanos (Sir Abdur[99] e Entezam) e Simic (em cujo país, Iugoslávia, parte ponderável da população era muçulmana). Os restantes declararam-se favoráveis a uma partilha. Os detalhes da mesma, contudo, seriam discutidos durante vários dias, constituindo o problema mais espinhoso o da fixação de fronteiras (especialmente difícil revelar-se-ia decidir quanto à Galileia ocidental, ao Neguev e Jerusalém). Coube aí ao juiz Rand intervir energicamente – “a promessa relativa a um Lar Nacional Judeu”, disse ele, “nunca foi cumprida” – para que o Estado Judeu tivesse uma área que tornasse sua existência exequível.

[98] Foi num desses contatos pessoais que Lisicky deu o seguinte conselho: “Não continuem aspirando por uma solução integral a todo custo. É muito melhor aceitar uma solução que seja meio satisfatória do que deixar passar a oportunidade.”

[99] Afirma Horowitz que assim Sir Abdur propugnava por algo que no fim de contas seria “um Estado árabe camuflado”.

Nesse ínterim preparavam as autoridades inglesas nova e desagradável surpresa. A 21 de agosto Berl Locker, do Executivo da Agência Judaica, foi convocado à presença do chefe da Seção do Oriente Médio do Colonial Office, Trafford Smith, que o colocou a par da mais recente decisão governamental em relação aos refugiados do *Exodus.* Consistia essa decisão num ultimato: se até o dia seguinte os refugiados não descessem dos navios de deportação, seriam eles levados por mar até a zona britânica da Alemanha e ali imediatamente desembarcados. Um comunicado do Foreign Office procurou justificar a escolha do lugar – sem dúvida extremamente injurioso – como sendo "o único território sob jurisdição britânica, Chipre excluído, onde um tão grande número de pessoas pode ser adequadamente alojado e alimentado a curto prazo". E numa vã tentativa de diminuir o impacto emocional dessa decisão, anunciou o governo britânico que os refugiados não seriam levados à "área de Belsen" e que os soldados incumbidos do desembarque não usariam rifles mas apenas cassetetes. Todavia, como diz Kimche, "permanecia o fato de que tropas britânicas, quer armadas de rifles quer de cassetetes, seriam empregadas para obrigar 4.500 judeus a retornar ao solo odiado da Alemanha".

O ultimato foi oficialmente transmitido aos refugiados pelo cônsul-geral inglês em Marselha, Sidney E. Kay. Às 11 horas desse mesmo dia 21 de agosto subiu ele a bordo do *Runnymede Park,* e enquanto se desincumbia de sua missão soldados britânicos distribuíam entre os refugiados papéis datilografados em que se lia (em inglês e francês):

> Aos passageiros do Runnymede Park, Empire Rival e Ocean Vigour:
>
> Esta declaração lhes é feita em nome do Governo Britânico.
>
> Aqueles que não desembarcarem em Port du Bouc até as 18 horas de amanhã, 22 de agosto, serão levados por mar a Hamburgo.

E para que ninguém alegasse não ter entendido, foi o texto acima transcrito, no quadro negro de bordo, em alemão, iídiche e polonês.

A mesma cerimônia foi logo a seguir repetida no *Empire Rival* e no *Ocean Vigour.* Neste último os líderes dos refugiados pediram tempo para falar com seus representados e realizar uma votação. Decorrida meia hora, um deles (um advogado polonês) voltou à cabina onde se encontravam o

cônsul britânico e sua comitiva e anunciou: "Nossa decisão é não desembarcar"[100].

A noite emitiu a Haganah o seguinte comunicado:

> Desta vez nosso poder não foi suficiente para desembarcar os imigrantes do *Exodus* nas praias de nossa pátria. Mas faremos tudo que estiver a nosso alcance para em futuro próximo trazer de volta à Palestina os imigrantes do *Exodus.* Com a posição que assumiram, escreveram os imigrantes uma página brilhante na história dos judeus por sua liberdade. A tarefa de trazer os judeus de volta à sua pátria continuará e será intensificada. Estamos certos de que todo o mundo civilizado condena este mais recente crime do Governo Britânico.

Na mesma noite dois botes com pessoal da Haganah se aproximaram dos navios a fim de dizer aos refugiados, por meio de alto-falantes, que eles não estavam sós e que o mundo inteiro conhecia seu heroísmo. (Para impedir que essa mensagem de estímulo fosse ouvida pelos refugiados os ingleses fizeram soar estridentemente as sirenas.)

No último dia de permanência em Port Bouc foi permitido a três jornalistas subirem a bordo dos navios. Entre eles, representando a imprensa americana, achava-se Ruth Gruber, que comparou o que então viu a "um desenho a carvão do Inferno". Conta-nos essa mesma jornalista que no momento em que segurava ao colo um dos muitos bebês que ali se encontravam, aproximou-se dela Mordecai Rosman (um dos poucos sobreviventes do gueto de Varsóvia), que lhe disse sarcasticamente: "A senhora tem nas mãos um combatente contra o Império Britânico. Estes são os soldados que a Inglaterra combate".

Nas derradeiras horas de estadia no pequeno porto desembarcaram apenas sete refugiados, todos eles em condições de saúde que lhes impossibilitavam enfrentar nova viagem. Exatamente às 18 horas (pontualidade britânica!) o *Runnymede Park* levantou ferros, apitou e lentamente pôs-se a caminho; às 18:10h partia o *Ocean Vigour,* e cinco minutos depois o *Empire Rival.* Já os aguardava uma escolta de três navios de guerra britânicos. No cais, algumas jovens da Haganah; disse uma delas

---

[100] Nos outros dois navios as reações haviam sido as seguintes: no *Runnymede Park* dois refugiados expressaram, em nome de seus companheiros, um protesto contra a política britânica, enquanto que no *Empire Rival* os porta-vozes dos refugiados – dois americanos – ao receberem o ultimato responderam simplesmente "O.K.".

em voz baixa a Ruth Gruber, que se encontrava a seu lado: “Agora a senhora verá o nascimento de um Estado Judeu”. E para completar o quadro, um toque de contraste: os habitantes de Port du Bouc preparando, alegre e festivamente, uma celebração para o dia seguinte, terceiro aniversário da libertação da cidade.

Algumas tentativas seriam ainda feitas para demover o governo britânico. O próprio alto-comissário para a Palestina, Sir Alan Cunningham, foi especialmente a Londres para avistar-se com Sir Thomas Lloyd, subsecretário das Colônias, instando-o a recuar antes que fosse demasiado tarde; argumentou que se estava cometendo um grave erro, tanto por motivos humanitários quanto do ponto de vista da conveniência política, e que se proporcionava à propaganda sionista antibritânica um presente como jamais poderiam ter imaginado. Mas de nada valeu seu apelo. Em Gibraltar, onde a triste frota fez escala para se abastecer de combustível e suprimentos, um advogado inglês conseguiu detê-la por alguns dias com um mandado judicial, mas o mandado foi revogado e os navios prosseguiram viagem. O *The Economist*, que anteriormente apoiara a política do governo, qualificava-a agora de “bronca”, e solicitou às autoridades que desviassem os navios para um porto inglês, para o que seria necessário apenas uma mensagem de rádio e “um relampejo de bom senso nos setores responsáveis”. Tudo em vão – Bevin não se deixaria privar de sua vingançazinha.

Em nosso ziguezague cronológico retornemos por instantes a Genebra, onde a 31 de agosto, pouco antes da meia-noite, os membros da UNSCOP assinaram, por ordem alfabética, seu relatório à Assembleia Geral das Nações Unidas; cumprimentaram-se mutuamente e se despediram[101]. Voltariam a encontrar-se do outro lado do Atlântico.

Examinemos, embora sucintamente, o relatório. Continha ele em sua parte essencial, uma série de recomendações endossadas – com exceção das duas primeiras, unânimes – pela maioria dos membros da UNSCOP (Canadá, Guatemala, Peru, Uruguai, Suécia, Holanda, Tchecoslováquia):

a) que fosse posto fim ao mandato britânico;

[101] Fabregat ao retirar-se deparou com David Horowitz, elemento de ligação da Agência Judaica; abraçou-o comovidamente e com lágrimas nos olhos disse-lhe: “Este é o maior momento de minha vida.”

b) que se concedesse, o mais breve possível, independência à Palestina;

c) que se efetuasse na Palestina uma partilha em dois Estados soberanos, árabe e judeu, devendo ambos apresentar um caráter democrático e salvaguardar os direitos e interesses de minorias:

d) que houvesse entre os dois Estados uma união econômica[102] abrangendo tarifas alfandegárias, moedas, transportes e desenvolvimento econômico em conjunto;

e) que as cidades de Jerusalém e Belém, incluindo seus subúrbios rurais, constituíssem um *corpus separatum,* desmilitarizado e neutralizado, sob administração das Nações Unidas;

f) que durante o período de transição (que não deveria ultrapassar 1° de setembro de 1949) continuasse a Grã-Bretanha encarregada da administração, porém sob controle das Nações Unidas, devendo admitir no Estado Judeu 6.250 imigrantes judeus por mês e obrigando-se igualmente a abolir, nesse mesmo Estado, os regulamentos sobre transferências de terras;

g) que os dois novos Estados assegurassem proteção aos Lugares Santos, bem como liberdade de consciência, língua e educação.

Segundo o plano majoritário, o Estado Árabe abrangeria a Galileia ocidental (Nazaré inclusa), as regiões centrais (Samaria e Judeia), e uma faixa costeira estendendo-se desde Ashdod até Rafa (junto à fronteira egípcia); o Estado Judeu seria constituído pela Galileia oriental, planície de Esdraelon (também conhecida como planície de Jezreel), uma faixa costeira que se estenderia de um ponto ao sul de Acre até a acima referida faixa costeira árabe (incluindo portanto a cidade predominantemente árabe de Jaffa) e o Neguev.

A minoria – formada pelos representantes da Índia, Pérsia e Iugoslávia – apresentou em separado outro relatório, no qual considerava a partilha impraticável, irrealizável e antiárabe, afirmando que “o bem-estar do país e de sua população em geral” deveria estar acima das “aspirações dos judeus” por um Estado separado e soberano; em seu lugar propunham

[102] Com essa união econômica vários membros da UNSCOP visavam assegurar ao Estado árabe apoio financeiro do Estado judeu.

uma federação de Estados, árabe e judia[103], tendo Jerusalém por capital e com um governo federal controlando a defesa nacional, relações exteriores, imigração, etc.

Note-se que o representante da Austrália se absteve de endossar qualquer dos dois planos[104]. Explicou ele sua atitude alegando considerar obrigação do Comitê apresentar à Assembleia Geral propostas diversas, sobre vários rumos possíveis de serem seguidos, já que não havia "maioria decisiva" a favor de qualquer solução. Concluiu sua "declaração" afirmando:

> Nessas circunstâncias, não vejo de minha parte necessidade de indicar agora uma preferência por uma ou outra solução. Os argumentos para ambas aqui estão, e os argumentos para ambas são fortes. A decisão final entre as duas está, e só poderá estar, em mãos da Assembleia. Só a Assembleia é o órgão competente para decidir o que é exequível e o que não é exequível à luz de todos os fatores, inclusive fatores políticos, muitos dos quais estão claramente além do âmbito de nossas próprias observações como Comitê.

Antes mesmo de se iniciar a sessão da Assembleia Geral (o que se daria na segunda quinzena de setembro), manifestou-se – violenta e ameaçadora – a reação árabe. O Comitê Político da Liga Árabe, reunido no Líbano, decidiu resistir à execução das recomendações da UNSCOP por todos os meios práticos e ofensivos, e o seu escritório de propaganda em New York, acusando a UNSCOP de antecipadamente predisposta a favor do sionismo, declarou que a aprovação pela Assembleia Geral quer do esquema majoritário, quer do minoritário, provocaria no Oriente Médio uma guerra capaz de atingir proporções de um conflito mundial. O Comitê Superior Árabe classificou os dois planos (o da maioria e o da minoria) como "absurdos, impraticáveis e injustos", e as Nações Unidas eram advertidas de que "não se permitirá a um só judeu imigrar na Palestina... Os árabes lutarão até o último homem para defender seu país, para defender sua integridade e para preservá-lo como um país árabe". A esse coro de

[103] Nessa federação o assim chamado "Estado judeu" teria uma área consideravelmente menor do que a já bem reduzida área que lhe Vira atribuída pela maioria.

[104] A título de curiosidade queremos mencionar que os dois planos – majoritário e minoritário, ambos tão diferentes e mesmo contraditórios – foram redigidos pela mesma pessoa: o Dr. . Ralph Bunche. Confessaria ele, alguns anos depois, que essa havia sido "a maior e mais elevada experiência" de toda sua vida.

rejeições juntou-se a imprensa árabe da Palestina; e o *Al-Ahram* do Cairo anunciou que "os árabes da Palestina empreenderão uma guerra sem tréguas para repelir esse ataque a seu país, especialmente porque sabem que todos os países árabes os apoiarão e auxiliarão, fornecendo-lhes homens, dinheiro e munições".

Bem diferente foi a reação judaica. A 2 de setembro a comissão política do Conselho Geral Sionista (então reunido em Zurique), ao mesmo tempo que qualificava uma solução federalista como "inteiramente inaceitável", expressou, em resolução, sua satisfação por haver sido recomendado o breve estabelecimento de um Estado Judeu soberano; acrescentou, contudo, que "o território proposto é uma pequena parte do território originalmente prometido ao povo judeu com base em seus direitos históricos e não inclui áreas da maior importância". Não obstante, reservava-se uma opinião definitiva para depois que "a Assembleia Geral houvesse tomado uma decisão". O "judeu palestinense médio" foi descrito pelo semanário *Zionist Review* (edição de 5 de setembro) como estando "no momento, essencialmente otimista e satisfeito" com o Relatório da UNSCOP. Quanto à imprensa hebraica da Palestina, os editoriais, de um modo geral, expressavam discreta satisfação (exceções foram o binacionalista *Mishmar,* que fez restrições às propostas majoritária e minoritária, e o revisionista *Ha-Mashqif* que rejeitou a ideia de "falsa independência num Estado de brinquedo"). Quanto à Inglaterra, sua imprensa mostrou-se, em geral, hostil, agressiva e intransigente.

Foi nesse período que precedeu a reunião da Assembleia Geral que David Horowitz, Aubrey (depois Abba) Eban e o jornalista Jon Kimche tiveram, no Savoy Hotel em Londres, uma entrevista com Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe. Muito cortês, foi ele também muito franco. Em resposta a um plano de colaboração político-econômica apresentado por Horowitz, declarou Azzam Pasha: "O mundo árabe não está disposto a concessões. É provável, Sr. Horowitz, que seu plano seja racional e lógico, mas o destino das nações não é decidido pela lógica racional. As nações nunca fazem concessões; elas lutam. Os senhores nada conseguirão por meios pacíficos ou acordos. Os senhores poderão, talvez, obter algo, mas somente pela força das armas. Tentaremos derrotá-los. Não tenho certeza se seremos bem sucedidos, mas tentaremos. Fomos capazes de expulsar os cruzados, mas por outro lado perdemos a Espanha e a Pérsia. É possível que venhamos a perder a Palestina. Mas é tarde demais para falar de soluções

pacíficas". (Alguns dias antes, em entrevista coletiva, fizera Azzam Pasha "uma solene advertência de que qualquer tentativa de impor as recomendações do Comitê, ou qualquer esquema semelhante, seria implacavelmente obstaculizado pelos árabes... Que não haja dúvida que os árabes, se compelidos, lutarão pela Palestina").

9 de setembro – último ato do drama do *Exodus.* Cenário: o porto de Hamburgo, onde deram entrada os três navios-prisões. No cais, enfileirados, grande número de soldados britânicos, incluindo reforços recém-chegados para essa ironicamente denominada "Operação Oásis". A maior parte dos refugiados – esgotados por meses de sofrimentos e privações – desceu sem oferecer resistência; as exceções ocorreram no *Runnymede Park*, do qual refugiados tiveram que ser arrastados um de cada vez (e não foram raros os casos de serem necessários quatro soldados para segurar um refugiado). Não fosse um engano cometido por um dos refugiados e esse navio (conforme determinações da Haganah) teria explodido logo após terminado o desembarque; para tal fim, ainda na França, explosivos haviam sido clandestinamente introduzidos a bordo por elementos da Palmach. Mas o plano de sabotagem falhou, e Bevin pôde, eufórico, telegrafar às tropas expressando o seu "reconhecimento pessoal".

E agora, o epílogo. De Hamburgo os refugiados foram levados, por via férrea, a dois antigos campos de concentração alemães. Muitos foram dali escamoteados pela Haganah e empreenderam mais uma vez a viagem "ilegal" conseguindo furar o bloqueio[105]. Outros foram incluídos pelos ingleses nas quotas mensais de imigração. Ao ser proclamada a independência de Israel estariam já praticamente todos lá, e não poucos participando da guerra contra os invasores árabes. Quanto aos ingleses, não repetiram a façanha – "vergonhosa demais", diz Harry Sacher[106] – e novos "ilegais" continuariam a ser enviados a Chipre.

[105] A Haganah forneceu a cada refugiado um certificado especial declarando-o "refugiado do *Exodus"*, o que lhe assegurava prioridade e privilégios especiais em novas tentativas para chegar à Palestina.

[106] Não só na Fraça, mas também nos Estados Unidos o episódio provocou uma onda de sentimentos antibritânicos. E o próprio Harold Beeley, principal conselheiro de Bevin para assuntos da Palestina e virulentamente antissionista, reconheceu (isso em particular, numa conversa com David Horowitz) que o caso do *Exodus* fora um grave erro.

CAPÍTULO 11

DA DECISÃO DE PARTILHA À INDEPENDÊNCIA

O cidadão judeu trazia o Estado no coração antes mesmo de ser declarado o seu estabelecimento .

Zeev Sharef

Cruzemos novamente o Atlântico, para nos determos agora em Lake Success (Estado de New York), então sede das Nações Unidas. Predominava ali um ambiente de natural expectativa mas também de dúvida. García-Granados, antes de oficialmente abertos os trabalhos da Segunda Sessão da Assembleia Geral, notou em muitos delegados (europeus, asiáticos e principalmente latino-americanos) um desejo de não se envolverem no caso da Palestina, de não assumir responsabilidades e de não se definirem em relação a qualquer das soluções propostas.

A 25 de setembro – o ano é 1947 – foi realizada a votação para escolha do presidente da Assembleia Geral, figura-chave para os debates que ali se travariam. Foi eleito o delegado brasileiro Dr. Oswaldo Aranha. O candidato derrotado, Dr. Herbert Evatt, ministro do Exterior da Austrália, recebeu, como uma espécie de prêmio de consolação, a presidência do Comitê *Ad Hoc* para a Questão Palestinense[1] (constituído por todos os países-membros); para a vice-presidência foi indicado o príncipe S. S. Svasti, da Tailândia, e Thor Thors, da Islândia, foi designado relator. Ao

[1] É digno de nota que até mesmo a denominação do Comitê foi objeto de debates. Inicialmente fora sugerido "Comitê *Ad Hoc* para a Palestina", mas por sugestão da China a palavra Palestina foi trocada por "Questão Palestinense".

Comitê *Ad Hoc* foram atribuídos, para considerar e relatar, os seguintes quesitos: 1) Questão da Palestina; 2) Relatório da UNSCOP; 3) Cessação do mandato sobre a Palestina e reconhecimento de sua independência como um só Estado. Ficou também decidido que tanto a Agência Judaica quanto o Comitê Superior Árabe poderiam fazer-se representar perante o Comitê *Ad Hoc*.

O ponto de vista do governo britânico foi oficialmente exposto, logo no dia seguinte, pelo secretário das Colônias, Arthur Creech Jones (que acabara de chegar de Londres). Disse ele:

> O governo de Sua Majestade está pronto a assumir a responsabilidade de executar qualquer plano para o qual seja conseguido um acordo entre árabes e judeus. Se a Assembleia vier a recomendar uma política que não seja aceitável aos judeus e árabes[2] o governo de Sua Majestade não se sentiria capaz de levá-la a cabo... O governo do Reino Unido não está disposto a empreender a tarefa de impor na Palestina uma política pela força das armas. Ao considerar qualquer proposta para participar na execução de um acordo, teria de levar em conta a justiça intrínseca do acordo bem como até que ponto seria necessário empregar a força para cumpri-lo... Na falta de um acordo teria de planejar uma breve retirada das forças britânicas e da administração britânica da Palestina.

Para uma compreensão melhor do alcance dessas declarações, julgamos oportuno o comentário de García-Granados: “Suas palavras me convenceram de que a Grã-Bretanha não cooperaria; pelo contrário, lendo entre as linhas, o que os britânicos querem é pôr a questão em termos tão impossíveis que solução alguma seria possível... Eu podia apenas concluir que os britânicos, ao imporem uma condição que sabiam impossível de ser cumprida, estavam começando a sabotar a recomendação majoritária de partilha”. E a propósito cabe também a análise dos motivos por trás da atitude britânica, feita pelo jornalista inglês Jon Kimche:

> ...está claro que nem Mr. Bevin, nem Mr. Creech Jones, nem seus peritos pensaram um instante sequer que as Nações Unidas seriam bem sucedidas em tomar conta do problema palestinense. Estavam convencidos de que a Assembleia Geral faria uma tentativa mas não conseguiria encontrar qualquer solução, e teria de devolver o problema aos britânicos, o que deixaria os peritos do Foreign Office em posição muito mais firme, não só diante das críticas americanas mas também contra as hesitações do Gabinete Trabalhista, já agora sumamente ansioso por esquecer tudo a respeito da Palestina. Consequentemente, tinha a delegação britânica em Lake Success o cuidado de evitar dar qualquer passo que pudesse contribuir para uma solução.

[2] Kimche: “E então já estava bem claro que não o era.”

A 29 de setembro falou, em nome do Comitê Superior Árabe, Jamal el-Husseini (primo do ex-mufti). Em seu discurso – com o qual, diz Kirk, os árabes “mais uma vez demonstraram sua falta de senso político construtivo ao se recusarem a oferecer a mínima concessão que pudesse ter influenciado a seu favor alguns dos muitos membros das Nações Unidas que de modo algum ‚se achavam comprometidos com os sionistas” – rejeitou intransigentemente tanto o plano majoritário de partilha quanto o minoritário de federação. Advertiu que os árabes lutariam contra ambas as soluções, e nessa resistência encharcariam o solo até a última gota de seu sangue; em caso de partilha, as fronteiras que viessem a ser estabelecidas se transformariam em “muros de sangue e fogo”.

A atitude de absoluta intransigência do Comitê Superior foi secundada *in toto* pelos representantes dos países árabes, num desfile quase interminável de alocuções violentas, agressivas, ameaçadoras; dia após dia repetiu-se que a partilha significava a guerra, exigindo-se uma Palestina unitária e árabe[3]. Um delegado egípcio chegou mesmo a acenar com a ameaça de distúrbios contra as comunidades judaicas nos países árabes caso fosse tomada uma decisão favorável aos judeus. Novidade mesmo, porém, só houve uma, proporcionada pelo delegado do Paquistão, Sir Zafrullah Khan (barbicha, olhos brilhantes, modo de falar frio e calmo), que em longo discurso (quatro horas de duração), proferido com impecável acento de Oxford, pôs em dúvida a competência das Nações Unidas para tomar decisões relativas a questões territoriais na Palestina, propondo fosse o caso submetido à Corte Internacional de Justiça.

[3] Informa Jon Kimche que as ameaças árabes eram “francamente encorajadas” por um elemento da delegação britânica.

Pelos judeus sionistas fizeram uso da palavra, já em outubro, o Dr. Abba Hillel Silver, o Dr. Chaim Weizmann[4] e Moshe Shertok. O rabino Dr. Silver (presidente da Seção Americana da Agência Judaica) rejeitou o plano minoritário, mas quanto à partilha, embora representando "um sacrifício muito pesado"[5] para o povo judeu, seria aceita, a contragosto. Comunicou ainda o Dr. Silver que, não estando disponíveis forças britânicas para manter a lei e a ordem durante o período de transição, os próprios judeus da Palestina se encarregariam de manter a segurança pública. Moshe Shertok (chefe do Departamento Político da Agência Judaica) afirmou: "Se as Nações Unidas levarem em consideração as ameaças de força árabes, os judeus não terão outra alternativa senão lutar por sua existência"[6].

Vozes amigas do povo judeu – poucas, mas corajosas – também se fizeram ouvir nessa parte inicial dos trabalhos do Comitê *Ad Hoc* (a maioria estava ainda aguardando a atitude – ou seriam instruções? – que assumiriam os Estados Unidos e a URSS). Nosso já bem conhecido García-Granados proferiu exaltado libelo contra o ex-mufti e sua nefasta influência na política do Oriente Médio. Seu companheiro da UNSCOP, Fabregat, fez comovente descrição das crianças judias na Europa, acompanhando-a com "um doloroso apelo à consciência e sentimento do mundo". Jan Masaryk (Tchecoslováquia), em discurso sucinto e vigoroso, abordou o lado trágico do destino judaico. E o delegado da Noruega relatou como os dirigentes de seu país haviam longamente ponderado sobre a grave questão da Palestina, com seu conflito trágico entre um e outro direito, um e outro ato de justiça, decidindo finalmente votar pela partilha, considerada a melhor solução possível nas presentes circunstâncias.

Dos dois grandes líderes de blocos antagônicos o primeiro a se manifestar foram os Estados Unidos, pela voz do chefe de sua delegação, o veterano diplomata Herschel V. Johnson[7]. Anunciou ele que, ressalvando

[4] No dia em que falou o Dr. Weizmann o recinto em que se realizavam as audiências do Comitê *Ad Hoc* ficou superlotado. Segundo Horowitz, ele se dirigiu aos presentes numa "linguagem comedida, ponderada e responsável", sem procurar efeitos teatrais, contrastando com o "clamor e nacionalismo estreito dos porta-vozes árabes".

[5] Criticou, por exemplo, o Dr. Silver a exclusão da Galileia Ocidental do Estado Judeu.

[6] Outro argumento judaico: um recuo das Nações Unidas significaria "ceder a ameaças, como foi o caso na Abissínia, Espanha, e Manchúria durante a vida da Liga das Nações".

[7] Herschel V. Johnson a princípio não se mostrara inclinado a aceitar a tarefa de lidar com a questão palestinense, com a qual se achava pouco familiarizado, mas à medida que se ia aprofundando no assunto foi-se tornando cada vez mais favorável à causa sionista, chegando, não poucas vezes, a se manifestar contrariamente às simpatias do State Department.

algumas poucas modificações, seu governo apoiava o plano de partilha. Numa alusão direta à atitude britânica, disse:

> Muita coisa tem sido dita no decurso desses debates sobre a conveniência e necessidade de apresentar à Assembleia Geral um plano que consiga a concordância de ambos os principais protagonistas nesta situação... Nenhum tal plano foi jamais apresentado, e não creio que jamais venha a ser apresentado. Se temos de efetuar, através das Nações Unidas, uma solução desse problema, isso não poderá ser feito sem o uso da faca: partilha.

Observou o delegado-chefe americano que a responsabilidade pela Administração da Palestina continuava ainda com a Potência Mandatária durante o período de transição até a independência[8], após a qual poderiam as Nações Unidas recrutar, na base do voluntariado, uma força policial para manter ordem interna nos novos Estados.

Mais ou menos assim definida a posição dos Estados Unidos, aumentou a expectativa pela atitude soviética. Entre os elementos da Agência Judaica que se encontravam em New York reinava um relativo otimismo (ou talvez fosse melhor dizer um misto de otimismo e cetismo), baseado no seguinte raciocínio: 1º) a partilha era a melhor maneira de se obter a retirada das forças britânicas da Palestina; 2º) um Estado árabe teria certamente características feudais e reacionárias; 3°) havia ainda a possibilidade da URSS querer demonstrar vontade de cooperar com outras potências ao menos numa questão que, para ela, tinha importância secundária. Foi aí que tiveram conhecimento de um fato que veio robustecer suas esperanças: tratava-se de uma opinião emitida pelo delegado soviético Andrei Y. Vichinsky, em reunião secreta do bloco eslavo; opondo-se à proposta federativa, defendida pelos iugoslavos, lembrou ele que os judeus haviam perdido 6.000.000 de almas na Segunda Guerra Mundial, e acrescentou: "Um oceano de sangue judeu foi derramado. Seus sofrimentos, bastante terríveis por muitas gerações,

[8] Não obstante, prometeu Herschel Johnson auxílio financeiro e econômico americano durante o período de transição.

atingiram agora o auge e os judeus têm direito a um lar e a uma existência política independente"[9].

Não seria preciso esperar muito para ver as esperanças sionistas confirmadas. A 13 de outubro foi lida, por Semyon K. Tsarapkin, uma declaração oficial tornando público que também a União Soviética, em princípio, apoiava a ideia de partilha; aduziu, porem, que "questões sérias como a da linha fronteiriça entre os dois Estados... e um certo número de outras questões mais ou menos importantes... exigem novo e profundo exame".

Três dias depois Creech Jones voltava à tribuna, para declarar (em resposta a Herschel Johnson) que o governo britânico se recusava a aceitar qualquer responsabilidade, "quer só ou em papel principal"; e aproveitou a oportunidade para deplorar "rumores e asserções" sionistas de que o governo da Palestina estava encorajando uma irrupção de violência árabe, bem como para protestar contra a "conivência da alguns governos no fornecimento por suas nações de navios, armas e munições" para favorecer a imigração ilegal, "que influencia grandemente o sentimento do mundo árabe e põe em ação influências irresponsáveis que não podem ser facilmente controladas".

A essa altura revelou o Dr. Evatt, presidente do Comitê *Ad Hoc* – e a cuja habilidade e energia muito se deve terem sido os trabalhos levados a bom termo – já ter diante de si, sobre a mesa, nada menos de dezessete diferentes projetos de resolução sobre o problema da Palestina. Conforme diz García-Granados, "era tempo de desfazer o nó górdio". A 21 de outubro foram constituídos dois subcomitês[10]. O primeiro, incumbido de preparar um plano detalhado de partilha com base na proposta majoritária da UNSCOP, compunha-se de nove nações, todas então inequivocamente favoráveis à partilha: África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Guatemala,

[9] Não deixa de ser um tanto estranha essa manifestação de humanitarismo – poderíamos quase dizer de sentimentalismo – por parte do antigo promotor nos famosos processos de expurgo de 1936, 1937 e 1938 em Moscou. David Horowitz – a quem devemos essa revelação – afirma, contudo, ter ficado convencido da sua veracidade.

[10] A constituição de dois subcomitês foi considerada pelos sionistas e seus simpatizantes como uma derrota, pois preferiam um comitê único tendo como fim específico estudar os detalhes da partilha; logo depois, porém, revelar-se-ia bem vantajosa, porque assim foi possível constituir um subcomitê formado inteiramente por adeptos firmes da partilha, já que havia outro de opositores intransigentes.

Polônia, Tchecoslováquia, URSS Uruguai e Venezuela. O segundo subcomitê, que tinha por incumbência preparar um plano para um Estado unitário árabe (segundo propostas submetidas pela Arábia Saudita, Iraque e Síria) era formado pelos seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Colômbia, Egito, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Iêmen. E para uma derradeira tentativa de conciliação entre árabes e judeus foi ainda organizado um terceiro grupo, formado pelo presidente, vice-presidente e relator do Comitê *Ad Hoc* (respectivamente Evatt, príncipe Svasti e Thor Thors); seus esforços, porém, achavam-se de antemão condenados ao fracasso.

Na presidência do segundo subcomitê (o antipartilha) encontrava-se Gonzalez Fernandez, da Colômbia, que nos debates até então realizados se mostrara francamente hostil ao sionismo; alguns dias depois, entretanto, sentindo-se talvez um tanto deslocado, retirou-se do subcomitê, que se tornou assim um agrupamento inteiramente muçulmano. Não tinha esse subcomitê, evidentemente, muita coisa a discutir, e em pouco tempo preparou um esquema detalhado para um Estado árabe com uma minoria judaica.

Para a presidência do subcomitê de partilha foi eleito K. Pruszynski[11], da Polônia. A Grã-Bretanha, o Comitê Superior Árabe e a Agência Judaica foram convidados a enviar representantes para auxiliar nos trabalhos. Os britânicos mandaram um observador que, no dizer de García-Granados, "pouco mais fez além de observar"; o Comitê Superior Árabe não mandou ninguém, e pela Agência Judaica vieram, entre outros, Moshe Shertok e o Dr. Emanuel Neumann (membro americano do Executivo). Para facilitar sua tarefa o subcomitê se dividiu em grupos de trabalho: cinco membros ficaram incumbidos de estudar as questões relativas às fronteiras, à cidade de Jerusalém e de cidadania, enquanto os quatro restantes (Lester B. Pearson do Canadá[12], Tsarapkin, Johnson e García-Granados) tinham a seu cargo o espinhoso problema de como executar a partilha. As discussões, porém, foram generalizadas.

[11] Pruszynski era um aristocrata polonês que passara para a esquerda; escritor e jornalista, conhecia a Palestina (que já visitara algumas vezes), tendo escrito um livro – em que transparecia amizade e simpatia – sobre a colonização judaica naquele país.

[12] Lester B. Pearson (ex-embaixador nos EUA, futuro primeiro-ministro) era uma das mais ilustres figuras na Assembleia Geral das Nações Unidas e sua influência era considerável. Sua adesão ao agrupamento pró-partilha foi considerada decisiva.

Como ponto de partida para o debate sobre fronteiras foi tomado o mapa elaborado pela UNSCOP, mapa que havia sido qualificado por Sir Zafrullah Khan como "o mais louco e mais absurdo tapete jamais sugerido". Uma cerrada argumentação por parte dos representantes judeus (argumentação essa baseada não só em fatores geográficos mas também demográficos, econômicos e principalmente históricos) possibilitou-lhes obter diversas melhorias nas fronteiras (em especial nas regiões de Samaria e do mar Morto), mas para fazer frente à má vontade do State Department, que queria a todo custo (entre outras coisas) excluir o Neguev do Estado Judeu, seria preciso – conforme veremos adiante – recorrer ao próprio presidente Truman[13].

Com relação ao término do mandato, e consequente entrada em vigor da partilha, surgiram divergências entre os Estados Unidos e a URSS. Herschel Johnson insistia para que a Grã-Bretanha – durante um período de transição que poderia prolongar-se até 1° de julho de 1948 – continuasse responsável pela administração da Palestina, assistida por uma comissão de três nações, designada pela Assembleia Geral. Já o delegado soviético Tsarapkin queria que o mandato tivesse fim a 10 de janeiro de 1948, devendo a Grã-Bretanha retirar suas tropas até 30 de abril de 1948; propôs que para manter a lei e a ordem em seus respectivos Estados fossem formadas milícias árabe e judaica, supervisionadas por uma comissão designada pelo Conselho de Segurança, comissão essa que teria igualmente atribuições de delimitar as fronteiras e organizar eleições para conselhos governamentais provisórios. Muitas vezes foram os membros da Agência Judaica que então se encontravam em New York que serviram de intermediários entre as delegações americana e soviética e puderam, não raro, conciliar divergências que ameaçavam levar a um impasse sem perspectivas de solução. Registre-se que os esforços desses quase que improvisados "diplomatas" sionistas (chefiados por Shertok) – esforços dos quais dependia, inegavelmente, o futuro da coletividade judaica da Palestina – seriam coroados de pleno êxito, êxito esse atribuído por David Horowitz (um dos participantes dessas negociações informais) à absoluta franqueza e

[13] Contrastando com a oposição americana, as reivindicações fronteiriças sionistas tinham geralmente apoio soviético. Diz Horowitz que os membros da delegação soviética demonstraram "intensa simpatia e compreensão dos nossos esforços e interesses". E Shertok diria sobre isso: "O que aconteceu conosco com relação à União Soviética é um verdadeiro milagre ."

honestidade com que agiram perante as duas delegações antagônicas, não escondendo de uma o que haviam tratado com a outra (e vice-versa)[14].

Voltemos, por breve instante, ao Oriente Médio, onde ocorreu a esse tempo uma extraordinária entrevista secreta: às margens do Jordão, na fronteira jordano-palestinense, o rei Abdullah recebeu, em audiência cercada do maior sigilo, uma representante da Agência Judaica, a Sra. Golda Meyerson[15]. Viera ela sondar o monarca sobre as perspectivas quanto à resolução de partilha então em discussão nas Nações Unidas. Disse nessa ocasião Abdullah que ele ocuparia a parte árabe da Palestina por não admitir ali o estabelecimento de outro Estado árabe, e que depois faria um tratado com o Estado Judeu; acrescentou que, a seu ver, não haveria dificuldades excepcionais pela frente, embota "tenhamos, ambos um inimigo comum que obstruirá nossos planos – o mufti". Houvesse ou não sinceridade na promessa de Abdullah de anexar somente a parte árabe da Palestina e não fazer guerra aos judeus, o fato é que a mesma não seria cumprida (Abdullah, porém, não revelaria seu jogo antes de transcorridos alguns meses, deixando muitos líderes judeus na ilusão de que um acordo seria possível)[16]. Contudo, quanto a não permitir que fosse estabelecido um governo árabe na Palestina, já comunicara Abdullah tal intenção aos dirigentes dos outros países árabes, de nada adiantando todos os apelos feitos pelo secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha, para demovê-lo. (A Inglaterra dera liberdade de ação quase completa a Abdullah, impondo-lhe Bevin apenas uma condição: aguardar que os britânicos se retirassem formalmente da Palestina.).

Outra vez em New York. Ali, a 10 de novembro, russos e americanos chegavam finalmente a acordo sobre um plano para executar a partilha. Representava esse plano uma espécie de meio-termo entre os pontos de vista até então defendidos pelas duas grandes potências, e consistia no

[14] Relata Horowitz que muitas vezes os americanos lhes diziam: "Talvez vocês possam conversar sobre isso com seus amigos russos", enquanto do lado oposto os soviéticos faziam-lhes observações como esta: "Quanto a isso vale a pena conseguirem o apoio de seus amigos americanos."

[15] Depois Golda Meir, ministro do Exterior de Israel.

[16] Os principais chefes da Haganah, embora muito menos otimistas, ainda assim não acreditavam numa invasão da Palestina pelos exércitos regulares dos países árabes, admitindo apenas a possibilidade de ter de enfrentar os árabes palestinenses e voluntários dos países vizinhos. O único líder que não mantinha ilusões a respeito era Ben-Gurion.

seguinte: a) a administração e as forças britânicas deveriam retirar-se da Palestina até 1° de maio de 1948, data em que findaria o mandato; b) Estados independentes árabe e judeu seriam estabelecidos o mais tarde até 10 de julho de 1948; c) a Assembleia escolheria (dentre os pequenos países pró-partilha) uma comissão de três a cinco membros, com poderes para supervisionar as milícias árabe e judaica e nomear, em cada um dos dois novos Estados, um Conselho Provisório de Governo incumbido de realizar eleições democráticas para assembleias constituintes, ficando tal comissão responsável perante o Conselho de Segurança.

Lembrando que era essa a primeira vez que os Estados Unidos faziam um acordo com a URSS nas Nações Unidas[17], comenta David Horowitz: "Os americanos haviam feito um pesado sacrifício pondo-se ao lado da União Soviética e contra a Grã-Bretanha, sua aliada, enquanto a União Soviética fizera as mais amplas concessões, que iam muito além do âmbito de sua política em Lake Success". De fato, os delegados soviéticos nos disseram: "Vocês não podem imaginar quanto fizemos por vocês nessas negociações".

Esse surpreendente acordo americano-soviético deixou os ingleses momentaneamente estupefatos, pois o Foreign Office excluíra inteiramente tal hipótese de suas cogitações[18]. Mas não se perturbariam por muito tempo, e já a 13 de novembro, à tarde, realizava-se, a pedido da Grã-Bretanha, uma sessão plenária especial do Comitê *Ad Hoc* para tomar conhecimento de uma declaração de Sir Alexander Cadogan. Comunicou ele, nessa ocasião, a decisão do governo britânico de não empreender qualquer espécie de ação que pudesse envolvê-lo no execução da partilha. Pôr em vigor a partilha, disse ele, significava forçá-la sobre os árabes, que a ela se opunham – consequentemente a Grã-Bretanha retiraria suas forças armadas da Palestina a 10 de agosto de 1948, reservando-se porém o direito de terminar a administração em qualquer data anterior que lhe aprouvesse; até então continuaria governando todas as áreas em que se encontrassem forças britânicas. E mais: a Grã-Bretanha se recusava a entregar qualquer parcela

[17] Kimche: "... essa coligação singular de duas potências mundiais que pareciam divergir sobre tudo exceto a necessidade de se estabelecer um Estado Judeu na Palestina".
[18] Algum tempo atrás Harold Beeley perguntara a David Horowitz: "Por que vocês concordaram que a questão da Palestina fosse levada às Nações Unidas, onde só poderão conseguir uma decisão se os Estados Unidos e a União Soviética se puserem de acordo?"

de autoridade à proposta Comissão das Nações Unidas antes de entregue o mandato – só então o poder seria cedido, mas apenas à Comissão e tudo de uma vez, e não gradualmente aos conselhos provisórios a serem criados pela Comissão; a Grã-Bretanha não permitiria à Comissão recrutar milícias ou constituir governos em quaisquer áreas onde se encontrassem ainda tropas britânicas.

Herschel Johnson, decepcionado, declarou (certamente com diplomático excesso de delicadeza) que a anunciada política britânica não era ""inteiramente prestimosa". García-Granados, mais incisivo, dirigiu a Sir Alexander Cadogan a seguinte pergunta: "O Reino Unido, como bom membro das Nações Unidas, aceitará as recomendações da Assembleia Geral relativas à Palestina, se tais recomendações não o obrigarem a desempenhar um papel ativo – isto é, a pôr em vigor essas recomendações?" Cadogan, antes de responder, pediu alguns minutos para consultar seus assessores, e depois disse: "Estou autorizado a declarar que se a Assembleia aprovar, por maioria de dois terços, qualquer resolução, nem o governo de Sua Majestade nem as autoridades britânicas empreenderão qualquer ação contrária à mesma". Já era alguma coisa, e diante disso o subcomitê de partilha prosseguiu em suas deliberações.

Continuava em pauta o problema das fronteiras e já se iniciara a segunda quinzena de novembro quando Weizmann soube – e isso, confessa em sua autobiografia, o deixou um tanto alarmado – que a delegação americana, no intuito de tornar a partilha mais apetecível aos árabes, advogava com insistência (conforme instruções categóricas do State Department) a exclusão, do Estado Judeu, de pelo menos a parte sul do Neguev, inclusive Akaba (única saída para o mar Vermelho)[19]. Após consultas urgentes com membros do Executivo da Agência Judaica, decidiu Weizmann ir a Washington[20] e expor o caso ao presidente Truman. A entrevista (em caráter privado e informal, segundo previamente acordado entre a Agência Judaica e a Casa Branca) realizou-se na quarta-feira, 19 de novembro, por volta do meio-dia, e diz Weizmann que Truman o recebeu "com a máxima cordialidade". Com auxílio de um mapa (que Truman

[19] Houve até insinuações de que os Estados Unidos se absteriam na votação se os sionistas continuassem a reivindicar Akaba.
[20] A viagem de New York a Washington foi feita de trem, pois Weizmann, enfermo, estava proibido de viajar de avião.

olhava atentamente) fez Weizmann uma descrição do Neguev, referiu-se às pesquisas relativas à água em realização no Instituto de Rehovoth (atual Instituto Weizmann), falou na importância que teria para os judeus o gôlfo de Akaba[21], e apelou para que se houvesse mesmo necessidade de dividir o Neguev fosse essa divisão efetuada em sentido vertical e não horizontal (como se cogitava na delegação americana). Ao findar a entrevista prometeu Truman comunicar-se logo com a delegação de seu país em Lake Success.

Truman manteve a palavra. Naquele mesmo dia, pouco depois das 15 horas, iniciava Herschel Johnson uma conversa com Moshe Shertok para comunicar-lhe a "decisão final" do governo americano com relação ao Neguev – exclusão do Estado Judeu – quando vieram avisá-lo que o chamavam ao telefone. Johnson, todavia, não queria interromper a conversa, o que levou um de seus ajudantes a aproximar-se dele e cochichar-lhe três palavras: "O presidente, senhor". Johnson levantou-se rapidamente e entrou na cabine telefônica, onde permaneceu uns vinte minutos. Ao sair, conferenciou ligeiramente com outros membros de sua delegação e depois se aproximou de Shertok (ansioso e agitado, esperando o pior), dizendo-lhe: "O que eu queria realmente dizer-lhe, Sr. Shertok, era que nessa questão não há nada de novo". O que Truman dissera a Herschel Johnson foi, em resumo, o seguinte: que ele considerava razoável a proposta de se manter Akaba no Estado Judeu, e que a delegação americana deveria agir nesse sentido[22].

Com relação a Jerusalém, entretanto, não foram Shertok e seus companheiros tão felizes. Desejavam eles, quando muito, uma partilha da cidade, mas contra isso fez-se sentir forte pressão do Vaticano (por cuja opinião se orientavam várias delegações latino-americanas). Os Estados Unidos mostraram-se francamente favoráveis à internacionalização (Herschel Johnson declarou almejar que Jerusalém, internacionalizada, se tornasse um centro de fraternidade e cooperação naquela zona conturbada, um pórtico de paz e reconciliação); o Canadá, após alguma hesitação, idem. Significativa, e sintomática, foi a atitude dos delegados holandeses:

[21] Weizmann previu com exatidão, para futuro próximo, o fechamento, pelos egípcios, do canal de Suez aos navios do Estado Judeu.
[22] Diz Horowitz: "Suspiramos aliviados. Weizmann fora bem sucedido. O Neguev estava salvo."

convidaram Shertok, Eban e Horowitz para uma conversa informal, relatando-lhes os obstáculos que haviam enfrentado antes que pudessem manifestar-se a favor da partilha, e advertiram que se os sionistas persistissem obstinadamente em não aceitar a internacionalização de Jerusalém poderia a Holanda se ver compelida a retirar seu apoio à partilha do país. Bélgica e França, por sua vez, pendiam para uma consulta à Corte Internacional de Haia. Consequentemente, inclinando-se ante o inevitável, viram-se os sionisnistas obrigados a afrouxar sua resistência à internacionalização.

A 19 de novembro o subcomitê de partilha deu por terminados seus trabalhos, aprovando por unanimidade um relatório a ser encaminhado, sob forma de resolução, ao Comitê *Ad Hoc* (a este – se o aprovasse por maioria simples – caberia então transmiti-lo à Assembleia Geral, onde seria necessária, para aprovação, uma maioria de dois terços). Desse relatório temos a destacar, como novidade, a solução proposta para o espinhoso problema da imigração judaica durante o período de transição: evacuação pelos britânicos de um porto e seu *hinterland* até 10 de fevereiro, para que por ali se processasse, a partir dessa data, a entrada de imigrantes judeus. Tal solução fora sugerida pelo Dr. Emanuel Neumann (da Agência Judaica) e aceita pelo subcomitê, não obstante objeções levantadas pelo observador britânico.

Dias depois, a 24 de novembro, após haver o Dr. Evatt comunicado que a tentativa de seu pequeno grupo (vide supra) para conciliar judeus e árabes fracassara, tiveram início as votações no Comitê *Ad Hoc.* A primeira proposta submetida a votos foi a do Subcomitê n° 2, proposta patrocinada pelos países árabes e visando criar na Palestina um Estado unitário – foi rejeitada por ampla maioria: 29 a 12. Estava assim superado o primeiro obstáculo. Logo depois, porém, esteve a questão da Palestina seriamente ameaçada de adiamento por tempo indeterminado ao ser posta em votação uma proposta para submeter o problema, antes de qualquer decisão, à Corte Internacional de Justiça em Haia, para que opinasse a respeito; essa moção, apoiada por países que esperavam desse modo não ter de se definir, seria também rejeitada, mas apenas por um voto de diferença.

No dia seguinte foi votado o plano de partilha. Resultado da votação: 25 a favor, 13 contra (países muçulmanos, asiáticos e Cuba), 17

abstenções[23] e 2 ausências (Filipinas e Paraguai). O Comitê *Ad Hoc* havia portanto aceito a partilha, recomendando-a à Assembleia Geral. Mas as perspectivas de obter ali os dois terços de votos afirmativos necessários não eram das mais animadoras, considerado o elevado número de abstenções[24].

26 de novembro – a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência do Dr. Oswaldo Aranha, dá início às suas deliberações sobre o plano de partilha. As galerias, segundo informava um correspondente do *Manchester Guardian,* achavam-se repletas de judeus nova-iorquinos.

O delegado inglês Cadogan explicitamente reiterou (dizendo fazê-lo de acordo com instruções do seu governo) que nem tropas nem administração britânicas poderiam ser usadas para executar na Palestina decisões que não fossem aceitas pelos dois lados, o que levou Herschel Johnson a lamentar estivesse a Grã-Bretanha impondo para sua cooperação uma "condição impossível". O delegado da Grécia anunciou que votaria contra a partilha. Logo em seguida discursou o general Carlos P. Romulo, das Filipinas, manifestando-se igualmente contrário à partilha. O delegado sueco fez longas considerações contra a partilha, mas acabou declarando que votaria a favor. Também a favor declararam-se Holanda, Nova Zelândia e Bélgica. Mas o delegado do Haiti, que na véspera (semelhantemente à Bélgica, Holanda e Nova Zelândia) também se abstivera, declarou-se contra. Pânico nas hostes sionistas, euforia e sorrisos de satisfação entre os árabes; Harold Beeley, eminência parda da política inglesa para a Palestina, radiante de alegria. A essa altura dos acontecimentos os líderes sionistas chegaram a conclusão de que sua única esperança era um adiamento da votação. Tornava-se imprescindível ganhar tempo. O dia seguinte seria feriado (Dia de Ação de Graças), não haveria sessão, e poder-se-ia ainda tentar influenciar algumas delegações. Enquanto isso delegados pró-sionistas prolongavam intencionalmente seus discursos. Às 17 horas o Dr. Oswaldo Aranha encerrou a sessão sem que a matéria tivesse entrado em votação; havia ainda diversos oradores inscritos.

[23] Abstiveram-se: Argentina, Bélgica, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Holanda, Honduras, Iugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México e Nova Zelândia. Dessas abstenções constituíram surpresa as da Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e Nova Zelândia, que se esperava votassem favoravelmente.

[24] Alguns dos países que se abstiveram de votar no Comitê *Ad Hoc* prometeram, contudo, apoiar a partilha na Assembleia Geral.

Cabe aqui destacar a relevância que tinham as convicções e sentimentos pessoais do presidente da Assembleia Geral. Conforme já dissemos, devido à posição estratégica que ocupava, era indubitavelmente a figura-chave dos trabalhos. E havia mais: sendo brasileiro, era da maior importância que encarasse o sionismo com simpatia, para que pudesse contrabalançar o antagonismo de algumas delegações latino-americanas, propensas a se deixar levar por cantos de sereia árabes. E agora, um detalhe curioso. Sionistas brasileiros haviam tido conhecimento de que a família Aranha descendia de marranos, aqueles judeus ibéricos do início dos tempos modernos que para escapar às fogueiras da Inquisição se haviam exteriormente convertido ao cristianismo. Diante disso uma delegação sionista brasileira se animou a procurar a mãe do Dr. Oswaldo Aranha (conservava ela, guardados como valiosa relíquia de família, filactérios usados por seus antepassados), solicitando-lhe que persuadisse "seu ilustre filho" a fazer uso de sua influência pessoal e talentos parlamentares "para ajudar a realizar as esperanças milenares do povo atormentado cujo sangue ainda corria nas veias da família Aranha". O apelo materno foi feito, e o Dr. Oswaldo Aranha – se é que precisava mesmo de tal estímulo – não se recusou a atendê-lo, ajudando, conforme palavras de um rabino americano, "a causa de Israel com sua habilidade discreta de grande parlamentar e devoção de amigo sincero".

O feriado de *Thanksgiving* foi dedicado principalmente à angariação de votos, à qual, segundo o subsecretário de Estado Sumner Welles, não teria estado alheio, por pressão de seus conselheiros partidários, o próprio presidente Truman, procurando obter dos países influenciáveis pelos Estados Unidos votos favoráveis à partilha[25]. Além disso, melhoravam ligeiramente as perspectivas sionistas também por outros motivos: o general Romulo deixara a chefia da delegação filipina, modificando-se em consequência a tendência da mesma; na Tailândia ocorrera uma revolução. ficando suspensa a autoridade do delegado siamês, que se retirou dos Estados Unidos (no Comitê *Ad Hoc* ele votara contra a partilha); e o chefe da delegação da Etiópia – a quem Shertok lembrou a hospitalidade demonstrada pela coletividade judaica palestinense ao imperador Haile Selassie (e isso não obstante os protestos e ameaças do cônsul italiano em

[25] O próprio Truman, porém, alguns dias depois, em conversa com García-Granados, negou tivesse havido qualquer pressão dos Estados Unidos. Diante do que se observou durante as votações, a negativa do presidente americano não deixa de ter plausibilidade.

Jerusalém) – embora alegando não poder hostilizar os árabes (e principalmente o Egito) votando pela partilha, prometeu abster-se.

No dia seguinte, 28 de novembro, voltou a reunir-se a Assembleia Geral. Não será difícil imaginar a emoção e o nervosismo de que se achavam então tomados quase todos os dois milhões de judeus nova-iorquinos. Diz Horowitz: "A New York judaica fervilhava, atingindo o ponto de ebulição. Dezenas de milhares de habitantes judeus permaneciam grudados aos seus aparelhos de rádio". Mas não era ainda chegado o momento da decisão. E isso devido a uma inesperada atitude da França, cujo delegado, Alexandre Parodi, propôs (possivelmente com o intuito de impressionar os milhões de súditos muçulmanos na África) mais um adiamento, por 24 horas, para possibilitar um acordo de última hora. A proposta (obviamente inócua) foi, não obstante oposição dos Estados Unidos e URSS, aprovada por 25 votos contra 15. Não teria, é claro, qualquer resultado prático.

Nesse mesmo dia Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe, voltou a fazer declarações ameaçadoras: a partilha tornaria inevitável a guerra no Oriente Médio, e os árabes palestinenses receberiam dos países árabes toda assistência material e moral. Concluiu dizendo: "Esta será uma guerra de aniquilamento e pavoroso morticínio, lembrando as matanças mongólicas e as Cruzadas".

Sábado, 29 de novembro. Muitas famílias judaicas, por decisão espontânea, mantendo um dia de jejum. Diante do edifício das Nações Unidas uma imensa fila para adquirir ingressos. Em pouco tempo o enorme salão da Assembleia Geral ficou apinhado de gente até o máximo de sua capacidade. Na presidência o Dr. Oswaldo Aranha, ladeado por Trygve Lie, secretário-geral da ONU.

Aberta a sessão fizeram os árabes um derradeiro esforço para adiar a votação. A manobra foi executada por Camille Chamoun, do Líbano, que pediu a palavra para apresentar, disse ele, uma proposta nova – algo bastante vago, cheio de ressalvas, uma espécie de Estado federativo associado a uma fórmula de cantonização. Simples manobra dilatória, nada contendo de substancialmente novo, foi de imediato repelida por Herschel Johnson, secundado por Andrei Gromyko. Afirmou o delegado americano não oferecer a proposta libanesa qualquer base para acordo, não havendo pois necessidade de se perder tempo com ela, e solicitou que se passasse

logo à votação. O Dr. Oswaldo Aranha (após rápida troca de ideias, em voz baixa, com Trygve Lie) declarou-se de acordo com Johnson, e a moção de Chamoun foi posta de lado. Outras tentativas de retardamento, através de questões de ordem, também não surtiram efeito, graças à atitude enérgica do presidente da Assembleia Geral. Estava livre o caminho para uma decisão histórica.

Em ambiente de nervosismo permeado de emoção foi dado início à chamada para votação. Por ordem alfabética (na língua inglesa) iriam os países membros das Nações Unidas manifestar-se sobre a resolução de partilha.

O primeiro, por ordem de chamada, foi o Afeganistão; o voto desse montanhoso reino asiático, de população muçulmana, não oferecia qualquer margem a dúvidas: votou contra. A seguir, a Argentina: absteve-se. Logo após, em meio a grande expectativa, a Austrália – país-membro da Comunidade Britânica, nessa ocasião dissociou-se inteiramente da política inglesa, votando a favor da partilha. Essa atitude (quer-nos parecer que verdadeiramente inédita) seria igualmente seguida pelos outros três domínios britânicos: Canadá (cujo delegado Lester Pearson pode ser considerado o líder dessa "rebelião" na Comunidade), Nova Zelândia e África do Sul. A Bélgica votou a favor, como também o fariam os outros dois componentes do chamado Benelux: Holanda e Luxemburgo. Bolívia e Brasil ambos favoráveis à partilha. O voto seguinte, da Bielo-Rússia, era aguardado com certa ansiedade, pois serviria de indício à tendência geral no bloco eslavo – foi favorável, como também o seriam os dos outros países da órbita soviética (Ucrânia, Tchecoslováquia, Polônia) com exceção da Iugoslávia, que se absteve (sem dúvida em atenção à minoria muçulmana que habitava o país). O voto do Chile – abstenção – esteve em desacordo com as convicções de sua delegação. (Tendo recebido ordens expressas do presidente González Videla para abster-se – de nada valendo insistentes pedidos de reconsideração, feitos telegráfica e até telefonicamente – o principal delegado chileno demitiu-se em sinal de protesto.) A China também se absteve, e igualmente contra a vontade do chefe de sua delegação, Dr. T.V. Tsiang (este, porém, adversário ferrenho do sionismo)[26]. Cuba repetiu o voto que dera no Comitê *Ad Hoc,* tendo sido o

[26] Não fora a intervenção do embaixador chinês em Washington, Dr. Wellington Koo, e a China teria votado "não".

único país latino-americano a votar contra. A Dinamarca, bem como os demais países escandinavos (Noruega, Suécia e Islândia) votaram a favor. A abstenção da Etiópia (que vinha sofrendo forte pressão egípcia) deixou estarrecidos, e furiosos, os delegados árabes. A primeira das grandes potências a ser chamada a se pronunciar foi a França; após o pedido de adiamento que fizera na véspera havia, entre os sionistas, algum receio quanto a ela, e assim o voto favorável proferido por Parodi foi recebido com uma verdadeira ovação. (Esse voto afirmativo foi consequência de uma intervenção do veterano líder socialista Léon Blum – agindo a pedido de Weizmann, seu amigo pessoal – junto ao presidente da República, Vincent Auriol, e ao primeiro-ministro, Paul Ramadier.) Já previsto (houvera aviso prévio) foi o voto contrário da Grécia. Com a Índia repetiu-se, de certo modo, o que havia ocorrido com o Chile e a China: cumprindo ordens de seu governo, votou contra, não obstante a simpatia demonstrada para com o sionismo por sua delegação (especialmente sua chefe, Sra. Lakshmi Pandit). A Tailândia, sem delegado, não respondeu à chamada. O voto favorável da URSS, após a manifestação dos seus satélites, já era esperado. Igualmente a favor manifestaram-se os Estados Unidos (graças principalmente ao presidente Truman). E a Grã-Bretanha – a grande derrotada, abandonada pelos países mais intimamente ligados a ela – se absteve. Em três minutos estava tudo terminado.

Oswaldo Aranha anunciou o resultado: 33 votos a favor e 13 contra, com 10 abstenções[27]. Delírio e pandemônio no recinto. Homens em soluços se abraçando, mulheres quase histéricas de alegria. O delegado britânico de fisionomia cerrada e sombria, os árabes com os rostos lívidos de ódio. E Oswaldo Aranha, bem-humorado, batendo com seu martelo presidencial, pedindo um silêncio impossível...

Os jornalistas judeus que haviam assistido à votação da galeria de imprensa superlotada, foram aos corredores abraçar os dirigentes sionistas. E de repente alguém sugeriu: "Vamos ao East Side[28] comemorar". Táxis foram chamados, e durante o trajeto de Flushing Meadow[29] ao centro de

[27] Os votos favoráveis ultrapassavam em 2 os dois terços necessários à aprovação (abstenções não consideradas). Dos 13 votos contrários 10 eram de países árabes e muçulmanos; metade das abstenções foram de repúblicas hispano-americanas.
[28] No East Side concentra-se a maior parte da população judaica de New York.
[29] Em Flushing Meadow (Estado de New York) reunia-se, de 1946 a 1949, a Assembleia Geral das Nações Unidas.

New York iam cantando todas as canções hebraicas e iídiches de que se lembravam. Recorda um repórter: "E comandando as vozes em nosso táxi estava o jornalista Zalman Rubashov, bem longe de desconfiar que um dia ele seria o presidente Shazar"[30].

Pela Resolução aprovada – que tomou o número 181 (II) e tinha por título "Futuro Governo da Palestina" – a Assembleia Geral decidiu: recomendar a adoção e execução do "plano de partilha com união econômica"[31]; solicitar ao Conselho de Segurança que considerasse como ameaça à paz qualquer tentativa visando modificar pela força o referido plano; e apelar "a todos os governos e todos os povos para que se abstenham de qualquer ação que possa dificultar ou atrasar a execução dessas recomendações".

Previa o plano, para supervisionar a partilha, a instituição de uma comissão de representantes de cinco nações (à razão de um representante por nação), a serem "eleitos pela Assembleia Geral sobre uma base – geográfica ou outra – tão ampla quanto possível". Passemos a palavra a García-Granados: "Eu estava curioso para ver como isso seria conseguido. Foi feito com magnífica simplicidade. Sem solicitar propostas, sem esperar que fossem sugeridos candidatos, o Dr. Aranha anunciou: 'A Comissão para a Palestina será constituída de Bolívia, Tchecoslováquia, Dinamarca, Panamá e Filipinas. Alguma objeção?' Aguardou vinte segundos. Seu martelo desceu sobre a mesa. 'Não havendo objeções está aprovado'". O tcheco Lisicky foi designado presidente da Comissão; os demais componentes: Raul Diaz de Medina (Bolívia), Per T. Federspiel (Dinamarca), Eduardo Morgan (Panamá) e Vincente Francisco (Filipinas)[32].

Na Palestina judaica a emoção foi quase indescritível. A notícia da decisão das Nações Unidas chegou ali já após a meia-noite, mas poucos eram os que dormiam. Multidões alegres encheram as ruas, agitando bandeiras, cantando e dançando a *hora*[33]. Nas sinagogas, superlotadas, soou

[30] Vide nota 53 do capitulo X.
[31] O plano é extenso e minucioso: seria fastidioso entrar em detalhes, mormente por terem os árabes (com cumplicidade britânica) se incumbido de torná-lo sem efeito.
[32] Esse grupo seria apelidado por seu presidente como os "cinco peregrinos solitários". O próprio Lisicky foi qualificado por Horowitz como "o tcheco hesitante", a quem "faltavam resolução e arrojo".
[33] Dança de origem romena que se fixou na Palestina pouco depois da Primeira Guerra Mundial, tornando-se a dança nacional de Israel.

o *shofar*[34]. Tão grande era o entusiasmo que até soldados e policiais britânicos se deixaram momentaneamente contagiar por ele associando-se às celebrações. Estas se prolongaram pela manhã seguinte (domingo), quando Ben-Gurion falou ao Yishuv:

> Essa decisão representa uma grande vitória moral da própria concepção das Nações Unidas, a ideia de cooperação internacional pela causa da paz, justiça e igualdade no mundo. O povo judeu lembrará com gratidão os esforços das duas grandes Potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como os de muitos outros países que para isso contribuíram. A cooperação entre a América e a Rússia na solução do problema palestinense destina-se a ser um exemplo de encorajamento para todos aqueles que, juntamente com o povo judeu, acreditam na possibilidade de uma permanente cooperação entre o Oriente e o Ocidente e no estabelecimento de paz permanente no mundo.
>
> A decisão das Nações Unidas impõe uma pesada responsabilidade à população judaica da Palestina e a todo o povo judeu. É, de fato, um desafio a todas as comunidades dispersas de Israel para que revelem a grande força, espiritual e material, necessária à edificação do Estado Judeu, à absorção de elevado número de imigrantes da Europa, do Oriente e de outras partes, ao desenvolvimento de nossas terras ainda não cultivadas, e à criação de uma sociedade judaica independente que exprimirá os grandes ideais dos profetas de Israel: fraternidade humana, justiça social e paz entre as nações. Mas em primeiro lugar lembremo-nos de nossos irmãos definhando em campos de detenção longe da pátria, em diásporas inimigas no Iêmen, Iraque e outros países do Oriente Médio. Não descansaremos até que possamos trazê-los cá para viver e trabalhar conosco. Hoje nos tornamos um povo livre.

Também em Chipre e nos campos de pessoas deslocadas da Europa houve naturais manifestações de júbilo.

Por outro lado, a reação árabe era perfeitamente previsível. Nos países árabes ocorreram distúrbios antissemitas (em alguns lugares também demonstrações antissoviéticas ou antiamericanas). sendo que só na cidade síria de Aleppo foram incendiadas 300 casas judaicas e 11 sinagogas. Em

[34] Trombeta de chifre, de significado religioso tradicional, comumente usada por ocasião das cerimônias de Ano Novo e do Dia da Expiação.

Aden (protetorado britânico!) 76 judeus foram oficialmente dados como mortos[35]. As delegações árabes junto às Nações Unidas emitiram documento conjunto condenando a resolução de partilha como "duplamente inválida" – alegaram haver as Nações Unidas excedido sua autoridade sob a Carta e que a votação fora feita "sob grande pressão e coação".

Na Palestina ataques esporádicos árabes contra judeus começaram logo a 30 de novembro. Os primeiros tiros foram dados em Jerusalém, sobre uma ambulância que se dirigia para o Hospital Hadassah no monte Scopus. Quase ao mesmo tempo cinco judeus foram mortos no interior de um ônibus por árabes postados nas proximidades do aeroporto de Lydda. Gradualmente foram os ataques árabes assumindo um aspecto mais organizado, estendendo-se por todo o país[36]. O Comitê Superior Árabe (obediente às ordens do mufti, então em Damasco) qualificou a resolução de partilha como nula, anunciou que não cooperaria para sua execução e que exigiria do governo britânico a entrega imediata da Palestina ao povo árabe, convocando ainda uma greve geral de três dias (2 a 4 de dezembro).

Logo ao primeiro dia da greve desenrolaram-se em Jerusalém acontecimentos ao mesmo tempo graves e reveladores. Um bairro comercial judaico foi invadido por uma turba árabe – eram algumas centenas, armados de paus, pedras e algumas armas de fogo; incitados por agitadores, puseram-se a assaltar comerciantes judeus e a quebrar as vitrinas. Estimulados (e talvez surpreendidos) pela passividade da polícia, que até então se limitara a evacuar os judeus da área dos distúrbios e impedir que membros da Haganah interviessem contra os desordeiros[37], iniciaram estes então o saque dos estabelecimentos, incendiando-os depois. Enquanto isso soldados britânicos em carros blindados assistiam à cena tirando fotografias. Só quando já consumados os danos (40 lojas haviam sido destruídas) foi que as autoridades se mostraram um pouco mais ativas: os árabes foram postos para fora do centro comercial em chamas; os judeus, contudo, foram impedidos de salvar o que restava ou de extinguir o fogo

[35] Explicação de Kirk: as autoridades "haviam sido tomadas de surpresa".

[36] Também consulados, como os da Polônia e Suécia (ambos haviam votado a favor da partilha), foram atacados.

[37] Diz Kirk que na ocasião a politica britânica era a de não permitir que a Haganah aparecesse abertamente como uma força armada. É bem significativo, porém, que algumas das armas da Haganah confiscadas pelos britânicos seriam pouco depois encontradas em mãos dos atacantes árabes.

que ainda lavrava, e 16 membros da Haganah foram presos por “porte ilegal de armas”. O próprio presidente britânico da Comissão Municipal de Jerusalém deixou registrado, por escrito, sua impressão de que os “jovens arruaceiros” árabes que haviam dado início aos distúrbios nessa cidade foram encorajados pela “apatia” da polícia britânica[38].

No dia seguinte (3 de dezembro) registraram-se ataques árabes nos arredores de Jaffa e Tel Aviv. Nesse mesmo dia o Dr. Husain al-Khalidi, secretário do Comitê Superior Árabe rejeitou um pedido do governo da Palestina para a suspensão da greve.

A 4 de dezembro os árabes, desrespeitando impunemente o toque de recolher imposto pelos britânicos, atacavam sinagogas na Cidade Velha de Jerusalém.

5 de dezembro – diante da situação de insegurança total a que se achavam sujeitos os judeus, e compreendendo a inutilidade de confiar no governo, a Agência Judaica e o Vaad Leumi decretam a mobilização no Yishuv, convocando todos os homens e mulheres entre as idades de 17 e 25 anos para “serviço nacional”. (A essa altura dos acontecimentos o Irgun já dera início, por conta própria, a atos terroristas de represália.).

A passividade das autoridades britânicas – que não obstante faziam questão de proclamar publicamente sua “neutralidade” – era, não há a menor dúvida, intencional, integrando-se, conforme diz Weizmann, em “um processo de sabotagem”. O objetivo era claro: nada fazer que facilitasse a aplicação das decisões das Nações Unidas; a obstrução se realizaria tanto no plano político quanto no militar. Era a “Operação Caos”, como foi apelidada, em plena execução (“mesmo se não havia a intenção específica de criar o caos”, diz Zeev Sharef, “nenhum esforço foi feito para evitá-lo, e ele se tornou fato”).

O governo americano, por sua vez, já começava a dar marcha à ré de sua posição pró-sionista na Assembleia Geral da ONU. O Departamento de Estado, logo aos primeiros dias de dezembro (ou mais precisamente no dia 5), anunciou a suspensão “por ora” do licenciamento para embarque de armas destinadas ao Oriente Médio. Com os países árabes abastecidos à

[38] Líderes sionistas acusaram as forças de segurança britânicas de não estarem fazendo o suficiente para proteger as vidas e as propriedades judaicas, e Kirk reconheceu que “estavam fazendo menos do que seu estrito dever”.

saciedade pela Grã-Bretanha, é óbvio que o embargo americano na prática funcionava apenas em detrimento dos judeus.

E as Nações Unidas? Estas, diz Dov Joseph, “tendo partilhado a Palestina no papel, voltaram-se para outros problemas”. Assim, a 8 de dezembro, pôde o primeiro-ministro do Iraque, Salih Jabr, calmamente e sem a menor cerimônia, anunciar que seu país interviria pelas armas na Palestina (e não estava blefando...).

Alguns dias depois (a 11 de dezembro) o secretário das Colônias, Creech Jones, informava ao Parlamento britânico que o Mandato terminaria a 15 de maio de 1948, mas que a evacuação das forças britânicas só ficaria concluída a 1° de agosto. Além disso mantinha-se o governo britânico firme em sua recusa de transferir, antes da data estipulada para término do mandato, qualquer parcela de autoridade à Comissão das Nações Unidas, cuja entrada na Palestina não seria permitida até pouco antes de findo o mandato: 1° de maio. Todavia, na própria Palestina, já a 15 de dezembro, fazia o governo uma pequena concessão, anunciando que o policiamento da área Tel Aviv–Petah Tiqvah seria entregue inteiramente aos judeus, e o de Jaffa aos árabes. Essa demonstração de aparente imparcialidade, porém, não se generalizaria, e assim enquanto as patrulhas navais britânicas tornavam extremamente difícil aos judeus o recebimento de armas do exterior[39], os árabes se abasteciam à vontade e sem tropeços através das fronteiras dos países vizinhos.

Foi a esse tempo que pela primeira vez interveio nas hostilidades a Legião Árabe (estacionada na Palestina como integrante das forças armadas britânicas). Alguns legionários, nas proximidades de Lydda, atacaram um comboio de suprimentos judaico que se dirigia para a localidade isolada de Ben Shemen, matando 14 rapazes da Haganah. Foram inúteis os protestos então feitos junto ao Alto Comando britânico no sentido de retirar a Legião Árabe (que era o exército da Transjordânia) da Palestina[40].

[39] Entre os fornecedores da Haganah figuravam – é claro que clandestinamente – tropas britânicas estacionadas na Palestina. Havia também no país, funcionando ilegalmente, algumas poucas e pequenas fábricas de granadas, metralhadoras de mão e morteiros.

[40] Explicação dada a David Horowitz pelo secretário das Colônias: “A Legião Árabe não pode ser retirada porque a situação de segurança é ruim e as forças britânicas inadequadas “. E havia 50 000 soldados britânicos na Palestina!

A 16 de dezembro o caminhão do Kibbutz Revivim (no Neguev, ao sul de Beersheba) foi atacado por beduínos. O comandante britânico de um acampamento militar próximo não permitiu fossem prestados primeiros socorros aos feridos, que foram entregues aos árabes. Sugeriu então o comissário distrital britânico que todas as colônias agrícolas judaicas do Neguev fossem evacuadas, prontificando-se a auxiliar essa operação. A sugestão foi prontamente rejeitada.

No dia seguinte a Liga Árabe emitiu um comunicado condenando a decisão da Assembleia Geral e declarando que Egito, Arábia Saudita, Síria, Transjordânia e Líbano haviam concordado em tomar medidas decisivas para impedir a partilha da Palestina. Não obstante os termos um tanto vagos do comunicado, não tardaram a surgir indícios quanto às medidas contempladas. Assim, já antes de findar o mês de dezembro vamos encontrar um general egípcio inspecionando na Síria voluntários árabes destinados a combater na Palestina e clamando por um idêntico movimento de voluntários no Egito. E o ministro da Defesa do Líbano anunciava haver seu ministério instituído uma comissão especial para angariar fundos, alistar voluntários e adquirir armas para a luta na Palestina. Enquanto isso a emissora de Chipre (sob controle britânico), em suas transmissões para o Oriente Médio, inundava os países árabes com a propaganda belicosa do mufti.

A 5 de janeiro de 1948 o Grupo Stern[41] empreendeu sua primeira ação de represália de envergadura contra árabes (até então sua ação se dirigira exclusivamente contra as "forças de ocupação" britânicas). Objetivo: Jaffa, onde com aquiescência britânica se concentrara um grande número de "voluntários" oriundos de países árabes. Num caminhão carregado de laranjas foi escondida uma considerável quantidade de explosivos. Conduzido por dois membros daquela organização terrorista, o caminhão penetrou em Jaffa estacionando no centro da cidade, diante de um velho edifício onde se achava instalado o quartel-general árabe. Os dois rapazes saltaram, tomaram um café, e voltaram a pé para Tel Aviv. Pouco depois que se afastaram do local onde haviam deixado o caminhão ocorreu a explosão, danificando vários prédios e causando mais de uma centena de vitimas entre mortos e feridos. Muitos árabes abandonaram apressadamente

[41] Então também conhecido por Lehi ou LHI (de Lohamei Herut Israel = Combatentes pela Liberdade de Israel).

a cidade e alguns estrangeiros, acusados de serem judeus disfarçados, foram linchados.

A 9 de janeiro cerca de 900 árabes que, provenientes da Síria, haviam cruzado a fronteira sem quaisquer empecilhos[42] atacaram duas colônias judaicas do norte da Palestina: Dan e Kfar Szold (esta assim chamada em homenagem a Henrietta Szold, fundadora da Hadassah). Atraídos pelo tiroteio, carros blindados britânicos intervieram na luta (dessa vez, fugindo à regra, a favor dos agredidos) e após um combate relativamente prolongado obrigaram os árabes a retroceder.

No dia imediato o embaixador britânico em Damasco protestou *(pro forma?)* contra a incursão ocorrida na véspera; o governo sírio simplesmente ignorou o protesto. Todavia nenhuma providência seria tomada contra o chamado Exército Árabe de Libertação, que com a maior tranquilidade instalou seu quartel-general em Tubas (ao norte de Nablus, perto da fronteira da Transjordânia). Observa Jon Kimche que foi essa "provavelmente a primeira – e, podemos esperar, a última – vez na história do Império Britânico que se permitiu a um exército estrangeiro com intenções hostis acampar e organizar-se com toda calma em território pelo qual a Grã-Bretanha era responsável".

E tem mais: a 12 de janeiro um porta-voz do Foreign Office confirmava que a entrega de armas ao Egito, Iraque e Transjordânia prosseguiria, de acordo com os termos dos tratados de aliança da Grã-Bretanha com aqueles países.

Além de ataques a colônias agrícolas empreenderam os árabes – auxiliados por ingleses desertores e alemães há pouco libertados de um campo de prisioneiros no Egito – também ações terroristas. Assim no dia 14 de janeiro um caminhão do serviço postal explodiu no centro de Haifa, causando cerca de 50 vítimas.

No dia 15 de janeiro nova ação de envergadura por parte dos árabes, e essa de consequências trágicas. A fazenda coletiva de Kfar Etzion, localizada em região montanhosa (Hebron), próximo de Belém, em

[42] García-Granados: "A Grã-Bretanha, cuja marinha podia nas trevas da noite descobrir um minúsculo barco de refugiados em alto mar longe da costa da Palestina, mostrou-se incapaz de ver extensos comboios de veículos militares e tropas em marcha cruzando as fronteiras da Palestina à luz do dia."

território densamente povoado por árabes, foi atacada por cerca de mil homens sob o comando de um hábil chefe guerrilheiro: Abd el-Kader el-Husseini, primo do mufti. O ataque – não obstante a tremenda superioridade numérica dos árabes, já que os defensores não chegavam a trinta – foi repelido, atingindo as baixas árabes a cerca de 120 mortos e 150 feridos. Mas a situação de Kfar Etzion era crítica, e como reforço enviou a Haganah um grupo selecionado de 35 rapazes, em sua maioria estudantes (dentre os melhores) da Universidade Hebraica, e alguns jovens cientistas já bem conhecidos no país. Seguindo por trilhas tortuosas nas montanhas (e presumivelmente traídos por um guia) caíram numa emboscada, e após resistirem até o último alento acabaram massacrados, não escapando um só. Alguns dias depois seriam encontrados os 35 corpos, mutilados. Esse episódio abalou profundamente o Yishuv, causando-lhe mesmo um desânimo temporário.

Na segunda quinzena de janeiro novos bandos de árabes, treinados e bem equipados (e comandados por oficiais do exército sírio), atravessaram a fronteira sírio-palestinense, chegando numa ocasião, com a cumplicidade da Legião Árabe (à qual os ingleses haviam entregue o controle de certas partes da Palestina), a cruzar em caminhões as pontes sobre o rio Jordão[43]. O governo britânico reconheceu que árabes armados entravam às centenas na Palestina provenientes dos países vizinhos, mas alegou que "a natureza do terreno fronteiriço torna extremamente difícil garantir toda a fronteira contra entradas ilegais, especialmente à noite".

A 21 de janeiro nova demonstração de desprezo da Grã-Bretanha pelas decisões da ONU: Sir Alexander Cadogan, sem perder a ocasião para pôr a culpa pelos distúrbios sobre os judeus (que estariam tentando intimidar os árabes), informou à Comissão para a Palestina que a Grã-Bretanha considerava impossível cumprir a recomendação da Assembleia Geral relativa à abertura até 10 de fevereiro de um porto de mar na Palestina para facilitar uma imigração judaica substancial. Continuaria assim de pé, até o fim do mandato, a quota de apenas 1.500 imigrantes judeus por mês[44]. E como que para dar ênfase às declarações de Cadogan,

[43] Foram 20 caminhões, com placas sírias, transportando uns 700 homens armados; traziam também 5 morteiros e um transmissor.

[44] Comentário de um dos membros da Comissão: "Os britânicos querem criar um vácuo na Palestina, mas se recusam até mesmo a entregar esse vácuo."

foi intensificado o bloqueio da costa palestinense, com patrulhas de destróieres em atividade contínua, 24 horas por dia.

Quatro dias depois, Fawzi el-Kaukji – um dos chefes da rebelião árabe de 1936 e um dos principais propagandistas árabes pró-nazistas em Berlim durante a guerra[45] – sentindo-se perfeitamente seguro para retornar à Palestina e assumir o comando do Exército de Libertação, chegava a Tubas sem que nem ele nem sua escolta armada tivesse encontrado um só soldado britânico. Diz Kimche que os ingleses não tinham tempo para observar Tubas, pois "a neutralidade exigia sua presença nas áreas judaicas".

Antes de findar o mês de janeiro alcançou a Haganah um notável êxito fora da Palestina. Um de seus melhores agentes, Ehud Avriel, com longa prática na organização de imigração ilegal e incumbido por Ben-Gurion de adquirir armas (fuzis e metralhadoras) na Europa, conseguiu em Praga fechar negócio com o governo tcheco[46]. Mas para isso fora preciso obter a aquiescência soviética (conseguida após prolongadas negociações em New York entre Shertok e Gromyko). Notas de protesto britânicas não foram levadas a sério, servindo, ao contrário, para tornar ainda mais amistosa a atitude tcheca para com a Haganah. (É claro que, no fundo, não passava tudo isso de negócio, pois os tchecos, grandemente necessitados de dólares, estariam igualmente dispostos a vender armas aos árabes.) As armas tchecas – que representavam indubitavelmente contribuição valiosíssima (e oportuníssima) para a luta contra os agressores árabes – chegariam à Palestina, furando bloqueio britânico, cerca de dois meses depois, bem escondidas em caixas de mantimentos, tratores, etc.

Ao mesmo tempo em que se ultimavam os detalhes dessa compra, emitia Fawzi el-Kaukji sua primeira Ordem do Dia, proclamando guerra aos judeus. Jon Kimche: "Nem um cão se moveu no Q.G. do general MacMillan. Poder-se-ia pensar ser perfeitamente normal para um comandante em chefe britânico ter um exército estrangeiro preparando operações em seu próprio território".

[45] Fawzi el-Kaukji fora condecorado por Hitler com a Cruz de Ferro. Seus seguidores apelidaram-no de "Leão de Damasco", mas Dov Joseph diz que "seu rugido era pior que sua mordida".

[46] Avriel estava munido de documentos não muito genuínos que o davam, sob outro nome (Ueberall), como representante oficial de um chefe de Estado, e nessa qualidade autorizado a adquirir equipamento militar.

Foi então que o primeiro relatório da Comissão para a Palestina (que continuava marcando passo, à espera de que o governo britânico se dignasse autorizar sua entrada na Palestina) foi apresentado ao Conselho de Segurança por Karel Lisicky, visivelmente cansado e deprimido. Esse relatório (que, segundo Horowitz era "marcado por indecisão, desapontamento e desespero") mencionava: uma séria diminuição das funções e autoridade do governo; a intensificação dos violentos conflitos entre as comunidades árabe e judaica; os tribunais e serviços essenciais do governo mutilados, ou mesmo incapazes de funcionar; e uma sensível queda na coleta da receita pública. Findava de modo pessimista: "Todas as informações disponíveis até o momento levam à conclusão de que a situação da Palestina, no que concerne tanto à segurança quanto à autoridade civil, tende antes a se agravar do que a melhorar".

A 2 de fevereiro uma nova ação terrorista antijudaica, desta vez em Jerusalém: um carro militar britânico estacionado diante do edifício do *Palestine Post*[47], carregado de dinamite, explodiu, ocasionando a destruição completa do prédio. (O jornal, porém, sairia assim mesmo, em edição reduzida e mimeografada.). O número de vítimas (todos judeus) foi elevado; prédios vizinhos incendiados e as ruas próximas cobertas como que por um tapete de cacos de vidro. Os árabes negaram, perante correspondentes estrangeiros, qualquer responsabilidade pelo atentado, e embora não houvesse provas concludentes era crença generalizada (mesmo entre não judeus) que o serviço fora feito pela polícia britânica.

Se nesse caso os ingleses contaram (embora com ceticismo) com o benefício da dúvida, já não se dá o mesmo com o que ocorreu, também em Jerusalém, no dia 13 de fevereiro: um grupo de soldados britânicos realizando uma busca de armas no bairro de Bet Israel prendeu quatro rapazes da Haganah, levando-os até um distrito exclusivamente árabe junto ao Portão de Damasco (uma das entradas para a Cidade Velha); lá o

[47] O Palestine Post, único diário de língua inglesa no país, tinha uma orientação sionista moderada, criticando acerbamente o terrorismo. Após a independência passou a chamar-se Jerusalem Post, continuando a sair em língua inglesa . Fora fundado em 1932 por Gershon Agronsky (depois da independência Agron, prefeito de Jerusalém, falecido em 1959); admirador dos ingleses e suas instituições (era amigo e discípulo de Weizmann) procurou fazer do seu jornal um meio de compreensão entre judeus e britânicos. Na opinião do jornalista inglês (não-judeu) David Courtney era o único jornal realmente bom de todo o Oriente Médio.

sargento que comandava o grupo soltou os jovens, inteiramente desarmados, no meio de uma multidão árabe grandemente excitada. Os quatro foram friamente assassinados, sendo seus corpos encontrados uma hora depois. As autoridades britânicas, reconhecendo sua responsabilidade, ordenaram rigoroso inquérito (como isso soa familiar...). Mas a principal consequência dessa atrocidade foi uma ordem imediata da Haganah a todos os seus membros em Jerusalém para "de agora em diante resistir com armas a qualquer tentativa das forças britânicas de procurar armas ou efetuar prisões, a não ser que tais forças estejam acompanhadas por policiais judeus".

Na noite de 15 de fevereiro o 1° Batalhão Yarmuk (primeira unidade do Exército Árabe de Libertação que entrou na Palestina), apoiado por elementos árabes locais, lançou um ataque frontal – "canhestro", dizem os irmãos Kimche – contra a colônia agrícola religiosa de Tirat Tsevi (no vale do Jordão, ao sul de Beisan). Os colonos, já à espera, conseguiram repelir o ataque e enviar um pedido de socorro. Um destacamento britânico saiu de Beisan na manhã seguinte, rumando para Tirat Tsevi; a caminho tiveram algumas escaramuças com os árabes, mas ao chegarem àquela colônia agrícola constataram que o ataque fora suspenso. Registraram-se entre os árabes 40 mortos e aproximadamente igual número de feridos; as baixas judaicas foram de 1 morto e 2 feridos. Mesmo assim a propaganda árabe, dentro e fora da Palestina, apresentou Tirat Tsevi como "uma impressionante vitória árabe".

16 de fevereiro é também a data do segundo (e "desesperado", diz Sacher) relatório da Comissão para a Palestina, em que esta comunicava ao Conselho de Segurança achar-se impossibilitada de se desincumbir de sua missão, isto é, manter a lei, a ordem e a segurança pública quando a responsabilidade pela Palestina lhe fosse transferida, "a não ser que forças militares de poderio adequado sejam postas à sua disposição".

Obstada pelos britânicos de entrar na Palestina – apesar de alguns de seus membros se declararem dispostos a fazê-lo imediatamente, afrontando a proibição britânica – decidiu a Comissão, para não se mostrar inteiramente passiva, enviar àquele país, como uma espécie de vanguarda, um grupo de funcionários da ONU adidos à mesma. A isso os britânicos assentiram, embora sem qualquer demonstração de entusiasmo. O pequeno

grupo, chefiado pelo Dr. Pablo de Azcárate[48], chegou à Palestina a 22 de fevereiro, encontrando ali – é Kirk que o afirma – "o mínimo de cooperação das autoridades britânicas, e no 'caos' existente encontraram-se praticamente restringidos à zona militar britânica de Jerusalém".

Nesse mesmo 22 de fevereiro, às 6:10h da manhã (chuvosa), o centro da Cidade Nova de Jerusalém foi abalado por tremenda explosão. Três caminhões carregados de dinamite, estacionados diante de um edifício de apartamentos da rua Ben Yehuda, explodiram pouco depois de abandonados por seus motoristas. Vários edifícios residenciais foram destruídos, registrando-se 52 mortos e 123 feridos. Os motoristas escaparam, mas foi possível identificar os números dos motores dos caminhões, constatando-se serem veículos pertencentes às forças armadas britânicas. Os árabes outra vez se apressaram a negar qualquer conexão com o caso, enquanto nos Comuns o subsecretário para Assuntos Coloniais, David Rees Williams, declarava: "Não crendo o governo nas alegações de que tropas britânicas estiveram envolvidas, não cogita no momento de qualquer inquérito."

Essa explosão causou quase que uma histeria coletiva contra os britânicos, do que se aproveitaram o Irgun e o Grupo Stern para empreender uma caça a cidadãos britânicos,[49] matando dez e ferindo cerca de vinte. A Agência Judaica reuniu-se no mesmo dia; decidiu, aprovando proposta de Bernard (Dov) Joseph, solicitar ao alto-comissário que britânicos não mais entrassem nas partes judaicas de Jerusalém. Esse apelo seria atendido.

Enquanto isso outra espécie de "bombas" eram preparadas pelo State Department, onde se fazia sentir intensamente a pressão dos interesses petrolíferos americanos. A primeira delas "explodiu" a 24 de fevereiro, ao se iniciar no Conselho de Segurança o debate sobre a Palestina. Consistiu numa comunicação do senador Warren R. Austin de que seu governo não estava disposto ao uso de força armada para impor a partilha, embora pudesse considerar tal medida para restaurar a paz. Disse textualmente: "A

[48] O Dr. Azcárate, antigo diplomata espanhol, fora embaixador da Espanha Republicana em Londres ao tempo da guerra civil espanhola. Também fazia parte do grupo o coronel norueguês Rosher Lund, confidente do secretário-geral da ONU. Os componentes restantes eram um advogado grego e um economista hindu, além de duas secretárias.

[49] Beigin qualificou isso de "retaliação". Disse ele: "...retaliamos pelo assassinato coletivo de civis na explosão da rua Ben Yehuda".

Carta das Nações Unidas não dá poderes ao Conselho de Segurança para impor uma decisão política, seja ela decorrente quer de uma recomendação da Assembleia Geral quer do próprio Conselho de Segurança."

Na mesma ocasião o secretário das Colônias, Creech Jones, declarou não poder a Grã-Bretanha cumprir aquelas disposições da Resolução da Assembleia Geral que, a seu ver, haviam "ignorado as dificuldades e os perigos de responsabilidade dividida". Em outras palavras: a Grã-Bretanha continuava negando-se a qualquer participação na execução da partilha bem como a cooperar com a Comissão para a Palestina. Procurando justificar essa atitude negativa disse Creech Jones não desejar a Grã-Bretanha destruir o que sua administração realizara na Palestina, mas que nos últimos três meses quase cem soldados e policiais britânicos haviam sido mortos e algumas centenas feridos, não concordando a opinião pública inglesa com novos dispêndios em dinheiro e em vidas para impor uma política na Palestina.

No prosseguimento dos debates, que se estenderam pelos dias subsequentes, Shertok, falando em nome da Agência Judaica, acusou a Grã-Bretanha de discriminação contra os sionistas com a adoção de uma teoria *sui generis* de neutralidade: "uma suposta igualdade de culpa entre agressores e agredidos – entre os que sustentam e os que desafiam a autoridade das Nações Unidas".

O mês de fevereiro não se encerraria sem mais um trágico exemplo dessa "neutralidade" à inglesa referida por Shertok: no último dia do mês (29, por se tratar de ano bissexto) soldados britânicos desarmaram um posto da Haganah localizado numa fábrica no limite Tel Aviv-Jaffa, impedindo a saída dos seus ocupantes; oito desses judeus desarmados foram logo depois mortos por árabes, só escapando um.

8 de março – o ministro da Defesa da Síria declara: "Obtivemos armas de qualidade superior para combater os judeus. Logo que o exército britânico se retirar da Palestina a grande luta começará".

A 11 de março, em Jerusalém, novo atentado terrorista antijudaico de grandes proporções. Um carro do Consulado Geral dos Estados Unidos, com a bandeira americana, estacionou no pátio – bem guardado – do edifício da Agência Judaica. Não se efetuou. porém, qualquer revista no carro por ser o mesmo bastante conhecido, idem quanto ao motorista, um

árabe cristão. Este abandonou o veículo e desapareceu[50]. Uma tremenda explosão (ocasionada por um engenho escondido no interior do veículo) arrancou parte do edifício, matando 13 pessoas (entre as quais o Dr. Leib J. Jaffe, veterano líder sionista e um dos fundadores do Keren Hayesod, o principal instrumento financeiro da Agência Judaica) e ferindo aproximadamente uma centena de outras (Ben-Zvi escapou quase que milagrosamente, ao ruir sobre ele o escritório em que trabalhava). O consulado americano expressou, por carta, seu profundo pesar. A carta foi entregue pessoalmente pelo cônsul, que afirmou conhecer bem o motorista e não acreditar que um homem com a sua inteligência, bastante limitada, pudesse ter por si só planejado esse atentado em todos os seus detalhes.

No Conselho de Segurança prosseguia o debate sobre a Palestina. Diante das dúvidas sobre a posição dos Estados Unidos, procurou Weizmann avistar-se mais uma vez com o presidente Truman. A entrevista realizou-se a 18 de março, assegurando Truman estar, como antes, firmemente favorável à partilha[51]. Grande seria pois a surpresa nas hostes sionistas quando logo no dia seguinte o representante dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, senador Austin, consumou uma completa reviravolta na atitude americana[52]. Disse ele: "Parece haver concordância geral de que o plano de partilha não pode agora ser executado por meios pacíficos". Propôs então, em nome de seu governo, para logo depois que terminasse o mandato, uma administração temporária da Palestina pelas Nações Unidas até que judeus e árabes chegassem a acordo. (Se aceita sua proposição, tornar-se-ia necessário convocar uma sessão especial da Assembleia Geral a fim de ordenar à Comissão para a Palestina suspender seus esforços para pôr em execução a partilha.) Tal proposta provocou imediata objeção soviética, tendo Gromyko declarado estar o governo

[50] Quando se teve novamente notícia dele, já se encontrava na Venezuela...

[51] Essa entrevista fora a princípio recusada, revelando-se Truman já farto do caso da Palestina, e achando que Weizmann nada poderia aduzir que ele já não soubesse. Truman só acedeu em receber Weizmann diante de um apelo dramático que lhe foi feito por Eddie Jacobson, amigo de infância do presidente americano e seu sócio num estabelecimento comercial de Kansas City.

[52] Diante do que Truman garantira a Weizmann, era de se crer que o State Department estava agindo à revelia do presidente americano (posteriormente seria isso confirmado). Truman, depois dessa atitude da delegação americana na ONU, sentiu um peso na consciência, passando a considerar-se como tendo uma dívida pessoal para com Weizmann, dívida essa que ele sentia o máximo empenho em pagar.

americano colocando interesses petrolíferos e estratégicos acima dos interesses das Nações Unidas. (Comentário amargo de Weizmann: "Os ingleses levaram 25 anos para nos trair; os americanos fizeram-no em dois meses e meio".).

A resposta judaica veio prontamente. No próprio dia 19 o rabino Silver protestou com veemência, perante o Conselho de Segurança, contra essa "chocante inversão" da política americana. Os Jewish War Veterans (Associação dos ex-Combatentes Judeus). pela palavra de seu comandante, general Julius Klein, divulgaram unia declaração em que afirmavam: "Assim como Hitler triunfou em Munique assim triunfou agora em Lake Success seu parceiro criminoso de guerra, o grão-mufti". O American Jewish Congress qualificou de "antiamericanas e completamente desonrosas a duplicidade e táticas vergonhosas a que recorreu nosso Departamento de Estado". O American Zionist Emergency Council, considerando a nova política americana como "nada menos que um ato de traição", convocou os judeus de New York para uma passeata de protesto pela Quinta Avenida. Nessa marcha uniram-se a cerca de 60.000 ex-combatentes judeus, uniformizados, delegações oficiais não judaicas da Legião Americana, dos Ex-Combatentes Americanos da Segunda Guerra Mundial, e dos Ex-Combatentes Católicos. Além dessa significativa demonstração de solidariedade, também em outros setores não judaicos dos Estados Unidos surgiram críticas severas. A imprensa americana, de um modo geral, após uma manifestação inicial de perplexidade, encarou desfavoravelmente a proposta de Austin (escreveu, por exemplo, o *Herald Tribune* de New York: "Poucos americanos serão capazes de encarar sem constrangimento a ação de seu governo."). O American Christian Palestine Committee, bem como várias organizações religiosas cristãs solicitaram o imediato retorno da política americana à sua posição em 29 de novembro.

A 23 de março a Agência Judaica e o Vaad Leumi emitiram a seguinte declaração:

> 1. O povo judeu e o Yishuv da Palestina opor-se-ão a qualquer proposta destinada a impedir ou adiar o estabelecimento do Estado Judeu.
>
> 2. Rejeitamos categoricamente qualquer plano para instituir na Palestina, mesmo por um curto período de tempo, um regime de administração pelas Nações Unidas...

> 3. O fracasso e desintegração do governo mandatário, cuja continuação foi unanimemente rejeitada pelas Nações Unidas, torna necessária a breve chegada à Palestina da Comissão das Nações Unidas para a Palestina...
>
> 4. Ao término da administração mandatária, e o mais tardar até 16 de maio próximo, um governo provisório judeu começará a funcionar em cooperação com os representantes das Nações Unidas então na Palestina. Até lá faremos tudo que esteja ao nosso alcance para reduzir ao mínimo o caos criado pelo atual governo, e manteremos, na medida de nossas possibilidades, os serviços públicos por ele negligenciados.
>
> 5. O povo judeu estende ao povo árabe a mão da paz e convida representantes da população árabe do Estado Judeu a ocuparem seu justo lugar em todos os seus órgãos de governo. O Estado Judeu terá satisfação em cooperar com os Estados Árabes vizinhos para o fortalecimento da paz mundial e promoção do desenvolvimento de todos os países do Oriente Médio.

Dois dias depois concedia Weizmann uma entrevista à imprensa em que, após lembrar que no interesse de possibilitar uma solução conciliatória diante das reivindicações nacionais árabes os judeus se haviam conformado com 1/8 da área inicial do mandato, responsabilizava a Grã-Bretanha pelo grave problema de segurança surgido na Palestina:

> Nunca chegarei a compreender corno o governo mandatário pôde permitir que forças árabes estrangeiras entrassem livremente na Palestina, por pontes e estradas, para ali calma e impunemente se prepararem para uma guerra contra os judeus e contra a solução adotada pelas Nações Unidas. Sempre louvei o grande ato político da Grã-Bretanha inaugurando o reconhecimento internacional do nosso direito à nacionalidade. Mas, ao expor tudo e todos na Palestina à destruição por invasores estrangeiros, agiu o governo mandatário contra sua própria melhor tradição, deixando um legado trágico ao futuro do país.
>
> Os judeus da Palestina terão o apoio dos judeus de todo o mundo nas medidas que considerem necessárias para salvaguardar sua sobrevivência e independência ao término do Mandato. Pediria agora ao povo judeu que redobre seus esforços para assegurar a defesa e liberdade do Estado Judeu...

A 30 de março apresentou Warren Austin novo projeto de resolução, em substituição à sua malfadada proposta do dia 19. Essa nova proposta americana – que, aliás, no fundo em nada diferia, quanto aos seus objetivos, da proposta anterior – pode ser dividida em duas partes: 1ª) convidando sionistas e árabes palestinenses a designar representantes perante o Conselho de Segurança a fim de negociar uma trégua (e apelando ao mesmo tempo aos grupos armados árabes e judaicos para que cessassem imediatamente os atos de violência); 2ª) requerendo a convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral "para consideração adicional da questão do futuro governo da Palestina". Gromyko declarou logo não ver razão alguma para convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral, afirmando que ficaria com os Estados Unidos "a total responsabilidade pela morte da decisão de partilha da Palestina". Já o delegado sírio, naturalmente, entusiasmou-se com a proposta de convocação de uma sessão especial, pois isso implicaria em postergar a execução da partilha; deixou, porém (mui significativamente), em suspenso sua opinião sobre uma trégua. Sir Alexander Cadogan mostrou-se inteiramente de acordo com as sugestões de Mr. Austin.

O Executivo da Agência Judaica condicionou a aceitação da trégua à retirada do território palestinense de "todas as tropas e guerrilheiros estrangeiros" e à livre admissão de imigrantes judeus. Declarou Shertok perante o Conselho de Segurança que a trégua não deveria atrasar a independência, para a qual os sionistas já se encontravam plenamente preparados; ao mesmo tempo acusou os britânicos de coniventes com a infiltração em larga escala, pelas fronteiras, de forças árabes.

A questão da convocação de uma sessão especial foi finalmente decidida, a 1° de abril, de acordo com os desejos americanos, anunciando Trygve Lie que a Assembleia Geral seria convocada para o dia 16 de abril.

Cabe aqui uma observação: embora não pretendendo abordar em detalhes as operações militares que então se desenrolavam na Palestina, não podemos, contudo, deixar de fazer referência a certos aspectos mais gerais ou significativos.

Em fins de março não se apresentavam nada animadoras as perspectivas para a coletividade judaica palestinense. A estrada de Tel Aviv a Jerusalém (de importância vital para esta), que nas últimas semanas se transformara – devido às emboscadas árabes, aliás grandemente facilitadas

pela configuração do terreno – em cemitério de homens e viaturas[53], foi inteiramente fechada pelos árabes (já ocupavam eles as localidades margeando a estrada), que nela espalharam pesados blocos de pedra e troncos de árvores. (Os ingleses pouco se importaram com o fechamento dessa estrada, mas já outra, ligando Jerusalém ao mar Morto, foi por eles mantida aberta, devido ao interesse que tinham na exportação de potassa para a Inglaterra.)[54]. Jerusalém, isolada, com reservas alimentares para no máximo duas semanas (no dia 31 de março fora ali instituído o racionamento de pão, atribuindo-se 200 gramas diárias por pessoa), estava ameaçada de cair em mãos dos árabes. Para os judeus tornava-se absolutamente imprescindível salvar a cidade[55]. Com esse intuito Ben-Gurion, a 31 de março, telegrafou ao escritório da Haganah em Praga, solicitando a remessa imediata, por avião, do maior número possível de fuzis e metralhadoras. Essas armas, transportadas num Dakota, não tardariam a chegar, entrando quase que logo em ação. Também nos primeiros dias de abril uma pequena embarcação conseguiu furar o bloqueio britânico, descarregando secretamente um carregamento de armas (inclusive morteiros) e grande quantidade de munições[56]. A princípio, não obstante uma série de operações ofensivas empreendidas pela Haganah – que tinha então pela frente não só árabes mas às vezes também ingleses – a

[53] Algumas das armas da Haganah assim caídas em mãos dos árabes puderam mais tarde ser readquiridas pela Haganah, por compra, através de intermediários armênios.

[54] Um judeu australiano, contudo, conseguiria fazer tranquilamente o percurso Tel Aviv-Jerusalém viajando, não-oficialmente, em carro blindado da policia britânica ao preço de 30 libras. Também dentro de Jerusalém alguns policiais britânicos faziam de seus veículos táxis, cobrando de 5 libras para cima.

[55] Um comentarista militar americano, George Fielding Eliot, que então se encontrava na Palestina, qualificou os setores judeus de Jerusalém como "uma monstruosidade estratégica e praticamente indefensáveis".

[56] Na mesma época, no porto italiano de Bari, sabotadores da Haganah afundaram um cargueiro com carregamento de armas tchecas adquiridas pela Síria. Mais tarde, com a ajuda de mergulhadores italianos, conseguiram os sírios recuperar as caixas de armas, constatando-se que dos 10 000 fuzis cerca de 8 500 ainda estavam em condições de ser usados. Os sírios fretaram uma embarcação para transportar o carregamento à Síria. Já a caminho (isso seria alguns meses depois) dois membros da Palmach, chegados em veloz barco pesqueiro, subiram a bordo apresentando-se ao capitão como sírios incumbidos de escoltar a embarcação até seu destino. Instalaram a bordo um transmissor de rádio (o capitão não conhecia hebraico e estava certo de que falavam sírio). Dias depois a embarcação foi abordada pelas tripulações de dois navios israelenses que transferiram toda a carga para seus próprios navios, indo os rifles parar em Israel.

situação não se modificaria de maneira apreciável, mas já na primeira semana de abril um comboio judaico transportando víveres, armas e munições conseguia chegar a Jerusalém.

A esse tempo já se iniciara o êxodo em massa de árabes da Palestina – ponto de partida para a discutida questão dos "refugiados", tão explorada pela propaganda árabe – à procura de lugares mais seguros; em alguns casos (vale a pena lembrar) ocorreu isso a conselho de funcionários britânicos. Os primeiros a se retirarem (ainda em dezembro de 1947) haviam sido árabes cristãos de Haifa, que vinham sendo fortemente pressionados pelos muçulmanos para participar da luta contra os judeus e contribuir financeiramente para a mesma. Mas em fins de março cerca de 25.000 árabes já haviam deixado Haifa e aproximadamente uns 20.000 Jaffa, entre eles numerosas famílias abastadas, levando consigo seus carros e considerável quantidade de utensílios domésticos[57].

A 4 de abril teve início uma das batalhas decisivas desse período de pré-independência. A ação foi empreendida por Fawzi el-Kaukji, atacando a estrategicamente situada colônia agrícola de Mishmar Haemek[58], pegada inteiramente de surpresa. Tinha o comandante árabe às suas ordens 1.000 homens bem armados, além de morteiros e seis canhões de 75mm[59], que comodamente se entrincheiraram nas aldeias e elevações que circundavam a colônia judaica. Esta, dispondo apenas de uma metralhadora e fuzis em número insuficiente, foi submetida, à noite, a intenso bombardeio de artilharia. Na manhã seguinte compareceu ao local um destacamento militar britânico "para investigar", concluindo não ter nem força nem autoridade para obrigar os árabes a retroceder. Conseguiram, porém, que o ataque

[57] Houve, também, alguns casos de saídas de judeus, mas em número extremamente reduzido.

[58] O próprio nome da colônia – Guardião do Vale – sugere bem sua importância; era um ponto-chave para o domínio do vale de Jezreel (ou Esdraelon), e sua posse teria permitido a Fawzi el-Kaukji lançar-se sobre a vital rodovia Haifa–Tel Aviv.

[59] Quatro desses canhões seriam pouco depois enviados por Fawzi el-Kaukji para as elevações em redor de Jerusalém, de onde, sob o comando de um oficial iraquiano, se puseram a bombardear a cidade. Isso motivou um telegrama do grão-rabino Herzog ao papa Pio XII, que não teve, porém qualquer efeito prático. (A propósito: em 1944, quando os judeus húngaros estavam sendo deportados em massa para Auschwitz, o mesmo grão-rabino solicitara a Pio XII que intercedesse para salvar os remanescentes daquela coletividade judaica – essa solicitação, bem como um pedido de audiência, não foram atendidos)

fosse temporariamente suspenso. Mas já no dia 6, à tarde, reiniciaram os árabes cerrado tiroteio. Na manhã do dia 7 fez sua aparição um oficial britânico, o tenente-coronel Peel; obteve ele uma trégua de 24 horas, durante a qual foram evacuadas de Mishmar Haemek as mulheres e crianças. Quando Peel se preparava para conseguir uma prorrogação da trégua, foi informado pelos judeus de que a mesma fora por eles aproveitada também para o envio de reforços; isso o deixou grandemente escandalizado, fazendo com que se afastasse depois de reclamar aos judeus por terem "quebrado a trégua"[60]. Novamente se reiniciou o bombardeio árabe, sem que Kaukji, entretanto, se decidisse a um assalto direto. E ao fim de mais alguns dias ordenou o comandante do Exército Árabe de Libertação a retirada, com grande abalo para seu prestígio pessoal e o do seu exército. (Não se esqueceu Fawzi, porém, de emitir um comunicado proclamando "uma grande vitória".).

Depois desse retumbante fracasso, uma nova onda de emigração árabe: mais uns 20.000 deixaram Haifa, instigados (quiçá consolados) por rumores de que aviões árabes iriam bombardear a cidade mas não queriam causar dano à população árabe; asseguraram-lhes outrossim que a saída era temporária e constituiria ajuda às forças combatentes árabes naquela área.

Weizmann, que havia sido visitado pela delegação americana junto à ONU, procurando (sem êxito) obter o apoio daquele líder sionista para as propostas que apresentara (e com o mesmo intuito – e idêntico resultado – fora Weizmann procurado pelo delegado francês Alexandre Parodi), decidiu diante disso recorrer ainda uma vez ao presidente Truman, escrevendo-lhe, a 9 de abril, uma carta (de natureza particular) em que afirmava:

> Judeus e árabes estão ambos amadurecidos para a independência, e em larga escala já obedecem às suas próprias instituições, enquanto a administração central britânica se encontra em virtual colapso. Em largas áreas judeus e árabes têm praticamente o controle de suas próprias vidas e interesses. Não se pode atrasar o relógio até a situação existente antes de 29 de novembro. Queria também chamar atenção para os efeitos psicológicos de prometer independência judaica em novembro e tentar cancelá-la em março.

[60] Kimche: "Não compreendeu ele que nessa guerra absurda os judeus lutavam pela sobrevivência, e não estavam jogando críquete". (O tenente-coronel Peel queixara-se aos judeus de que a atitude dos mesmos "não era críquete", isto é, não fora "jogo limpo".)

> A escolha para nosso povo, senhor presidente, está entre um Estado e o extermínio. A história e a providência colocaram essa questão em vossas mãos, e confio que ainda a decidireis em conformidade com o espírito da lei moral[61].

O mesmo dia 9 assinala, na Palestina, uma ocorrência cujas repercussões seriam grandemente desfavoráveis à causa judaica. Trata-se do despropositado ataque desferido por unidades do Irgun e do Grupo Stern (num total de aproximadamente 200 homens) contra Deir Yassin, pacata aldeia árabe a oeste de Jerusalém. Antes de iniciado o ataque foram os velhos, mulheres e crianças exortados, em língua árabe (por meio de um alto-falante instalado num veículo do Irgun), a abandonar a aldeia. Afirmam alguns autores, contudo, que o tempo concedido para isso – quinze minutos – era insuficiente. O que se seguiu foi classificado por um representante da Cruz Vermelha Internacional (que visitou o local dois dias depois) como um "massacre deliberado"[62]. Segundo o Comitê Superior Árabe foram mortas 254 pessoas, das quais cerca da metade era constituída de mulheres e crianças. A ocupação da aldeia durou pouco além de 24 horas, o que de certo modo parece comprovar ter sido essencialmente uma ação terrorista. Tanto a Agência Judaica quanto o Alto-Comando da Haganah repudiaram publicamente o acontecido, expressando de imediato seu profundo pesar e revolta. A Haganah interveio num desfile que o Irgun promoveu em Jerusalém para exibir os "prisioneiros" (entre eles mulheres e crianças) que fizera, obrigando o Irgun a entregá-los, sendo logo a seguir encaminhados pela Haganah às autoridades governamentais.

Os árabes não deixariam de explorar ao máximo esse lamentável episódio, e a publicidade que sua imprensa e rádio deram ao mesmo, informa Kirk, "acelerou consideravelmente a desmoralização e fuga dos árabes não combatentes".

A 13 de abril foi apresentado mais um dos inócuos relatórios da Comissão para a Palestina. Nesse documento era a Grã-Bretanha severamente criticada: por continuar impedindo a entrada da Comissão na

[61] Desconhecemos qualquer resposta de Truman, mas três semanas depois ele agiria

[62] Beigin, contudo, nega terminantemente que tenha havido massacre, afirmando tratar-se de uma operação militar difícil, com perdas de ambos os lados. Alega ele que houve deturpação intencional dos fatos, endossada pelos órgãos dirigentes sionistas, que estariam interessados em abalar o prestígio do Irgun...

Palestina antes de 1° de maio; por se recusar a promover uma transferência gradativa de autoridade; por impedir a formação de milícias; e por tomar sérias medidas econômicas e financeiras (como, por exemplo, exclusão da Palestina da área do esterlino) sem consultar a Comissão. Por outro lado, ainda nesse relatório, louvava-se a Agência Judaica pela colaboração que vinha prestando à Comissão, e finalmente criticava-se o Conselho de Segurança por não providenciar um contingente armado para assegurar o cumprimento de suas decisões.

Essa mesma data (13 de abril) marca um dia negro na história do judaísmo palestinense. Foi o dia do massacre do comboio que se dirigia ao Hospital Hadassah, no monte Scopus. Temos aqui, ainda uma vez, de retroceder um pouco. As comunicações entre o centro de Jerusalém e o monte Scopus (onde além do Hospital Hadassah, de renome internacional, funcionava a Universidade Hebraica) faziam-se atravessando o bairro árabe de Sheik Jarrah, onde desde dezembro vinham sendo frequentes as emboscadas árabes. Repetidas promessas (feitas inclusive pelo alto-comissário pessoalmente) de que forças britânicas protegeriam os comboios destinados ao hospital e à universidade não foram cumpridas durante alguns meses. Até que no princípio de abril forças militares britânicas se estabeleceram num edifício que dominava o bairro. Subsequentes comboios puderam então passar sem ser molestados. Informações sobre as condições da estrada eram fornecidas por um oficial de polícia britânico.

Na manhã do dia 13, recebida do oficial britânico a informação de que a estrada estava limpa, partiu às 9:30h um comboio formado por duas ambulâncias, três ônibus, três caminhões transportando alimentos e suprimentos hospitalares, e dois pequenos carros de escolta; iam nele alguns dos mais ilustres médicos do Hospital (que, diga-se de passagem, prestava assistência gratuita aos moradores árabes dos arredores) e professores da Universidade. Ao entrar o comboio em Sheik Jarrah foi o mesmo detido pela detonação de minas elétricas que danificaram os carros que vinham na frente ocasionando a obstrução da estrada. Logo após iniciou-se sobre o comboio, de ambos os lados da estrada, cerrado tiroteio acompanhado de lançamento de granadas e coquetéis Molotov. Durante algum tempo, contudo, os dois carros de escolta conseguiram evitar que os árabes se aproximassem dos veículos do comboio.

A cerca de 300 metros do local havia um posto policial britânico; ali os soldados permaneceram impassíveis, de nada valendo os insistentes apelos que lhes foram dirigidos. Igualmente impassível – e isso é muito mais grave – mostrou-se o comandante das forças britânicas em Jerusalém, general MacMillan, que às 9:45h passou por ali em seu carro. Um pedido da Agência Judaica para que se permitisse à Haganah mandar homens ao local foi recusado pelos ingleses (a pretexto de que isso só serviria para agravar a situação)[63]. O ataque árabe durou sete horas, e eram já quase 5 da tarde quando finalmente tropas britânicas intervieram lançando uma cortina de fumaça. Só então foi possível retirar os mortos e feridos. Haviam escapado somente 28 pessoas, das quais apenas 8 sem ferimentos. Perderam a vida (alguns carbonizados) 77 médicos, enfermeiras e professores judeus, entre eles o Dr. Chaim Yassky (diretor do Hospital), o físico Dr. Guenther Wolfsohn, o Prof. Enzo Bonaventura (chefe do Departamento de Psicologia da Universidade Hebraica), o filólogo Dr. Benjamin Klar, e os Drs. Leonid Doljansky e Moshe Ben-David (da Faculdade de Medicina)[64].

O Comitê Superior Árabe, jubiloso, qualificou o massacre como uma façanha heróica, censurando os britânicos por sua intervenção de última hora: "Não fosse pela interferência do Exército, e nem um único passageiro judeu teria permanecido vivo."

Em Tel Aviv achava-se então reunido o Conselho Geral Sionista (constituído de delegados de todas as seções da Organização Sionista Mundial). Em sua sessão de encerramento, a 14 de abril; ratificando o que já fora dito pela Agência Judaica e Vaad Leumi a 23 de março, emitiu uma proclamação dirigida "aos povos civilizados, aos representantes das Nações Unidas e aos judeus espalhados pelo mundo", comunicando que a independência nacional do povo judeu entraria em vigor a 15 de maio. Prosseguia a proclamação:

---

[63] Um oficial britânico observou, porém, que isso poderia ser uma resposta adequada a Deir Yassin.

[64] Uma jovem da Haganah, na escuta do rádio das viaturas policiais britânicas, ouviu um policial inglês, em comunicação com a chefatura, dizer: "Agora os trazem para fora, todos mortos. Este é o vigésimo sétimo, acho ". E depois, exaltado: "Se nos tivessem permitido sair daqui quando fiz o pedido, poderíamos ter tirado todos eles vivos!"

Outra vítima foi Anna Di Giacchino Cassuto (viúva de Nathan Cassuto, rabino de Florença ao tempo da 2ªG.M.), sobrevivente de Auschwitz, que seguia para o trabalho. Estava então com 37 anos.

> Enquanto recusa entrada a judeus que buscam desesperadamente um último refúgio, o governo de Sua Majestade abre nossas fronteiras a hordas de invasores árabes vindos para transformar em zombarias a decisão das Nações Unidas... Decidimos hoje que o término do Mandato para a Palestina marcará, de fato, o fim de toda dominação estrangeira neste país... Nesta hora dirigimo-nos aos cidadãos árabes do Estado Judeu e aos nossos vizinhos árabes. Oferecemos-lhes paz e amizade. Desejamos construir nosso Estado em comum com os árabes... Fortalecidos pela fé, apelamos a todas as nações que nos concedam esse direito à nossa própria salvação, e depositamos nossa confiança em Deus, Senhor de Israel.

E no dia seguinte a Agência Judaica anunciava que uma Comissão de Planejamento havia completado o esboço do governo judeu e que uma Comissão de Serviço Público já designara os 50 primeiros servidores civis. Havia sido também eleita uma Administração Nacional, constituída de 13 membros, precursora do governo de Israel. (Essa Administração Nacional foi imediatamente reconhecida e aceita pela população judaica da Palestina como o futuro governo de Israel.).

Foi ainda em meados do mês que ficou claramente revelado um dos objetivos britânicos nessa fase de liquidação do mandato. O alto-comissário convidou a comparecer à sua presença o grão-rabino Herzog, instando com ele para que os judeus abandonassem a Cidade Velha de Jerusalém (o acesso de judeus à mesma era impedido pelos britânicos). Respondeu Herzog que não poderiam fazê-lo, pois a eles estava confiada a guarda da herança de todas as gerações passadas de judeus; tratava-se portanto de um encargo sagrado.

A 16 de abril abriu-se a sessão especial das Nações Unidas, em ambiente descrito por García-Granados como de letargia e perplexidade. Esperavam os Estados Unidos ver aprovada sua proposta de administração pelas Nações Unidas, desde que, é claro, dela não participasse a URSS. Isso, porém, não se revelaria possível, pois – estragando os planos cuidadosos do State Department e do Foreign Office – a 25 de abril foi Semyon Tsarapkin designado delegado soviético no Trusteeship Council, organismo do qual a União Soviética sempre se recusara a fazer parte; daí a surpresa e decepção anglo-americana. Oradores intermináveis sucediam-se na tribuna, repetindo argumentos já mais que repisados. O delegado neozelandês, Sir Carl Berendsen, quase perdendo a paciência, desabafou: "O que as Nações

Unidas precisam não é de resoluções e sim de resolução". Para os sionistas e seus simpatizantes, contudo, o essencial, a essa altura, era ganhar tempo, para que a decisão de 29 de novembro não fosse modificada, possibilitando assim, ao término do mandato (e faltava para isso menos de um mês), tornar o Estado Judeu um fato consumado.

Voltemos à Palestina, onde a manhã do dia 17 foi de intensa alegria em Jerusalém. A população em massa (alguns ainda de pijama) acorreu para saudar um imenso comboio que chegava, absolutamente incólume, após viagem de quatro horas e meia.[65] Era formado por cerca de 300 caminhões, transportando 1.000 toneladas de alimentos, armas e munições. Escrito a giz no primeiro caminhão estava o famoso versículo bíblico do Salmo 137: "Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, esqueça-se a minha mão direita de sua destreza". O segundo caminhão vinha enfeitado com um ramalhete de flores silvestres, e o terceiro trazia pintado "Vivas a Jerusalém". Harry Levin, presente à cena, escreveu: "Não sei o que me emocionou mais, se a visão de um caminhão atrás do outro, todos abarrotados, dobrando a curva, ou a animação dos motoristas[66] e escolta da Haganah ao entrarem na cidade". Sobre a significação do acontecimento, passemos a palavra a Moshe Pearlman:

> Este sucesso elevou tremendamente o moral judaico, não só em Jerusalém como em todo o país. Pois fez mais do que abrir contato com a Cidade Santa e proporcionar alimentos, armas e munições a judeus à beira da fome. Era um ato de fé que levava a população inteira a compreender que obstáculo algum era grande demais. Os judeus sabiam que tinham pela frente batalhas muito mais árduas. Mas se a estrada de Jerusalém pôde ser aberta contra oposição tão forte, se caminhões judaicos podiam ser impelidos por uma estreita faixa de estrada flanqueada por muitos milhares de árabes ansiando por matar, então, sentiram os judeus, nada era impossível. Essa operação teve também o efeito de fortalecer a confiança do povo em

[65] O comboio partira de Hulda (base de suprimentos para Jerusalém) e para lá retornaria, no mesmo dia, também sem incidentes. A estrada encontrava-se, temporariamente, sob inteiro controle da Haganah. Três dias depois, dar-se-ia a chegada de novo comboio (vide adiante), mas depois disso os árabes voltariam a fechá-la e a partir dai os judeus só teriam novamente acesso a Jerusalém ao ser completada, seis semanas mais tarde, a estrada apelidada "Estrada da Birmânia".

[66] Nem todos os motoristas, porém, vieram espontaneamente: muitos tiveram que ser "convocados" pela Haganah.

seus líderes, que haviam claramente demonstrado imaginação elevada, audácia e coragem.

No dia 18 a cidade de Tiberíade caiu totalmente em mãos judaicas (era a primeira cidade palestinense a ser inteiramente ocupada pela Haganah); foi a mesma abandonada por toda sua população árabe, num total de 6.000 pessoas (47% da população total da cidade), dirigindo-se alguns para Nazaré e outros para a Transjordânia. A evacuação foi realizada com auxílio e sob orientação de forças britânicas. Nessa mesma data o alto-comissário propôs uma suspensão de fogo restrita, limitada a Jerusalém (onde parte da Cidade Nova se achava sob fogo árabe proveniente das elevações de Sheik Jarrah). A Agência Judaica mostrou-se de pleno acordo, mas o Comitê Superior Árabe respondeu com uma recusa categórica.

Ainda do dia 18: o comandante britânico em Haifa, major-general Sir Hugh Stockwell, convocou à sua presença Harry Beilin (oficial de ligação da Agência Judaica), informando-o que as forças britânicas se retirariam da cidade para se concentrarem apenas na zona portuária, estando o fim da operação previsto para dai a 48 horas, ou seja, dia 20. Stockwell convocou também o comandante árabe[67], que não apareceu; o general inglês pôs-se então a procurá-lo no bairro árabe e não o encontrando fez sua comunicação aos líderes civis da comunidade árabe. A Haganah deu imediatamente inicio às primeiras providências para a conquista da cidade[68].

No dia 20 de abril, enquanto se iniciava a batalha pela posse de Haifa (no transcorrer da qual os ingleses se manteriam realmente neutros), chegava a Jerusalém outro grande comboio (294 caminhões, segundo Levin); esse, porém, teve sua retaguarda atacada pelos árabes em Bab el Wad, sofrendo severas baixas: 6 mortos, 24 feridos e 36 caminhões destruídos ou danificados. No mesmo dia anunciou o governo a suspensão gradual, até 30 de abril, de todo o serviço postal em Jerusalém, inclusive correspondência para o exterior. Também os tribunais haviam praticamente

[67] Era ele Amin Az ad-Din, ex-oficial da Força de Fronteira Transjordana (depois Legião Árabe).

[68] Stockwell dissera a Beilin que segundo cálculos do serviço secreto britânico a Haganah necessitaria de 4 000 homens para ocupar a cidade . A Haganah, porém, só dispunha, para a operação, de 560 homens (os árabes, contudo, embora também não se soubesse disso, igualmente, não tinham muito mais).

deixado de funcionar, limitando-se os advogados de Jerusalém exclusivamente a testamentos[69].

No dia seguinte já era tão patente a superioridade da Haganah em Haifa (tanto o planejamento quanto a execução de toda a operação foram considerados perfeitos)[70], que Stockwell se ofereceu para ser o mediador da rendição árabe. (A resistência árabe enfraquecera sensivelmente quando descobriram que seu comandante abandonara a cidade, deixando um recado em que dizia ter saído para buscar reforços...). A luta cessou às 9 da manhã do dia 22[71], e às 4 da tarde representantes judeus encontraram-se com representantes árabes, sob a presidência de Stockwell, na Prefeitura de Haifa. Tomou a palavra, inicialmente, o prefeito judeu de Haifa, Shabatai Levy. Fez ele um apelo aos árabes para que permanecessem em Haifa, dizendo que durante quarenta anos judeus e árabes haviam ali vivido em paz, e que poderiam perfeitamente continuar assim. Salientou desejar que os árabes ficassem, como cidadãos iguais em todos os sentidos, prosseguindo livremente com seu modo de vida e negócios habituais. (Não se pode pôr em dúvida a sinceridade do prefeito Shabatai Levy; e além disso a própria Haganah estava interessada na permanência da população árabe, pois seria difícil manter aberto o porto de Haifa sem a mão de obra árabe.). As condições para rendição estabelecidas pelo comando da Haganah (e que foram consideradas por Stockwell como razoáveis e moderadas) eram: entrega de todas as armas à Haganah; toque de recolher nos quarteirões árabes; controle da cidade pela Haganah; direitos e deveres iguais para todos os moradores (tanto judeus quanto árabes). A delegação árabe retirou-se, declarando precisar entrar em contato com os países árabes para consultá-los. Mas foi ao extremista Comitê Superior Árabe (então em Damasco) que recorreram.

Às 19 horas voltavam ao prédio da Prefeitura os quatro membros cristãos da delegação árabe (os dois outros membros, muçulmanos, não mais apareceram). Vinham com o semblante carregado, contrastando com sua atitude amistosa e franca de horas antes. Anunciaram que não

[69] Harry Levin: “Todos estão fazendo seus testamentos .”

[70] A operação foi planejada e executada sob a direção de Moshe Carmel e Mordechai Maklef, este futuro chefe do Estado-Maior do Exército de Israel.

[71] Bevin, ao tomar conhecimento da vitória da Haganah em Haifa, teve um assomo de fúria e consternação...

assinariam armistício algum, nem qualquer outra espécie de documento, com a Haganah, pois isso seria degradante. Pediram, todavia, aos judeus que permitissem à população árabe abandonar a cidade, por não quererem viver um só dia sob domínio judeu; concluíram declarando: “Não os reconhecemos, e voltaremos quando não estiverem mais aqui”. Stockwell perguntou aos quatro árabes se haviam enlouquecido; Shabatai Levy, com lágrimas escorrendo pela face, implorou-lhes que ficassem. Mas em vão: no dia seguinte outros 20.000 árabes abandonavam seus lares, deixando a cidade; a maioria foi por mar, em transporte fornecido pelos britânicos, para o Líbano.

Os governantes árabes continuavam, cada vez mais abertamente, a proclamar suas intenções agressivas. Assim, no mesmo dia em que cessava a luta em Haifa, temos a assinalar dois pronunciamentos: o primeiro de Jamil Mardam (primeiro-ministro da Síria), anunciando que a Liga Árabe lutaria “em terra, mar e ar até alcançarmos a vitória”; o segundo, do rei Abdullah, conclamando todos os países árabes a se unirem ao seu exército num movimento “para conservar o caráter árabe da Palestina quando os britânicos encerrarem seu governo mandatário a 15 de maio”. (Três dias depois anunciou-se em Bagdá que a sugestão de Abdullah fora aceita e que acordo completo havia sido alcançado quanto à cooperação entre os exércitos da Liga Árabe.).

E ainda a 22 de abril – a Administração Nacional Judaica enviou, de Tel Aviv, a todos os prefeitos e presidentes de conselhos municipais a seguinte circular:

> Prezado senhor,
>
> A Administração Nacional tratou em sua reunião de 21 de abril de 1948 da questão das repartições governamentais, e decidiu notificar ao senhor e a todos os demais chefes de municipalidades e conselhos locais que todas as repartições do governo cessante e propriedades pertencentes aos governos central e distritais passarão para a Administração Nacional como sucessora do governo mandatário.

A 23 de abril decidiu-se afinal o Conselho de Segurança a tomar uma providência, embora de efeito quase nulo: designou uma Comissão de Trégua, constituída pelos cônsules, em Jerusalém, dos Estados Unidos, França e Bélgica, respectivamente Thomas C. Wesson, René Neuville e Jean Neiuwenhuys, este último presidente. Tal comissão quase nada de

concreto conseguiria[72], limitando-se praticamente à emissão de um relatório, uma semana depois (vide adiante).

Na madrugada de 25 a Haganah atacou Sheik Jarrah (onde, convém lembrar, ocorrera o massacre do comboio que se dirigia ao Hospital Hadassah). A resistência dos árabes (cujas forças no local eram constituídas em sua maioria por sírios e iraquianos) foi tenaz, mas quando já havia quase cessado deu-se inopinada intervenção de tropas britânicas que – sem qualquer aviso prévio – começaram a atirar sobre as posições judaicas. Só depois viria a ordem: judeus não poderiam ficar em Sheik Jarrah porque esse local controlava a rota prevista para a evacuação britânica a 15 de maio[73]. Recusa da Haganah (seus homens receberam instruções para resistir a qualquer tentativa de desalojamento), ameaçando então os ingleses recorrer à artilharia pesada. Às 19 horas a ameaça foi cumprida: à luz de poderosos refletores os canhões pesados britânicos entraram em ação, matando 36 e ferindo mais de 40. À Haganah não restou outro recurso senão a retirada. (Sheik Jarrah ficaria em poder dos britânicos até 15 de maio).

25 de abril foi também a data da última entrevista de Ben-Gurion com o alto-comissário. Disse este: “É verdade que estamos de saída, mas ainda nos encontramos aqui. Não queremos ameaçar, mas o exército necessita de linhas de comunicação para sua retirada e estas não devem ser prejudicadas. Se forem, teremos de usar nossa força máxima”. Respondeu Ben-Gurion: “Nossa política é não mexer com o exército britânico, não só porque ele é forte como também porque não temos interesse em fazê-lo. Pelo contrário, procuraremos facilitar-lhe o quanto nos for possível. Dentro dos limites da autodefesa estamos preparados para oferecer qualquer facilidade que o exército requeira para sua evacuação”. Adiante, com o prosseguimento da conversa, o alto comissário indagou por que os judeus não evacuavam as áreas fronteiriças, ao que respondeu Ben-Gurion: “Os senhores também não evacuaram a Inglaterra. Este é o nosso país, assim como a Inglaterra é o seu”.

---

[72] Dov Joseph: “Os cônsules eram quando muito uma equipe pobre”. E Harry Levin: “Nenhum deles muito esperançoso. Mas eles, ao menos, se encontram aqui.”
[73] Observação de Harry Levin: “Que bandos armados árabes a mantenham é permissível, aparentemente, mas judeus armados não.”

Enquanto isso, em reunião da Administração Nacional, era escolhido, ainda em caráter experimental, o nome Israel para o futuro Estado.

No mesmo dia (e quase à mesma hora) em que a Haganah iniciava seu ataque a Sheik Jarrah, lançava o Irgun, por sua própria conta, um ataque frontal ao bairro de Manshiya, na parte norte de Jaffa (esse bairro era como que uma espécie de península, avançando por Tel Aviv a dentro)[74]. Participavam da operação uns 600 homens, com abundante munição, pois dias antes o Irgun assaltara um trem militar britânico (Beigin qualificou essa ação de "confisco", aduzindo que o trem levava armas e munições para Kaukji; duas semanas antes fora realizado um "confisco" semelhante num acampamento militar britânico próximo a Pardess Hannah)[75]. Novamente a resistência árabe foi obstinada, e o comando do Irgun procurou então um entendimento com a Haganah[76]. Já no dia 27, porém, às 9 horas da manhã, unidades avançadas do Irgun atingiam a praia, isolando Manshiya do restante de Jaffa. Mas ali a atitude dos ingleses foi bem diferente da que tiveram em Haifa (soube-se que Bevin dera pessoalmente instruções para que a captura de Jaffa pelos judeus fosse evitada a todo custo). Reforços britânicos (um batalhão blindado e um regimento de artilharia) foram apressadamente trazidos de Chipre, e um setor de Tel Aviv foi atacado não só por canhões mas até por aviões britânicos. Todavia, transcorridos alguns dias, chegar-se-ia a uma espécie de trégua, com unidades da Haganah substituindo as do Irgun em Manshiya. (Essa trégua, porém, limitava-se à cidade, prosseguindo a Haganah em operações contra aldeias vizinhas.).

O ataque a Jaffa provocou um novo êxodo árabe, por terra e por mar, dia e noite; sob proteção britânica dirigiam-se, em sua maioria, para o Egito e o Líbano[77]. Lideres árabes de Jaffa foram a Damasco, solicitando ao

[74] Não há dúvida de que o objetivo fora bem escolhido, pois Jaffa constituía a ameaça mais séria a Tel Aviv.

[75] As munições foram temporariamente armazenadas nas adegas de Zikhron Yaakov e nas residências da familia Aaronsohn (da rede de espionagem Nili, ao tempo da Primeira Guerra Mundial). Beigin: "Será que o bom e nobre barão Rothschild jamais sonhou que um dia soldados hebreus despejariam granadas em vez de vinho nas suas queridas adegas?" (Para o ataque a Manshiya os rapazes do Irgun foram transportados, de várias partes do país, em veículos igualmente "confiscados".)

[76] Beigin diz que foi a Haganah que procurou o Irgun... De qualquer maneira chegou-se a um entendimento. (O ponto de vista da Haganah era que o ataque do Irgun fora prematuro, e que uma vez os britânicos fora da cidade, esta cairia como um fruto podre.)

[77] Todo o funcionalismo civil britânico já havia abandonado Jaffa a 15 de abril.

Ministério da Defesa sírio armas para defender a cidade; o pedido foi recusado, sendo-lhes oficialmente aconselhado abandonar a cidade, "que de qualquer modo seria em breve libertada pelos exércitos invasores árabes". Também de Jerusalém emigravam árabes, passando para a Transjordânia numa média de 600 por dia.

No dia 28 os sionistas obtiveram outra espécie de êxito, esse nos Estados Unidos e no terreno diplomático, graças a uma intervenção do presidente Truman. Quer porque o presidente americano quisesse demonstrar seu desacordo com as manobras do State Department[78], quer (como acham alguns) porque fosse ano de eleições (diz Kirk: "O abandono pelo governo, em março, do plano de partilha da Assembleia Geral teve um efeito desfavorável sobre as perspectivas do Partido Democrata no Estado de New York."), o fato é que nessa data Truman exonerou Loy W. Henderson (que vinha sendo objeto de frequentes criticas sionistas) das funções de assistente especial do secretário de Estado para questões relativas à Palestina, nomeando em seu lugar o major-general J. H. Hilldring. Este, como delegado-substituto junto à Assembleia Geral revelara-se, meses antes, ardoroso partidário do estabelecimento de um Estado Judeu. Com essa nomeação podia-se presumir que o governo americano não depositava mais esperanças em suas tentativas de adiar ou anular a partilha.

No mesmo dia foi negociado um acordo para cessação de fogo na Cidade Velha de Jerusalém. Embora sendo apenas breve pausa para a tão sacrificada população judaica local, não deixava, contudo, de representar momentâneo alivio do ponto de vista do abastecimento alimentar (o último comboio de víveres cuja entrada fora permitida pelos ingleses ali chegara já há uma quinzena, mas com todos os sacos de mantimentos perfurados por baionetas de soldados britânicos, que também passaram detetores de minas até sobre os pães).

No dia seguinte o Dr. Pablo de Azcárate, chefe do pequeno grupo precursor da Comissão para a Palestina, anunciou, com convicção, não só que a partilha da Palestina era um fato consumado (embora os ingleses

[78] Não era só o Departamento de Estado que se procurava opor à criação de um Estado Judeu. Também o secretário da Defesa, James Forrestal, era radicalmente contra (a pretexto de assim assegurar o suprimento de petróleo aos Estados Unidos) – e tanto e tão violentamente insistia nisso que chegou a enfurecer Truman.

ainda parecessem duvidar disso), como também – e isso constituía para muitos uma previsão assaz arriscada – que os judeus eram capazes de defender o que consideravam como sendo deles.

Na madrugada de 30 lançou a Haganah um ataque (o segundo, pois o primeiro fracassara) a Katamon, elegante e rico subúrbio residencial árabe-europeu a sudoeste de Jerusalém (ali residiam, antes de irromperem as hostilidades, altos funcionários britânicos e árabes), ocupado pelos árabes que o transformaram em posição fortificada de onde atiravam sobre os bairros judeus próximos. (Suspeitava-se que os árabes pretendiam utilizar Katamon como base para dali lançar um ataque de grande envergadura visando a conquista de toda a cidade de Jerusalém.) A principal posição árabe em Katamon (e onde a resistência se revelaria mais forte) era o mosteiro greco-ortodoxo de São Simeão, estrategicamente situado numa elevação que dominava todas as áreas adjacentes, e ocupado por soldados iraquianos (presumivelmente também alguns alemães), que ali instalaram seu quartel –general[79]. A luta foi árdua, prolongando-se por mais de 24 horas. Finalmente foram os árabes forçados à retirada, deixando uns 80 mortos (as baixas judaicas foram de 10 mortos e 60 feridos). Assegurando seu domínio em Katamon, a Haganah livrou a Cidade Nova de Jerusalém da grave ameaça que pesava sobre ela; não pôde, porém. ampliar sua vantagem (com a queda de Katamon começava a ser quebrada a resistência árabe em toda a parte sul de Jerusalém) porque os ingleses impuseram, dois dias depois de iniciada a operação, uma ordem de cessação de fogo, advertindo que, caso fosse a mesma violada, tropas britânicas entrariam em ação.

Ainda a 30 temos a manifestação da Comissão Consular de Trégua, enviando telegraficamente à ONU um relatório sobre a situação da Palestina. Nesse relatório destacamos:

> A situação geral da Palestina está-se deteriorando rapidamente. Repartições governamentais são fechadas. As atividades normais do país aproximam-se da paralisação. A Agência Judaica age como um organismo organizador geral nas áreas judaicas, tentando substituir as atividades governamentais suspensas. As áreas árabes dependem de autoridades municipais sem autoridade central. As facilidades telegráficas cessaram em quase toda parte, bem como as telefônicas.

[79] O comandante iraquiano, Ibrahim Abu Dayyeh, fugiu logo ao início da batalha, o que todavia não arrefeceu a resistência dos seus homens.

> A intensidade da luta aumenta gradativamente. Acampamentos militares e outras áreas importantes evacuadas pelas forças britânicas transformam-se imediatamente em campos de batalha[80]. Operações mais importante e de maior envergadura do que em Haifa são esperadas para breve. Boatos tendem a aumentar a tensão nervosa no país.

A Comissão Consular não exagerava ao afirmar que as atividades normais do país se aproximavam da paralisação. Eis como Jon Kimche descreveu a debandada dos britânicos: “Eles fechavam um departamento após outro. Eles deixaram de coletar impostos, de registrar veículos, de manter controle sanitário; arquivos eram dispersos e destruídos, e toda a maquinaria do governo fechada de forma tal que nem o mais feroz anarquista poderia em seus mais apaixonados sonhos ter imaginado”. E daí, concluía aquele jornalista: “Aqui estava o passo decisivo que obrigou os judeus a criar seu próprio Estado.”

A extrema gravidade da situação refletiu-se na medida tomada pelos dirigentes judeus a 2 de maio: mobilização geral de todos os homens até a idade de 40 anos[81]; para as mulheres o serviço militar integral era ainda voluntário, o que não impedia, por exemplo, que na Palmach (as tropas de choque, tipo “comandos”, da Haganah), então com um efetivo total de aproximadamente 5.000, mais de 20% (ou seja cerca de 1.200) fossem moças.

No dia 3 de maio nova manobra britânica na ONU contra a decisão de partilha. O secretário das Colônias, Creech Jones, falando perante o Comitê Político, manifestou sérias dúvidas quanto à possibilidade de se estabelecer na Palestina qualquer administração temporária das Nações Unidas devido ao escasso tempo que ainda restava; além do que, disse ele, árabes e judeus faziam objeções a tal solução, “que ambos consideram como tutela”. Em vez disso propôs fosse instituída na Palestina uma autoridade de emergência, incumbida de controlar os serviços essenciais e

[80] O governo de Londres ordenara que as fortalezas policiais estrategicamente situadas e outras propriedades governamentais fossem entregues, com prioridade, aos árabes.

[81] Até então, não obstante os insistentes pedidos do comando da Haganah, os líderes da Agência Judaica e do Vaad Leumi haviam relutado em autorizar a convocação de homens casados com mais de 25 anos. (As organizações dissidentes – Irgun e Grupo Stern – organizaram suas próprias campanhas de mobilização, é claro que em escala muitíssimo mais reduzida.)

da custódia dos bens governamentais, cujo núcleo seria a Comissão de Trégua das Nações Unidas, acrescida de uma ou duas pessoas familiarizadas com os problemas do país e que inspirassem respeito à população. (Comentário de García-Granados: "O objetivo dessa sugestão, não tive dúvidas, era que esses cavalheiros persuadissem os judeus a não estabelecer seu Estado no dia 15.").

Logo no dia seguinte o embaixador cubano Guillermo Belt (partidário fervoroso da causa árabe) propôs a criação de um subcomitê que ficaria incumbido de preparar uma administração de emergência para a Palestina de acordo com as sugestões de Creech Jones. Sua proposta foi logo aprovada (o que leva a crer que Belt não agiu por contra própria), sendo designados para esse novo órgão os seguintes países: Argentina, Bélgica, Canadá, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Noruega, Polônia e União Soviética. Para relator foi escolhido Finn Moe, da Noruega, a quem se solicitou elaborar um plano especificando as providências cabíveis para a instalação de um tal regime provisório.

Na Palestina, porém, os líderes judeus prosseguiam, sem esmorecimento, nos seus preparativos para o estabelecimento do Estado. Nesse mesmo dia 4 – em que a ONU ainda procurava tatear no verdadeiro beco sem saída para onde a conduzira a política anglo-americana – realizava-se, à noite, em Tel Aviv, a primeira sessão do Conselho Nacional Provisório, constituído de 37 membros escolhidos com base na força relativa dos vários partidos políticos (com exceção dos terroristas)[82]. O discurso de abertura foi proferido por Ben-Gurion, na presidência dos trabalhos, que declarou: "Exerceremos os poderes de um Estado, quer sejamos ou não autorizados a fazê-lo".

Enquanto isso, em Jerusalém (onde a população judaica vivia sobressaltada – quem saísse à rua arriscava-se a levar um tiro de um árabe de tocaia), realizavam-se conversações para um cessar-fogo em toda a cidade. Mas nada resultava das mesmas, pois as condições árabes e judaicas eram inteiramente opostas: as judaicas (conforme divulgadas em entrevista coletiva por Walter Eytan, porta-voz da Agência Judaica em Jerusalém) incluíam a abertura da estrada Tel Aviv-Jerusalém e livre acesso à Cidade

[82] Comentário de Harry Levin: "O glorioso privilégio desses homens, de serem os padrinhos do Estado renascido, após 2 000 anos!"

Velha, ao passo que os termos árabes eram a estrada Tel Aviv-Jerusalém mantida fechada e abastecimento de víveres e água para os judeus de Jerusalém a cargo dos árabes (seria piada?).

Os britânicos, contudo, ainda mantinham em Jerusalém forças armadas consideráveis, conseguindo assim impor aí, a 8 de maio, quase de surpresa, uma precária cessação de fogo, mantida, sob a ameaça constante de sua artilharia pesada, até o dia 14. Foi isso feito à revelia da Comissão de Trégua da ONU[83], como se o governo quisesse, diz Harry Levin, "mostrar ao mundo ser capaz de conseguir o que a Comissão de Trégua da ONU não conseguia". A Haganah, porém, advertiu numa Ordem do Dia que se tratava apenas de "um instrumento temporário para um curto período de tempo", e a Agência Judaica informou que não acataria a cessação de fogo se esta se revelasse como manobra para possibilitar aos árabes consolidar suas forças. Ao mesmo tempo, em Amã, o rei Abdullah dizia a jornalistas: "Eu não aceitei a cessação de fogo. A 15 de maio invadirei a Palestina".

Ainda a 8 de maio – Shertok voou para Washington a fim de avistar-se com o general George Marshall, secretário de Estado. A conferência durou hora e meia, achando-se presente à mesma o subsecretário de Estado, Robert A. Lovett. Tanto o secretário quanto o subsecretário descreveram a situação da Palestina como desastrosa e capaz de se transformar em ameaça à paz mundial. E acrescentou Lovett: se os judeus persistissem no rumo que haviam traçado, então não procurassem ajuda dos Estados Unidos em caso de invasão. Respondeu Shertok que não se cogitava absolutamente de solicitar ajuda ao governo americano – desejava-se apenas que este se abstivesse de interferir com relação ao cumprimento da resolução de 29 de novembro. Ao final da entrevista disse Marshall: "Não me cabe dar-lhe conselhos. Mas como militar quero dizer-lhe: não confie em seus conselheiros militares. Eles alcançaram apenas alguns êxitos. O que acontecerá se houver uma invasão prolongada? Ela os enfraquecerá. Eu tive experiência disso na China[84]. Inicialmente houve vitórias fáceis. Agora já estão lutando há dois anos e perderam a Manchúria. Entretanto, se acontecer que o senhor tenha razão, se conseguirem estabelecer o Estado Judeu, ficarei contente. Mas sua responsabilidade é muito séria".

[83] As autoridades judaicas também não haviam sido consultadas.

[84] Durante o ano de 1946 o general Marshall fora embaixador dos Estados Unidos na China, então em plena guerra civil.

A ameaça de invadir a Palestina foi repetida por Abdullah no dia seguinte[85], acompanhada pela decretação da mobilização geral na Transjordânia.

Na Palestina judaica, a 9 de maio, o evento do dia foi a inauguração, em Jerusalém, do serviço postal judaico (o primeiro serviço judeu de correios de toda a História). Os selos, provisórios, eram selos do Fundo Nacional Judaico, em que se achava representado um mapa da Palestina partilhada sobre o qual fora impressa a palavra *Doar* (que significa "correio" em hebraico)[86]. "Um grande incentivo moral" no dizer de Harry Levin. Achava-se em funcionamento, de modo um tanto precário, um serviço telegráfico, mantido pelo serviço de transmissões da Haganah. Enquanto isso, em Tel Aviv, era lançado pelo Conselho Nacional um empréstimo abrangendo todo o país e no montante de 5.000.000 de libras. (Esse empréstimo foi qualificado por Ben-Gurion como "o primeiro ato nacional no limiar de nossa independência".).

Chegamos assim ao dia 10 de maio. O rei Abdullah, não obstante suas frequentes e violentas manifestações de belicosidade, era ainda o mais moderado e tratável entre os dirigentes árabes. Decidiu consequentemente o Executivo da Agência Judaica empreender, nestes derradeiros dias que precediam o melancólico crepúsculo do mandato, um esforço de última hora para chegar a um acordo com Abdullah, na base da anexação da Palestina árabe à Transjordânia e sem entrar esta em guerra com os judeus. Assim, nessa data, Golda Meyerson (do Executivo da Agência Judaica), disfarçada de mulher árabe e acompanhada somente por Ezra Danin, conselheiro para assuntos árabes do Departamento Político da Agência Judaica, atravessou as linhas da Legião Árabe encontrando-se com Abdullah na casa do motorista particular deste, em Amã. O rei, deprimido e preocupado, com o semblante sombrio, afirmou que estava tudo acabado, que ele não podia mais agir só: "agora sou um dentre cinco"; dentro de três dias os exércitos árabes reunidos se poriam em marcha. Mas – "Por que estavam os judeus com tanta pressa de estabelecer seu Estado?" Retrucou a Sra. Meyerson: acreditava Sua Majestade que uma espera remontando a dois mil anos podia ser chamada pressa? Insistiu Abdullah – se pudessem adiar a proclamação do Estado por mais uns dois anos, e cessarem a

[85] Comentário de Harry Levin: "Com ele isso se está tornando um hábito cotidiano."
[86] As cartas para fora de Jerusalém seriam transportadas por um pequeno avião monoplano.

imigração, então talvez lhe seria possível influir sobre seus colegas mais moderados no sentido de desistirem de seus preparativos de guerra. A proposta foi rejeitada. Disse Golda Meyerson: "Se V. M. quer a guerra, haverá guerra. Quem sabe, poderemos encontrar-nos novamente após o estabelecimento de nosso Estado". No seu caminho de volta à Palestina a Sra. Meyerson e seu companheiro puderam ver, à distância, o exército invasor iraquiano (organizado e treinado por uma missão militar britânica) avançando rumo à fronteira palestinense com equipamento pesado e abundante artilharia.

Na mesma data outra grande vitória da Haganah: a conquista da velha e estratégica cidade de Safed (chave para toda a Galileia Oriental), contra forças inimigas quase dez vezes superiores e após mais de uma semana de árdua luta nos arredores. Na própria cidade o combate se travou casa por casa, e até aposento por aposento. O assalto foi apoiado por fogo de morteiros[87], inclusive da "arma secreta" da Haganah: a *davidka* (assim chamada em homenagem ao seu inventor, o engenheiro David Abramowitz) – era uma espécie de morteiro, volumoso e pesado, de fabricação caseira, utilizando um pedaço de cano de 6 polegadas; lançava, não muito longe, projéteis (relativamente grandes) contendo fragmentos metálicos. A precisão dessa arma era pequena, mas em compensação o barulho era bem grande. O efeito psicológico da tremenda barulheira foi realmente fantástico – para isso contribuindo também o concomitante desencadeamento de uma tempestade acompanhada de chuva, a primeira de que havia notícia ali no mês de maio – levando os árabes a fugir da cidade pensando tratar-se duma arma atômica[88]...

11 de maio – sessão secreta do Senado egípcio: o primeiro-ministro Mahmud Fahmi an-Nukrashi solicitou (e obteve) aprovação para a invasão da Palestina. Na ocasião o primeiro-ministro egípcio citou a opinião de peritos britânicos de que os sionistas estariam definitivamente derrotados dentro de no máximo duas semanas (isso talvez explique a voracidade e a afobação com que os países da Liga Árabe se lançariam contra o Estado

[87] Os judeus, ao contrário dos árabes, não dispunham de artilharia. (Ao se iniciar a guerra toda a artilharia israelense era constituída de apenas quatro canhões.)
[88] Numa das praças de Jerusalém ergue-se um modesto monumento em que se assenta uma exata reprodução da davidka. Também numa elevação próxima de Safed foi erguido um monumento à davidka. (As davidkas – aperfeiçoadas – estiveram em ação até outubro de 1948, sendo então relegadas à condição de ferro velho ou relíquia de museu.)

Judeu). No dia seguinte novas manifestações de belicosidade árabe. Abdullah: "Iremos para impor a paz contra os bandos de terror judaicos". E Ibn Saud, rei da Arábia Saudita: "Minhas tropas também estarão lá".

Estamos já agora no antepenúltimo dia do mandato. Não havia mais, na prática, governo central; fora ele suplantado, como diz Zeev Sharef, "por muitas e variadas autoridades irregulares". O Escritório do secretário do governo, através do seu serviço de informações, emitiu o Comunicado Oficial n° 156, do seguinte teor:

> Legalmente o Mandato termina imediatamente após a meia-noite da noite de 14-15 de maio.
>
> Consequentemente Sua Exa. o alto-comissário sairá de Jerusalém para Haifa a 14 de maio, e à meia-noite zarpará de Haifa no navio de Sua Majestade *Euryalus.*

A Haganah alcançou novo êxito, ocupando depois de curta batalha a cidade de Beisan (no limite leste da planície de Esdraelon). A cidade foi encontrada praticamente vazia – quase todos os seus moradores haviam fugido, não obstante a promessa feita pelos oficiais da Haganah de que nenhum mal seria infligido aos habitantes pacíficos da cidade.

Às 10 horas da manhã teve início, em Tel Aviv, uma reunião da Administração Nacional, que se estenderia, com breves intervalos, até a noite. Metade do tempo foi dedicado a ouvir informações a respeito das ameaças externas, da situação interna e da atitude das grandes potências. Para relatar sobre a situação militar compareceram dois altos dirigentes da Haganah: Israel Galili, chefe do Comando Nacional, e Yigael Suekenik (depois Yadin), chefe de Operações[89]. Retrataram eles a situação em cores sombrias – a principal deficiência era a escassez de armas, principalmente de longo alcance (dos aproximadamente 30.000 combatentes judeus então mobilizados apenas dois terços se achavam equipados com armas); força aérea praticamente inexistente (os pouquíssimos aviões disponíveis não eram militares e achavam-se dilapidados); quanto ao moral dos soldados judeus, fora elevado enquanto tinham pela frente árabes palestinenses, mas era ainda imprevisível o comportamento que teriam diante de blindados e

[89] Yigael Yadin, que atingiu no exército de Israel o posto de general de divisão, chegando a exercer a chefia do Estado-Maior, é atualmente professor de Arqueologia na Universidade Hebraica.

canhões. Galili, contudo, concluiu suas considerações com uma nota de ligeiro otimismo, declarando que havia alguma probabilidade de melhora dentro de uns sete e dez dias (isso porque consideráveis estoques de armas, já adquiridas, achavam-se no exterior ou a caminho, aguardando apenas oportunidade para serem introduzidas no país)[90].

Uma apreciação geral foi feita por Ben-Gurion. Presidindo ele a Administração Nacional, cabiam-lhe as decisões mais importantes e de maior responsabilidade[91]. Ouçamo-lo: "Acho difícil compreender agora qualquer outra linguagem que a linguagem da guerra. Qualquer outra linguagem soa-me como uma língua estranha que ouvi outrora e que, desde então, como se fora, caíra no olvido". E adiante: "Sinto que a sabedoria de Israel *agora* é a sabedoria de guerrear, isso e nada mais, isso e somente isso". Suas palavras conclusivas foram: "A situação é difícil e cheia de perigos. Não obstante, dados nossos valores morais, e desde que nosso potencial humano seja utilizado inteligentemente e o equipamento militar ampliado, teremos então todas as possibilidades de sucesso".

Foram também discutidos o texto da declaração de independência e a situação específica de Jerusalém. E ficou decidido, sigilosamente, que o local para a cerimônia de declaração de independência seria uma sala do Museu de Tel Aviv; a hora foi também mantida em segredo. (Temia a Administração Nacional um bombardeio aéreo caso o local e a hora da cerimônia fossem divulgados publicamente.) A última questão a ser debatida foi a do nome do Estado Judeu, ficando decidido (não havia qualquer outra proposta) que seria Estado de Israel[92]. Eram então 23 horas.

No dia 13 prosseguiram febrilmente os preparativos para o Estado. Para a organização e funcionamento dos futuros ministérios (ainda não com essa denominação – eram então conhecidos pelo nome de Departamentos) recorria-se na maioria dos casos a pessoal já especializado da Agência

[90] Logo no dia seguinte um navio com um carregamento de peças de artilharia e munição foi interceptado, já próximo do litoral, por uma embarcação de patrulha britânica, que lhe ordenou não se aproximar da costa antes da meia-noite de sexta-feira 14.

[91] Informa Zeev Sharef que para a execução de medidas e providências que lhe eram propostas aplicava então Ben-Gurion dois critérios: 1.°) "logo", com referência a tudo que se relacionasse com a guerra; 2.°) "mais tarde", quanto ao resto.

[92] O nome tradicional hebraico Eretz Yisrael (Terra de Israel) foi considerado inadequado para um Estado que pela partilha das Nações Unidas recebera apenas uma parte da Palestina; daí a adoção de Medinat Yisrael (Estado de Israel).

Judaica e do Vaad Leumi. Pela Administração Nacional foram emitidos convites com o seguinte teor:

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL

Tel Aviv, 13 de maio de 1948

Prezado Senhor.

Temos a honra de convidá-lo para assistir à

SESSÃO

de

DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

que se realizará na sexta-feira, 14 de maio de 1948, às 16 horas, no Salão do Museu (Boulevard Rothschild, 16).

Pedimos manter em segredo o conteúdo deste convite e a hora da reunião do Conselho.

Solicita-se aos convidados chegar ao local às 15:30h.

O Secretariado.

Este convite é pessoal.

Traje: festivo escuro.

Devido à reduzida capacidade do local, o número de convidados teve de ser grandemente restringido, o que causou não poucas decepções[93].

Em Haifa aportou a embarcação *Andrea,* com 360 "ilegais" a bordo. Não havia mais nenhum funcionário britânico do controle de fronteiras em serviço, e assim todos os passageiros puderam desembarcar tranquilamente, sob os cuidados e controle do Departamento de Imigração da Agência Judaica.

Na mesma data o comandante-em-chefe das forças britânicas na Palestina, general Gordon Holmes Alexander MacMillan, emitiu uma série de proclamações estabelecendo, entre outras providências relacionadas com a retirada britânica (em sua maioria providências de caráter policial-militar),

[93] Comenta Zeev Sharef, a quem coube a redação do convite: "Era triste, mesmo, testemunhar a angústia de muitos sionistas veteranos e dedicados homens públicos que tinham todo o direito de esperar um convite ."

uma área de ocupação militar. Essas proclamações vinham com o seguinte preâmbulo:

> A retirada das forças britânicas da Palestina começará ao término do Mandato. Essas forças serão retiradas com a maior presteza possível. A área de ocupação será reduzida gradativamente à medida que se for processando a evacuação.

Às 3:30h da tarde quatro representantes da cidade da Jaffa (a maior cidade predominantemente árabe da Palestina), constituindo o Comitê de Emergência de Jaffa (o prefeito da cidade saíra "em viagem" uma semana atrás, não mais voltando), assinaram com a Haganah um acordo de capitulação. Por esse documento (redigido e assinado em inglês) os signatários árabes – um grande proprietário de plantações de frutas cítricas, um líder da comunidade greco-ortodoxa, o lugar-tenente do comandante iraquiano e um conselheiro municipal – comprometiam-se a "cumprir todas as instruções dadas e a serem dadas pelo Comandante da Haganah, Distrito de Tel Aviv, e/ou por qualquer oficial por ele designado". Dos 70.000 habitantes árabes da cidade permaneceram apenas 4 000 (a maioria fugira, com auxílio britânico, usando a rota marítima), e esses, na tarde da rendição, se trancaram todos em suas casas. Foi, pois, numa cidade de ruas desertas que a Haganah estabeleceu um governo militar (o governador militar foi designado por Ben-Gurion). No porto foi encontrado, intacto um carregamento de elegantes móveis para escritório, encomenda do governo da Transjordânia. "Chegou bem na hora", diz Sharef, pois as repartições judaicas em organização se ressentiam grandemente da falta de mobiliário.

Se os poucos árabes que restavam em Jaffa se achavam acabrunhados, já os da Cidade Velha de Jerusalém e arredores estavam eufóricos, pois nesse dia deu-se a queda – inevitável, nas circunstâncias – das quatro pequenas colônias coletivas judaicas que formavam o bloco ou grupo solitário de Kfar Etzion[94]. Esse bloco, localizado 14 milhas ao sul de Jerusalém, em região montanhosa densamente povoada por árabes, achava-se isolado do resto da Palestina Judaica desde o mês de dezembro. Caiu diante da esmagadora superioridade da Legião Árabe (que, sem cerimônia, nem esperou pelo término do mandato)[95]. De toda a população de Kfar

[94] Essas quatro colônias eram: Kfar Etzion, Massuot-Itzhak, Ein-Zurim e Revadim.

[95] A Legião Árabe – convém lembrar – era a mais poderosa formação militar árabe, mantida e constantemente melhorada sob inspiração e com apoio britânico. Os ingleses, porém,

Etzion só conseguiram escapar com vida três homens e uma menina (15 homens que se renderam foram, logo após terem entregue suas armas, metralhados por um árabe palestinense – estavam eles em fila, a pedido de um oficial da Legião que queria fotografá-los; a menina sobreviveu por ter sido salva das mãos de um bando de camponeses árabes por outro oficial da Legião). À noite a artilharia da Legião Árabe já bombardeava os subúrbios de Jerusalém.

Às 6 da tarde teve início em Tel Aviv a última reunião da Administração Nacional. Fora tal reunião convocada principalmente para considerar o texto da declaração de independência. redigido e apresentado por Moshe Shertok. Era um texto bastante longo, incluindo 12 considerandos. A lougura do texto foi objeto de críticas, chegando o rabino Fishman a lembrar uma frase do Talmud: "Muitas provas são trazidas a assuntos que não foram tornados suficientemente claros". Decidiu-se afinal, por sugestão de um dos presentes, entregar o texto para que fosse feita a revisão do mesmo, a um pequeno subcomitê, constituído por Ben-Gurion, Shertok, rabino Fishman e Aharon Zisling. Ficou também resolvido que a iniciativa de organização de desfiles, desfraldar de bandeiras e outras manifestações festivas seria deixada à discrição das autoridades locais, bem como que o corpo consular em Tel Aviv seria convidado para a cerimônia do dia seguinte; e o rabino Fishman pediu e obteve consentimento para proferir uma benção[96] ao fim da cerimônia, para a qual faltavam apenas 20 horas.

À noite o rádio transmitiu uma mensagem de despedida do alto-comissário. Começava assim:

> Amanhã, à meia-noite, será virada a página final na história do mandato britânico na Palestina. No dia seguinte abre-se um novo capítulo e a história da Palestina prossegue.
>
> Não é meu desejo, neste período da saída britânica, virar as páginas para trás e olhar o passado. Seria fácil ao fazê-lo dizer às vezes "aqui acertamos", e sem dúvida outras vezes dizer "aqui erramos". Nesta

recusaram-se a intervir, declarando não estar mais a Legião Árabe sob seu comando (o que aliás não impedia que do ataque a Kfar Etzion houvessem participado, no principio do mês, tanques britânicos).

[96] Trata-se da bênção conhecida como Sheheheyanu (tradução literal: Aquele que nos manteve vivos), uma benção especial de gratidão, proferida em ocasiões de júbilo.

> complexa questão do governo da Palestina o caminho em frente nem sempre esteve claro, e o futuro muitas vezes ficou turvo. Quanto a isso ficaremos mais que satisfeitos em aceitar o julgamento da História.

E concluía da seguinte forma:

> Nós que nos vamos temos experimentado nesses últimos anos uma grande tristeza; uma tristeza do muito que poderia ter sido realizado e que não foi possível fazer. A amizade e a boa vontade foram frustradas pelos acontecimentos.
>
> Em nossas lembranças, porém, viverão muitas recordações felizes da Palestina, e em nossos corações permanecerá o desejo constante de que a cooperação, a boa vontade e a amizade possam ser restabelecidas entre nós, para nosso benefício mútuo no futuro.
>
> Adeus[97].

Cruzemos novamente o Atlântico, detendo-nos nos Estados Unidos. Ao meio-dia dessa quinta-feira 13 de maio, recebeu o Dr. Weizmann, acamado e febril (devido a uma afecção respiratória), uma mensagem urgente de Washington para que submetesse imediatamente um pedido de reconhecimento do Estado. Algumas horas foram então dedicadas por seus conselheiros e assessores à elaboração de uma carta, estudando-se cuidadosamente cada linha antes da mesma ser-lhe apresentada para assinatura. A carta (endereçada a Truman) recebeu de Weizmann, quando por ele lida, total aprovação. Estava assim redigida:

> Caro senhor presidente.
>
> Os infelizes eventos destes meses não obscurecerão, espero, as contribuições muito grandes que vós, senhor presidente, fizestes para uma solução definitiva e justa das longas e aflitivas questões palestinenses. A liderança que o governo americano assumiu sob vossa inspiração tornou possível o estabelecimento de um Estado Judeu, que, estou convencido, contribuirá acentuadamente para a solução dos problemas judaicos mundiais, e que, estou igualmente convencido, é uma preliminar necessária ao desenvolvimento de uma paz duradoura entre os povos do Oriente Próximo.

[97] Comentário de Harry Levin: "Foi uma despedida triste."

Tanto quanto permitiam as condições práticas da Palestina, a população judaica dali tem procedido segundo as linhas traçadas pela Resolução das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947. Amanhã, à meia-noite, 15 de maio, terminará o mandato britânico, e o governo provisório do Estado Judeu, encarnando os melhores esforços do povo judeu e oriundo da Resolução das Nações Unidas, assumirá integral responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem dentro das fronteiras do Estado Judeu, pela defesa da área contra agressão externa, e pelo cumprimento das obrigações do Estado Judeu para com as outras nações do mundo de acordo com o Direito Internacional.

Considerando todas as dificuldades, as possibilidades para um ajuste equitativo das relações árabe-judaicas não são desfavoráveis. O que é necessário agora é que seja posto um fim à procura de soluções novas que invariavelmente têm mais retardado do que estimulado uma solução final.

É por essas razões que sinceramente espero que os Estados Unidos, que sob vossa liderança tanto fizeram para encontrar uma solução justa, reconhecerão prontamente o governo provisório do novo Estado Judeu. O mundo, acredito, considerará como especialmente apropriado que a maior das democracias vivas seja a primeira a apresentar à mais nova as boas-vindas à família das nações.

Respeitosamente,

Chaim Weizmann

Tendo aposto sua assinatura, sentiu-se Weizmann como que impregnado de uma sensação de alívio. Tinha consciência de ter dado o último passo que lhe era possível dar nos Estados Unidos pelo Estado que iria nascer no dia seguinte. E, diz Sharef, "não tinha forças para fazer mais"[98]. Seu secretário particular, Dr. Josef Cohn, pegou o noturno para Washington a fim de entregar a carta pessoalmente na Casa Branca de manhã cedo no dia seguinte, sexta-feira.

Mas enquanto isso, nas Nações Unidas, um dos delegados americanos, o Dr. Philip Jessup – que já sugerira, em conversações mantidas com as delegações árabes e sionistas, o adiamento por dez dias do

[98] Antes disso, por mais de uma vez, enviara mensagens pessoais a membros do Executivo da Agência Judaica na Palestina instando-os a proclamar o Estado, custasse o que custasse.

término do mandato, e vira essa sugestão recusada por ambos (e pelos britânicos também) – tentava mais uma manobra dilatória, apresentando um projeto de resolução propondo a designação de um comissário (como isso lembrava o mandato!) para empreender negociações entre árabes e judeus, proteger os Lugares Santos e promover um acordo para o futuro governo da Palestina. Essa proposta foi apresentada no subcomitê ao qual nos referimos páginas atrás. Após várias horas de debate o titulo de Comissário foi substituído pelo de Mediador, ficando este autorizado não mais a tratar de qualquer "futuro governo da Palestina" mas sim a "promover um ajuste pacifico" da situação. A delegação americana, porém, não se conformou, anunciando que no dia seguinte, no comitê pleno, reabriria a questão.

Sexta-feira, 14 de maio de 1948. A Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de rejeitar uma proposta de administração provisória para Jerusalém[99], discutia a designação de um Mediador para a Palestina[100], com instruções que, significativamente, não o obrigavam a ater-se à resolução da partilha. Antes, contudo, de vermos como terminaria a sessão desse dia retornemos à Palestina, neste último dia do mandato que, no dizer de Churchill, "estava terminando na desonra".

Em Jerusalém, às 6:30h da manhã, a bandeira britânica era retirada do mastro no alto do King David Hotel (numa de cujas alas, como vimos, funcionaram a chefia do Secretariado do governo e o quartel-general das forças do exército britânico). Às 8 o general Sir Alan Gordon Cunningham, sétimo e último alto-comissário para a Palestina, de uniforme e com todas as suas insígnias e fitas de condecoração, saiu de sua residência oficial, a Government House (no monte Sion), passou em revista uma guarda de honra formada por 50 soldados, entrou em seu carro à prova de balas e rumou para Kallandia, um aeródromo ao norte de Jerusalém. Tinha um aspecto cansado; nenhum árabe ou judeu viera despedir-se dele. O

[99] Harold Evans, um quacre, foi todavia convidado a assumir em nome das Nações Unidas a presidência do Conselho Municipal de Jerusalém; embora aceitando, não demonstrou a menor pressa, nem chegando a assumir o posto.

[100] Para esse cargo seria escolhido, alguns dias depois, o conde Folke Bernadotte, presidente da Cruz Vermelha Sueca (diz-se que foi escolhido em parte por quase nada conhecer a respeito da Palestina). Morreria assassinado em 17 de setembro daquele mesmo ano numa rua de Jerusalém. O crime não chegou a ficar esclarecido, recaindo as suspeitas sobre elementos vinculados ao Grupo Stern (que, aliás, sairia completamente de atividade logo após esse crime).

comentário de Harry Levin, que assistia à cena de binóculo, parece-nos bem apropriado:

> Assim termina a aventura que começara corajosamente trinta anos atrás. Eles então vieram com humildade, Allenby a pé, mas também com orgulho. Acompanhavam-nos a gratidão e as orações de milhões de corações judaicos. Agora saem desordenadamente, na escuridão e no caos, quase despercebidos. Tanto mais trágico porque a tragédia nunca foi inevitável, desde que a Grã-Bretanha permanecesse fiel ao seu encargo e às suas próprias tradições e sabedoria. Aqueles que conhecem a verdadeira Inglaterra, que vibraram com a turbulenta história da liberdade inglesa desde os dias do seu crescimento rude e obstinado, para eles, também, a crônica do que aqui fizeram e a maneira de sua saída é uma coisa triste.

Em Kallandia o alto-comissário embarcou num Dakota da RAF que o levaria a Haifa. No momento da decolagem do avião foi a bandeira britânica arriada do mastro da Government House e em seu lugar hasteada uma bandeira... da Cruz Vermelha!

Ao mesmo tempo que saía o alto-comissário, eram retiradas de Jerusalém as últimas tropas britânicas que ali permaneciam, bem como mais de 6.000 funcionários civis britânicos. Dez minutos depois a Haganah já se encontrava nos escritórios e postos de controle abandonados pelos ingleses. E dentro de poucas horas, dominada a resistência árabe em vários pontos, já tinha a Haganah sob controle toda a Cidade Nova[101].

Outros pontos iam também sendo rapidamente evacuados pelos britânicos. Pôde assim a Haganah, imediatamente após a saída dos antigos ocupantes, instalar-se na grande fortaleza policial de Beit Dagon, que dominava um importante entroncamento da rodovia Tel Aviv-Jerusalém. Todavia outra fortaleza policial. Iraq Suedan, mais ao sul (no entroncamento de uma estrada levando ao Neguev), foi entregue pelos britânicos aos árabes de mão beijada (só conseguiria a Haganah desalojá-los dali, à custa de grandes sacrifícios – a fortaleza receberia por isso o apelido de Monstro da Colina – em meados de julho).

O alto-comissário chegou em Haifa às 9 horas. Esperavam-no o prefeito judeu da cidade, Shabatai Levy, e poucas outras pessoas. Dez

[101] Também participaram dessas operações unidades do Irgun e do Grupo Stern.

minutos depois tomou um carro com o qual, em comboio militar, atravessou a cidade – quieta, população inteiramente desinteressada – dirigindo-se ao porto, onde foi recebido pelo comandante das "forças de ocupação", general MacMillan. Após a execução do *God Save the King* passou em revista outra guarda de honra e tomou, às 10:05 horas, uma lancha que o conduziu até o porta-aviões *Ocean;* ali, como hóspede do contra-almirante Troubridge, aguardaria o momento de se transferir para bordo do cruzador *Eutyalus,* que se aprestava para zarpar rumo a Malta. Ao embarcar na lancha, lançando um rápido olhar ao céu impecavelmente azul, disse Cunningham (suas últimas palavras em solo palestinense): "Bom tempo para se ir embora".

Em Tel Aviv, pouco antes do meio-dia, ficou pronto o texto revisto (reduzido de um quarto em sua extensão, inclusive eliminando-se a expressão "considerando")[102] da Declaração de Independência. Esta seria ainda submetida ao Conselho Nacional (convocado para se reunir antes da cerimônia de independência, no mesmo local), que aliás introduziria apenas alterações mínimas.

Às primeiras horas da tarde as polícias civil e militar isolaram o trecho do Rothschild Boulevard em que se encontrava o Museu de Arte de Tel Aviv. O jornalista inglês Jon Kimche, chegando naquela cidade vindo de Haifa (onde fora assistir à passagem do alto-comissário), descreve o aspecto da população: "As pessoas estavam todas vestidas com suas melhores roupas domingueiras – ou melhor, sabáticas. Seus rostos estavam iluminados e brilhantes. Estavam quietos, muito quietos, como se estivessem rezando em silêncio e agradecendo a Deus por sua misericórdia em permitir que vivessem para ver este dia".

A sala do Museu achava-se repleta, com a presença inclusive de numerosos cinegrafistas e fotógrafos da imprensa. Os quadros habitualmente expostos naquele recinto haviam sido substituídos por obras de artistas judeus (Marc Chagall, Samuel Hirszenberg, Maurice Minkowski e outros). Um grande retrato de Herzl achava-se pendurado contra um fundo de tecido azul e branco, ladeado de ambos os lados por bandeiras azul-e-brancas com a estrela de Davi. Sob o retrato de Herzl, sentados à mesa, onze membros da Administração Nacional (dois achavam-se ausentes). Membros do Conselho Nacional (dez ausentes) sentados uns

[102] As modificações foram devidas principalmente a Ben-Gurion.

diante dos outros e formando um T com a mesa da Administração Nacional. Dispostos em semicírculo membros do Conselho Geral Sionista, prefeitos, líderes partidários, rabinos, escritores, artistas, diretores de jornais, oficiais da Haganah, representantes dos fundos nacionais e organizações econômicas, conselheiros municipais e outros convidados[103].

Às 16 horas em ponto – comenta o jornalista americano I. F. Stone que essa foi talvez a única reunião em toda a história do sionismo que começou na hora certa – Ben-Gurion (de terno azul e gravata, parte da indumentária que ele habitualmente desprezava) abriu a sessão. Ergueram-se todos e espontaneamente começaram a cantar a Hatikva. Disse então Ben-Gurion: "Vou ler-lhes agora o Pergaminho do Estabelecimento do Estado."[104]. Quando a meio caminho da leitura Ben-Gurion com voz vibrante proferiu as palavras "Nós por este meio proclamamos o estabelecimento do Estado Judeu na Palestina, que se chamará Medinat Yisrael" todo o auditório novamente se pôs de pé e prorrompeu em prolongados aplausos. Ben-Gurion prosseguiu com a leitura. Finda esta, disse: "Levantemo-nos para aceitar o Pergaminho do Estabelecimento do Estado Judeu". Todos se levantaram permanecendo de pé alguns momentos. Novamente sentados, Ben-Gurion convidou o rabino Fishman a proferir a bênção. O velho rabino fê-lo com voz trêmula, embargada pela emoção: "Louvado seja Aquele que nos conservou e trouxe até este dia..."; responderam todos os presentes com um fervoroso "Amém".

Leu depois Ben-Gurion uma Proclamação do Conselho Provisório do Estado revogando o White Paper de 1939 bem como as restrições relativas à imigração e à compra de terras[105]. A Proclamação foi aprovada por aclamação.

Procedeu-se a seguir à assinatura da Declaração, começando por Ben-Gurion, os demais pela ordem alfabética hebraica. O último a apor sua assinatura foi Moshe Shertok, recém-chegado de New York. A Orquestra Filarmônica (localizada mais acima) executou a Hatikva. Acabado de soar o

[103] Entre os presentes achava-se o Dr. Isidor Schalit, veterano sionista, que fora secretário de Herzl e que hasteara em 1897, na Basiléia, a primeira bandeira azul e branca. Radicado na Palestina desde 1938, veio a falecer em Tel Aviv em 1954.

[104] O texto integral da Declaração da Independência encontra-se em apêndice, ao fim do volume.

[105] O restante da legislação britânica continuava, pelo menos provisoriamente, em vigor.

último acorde do hino, declarou Ben-Gurion: "O Estado de Israel está estabelecido! Está encerrada a sessão!" Durara toda a cerimônia pouco mais de meia hora.

Do lado de fora uma multidão entusiástica rompera os cordões de isolamento aplaudindo as figuras conhecidas que iam saindo do Museu. Ben-Gurion, parando um instante ao lado de Jon Kimche, disse-lhe: "Você está vendo, nós o fizemos."[106]. As ruas de Tel Aviv estavam apinhadas de gente que acompanhara atentamente o desenrolar da cerimônia através de alto-falantes. Todos os jornais se associaram para lançar uma edição conjunta intitulada "Dia do Estado", e os exemplares eram quase que arrancados das mãos dos jornaleiros. Saía também o primeiro número da *Gazeta Oficial* do governo provisório, contendo os textos da Declaração do Estabelecimento do Estado e da Proclamação. Das janelas abertas ouviam-se os rádios, sintonizados na Voz de Israel, tocando músicas populares. Um ambiente de festa e alegria dominava a cidade, muitos dançando na rua. Mas nos muros cartazes da Haganah lembravam – permitam-nos o aparente pleonasmo – uma realidade mais realista:

> O inimigo ameaça invadir-nos. Não devemos ignorar o perigo. Ele pode estar próximo. As forças de segurança estão tomando todas as medidas necessárias. A população inteira deve prestar sua máxima ajuda.
>
> 1. Devem ser escavados abrigos em todas as áreas residenciais e as ordens dos funcionários das Precauções Antiaéreas devem ser obedecidas.
>
> 2. Devem ser evitadas aglomerações em áreas abertas e vias públicas.
>
> 3. Todo o auxilio deve ser prestado aos comandantes das forças de segurança para a ereção de barreiras, fortificações, etc.
>
> Nada de pânico. Nenhuma complacência.
>
> Estejam alerta e disciplinados.
>
> A Haganah

[106] A Zeev Sharef diria Ben-Gurion pouco depois: "Não sinto alegria em mim; apenas uma profunda ansiedade, como no 29 de novembro."

Voltemos, pela derradeira vez, aos Estados Unidos. Em Washington, apenas 15 minutos após a expiração do Mandato[107], a assessoria do presidente Truman comunicava à imprensa o imediato reconhecimento de Israel pelos Estados Unidos. A notícia – realmente sensacional, consideradas as circunstâncias (acreditamos não existir qualquer outro caso de reconhecimento tão rápido) – foi trazida à Assembleia Geral das Nações Unidas (então votando a designação de um Mediador) por um repórter, ali estourando como uma bomba. Ninguém mais prestava atenção ao que se dizia na tribuna; discussões agitadas por toda parte, delegados abandonando seus lugares para procurar confirmação. A delegação americana completamente estupefata. Alberto Gonzalez Fernandez, da Colômbia, pede a palavra: "Gostaria de ser informado pela delegação dos Estados Unidos quanto à veracidade da informação divulgada na sala da imprensa concernente ao reconhecimento do Estado de Israel pelos Estados Unidos". Um dos delegados americanos, Francis B. Sayre, desarvorado, responde: "Lamento não termos qualquer informação oficial". Mas, instantes depois, o Dr. Jessup lia, sem comentários, a seguinte declaração do presidente Truman: "Este governo foi informado de que foi proclamado um Estado Judeu na Palestina, sendo o reconhecimento solicitado pelo seu governo provisório[108]. O governo dos Estados Unidos reconheceu o governo provisório como a autoridade *de facto* do novo Estado de Israel"[109]. Alguns minutos mais tarde, quase ao se encerrar a sessão, García-Granados anunciou oficialmente o reconhecimento de Israel pelo governo da Guatemala[110]. À noite, retornando de carro ao seu hotel, García-Granados viu, no alto de muitos edifícios de New York, "a bandeira azul e branca de Israel, com sua estrela de Davi, ondulando orgulhosamente".

[107] Em Washington e New York eram então 6 horas da tarde.

[108] O reconhecimento fora solicitado, em nome do governo do novo Estado e através de carta dirigida ao secretário de Estado, por Eliahu Epstein (depois Elath), agente da Agência Judaica em Washington, a conselho de um dos assessores de Truman. É bem provável, contudo, que o pedido feito antes por Weizmann tenha influído sobre a decisão do presidente americano.

[109] O reconhecimento *de jure* do governo de Israel seria concedido pelos Estados Unidos em janeiro de 1949, poucos dias após a realização de eleições em Israel.

[110] Após os Estados Unidos e Guatemala, seguiram-se, ainda no mês de maio, os reconhecimentos pelos seguintes países: URSS (dia 17); Polônia, Uruguai e Nicarágua (dia 18); Tchecoslováquia e Iugoslávia (19); e África do Sul (24).

Por volta de meia-noite, em ISRAEL. Uma flotilha da Marinha de Guerra Britânica – da qual fazem parte o *Ocean* e o *Euryalus* – começa às 23:30h a sair da baía de Haifa. Precisamente à meia-noite (pontualidade britânica até o fim) deixam as águas territoriais palestinenses. Estava terminado o Mandato sobre a Palestina. Os exércitos regulares de cinco nações árabes ultimam seus preparativos para a invasão[111]. Mas o que viria depois – a começar pela repulsão dos invasores (contrariando, aliás, a grande maioria das previsões, inclusive do marechal Montgomery, que declarou de público que os árabes lançariam os judeus no Mediterrâneo) e a consolidação do Estado –, isso já é outra história...

[111] Essas cinco nações eram: Iraque, Egito, Síria, Líbano e Transjordânia (depois Jordânia). A Arábia Saudita forneceria uma única companhia de soldados, enquanto que o Iêmen contribuiria apenas com declarações à imprensa.

APÊNDICE I

O MANDATO PARA A PALESTINA

O CONSELHO da Liga das Nações:

Considerando que as Principais Potências Aliadas, com o propósito de dar cumprimento às disposições do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, estão de acordo em confiar a um Mandatário escolhido pelas ditas Potências a administração do território da Palestina, que anteriormente fazia parte do Império Otomano, dentro de fronteiras a serem fixadas pelas ditas Potências;

Considerando que as Principais Potências Aliadas concordaram também que o Mandatário seja responsável pelo cumprimento da declaração originalmente feita a 2 de novembro de 1917 pelo Governo de Sua Majestade, e adotada pelas ditas Potências. em favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e situação política dos judeus residentes em qualquer outro país;

Considerando que aquela declaração implica no reconhecimento dos laços históricos ligando o povo judeu à Palestina e das razões para a reconstituição de seu lar nacional nesse país;

Considerando que as Principais Potências Aliadas escolheram Sua Majestade Britânica como Mandatário para a Palestina;

Considerando que os termos do mandato sobre a Palestina foram formulados da maneira seguinte e submetidos à aprovação do Conselho da Liga;

Considerando que Sua Majestade Britânica aceitou o mandato para a Palestina, comprometendo-se a exercê-lo, em nome da Liga das Nações, em conformidade com as disposições abaixo;

Considerando que, pelos termos do artigo 22 acima mencionado (parágrafo 8), está previsto que, se o grau de autoridade, de controle ou de administração a ser exercido pelo Mandatário não foi objeto de uma Convenção anterior entre os Membros da Liga, será ele expressamente definido pelo Conselho da Liga das Nações;

Confirmando o dito mandato, define seus termos conforme se segue:

Artigo 1

O Mandatário terá plenos poderes de legislação e de administração, salvo no que possam ser limitados pelos termos deste mandato.

Artigo 2

O Mandatário será responsável por colocar o país sob condições políticas, administrativas e econômicas tais que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico, como está previsto no preâmbulo, e o desenvolvimento de instituições autônomas, bem como pela salvaguarda dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente de raça e religião.

Artigo 3

O Mandatário encorajará, na medida em que as circunstâncias o permitam, a autonomia local.

Artigo 4

Uma agência judaica apropriada será oficialmente reconhecida como um órgão público, tendo o direito de aconselhar a Administração da Palestina e cooperar com a mesma em todas as questões econômicas, sociais e outras, capazes de afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica da Palestina, e, sempre sujeita ao controle da Administração, auxiliar e participar no desenvolvimento do país.

A organização sionista será reconhecida como sendo o órgão acima mencionado, pelo tempo que sua organização e constituição forem julgadas apropriadas pelo Mandatário. Em acordo com o Governo de Sua Majestade Britânica, ela tomará todas as medidas necessárias para assegurar a

cooperação de todos os judeus dispostos a colaborar no estabelecimento do lar nacional judaico.

Artigo 5

O Mandatário será responsável pela garantia de que nenhum território da Palestina será cedido, arrendado, ou de qualquer modo posto sob controle do Governo de qualquer Potência estrangeira.

Artigo 6

A Administração da Palestina, zelando ao mesmo tempo para que os direitos e a situação das outras partes da população não sejam prejudicados, facilitará sob condições adequadas a imigração judaica e estimulará, em cooperação com a agência judaica mencionada no artigo 4, a colonização intensiva pelos judeus das terras do país, inclusive as do Estado e as terras inaproveitadas desnecessárias aos serviços públicos.

Artigo 7

A Administração da Palestina assumirá a responsabilidade de decretar uma lei de nacionalidade. Nessa lei serão incluídas cláusulas destinadas a facilitar a aquisição da cidadania palestinense pelos judeus que se estabelecerem permanentemente na Palestina.

Artigo 8

Os privilégios e imunidades dos estrangeiros, inclusive a jurisdição e proteção consulares, tais como eram anteriormente praticados no Império Otomano em virtude de Capitulações ou costume, não serão aplicáveis na Palestina.

A menos que as Potências cujos cidadãos gozavam, a 1° de agosto de 1914, dos privilégios e imunidades acima mencionados hajam previamente renunciado ao direito de restabelecê-los, ou hajam concordado com sua não aplicação durante um certo período, tais privilégios e imunidades serão, ao expirar do mandato, logo restabelecidos integralmente ou com as modificações que tenham sido admitidas pelas Potências interessadas.

Artigo 9

O Mandatário assumirá a responsabilidade de zelar para que o sistema judiciário instituído na Palestina assegure aos estrangeiros, bem como aos nativos, uma completa garantia dos seus direitos.

O respeito ao estado jurídico das várias populações e comunidades e aos seus interesses religiosos será plenamente garantido. Em particular, o controle e administração dos Waqfs [propriedades pertencentes à Igreja Muçulmana] serão exercidos de conformidade com as leis religiosas e a vontade dos fundadores.

Artigo 10

Aguardando a conclusão de convenções especiais de extradição referentes à Palestina, os tratados de extradição em vigor entre o Mandatário e outras Potências serão aplicados na Palestina.

Artigo 11

A Administração da Palestina tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses da comunidade no que se refere ao desenvolvimento do país, e, subordinado a quaisquer obrigações internacionais aceitas pelo Mandatário, terá plenos poderes para decidir quanto à propriedade e controle de todos os recursos naturais do país, ou dos trabalhos e serviços de utilidade pública já ali estabelecidos ou a estabelecer. Ela introduzirá um regime agrário adequado às necessidades do país, tendo em vista, entre outras coisas, as vantagens que haveria em estimular a colonização intensa e o cultivo intensivo da terra.

A Administração poderá entender-se com a agência judaica mencionada no artigo 4 para construir ou fazer funcionar, em condições justas e equitativas, quaisquer trabalhos e serviços de utilidade pública e para desenvolver os recursos naturais do país, desde que essas questões não sejam diretamente tratadas pela Administração. Nesses acordos se estabelecerá que nenhum lucro distribuído direta ou indiretamente por tal agência deverá ultrapassar uma proporção razoável de juros sobre o capital, e todos os lucros excedentes serão por ela utilizados em benefício do país, de uma maneira aprovada pela Administração.

Artigo 12

O controle das relações exteriores da Palestina e a entrega de *exequators* a cônsules nomeados por Potências estrangeiras serão confiados ao Mandatário. Este terá igualmente o direito de conceder proteção diplomática e consular aos cidadãos da Palestina quando fora de seus limites territoriais.

Artigo 13

Toda responsabilidade referente aos Lugares Santos e edifícios ou locais religiosos na Palestina, inclusive a de preservar os direitos existentes e de assegurar o livre acesso aos Lugares Santos, edifícios e locais religiosos e o livre exercício do culto, mantendo ao mesmo tempo a ordem e o decoro públicos, é assumida pelo Mandatário, que será responsável por todas as questões a isso referentes somente perante a Liga das Nações, ficando compreendido que nada neste artigo impedirá o Mandatário de estabelecer com a Administração as medidas que julgar necessárias a fim de cumprir as disposições do presente artigo; fica também compreendido que nada neste mandato poderá ser interpretado como autorizando o Mandatário a interferir com os imóveis ou na administração dos santuários puramente muçulmanos, cujas imunidades estão garantidas.

Artigo 14

Uma Comissão especial será nomeada pela Potência mandatária a fim de estudar, definir e determinar os direitos e reivindicações referentes aos Lugares Santos, bem como às diferentes comunidades religiosas na Palestina. O modo de nomeação dos membros da Comissão, sua composição e suas funções, serão submetidos à aprovação do Conselho da Liga, e a Comissão não será nomeada nem começará a exercer suas funções sem a aprovação do Conselho.

Artigo 15

O Mandatário garantirá a todos a mais completa liberdade de consciência e o livre exercício de todas as formas de culto compatíveis com a ordem pública e a moral. Não se fará entre os habitantes da Palestina nenhuma discriminação por motivo de raça, religião ou língua. Ninguém será excluído da Palestina unicamente por motivo de suas convicções religiosas.

O direito de cada comunidade manter suas próprias escolas para a instrução e educação de seus membros em sua própria língua, desde que em conformidade com as exigências educacionais de natureza geral que possam ser impostas pela Administração, não será negado ou restringido.

Artigo 16

O Mandatário, conforme as necessidades para a manutenção da ordem pública e boa administração, será responsável pela supervisão das instituições religiosas ou de caridade de todas crenças na Palestina. Excetuada essa supervisão, nenhuma medida poderá ser tomada na Palestina que destrua ou interfira na obra dessas instituições ou que discrimine contra qualquer representante ou membro das mesmas por motivo de sua religião ou nacionalidade.

Artigo 17

À Administração da Palestina pode organizar, por recrutamento voluntário e sob o controle do Mandatário, as forças necessárias à manutenção da paz e da ordem, bem como à defesa do país, não tendo, porém, o direito de usá-las para outros fins que os acima especificados salvo com o consentimento do Mandatário. Exceto para tais fins, nenhuma força militar, naval ou área será recrutada ou mantida pela Administração da Palestina.

Nada neste artigo impedirá a Administração da Palestina de contribuir para o custo da manutenção das forças militares do Mandatário na Palestina.

O Mandatário terá sempre o direito de utilizar as estradas, ferrovias e portos da Palestina para o movimento das forças armadas e o transporte de combustível e abastecimentos.

Artigo 18

Competirá ao Mandatário providenciar para que não haja na Palestina qualquer discriminação entre os nacionais de um Estado qualquer, membro da Liga das Nações (inclusive companhias constituídas segundo as leis desse Estado), e os nacionais da Potência mandatária ou de qualquer outro Estado, nem em matéria de impostos, comércio ou navegação, nem no exercício de indústrias ou profissões, nem no tratamento concedido aos navios mercantes e à aviação civil. Igualmente, não haverá na Palestina

discriminação contra mercadorias originárias de ou destinadas a qualquer dos ditos Estados, e existirá, sob condições equitativas, liberdade de trânsito através do território sob mandato.

Sujeito às estipulações acima e outras deste mandato, a Administração da Palestina poderá, a conselho do Mandatário, estabelecer os impostos e os direitos alfandegários que julgar necessários, e tomar as medidas que considerar mais apropriadas para promover o desenvolvimento dos recursos naturais do país e salvaguardar os interesses da população. Poderá também, a conselho do Mandatário, concluir um acordo aduaneiro especial com qualquer Estado cujo território, em 1914, fazia parte integrante da Turquia Asiática ou da Arábia.

Artigo 19

O Mandatário aderirá, em nome da Administração da Palestina, a todas as convenções internacionais já existentes, ou a serem concluídas com a aprovação da Liga das Nações, a respeito de: tráfico de escravos, tráfico de armas e munições, tráfico de entorpecentes, igualdade comercial, liberdade de trânsito e navegação, navegação aérea, comunicações postais, telegráficas ou por telegrafia sem fio, propriedade literária, artística ou industrial.

Artigo 20

O Mandatário colaborará, em nome da Administração da Palestina e na medida que as condições sociais, religiosas ou outras o permitam, na execução das medidas de interesse geral adotadas pela Liga das Nações para a prevenção e combate às doenças, inclusive as de animais e plantas.

Artigo 21

O Mandatário deverá elaborar e fazer vigorar, dentro do prazo de 12 meses a partir desta data, uma Lei de Antiguidades conforme as disposições abaixo. Essa lei assegurará aos cidadãos de todos os Estados-Membros da Liga das Nações igualdade de tratamento quanto a escavações e pesquisas arqueológicas.

(1)

Deve-se compreender por “antiguidade” qualquer construção ou produto da atividade humana anterior ao ano 1700.

(2)

A legislação sobre a proteção de antiguidades deverá proceder mais por encorajamento do que por ameaças.

Qualquer pessoa que, tendo descoberto uma antiguidade sem possuir a autorização mencionada no parágrafo 5, comunicar essa descoberta à autoridade competente, será recompensada segundo o valor da descoberta.

(3)

Nenhuma antiguidade poderá ser alienada a não ser em favor da autoridade competente, exceto se esta renunciar à sua aquisição.

Nenhuma antiguidade poderá sair do país sem uma licença concedida pela dita autoridade.

(4)

Qualquer pessoa que, por dolo ou negligência, destruir ou danificar uma antiguidade será passível de uma penalidade a ser fixada.

(5)

Nenhum deslocamento de terra ou escavação com o objetivo de achar antiguidades será permitido, sob pena de multa, exceto a pessoas munidas de autorização da autoridade competente.

(6)

Serão fixadas condições justas para a expropriação, temporária ou permanente, de terras que possam ter interesse histórico ou arqueológico.

(7)

Somente será concedida autorização para realizar escavações a pessoas que apresentarem garantias suficientes de experiência arqueológica. A Administração da Palestina, ao conceder essas autorizações, não deverá agir de modo a excluir, sem justa causa, os eruditos de qualquer nação.

(8)

O produto das escavações poderá ser dividido entre o escavador e a autoridade competente numa proporção fixada por esta. Se, por razões científicas, parecer impossível a repartição, o escavador receberá, em vez de parte do achado, uma indenização justa.

Artigo 22

Inglês, árabe e hebraico serão as línguas oficiais da Palestina Todas as indicações ou inscrições árabes sobre os selos ou a moeda serão repetidas em hebraico, e vice-versa.

Artigo 23

A Administração da Palestina reconhecerá os dias santificados de cada comunidade como dias legais de repouso para os membros da respectiva comunidade.

Artigo 24

O Mandatário apresentará ao Conselho da Liga das Nações um relatório anual sobre as medidas tomadas durante o ano para a aplicação das disposições do mandato. Os textos de todas as leis e todos os regulamentos promulgados durante o ano serão anexados ao dito relatório.

Artigo 25

Nos territórios situados entre o Jordão e a fronteira oriental da Palestina, tal como será definitivamente fixada, o Mandatário poderá, com o consentimento do Conselho da Liga das Nações, adiar ou suspender a aplicação das estipulações do presente mandato que julgar inaplicáveis às condições locais existentes, e tomar as medidas que considerar convenientes para a administração desses territórios, desde que nenhuma dessas medidas seja incompatível com as estipulações dos artigos 15, 16 e 18.

Artigo 26

O Mandatário concorda que no caso de surgir qualquer litígio entre ele e outro Membro da Liga das Nações, relativo à interpretação ou à aplicação das disposições do mandato, e não podendo tal litígio ser

resolvido por negociações, será o mesmo submetido à Corte Permanente de Justiça Internacional, prevista pelo artigo 14 do Pacto da Liga das Nações.

Artigo 27

É necessário o consentimento do Conselho da Liga das Nações para qualquer modificação dos termos deste mandato.

Artigo 28

No caso do término do mandato aqui conferido ao Mandatário, o Conselho da Liga das Nações tomará todas as providências necessárias para salvaguardar perpetuamente, sob garantia da Liga, os direitos assegurados pelos artigos 13 e 14, e usará sua influência para que o Governo da Palestina, sob garantia da Liga, assuma integralmente todas as obrigações financeiras legitimamente contraídas pela Administração da Palestina durante o período do mandato, inclusive os direitos dos funcionários públicos quanto a pensões ou gratificações.

O presente instrumento será depositado em original nos arquivos da Liga das Nações e cópias autenticadas serão expedidas pelo Secretário-Geral da Liga das Nações a todos os Membros da Liga.

Feito em Londres, ao vigésimo-quarto dia de julho de mil novecentos e vinte e dois.

APÊNDICE II

DECLARAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DO ESTADO DE ISRAEL

A terra de Israel é a terra natal do povo judeu. Aqui se formou a sua identidade espiritual, religiosa e nacional. Aqui se tornou independente e criou uma cultura de significação nacional e universal. Aqui escreveu e deu ao mundo a Bíblia.

Exilado de sua terra, o povo judeu permaneceu-lhe fiel em todos os países da sua dispersão, nunca deixando de rezar e esperar por seu retorno e pela restauração da sua liberdade política.

Impelidos por essa conexão histórica, procuraram os judeus através dos séculos voltar ao país de seus antepassados e recuperar sua independência. Em décadas recentes voltaram em massa. Eles fizeram vicejar o deserto, reviveram sua língua, constituíram cidades e vilas, e estabeleceram uma comunidade florescente com vida econômica e cultural própria. Eles procuravam a paz; no entanto, estavam preparados para defender-se. Eles trouxeram os benefícios do progresso a todos os habitantes do país, e aspiravam por uma nação soberana.

No ano de 1897 o Primeiro Congresso Sionista, inspirado pela visão de Theodor Herzl, proclamou o direito do povo judeu à restauração nacional em seu próprio país.

Esse direito foi reconhecido pela Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917, e reafirmado pelo Mandato da Liga das Nações, que deu sanção internacional à ligação histórica do povo judeu com a Palestina e ao seu direito de reconstituir seu Lar Nacional.

O recente holocausto, que vitimou milhões de judeus na Europa, demonstrou mais uma vez a necessidade de resolver o problema do desabrigo e da falta de independência por meio do restabelecimento do Estado Judeu, que abriria suas portas a todos os judeus e conferiria ao povo judeu uma situação de igualdade na comunidade das nações.

Os sobreviventes da catastrófica matança na Europa, bem como os judeus de outras partes do mundo, não obstante todas as dificuldades, obstáculos e perigos, não desistiram em seus esforços para atingir a Terra de Israel, e nunca deixaram de afirmar seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e labor honesto em sua terra ancestral.

Na Segunda Guerra Mundial o povo judeu da Palestina deu sua contribuição integral à luta das nações livres contra a perversidade nazista. O sacrifício dos seus soldados e seu esforço de guerra deram-lhe o direito de formar ao lado das nações que fundaram as Nações Unidas.

A 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução que determinava o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina. A Assembleia Geral solicitou aos habitantes do país que tomassem todas as medidas necessárias de sua parte para pôr o plano em execução. Esse reconhecimento pelas Nações Unidas do direito do povo judeu a estabelecer seu Estado independente é inatacável.

Esse direito é o direito natural do povo judeu de ter, como o têm todas as outras nações, uma existência independente em seu próprio Estado soberano.

CONSEQUENTEMENTE, NÓS, MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL, REPRESENTANDO O POVO JUDEU NA PALESTINA E O MOVIMENTO SIONISTA MUNDIAL, ESTAMOS REUNIDOS EM SOLENE ASSEMBLEIA HOJE, DIA DO TÉRMINO DO MANDATO BRITÂNICO PARA A PALESTINA; E, EM DECORRÊNCIA DO DIREITO NATURAL E HISTÓRICO DO POVO JUDEU E DA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, POR ESTE MEIO PROCLAMAMOS O ESTABELECIMENTO DE UM ESTADO JUDEU NA PALESTINA, QUE SE CHAMARÁ ESTADO DE ISRAEL.

Declaramos que, a partir do término do Mandato à meia-noite, 14-15 de maio de 1948, e até o estabelecimento dos órgãos eleitos do Estado de acordo com uma Constituição a ser redigida pela Assembleia Constituinte até 1° de outubro de 1948, o Conselho Nacional agirá como Conselho de Estado Provisório, e que a Administração Nacional constituirá o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser chamado Israel.

O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países da sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; basear-se-á nos princípios de liberdade, justiça e paz conforme concebidos pelos Profetas de Israel; assegurará completa igualdade política e social a todos os seus cidadãos, sem distinção de religião, raça ou sexo; garantirá a liberdade de religião, consciência, educação e cultura; protegerá os Lugares Santos de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O Estado de Israel estará pronto a cooperar com os órgãos e representantes das Nações Unidas na execução da Resolução da Assembleia Geral de 29 de novembro de 1947, e tomará medidas para realizar a União Econômica de toda a Palestina.

Apelamos às Nações Unidas para que ajudem o povo judeu na construção de seu Estado, e para que admitam Israel à família das nações.

Em meio a brutal agressão, ainda assim apelamos a todos os habitantes árabes do Estado de Israel para que se conservem em paz e colaborem no desenvolvimento do Estado, com base na completa e igual cidadania e representação justa em todos os seus órgãos e instituições, provisórios e permanentes.

Estendemos nossa mão, num oferecimento de paz e boa vizinhança, a todos os Estados vizinhos, e convidamo-los a cooperar com a nação judaica independente para o bem comum de todos. O Estado de Israel está pronto a dar sua contribuição ao progresso do Oriente Médio em seu todo.

Apelamos ao povo judeu em todo o mundo para que cerre fileiras em torno de nós nas tarefas de imigração e desenvolvimento, e para que esteja ao nosso lado no grande combate pela realização do sonho de gerações – a redenção de Israel.

CONFIANDO EM DEUS TODO-PODEROSO APOMOS NOSSAS ASSINATURAS A ESTA DECLARAÇÃO, NESTA SESSÃO DO CONSELHO DE ESTADO PROVISÓRIO, NO SOLO DA PÁTRIA NA CIDADE DE TEL AVIV, NESTA VÉSPERA DE SÁBADO, 5° DIA DE IYAR, 5708 (14 DE MAIO DE 1948).

BIBLIOGRAFIA

Não é, de modo algum, uma bibliografia completa sobre o assunto, nem inclui todas as obras consultadas. Limitamo-nos a indicar aquelas que se revelaram mais úteis à elaboração do presente trabalho.

ALBERTINI, Luigi, THE ORIGINS OF THE WAR OF 1914, v. II. Oxford University Press, Londres, 1953

BAER, Yitzhak F., GALUT. Schocken Books, New York, 1947

BEIGIN, Menachem, THE REVOLT. Henry Schuman, New York, 1951

BEN-GURION, David, REBIRTH AND DESTINY OF ISRAEL. Philosophical Library, New York, 1954

BENTWICH, Norman, ISRAEL. McGraw-Hill, New York, 1952

BENTWICH, Norman, THE MANDATES SYSTEM. Longmans, Green, Londres, 1930

CAMBRIDGE MODERN HISTORY, The, v. IX. Cambridge University Press, Cambridge, 1934

COHEN, Israel, THE ZIONIST MOVEMENT. Frederick Muller, Londres, 1945

COHN, Emil Bernhard, DAVID WOLFFSOHN, Zionist Organization of America, Filadélfia,1944

CROSSMAN, Richard, PALESTINE MISSION. Harper & Brothers, New York, 1947

CRUM, Bartley C, BEHIND THE SILKEN CURTAIN. Simon and Schuster, New York, 1947

DUBNOW, Simon, HISTORIA JUDAICA. Livraria S. Cohen. Rio de Janeiro, 1948

DUNNER, Joseph, THE REPUBLIC OF ISRAEL. Whittlesey House, New York, 1948

ESCO FOUNDATION FOR PALESTINE, Inc., PALESTINE: A STUDY OF JEWISH, ARAB AND BRITISH POLICIES, 2 vols. Yale University Press, New Haven, 1947

FINKELSTEIN, Louis, ed., THE JEWS: THEIR HISTORY, CULTURE AND RELIGION. Harper & Brothers, New York, 1949

FRIEDRICH, Carl Joachim, AMERICAN POLICY TOWARD PALESTINE. Public Affairs Press, Washington, 1944

GARC1A-GRANADOS, Jorge, THE BIRTH OF ISRAEL. Knopf, New York, 1948

GENET, Lucien, CINQUANTE ANS D'HISTOIRE 1900-1950, 3 vols. Tallandier, Paris, 1950-51

GINIEWSKI, Paul, LE BOUCLIER DE DAVID. Berger-Levrault, Paris, 1960

GRUBER, Ruth, DESTINATION PALESTINE. Current Books, New York, 1948

HALPERN, Ben, THE IDEA OF THE JEWISH STATE. Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1961

HERZL, Thcodor, OLD-NEW LAND. Bloch Publishing Co., New York, 1941

HERZL, Theodor, PÁGINAS ESCOGIDAS. Editorial Israel, Buenos Aires, 1949

HERZL, Theodor, THE JEWISH STATE. American Zionist Emergency Council, New York, 1946

HOROWITZ, David, STATE IN THE MAKING. Knopf, New York, 1953

HUREWITZ, J. C., THE STRUGGLE FOR PALEST1NE. Norton, New York, 1950

INFIELD, Henrik F., COOPERATIVE LIVING IN PALESTINE. The Dryden Press. New York, 1944

JARMAN, T. L., THE RISE AND FALL OF NAZI GERMANY. The New American Library, New York, 1961

JEWISH PEOPLE, PAST AND PRESENT, The, 4 vols. Jewish Encyclopedic Handbooks, New York, 1946-55

JOSEPH, Bernard, BRITISH RULE IN PALESTINE. Public Affairs Press, Washington, 1948

JOSEPH, Dov, THE FAITHFUL CITY. Simon and Schuster, New York, 1960

KANNER, Israel Zwi, JOSEF TRUMPELDOR. Verlag Josef Belf, Viena, 1936

KATZ, Jacob, EXCLUSIVENESS AND TOLERANCE. Schocken Books, New York, 1962

KELLER, Pierre, LA QUESTION ARABE. Presses Universitaires de France, Paris, 1948

KIMCHE, Jon, SEVEN FALLEN PILLARS, Secker and Warburg, Londres 1950

KIMCHE, Jon e David, BOTH SIDES OF THE HILL. Secker and Warburg, Londres, 1960

KIMCHE, Jon e David, THE SECRET ROADS. Farrar, Straus and Cudahy, New York, 1955

KIRK, George, THE MIDDLE EAST IN THE WAR. Oxford University Press, Londres, 1953

KIRK, George, THE MIDDLE EAST 1945-1950. Oxford University Press, Londres, 1954

LEARSI, Rufus, FULFILLMENT: THE EPIC STORY OF ZIONISM. World, Cleveland, 1951

LEVIN, Harry, I SAW THE BATTLE OF JERUSALEM. Schocken Books, New York 1950

LITVINOFF, Barnet, BEN-GURION OF ISRAEL. Praeger, New York, 1954

LORCH, Netanel, THE EDGE OF THE SWORD. Putnam, New York, 1961

LOWDERMILK, Walter Clay, PALESTINE, LAND OF PROMISE. Harper, New York, 1944

LOWENTHAL, Marvin, ed., THE DIARIES OF THEODOR HERZL. Dial, New York, 1956

NAIDITCH, Isaac, EDMOND DE ROTHSCHILD. Zionist Organization of America, Washington, 1945

NATHAN, Robert R. (e Oscar GASS, Daniel CREAMER), PALESTINE: PROBLEM AND PROMISE. Public Affairs Press, Washington, 1946

NORDAU, Anna e Maxa, MAX NORDAU. The Nordau Committee, New York, 1943

PAASSEN, Pierre Van, THE FORGOTTEN ALLY. Dial, New York, 1943

PALÉOLOGUE, Maurice, JOURNAL DE L'AFFAIRE DREYFUS. Plon, Paris, 1955

PARKES, James, A HISTORY OF PALESTINE FROM 135 A. D. TO MODERN TIMES. Oxford University Press, New York, 1949

PATAI, Raphael, ed., HERZL YEAR BOOK, vol. 4. Herzl Press, New York, 1961

PEARLMAN, Moshe, THE ARMY OF ISRAEL. Philosophical Library, New York, 1950

POLIAKOV, Léon, BRÉVIAIRE DE LA HAINE. Calmann-Lévy, Paris, 1951

POLIAKOV, Léon, HISTOIRE DE L'ANTISEMITISME T. II. Calmann-Lévy, Paris, 1961

POLIAKOV, Léon, ed., LE PROCÈS DE JÉRUSALEM. Calmann-Lévy, Paris, 1963

POTIEMKINE, Vladimir, ed., HISTOIRE DE LA DIPLOMATIE. Librairie de Médicis, Paris, 1947

RABINOWICZ, Oskar K., FIFTY YEARS OF ZIONISM. Anscombe, Londres, 1950

RENOUVIN, Pierre, HISTOIRE DES RELATIONS INTERNATIONALES, T. VI. Hachette, Paris, 1955

RENOUVIN, Pierre, LES RELATIONS INTERNATIONALES DE 1914 A 1945. Centre de Documentation Universitaire, Paris, 1951

REVUSKY, Abraham, THE HISTADRUT. League for Labor Palestine, New York, 1938

ROTH, Cecil, A SHORT HISTORY OF THE JEWISH PEOPLE. East and West Library, Londres, 1953

ROTH, Cecil, ed., THE STANDARD JEWISH ENCYCLOPEDIA. Doubleday, Garden City, N.Y., 1962

ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, The, GREAT BRITAIN AND PALESTINE, 1915-1945. Oxford University Press, Londres, 1946

ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, The, THE MIDDLE EAST. Londres, 1954

SACHER, Harry, ISRAEL: THE ESTABLISHMENT OF A STATE. British Book Centre, New York, 1952

SCHUMAN, Frederick L., INTERNATIONAL POLITICS. Mc-Graw-Hill, New York, 1948

SHAREF, Zeev, THREE DAYS. Doubleday, Garden City, N. Y.. 1962

SHIRER, William L., THE RISE AND FALL OF THE THIRD REICH. Fawcett, Greenwich, Conn., 1962

SHERWOOD, Robert E., ROOSEVELT AND HOPKINS: AN INTIMATE HISTORY. Harper, New York, 1948

SNYDER, Louis L., BASIC HISTORY OR MODERN GERMANY. Van Nostrand, Princeton, 1957

STEIN, Leonard, THE BALFOUR DECLARATION. Vallentine, Mitchell, Londres, 1961

STONE, I. F., THIS IS ISRAEL, Boni and Gaer, New York, 1948

SYKES, Christopher, ORDE WINGATE. World, Cleveland, 1959

TCHOULKOV, G., LES DERNIERS TSARS AUTOCRATES. Payot, Paris, 1928

TENENBAUM, Joseph, RACE AND REICH. Twayne, New York, 1956

TENENBAUM, Joseph, UNDERGROUND. Philosophical Library, New York, 1952

THOMAS, Marcel, L'AFFAIRE SANS DREYFUS. Fayard Paris, 1961

TOULAT, Jean, JUIFS MES FRÈRES. Guy Victor, Paris, 1963

TOYNBEE, Arnold e Veronica M., eds., HITLER'S EUROPE. Oxford University Press, Londres, 1954

UNITED NATIONS, OFFICIAL RECORDS OF THE SECOND SESSION OF THE GENERAL ASSEMBLY – RESOLUTIONS, 16 September – 29 November 1947. Lake Success. New York, 1948

UNITED NATIONS, OFFICIAL RECORDS OF THE SECOND SESSION OF THE GENERAL ASSEMBLY, Supplement n° 11, REPORT TO GENERAL ASSEMBLY, UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, vols. II, III, IV, V. Lake Success, N. Y., 1947

UNITED NATIONS, TERMS OF LEAGUE OF NATIONS MANDATES (Document A/70). Lake Success, N. Y., 1946

VAINER, Nelson, THEODOR HERZL. Livraria Editora Monte Scopus, Rio de Janeiro, 1954

WASSILIEW, A T., OCHRANA. Espasa Calpe Argentina, Buenos Aires, 1945

WEIZMANN, Chaim, TRIAL AND ERROR. Harper, New York, 1949

WILHELM, Kurt, ROADS TO ZION. Schocken Books, New York, 1948

WILHELMSTRASSE, Les Archives Secrètes de la, Tome V, Livre II. Plon, Paris, 1954

WISE, Stephen Samuel (e Jacob de HAAS), THE GREAT BETRAYAL. Brentano's, New York, 1930

Principais periódicos utilizados:

The AMERICAN ZIONIST

L'ARCHE

COMMENTARY

CURRENT HISTORY

FOREIGN AFFAIRS

The JEWISH FRONTIER

JEWISH OBSERVER AND MIDDLE EAST REVIEW

The JERUSALEM POST WEEKLY

JOURNAL OF MODERN HISTORY

MIDSTREAM

OPINION

The ZIONIST QUARTERLY